Deutsche Bank

Relatório Anual 2017

Deutsche Bank

O Grupo num relance

	2017	2016
Informações financeiras chave		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(1,2) %	(2,3) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	(1,4) %	(2,7) %
Rácio custo/rendimento[1]	93,4%	98,1%
Rácio da componente remuneratória[2]	46,3%	39,6%
Rácio da componente não remuneratória[3]	47,0%	58,5%
Total de receitas líquidas, em milhões de euros	26 447	30 014
Provisão para perdas de crédito, em milhões de euros	525	1 383
Despesas totais (excluindo juros), em milhões de euros	24 695	29 442
Custos ajustados	23 891	24 734
Resultado antes do imposto sobre o rendimento, em milhões de euros	1 228	(810)
Resultados líquidos, em milhões de euros	(735)	(1 356)
Resultados por ação básicos	(0,53) €	(1,08) €
Resultados por ação diluídos	(0,53) €	(1,08) €
Cotação da ação no fim do período	15,88 €	15,40 €
Cotação máxima da ação	17,82 €	19,72 €
Cotação mínima da ação	13,11 €	8,83 €

	31.12.2017	31.12.2016
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV (fully loaded)	3,8%	3,5%
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva)	4,1%	4,1%
Exposição de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV fully loaded, em mil milhões de euros	1 395	1 348
Rácio Common Equity Tier 1 (fully loaded)	14,0%	11,8%
Rácio Common Equity Tier 1 (integração progressiva)	14,8%	13,4%
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	344	358
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1 475	1 591
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	63	60
Valor contabilístico por ação básica em circulação	30,16 €	38,14 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível	25,94 €	32,42 €
Outra informação		
Agências	2 425	2 656
Das quais, na Alemanha	1 570	1 776
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	97 535	99 744
Das quais, na Alemanha	42 526	44 600
Notação de risco de longo prazo preferencial da dívida sénior		
Moody's Investors Service	A3	A3
Standard & Poor's	A-	-
Notações de risco da Fitch	A-	A
Notação de risco de longo prazo não preferencial da dívida sénior		
Moody's Investors Service	Baa2	Baa2
Standard & Poor's	BBB-	BBB+
Notações de risco da Fitch	BBB+	A-
Notações DBRS	A (baixa)	A (baixa)

[1] Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[2] Remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[3] Gastos operacionais (excluindo juros) da componente não remuneratória, definidos como despesas totais (excluindo juros) menos remunerações e benefícios, como uma percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Índice

Deutsche Bank Group

3 Mensagem do presidente do Conselho de Administração
5 Conselho de Administração
6 Relatório do Conselho de Fiscalização
8 Conselho de Fiscalização
15 A nossa estratégia empresarial
Ações e obrigações do Deutsche Bank

1 –
Relatório de Gestão

26 Análise Operacional e Financeira
58 Perspetivas
64 Riscos e oportunidades
67 Relatório de Risco
173 Relatório de Remunerações
218 Responsabilidade corporativa
219 Funcionários
223 Controlo interno sobre o relato financeiro
226 Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
229 Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

2 –
Demonstrações financeiras consolidadas

231 Demonstração consolidada dos resultados

232 Demonstração consolidada do rendimento integral
233 Balanço consolidado
234 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
236 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
238 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
268 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
273 Notas ao balanço consolidado
335 Notas adicionais
390 Confirmações

3 –
Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade:

400 Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
414 Relato e Transparência
414 Operações com partes relacionadas
415 Auditoria e controlo
417 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

4 –
Informações Adicionais

423 Medidas financeiras não-GAAP
428 Declaração de aval
430 Impressão/Publicações

Grupo Deutsche Bank

III Mensagem do presidente do Conselho de Administração
V Conselho de Administração
VI Relatório do Conselho de Fiscalização
XIII Conselho de Fiscalização
XV A nossa estratégia empresarial
XVIII Ações e obrigações do Deutsche Bank

Mensagem do presidente do Conselho de Administração

Caros Acionistas,

Evidentemente, nós no Conselho de Administração, não estamos satisfeitos com o facto de termos de relatar outra perda anual líquida em 2017. Não obstante, conseguiu-se muito ao longo do ano. Apesar do ambiente difícil, fizemos um bom progresso na reestruturação do nosso banco.

Os nossos resultados foram na verdade melhores do que possam parecer à primeira vista. Apesar de termos relatado uma perda de 735 milhões de euros depois dos impostos sobre o rendimento, numa base antes de impostos obtivemos receitas no valor de 1,2 mil milhões de euros – os primeiros resultados desta ordem de valores desde 2014. A diferença deveu-se em grande parte a uma depreciação no valor contabilístico dos nossos ativos por impostos diferidos relativos às nossas operações nos Estados Unidos. Por sua vez, este facto deveu-se à reforma tributária promulgada nos Estados Unidos no final de dezembro de 2017. As boas notícias acerca da reforma tributária prendem-se com o facto de baixar a nossa futura taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas nos Estados Unidos, cujo efeito irá melhorar os nossos resultados nos próximos anos. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor um dividendo de 11 cêntimos por ação à Assembleia-Geral Anual.

Ainda que tenhamos melhorado a nossa rentabilidade antes de impostos e registado novos progressos na redução dos nossos custos, não estamos satisfeitos com o nosso desempenho financeiro em 2017. Os proveitos diminuíram 12% em termos homólogos, refletindo a conjuntura operacional da nossa divisão Corporate & Investment Bank, mas também as ações conscientes levadas a cabo para vender uma série de negócios, tais como a Abbey Life e a quota no Hua Xia Bank em linha com os nossos anúncios no outono de 2015. Estas vendas levaram a uma redução de custos, mas também eliminaram proveitos. Retirando da equação os efeitos não operacionais, tais como vendas de negócios, os proveitos diminuíram 5% em termos homólogos. Os motivos para a diminuição incluem os efeitos de taxas de juro baixas persistentes, níveis historicamente baixos da volatilidade do mercado e níveis de atividade baixa de clientes.

Não obstante, em 2017, ganhámos terreno nas áreas de negócio essenciais após um difícil 2016. Ainda mais significativo, adotámos medidas importantes no que diz respeito ao estabelecimento das bases para um crescimento a longo prazo:

- Reorganizámos as nossas divisões para assegurar de que servimos os nossos clientes de forma mais eficaz.
  - Retivemos o Postbank iremos combiná-lo com a divisão Private & Commercial Clients do Deutsche Bank na Alemanha. Ao fazer isso, estamos a criar uma posição clara de liderança no setor no nosso mercado nacional, servindo mais de 20 milhões de clientes. Tencionamos gerir ambas as marcas a partir de uma única empresa para meados do ano. Antecipamos o surgimento gradual de sinergias, gerando cerca de 900 milhões de euros por ano a partir de 2022.
  - Continuamos a expandira nossa divisão alemã Wealth Management no seguimento da integração da Sal. Oppenheim Também continuámos a expandir a nossa presença em mercados-chave internacionais, especialmente na Ásia.
  - Requeremos uma cotação no mercado bolsista das ações no nosso gestor de ativos DWS. Será assim possível fazer pleno uso do potencial que a autonomia acrescida trará a esta área de negócios. Após preparativos extensos, anunciámos no final de fevereiro que estamos empenhados em conseguir a data mais breve possível para a cotação inicial. O Deutsche Bank planeia manter a participação maioritária a longo prazo na nova empresa.
  - Reorganizámos a nossa divisão Corporate & Investment Bank – para combinar finanças corporativas, banca de transações e mercados de capitais sob uma coordenação única. Foca-se agora mais enfaticamente no setor corporativo e nos nossos clientes institucionais mais importantes. É e irá permanecer a nossa ambição tornar-nos no banco europeu líder com uma rede internacional.
- Melhorámos ainda a nossa solidez financeira com a oferta de direitos bem-sucedida de 8 mil milhões de euros o ano passado. O nosso rácio Common Equity Tier 1 fully loaded aumentou de 11,8% para 14% no decurso do ano; este rácio colocou-nos no grupo da frente dos grandes bancos internacionais.
- Reduzimos também os ativos antigos e resolvemos importantes casos de litígio – 15 dos 20 casos que correspondiam à quota principal do nosso risco financeiro no início de 2016 foram agora concluídos, na sua maioria ou na sua totalidade.
- Continuamos a retirar das nossas áreas de negócio não essenciais. Por exemplo, chegámos a um acordo de venda de uma parte importante do nosso negócio de retalho na Polónia.
- Continuamos a apertar os controlos, com pessoal adicional no departamento Anti-Financial Crime (AFC) e no Compliance. A tarefa é agora focar-nos na automatização dos nossos processos de controlo, passo a passo.
- Estamos a modernizar as nossas TI e tentamos obter a digitalização do nosso negócio. Hoje em dia, os nossos clientes privados podem abrir uma conta online numa questão de minutos – e não em sete dias como acontecia anteriormente. Os nossos serviços móveis são líderes no mercado alemão. Lançámos consultores robotizados (WISE) nas divisões Asset Management e Private & Commercial Bank (ROBIN). WISE e ROBIN utilizam algoritmos para compilar uma carteira adequada para os nossos clientes. Nas nossas outras áreas de negócio, estamos também a utilizar a robótica e a inteligência artificial para automatizar o que anteriormente eram processos manuais – isto irá minimizar os erros e baixar os custos.

A reestruturação ainda não está terminada. Praticamente em todos os departamentos no banco existe ainda muito que fazer, em parte devido ao espetro regulamentar em constante evolução. Olhando para o futuro, a atenção tem de ser treinada diretamente nos proveitos e rentabilidade – não fazendo quaisquer concessões em termos de gestão do risco e controlos. Temos de atingir

um crescimento sustentado dos lucros – para este fim, temos de continuar a investir, a servir melhor os nossos clientes atuais e a ganhar novos clientes para o banco.

As nossas divisões irão começar 2018 a partir de uma posição de solidez, tal como ilustrado por uma série de exemplos do ano passado:

– A divisão Corporate Finance continua a reforçar-se. De acordo com a *Dealogic*, subimos do décimo lugar para o sexto na classificação das fusões e aquisições globais anunciadas para 2017.
– No nosso mercado nacional alemão, temos sido o banco de investimento líder dos últimos 15 anos e aumentámos a nossa quota de mercado para os 11,1% em 2017 (fonte: *Dealogic*).
– A nossa divisão Transaction Banking adquiriu vários mandatos importantes, especialmente na Europa e na Ásia, no setor automóvel e a de grandes conglomerados.
– Na Private & Commercial Bank conseguimos manter os proveitos operacionais aproximadamente estáveis, apesar das taxas de juro extremamente baixas. Dois dos fatores que contribuíram foram o crédito aumentado do segmento de retalho e as receitas de consultoria mais elevadas. O ano passado obtivemos aproximadamente 2500 novos clientes comerciais, devido também ao facto de que expandimos o nosso leque de serviços para as empresas de média capitalização, por exemplo, na gestão de divisas e de taxas de juro.
– No ano passado, os nossos clientes a nível mundial confiaram-nos um capital novo líquido no valor de 16 mil milhões de euros para a Deutsche Asset Management. No nosso mercado nacional, continuamos a ocupar o inquestionável primeiro lugar, com uma quota de mercado de cerca de 27% em novos negócios.

Deste modo, criámos bases sólidas para continuar a crescer com os nossos clientes. A conjuntura de mercado para as nossas áreas de negócio também melhorou no início do exercício. Apesar de esperarmos que as taxas de juro baixas na Europa persistam em 2018, as expetativas de que as taxas de juro da área do euro comecem a normalizar em 2019 e as expetativas de futuros aumentos de taxas nos Estados Unidos este ano sugerem que o período invulgarmente calmo nos mercados de capitais pode estar a chegar ao fim. Quando a volatilidade do mercado acelera, os clientes aumentam a sua atividade - e nós beneficiamos disso.

Ao mesmo tempo, os custos continuam a ser uma questão importante. Reduzimos os nossos custos ajustados em 3% em 2017 e em 2,6 mil milhões de euros nos últimos dois anos – em 2015 muitos pensaram que isso estaria fora do nosso alcance.

No entanto, temos de melhorar a nossa cultura de custos, tal como demonstrado pelo quarto trimestre de 2017. Não conseguimos manter a tendência positiva dos primeiros três trimestres – em grande parte devido a uma muito deliberada decisão de regressar a um sistema normal de remuneração em 2017, uma vez que em 2016 não pagámos a remuneração variável individual à maior parte dos nossos colaboradores.

Reconheço que esta decisão foi altamente controversa para muitos, dada a perda líquida registada em 2017. Nós no Conselho de Administração, contudo, somos responsáveis por agir no melhor interesse do nosso banco e, por isso, também no vosso melhor interesse como acionistas. Se pretendemos corresponder à nossa pretensão de ser o banco europeu líder com uma rede global, temos de investir nos nossos colaboradores de modo a podermos continuar a fornecer as melhores soluções aos nossos clientes. No interesse do banco, não podíamos repetir a nossa anterior decisão de não pagar qualquer remuneração variável individual à maior parte do nosso pessoal sénior em 2016.

Neste contexto, há que salientar que uma grande parte de qualquer remuneração variável atribuída é paga ao longo de um período de três a seis anos com recuperações (claw backs) juridicamente vinculativas, de modo a assegurar que os incentivos de longo prazo são fornecidos e para reter o pessoal dentro do Grupo.

Como o Conselho de Administração queria enviar um sinal claro e assegurar que a sua própria remuneração permanece alinhada com os resultados líquidos do banco, ele decidiu unanimemente recusar a sua remuneração variável.

É importante para o Conselho de Administração assegurar de que existe um equilíbrio apropriado entre os interesses dos nossos colaboradores e aqueles dos nossos acionistas. Por conseguinte, continuamos empenhados no nosso objetivo de conseguir um lucro líquido e um dividendo competitivo em 2018.

Caros acionistas, no outono de 2015, dissemos que a reorganização do nosso banco não iria levar dois ou três anos, mas mais tempo. Entretanto, estabelecemos a base para concretizar todo o potencial do banco. Todas as nossas energias podem agora ser utilizadas. Esta é a razão pela qual estou otimista em relação ao futuro e aguardo com expetativa o que nos espera.

Com os melhores cumprimentos,

John Cryan
Diretor-Geral do Deutsche Bank AG

Frankfurt am Main, março de 2018

Conselho de Administração

John Cryan, * 1960
desde 1 de julho de 2015
Presidente do Conselho de Administração (desde 19 de maio de 2016)

Marcus Schenck, * 1965
desde 21 de maio de 2015
Presidente (desde 5 de março de 2017)
Codiretor da Corporate & Investment Bank (desde 1 de julho de 2017)

Christian Sewing, * 1970
desde 1 de janeiro de 2015
Presidente (desde 5 de março de 2017)
Codiretor da Private & Commercial Bank (incluindo o Postbank)
(desde 1 de setembro de 2017)

Kimberly Hammonds, * 1967
desde 1 de agosto de 2016
Diretor de operações

Stuart Lewis, * 1965
desde 1 de junho de 2012
Diretor de Risco

Sylvie Matherat, * 1962
desde 1 de novembro de 2015
Diretor regulamentar

James von Moltke, * 1969
desde 1 de julho de 2017
Diretor financeiro

Nicolas Moreau, * 1965
desde 1 de outubro de 2016
Diretor de Deutsche Asset Management

Garth Ritchie, * 1968
desde 1 de janeiro de 2016
Codiretor da Corporate & Investment Bank (desde 16 de março de 2017)

Karl von Rohr, * 1965
desde 1 de novembro de 2015
Diretor administrativo

Werner Steinmüller, * 1954
desde 1 de agosto de 2016
Diretor-geral regional para a Ásia

Frank Strauß, * 1970
desde 1 de setembro de 2017
Codiretor da Private & Commercial Bank (incluindo o Postbank)

Conselho de Administração no ano em análise:

John Cryan
Presidente do Conselho de Administração

Marcus Schenck
Presidente (desde 5 de março de 2017)
Diretor financeiro (até 30 de junho de 2017)
Codiretor de Corporate & Investment Bank
(desde 1 de julho de 2017)

Christian Sewing
Presidente (desde 5 de março de 2017)
Diretor de Private, Wealth & Commercial Clients
(até 31 de agosto de 2017)
Codiretor da Private & Commercial Bank
(incluindo o Postbank) (desde 1 de setembro de 2017)

Kimberly Hammonds

Stuart Lewis

Sylvie Matherat

James von Moltke
(desde 1 de julho de 2017)

Nicolas Moreau

Garth Ritchie
Diretor de Global Markets (até 15 de março de 2017)
Codiretor de Corporate & Investment Banking
(desde 16 de março de 2017)

Karl von Rohr

Werner Steinmüller

Frank Strauß
(desde 1 de setembro de 2017)

Jeffrey Urwin
(até 31 de março de 2017)

Caros Acionistas,

No exercício financeiro em análise, monitorizámos e assessorámos novamente o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG em seu nome e juntamente com o Conselho de Administração abordámos os desafios financeiros numa conjuntura dinâmica, política, regulamentar e competitiva. Prestámos apoio ao Conselho de Administração ao estabelecer o rumo estratégico do banco e deliberámos intensamente com o Conselho de Administração sobre as estratégias de negócio e de risco. Continuámos a abordar os problemas do passado e fomos bem-sucedidos ao avançarmos na resolução de rubricas antigas. No futuro, iremos continuar a certificarmo-nos de que as perspetivas decorrentes e as lições aprendidas ao lidar com o passado estão firmemente incorporadas no presente e fazem parte da nossa cultura nas nossas operações de negócios diárias para que o Deutsche Bank AG possa aguardar com expetativa um futuro bem-sucedido como um banco global empenhado em agir de um modo responsável a nível social e ambiental.

Em seguida, encontrará informações detalhadas sobre como o seu Conselho de Fiscalização desempenhava as suas obrigações de monitorização e prestava intensamente assessoria ao Conselho de Administração. Especificamente, no exercício financeiro de 2017:

Relatório do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização desempenhou as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação, os regulamentos administrativos, os estatutos e os termos de referência.

O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e estratégia, juntamente com outros temas fundamentais relativos à administração e cultura da empresa, ao planeamento corporativo, ao controlo e coordenação, conformidade e sistemas de remuneração. Prestou-nos contas sobre a situação dos ganhos e o desenvolvimento financeiro do banco, bem como sobre o risco, liquidez, gestão de capitais do banco. Além disso, o Conselho de Administração reportou sobre os casos de litígio material e matérias regulamentares significativas, bem como transações e eventos com uma substancial relevância para o banco. Participámos em decisões de suma importância. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu, como requisitámos, informação detalhada sobre casos de litígio específicos. O Presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração debateram regularmente temas importantes e futuras decisões.

Tiveram lugar 59 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Sempre que necessário, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

Reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário

O Conselho de Fiscalização realizou dez reuniões em plenário em 2017, onde abordou todos os tópicos com uma relevância especial para o banco.

Para começar, gostaríamos de reportar dois destes tópicos que são particularmente importantes: estratégia e lidar com o passado.

O tópico da estratégia foi especialmente importante para nós em 2017, e voltámos a despender tempo suficiente para deliberar sobre matérias estratégicas com o Conselho de Administração nas nossas reuniões em fevereiro, março, setembro, outubro e dezembro. Adicionalmente à integração do Postbank, o aumento de capital, a oferta pública inicial de uma quota minoritária da Deutsche Asset Management e a expansão dos nossos serviços bancários digitais, abordámos também as consequências dos cortes de pessoal na Alemanha. Centrámo-nos no progresso conseguido e nos desafios atuais na implementação planeada da estratégia, bem como nos ajustes dos objetivos estratégicos e nas medidas daí resultantes. Para solucionar os problemas relacionados com a estratégia pendentes no primeiro trimestre de 2017, criámos um comité ad hoc em fevereiro que realizou três reuniões em total, em particular para preparar a nossa próxima reunião do Conselho de Fiscalização. Numa das reuniões, abordámos intensamente a estratégia para a integração do Postbank AG e o aumento de capital planeado, e concordámos com a resolução proposta pelo Conselho de Administração para o aumento de capital. Também delegámos a aprovação dos outros detalhes específicos relativamente ao aumento de capital para o Comité do Presidente.

Fizemos progressos significativos em 2017 ao superarmos questões antigas e em 27 de julho concluímos os acordos de liquidação de remuneração com dez antigos membros do Conselho de Administração e um membro do Conselho de Administração em funções. Com base nos acordos, os membros do Conselho de Administração recusaram voluntariamente, sem reconhecer uma violação do dever, uma

parte das remunerações ainda por pagar no valor de 38,4 milhões de euros. No decurso de vários anos, o Conselho de Fiscalização suspendeu uma parte substancial da remuneração variável a pagar aos membros do Conselho de Administração dado que o Deutsche Bank estava a enfrentar uma série de investigações e multas regulamentares, em alguns casos, com causas oriundas do período anterior à crise financeira de 2007. O montante total de remunerações a pagar ainda não desembolsado à data em que os acordos de remuneração foram alcançados atingiu os 69,8 milhões de euros. Com base na informação disponível e após a ponderação de todos os aspetos relevantes, incluindo a renúncia voluntária da remuneração pelos membros do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização decidiu não interpor processos de recurso pessoal contra os membros do Conselho de Administração em funções à data, por declararem queixas por anos devido a uma potencial violação dos respetivos deveres do Conselho de Administração. Esta decisão foi baseada nos resultados das inspeções extensas por várias sociedades de advogados de topo e consultores de investigação forense e levou em consideração as conclusões das autoridades reguladoras e de supervisão. De acordo com os resultados destas investigações, não havia uma base jurídica e factual suficiente para queixas executáveis por danos. Não obstante, o Conselho de Fiscalização reserva o direito de descoberta de quaisquer novas indicações de possíveis violações do dever para apresentar queixas de compensação por danos contra estes membros do Conselho de Administração. O Comité do Presidente foi mandatado para monitorizar os casos relevantes até ao final dos períodos dos prazos de prescrição para a apresentação de potenciais queixas. Nas nossas reuniões, abordámos de forma regular os casos de litígio significativo e processos regulamentares.

Na primeira reunião do ano em 1 de fevereiro, discutimos o desenvolvimento dos negócios do banco no exercício financeiro de 2016, comparando os números projetados e os números reais de 2016. Debatemos com o Conselho de Administração quanto ao progresso de projetos-chave, assim como avaliações regulamentares. Recebemos um relatório de representantes do Banco Central Europeu (BCE) sobre a sua avaliação do banco em 2016 e sobre o planeamento regulamentar para 2017. Além disso, a entidade de monitorização atribuída pelo Ministério da Justiça dos Estados Unidos, com base no acordo alcançado com o Ministério da Justiça dos Estados Unidos em matérias relacionadas com a IBOR, a StoneTurn Group, LLP (StoneTurn), apresentou o seu relatório juntamente com as respetivas recomendações. Concluímos a nossa avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração para 2016 e abordámos a Declaração de Governo da Sociedade, que consiste também no Relatório de Governo da Sociedade. Discutimos a estrutura de tópicos e remuneração do Conselho de Administração para a futura formação do Conselho de Fiscalização em 2017.

Na reunião de 5 de março, abordámos intensamente a estratégia para a integração do Postbank AG e o aumento de capital planeado.

Na nossa reunião em 16 de março, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2016 e concordámos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Juntamente com o Conselho de Administração, discutimos o desenvolvimento dos negócios do banco, o planeamento corporativo de 2017-2021, a estrutura dos sistemas de remuneração, o Relatório dos Recursos Humanos de 2016 e os tópicos regulamentares. Abordámos os preparativos para a Assembleia-Geral e as propostas aprovadas para a agenda. Além disso, lidámos com as matérias internas organizacionais e do Conselho de Administração.

A nomeação do diretor financeiro, Sr. von Moltke, foi o tópico da nossa reunião em 28 de abril.

Na reunião de 17 de maio, abordámos o desenvolvimento dos negócios do banco e os tópicos essenciais da Assembleia-Geral pendente. O Conselho de Administração reportou-nos sobre a respetiva da estratégica da marca, os efeitos do Brexit sobre os tópicos regulamentares e do banco.

Na reunião que seguiu a Assembleia-Geral no dia 18 de maio, voltámos a eleger o Dr. Achleitner como presidente do Conselho de Fiscalização. Também adotámos a proposta de sucessão do Comité de Nomeações para o Comité de Integridade e o Comité de Auditoria e elegeu o Professor Dr. Simon como membro de ambos estes comités. Também resolvemos a emissão do mandato de auditoria para a auditoria das demonstrações financeiras da KPMG Aktiengesellschaft, Berlim, para o ano de 2017.

Em 27 de julho, abordámos, adicionalmente ao desenvolvimento dos negócios do banco e o relatório intercalar a partir de 30 de junho de 2017, os efeitos do Brexit no banco, bem como os tópicos relacionados com Compliance e Anti-Financial Crime. O Conselho de Administração reportou-nos os resultados do inquérito aos colaboradores e tópicos de governo da sociedade. Aprovámos a proposta do Comité de Nomeações e aumentámos o rácio-alvo da percentagem de mulheres no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022, para pelo menos 20% com arredondamentos para números inteiros de pessoas de acordo com as regras gerais da matemática.

Em 18 e 19 de setembro, um workshop de estratégia de dois dias foi levado a cabo com o Conselho de Administração em Berlim onde os negócios e funções-chave apresentaram os respetivos autoavaliados pontos fortes e os pontos fracos. Adicionalmente, abordámos um relatório por Auditoria do Grupo sobre a gestão de riscos de liquidez, bem como sobre as notações de capital. Juntamente com o presidente do Conselho de Administração e o diretor dos Recursos Humanos, discutimos o planeamento da sucessão para o Conselho de Administração e para o nível de gestão abaixo do Conselho de Administração.

Em 26 de outubro, adicionalmente ao desenvolvimento dos negócios, discutimos o relatório intercalar para o terceiro trimestre, a implementação dos Mercados da União Europeia (UE) na segunda diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (MiFID II) dentro do banco, assim como a remuneração do Conselho de Administração. Recebemos um relatório atualizado da StoneTurn e abordámos o perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização em conformidade com a recomendação do código de governo das sociedades alemão, assim como os ajustes aos nossos termos de referência. Além disso, aprovámos a declaração de conformidade para 2017.

Na nossa última reunião do ano em 15 de dezembro, discutimos juntamente com o Conselho de Administração o desenvolvimento dos negócios do banco, os efeitos do Brexit e os processos de "conheça o seu cliente" do banco, ou seja, os processos que facilitam a nossa identificação de clientes e o nosso entendimento dos seus negócios, bem como os tópicos regulamentares. Abordámos o programa de 2018 das apólices de seguro e a governação interna. Aprovámos uma proposta do Comité de Integridade e resolvemos ajustar em conformidade o sistema de relato sobre as ações judiciais e regulamentares selecionadas. Além disso, elegemos o Professor Dr. Simon como o novo presidente do Comité de Integridade com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, no sentido de alcançar uma transição suave da presidência do Comité de Integridade.

Os Comités do Conselho de Fiscalização

Comité do Presidente

O Comité do Presidente realizou sete reuniões. Trabalhou intensamente na preparação de recomendações para decisões do Conselho de Fiscalização sobre a interposição de queixas por danos ou a toma de outras medidas contra dez antigos membros do Conselho de Administração e um membro do Conselho de Administração em funções. O Comité do Presidente analisou também as consequências legais das matérias do caso, que foram processadas pelo banco em onze ações judiciais sujeitas a estreita monitorização do Conselho de Fiscalização, avaliada por consultores externos independentes mandatados pelo Conselho de Fiscalização. Formularam uma avaliação geral. Com base nestas análises, o Conselho de Fiscalização ponderou os aspetos e chegou à sua avaliação descrita acima com relativamente a não declarar queixas de remuneração por danos contra os membros do Conselho de Administração em funções à data. O Comité do Presidente também tinha a recomendação do Comité do Presidente para concluir uma liquidação de remuneração revista em opiniões jurídicas de especialistas jurídicos independentes de renome. Por último, estabeleceu o processo para a futura monitorização dos casos. Neste contexto, o Comité do Presidente irá continuar a receber a assistência de consultores jurídicos externos e independentes.

Além disso, o Comité do Presidente efetuou regularmente os preparativos para as reuniões do Conselho de Fiscalização e tratou das questões em curso. O Comité do Presidente emitiu a aprovação da aceitação de mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros antigos e atuais do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank. O Comité também tomou nota dos mandatos do presidente do Conselho de Fiscalização. O Comité do Presidente apoiou o Conselho de Fiscalização na preparação de tópicos atuais do Conselho de Fiscalização para a Assembleia-Geral e abordou as ações judiciais para contestar as resoluções da Assembleia-Geral.

Comité de Risco

O Comité de Risco realizou nove reuniões, incluindo uma com cada um dos seguintes comités: Comité de Controlo de Remunerações, Comité de Auditoria e Comité de Integridade, tendo abordado a estratégia e apetite de risco geral futuro e atual do Deutsche Bank, e mais especificamente, os riscos de crédito, liquidez, refinanciamento, país, mercado e operacionais. O Comité de Risco apoiou-nos na monitorização da implementação da estratégia pelo nível de gestão mais alto e no aconselhamento relacionado do Conselho de Administração. Em cada uma das reuniões, o Comité de Risco abordou os riscos financeiros e não financeiros do banco, a sua identificação e gestão, assim como as medidas para os reduzir. Adicionalmente, o Comité de Risco recebe relatórios regulares do Conselho de Administração acerca da adequação do risco, capital e liquidez, assim como alterações correspondentes nos ativos ponderados pelo risco. O Comité de Risco foi também informado do conjuntura macroeconómica, assim como o desenvolvimento dos negócios e riscos a partir da perspetiva da primeira e segunda linhas de defesa do banco. O Comité recebeu também relatórios regulares sobre o funcionamento da gestão do risco relativamente a questões e iniciativas essenciais, incluindo a Estratégia 2021 e o orçamento para o funcionamento da gestão do risco, cenários de tensão estratégicos, planos de recuperação e resolução (“living wills”) e riscos na carteira bancária. Embora monitorize riscos não financeiros, o Comité de Risco abordou também, juntamente com o Comité de Auditoria, o risco "conheça o seu cliente" bem como as medidas para reduzir o risco. O relato do Conselho de Administração também cobriu os tópicos atuais tais como o Brexit e outros desenvolvimentos políticos, incluindo eleições e os impactos relacionados sobre o perfil de risco do banco. Além disso, o Comité de Risco lidou com as conclusões e recomendações de reguladores sobre os tópicos relacionados com o risco.

O Comité de Risco monitorizou se as condições do negócio baseado no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Tomou decisões sobre as exposições e participações ao crédito do banco que exigem aprovação ao abrigo da legislação alemã, dos estatutos e dos termos de referência.

O Comité de Risco apoiou o Comité de Controlo de Remunerações na avaliação dos efeitos dos sistemas de remuneração no risco, capital e situação de liquidez do banco. Também examinou se os sistemas de remuneração estão em linha com a estratégia empresarial do banco, com foco no desenvolvimento sustentável da instituição. Neste contexto, o Comité de Risco monitorizou se as estratégias de risco derivado e a estratégia de remuneração estão também em linha com isso ao nível da instituição e do Grupo.

Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria realizou oito reuniões, incluindo uma juntamente com o Comité de Risco. O Comité de Auditoria apoiou-nos na monitorização do processo de relato financeiro e abordou intensamente as demonstrações financeiras anuais Te as demonstrações financeiras consolidadas, os relatórios intercalares e o Relatório Anual no Formulário 20-F enviado à Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos. No contexto do processo de relato financeiro, apoiou-nos na monitorização do

reconhecimento de provisões, bem como em matérias fiscais, incluindo em particular a reforma fiscal dos estados Unidos e o processo de implementação da nova Norma Internacional de Relato Financeiro 9. O Comité de Auditoria também abordou o desenvolvimento futuro dos métodos de avaliação para os instrumentos financeiros. Além disso, o Comité de Auditoria solicitou ao Conselho de Administração o relato regular sobre os "itens distribuíveis disponíveis" e a capacidade de serviço nos instrumentos de capital Tier 1 adicional do Deutsche Bank.

O Comité de Auditoria monitorizou a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular relativamente ao sistema de controlo interno e auditoria interna. Isto também cobriu, entre outras coisas, o relato sobre o desenvolvimento em curso de controlos para combater a lavagem de dinheiro e evitar o crime financeiro, as três linhas das iniciativas e modelo de defesa para o fortalecimento em curso do funcionamento de conformidade e funcionamento de auditoria interna. O Comité foi mantido atualizado sobre o trabalho da auditoria do Grupo e respetivos recursos. O Comité de Auditoria abordou as medidas tomadas pelo Conselho de Administração para remediar as deficiências identificadas pelo auditor, autoridades reguladoras e de auditoria do Grupo e recebeu regularmente atualizações sobre o estatuto e o progresso neste contexto.

Em conformidade com a proposta do Comité de Auditoria, emitimos um mandato para um auditor independente e definimos o montante da remuneração do auditor. O auditor reviu adicionalmente o relato não financeiro legalmente exigido. O Comité de Auditoria lidou com as medidas para se preparar para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas para 2017, tendo especificado as suas próprias áreas prioritárias de auditoria e aprovado uma lista de serviços permissíveis não relacionados com auditoria. O Comité de Auditoria recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade, incluindo o auditor, para a prestação de serviços que não de auditoria. O Comité também tratou da implementação dos requisitos para o relatório alargado do auditor e um relatório não financeiro separado do Grupo, bem como a demonstração não financeira do Deutsche Bank AG (daqui em diante referidos em conjunto como: relato não financeiro). Além disso, à luz do novo regulamento da União Europeia (UE) e emendas à diretiva da UE sobre auditorias estatuárias, o Comité de Auditoria deu início a um procedimento de oferta para a auditoria das demonstrações financeiras de 2020.

Representantes do auditor do banco, bem como o Diretor da auditoria do Grupo participaram em todas as reuniões do Comité de Auditoria.

Comité de Integridade

O Comité de Integridade realizou sete reuniões, incluindo uma juntamente com o Comité de Risco. Em janeiro, o Comité de Integridade resolveu concluir as investigações internas forenses levadas a cabo com a assistência dos consultores externos independentes. À luz do progresso sustentado alcançado no relato do Conselho de Administração nos casos de litígio material e processos regulamentares e para evitar duplicações, a Comité de Integridade submeteu-nos uma proposta em janeiro para ajustar o processo de relato. O Conselho de Administração irá continuar a reportar ao Comité de Integridade sobre os casos com os maiores riscos e casos com uma relevância especial. Além disso, o Comité de Integridade abordou os compromissos de seguimento resultantes dos acordos concluídos.

Os tópicos cobertos intensamente pelo Comité de Integridade incluíram o governo da sociedade, tendo recebido relatórios do Conselho de Administração sobre riscos de reputação. Juntamente com o Conselho de Administração, o Comité de Integridade discutiu medidas relativas às políticas internas e monitorizou a sua implementação. Os pontos de enfoque adicionais do trabalho do Comité de Integridade incluíram a monitorização da implementação de iniciativas culturais, bem como de um processo padronizado de "ensinamentos retirados" em todo o banco. Foram também abordadas regularmente as questões ambientais e sociais nas reuniões do Comité de Integridade. Estas envolveram essencialmente a responsabilidade social corporativa do banco e a contribuição para a preservação do ambiente.

Comité de Controlo de Remunerações

O Comité de Controlo de Remunerações realizou dez reuniões, incluindo uma juntamente com o Comité de Risco. O Comité de Controlo de Remunerações monitorizou a estruturação adequada dos sistemas de remuneração para o Conselho de Administração e colaboradores, juntamente com a remuneração para os diretores das funções de controlo e colaboradores que correm riscos materiais. Lidou com o Relatório de Remuneração de 2016 e com o Relatório de Controlo de Remunerações do responsável de remuneração que concluíram que o sistema de remuneração do banco está adequadamente estruturado e em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV). O Comité de Controlo de Remunerações concordou com esta avaliação. Além disso, o Comité abordou a determinação e distribuição do montante total da remuneração variável dos colaboradores do banco, nomeadamente em consideração à acessibilidade. Recebeu relatórios sobre estratégia e sobre o alinhamento dos requisitos de remuneração variável à estratégia. O Conselho de Administração relatou ao Comité os ajustes à remuneração com base em ações para colaboradores à luz do aumento de capital.

O Comité de Controlo de Remunerações lidou também com as alterações nas condições do quadro regulamentar com base na nova versão da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) e discutiu as ações exigidas pelo Conselho de Fiscalização como resultado. O Comité submeteu propostas relativas à remuneração do Conselho de Administração e deliberou sobre a nova estrutura de remuneração, bem como sobre o relatório de estado relativo à determinação de remuneração variável dos membros do Conselho de Administração. Neste contexto, o Comité recebeu apoio do responsável de remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações apoiou-nos na monitorização do envolvimento da área interna de controlo, bem como de outras áreas materiais na estruturação dos sistemas de remuneração e avaliou os efeitos dos sistemas de remuneração sobre a situação de risco, capital e liquidez do Deutsche Bank e Deutsche Bank Group.

Comité de Nomeações

O Comité de Nomeações reuniu oito vezes. Abordou, em particular, questões relacionadas com a sucessão e nomeações, ao mesmo que tem em conta os requisitos legais, e nomeou os candidatos específicos para o Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização. Além disso, o Comité de Nomeações preparou a avaliação anual do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração e foi apoiado nesta tarefa por um consultor externo. No quadro desta avaliação, o Comité de Nomeações também teve em conta as considerações do Banco Central Europeu constante na análise temática sobre governação e apetência para o risco de 2016 e na análise temática de acompanhamento de 2017.

Além disso, o Comité de Nomeações fez recomendações ao Conselho de Administração relativas aos princípios para a seleção e nomeação de pessoas para o nível da direção, tendo considerado também, numa base contínua, as consultas das versões preliminares das novas Normas Técnicas Regulamentares da Autoridade Bancária Europeia sobre governação interna e respetivas diretrizes relativas à avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e titulares de funções-chave.

Comité de Mediação

As reuniões do Comité de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

Participação em reuniões

Os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comités dos quais eram membros, conforme se segue:

	Reuniões (incl. comités)	Reuniões (sessões plenárias)	Participação (sessões plenárias)	Reuniões (comités)	Participação (comités)	Participação em % (de todas as reuniões)
Achleitner	59	10	10	49	43	90
Böhr	19	10	9	9	9	95
Bsirske	38	10	9	28	25	89
Dublon	22	10	9	12	12	95
Duscheck	10	10	10	-	-	100
Eschelbeck	5	5	5	-	-	100
Garrett-Cox	18	10	10	8	7	94
Heider	17	10	10	7	7	100
Irrgang	17	10	10	7	7	100
Kagermann	38	10	9	28	27	95
Klee	17	10	9	7	6	88
Löscher	9	5	4	4	4	89
Mark	18	10	9	8	7	89
Meddings	29	10	10	19	18	97
Empresa-mãe	28	10	9	18	15	86
Platscher	18	10	10	8	6	89
Rose	18	10	9	8	5	78
Rudschäfski	38	10	9	28	25	89
Schütz	5	5	5	-	-	100
Simon	17	10	10	7	6	94
Teyssen	21	10	9	11	10	90

Governo da sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e dos respetivos comités está em conformidade com boas normas de governo da sociedade e cumpre os requisitos das principais autoridades reguladoras. Este facto reflete-se na atmosfera de confiança no Conselho de Fiscalização e na cooperação fundada na confiança entre os representantes de colaboradores e de acionistas. O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e - como exigido - numa base ad hoc, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todos os riscos relevantes para o desempenho das suas funções.

Nas reuniões do Conselho de Fiscalização, os presidentes do comité reportaram regularmente sobre o trabalho dos comités. De forma regular, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. No início ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e do Comité houve debates regulares nas sessões executivas sem a participação do Conselho de Administração.

Com base nas recomendações dos comités respetivamente responsáveis, determinámos que a Sra. Garrett-Cox, o Sr. Meddings, o Dr. Achleitner e o Professor Dr. Simon são os especialistas financeiros em conformidade com a definição das

regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 e do artigo 100.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). O Dr. Achleitner e o Professor Dr. Kagermann são os especialistas de remuneração em conformidade com as disposições do artigo 25.º-D, n.º 12, da lei bancária alemã (KWG). Além disso, confirmámos a independência, tal como definido pelos regulamentos dos EUA, de todos os membros do Comité de Auditoria e determinámos que o Conselho de Fiscalização tem aquilo que consideramos ser um número adequado de membros independentes.

O Dr. Achleitner e os presidentes dos comités reuniram regularmente com representantes dos reguladores-chave e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivo comité e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

Em preparação para a votação sobre a estrutura da remuneração do Conselho de Administração na Assembleia-Geral em 2017, Dr. Achleitner, na sua função como presidente do Conselho de Fiscalização, entra em diálogo com representantes de investidores sobre o novo modelo de remuneração para o Conselho de Administração. Os tópicos nestes debates cobriram também as prioridades e composição do Conselho de Fiscalização, bem como a respetiva interação com o Conselho de Administração relativamente à estratégia do Deutsche Bank.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho de Fiscalização em plenário abordámos a avaliação prevista por lei do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização. O debate final dos resultados ocorreu a 1 de fevereiro de 2018 e os resultados foram apresentados num relatório final. Somos da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e tempo disponível dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Contudo, identificámos potencial adicional de melhoria. Este potencial relaciona-se, por exemplo, com um enfoque maior em tópicos com uma relevância para o futuro, a reputação do banco e respetivo desenvolvimento no espetro digital.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Administração a 27 de outubro de 2016, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização a 26 de outubro de 2017. O texto da declaração de conformidade, juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado a partir da página 372 do Relatório Anual de 2017 e no nosso sítio Web em https://www.db.com/ir/en/documents.htm. As nossas declarações de conformidade desde 2007 estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comités do Conselho de Administração.

Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Fiscalização concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas. Além disso, várias medidas destinadas à educação foram realizadas com o Conselho de Fiscalização em plenário e com os seus comités para manter o conhecimento especializado necessário. Estas cobriam um total de mais de 20 tópicos, tais como digitalização, segurança da informação, relato não financeiro, desenvolvimentos na área do euro, remuneração e a nova versão da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV).

Para os novos membros que ingressaram no Conselho de Fiscalização, foram realizados cursos de iniciação extensivos para facilitar a sua adaptação ao cargo.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Na sua qualidade de presidente do Comité de Nomeações e como Presidente do Conselho de Fiscalização, o Dr. Achleitner não participou nos debates e votação sobre as deliberações relativas à proposta para a sua reeleição na Assembleia-Geral.

As demonstrações financeiras anuais, as demonstrações financeiras consolidadas, o relatório não financeiro consolidado e a demonstração não financeira

A KPMG auditou as demonstrações financeiras anuais, incluindo o relatório de contabilidade e gestão, assim como as demonstrações financeiras consolidadas com o relatório de gestão relacionado do exercício financeiro de 2017 e emitiu em ambos os casos um parecer de auditoria sem reservas em 12 de março de 2018. Os relatórios de auditoria foram assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Pukropski e Sr. Böth. O Sr. Pukropski assinou o relatório do auditor para as demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez para o exercício financeiro de 2013 e o Sr. Böth pela primeira vez para o exercício financeiro de 2017.

Além disso, a KPMG efetuou uma análise para obter uma garantia limitada no contexto do relato não financeiro e, em ambos os casos, emitiu um parecer sem reservas.

O Comité de Auditoria examinou os documentos para as demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas para 2017, bem como o relato não financeiro para 2017 na respetiva reunião em 9 e 14 de março de 2018. Os representantes da KPMG apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião de hoje do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação e tratamento avançado do Comité de Auditoria e após apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas, assim como dos documentos do relato não financeiro, concordámos com os resultados das auditorias, no seguimento de um debate extensivo sobre o Conselho de Fiscalização e com representantes da KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de afetação de lucros distribuíveis do Conselho de Administração.

Questões pessoais

Sr. Herling foi membro do Conselho de Fiscalização até ao final de 2016. Durante o período restante do seu mandato, foi substituído pelo Sr. Rudschäfski, que também foi eleito como vice-presidente.

Com a conclusão da Assembleia-Geral em maio de 2017, o Sr. Löscher e o Professor Dr. Trützschler deixaram o Conselho de Fiscalização. A Assembleia-Geral elegeu o Sr. Eschelbeck e o Sr. Schütz como novos membros.

Em 5 de março de 2017, nomeámos o Dr. Schenck e o Sr. Sewing como presidentes (vice-presidentes do Conselho de Administração).

No decurso de 2017, prorrogámos as nomeações da Sra. Matherat, do Sr. von Rohr, Dr. Schenck e Sr. Sewing como membros do Conselho de Administração em cinco anos em cada caso. O Sr. von Moltke e o Sr. Strauß foram nomeados como membros do Conselho de Administração pela primeira vez por três anos em cada caso. (Consulte a “Declaração de Governo da Sociedade / Conselho de Administração” a partir da página 354 do Relatório Anual.)

O Sr. Urwin deixou o Conselho de Administração no final de março de 2017.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros que abandonaram o Conselho de Fiscalização no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Também gostaríamos de agradecer aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, 15 de março de 2018

O Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
Presidente

Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
– Presidente
Munique

Stefan Rudschäfski*
– Vice-presidente
Kaltenkirchen

Wolfgang Böhr*
Düsseldorf

Frank Bsirske*
Berlim

Dina Dublon
Nova Iorque

Jan Duscheck*
Berlim

Gerhard Eschelbeck
desde 18 de maio de 2017
Cupertino

Katherine Garrett-Cox
Brechin, Angus

Timo Heider*
Emmerthal

Sabine Irrgang*
Mannheim

Prof. Dr. Henning Kagermann
Königs Wusterhausen

Martina Klee*
Frankfurt am Main

Peter Löscher
até 18 de maio de 2017
Munique

Henriette Mark*
Munique

Richard Meddings
Sandhurst

Louise M. Parent
Nova Iorque

Gabriele Platscher*
Braunschweig

Bernd Rose*
Menden

Gerd Alexander Schütz
desde 18 de maio de 2017
Viena

Prof. Dr. Stefan Simon
Schwyz

Dr. Johannes Teyssen
Düsseldorf

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
até 18 de maio de 2017
Essen

* Representantes dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*

Prof. Dr. Henning Kagermann

Stefan Rudschäfski*

Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Wolfgang Böhr*

Prof. Dr. Henning Kagermann

Stefan Rudschäfski*

*

Comité de Auditoria

Richard Meddings
– Presidente

Dr. Paul Achleitner

Katherine Garrett-Cox

Henriette Mark*

Gabriele Platscher*

Bernd Rose*

Prof. Dr. Stefan Simon
desde 18 de maio de 2017

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
até 18 de maio de 2017

Comité de Risco

Dina Dublon
- Presidente

Dr. Paul Achleitner

Wolfgang Böhr*

Richard Meddings

Louise M. Parent

Comité de Nomeações

Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*

Prof. Dr. Henning Kagermann

Stefan Rudschäfski*

Dr. Johannes Teyssen

Comité de Integridade

Prof. Dr. Stefan Simon
desde 18 de maio de 2017
– Presidente
desde 1 de janeiro de 2018

Louise M. Parent
- Presidente
até 31 de dezembro de 2017

Dr. Johannes Teyssen
– Vice-presidente
até 31 de dezembro de 2017

Dr. Paul Achleitner

Sabine Irrgang*

Timo Heider*

Martina Klee*

Peter Löscher
até 18 de maio de 2017

Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*

Prof. Dr. Henning Kagermann

Stefan Rudschäfski*

* Representantes dos colaboradores

A nossa estratégia de negócio

Somos um banco europeu líder com alcance global, apoiado por uma base sólida na Alemanha, a maior economia da Europa. Fornecemos serviços em banca comercial e de investimento e banca de retalho, bem como produtos de gestão de ativos e patrimónios a empresas, governos, investidores institucionais, pequenas e médias empresas, e particulares.

Delineámos uma estratégia plurianual em outubro de 2015 para reforçar os pontos fortes do nosso modelo de negócio e franquia de clientes. Os quatro objetivos seriam: mais simples e mais eficiente, menos arriscado, mais bem capitalizado e mais bem gerido com uma execução mais disciplinada.

Durante o decurso de 2016, fizemos melhorias significativas nos nossos sistemas de controlo e reduzimos os nossos riscos legais, incluindo algumas das nossas matérias de litígio significativas, tal como a então investigação pendente pelo Ministério da Justiça dos Estados Unidos (DOJ) do nosso negócio de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS) nos Estados Unidos. Concluímos também a alienação de vários ativos não estratégicos, incluindo a venda da nossa quota no Hua Xia Bank e a venda da Abbey Life e da Private Client Services dos Estados Unidos. Além disso, preparámos ou concluímos as saídas de países previamente anunciadas e acelerámos a dissolução da Non-Core Operations Unit, que foi subsequentemente encerrada no início de 2017.

Em março de 2017, tomámos medidas adicionais para reforçar ainda mais o banco e colocá-lo numa posição melhor para se dedicar a oportunidades de crescimento. Nomeadamente, estas incluíram o aumento de 8 mil milhões de euros de capital próprio adicional através de uma oferta de direitos. Os principais objetivos destas medidas incluíram:

- manter o capital CET 1 elevado, apoiado pelo aumento de capital, assim como níveis elevados de liquidez;
- ter uma franquia da divisão Corporate & Investment Bank (CIB) líder com escala e solidez para competir e crescer com sucesso a nível global;
- ocupar a primeira posição na banca privada e comercial no nosso mercado nacional na Alemanha, servindo mais de 20 milhões de clientes na nossa divisão Private & Commercial Bank (PCB);
- conceder à nossa divisão Deutsche Asset Management (Deutsche AM) de classe mundial segregação operacional que possa suportar um crescimento acelerado;
- reduzir a dimensão do nosso centro corporativo e da base de custos em parte através de um alinhamento mais invertido e mudar grande parte das funções de infraestruturas para as divisões; e
- voltando os nossos ganhos e mistura de negócio cada vez mais para negócios estáveis.

Geograficamente, pretendemos reter as nossas capacidades globais, onde a nossa administração acredita que a nossa franquia é mais forte, o potencial de crescimento é maior e os retornos ajustados ao risco potencial são mais elevados.

- A divisão PCB centra-se principalmente na Alemanha, com negócios de gestão de património em todo o mundo.
- Considerando a natureza global dos nossos clientes corporativos essenciais, pretendemos manter e reforçar as capacidades da CIB em toda a Alemanha e EMEA (ex-Alemanha), Estados Unidos e Canadá e na Ásia e Pacífico (APAC). Embora seja nossa intenção ter uma presença global ao nível dos clientes institucionais, esperamos estar focados principalmente na Alemanha e EMEA (ex-Alemanha) onde a nossa franquia competitiva é a mais forte. Pretendemos também manter uma presença forte, mas mais focada nos Estados Unidos.
- A Deutsche AM continua a fornecer um pacote completo de serviços de gestão de investimentos na Alemanha e na região EMEA mais abrangente, enquanto melhora as respetivas capacidades de especialista nos Estados Unidos e APAC.

»Em 2017 registamos o primeiro o lucro antes de impostos em três anos, apesar da conjuntura de mercado difícil, das baixas taxas de juro e de investimentos adicionais em tecnologia e controlos. Apenas um encargo relacionado com a reforma tributária dos Estados Unidos no fim do ano implicou que tivéssemos de declarar uma perda líquida no exercício. Acreditamos que estamos firmes no caminho do crescimento e de maior rentabilidade com uma disciplina sustentada relativamente aos custos e aos riscos. A fusão do Postbank e a oferta pública inicial parcial da DWS estão ambos a avançar adequadamente.
Fizemos progressos, mas não estamos ainda satisfeitos com os nossos resultados.«

John Cryan, Media Release, February 2, 2018

	Objetivos financeiros do Grupo
Rácio CET 1 (1)	Confortavelmente acima de 13%
Rácio de alavancagem	4.5%
RoTE após impostos	~10 % num ambiente operacional normalizado
Dividendo por ação	Aspiração de alcançar um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores
Custos ajustados (2)	~ 22 mil milhões de euros (3) até 2018 ~ 21 mil milhões de euros (3) até 2021

(1) Implementação integral das normas Basileia III
(2) Despesas totais (excluindo juros), excluindo reestruturação e indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros intangíveis
(3) Anunciamos recentemente a nossa estimativa de que os custos ajustados em 2018 sejam aproximadamente 23 mil milhões de euros, em comparação com o objetivo de 22 mil milhões de euros. A diferença reflete largamente 900 milhões de euros de custos associados às empresas que estão a ser vendidas. Esperava-se que essas vendas já estivessem realizadas por completo em 2018, mas foram adiadas ou suspensas.

Os nossos objetivos financeiros

Os nossos objetivos financeiros são:

- Custos ajustados de 22 mil milhões de euros em 2018, e 21 mil milhões de euros até 2021, que incluem os custos ajustados do Postbank; esperamos que os custos ajustados em 2018 sejam aproximadamente de 23 mil milhões de euros, o que reflete o nosso alvo de 22 mil milhões de euros mais o impacto do custo das vendas de negócios adiadas ou suspensas
- Alcançar um capital próprio tangível médio após impostos de aproximadamente 10% num ambiente operacional normalizado
- Manter um rácio Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV (fully loaded) confortavelmente acima dos 13%, em todos os momentos
- Alcançar um rácio de alavancagem CRR/CRD IV de 4,5% e
- Visar um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores.

Estamos empenhados no nosso objetivo de reduzir ainda mais os nossos custos ajustados. Em outubro de 2015, estabelecemos um alvo anual de 22 mil milhões de euros em custos ajustados para 2018. Alcançar esse alvo de custos assume uma poupança na ordem dos 900 milhões de euros de despesas anuais associadas às alienações de negócios planeados. Contudo, estas alienações foram adiadas ou suspensas e, consequentemente, a poupança de 900 milhões de euros não se irá materializar em 2018 como inicialmente planeado. Por conseguinte, esperamos agora atingir custos ajustados de aproximadamente 23 mil milhões de euros em 2018. Espera-se que os 900 milhões de euros em custos ajustados associados a estes negócios sejam mais do que compensados pelas receitas correspondentes retidas, levando a um impacto líquido positivo nos IBIT em 2018.

Atualização na execução de estratégias

Em 2017, fizemos progressos consideráveis na consecução dos nossos objetivos, anunciados no início do ano. As principais conquistas em 2017 incluíram:

- Fortalecemos substancialmente a nossa capitalização através de um aumento de capital, resultando em receitas líquidas de aproximadamente 8 mil milhões de euros. O nosso rácio Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV, fully loaded) era de 14,0% no final de 2017, tendo subido dos 11,8% registados no final de 2016
- Reorganizámos com êxito as nossas divisões de negócio em três unidades distintas, com os objetivos de reforçar os negócios de cada uma, aperfeiçoar a cobertura de clientes, melhorar a quota de mercado e promover eficiências e crescimento:
  - A nova Corporate & Investment Bank (CIB), que combina os nossos negócios bancários de mercados, consultoria, financiamento e transações
  - A Private & Commercial Bank (PCB), que combina o Postbank com os nossos negócios existentes privados, comerciais e de gestão de património
  - Uma Deutsche Asset Management (Deutsche AM) operacionalmente e legalmente segregada
- Estamos no processo de combinar o Postbank com a nossa área de negócios Private & Business Clients na Alemanha com o objetivo de criar uma presença de retalho líder de mercado na Alemanha, impulsionando uma maior eficiência através de ganhos melhores e de escala e da estabilidade de financiamento para o Deutsche Bank
- Entretanto, continuámos a execução das iniciativas estratégicas existentes na PCB e concluímos essencialmente o nosso alvo para cerca de 188 filiais de retalho na Alemanha
- Estamos a progredir bem na preparação da oferta pública inicial planeada da Deutsche AM; alinhámos a estrutura organizacional mais estreitamente ao trazer as nossas capacidades ativas, passivas e alternativas para uma plataforma de investimento globalmente integrado e criámos um único grupo de cobertura global. A maioria das entidades jurídicas dedicadas da Asset Management que já tinham sido agrupadas foi transferida para uma holding de Asset Management comum alemã, DWS SE, durante o ano de 2017 e no primeiro trimestre de 2018 com as entidades jurídicas restantes da Asset Management, incluindo a holding dos Estados Unidos, para voltar a servir como empresa-mãe no primeiro semestre de 2018. A conversão da holding DWS SE numa parceria limitada por ações foi concluída com êxito no primeiro trimestre de 2018. A DWS Group GmbH & Co. KGaA é gerida por um parceiro geral (DWS Management GmbH), cujos diretores executivos foram formalmente nomeados em março de 2018. Adicionalmente, as atividades e colaboradores da Asset Management foram transferidos para entidades dedicadas à AM e novas filiais europeias da DeAM International GmbH serão criadas no decurso de 2018
- Estamos a progredir com o nosso programa de alienações de negócios e concluímos e assinámos várias transações em 2017, incluindo o acordo de venda da maior parte dos negócios da nossa Private & Commercial Bank polaca, em linha com o nosso esforço para continuar a melhorar o nosso enfoque e a reduzir a complexidade
- Também continuámos a reduzir a complexidade no nosso espetro das TI ao desativar cerca de 30% dos nossos principais sistemas operacionais desde 2015.

Perfil societário

»Simultaneamente ao aumento de capital anunciamos também um realinhamento das nossas divisões:

- Formamos e integramos a divisão de Corporate & Investment Bank, focada particularmente nas empresas internacionais. Tem uma posição de liderança na Europa e uma rede mundial.
- Encontramo-nos no processo de criação daquele que é indubitavelmente o maior banco privado e comercial da Alemanha com mais de 20 milhões de clientes - um compromisso claro com o nosso mercado nacional. Um aspeto chave para este passo foi a reversão da decisão de venda do Postbank, feita na primavera de 2015. As economias de escala estão a tornar-se cada vez mais importantes - especialmente no advento das tecnologias digitais. Mais de 11 milhões de clientes já utilizam os nossos serviços digitais. No futuro teremos duas marcas - mas apenas uma entidade legal, um sistema de tecnologias de informação e uma única equipa de gestão. A integração está a progredir como planeado. [...]
- O nosso negócio Asset Management está bem encaminhado para readquirir a sua força passada - com o apoio de uma perspetiva de maior autonomia que já se encontra a gerar um novo ímpeto. No curso da OPI iminente, o negócio de Asset Management em todo o mundo será renomeado como DWS. Isto representa, também, um compromisso para com o nosso mercado nacional e as nossas raízes.«

Discurso de John Cryan na conferência de imprensa anual, 2 de fevereiro de 2018

Divisões corporativas	Divisões operacionais	Infraestrutura
Corporate & Investment Banking	Global Transaction Banking	Funções de controlo e serviço
	Geração e consultoria	Direção, controlo e planeamento de recursos supradivisionais e em todo o grupo
	Financiamento	Gestão do risco, de liquidez e de capital
	Fixed Income and Currencies da Sales & Trading	
	Ações Sales & Trading	
Private & Commercial Bank	Private & Commercial Clients Alemanha	
	Private & Commercial Clients internacional	
	Postbank	
	Wealth Management	
Deutsche Asset Management	Asset Management	

Ações e obrigações do Deutsche Bank

- Êxito no aumento de capital
- Cinco acionistas de grande dimensão
- Estreitamento de spreads de emissão

Informação da cotação da ação

1-1
Cotação da ação 2017

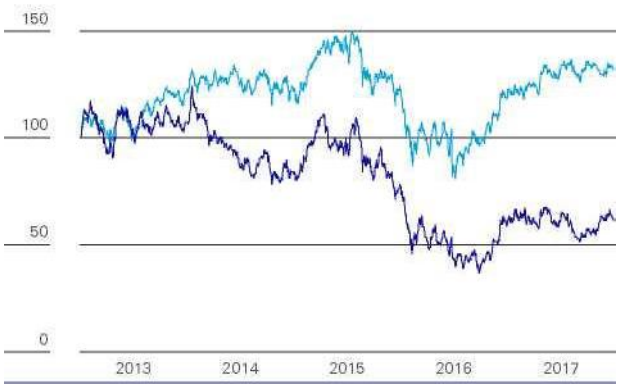
Xetra, em euros
A Dividendo B de resultados D
Deutsche Bank
Máximo (26 jan 2017, intradiário)
Mínimo (06 set 2017, intradiário)

Fonte: Bloomberg

31 dez 2016	As ações do Deutsche Bank atingem um valor de 15,40 euros
26 jan 2017	As ações do Deutsche Bank atingem um máximo anual de 17,82 euros (intradiário) e beneficiam das expectativas de desregulamentação bancária
5 mar 2017	O Deutsche Bank anuncia novos objetivos financeiros, aumento de capital e ações adicionais
19 mar 2017	O Deutsche Bank fixa um total de proveitos devido ao aumento de capital em 8 mil milhões de euros. Número de ações aumenta para 2 067 milhões de ações
23 mai 2007	Pagamento de dividendos de 19 cêntimos de euros por ação para 2015/2016
6 set 2017	As ações do Deutsche Bank atingem um mínimo anual de 13,11 euros (intradiário) devido a revisões dos ganhos após os resultados do segundo trimestre de 2017
29 dez 2017	Cotação de fecho de 15,88 euros, aumento de 3,1% em comparação com o fecho do ano anterior. Fecho do índice DAX +12,5 % e índice STOXX Europe 600 Banks +8,1 % em comparação com o fecho do ano anterior.

1-2
Índice de retorno total a longo prazo

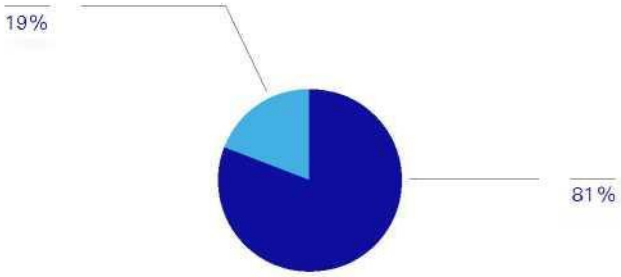
Índice de retorno total, início de 2013 = 100
STOXX Europe 600 Banks
Deutsche Bank



Fonte: Bloomberg

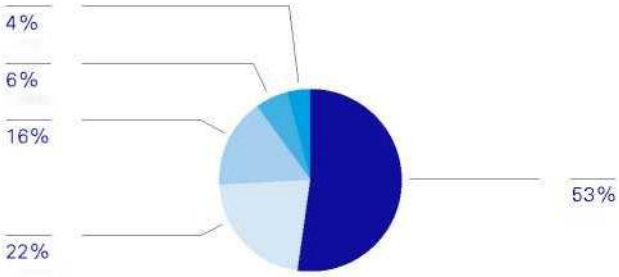
Um investidor que tivesse adquirido ações do Deutsche Bank por 10 000 euros no início de 2013, reinvestido dividendos e subscrito aumentos de capital sem injetar fundos adicionais, teria uma carteira no valor de 6 150 euros no final de 2017. Tal corresponde a uma perda anual média de 9,3% por ano. No caso do índice STOXX Europe 600 Banks, foi registado um aumento anual de 5,8 % para o mesmo período. O DAX contabilizou uma subida de 11,2% por ano.

1-3
Acionistas por grupo em % do capital acionista
2 066,8 milhões de ações no fim de 2017



Números arredondados
Fonte: registo de ações

1-4
Distribuição regional da participação acionista
Repartição regional em % do capital acionista



Números arredondados
Fonte: registo de ações

Acionistas de grande dimensão

1-5
Acionistas de grande dimensão de acordo com o artigo 33.º, secção 1 da lei alemã relativa à transação de títulos

6,55 %	detidos pela BlackRock, Inc., Wilmington, DE	23 de fevereiro de 2018
3,50%[1]	detidos pela C-QUADRAT Special Situations Dedicated Fund, Ilhas Caimão	13 de fevereiro de 2018
3,05 %	detidos pela Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas	20 de agosto de 2015
3,05 %	detidos pela Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão	20 de agosto de 2015,
3,001 %	detidos por Stephen A. Feinberg, data de nascimento: 29 de março de 1960, Nova Iorque, (Cerberus)	14 de novembro de 2017

[1] Percentagem total de direitos de voto: 9,06% (direitos de voto associados às ações: 3,50%, direitos de voto através de instrumentos financeiros: 5,56%)

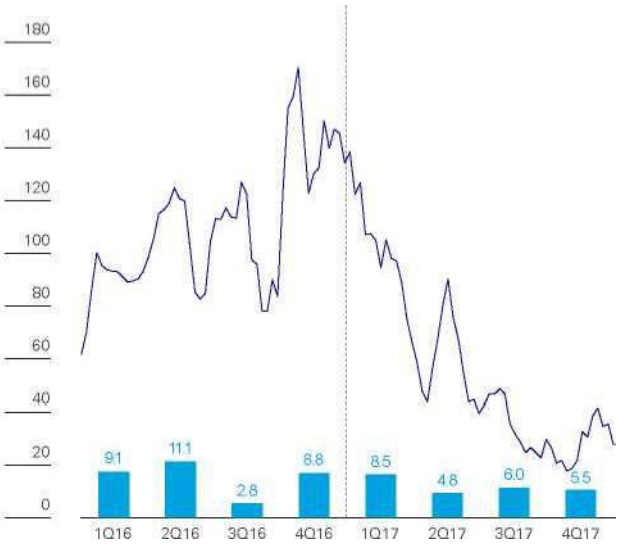
Recompra de ações para planos de remuneração

A Assembleia-Geral de 2017 autorizou o Conselho de Administração a recomprar até 10% do capital social (206,7 milhões de ações) no final de abril de 2022. Apenas um máximo de 5% do capital social (103,3 milhões de ações) podem ser adquiridas com recurso a derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia-Geral de 2016. Durante o período entre a Assembleia-Geral de 2017 e 31 de dezembro de 2017, 14,1 milhões de ações foram recompradas. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação de capital no mesmo período ou destinavam-se a ser utilizadas no período seguinte. O número de ações detidas em Tesouraria resultantes de recompras era de 0,2 milhões a 31 de dezembro de 2017.

Dívida do Deutsche Bank

1-6
Spreads de emissão e médios

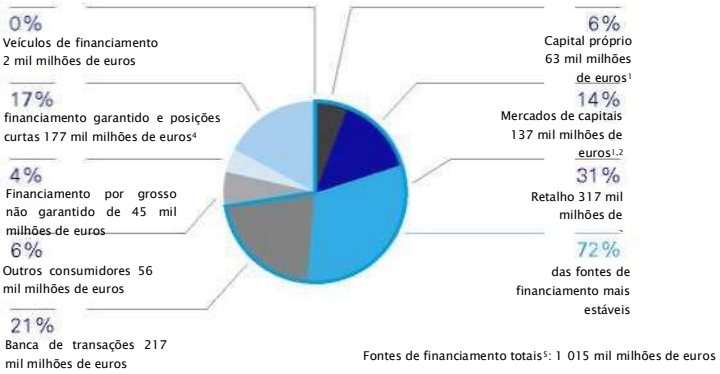
Emissão de dívida do DB, em milhares de milhões de euros
Spread médio de emissão do DB



[1] Com base na média móvel do spread de emissão a 4 semanas em comparação com a Euribor a 3 meses. Instrumentos AT1 excluídos do cálculo do spread

1-7
Perfil de financiamento externo

Em 31 de dezembro de 2017, em milhares de milhões de euros



Os valores podem não corresponder devido a arredondamentos
[1] Os instrumentos AT1 estão incluídos nos mercados de capitais
[2] A emissão de mercados de capitais difere da dívida a longo prazo como comunicado nas nossas contas IFRS do Grupo
[3] Inclui depósitos da Wealth Management
[4] Inclui 26 mil milhões de euros do financiamento das TLTRO com uma maturidade residual até 2020
[5] As fontes de financiamento excluem derivados e outros passivos não relacionados com financiamento

De uma forma geral, as atividades de emissão do Deutsche Bank estão bem diversificadas por mercados, instrumentos, divisas e investidores. As transações mais significativas em 2017 incluíram uma emissão não garantida sénior de 1,5 mil milhões de euro s em janeiro, com uma maturidade de 5 anos, uma emissão não garantida sénior em duas tranches nos EUA de 2,25 mil milhões de dólares em julho, com uma maturidade de 3 anos e uma emissão Tier 2 de mil milhões de euros em novembro, com uma maturidade de 15 anos com opção de compra no ano 10.

Informações sobre a ação do Deutsche Bank

Dados Estruturais

		2017	2016	2015
Número de acionistas		592 977	598 122	561 559
Acionistas por tipo em % do capital acionista[1]	Institucionais (incluindo bancos)	81	77	81
	Privados	19	23	19
Repartição regional em % do capital acionista[1]	Alemanha	53	56	56
	União Europeia (excluindo a Alemanha)	22	20	22
	Suíça	6	4	4
	EUA	16	18	15
	Outros	4	1	3

Números-chave

	2017	2016	2015
Rentabilidade total da ação do Deutsche Bank[2]	4,3 %	(23,4 %)	(7,5 %)
Cotação máxima da ação (em euros)	17,82	19,723	29,833
Cotação mínima da ação (em euros)	13,11	8,833	18,463
Dividendo por ação no exercício (em euros)	0,11[4]	0,11	0,08
Capitalização bolsista (em milhares de milhões de euros)	32,8	23,8	31,1

	31 dez 2017
Ações emitidas	2 066 773 131
Ações em circulação	2 066 402 041
Capital social (em euros)	5 290 939 215,36
Cotação da ação[5] (em euros)	15,88
Ponderação no índice DAX	2,84 %
Ponderação no índice Euro STOXX 50	1,24 %
Participações no índice selecionadas	Índice DAX, índice Euro STOXX 50, Índice STOXX Europe600

Códigos de identificação dos valores mobiliários

Deutsche Börse (Bolsa Alemã)		New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque)	
Tipo de emissão	Ação nominativa	Tipo de emissão	Ação nominativa, registada em vários mercados
Símbolo	DBK	Moeda	USD
WKN (Número de Identificação de Segurança Alemão)	514000	Símbolo	DB
ISIN	DE0005140008	CINS	D18190898
Bloomberg	DBK GR	Bloomberg	DBK US
Reuters	DBKGn.DE	Reuters	DB.N

[1] Números arredondados
[5] Xetra – cotação de fecho
[3] Os preços históricos das ações foram ajustados em 20 de março de 2017 com efeito retroativo para refletir o aumento de capital através da multiplicação de um fator de correção de
[4] Proposta para a Assembleia-Geral Anual em 24 de maio de 2018
[2] Cotação da ação com base no sistema Xetra

A nossa marca

Pretendemos promover o crescimento económico e o progresso social, através da criação de impacto positivo para os nossos clientes, a nossa população, os nossos investidores e as nossas comunidades.
Agora, mais do que nunca, precisamos de demonstrar o valor do que fazemos, mostrar que somos um banco com um negócio produtivo, significativo e sustentável. Um banco que é fiável, tem elevado desempenho e é humano. Um banco que equilibra o sucesso económico

Utilizamos hashtags para convidar ao diálogo envolver as nossas partes interessadas em todos os mercados. O impacto positivo está relacionado com o que fazemos acontecer para os outros.

#PositiveImpact

1- Relatório de Gestão

26 Análise Operacional e Financeira
26 Sumário executivo
28 Grupo Deutsche Bank
34 Resultado operacional
54 Posição Financeira
56 Liquidez e Recursos de Capital
58 Perspetivas
64 Riscos e oportunidades
67 Relatório de Risco
69 Visão geral do risco e do capital
72 Quadro de risco e de capital
84 Gestão do risco e de capital
114 Desempenho de capital e risco
173 Relatório de Remunerações
176 Relatório de Remuneração do Conselho de Administração
202 Relatório de Remuneração dos colaboradores
215 Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
218 Responsabilidade corporativa
219 Funcionários
223 Controlo interno sobre o relato financeiro
226 Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
229 Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas. A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo desta Análise Operacional e Financeira. Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas. São divulgadas declarações relativas ao futuro na nossa secção do Outlook e em qualquer parte deste relatório.

Sumário executivo

A economia global

Crescimento económico (em %)[1]	2017[2]	2016	Principal fator responsável
Economia global	**3,8**	3,2	Crescimento económico global e comércio global com forte dinamismo. A economia global surpreendeu pela positiva apesar do aperto gradual da política monetária.
Dos quais:			
Países industrializados	2,2	1,6	O dinamismo global mais resultados favoráveis ao mercado das eleições europeias impulsionaram o crescimento nos países industrializados.
Mercados emergentes	4,9	4,3	Mercados emergentes beneficiaram de preços mais altos do crude e das fortes economias asiáticas.
Economia da área do euro	**2,5**	1,8	Os resultados das eleições europeias tiveram um impacto positivo nos mercados. Tanto o consumo como a atividade de investimento aumentaram o crescimento económico, em particular no segundo semestre do ano.
Dos quais: Economia alemã	2,2	1,9	A economia alemã também surpreendeu pela positiva, quase só incentivada pela economia nacional. Um muito restrito mercado de trabalho, uma política monetária expansionista e estímulos fiscais adicionais conduziram a um crescimento acima da tendência.
Economia dos Estados Unidos	**2,3**	1,5	A economia dos Estados Unidos comportou-se quase como esperado. O condutor-chave da economia dos Estados Unidos continua a ser o consumo privado garantido por um mercado laboral com bom funcionamento.
Economia do Japão	**1,8**	0,9	A economia japonesa teve uma mistura equilibrada de crescimento, onde tanto o setor nacional como internacional contribuíram para o crescimento do PIB.
Economia asiática[3]	**6,1**	6,2	Fortalecimento do comércio intra-asiático é um condutor-chave do crescimento. Os mercados emergentes da Ásia continuam a ser a ocupar a posição de liderança global em termos de crescimento do PIB.
Dos quais: Economia chinesa	6,9	6,7	A economia chinesa expandiu-se ligeiramente mais do que o esperado. Não se materializaram os riscos provenientes da sobrevalorização do setor imobiliário.

[1] Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.
[2] Fontes: Deutsche Bank Research.
[3] Incluindo China, Índia, Indonésia, República da Coreia e Taiwan, ex Japão.

O setor bancário

Os empréstimos ao setor privado na área do euro assistiram a uma grande divergência em 2017. Por um lado, os volumes de empréstimos empresariais pendentes continuaram a estagnar, como tem vindo a acontecer desde o verão de 2014, com o aumento de aquisições de carteiras de dívidas em incumprimento e a continuação da sólida emissão de obrigações empresariais também a desempenhar um papel para esta conjuntura. Por outro lado, a concessão de empréstimos a famílias aumentou pelo terceiro ano consecutivo até atingir 3,4% em termos homólogos, o seu nível mais alto desde 2011. O volume pendente registou um novo recorde de 5,6 biliões de euros. Em particular, o empréstimo privado aumentou o ritmo de forma significativa à medida que o ano foi avançando. O elevado crescimento nos depósitos, subindo 4,1% em termos homólogos, continuou mais ou menos inalterada, apesar das zero taxas de juro. O rácio empréstimos/depósitos nos negócios do setor privado diminuiu mais no decurso do ano, baixando dos 107% para os 105%. Os depósitos de empresas expandiram-se em 6,6%, o dobro da taxa de depósitos provenientes de famílias de 3,3% em 2017.

Ao contrário dos desenvolvimentos na área do euro como um todo, a atividade de empréstimos empresariais na Alemanha registou outra forte evolução ascendente no ano passado. Após a estagnação há dois anos, a taxa de crescimento duplicou para 4,7% em termos homólogos em 2017. Houve simultaneamente um declínio considerável na emissão de obrigações empresariais. O empréstimo às famílias expandiu-se novamente num ritmo mais rápido, acelerando para os 3,4%, com o setor hipotecário a permanecer o principal condutor de crescimento (+4,3%). Do lado do financiamento, os bancos assistiram uma vez mais a um aumento significativo nos depósitos (+4,4%) apesar dos novos cortes nas taxas de juro, que eram negativas para as empresas e eficazmente zero para as famílias – ambos os valores historicamente baixos. O crescimento nos depósitos empresariais superará os depósitos do segmento de retalho, como tem sido o caso durante muitos anos. O rácio de depósitos empresariais comparativamente aos depósitos do setor privado no geral aumentou de 14,5% para mais de 20% nos últimos 15 anos.

Nos Estados Unidos, a atividade de empréstimos estabilizou num nível baixo, no seguimento do abrandamento dramático no final de 2016/ início de 2017. O volume de empréstimos empresariais pendentes aumentou 3,6% comparativamente aos 8,4% em 2016, ao passo que o empréstimo a famílias assistiu a um crescimento de 3,1%, 4,7% em 2016. Para o empréstimo empresarial, o fator decisivo foi o empréstimo para imóveis comerciais com 5,8% em termos homólogos, embora os empréstimos a empresas tradicionais, num sentido mais estrito, tenham assistido a um crescimento de apenas 1,5%. No que diz respeito ao empréstimo a famílias, o crescimento no crédito ao consumo de 5,1% superou aquele do financiamento hipotecário de 3,8%, tendo havido ainda descidas nos empréstimos de capital para crédito à habitação de 6,8%. Do lado dos depósitos, a taxa de expansão abrandou moderadamente para 4,2% em 2017, quase ao mesmo nível do crescimento geral na atividade de empréstimo. Como resultado, não houve alteração líquida no excesso considerável de passivos dos bancos dos Estados Unidos.

No Japão, a taxa de crescimento no negócio de depósitos abrandou consideravelmente em 2017 para 3,6% em termos homólogos, apesar de o número permanecer ligeiramente acima do crescimento no negócio de empréstimos, que subiu 2,5% relativamente a 2016.

Na China, o empréstimo a famílias começou a abrandar recentemente, após um crescimento extraordinário no último ano e meio. O crescimento para a totalidade do ano ascendeu aos 21% comparativamente aos 23% de 2016. Em contrapartida, a taxa de expansão no empréstimo a empresas aumentou de 8% para 12% em termos homólogos. Dado que o crescimento nos depósitos abrandou consideravelmente para menos de 8% e já não podia acompanhar o aumento na atividade de empréstimos, o rácio empréstimos/depósitos continuou a aproximar-se da marca dos 100% (subindo de 86% para 92,5% no decurso do ano). Em termos gerais, quase nos 150% de PIB, o empréstimo bancário ao setor privado na China atingiu um nível extraordinariamente alto. Para efeitos de comparação, este valor é de aproximadamente metade na Alemanha.

Desempenho do Deutsche Bank

Em 2017, o Deutsche Bank gerou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,2 mil milhões de euros. O resultado reflete gastos operacionais (excl. juros) mais baixos em comparação com 2016 e foi afetado por obstáculos significativos aos proveitos. Uma cobrança única de uma taxa de 1,4 mil milhões de euros resultante da reforma tributária dos Estados Unidos levou a uma perda líquida de 0,7 mil milhões de euros. Durante o ano, solucionámos de forma bem-sucedida várias questões de litígio e continuámos a investir em melhoramentos no controlo. Fizemos progressos tangíveis na execução de iniciativas estratégicas na área da tecnologia e negócios. Adicionalmente, mantivemos um alto nível de liquidez e capital que foi apoiado por um aumento de capital executado com êxito em abril de 2017 e por uma gestão prudente do balanço.

Indicadores-chave de desempenho do Grupo

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2017	Situação no final de 2016
Receitas líquidas	26,4 mil milhões de euros	30,0 mil milhões de euros
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	1,2 mil milhões de euros	(0,8) mil milhões de euros
Resultado líquido	(0,7) mil milhões de euros	(1,4) mil milhões de euros
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[1]	(1,4) %	(2,7) %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[1]	(1,2) %	(2,3) %
Custos ajustados[2]	23,9 mil milhões de euros	24,7 mil milhões de euros
Rácio custo/rendimento[3]	93,4%	98,1%
Ativos ponderados pelo risco (RWA)[4]	344,2 mil milhões de euros	357,5 mil milhões de euros
Rácio Common Equity Tier 1 fully loaded CRR/CRD IV[5]	14,0%	11,8%
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV fully loaded[6]	3,8%	3,5%

[1] Baseado no resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.
[2] Despesas totais (excluindo juros), excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio, benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.
[3] Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[4] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.
[5] O rácio Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV fully loaded representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
[6] O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas em 2017 foram de 26,4 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,6 mil milhões de euros ou 12% face a 2016. O decréscimo refletiu principalmente o impacto das condições difíceis de mercado e das alienações de negócios estratégicas. Incluiu o impacto negativo de 348 milhões de euros dos ajustamentos da avaliação de dívida (DVA), 213 milhões de euros dos ajustamentos de conversão cambial (CTA) sobre as alienações, 164 milhões de euros relativos ao estreitamento dos nossos próprios spreads de crédito e 157 milhões de euros relativos a uma venda parcial do nosso negócio de retalho na Polónia em 2017. Adicionalmente, os proveitos em 2017 diminuíram uma vez que 2016 incluiu uma contribuição de receitas de 618 milhões de euros da Hua Xia Bank Co. Ltd., 161 milhões de euros da divisão Private Client Services (PCS), bem como 537 milhões de euros da Abbey Life, que foram vendidas em 2016. Excluindo estes efeitos, as nossas receitas líquidas foram inferiores em 5%, em comparação com 2016. Os proveitos na divisão Corporate & Investment Bank (CIB) foram afetados por custos de financiamento mais altos, um nível consistentemente mais baixo de volatilidade, atividade moderada de clientes, bem como ajustamentos de perímetro e clientes na divisão Global Transaction Banking (GTB). Os proveitos na divisão Private & Commercial Bank (PCB) diminuíram, essencialmente devido ao impacto das alienações de negócios e pressão nos proveitos de depósitos provenientes da conjuntura de baixas taxas de juro. O decréscimo foi compensado em parte pelo crescimento nos proveitos provenientes de empréstimos e produtos de investimento e impactos positivos resultantes das atividades de reestruturação na Sal. Oppenheim Os proveitos na divisão Deutsche Asset Management (Deutsche AM) diminuíram significativamente em comparação com 2016, essencialmente devido à não-recorrência de proveitos provenientes da Abbey Life, que foi vendida no final de 2016, receitas da venda da divisão Deutsche AM India e uma reintegração relativa à Heta Asset Resolution AG (HETA), ambas registadas em 2016.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2017 foram de 24,7 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 4,8 mil milhões de euros ou 16% face a 2016. A redução deveu-se principalmente a despesas de litígio mais baixas, imparidades mais baixas de goodwill e outros ativos intangíveis e à ausência de benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros relativos à Abbey Life. Compensados em parte foram os acréscimos mais altos para a remuneração variável devido ao retorno a um quadro normalizado de remuneração variável em 2017.

Os custos ajustados em 2017 foram de 23,9 mil milhões de euros, comparativamente aos 24,7 mil milhões de euros de 2016, um decréscimo de 843 milhões de euros ou 3%. A melhoria deveu-se essencialmente às custas judiciais mais baixas, aos custos reduzidos de consultoria externa e à dissolução da NCOU, em parte compensada pelos acréscimos mais altos para a remuneração variável supramencionados.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 1,2 mil milhões de euros em 2017, em comparação com perdas antes de impostos sobre o rendimento de 810 milhões de euros em 2016. A melhoria de 2,0 mil milhões de euros deveu-se principalmente a uma redução significativa da imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, bem como dos encargos com litígios significativamente mais baixos.

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 2,0 mil milhões de euros em 2017, incluindo a cobrança única de uma taxa supramencionada de 1,4 mil milhões de euros atribuível à reavaliação dos ativos por impostos diferidos dos Estados Unidos resultantes da reforma tributária nos Estados Unidos.

Relatámos uma perda líquida de 735 milhões de euros em 2017, resultante da supramencionada cobrança única de uma taxa, em comparação com uma perda líquida de 1,4 mil milhões de euros em 2016.

O nosso rácio Common Equity Tier 1 fully loaded (CET1) em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 14,0% no final de 2017, uma subida face aos 11,8% registados no final de 2016, resultante das receitas do aumento de capital em abril de 2017. O rácio CET 1 de integração progressiva no final de 2017 foi de 14,8%.

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1475 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Nessa data empregávamos o equivalente a 97 535 colaboradores a tempo inteiro e operávamos em 60 países, com um total de 2425 agências no mundo, das quais 65% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2017, estávamos organizados nestas seguintes três divisões corporativas:

– Corporate & Investment Bank (CIB)
– Private & Commercial Bank (PCB)
– Deutsche Asset Management (Deutsche AM)

As três divisões corporativas são apoiadas por funções de infraestrutura. Criámos também uma função de gestão regional, que engloba as responsabilidades regionais a nível mundial. Os períodos anteriores apresentados ao longo do presente relatório foram reajustados para refletir a nossa nova estrutura de segmentos, anunciada em 5 de março de 2017. Em linha com os nossos objetivos originalmente anunciados a partir de 2017, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir como divisão corporativa separada do Grupo.

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

– subsidiárias e agências em muitos países;
– escritórios de representação em muitos outros países; e
– um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações significativas desde 1 de janeiro de 2015, que não estão atribuídas às despesas de investimento ou alienações de divisões corporativas abaixo:

Em 26 de outubro de 2016, o Deutsche Bank celebrou um acordo para vender as suas subsidiárias de corretagem e o banco no México à InvestaBank S.A., Institución de Banca Múltiple. A transação faz parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015 e do plano do Grupo para racionalizar a sua presença global. A conclusão da transação está prevista para o primeiro semestre de 2018, sujeita às aprovações regulamentares e outras condições habituais.

Em agosto de 2016, o Deutsche Bank Group celebrou um acordo para vender a Deutsche Bank S.A., a sua subsidiária bancária na Argentina, à Banco Comafi S.A. A transação faz parte do plano do Grupo para racionalizar a sua presença global. Em junho de 2017, a transação foi concluída com êxito.

Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui (i) divisões corporativas, (ii) funções de infraestrutura e (iii) regiões.

Nos termos da lei alemã relativa às sociedades por ações, o Conselho de Administração é responsável pela gestão executiva do Deutsche Bank. Os seus membros são nomeados e destituídos por um outro órgão social, o Conselho de Fiscalização. O nosso Conselho de Administração tem a seu cargo, entre outros tópicos, a gestão estratégica, o governo da sociedade, a contabilidade e relato financeiro, a afetação de recursos e a gestão e o controlo do risco, com o apoio de comités funcionais.

Dentro de cada divisão corporativa e região, as funções de coordenação e gestão são exercidas por comités operacionais e por comités executivos, com o intuito de assegurar que a estratégia implementada pelas diversas divisões individuais e os planos para o desenvolvimento de áreas da infraestrutura se inserem nos objetivos de negócio globais.

Corporate & Investment Bank (CIB)

Visão geral da divisão corporativa

A nossa divisão Corporate & Investment Bank (CIB) compreende as nossas áreas de negócio FIC Sales & Trading, Equity Sales & Trading, Financing, Origination & Advisory e Global Transaction Banking. A divisão integrada reúne numa só divisão os conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco e infraestrutura de todo o Deutsche Bank. Isto permite à CIB alinhar os recursos e capital ao longo do nosso perímetro de clientes e produtos para servir melhor clientes prioritários do banco.

Na CIB, efetuámos as seguintes alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2015:

No início de outubro de 2017, o Deutsche Bank Group assinou um contrato vinculativo para vender o seu negócio Alternative Fund Services, uma unidade da divisão Global Transaction Banking, à Apex Group Limited. A transação apoia as prioridades estratégicas anunciadas do Grupo e espera-se a sua conclusão em 2018.

Em junho de 2015, a Markit Ltd., um prestador de serviços de informações financeiras, levou a cabo uma oferta pública secundária. Como parte desta oferta, a Markit também recomprou ações próprias de um conjunto de acionistas vendedores incluindo o Deutsche Bank. Disponibilizámos e vendemos aproximadamente 4 milhões dos 5,8 milhões de ações (2,7%) que detínhamos na Markit.

Produtos e serviços

As divisões de negócio FIC Sales & Trading e Equity Sales & Trading agregam a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e produtos titularizados. A cobertura dos clientes institucionais é da responsabilidade do grupo de clientes institucionais (Institutional Client Group) e da unidade Equity Sales, ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controlos de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

A Corporate Finance é responsável pelas fusões e aquisições, bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas de cobertura regional e setorial asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos nossos clientes corporativos e institucionais.

A Global Transaction Banking (GTB) é um provedor global na prestação de serviços de financiamento ao comércio e títulos, gestão de tesouraria, fornecendo uma gama completa de produtos e serviços bancários comerciais a clientes corporativos e instituições financeiras em todo o mundo.

Canais de Distribuição e Marketing

Como parte da nossa estratégia, estamos a alterar o foco e a otimizar o nosso modelo de cobertura ao cliente a fim de beneficiar os nossos clientes essenciais. Estamos a terminar relações existentes com clientes em que consideramos que os retornos são demasiado baixos ou que os riscos são muito altos, enquanto também fortalecemos a nossa admissão de clientes e os procedimentos Conheça o seu cliente (KYC).

Espera-se também que o crescimento na atividade dos clientes corporativos crie oportunidades no segmento dos clientes institucionais. De um modo geral, o Deutsche Bank espera que a maioria do crescimento advenha sobretudo da melhoria da rentabilidade dos recursos existentes, aplicando capital de forma mais seletiva a clientes prioritários.

Private & Commercial Bank (PCB)

Visão geral da divisão corporativa

A divisão corporativa Private & Commercial Bank (PCB) é constituída por quatro unidades de negócio: Postbank, Private & Commercial Clients Germany, Private & Commercial Clients International e Wealth Management. Servimos clientes privados, pequenas e médias empresas, assim como clientes privados ricos. A nossa gama de produtos inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento. Nestes produtos, oferecemos aos nossos clientes tanto a cobertura para todas as necessidades financeiras básicas como soluções individuais e personalizadas. Dedicamo-nos a uma abordagem omnicanal e os nossos clientes podem escolher de forma flexível entre as diferentes possibilidades de acesso aos nossos serviços e produtos (agências, centros de consultoria, redes móveis de consultores independentes e banca online/móvel).

A nossa divisão corporativa é composta pelas seguintes unidades:

A unidade Postbank centra-se na banca de retalho e banca empresarial (banca de transações e financiamento) na Alemanha, fornecendo serviços financeiros e bancários uniformizados para clientes de retalho, empresariais e corporativos. Em cooperação com o Deutsche Post DHL AG, oferecemos também serviços postais e de encomendas nas nossas agências.

Na nossa unidade Private & Commercial Clients Germany (PCC Germany), centramo-nos também nos clientes privados e comerciais na Alemanha e fornecemos uma gama alargada de serviços financeiros, incluindo soluções de consultoria complexas para os nossos clientes privados. Para clientes das pequenas e médias empresas, oferecemos um modelo de cobertura bancária comercial integrada em colaboração com peritos na divisão Corporate & Investment Bank.

A unidade Private & Commercial Clients International (PCC International) presta serviços bancários e outros serviços financeiros a clientes privados, comerciais e corporativos na Europa e na Índia. Na Europa, operamos em cinco principais mercados bancários: Itália, Espanha, Bélgica, Portugal e Polónia. Em dezembro de 2017, celebrou um acordo para vender uma parte significativa do nosso negócio de retalho na Polónia para aperfeiçoar o enfoque da PCB e reduzir a complexidade. Iremos continuar a servir os mutuários de retalho de hipotecas em divisa estrangeira na Polónia e continuaremos presentes nas operações da Corporate & Investment Bank, incluindo a Global Transaction Banking.

A unidade Wealth Management (WM) serve indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). Apoiamos os nossos clientes no planeamento, gestão e investimento do seu património, no financiamento dos seus interesses pessoais e empresariais e na assistência das suas necessidades institucionais e corporativas. Também fornecemos serviços do tipo institucional para clientes sofisticados e complementamos as nossas ofertas ao colaborar estreitamente com peritos na divisão Corporate & Investment Bank e na Deutsche Asset Management.

A PCB efetuou as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2015:

Em dezembro de 2017, o Deutsche Bank Group celebrou um acordo para vender parte do seu negócio da PCC na Polónia. Embora a finalização da transação esteja planeada para o quarto trimestre de 2018, a transação permanece sujeita a aprovações exigidas por reguladores, consentimentos corporativos e outras condições.

Em março de 2017, o Deutsche Bank Group assinou um acordo definitivo para vender a sua participação na Concardis GmbH, um prestador de serviços de pagamento alemão líder no mercado, estabelecido sob a forma de uma joint venture do setor bancário alemão, para um consórcio da Advent International e Bain Capital Private Equity. Em julho de 2017, a transação foi concluída com êxito.

Em 28 de dezembro de 2015, tínhamos acordado a venda de toda a nossa quota de 19,99% na Hua Xia Bank Company Limited ("Hua Xia") à PICC Property and Casualty Company Limited ("PICC Property & Casualty"). A transferência de ações foi concluída no quarto trimestre de 2016 e todas as restantes formalidades foram concluídas no primeiro trimestre de 2017.

No quarto trimestre de 2015, anunciámos que tínhamos celebrado um acordo de compra definitiva de ativos para vender a nossa unidade Private Client Services (PCS) dos Estados Unidos à Raymond James Financial, Inc. Em setembro de 2016, a transação foi concluída com êxito.

Em novembro de 2015, a Visa Inc. anunciou um acordo definitivo para adquirir a Visa Europe Limited. Como parte da aquisição, a Visa Europe Limited solicitou a todos os seus acionistas, que incluíam várias entidades do Grupo Deutsche Bank, que devolvessem as suas ações por uma contrapartida. Devolvemos as nossas ações na Visa Europe Limited em janeiro de 2016 e recebemos o dinheiro e a contrapartida preferencial pelas ações no fecho a 21 de junho de 2016, bem como o direito a um pagamento em numerário diferido, incluindo juros aquando do terceiro aniversário da data de encerramento.

Produtos e serviços

No nosso mercado nacional alemão e internacional, oferecemos aos nossos clientes uma vasta gama de serviços financeiros desde serviços uniformizados, como os serviços abrangentes para clientes de retalho, às soluções para clientes exigentes na Private Banking e Wealth Management, e ainda à cobertura de clientes empresariais e comerciais.

As nossas unidades de negócio Postbank, PCC Germany e PCC International fornecem serviços bancários e outros serviços financeiros para clientes privados e comerciais na Alemanha, Europa e Ásia com algumas variações na oferta de produtos entre os países que são impulsionados pelo mercado nacional e pelas exigências regulatórias e de clientes. Os produtos para os nossos clientes de retalho e privados são concebidos para responder a todas as necessidades financeiras básicas e para lhes fornecer serviços de consultoria. Oferecemos serviços de pagamento e de conta corrente, produtos de crédito e financiamento, assim como produtos de depósito, investimento e seguros. A gama de produtos inclui também serviços postais, que oferecemos através do Postbank e de outros serviços não bancários. Os produtos para os nossos clientes das pequenas e médias empresas incluem também soluções de financiamento específicas (desde o financiamento a start-ups ao financiamento estruturado) e produtos de média capitalização fornecidos pela Corporate & Investment Bank.

Na unidade WM, prestamos apoio aos nossos clientes na preservação do seu património ao oferecer serviços de estruturação do património, transferência de património e filantropia. Oferecemos soluções personalizadas de gestão do património e de investimento, incluindo a gestão de carteira discricionária, consultoria de investimento, assim como serviços de divisas e de depósito. Além disso, fornecemos soluções de financiamento, por exemplo, no setor imobiliário, títulos e financiamento de aeronaves. Para as necessidades institucionais e corporativas, oferecemos M&A, pré-oferta pública inicial, colocações particulares e acesso do tipo institucional ao empréstimo estruturado, oportunidades de investimento privadas e públicas, negociação e cobertura em estreita colaboração com os peritos na Corporate & Investment Bank.

Canais de Distribuição e Marketing

Seguimos uma abordagem omnicanal para otimizar a acessibilidade e disponibilidade de serviços para os nossos clientes. A expansão de capacidades digitais continua a ser um foco importante em todos os nossos negócios.

A PCC Germany, PCC International e Postbank têm canais de distribuição semelhantes:

- Agências: Nas agências, as unidades de negócio PCC e Postbank oferecem geralmente a gama completa de produtos e assessoria. A rede de agências é apoiada por centros de contacto de clientes, call centers e terminais de autosserviço. Adicionalmente, o Postbank utiliza cerca de 4500 outlets de retalho do parceiro Deutsche Post DHL AG, onde os clientes podem aceder a serviços financeiros selecionados do Postbank. Na Alemanha, a PCC e Postbank oferecem serviços de tesouraria em mais de 10 000 caixas automáticas.
- Centros de consultoria: Os centros de consultoria na PCC Germany representam uma ligação entre as agências e as nossas ofertas digitais para assegurar um serviço holístico e assessoria aos nossos clientes privados e comerciais, independentes do horário de funcionamento das agências.
- Serviços bancários online e móveis: Os sítios Web das unidades de negócio PCC e Postbank oferecem aos clientes uma ampla variedade de informações relevantes sobre produtos e serviços, incluindo ferramentas interativas, tutoriais e conteúdos de rich media. Disponibilizamos, também, uma plataforma de transações de alto desempenho para serviços bancários, corretagem e autosserviços, em combinação com uma oferta universal muito frequentada para smartphones e tablets. Além disso, investimos também em melhoramentos na automatização de processos completos e integrados de fácil utilização pelo cliente.
- Agentes financeiros/distribuidores terceiros: As unidades de negócio PCC e Postbank fornecem adicionalmente produtos e serviços bancários através de agentes financeiros que operam em nome individual, bem como através de distribuidores terceiros.

A Wealth Management tem uma cobertura distinta de clientes:

- Equipas de Cobertura global/Consultoria: As equipas de gestores de clientes / consultores sénior gerem as relações com os clientes, fornecem consultoria e assistem os clientes no acesso dos serviços dedicados da WM e produtos de arquitetura aberta. Para garantir serviços e assessoria holísticos, todos os clientes de gestão de património têm um ponto de acesso único, com equipas dedicadas, ao serviço de grupos de clientes específicos.
- Key Client Partners (KCP) / Corporate Finance Partnership (CFP): Para clientes com património de valor líquido ultraelevado qualificados, a Key Client Partners (KCP) fornece acesso institucionalizado para perspetivas de mercado e ideias de negociação com soluções de negociação personalizada, gestão do risco e de cobertura da nossa plataforma Global Markets, bem como soluções de empréstimo sem recurso inovativas. A Corporate Finance Partnership (CFP) age como parceiro de confiança e consultor estratégico para um grupo selecionado de investidores sofisticados / escritórios de família (family offices) fornecendo acesso integrado para a nossa franquia de financiamento corporativo global.
- Deutsche Oppenheim Family Offices AG (DOAG): Os serviços de escritórios de várias famílias incluindo gestão discricionária de carteira, afetação estratégica de ativos, fundos “Family Office Strategy”, consultoria de escritórios de família, seleção de gestor de terceiros, controlo e elaboração de relatórios, assim investimentos em ações privadas e do setor imobiliário.

Deutsche Asset Management (Deutsche AM)

Visão geral da divisão corporativa

Com mais de 700 mil milhões de euros de ativos investidos em 31 de dezembro de 2017, a Deutsche AM é um dos principais organismos de gestão de investimentos do mundo, proporcionando o acesso aos mercados financeiros mundiais e fornecendo soluções a clientes em todo o mundo. A Deutsche AM visa proporcionar soluções financeiras sustentáveis a todos os seus clientes: aos investidores individuais e às instituições que os servem.

A Deutsche AM continua a ser um negócio essencial para o Deutsche Bank. Desde o anúncio em março de 2017 de que tencionamos dedicar-nos a uma oferta pública inicial parcial da Deutsche AM, fizemos progressos consideráveis no sentido deste objetivo, incluindo o anúncio da nossa intenção de lançar ações da DWS na Bolsa de Valores de Frankfurt. Os argumentos da oferta pública inicial parcial são o desbloquear do potencial de negócio ao promover uma maior autonomia. Como um gestor de ativos autónomo, iremos apresentar a marca DWS aos nossos negócios globais, que se espera vir a melhorar o nosso perfil externo. A integração dos parceiros de infraestruturas espera-se que nos permita conseguir novas eficiências operacionais ao longo da plataforma, incluindo melhoramentos de processo para reduzir os custos e melhorar a experiência do cliente.

Produtos e serviços

As soluções de investimento da Deutsche AM abrangem estratégias ativas e passivas que passam por um leque diversificado de classes de ativos espetro de liquidez, incluindo ações, investimentos de rendimento fixo, investimentos de liquidez, investimentos imobiliários, investimentos em infraestruturas, investimentos em capitais privados e investimentos sustentáveis. Oferecemos estas capacidades através de uma variedade de invólucros, incluindo ETF, fundos de investimento e contas geridas em separado. A Deutsche AM fornece soluções alfa e beta para responder às necessidades de longevidade, responsabilidade e liquidez dos clientes, tirando partido de informações privilegiadas e tecnologia.

Canais de Distribuição e Marketing

As equipas Global Coverage/Advisory gerem as relações com osclientes, prestam assessoria e ajudam os clientes a aceder a produtos e serviços da Deutsche AM. A Deutsche AM também comercializa e distribui as suas ofertas através de outras divisões de negócio do Grupo Deutsche Bank, nomeadamente a PCB para os clientes de retalho, bem como através de distribuidores terceiros. Para garantir serviços e assessoria eficazes, todos os clientes têm um ponto de acesso único à Deutsche AM, com equipas dedicadas ao serviço de grupos de clientes específicos.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU)

No segundo semestre de 2012, a Non-Core Operations Unit (NCOU) foi criada com o intuito de ajudar o banco a reduzir os riscos associados aos ativos de capital intensivo que não são essenciais para a estratégia, reduzindo por conseguinte a procura de capital. Tal como indicado nos nossos anteriores anúncios sobre estratégia, os nossos objetivos que presidiram à criação da NCOU, eram maior transparência exterior das nossas posições não essenciais; uma gestão mais focada nos nossos negócios essenciais, mediante a separação das atividades não essenciais; e uma redução acelerada e direcionada do risco.

A NCOU executou com êxito a sua meta de redução de risco e reduziu a dimensão da carteira para menos de 10 mil milhões de euros em RWA, para alcançar o objetivo de final do exercício de 2016. Na condução deste mandato, a NCOU centrou-se ativamente em iniciativas que proporcionaram uma contribuição de capital eficiente e resultados de desalavancagem, permitindo ao Banco reforçar o seu rácio Common Equity Tier 1 fully loaded. Consequentemente, a NCOU deixou de existir como divisão autónoma a partir de 2017.

Os restantes ativos antigos com um valor no balanço de aproximadamente 6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 foram transferidos para os segmentos operacionais essenciais correspondentes, predominantemente Corporate & Investment Bank e Private & Commercial Bank.

A divisão NCOU efetuou ainda as seguintes alienações significativas desde 1 de janeiro de 2015:

Em novembro de 2016, o Deutsche Bank vendeu a sua quota de 16,9% na Red Rock Resorts após uma oferta pública inicial em abril de 2016, em que o Deutsche Bank vendeu cerca de 3%.

Em abril de 2016, o Deutsche Bank chegou a um acordo de venda de 100% da Maher Terminals USA LLC em Port Elizabeth, Nova Jérsia à Macquarie Infrastructure Partners III, um fundo gerido pela Macquarie Infrastructure and Real Assets. Após a receção de todas as aprovações regulamentares, concluímos a venda em novembro de 2016 por 739 milhões de dólares dos EUA.

Em abril de 2015, o Deutsche Bank chegou a um acordo para vender a Fairview Container Terminal em Port of Prince Rupert, Canadá (um segmento da Maher Terminals) a DP World (um operador de terminais marinhos sedeado no Dubai) por 580 milhões CAD, sujeito a aprovações reguladoras. Após a receção de todas as aprovações regulamentares, concluímos a venda em agosto de 2015.

Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam funções de controlo e serviço e, em particular, as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos supradivisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão de risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade da nossa direção:

– Presidente: Conselho de Administração, comunicações, responsabilidade social corporativa, auditoria do Grupo, estratégia corporativa e gestão de incidentes e investigação do Grupo
– Diretor financeiro: finanças a nível regional e do grupo incluindo operações de custo, fiscalidade ao nível do Grupo, tesouraria do Grupo, relações com os investidores, investimentos e fusões e aquisições corporativas, consultoria de gestão do Grupo, planeamento e gestão de desempenho e administração e alteração de finanças
– Diretor de risco: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco da sociedade, gestão do risco em consonância com o negócio, gestão do risco regional, risco não financeiro e seguros
– Diretora regulamentar: assuntos reguladores do Grupo, assuntos públicos e governamentais, conformidade e combate aos crimes financeiros
– Diretor administrativo: jurídicas, incluindo proteção de dados, governação global e recursos humanos, incluindo questões executivas empresariais
– Diretor de operações: diretora de informações, tecnologia e operações, transformação digital, serviços corporativos, diretor de segurança e diretor de dados

Todas as despesas e receitas incorridas com as áreas e funções da Infraestrutura são afetadas na totalidade às nossas três divisões corporativas.

A partir de 2018, as despesas de infraestrutura associadas com as atividades de acionistas, tal como definido nas Orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, já não serão alocadas às divisões corporativas, mas serão mantidas de forma central e relatadas ao abrigo da Consolidation & Adjustments (C&A), que neste contexto será renomeada para “Corporate & Other”.

O banco decidiu em 2017 mover alguns colaboradores de infraestruturas para as divisões para as quais prestam serviço de modo a aumentar a colaboração e eficácia geral. Isto ajudou a aumentar a responsabilidade e autonomia das divisões relativamente às suas decisões organizacionais e relacionados com o processo e levou a um aumento significativo do número de colaboradores associados com as divisões, em comparação com 2016 – em particular na Corporate & Investment Bank, assim como na Deutsche Asset Management. As funções de controlo independentes permaneceram geralmente nas áreas centrais.

Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2017, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição da nossa própria conta relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

Resultado operacional

Resultado operacional consolidado

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em %	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em %
Rendimento de juros líquido	12 378	14 707	15 881	(2 329)	(16)	(1 174)	(7)
Provisão para perdas de crédito	525	1 383	956	(857)	(62)	427	45
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**11 853**	13 324	14 925	(1 472)	(11)	(1 601)	(11)
Rendimentos de serviços e comissões[1]	11 002	11 744	12 765	(742)	(6)	(1 021)	(8)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados[1]	2 926	1 401	3 842	1 524	109	(2 440)	(64)
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	479	653	203	(174)	(27)	450	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	137	455	164	(318)	(70)	291	177
Outro resultado	(475)	1 053	669	(1 528)	N/S	385	58
Rendimento total excluindo juros	**14 070**	15 307	17 644	(1 238)	(8)	(2 336)	(13)
Total de receitas líquidas[2]	**25 922**	28 632	32 569	(2 709)	(9)	(3 937)	(12)
Remunerações e benefícios	12 253	11 874	13 293	380	3	(1 419)	(11)
Despesas gerais e administrativas	11 973	15 454	18 632	(3 481)	(23)	(3 178)	(17)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	374	256	(374)	(100)	117	46
Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis	21	1 256	5 776	(1 235)	(98)	(4 520)	(78)
Atividades de reestruturação	447	484	710	(37)	(8)	(226)	(32)
Despesas totais (excluindo juros)	**24 695**	29 442	38 667	(4 747)	(16)	(9 225)	(24)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**1 228**	(810)	(6 097)	2 038	N/S	5 287	(87)
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	1 963	546	675	1 417	N/S	(129)	(19)
Resultado líquido	**(735)**	(1 356)	(6 772)	621	(46)	5 416	(80)
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	15	45	21	(30)	(66)	24	112
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(751)	(1 402)	(6 794)	651	(46)	5 392	(79)

N/S – Não significativo
[1] Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório.
[2] Após provisão para perdas de crédito.

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em %	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em %
Total de juros e rendimentos similares	24 092	25 636	25 967	(1 544)	(6)	(331)	(1)
Total de gasto de juros	11 714	10 929	10 086	785	7	843	8
Rendimento de juros líquido	**12 378**	14 707	15 881	(2 329)	(16)	(1 174)	(7)
Ativos remunerados médios[1]	1 021 697	1 033 172	1 031 827	(11 475)	(1)	1 345	0
Passivos remunerados médios[1]	790 488	812 578	816 793	(22 090)	(3)	(4 215)	(1)
Rendimento de juros bruto[2]	2,24%	2,39%	2,52%	(0,15) p.p.	(6)	(0,13) p.p.	(5)
Taxa de juros bruta paga[3]	1,32%	1,23%	1,23%	0,09 p.p.	7	0,00 p.p.	0
Diferencial da taxa de juro líquida[4]	0,91%	1,16%	1,28%	(0,25) p.p.	(22)	(0,12) p.p.	(9)
Margem da taxa de juro líquida[5]	1,21%	1,42%	1,54%	(0,21) p.p.	(15)	(0,12) p.p.	(8)

pp – pontos percentuais
[1] Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.
[2] O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos nossos ativos remunerados médios.
[3] A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos nossos passivos remunerados médios.
[4] O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.
[5] A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

2017

O rendimento de juros líquido foi de 12,4 mil milhões de euros em 2017, face a 14,7 mil milhões de euros em 2017, uma diminuição de 2,3 mil milhões de euros ou 16%. Os principais fatores para a diminuição no rendimento de juros líquido foram as alterações de perímetro incluindo a venda da Abbey Life, PCS e a alienação de ativos dentro da Non-Core Operations Unit (NCOU) em 2016, assim como custos de financiamento mais altos e efeitos de carteira gerais resultantes de uma mudança no sentido de classes de ativos de retorno de juros mais baixo, essencialmente depósitos de euros nos bancos centrais. Estes efeitos foram compensados em parte pelo rendimento de juros de 116 milhões de euros relativos a atribuições governamentais ao abrigo do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II). Em termos gerais, a margem da taxa de juro líquida diminuiu em 21 pontos base em 2017 face ao ano anterior.

2016

O rendimento de juros líquido foi de 14,7 mil milhões de euros em 2016, face a 15,9 mil milhões de euros em 2015, uma diminuição de 1,2 mil milhões de euros ou 7%. A diminuição no rendimento de juros líquido deveu-se essencialmente à compressão das margens, ao contexto de taxas de juro baixas, aos volumes de comércio baixo e a decisões de perímetro estratégicas, assim como aos custos de financiamento mais altos. Tanto o diferencial da taxa de juro líquida como a margem da taxa de juro líquida diminuíram em 12 pontos base em 2016 face ao ano anterior.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016		Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
(exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de rendimentos de negociação	3 374	547	3 874	2 827	N/S	(3 327)	(86)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(448)	854	(32)	(1 302)	N/S	886	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2 926	1 401	3 842	1 524	109	(2 440)	(64)

2017

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram os 2,9 mil milhões de euros em 2017, face aos 1,4 mil milhões de euros de 2016, um aumento de 1,5 mil milhões de euros ou 109%. O aumento deveu-se essencialmente aos rendimentos de negociação, que melhoraram em 2,8 mil milhões de euros, principalmente devido à não-recorrência das perdas de redução de risco na NCOU em 2016. As perdas por valorização pelos preços de mercado sobre as emissões designadas ao justo valor através de resultados foram o principal contribuidor para uma perda de 448 milhões de euros em ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados em 2017, face a um ganho de 854 milhões de euros em 2016. Esta perda foi compensada em grande parte pelos ganhos do valor de mercado em rendimentos de negociação relativos aos instrumentos financeiros utilizados como coberturas para essas emissões.

2016

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram de 1,4 mil milhões de euros em 2016, o que representa um decréscimo de 2,4 mil milhões de euros face aos 3,8 mil milhões de euros de 2015. A diminuição deveu-se essencialmente aos rendimentos de negociação, o que reduziu 3,3 mil milhões de euros em termos homólogos a partir do impacto das taxas de juros e taxas cambiais desfavoráveis sobre o justo valor de derivados. A diminuição inclui uma perda de 0,9 mil milhões de euros que ocorreu devido à dissolução de exposições a derivados de longa duração e ativos relacionados. Adicionalmente, os rendimentos de negociação foram afetados por 0,9 mil milhões de euros relacionados com perdas líquidas detidas pela tesouraria do Grupo relativas à emissão de dívida. Os ganhos correspondentes foram relatados na divisão CIB. O total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados aumentou em 886 milhões de euros face a 2015.

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As nossas áreas de gestão do risco e de negociação incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa.

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016		Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
(exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	12 378	14 707	15 881	(2 329)	(16)	(1 174)	(7)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2 926	1 401	3 842	1 524	109	(2 440)	(64)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**15 304**	16 108	19 723	(805)	(5)	(3 615)	(18)
Repartição por divisão corporativa:[1]							
Corporate & Investment Bank	9 078	10 773	12 348	(1 695)	(16)	(1 576)	(13)
Private & Commercial Bank	6 158	6 420	6 573	(262)	(4)	(153)	(2)
Deutsche Asset Management	30	365	255	(335)	(92)	110	43
Non-Core Operations Unit	0	(1 307)	(362)	1 307	N/S	(944)	N/S
Consolidation & Adjustments	37	(143)	910	180	N/S	(1 052)	N/S
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**15 304**	16 108	19 723	(805)	(5)	(3 615)	(18)

N/S – Não significativo
[1] Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".

2017

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 15,3 mil milhões de euros em 2017, face aos 16,1 mil milhões de euros de 2016, o que representa um decréscimo de 805 milhões de euros ou 5%. A diminuição deveu-se essencialmente à CIB, onde o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 9,0 mil milhões de euros em 2017, o que representa um decréscimo de 1,7 mil milhões de euros, ou 16%, face a 2016. Em Sales & Trading (FIC), os proveitos foram inferiores em 503 milhões de euros em 2017, uma diminuição de 10% face a 2016. Este decréscimo foi sobretudo motivado pelo ambiente de baixa volatilidade, pela procura reduzida de clientes e pela falta de uma grande procura de mercado e custos de financiamento mais elevados. Na Sales & Trading (ações), os proveitos baixaram em 342 milhões de euros em 2017, um decréscimo de 18% face a 2016, em grande parte devido a aumentados custos de financiamento dos Estados Unidos, a saldos médios mais baixos e a spreads reduzidos no financiamento especial (Prime Finance). Os proveitos em outros produtos da CIB foram de 2,8 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 850 milhões de euros ou 23% face a 2016. Este decréscimo deveu-se essencialmente a perdas de 348 milhões de euros em ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) resultantes do estreitamento de spreads de crédito e da diminuição de exposições de passivos por derivados. Adicionalmente, os proveitos também sofreram o impacto de movimentos de taxas de câmbio desfavoráveis. Para além disso, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuiu na Deutsche AM, essencialmente devido a proveitos não recorrentes da Abbey Life que foi vendida no final de 2016 e à ausência de uma reintegração da nossa exposição na HETA; e na divisão PCB, que foi afetada principalmente por um ambiente persistente de taxas de juro baixas e por reduções na carteira de empréstimos. A NCOU compensou em parte estes decréscimos, que deixou de existir a partir de 2017 e reportou um total negativo de 1,3 mil milhões de euros do total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados em 2016, incluindo as perdas de redução de risco acima mencionadas.

2016

O total do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 16,1 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,6 mil milhões de euros ou 18% face aos 19,7 mil milhões de euros de 2015. A CIB contribuiu 1,6 mil milhões de euros para o decréscimo, com os proveitos da Sales & Trading (FIC) inferiores em 777 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 13% face a 2015. Este declínio deveu-se a uma conjuntura de mercado difícil e a saídas de países como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015. Os proveitos inferiores em mercados emergentes e câmbios foram parcialmente compensados por proveitos de Core Rates superiores. Em Sales & Trading (ações), os proveitos foram inferiores em 904 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 32% face a 2015. Este declínio sentiu-se em todos os negócios de capitais próprios, como resultado da inferior atividade dos clientes global num contexto de mercado difícil. Os proveitos de financiamento especial (Prime Finance) foram influenciados também por custos de financiamento mais elevados devido a um alargamento dos nossos próprios spreads de crédito no seguimento de perceções de mercado negativo relativas ao Deutsche Bank. Os proveitos de juros na Trade Finance foram mais baixos devido a compressão das margens e ao impacto das taxas de juro negativas. Os proveitos dos outros produtos da CIB aumentaram em 106 milhões de euros, ou 3%, em comparação com 2015. Na PCB, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuíram em 153 milhões de euros. Isto inclui o impacto de um ambiente de taxas de juro baixas na Europa e foi em parte compensado por efeitos relacionados com uma transição positiva relativa à quota da PCB na Hua Xia Bank Co. Ltd. Na Deutsche AM, o total do rendimento líquido de juros e dos resulta-

dos líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados aumentou em 110 milhões de euros, principalmente devido a uma reintegração da nossa exposição à HETA durante 2016, movimentos favoráveis de valorização pelos preços de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life e efeitos positivos relacionados com a venda da Deutsche AM India. Na NCOU, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuiu em 944 milhões de euros, predominantemente motivado pela resolução de exposições a derivados de longa duração, pela venda de várias obrigações e por outras dissoluções na carteira. Na C&A, a diminuição em 1,1 mil milhões de euros deveu-se sobretudo a aumentos de taxa de juro na curva a longo prazo em USD e EUR durante o quarto trimestre de 2016. Os movimentos ao preço de mercado compensados foram comunicados em outras linhas da demonstração de resultados.

Provisão para perdas de crédito

2017

A provisão para perdas de crédito foi de 525 milhões de euros em 2017, um decréscimo de 857 milhões de euros, ou 62%, face a 2016 como resultado de encargos significativamente mais baixos e desembolsos maiores em todas as divisões. Na CIB, o melhoramento reflete um melhor desempenho de todas as carteiras, incluindo o transporte/expedição. Apesar da redução ano a ano, o transporte/expedição continua a ser o principal motor de provisão para perdas de crédito em 2017, em parte relacionado com a reavaliação do método de imparidades respetivo durante o ano. Na PCB, a provisão para perdas de crédito melhorou, refletindo a boa qualidade de carteira e a conjuntura benigna continuada, juntamente com um desembolso significativo no Postbank.

2016

A provisão para perdas de crédito foi de 1,4 mil milhões de euros em 2016, um aumento de 427 milhões de euros (45%), comparativamente a 2015. Isto resultou principalmente de provisões superiores na CIB motivadas por exposições relacionadas com o setor do transporte/expedição, o setor mineiro e de metais e o setor do petróleo e do gás. Outros aumentos na NCOU deveram-se a ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 nas nossas carteiras de hipotecas europeias. Estes aumentos foram parcialmente compensados por provisões inferiores na PCB, refletindo a qualidade da carteira de empréstimos de retalho e a conjuntura económica favorável.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016		Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
(exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de serviços e comissões[1]	11 002	11 744	12 765	(742)	(6)	(1 021)	(8)
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	479	653	203	(174)	(27)	450	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	137	455	164	(318)	(70)	291	177
Outro resultado	(475)	1 053	669	(1 528)	N/S	385	58
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	**11 144**	13 906	13 802	(2 762)	(20)	104	1
[1] inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	338	401	432	(63)	(16)	(31)	(7)
Comissões de ativos geridos	3 603	3 507	3 666	96	3	(159)	(4)
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	379	380	382	(1)	(0)	(3)	(1)
Total	**4 320**	4 287	4 480	33	1	(193)	(4)
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	1 825	1 871	2 388	(46)	(2)	(517)	(22)
Comissões de corretagem	1 160	1 434	1 746	(274)	(19)	(312)	(18)
Total	**2 985**	3 305	4 134	(320)	(10)	(829)	(20)
Comissões por outros serviços ao cliente	3 698	4 152	4 151	(454)	(11)	1	0
Rendimento total de serviços e comissões	**11 002**	11 744	12 765	(742)	(6)	(1 021)	(8)

N/S – Não significativo

Rendimentos de serviços e comissões

2017

O rendimento total de serviços e comissões foi de 11,0 mil milhões de euros em 2017, o que representa uma diminuição de 742 milhões de euros, ou 6%, em comparação com 2016. A diminuição foi essencialmente motivada por rendimentos de comissões na CIB, devido ao perímetro reduzido e volumes mais baixos na GTB, assim como volumes reduzidos em Ações. Os rendimentos de comissões na PCB diminuíram devido à redução no perímetro pela venda do negócio da PCS. Estes efeitos negativos foram em parte compensados por taxas de gestão de fundos mais altas na Deutsche AM, essencialmente devido a condições de mercado favoráveis.

2016

O rendimento total de serviços e comissões diminuiu 1,0 mil milhões de euros (8%), de 12,8 mil milhões de euros em 2015 para 11,7 mil milhões de euros em 2016. Na PCB, os rendimentos de serviços e comissões diminuíram devido à conjuntura de mercado difícil e à redução na atividade de clientes. Os proveitos da CIB foram afetados principalmente por uma diminuição nos volumes de transações e emissões, resultantes de uma incerteza política mundial e da previsão de aumentos das taxas de juro, assim como de volumes de mercado mais baixos.

Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

2017

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 479 milhões de euros em 2017, por oposição a 653 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 174 milhões de euros (27%). A diminuição deveu-se essencialmente à não recorrência de ganhos relacionados com atividades de redução de risco na NCOU e ganhos sobre a venda da quota na Visa Europe Limited, ambas em 2016. Isto foi compensado em parte por um ganho sobre a venda de ações na Concardis GmbH em 2017.

2016

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 653 milhões de euros em 2016, por oposição a 203 milhões de euros em 2015, um aumento de 450 milhões de euros. O aumento resultou da venda de uma holding na Visa Europe Limited e da venda de obrigações soberanas no Postbank, bem como de atividades de redução do risco na NCOU.

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2017

Os ganhos líquidos dos investimentos em ações foram de 137 milhões de euros em 2017 em comparação com os 455 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 318 milhões de euros, ou 70%, que se deveu essencialmente à não recorrência de um ganho proveniente da oferta pública inicial da Red Rock Resorts na NCOU.

2016

Os ganhos líquidos dos investimentos em ações foram de 455 milhões de euros em 2016 em comparação com os 164 milhões de euros em 2015, uma diminuição de 291 milhões de euros, ou 177%, que se deveu essencialmente a um ganho proveniente da oferta pública inicial da Red Rock Resorts na NCOU.

Outro resultado

2017

Outro resultado foi a perda de 475 milhões de euros em 2017, em comparação com um ganho de 1,1 mil milhões de euros em 2016. A diminuição foi essencialmente motivada pela ausência de uma realização positiva em Outro rendimento integral proveniente da venda da quota na Hua Xia Bank Co. Ltd. A diminuição também incluiu um impacto negativo a partir do acordo de venda de uma parte significativa do negócio de retalho na Polónia, assim como uma perda pontual devida à cessação de títulos fiduciários preferenciais antigos.

2016

Outros resultados aumentaram 385 milhões de euros ou 58%, de 669 milhões de euros em 2015 para 1,1 mil milhões de euros em 2016. O aumento em 2016 deveu-se principalmente a uma realização em Outro rendimento integral da venda da quota na Hua Xia Bank Co. Ltd e foi parcialmente contrabalançado por perdas de redução do risco devido à venda de ativos em conformidade com a IAS 39 na NCOU e à não recorrência de uma recuperação litigiosa e ganho específicos na venda da Maher Prince Rupert em 2015.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016		Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
(exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	12 253	11 874	13 293	380	3	(1 419)	(11)
Despesas gerais e administrativas[1]	11 973	15 454	18 632	(3 481)	(23)	(3 178)	(17)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	374	256	(374)	(100)	117	46
Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis	21	1 256	5 776	(1 235)	(98)	(4 520)	(78)
Atividades de reestruturação	447	484	710	(37)	(8)	(226)	(32)
Despesas totais (excluindo juros)	**24 695**	29 442	38 667	(4 747)	(16)	(9 225)	(24)
N/S – Não significativo							
[1] inclui:							
Despesas de TI	3 798	3 872	3 664	(74)	(2)	208	6
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1 849	1 972	1 944	(123)	(6)	28	1
Taxas de serviços profissionais	1 769	2 305	2 283	(536)	(23)	22	1
Comunicações e serviços de dados	686	761	807	(75)	(10)	(46)	(6)
Despesas de deslocação e representação	405	450	505	(45)	(10)	(56)	(11)
Encargos bancários e de transações	744	664	598	80	12	66	11
Despesas de *marketing*	309	285	294	24	8	(9)	(3)
Investimentos consolidados	0	334	406	(334)	N/S	(72)	(18)
Outras despesas[2]	2 414	4 812	8 129	(2 398)	(50)	(3 317)	(41)
Despesas totais gerais e administrativas	**11 973**	15 454	18 632	(3 481)	(23)	(3 178)	(17)

[2] Inclui despesas relacionadas com litígios de 0,2 mil milhões de euros em 2017, 2,4 mil milhões de euros em 2016 e 5,2 mil milhões de euros em 2015.

Remunerações e benefícios

2017

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 380 milhões de euros, ou 3%, para 12,3 mil milhões de euros em 2017 em comparação com 11,9 mil milhões de euros em 2016. O aumento foi essencialmente motivado por remuneração variável mais alta, refletindo o regresso aos programas de remuneração normal em 2017. Este aumento foi compensado em parte por uma diminuição nos salários, devido a um número inferior de colaboradores e variações cambiais favoráveis, pelos custos reduzidos de amortização de diferimentos de anos anteriores e despesas com indemnizações mais baixas.

2016

As remunerações e benefícios diminuíram 1,4 mil milhões de euros, ou 11%, para 11,9 mil milhões de euros em 2016 em comparação com 13,3 mil milhões de euros em 2015, principalmente devido a uma remuneração variável de 2016 significativamente limitada.

Despesas gerais e administrativas

2017

As despesas gerais e administrativas diminuíram 3,5 mil milhões de euros, ou 23%, para 12,0 mil milhões de euros em 2017, face a 15,5 mil milhões de euros em 2016. A diminuição deveu-se principalmente a uma redução de 2,2 mil milhões de euros nos encargos com litígios face a 2016. As taxas de serviços profissionais diminuíram em 536 milhões de euros, diminuição motivada por custas judiciais mais baixas e custos de consultoria reduzidos.

2016

As despesas gerais e administrativas diminuíram 3,2 mil milhões de euros, ou 17%, para 15,5 mil milhões de euros em 2016, face a 18,6 mil milhões de euros em 2015. A diminuição deveu-se principalmente a uma redução de 2,8 mil milhões de euros nos encargos com litígios face a 2015. Os efeitos das variações cambiais favoráveis, bem como as reduções em várias posições de gastos foram parcialmente compensados pelas despesas de TI superiores, incluindo uma depreciação superior para software de desenvolvimento próprio.

Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros

2017

Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros foram relatados em 2017, no seguimento da venda do negócio da Abbey Life no final de 2016.

2016

Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros aumentaram 117 milhões de euros (46%), de 256 milhões de euros em 2015 para 374 milhões de euros em 2016, o que decorreu exclusivamente de benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros superiores registados no negócio da Abbey Life. Estes encargos foram compensados por ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

2017

Os encargos com imparidades em goodwill e outros ativos intangíveis diminuíram de 1,3 mil milhões de euros em 2016 para 21 milhões de euros em 2017, essencialmente devido à não recorrência de encargos de anos anteriores. O encargo de 2016 refletiu uma imparidade de 1,0 mil milhões de euros na Deutsche AM desencadeada pela venda da Abbey Life e uma imparidade de 285 milhões de euros na CIB, após a transferência de determinados negócios da Deutsche AM.

2016

Os encargos com imparidades em goodwill e outros ativos intangíveis diminuíram 4,5 mil milhões de euros (78%), de 5,8 mil milhões em 2015 para 1,3 mil milhões de euros em 2016. A diminuição em relação a 2015 deveu-se essencialmente à ausência de encargos em 2015, nomeadamente 3,6 mil milhões de euros na PCB e 2,2 mil milhões de euros na CIB.

Reestruturação

2017

As despesas de reestruturação ascenderam a 447 milhões de euros em 2017 comparativamente com 484 milhões de euros em 2016. Os encargos de reestruturação para 2017 relacionam-se essencialmente com a fusão planeada da Private and Commercial Clients Germany e Postbank.

2016

As despesas de reestruturação foram de 484 milhões de euros em 2016, em comparação com 710 milhões de euros em 2015, devido à execução contínua de medidas estratégicas.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2017

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2017 foi de 2,0 mil milhões de euros (2016: 546 milhões de euros). A taxa efetiva de imposto de 160% (2016: 67% negativo) foi afetada principalmente por um encargo único de 1,4 mil milhões de euros, resultantes da reforma tributária dos Estados Unidos e de outras alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos.

2016

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2016 foi de 546 milhões de euros (2015: 675 milhões de euros). A taxa efetiva de imposto de 67% negativo (2015: 11% negativos) foi afetada principalmente por encargos com litígios e imparidade de goodwill não dedutíveis para efeitos fiscais.

Resultado líquido

2017

O resultado de 2017 foi de uma perda líquida de 735 milhões de euros, motivada pelo encargo tributário único acima mencionado atribuível à reavaliação dos ativos por impostos diferidos dos Estados Unidos resultantes da reforma tributária nos Estados Unidos, em comparação com uma perda líquida de 1,4 mil milhões de euros em 2016.

2016

O resultado de 2016 foi uma perda líquida de 1,4 mil milhões de euros, comparativamente à perda líquida de 6,8 mil milhões de euros em 2015.

Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas"" às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

– alterações no formato de divulgação por segmento e
– a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão.

O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2017. Os períodos comparativos anteriores foram reajustados devido às alterações na estrutura divisional. Os resultados por segmento foram preparados de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

						2017
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	14 226	10 178	2 532	–	(488)	26 447
Provisão para perdas de crédito	213	313	(1)	–	(0)	525
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	4 273	3 979	778	–	3 223	12 253
Despesas gerais e administrativas	8 782	5 166	1 025	–	(3 000)	11 973
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	–	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	12	3	–	0	21
Atividades de reestruturação	82	360	6	–	(0)	447
Despesas totais (excluindo juros)	13 143	9 518	1 811	–	223	24 695
Participações minoritárias	26	(12)	1	–	(16)	0
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	843	359	720	–	(695)	1 228
Rácio custo/rendimento	92%	94%	72%	–	N/S	93%
Ativos[2]	1 127 028	333 069	8 050	–	6 586	1 474 732
Adições a ativos não correntes	125	551	60	–	1 067	1 803
Ativos ponderados pelo risco[3]	231 574	87 472	8 432	–	16 734	344 212
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [*spot value*] na data de relato)	1 029 946	344 087	2 870	–	17 983	1 394 886
Capital próprio médio dos acionistas	44 169	14 934	4 725	–	99	63 926
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4]	1%	2%	54%	–	N/S	(1) %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4]	1%	2%	10%	–	N/S	(1) %
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	4 532	5 876	(19)	–	1 989	12 378
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	81	3	44	–	9	137
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	553	91	211	–	10	866

N/S – Não significativo
[3] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully-loaded.
[4] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 160% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 33% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consoli-dation & Adjust-ments	Total consolidado
						2016
Receitas líquidas[1]	16 763	11 090	3 015	(382)	(471)	30 014
Provisão para perdas de crédito	816	439	1	128	(0)	1 383
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	3 955	4 042	708	68	3 101	11 874
Despesas gerais e administrativas	9 655	5 029	1 071	2 678	(2 979)	15 454
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	0	0	374
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	285	0	1 021	(49)	(0)	1 256
Atividades de reestruturação	299	141	47	4	(7)	484
Despesas totais (excluindo juros)	14 193	9 212	3 220	2 701	116	29 442
Participações minoritárias	49	0	0	(4)	(46)	0
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	1 705	1 439	(206)	(3 207)	(541)	(810)
Rácio custo/rendimento	85%	83%	107%	N/S	N/S	98%
Ativos[2]	1 201 894	329 869	12 300	5 523	40 959	1 590 546
Adições a ativos não correntes	22	480	1	0	1 517	2 019
Ativos ponderados pelo risco[3]	237 596	86 082	8 960	9 174	15 706	357 518
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [*spot value*] na data de relato)	954 203	342 424	3 126	7 882	40 018	1 347 653
Capital próprio médio dos acionistas	40 518	15 018	4 864	1 682	0	62 082
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4]	3%	7%	N/S	N/S	N/S	(3) %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4]	3%	6%	(3) %	N/S	N/S	(2) %
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	6 314	6 201	326	142	1 724	14 707
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	138	5	44	269	(1)	455
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	698	23	203	98	4	1 027

N/S – Não significativo

[3] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.

[4] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 67% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total consolidado
						2015
Receitas líquidas[1]	18 899	10 637	3 016	794	179	33 525
Provisão para perdas de crédito	393	511	1	51	(0)	956
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	4 897	4 161	870	86	3 279	13 293
Despesas gerais e administrativas	11 662	5 139	1 209	2 921	(2 299)	18 632
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	256	0	0	256
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	2 168	3 608	0	0	0	5 776
Atividades de reestruturação	129	586	(2)	(1)	(3)	710
Despesas totais (excluindo juros)	18 856	13 495	2 334	3 006	976	38 667
Participações minoritárias	26	0	(0)	1	(27)	0
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	(376)	(3 370)	682	(2 264)	(770)	(6 097)
Rácio custo/rendimento	100%	127%	77%	N/S	N/S	115%
Ativos[2]	1 236 770	312 732	30 316	23 007	26 305	1 629 130
Adições a ativos não correntes	3	280	2	3	1 251	1 539
Ativos ponderados pelo risco[3]	247 423	92 857	10 757	32 896	12 780	396 714
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [*spot value*] na data de relato)	1 007 791	329 902	5 354	36 553	15 587	1 395 188
Capital próprio médio dos acionistas	39 258	14 333	5 352	3 735	6 377	69 055
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4]	(1) %	(17) %	145%	N/S	N/S	(12) %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4]	(1) %	(15) %	8%	N/S	N/S	(10) %
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	7 498	6 415	449	272	1 248	15 881
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	68	40	34	20	2	164
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	650	21	182	166	(6)	1 013

N/S – Não significativo

[3] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully-loaded.

[4] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 11% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Corporate & Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em %	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em %
Receitas líquidas							
Global Transaction Banking	3 942	4 421	4 609	(478)	(11)	(188)	(4)
Geração de ações	396	405	658	(8)	(2)	(253)	(38)
Geração de dívida	1 327	1 393	1 481	(66)	(5)	(88)	(6)
Consultoria	508	495	575	13	3	(80)	(14)
Geração e consultoria	2 231	2 292	2 714	(61)	(3)	(422)	(16)
Financiamento	2 231	2 375	2 127	(144)	(6)	248	12
Sales & Trading (ações)	2 085	2 571	3 416	(486)	(19)	(845)	(25)
Sales & Trading (FIC)	4 380	5 087	6 083	(707)	(14)	(996)	(16)
Sales & Trading	6 465	7 658	9 499	(1 193)	(16)	(1 841)	(19)
Outros	(644)	17	(51)	(661)	N/S	68	N/S
Total de receitas líquidas	**14 226**	16 763	18 899	(2 537)	(15)	(2 136)	(11)
Provisão para perdas de crédito	**213**	816	393	(603)	(74)	423	108
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	4 273	3 955	4 897	318	8	(942)	(19)
Despesas gerais e administrativas	8 782	9 655	11 662	(872)	(9)	(2 007)	(17)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	285	2 168	(279)	(98)	(1 883)	(87)
Atividades de reestruturação	82	299	129	(217)	(73)	169	131
Despesas totais (excluindo juros)	**13 143**	14 193	18 856	(1 050)	(7)	(4 663)	(25)
Participações minoritárias	**26**	49	26	(23)	(46)	23	89
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**843**	1 705	(376)	(861)	(51)	2 080	N/S
Rácio custo/rendimento	92%	85%	100%	N/S	8 p.p.	N/S	(15) p.p.
Ativos[1]	1 127 028	1 201 894	1 236 770	(74 866)	(6)	(34 876)	(3)
Ativos ponderados pelo risco[2]	231 574	237 596	247 423	(6 022)	(3)	(9 827)	(4)
Capital próprio médio dos acionistas[3]	44 169	40 518	39 258	3 651	9	1 260	3
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	1%	3%	(1) %	N/S	(2) p.p.	N/S	4 p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	1%	3%	(1) %	N/S	(2) p.p.	N/S	3 p.p.

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.
[3] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

2017

As receitas líquidas da CIB, no exercício de 2017, foram de 14,2 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 2,5 mil milhões de euros, ou 15%, em termos homólogos. A divisão foi afetada por encargos de financiamento mais altos e por uma conjuntura particularmente difícil para a Sales & Trading, com níveis de volatilidade consistentemente baixos e atividade moderada de clientes desde o segundo trimestre até ao final do exercício. A Global Transaction Banking foi também afetada por ajustamentos de perímetro e clientes iniciados em 2016 e pressão sobre as margens. O desempenho da área de geração e consultoria manteve-se essencialmente inalterado relativamente ao exercício anterior.

As receitas líquidas da Global Transaction Banking foram de 3,9 mil milhões de euros, uma diminuição de 478 milhões de euros, ou 11%. As receitas de gestão de tesouraria foram ligeiramente mais baixas, dado que os aumentos de taxa de juro nos Estados Unidos compensam em parte o impacto negativo das reduções do perímetro de produtos e clientes iniciadas em 2016. As receitas comerciais foram inferiores, motivadas por esforços de gestão do balanço ativos e pressão continuada sobre as margens. As receitas de serviços fiduciários, de agente e de valores mobiliários mantiveram-se essencialmente inalteradas, dado que os volumes de transações mais baixos devido a saídas de países e clientes foram compensados por aumentos das taxas de juro nos Estados Unidos. Adicionalmente, as receitas da GTB foram afetadas negativamente por uma alteração na metodologia de alocação de encargos de financiamento em 2017.

As receitas da área de geração e consultoria foram de 2,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 61 milhões de euros, ou 3%, em comparação com o exercício anterior. As receitas da área de geração de ações diminuíram 8 milhões de euros (2%), ou seja, mantiveram-se essencialmente inalteradas em comparação com o exercício anterior. As receitas da área de geração de dívida diminuíram 66 milhões de euros (5%), com um forte primeiro trimestre de 2017 sustentado por entradas elevadas no mercado dos créditos alavancados, tendo sido atenuadas por receitas ligeiramente mais baixas durante o restante período de 2017, entre uma atividade mais baixa de clientes e um apetite reduzido pelo risco do Deutsche Bank nos Estados Unidos. As receitas da área de consultoria aumentaram 13 milhões de euros (3%), motivadas por um mercado robusto e uma forte participação nos negócios.

As receitas líquidas da área de financiamento foram de 2,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 144 milhões de euros, ou 6%, essencialmente motivada por receitas mais baixas de empréstimos com grau de investimento, que foram afetadas por encargos de financiamento mais altos.

As receitas líquidas da Sales & Trading (FIC) foram de 4,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 707 milhões de euros, ou 14%. As receitas de crédito mantiveram-se essencialmente inalteradas, sustentadas por um forte desempenho nos produtos em dificuldades no primeiro semestre de 2017, mas travado por condições comerciais menos favoráveis para negócios de fluxo no segundo semestre de 2017. As receitas de taxas foram mais altas com desempenho sólido na Europa, compensadas em parte por um desempenho mais fraco nos Estados Unidos. As receitas cambiais foram mais baixas dado que uma conjuntura de volatilidade persistentemente baixa afetou os fluxos de clientes. As receitas da área Ásia e Pacífico, cambiais e taxas diminuíram com um forte primeiro trimestre de 2017, travado por uma baixa nas atividades dos clientes durante o resto do exercício. As receitas de mercados emergentes foram significativamente mais baixas devido ao fluxo moderado de clientes e desenvolvimentos específicos na Venezuela, África do Sul e Turquia perto do final do ano.

A Sales & Trading (ações) gerou receitas líquidas de 2,1 mil milhões de euros, uma diminuição de 486 milhões de euros, ou 19%. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram mais baixas, refletindo balanços médios mais baixos durante o exercício, margens reduzidas e custo de financiamento mais altos. As receitas de derivados de ações foram mais baixas, com uma conjuntura comercial difícil principalmente no segundo semestre de 2017. As receitas de ações negociadas a pronto mantiveram-se essencialmente inalteradas com volumes a permanecerem um desafio.

As receitas provenientes de Outros incorreram numa perda de 644 milhões de euros, face a um ganho de 17 milhões em 2016. 2017 incluiu uma perda de 348 milhões de euros (2016: um ganho de 27 milhões de euros) relativo ao impacto dos ajustamentos da avaliação de dívida em determinados passivos derivados.. O montante de 136 milhões de euros desta perda foi motivado por uma alteração na hierarquia de credores no caso de uma insolvência bancária que foi introduzida pela lei alemã do mecanismo de resolução (Abwicklungsmechanismusgesetz), em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017. Esta alteração na hierarquia resulta em contrapartes derivadas que recebem maior proteção, dado que seriam satisfeitas antes dos detentores de dívida sénior não garantida na estrutura em cascata de credores. Esta maior proteção aumenta o valor dos ativos derivados para a contraparte, aumentando por conseguinte o valor dos passivos derivados no balanço, resultando na perda. As receitas associadas com os ativos identificados como não coerentes com a estratégia da CIB são reportadas em "Outros" a partir do segundo trimestre de 2017, incluindo um impacto negativo relativo à avaliação da carteira de RMBS antiga.

As provisões para perdas de crédito de 213 milhões de euros desceram 74% em termos homólogos. A diminuição deveu-se essencialmente a reduções em todas as carteiras, incluindo o transporte/expedição. Apesar da redução ano a ano, o transporte/expedição continua a ser o principal motor de provisão para perdas de crédito em 2017.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 13,1 mil milhões de euros foram 1,1 mil milhões, ou 7% mais baixos do que em 2016. As provisões dos litígios reduzidos, imparidades de goodwill materialmente mais baixas e reestruturações e indemnizações mais baixas tiveram um impacto positivo face ao exercício anterior. Os custos de remuneração aumentaram devido à normalização de pagamentos de remuneração variáveis em 2017, apesar de isso ter sido parcialmente mitigado por custos diretos reduzidos da componente não remuneratória. O desenvolvimento em termos homólogos dos gastos operacionais (excl. juros) também beneficiou das variações cambiais.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento de 843 milhões de euros foram 861 milhões de euros ou 51% mais baixos do que no exercício anterior. A redução período a período nas receitas foi apenas compensada por gastos operacionais (excl. juros) reduzidos e provisões para perdas de crédito mais baixas.

2016

Os proveitos na divisão Corporate & Investment Bank de 16,8 mil milhões de euros diminuíram 2,1 mil milhões euros (11%) em 2016, face ao exercício anterior. A divisão foi afetada por uma conjuntura especialmente difícil para Ações, por perceções de mercado negativas relativas ao Deutsche Bank e pela impacto da execução da estratégia em linha com os nossos objetivos anunciados em outubro de 2015. Na Corporate Finance, o abrandamento em todo o setor na atividade dos clientes e nas emissões de mercados primários, observado no quarto trimestre de 2015 e mantendo-se durante o primeiro semestre de 2016, ao passo que os proveitos da Transaction Banking também diminuiu ligeiramente, motivado por várias contrariedades macroeconómicas.

As receitas líquidas da Global Transaction Banking foram de 4,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 188 milhões de euros, ou 4%. As receitas de gestão de tesouraria mantiveram-se essencialmente inalteradas por taxas de juro baixas na área do euro e a racionalização do perímetro de clientes como parte dos nossos objetivos anunciados em outubro de 2015. As receitas comerciais foram inferiores, motivadas por um balanço ativo e esforços de gestão do risco e pressão sobre as margens. As receitas de serviços fiduciários, de agente e de valores mobiliários foram ligeiramente mais baixas, com o negócio também afetado por taxas de juro mais baixas na Europa, a par com uma atividade inferior de ofertas públicas iniciais, apesar de estas terem sido compensadas em parte por aumentos das taxas de juro nos Estados Unidos.

As receitas da área de geração e consultoria foram de 2,3 mil milhões de euros, uma diminuição de 422 milhões de euros, ou 16%, em comparação com o exercício anterior. As receitas da área de geração de ações diminuíram 253 milhões de euros (38%) para o ano, refletindo uma redução em todo o setor nos níveis de emissão. A geração de dívida foi inferior em 88 milhões de euros (6%) para o ano completo, devido a um primeiro trimestre fraco. As receitas da área de consultoria diminuíram 80 milhões de euros (14%), pois a atividade de mercado diminuiu face a 2015.

As receitas líquidas da área de financiamento foram de 2.4 mil milhões de euros, um aumento de 248 milhões de euros, ou 12%, motivado pelo forte desempenho em ativos baseados em financiamento e imóveis comerciais, especialmente nos Estados Unidos.

As receitas líquidas da Sales & Trading (FIC) foram de 5,1 mil milhões de euros, uma diminuição de 996 milhões de euros, ou 16%. As receitas cambiais (Foreign Exchange) mantiveram os níveis do forte ano anterior. As receitas de taxas mantiveram-se essencialmente inalteradas, pois o bom desempenho na Europa foi parcialmente compensado por um desempenho mais fraco nos Estados Unidos. As receitas de crédito foram mais baixas e incluíram o impacto da diminuição do risco em transações titularizadas como parte dos nossos objetivos anunciados em outubro de 2015. Foi constatado um desempenho inferior no fluxo de crédito e nas transações titularizadas. As receitas de mercados emergentes foram significativamente inferiores em 2016 devido ao impacto da saída de países, especificamente da Rússia, como parte da implementação dos nossos objetivos anunciados em outubro de 2015, a um fluxo de clientes inferior e a uma incerteza a nível macro. As receitas da área Ásia e Pacífico, cambiais e taxas foram significativamente inferiores devido a condições de mercado desfavoráveis no primeiro semestre do ano e a atividades de mercado moderado que afetaram negativamente o fluxo de clientes.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 2,6 mil milhões de euros, uma diminuição de 845 milhões de euros, ou 25%. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram inferiores, refletindo um decréscimo nos saldos de clientes e na atividade de negociação, bem como um custo de financiamento aumentado. Os proveitos de derivados de ações foram significativamente inferiores devido a uma menor atividade dos clientes. As receitas de ações negociadas a pronto foram significativamente inferiores em 2016 devido a uma conjuntura de mercado difícil e a volumes de clientes inferiores.

As receitas provenientes de Outros foram uns positivos 17 milhões de euros, em comparação com os negativos 51 milhões de euros em 2015. O impacto dos ajustamentos da avaliação de dívida durante o exercício foi um ganho de 27 milhões de euros (48 milhões de euros em 2015).

As provisões para perdas de crédito de 816 milhões de euros aumentaram 423 milhões de euros (108%) face a 2015. O aumento deveu-se principalmente à deterioração na qualidade creditícia do setor do transporte/expedição, onde a indústria foi vítima de desafios estruturais persistentes, como a oferta excessiva e a redundância de determinados tipos de navios. Consequentemente, esta fraqueza grave da indústria também fez com que mais mutuários entrassem na categoria de incumprimento avaliada num cenário de liquidação.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 14,2 mil milhões de euros foram 4,7 mil milhões, ou 25% mais baixos do que em 2015. Imparidades de goodwill materialmente mais baixas e encargos com litígios reduzidos afetaram positivamente a comparação com o exercício anterior e mais do que compensaram um aumento em custos de reestruturação. Os custos de remuneração em 2016 foram mais baixos devido ao desempenho reduzido relativo a remunerações e a uma redução no número de colaboradores como parte de iniciativas estratégicas.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,7 mil milhões de euros foram 2,1 mil milhões de euros mais altos do que no exercício anterior. A redução substancial em gastos operacionais (excl. juros) mais do que compensou os proveitos inferiores e um aumento significativo em provisões para perdas de crédito.

Private & Commercial Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em %	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em %
Receitas líquidas:							
Private & Commercial Clients	5 013	5 225	5 603	(213)	(4)	(377)	(7)
Postbank	3 124	3 366	3 112	(242)	(7)	254	8
Wealth Management	2 041	1 880	2 097	161	9	(217)	(10)
Hua Xia	**0**	618	(175)	(618)	(100)	793	N/S
Total de receitas líquidas	**10 178**	11 090	10 637	(912)	(8)	453	4
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	5 876	6 201	6 415	(325)	(5)	(214)	(3)
Rendimentos de serviços e comissões	3 367	3 395	3 816	(28)	(1)	(421)	(11)
Rendimentos restantes	935	1 494	406	(559)	(37)	1 088	N/S
Provisão para perdas de crédito	**313**	439	511	(126)	(29)	(73)	(14)
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	3 979	4 042	4 161	(63)	(2)	(119)	(3)
Despesas gerais e administrativas	5 166	5 029	5 139	138	3	(110)	(2)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	12	0	3 608	12	N/S	(3 608)	N/S
Atividades de reestruturação	360	141	586	219	155	(445)	(76)
Despesas totais (excluindo juros)	**9 518**	9 212	13 495	306	3	(4 283)	(32)
Participações minoritárias	**(12)**	0	0	(12)	N/S	0	3
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**359**	1 439	(3 370)	(1 080)	(75)	4 809	N/S
Rácio custo/rendimento	94%	83%	127%	N/S	10 p.p.	N/S	(44) p.p.
Ativos[1]	333 069	329 869	312 731	3 200	1	17 138	5
Ativos ponderados pelo risco[2]	87 472	86 082	92 857	1 390	2	(6 776)	(7)
Capital próprio médio dos acionistas[3]	14 934	15 018	14 333	(84)	(1)	685	5
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	2%	7%	(17) %	N/S	(5) p.p.	N/S	25 p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	2%	6%	(15) %	N/S	(5) p.p.	N/S	22 p.p.

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.
[3] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

Informações adicionais

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em mil milhões de euros	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em %	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em mil milhões de euros	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em %
Ativos sob gestão[1]	506	501	583	5	1	(83)	(14)
Fluxos líquidos	4	(42)	3	47	N/S	(46)	N/S

N/S – Não significativo
[1] Definimos ativos sob gestão como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós.. Gerimos ativos sob gestão de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós. Os depósitos são considerados ativos sob gestão caso sirvam fins de investimento. Nas nossas áreas de negócio Private and Commercial Clients e Postbank, isso inclui todos os depósitos a prazo e depósitos de poupança. Na Wealth Management, assumimos que todos os depósitos de clientes são detidos por nós principalmente para fins de investimento.

2017

Os resultados da PCB em 2017 foram significativamente afetados por rubricas relativas à estratégia, o que incluiu as provisões de reestruturação relacionadas com a fusão planeada da Private & Commercial Clients Germany e Postbank, assim como um impacto negativo dos proveitos subsequente ao acordo relativo à venda de uma parte importante do negócio de retalho na Polónia. Por outro lado, os resultados em 2016 beneficiaram de um ganho relativo à venda da quota na Hua Xia Bank Co. Ltd. Estes fatores específicos explicam grande parte da diminuição em termos homólogos nos resultados antes de impostos sobre o rendimento da PCB.

As receitas líquidas de 10,2 mil milhões de euros diminuíram 912 milhões de euros, ou 8%, em comparação com o exercício anterior. Esta diminuição foi principalmente atribuível às alienações de negócios em ambos os exercícios. O exercício de 2016 incluiu uma contribuição de receitas de 618 milhões de euros da Hua Xia Bank Co. Ltd., assim como uma contribuição de receitas mais alta de 140 milhões de euros da unidade Private Client Services (PCS) nos Estados Unidos antes da sua venda. Por outro lado, as receitas líquidas em 2017 foram afetadas negativamente por 157 milhões de euros relativos ao acordo para vender uma parte significativa do negócio de retalho na Polónia. Se excluirmos estes efeitos, as receitas líquidas permaneceram essencialmente inalteradas em termos homólogos. Os impactos positivos resultantes das atividades de reestruturação na Sal. Oppenheim compensaram os impactos negativos de ganhos inferiores das vendas de ativos e a cessação de um título fiduciário preferencial antigo. A diminuição nas receitas de depósitos na atual conjuntura de taxas de juro baixas foi amplamente mitigada pelo crescimento em receitas de empréstimos e por rendimentos de serviços e comissões mais elevados de produtos de investimento e contas.

Nos negócios da Private & Commercial Client (PCC), as receitas diminuíram 213 milhões de euros, ou 4%, face ao exercício anterior, atribuível essencialmente a um impacto negativo de 157 milhões de euros do acordo de venda de uma parte significativa do negócio de retalho na Polónia, refletido nos rendimentos restantes. Adicionalmente, ambos os períodos incluíram ganhos das vendas de ativos num nível comparável (2017 incluiu um ganho de 95 milhões de euros da venda de ações da Concardis GmbH; 2016 incluiu um ganho de 98 milhões de euros da venda de ações da VISA Europe Limited). O rendimento líquido de juros diminuiu ligeiramente face a 2016, facto atribuível à atual conjuntura de taxas de juro baixas. Os rendimentos de serviços e comissões mantiveram-se essencialmente inalterados em termos homólogos com melhoria nas receitas de produtos de investimento.

As receitas nos negócios do Postbank diminuíram 242 milhões de euros, ou 7%, face ao exercício anterior, motivadas essencialmente por um impacto negativo de 118 milhões de euros proveniente da cessação de um título fiduciário preferencial antigo em 2017, ao passo que em 2016 as receitas beneficiaram dos ganhos de várias vendas de ativos, incluindo 104 milhões de euros relativos à venda de ações da VISA Europe Limited. O rendimento líquido de juros do Postbank diminuiu ligeiramente em termos homólogos. O impacto da conjuntura de taxas de juro baixas nas receitas de depósitos foi mitigado em parte pelas elevadas receitas de empréstimos resultantes do crescimento nos volumes de empréstimo. Os rendimentos de serviços e comissões aumentaram, refletindo essencialmente a introdução de um novo modelo de preços para as contas correntes e um modelo de consultoria melhorado para os produtos de investimento.

As receitas nos negócios da Wealth Management (WM) aumentaram 161 milhões de euros, ou 9%, devido principalmente aos impactos positivos de aproximadamente 400 milhões de euros resultantes das atividades de reestruturação na franquia da Sal. Oppenheim, o que mais que compensou a baixa na contribuição de receitas em 2017, após a alienação da unidade Private Client Services (PCS) em setembro de 2016. Os ganhos de reestruturação foram essencialmente motivados por desfechos legais favoráveis, contribuindo para um impacto positivo na avaliação de empréstimos, que foram reduzidos no seu valor escriturado como parte da aquisição. Se excluirmos estes efeitos, as receitas líquidas diminuíram face ao exercício anterior, refletindo variações cambiais assim como uma diminuição nas receitas líquidas de juros, motivada pelas reduções na carteira de empréstimos, principalmente nas Américas. Os rendimentos de serviços e comissões ficaram ligeiramente abaixo face ao exercício anterior, refletindo a baixa nas atividades de clientes e uma base inferior de ativos nas Américas e EMEA, compensadas em parte pela boa conjuntura de crescimento na Ásia e Pacífico.

A provisão para perdas de crédito de 313 milhões de euros diminuiu 126 milhões de euros, ou 29%, em termos homólogos, beneficiando do desembolso de provisões no Postbank, assim como uma boa qualidade de carteiras numa conjuntura económica favorável continuada. Ambos os períodos incluíram os impactos positivos das vendas de carteiras seletivas.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 9,5 mil milhões de euros aumentaram 306 milhões de euros (3%), em comparação com o último exercício. Tal como mencionado acima, o exercício atual foi afetado pelos encargos líquidos de reestruturação de 360 milhões de euros (face aos 141 milhões de euros em 2016) relativos às rubricas estratégicas, incluindo as medidas de reorganização e integração na Alemanha. Os gastos operacionais (excl. juros) também aumentaram devido a remunerações variáveis e gastos de investimento mais elevados. Estes efeitos foram compensados em parte pelas poupanças das medidas de reorganização executadas e por uma base de custos reduzida após a alienação da unidade PCS.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento de 359 milhões de euros diminuíram 1,1 mil milhões de euros face a 2016. A diminuição deveu-se essencialmente aos fatores específicos supramencionados e a uma conjuntura difícil continuada das taxas de juro.

Os ativos sob gestão da PCB de 506 mil milhões de euros aumentaram 5 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2016. Os impactos negativos das variações cambiais foram mais do que compensados pela valorização do mercado e pelas entradas líquidas de 4 mil milhões de euros (principalmente nas áreas de negócio da PCC). As entradas líquidas ocorreram essencialmente em produtos de depósito, em parte refletindo a recuperação bem-sucedida de mandatos após as saídas no terceiro e quarto trimestre de 2016. As entradas líquidas na Wealth Management foram impactadas em parte pelas decisões comerciais estratégicas e pela continuação da redução do risco.

2016

Durante o ano de 2016, a PCB fez grandes progressos na execução das medidas estratégicas, incluindo a simplificação dos modelos de distribuição e a continuação da expansão das ofertas digitais. Também como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015, a PCB concluiu as alienações da unidade Private Client Services (PCS) nos EUA e da quota na Hua Xia Bank Co. Ltd. na China. Esta última transação resultou num ganho significativo em vendas. Adicionalmente, a PCB beneficiou da venda das suas ações na VISA Europe Limited. Os resultados do ano anterior da PCB foram afetados negativamente por efeitos de avaliação relacionados com a Hua Xia, por encargos com imparidades de 3,6 mil milhões de euros e por despesas significativas para atividades de reestruturação.

As receitas líquidas na PCB de 11,1 mil milhões de euros aumentaram 453 milhões de euros (4%) face ao período do exercício anterior. O aumento deveu-se a uma maior contribuição da Hua Xia Bank Co. Ltd. com proveitos de 618 milhões de euros em 2016, incluindo o impacto positivo supramencionado da transação de venda. O ano de 2015 incluiu receitas líquidas negativas de 175 milhões de euros relativas à Hua Xia Bank Co. Ltd. Excluindo os impactos das alienações da Hua Xia Bank Co. Ltd. e PCS, as receitas líquidas diminuíram em comparação com o período do exercício anterior.

Nos negócios de Private & Commercial Clients (PCC), os proveitos diminuíram 377 milhões de euros (7%). O rendimento líquido de juros diminuiu ligeiramente, motivado pela conjuntura de taxas de juro baixas na Europa, resultando em proveitos reduzidos de depósitos. Os rendimentos de serviços e comissões diminuíram em termos homólogos dado que a atual conjuntura de mercado turbulenta com atividade reduzida de clientes resultou em proveitos mais baixos dos produtos de investimento e seguros. Os rendimentos restantes da PCC aumentaram significativamente, incluindo um ganho de 98 milhões de euros atribuível à venda das ações na VISA Europe Limited.

Os proveitos nos negócios do Postbank aumentaram 254 milhões de euros, ou 8%, face a 2015, principalmente motivados por ganhos de determinadas vendas de ativos incluindo um ganho de 104 milhões de euros da venda supramencionada de ações na VISA Europe Limited, refletido nos rendimentos restantes. O rendimento líquido de juros manteve-se essencialmente inalterado. Os proveitos mais baixos provenientes de produtos de depósito no seguimento da conjuntura continuada de taxas de juro baixas na Europa foram compensados por um esforço de receitas descontinuado proveniente do ajuste de provisões de juros de poupança e crédito à habitação em 2015. Para além disso, o rendimento líquido de juros dos produtos de crédito aumentou, motivado pelo crescimento de volume. Os rendimentos líquidos de serviços e comissões mantiveram-se essencialmente inalterados face ao período do exercício anterior.

Os proveitos nos negócios de Wealth Management (WM) diminuíram 217 milhões de euros (10%), em parte devido a um impacto de desconsolidação após a alienação da unidade de PCS em setembro de 2016. Para além deste efeito, o rendimento líquido de juros da WM manteve-se essencialmente inalterado, ao passo que os rendimentos líquidos de serviços e comissões na WM também sofreram o impacto de uma conjuntura de mercado difícil com atividade reduzida de clientes, iniciativas de redução do risco estratégicas e perceções de mercado negativas relativas ao Deutsche Bank no segundo semestre de 2016.

A provisão para perdas de crédito de 439 milhões de euros diminuiu 73 milhões de euros (14%), em comparação com o ano anterior, refletindo a boa qualidade continuada da carteira de empréstimos e a conjuntura económica favorável. A provisão para perdas de crédito também beneficiou de vendas de carteira seletivas com impactos semelhantes em 2015 e 2016.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 9,2 mil milhões de euros em 2016 diminuíram 4,3 mil milhões de euros (32%) face ao período do exercício anterior. O ano de 2015 incluiu 3,6 mil milhões de euros de imparidades, 475 milhões de euros em encargos mais altos de reestruturação e indemnizações e um abatimento parcial de software de 131 milhões de euros, ao passo que os gastos operacionais (excl. juros) em 2016 beneficiaram de uma base de custos reduzida após a alienação da unidade de PCS em setembro. Excluindo estes efeitos, os gastos operacionais (excl. juros) estavam em níveis comparáveis em 2015 e 2016. O impacto de investimentos superiores em digitalização e a continuação dos gastos relacionados com medidas estratégicas foi compensado por despesas inferiores para remuneração e por uma disciplina de custos rigorosa.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,4 mil milhões de euros aumentaram 4,8 mil milhões de euros face a 2015. O aumento foi atribuível às rubricas de imparidade supramencionadas e a encargos superiores para reestruturação e indemnizações em 2015, juntamente com o impacto positivo da alienação da participação na Hua Xia Bank Co. Ltd. em 2016. Excluindo estes fatores, os resultados antes de impostos sobre o rendimento diminuíram em 2016 face a 2015, refletindo o impacto da continuação de taxas de juro baixas e do contexto de mercado volátil nos proveitos nos negócios de WM, PCC e Postbank.

Os ativos sob gestão de 501 mil milhões de euros diminuíram 83 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2015. O decréscimo deveu-se principalmente ao efeito da desconsolidação de 38 mil milhões de euros subsequente à alienação da unidade PCS e às saídas líquidas de 42 mil milhões de euros (32 mil milhões de euros na WM, 7 mil milhões de euros nos negócios da PCC, 3 mil milhões de euros no Postbank), que ocorrem essencialmente na sequência de perceções de mercado negativas associadas ao Deutsche Bank no segundo semestre de 2016. Em WM, as saídas líquidas durante o ano de 2016 também refletiram as atividades de desalavancagem contínuas dos clientes, bem como os esforços para otimizar as práticas de gestão do risco e para melhorar eficiências como os serviços transfronteiriços.

Deutsche Asset Management

				Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016		Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2 215	2 161	2 299	53	2	(138)	(6)
Comissões de desempenho e transação	199	219	246	(20)	(9)	(28)	(11)
Outros proveitos	118	239	213	(121)	(51)	25	12
Movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life	0	396	258	(396)	N/S	139	54
Total de receitas líquidas	**2 532**	3 015	3 016	(483)	(16)	(1)	(0)
Provisão para perdas de crédito	**(1)**	1	1	(1)	N/S	(0)	(4)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	778	708	870	70	10	(163)	(19)
Despesas gerais e administrativas	1 025	1 071	1 209	(47)	(4)	(138)	(11)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	374	256	(374)	(100)	117	46
Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis	3	1 021	0	(1 018)	(100)	1 021	N/S
Atividades de reestruturação	6	47	(2)	(41)	(88)	49	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**1 811**	3 220	2 334	(1 409)	(44)	886	38
Participações minoritárias	**1**	0	(0)	1	N/S	1	N/S
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**720**	(206)	682	926	N/S	(888)	N/S
Rácio custo/rendimento	72%	107%	77%	N/S	(35) p.p.	N/S	29 p.p.
Ativos[1]	8 050	12 300	30 316	(4 250)	(35)	(18 016)	(59)
Ativos ponderados pelo risco[2]	8 432	8 960	10 757	(528)	(6)	(1 797)	(17)
Capital próprio médio dos acionistas[3]	4 725	4 864	5 352	(139)	(3)	(489)	(9)
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	55%	N/S	145%	N/S	N/S	N/S	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	10%	(3)%	8%	N/S	13 p.p.	N/S	(11) p.p.

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.
[3] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

2017

Em 2017, a Deutsche AM reportou resultados antes de impostos sobre o rendimento significativamente mais altos face a 2016. Excluindo a Abbey Life, que foi alienada no quarto trimestre de 2016, os resultados da Deutsche AM em 2017 estiveram em linha com aqueles de 2016, motivados por proveitos mais altos, mas atenuado por encargos mais altos. O ano de 2017 assistiu a uma reviravolta positiva com 16 mil milhões de euros de entradas líquidas, em comparação com as saídas líquidas reportadas no exercício anterior.

As receitas líquidas foram de 2,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 483 milhões de euros, ou 16%. Excluindo a Abbey Life em 2016, as receitas líquidas subiram 54 milhões de euros, ou 2%, face ao exercício anterior. As taxas de gestão aumentaram ligeiramente cerca de 53 milhões de euros, ou 2%, principalmente nos negócios ativos motivados por movimentos favoráveis de mercado. As comissões de desempenho e transação foram inferiores em 20 milhões de euros ou 9%, principalmente motivadas por comissões de desempenho de baixos fundos, de um dos fundos ativos, face ao exercício anterior. As receitas provenientes de Outros foram significativamente inferiores em 121 milhões de euros, ou 51%, em comparação com o exercício anterior. O decréscimo deveu-se essencialmente a receitas não recorrentes da Abbey Life, excluindo receitas ao preço de mercado, proveitos da venda da Deutsche AM India e um reintegração relativa à exposição HETA, que saiu em 2016. Estes condutores em outras receitas foram compensados em parte por uma recuperação não recorrente no exercício atual relativo a uma matéria jurídica de fundos imobiliários, ao impacto desfavorável da venda do negócio da manutenção de ativos da Sal. Oppenheim sedeada no Luxemburgo e ao justo valor negativo do exercício anterior relativo a produtos garantidos. No seguimento da venda da Abbey Life em 2016, não foram registados em 2017 movimentos de valorização pelos preços de mercado em posições de tomadores de seguros, em comparação com os 396 milhões de euros reportados no exercício anterior.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 1,8 mil milhões de euros diminuíram significativamente 1,4 mil milhões de euros, ou 44%, devido à não recorrência de custos relativos à Abbey Life e a encargos de reestruturação mais baixos. As remunerações e benefícios foram mais elevados devido a custos aumentados de remuneração variável; as despesas gerais e administrativas foram ligeiramente mais baixas em comparação com o exercício anterior, motivadas pela não recorrência dos custos supramencionados relativos à Abbey Life, compensados em parte por uma provisão de perda operacional tomada em 2015 e desembolsada em 2016, associada aos custos de 2017 relativos à separação da Asset Management.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento de 720 milhões de euros aumentaram significativamente 926 milhões de euros, motivados pela imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis relativos à Abbey Life em 2016. Estas rubricas foram compensadas em parte por proveitos mais baixos devido a várias rubricas não recorrentes no exercício anterior incluindo a Abbey Life, a venda da Deutsche AM India e a reintegração relativa à HETA.

Os ativos sob gestão (AuM) foram de 702 mil milhões de euros, uma diminuição de 4 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2016, motivados por variações cambiais desfavoráveis de 36 mil milhões de euros e por 13 mil milhões de euros de outros ajustes negativos relativos essencialmente a alienações do negócio da manutenção de ativos da Sal. Oppenheim sedeada no Luxemburgo e ao negócio da Private Clients dos Estados Unidos, compensados em parte por 30 mil milhões de euros de desempenho de mercado favorável e 16 mil milhões de euros de entradas líquidas lideradas pela Europe ETF, entradas de produtos de liquidez e multiativos, atenuados em parte por saídas de ativos de seguros.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos AuM durante 2017, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2016	92	264	54	53	63	98	82	706
Entradas[1]	20	68	23	15	9	36	16	187
Saídas[1]	(22)	(71)	(12)	(17)	(9)	(25)	(16)	(172)
Fluxos líquidos	(2)	(3)	11	(3)	1	11	0	16
Impacto cambial	(3)	(17)	(1)	(0)	(3)	(7)	(5)	(36)
Desempenho	9	5	1	2	(1)	11	3	30
Outros	(1)	(2)	(5)	0	0	1	(6)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	96	247	60	52	59	115	73	702
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	76	14	38	29	9	24	55	31

[1] Entradas e saídas tal como relatado incluem desvios dos AuM entre as classes de ativos.

2016

Em 2016, o desempenho da Deutsche AM foi afetado pela venda da Abbey Life, o que resultou numa imparidade de 1,0 mil milhões de euros de goodwill e outros ativos intangíveis e saídas líquidas, motivados pelas preocupações de mercado sobre o Deutsche Bank. Apesar das condições de mercado menos favoráveis, que refletem a incerteza contínua do baixo crescimento global, excluindo a Abbey Life, a Deutsche AM é alcançada por resultados antes de impostos sobre o rendimento de 731 milhões de euros, um aumento de 16% face aos 632 milhões de euros em 2015.

As receitas líquidas no exercício de 2016 foram de 3,0 mil milhões de euros, em linha com o exercício anterior. As receitas líquidas, excluindo a Abbey Life, foram de 2,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 6% face aos 2,7 mil milhões de euros em 2015. As taxas de gestão diminuíram ligeiramente 138 milhões de euros, ou 6%, devido a dAuM mais baixos e condições de mercado adversas que afetaram os negócios passivos e ativos. As comissões de desempenho e transação diminuíram 28 milhões de euros, ou 11%, em comparação com um forte período anual anterior nos produtos alternativos. Os outros proveitos aumentaram 25 milhões de euros, ou 12%, devido a uma depreciação no exercício anterior relacionada com a exposição à HETA e à venda em 2016 da Abbey Life e da Deutsche AM India, parcialmente anulada por um justo valor negativo de produtos garantidos e rendimento de dividendos inferior nos alternativos. Os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life registaram um aumento significativo de 139 milhões de euros, ou 54%, na sequência de ganhos de mercado superiores.

Os gastos operacionais (excl. juros) no valor de 3,2 mil milhões de euros aumentaram significativamente 886 milhões de euros, ou 38%, devido a imparidades de goodwill e outros ativos intangíveis predominantemente relacionados com a venda da Abbey Life e com um aumento dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros que foram compensados nos proveitos. Excluindo a Abbey Life, os gastos operacionais (excl. juros) de 1,7 mil milhões de euros diminuíram 251 milhões de euros face a 2015, devido essencialmente a custos de remuneração mais baixos e à reversão de uma provisão de perda operacional tomada em 2015.

A perda antes de impostos sobre o rendimento foi de 206 milhões de euros, uma diminuição significativa de 888 milhões de euros face a 2015, motivada sobretudo pelo impacto supramencionado relativo à venda da Abbey Life.

Os AuM ascendiam a um montante de 706 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, uma diminuição de 39 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2015, motivada por condições de mercado adversas exacerbadas pelas perceções negativas dos mercados relativamente ao Deutsche Bank, devido aos rumores nos mercados em torno do futuro da Deutsche AM e a alterações na administração da Deutsche AM. As saídas líquidas de 41 mil milhões de euros foram impulsionadas pela região das Américas, onde as saídas de caixa foram a principal fonte dos resultados, motivadas por reformas do mercado monetário. Os fundos negociados em bolsa foram outra das áreas com saídas avultadas, uma vez que a categoria com cobertura de risco cambial registou saídas em todo o setor. A diminuição foi também motivada por alienações no valor de 18 mil milhões de euros sobretudo relacionadas com a Abbey Life e a Deutsche AM India. As saídas foram parcialmente compensadas pelo efeito do desempenho favorável do mercado de ações e rendimento fixo de 16 mil milhões de euros e por variações cambiais favoráveis no valor de 4 mil milhões de euros. A Deutsche AM registou também entradas positivas no valor de 2 mil milhões de euros na região da Ásia Pacífico em 2016.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos AuM durante 2016, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2015	102	276	54	54	75	101	82	745
Entradas[1]	20	56	14	19	9	24	15	158
Saídas[1]	(25)	(73)	(14)	(23)	(18)	(32)	(15)	(199)
Fluxos líquidos	(5)	(17)	(0)	(4)	(9)	(7)	0	(41)
Impacto cambial	(1)	2	(0)	0	1	1	1	4
Desempenho	4	6	1	2	(1)	3	2	16
Outros	(9)	(3)	0	(0)	(2)	0	(3)	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	92	264	54	53	63	98	82	706
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	68	15	37	29	8	27	53	30

[1] Entradas e saídas tal como relatado incluem desvios dos AuM entre as classes de ativos.

Non-Core Operations Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em %	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em %
Receitas líquidas	–	(382)	794	382	N/S	(1 176)	N/S
dos quais:							
Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	–	(1 307)	(362)	1 307	N/S	(944)	N/S
Provisão para perdas de crédito	–	128	51	(128)	N/S	76	148
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	–	68	86	(68)	N/S	(18)	(20)
Despesas gerais e administrativas	–	2 678	2 921	(2 678)	N/S	(243)	(8)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	–	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	–	(49)	0	49	N/S	(49)	N/S
Atividades de reestruturação	–	4	(1)	(4)	N/S	5	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	–	2 701	3 006	(2 701)	N/S	(304)	(10)
Participações minoritárias	–	(4)	1	4	N/S	(5)	N/S
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	–	(3 207)	(2 264)	3 207	N/S	(943)	42
Ativos[1]	–	5 523	23 007	(5 523)	N/S	(17 485)	(76)
Ativos ponderados pelo risco[2]	–	9 174	32 896	(9 174)	N/S	(23 722)	(72)
Capital próprio médio dos acionistas[3]	–	1 682	3 735	(1 682)	N/S	(2 052)	(55)

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.
[3] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

2017

A partir de 2017, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir como divisão autónoma. Em 31 de dezembro de 2016, os restantes ativos antigos passaram a ser geridos pelos segmentos operacionais correspondentes, predominantemente o Corporate & Investment Bank e o Private & Commercial Bank.

2016

Ao longo de 2016, a NCOU executou com êxito a sua estratégia de redução de risco e reduziu a dimensão da sua carteira para alcançar o objetivo de final do exercício. A atividade centrou-se em iniciativas destinadas a proporcionar uma contribuição de capital e resultados de desalavancagem, que tiveram lugar num conjunto de carteiras. Estas incluíram a resolução de exposições a derivados de longa duração, bem como a venda de várias obrigações e outras dissoluções nas carteiras de correlação e base negativa. A venda das nossas participações na Maher Port Elizabeth e na Red Rock Resorts foi também concluída durante o período.

As receitas líquidas da NCOU no período de relato foram negativas em 382 milhões de euros face a um resultado positivo de 794 milhões de euros no exercício anterior. Este resultado foi predominantemente motivado por perdas de redução de risco de 821 milhões de euros, sobretudo resultantes de uma dissolução de exposições a derivados de longa duração e ativos relacionados, parcialmente compensadas por um ganho de 368 milhões de euros relativamente à Red Rock Resorts. Além disso, registou-se um decréscimo dos proveitos da carteira no seguimento de alienações de ativos, incluindo da Maher Prince Rupert, que foi parcialmente compensado por ajustamentos de avaliação inferiores e impactos de preço de mercado. As receitas líquidas de 2015 incluíam 219 milhões de euros de uma recuperação de litígio específica e um ganho de 195 milhões de euros com a venda da Maher Prince Rupert.

As provisões para perdas de crédito aumentaram 76 milhões de euros face a 2015. Tal foi predominantemente motivado por provisões superiores face a hipotecas residenciais europeias e créditos comerciais, que incluíram ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39.

Os gastos operacionais (excluindo juros) diminuíram 304 milhões de euros (10%), face a 2015, maioritariamente devido a menores encargos de contencioso. Os custos excluindo encargos com litígios foram 18% inferiores em termos homólogos, motivados pela alienação de ativos, incluindo da Maher Prince Rupert, em 2015.

As perdas antes de impostos sobre o rendimento aumentaram 943 mil milhões de euros para 3,2 mil milhões de euros, em comparação com 2015. O aumento deveu-se sobretudo a perdas da atividade de redução de risco, enquanto os gastos operacionais (excl. juros) foram inferiores.

Consolidation & Adjustments

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em %	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015 em %
Receitas líquidas[1]	**(488)**	(471)	179	(16)	3	(650)	N/S
Provisão para perdas de crédito	**(0)**	(0)	(0)	0	(19)	(0)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3 223	3 101	3 279	122	4	(178)	(5)
Despesas gerais e administrativas	(3 000)	(2 979)	(2 299)	(21)	1	(679)	30
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	(0)	0	0	N/S	(0)	N/S
Atividades de reestruturação	(0)	(7)	(3)	6	(98)	(3)	99
Despesas totais (excluindo juros)	**223**	116	976	107	93	(860)	(88)
Participações minoritárias	**(16)**	(46)	(27)	30	(65)	(19)	70
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**(695)**	(541)	(770)	(153)	28	229	(30)
Ativos[2]	6 586	40 959	26 305	(34 373)	(84)	14 654	56
Ativos ponderados pelo risco[3]	16 734	15 706	12 780	1 028	7	2 926	23
Capital próprio médio dos acionistas[4]	99	0	6 377	99	N/S	(6 377)	N/S

N/S – Não significativo
[1] Rendimento líquido de juros e rendimento não decorrente de juros.
[2] Os ativos em C&A refletem ativos de Tesouraria residuais não atribuídos aos segmentos de negócio, bem como ativos de empresas, como ativos por impostos diferidos ou contas de compensação centrais, que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.
[3] Os ativos ponderados pelo risco têm por base o quadro CRR/CRD IV fully loaded. Os ativos ponderados pelo risco em C&A refletem os ativos de empresas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, principalmente os ativos por impostos diferidos do Grupo.
[4] Em dezembro de 2015, o capital próprio médio dos acionistas representa a diferença entre os valores à vista dos segmentos para o final do período e o montante médio do grupo.

2017

A perda antes de impostos sobre o rendimento na C&A foi de 695 milhões de euros em 2017 face à perda de 541 milhões de euros no período do exercício anterior, representando um aumento de 153 milhões de euros (28%). O ano de 2017 foi afetado pelos ajustamentos de conversão cambial no valor de 213 milhões de euros e pelas perdas sobre a venda da alienação de subsidiárias não estratégicas, incluindo na Argentina e Uruguai. A manutenção em excesso de suportes adicionais de liquidez e financiamento dos requisitos de liquidez baseados no mercado resultou num valor negativo de 114 milhões de euros (2016: valor negativo de 42 milhões de euros). A reavaliação cambial dos recebimentos de libras esterlinas denominada emissão AT1 foi um valor negativo de 26 milhões de euros (2016: valor negativo de 127 milhões de euros). As diferenças de avaliação e temporização incluíram um valor negativo de 164 milhões de euros na carteira de emissão de dívidas relativa ao estreitamento do nosso próprio spread de crédito. Esta situação foi compensada por um impacto positivo de 104 milhões de euros provenientes de rubricas relacionadas com taxas de juro, principalmente motivados pelos ajustes relativos aos programas de cobertura de fluxos de caixa do grupo. Em 2016, as diferenças de avaliação e temporização incluíram um valor negativo de 252 milhões de euros da carteira de tesouraria, principalmente motivados pelo movimento das taxas de juro e spreads de base interdivisas. Os custos de litígios ascenderam aos 112 milhões de euros em 2017, um aumento de 130 milhões de euros face ao exercício anterior. Os custos de litígio de 2016 beneficiaram de uma recuperação de seguros de 73 milhões de euros.

2016

A perda antes de impostos sobre o rendimento foi de 541 milhões de euros em 2016 face a uma perda de 770 milhões de euros em 2015, uma diminuição de 229 milhões de euros (30%), sobretudo porque o quarto trimestre de 2015 incluiu um impacto negativo de 358 milhões de euros de custos de litígio relacionados com funções de infraestrutura reafetadas do segmento Corporate & Investment Bank para o C&A. Adicionalmente, 2015 incluiu diferenças de avaliação e temporização no valor negativo de 146 milhões de euros, motivados por um estreitamento dos nossos spreads de crédito, assim como um valor negativo de 130 milhões de euros resultante do afastamento do Postbank. Em 2016, as diferenças de avaliação e temporização incluíram um valor negativo de 252 milhões de euros da carteira de tesouraria, principalmente motivados pelo movimento das taxas de juro e spreads de base interdivisas. As receitas líquidas incluíram também o valor negativo de 127 milhões de euros relativos à reavaliação cambial dos recebimentos de libras esterlinas denominados de emissão AT1 (2015: 50 milhões de euros).

Posição Financeira

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em milhões de euros	em %
Caixa e saldos do banco central	225 655	181 364	44 291	24
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9 265	11 606	(2 341)	(20)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	26 703	36 368	(9 665)	(27)
Ativos detidos para negociação	184 661	171 044	13 617	8
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	361 032	485 150	(124 118)	(26)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	91 276	87 587	3 690	4
dos quais:				
Títulos comprados com acordos de revenda	57 843	47 404	10 439	22
Títulos obtidos por empréstimo	20 254	21 136	(882)	(4)
Empréstimos	401 699	408 909	(7 210)	(2)
Títulos detidos até à maturidade	3 170	3 206	(36)	(1)
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	83 015	105 100	(22 085)	(21)
Restantes ativos	88 256	100 213	(11 957)	(12)
Total do ativo	**1 474 732**	1 590 546	(115 814)	(7)
Depósitos	580 812	550 204	30 608	6
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	24 793	29 338	(4 545)	(15)
Passivos detidos para negociação	71 462	57 029	14 433	25
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	342 726	463 858	(121 132)	(26)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	63 874	60 492	3 382	6
dos quais:				
Títulos vendidos com acordos de recompra	53 840	50 397	3 442	7
Títulos cedidos por empréstimo	1 040	1 298	(258)	(20)
Outros empréstimos a curto prazo	18 411	17 295	1 116	6
Dívida a longo prazo	159 715	172 316	(12 601)	(7)
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	106 742	122 019	(15 276)	(13)
Restantes passivos	38 098	53 176	(15 079)	(28)
Total do passivo	**1 406 633**	1 525 727	(119 094)	(8)
Total do capital próprio	**68 099**	64 819	3 280	5

Movimentos em ativos

Em 31 de dezembro de 2017, o total de ativos diminuiu 115,8 mil milhões de euros (ou 7%) face ao exercício de 2016.

A diminuição global foi sobretudo motivada por uma redução de 124,1 mil milhões de euros em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, principalmente devido a produtos de taxas de juro, uma vez que as alterações nas curvas de taxas de juro apresentaram uma correlação inversa às alterações nos valores de mercado, assim como produtos das taxas de câmbio principalmente motivados pela volatilidade mais baixa e diminuição nos fluxos de clientes.

Os valores a receber relacionados com corretagem e títulos diminuíram 22,1 mil milhões de euros, essencialmente motivados por valores a receber de caixa/margens mais baixos, em linha com os requisitos inferiores de garantias, correspondendo a uma diminuição nos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos e valores a receber de operações regular way não liquidadas mais baixos.

O volume de empréstimos diminuiu 7,2 mil milhões de euros, essencialmente motivado pelas variações cambiais, em particular a valorização do euro face ao dólar dos Estados Unidos.

Estas diminuições foram compensadas em parte por um aumento de caixa e saldos do banco central de 44,3 mil milhões de euros, motivados em grande parte pelos depósitos e recebimentos do nosso aumento de capital, assim como um resultado das nossas atividades de gestão de liquidez.

Os ativos detidos para negociação aumentaram 13,6 mil milhões de euros, essencialmente motivados pela nossa carteira de títulos de dívida devido a uma maior atividade de clientes e mais posições de obrigações nos negócios das taxas da União Europeia e dos Estados Unidos.

O movimento global do balanço incluiu uma diminuição de 77,8 mil milhões de euros, devido a variações cambiais sobretudo motivadas pela valorização do euro face ao dólar dos Estados Unidos. Os efeitos de variações cambiais também estão refletidos no desenvolvimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

Movimentos em passivo

Em 31 de dezembro de 2017, o total de passivos diminuiu 119,1 mil milhões de euros (ou 8%) face ao exercício de 2016.

A redução global foi sobretudo impulsionada por uma diminuição de 121,1 mil milhões de euros em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos, principalmente devido aos mesmos fatores que para os movimentos em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, conforme abordado acima.

Uma diminuição de 15,3 mil milhões de euros nos valores a pagar relacionados com corretagem e títulos também contribuiu para a redução global, essencialmente devido aos mesmos fatores dos movimentos dos valores a receber relacionados com corretagem e títulos, tal como abordado acima.

A dívida a longo prazo diminuiu 12,6 mil milhões de euros devido essencialmente a um maior número de saídas comparativamente às novas emissões agregadas.

As diminuições globais foram compensadas em parte por um aumento nos depósitos no valor de 30,6 mil milhões de euros durante o período, devido a um maior número de entradas de clientes como resultado de campanhas no nosso segmento Private and Commercial Bank, assim como de iniciativas de gestão de tesouraria no nosso negócio da banca de transações. Adicionalmente, registámos uma recuperação no saldo de depósitos durante 2017, à medida que recuperámos os depósitos de clientes no seguimento de saídas no segundo semestre de 2016.

Os passivos detidos para negociação aumentaram 14,4 mil milhões de euros, essencialmente atribuível a mais atividades de negociação nos negócios das taxas da União Europeia e dos Estados Unidos.

De modo idêntico ao total de ativos, o impacto das variações cambiais durante o período já está incorporado nos movimentos globais em passivos, conforme abordado nesta secção.

Liquidez

As reservas de liquidez totalizavam 280 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (face a 219 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). Mantivemos um resultado positivo no teste de esforço de liquidez em 31 de dezembro de 2017 (no cenário combinado).

Capital próprio

O total do capital próprio em 31 de dezembro de 2017 aumentou 3,3 mil milhões de euros, comparativamente a 31 de dezembro de 2016. O principal fator que contribuiu para o aumento foi um aumento de capital de 8,0 mil milhões de euros da emissão de 687,5 milhões de novas ações ordinárias em abril de 2017. O efeito do aumento de capital foi compensado em parte pelas seguintes rubricas: uma perda líquida de alterações das taxas de câmbio de 2,6 mil milhões de euros (relativos especialmente ao dólar dos Estados Unidos), a perda líquida atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais de 751 milhões de euros, dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank no valor de 392 milhões de euros, a redução de resultados não realizados tanto dos ativos financeiros disponíveis para venda como dos derivados de cobertura de exposição à variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos, de 348 milhões de euros, cupões pagos nos componentes de capital adicionais de 298 milhões de euros, assim como os custos do aumento de capital, após impostos, no valor de 135 milhões de euros.

Capital regulamentar

O nosso capital Common Equity Tier 1 (CET 1) conforme o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2017 aumentou para 3,0 mil milhões de euros para 50,8 mil milhões de euros, em comparação com 47,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) de acordo com o quadro CRR/CRD IV diminuíram 12,9 mil milhões de euros para 343,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 356,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Devido a este aumento no capital CET 1 e diminuição no RWA, o rácio de capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2017 aumentou para 14,8% em comparação com 13,4% em 31 de dezembro de 2016.

O nosso capital CET 1 fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2017 ascendia a 48,3 mil milhões de euros, mais 6,0 mil milhões de anos em comparação com os 42,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. O CRR/CRD IV RWA fully loaded foi de 344,2 mil milhões de euros, 13,3 mil milhões de euros mais baixo em comparação com 357,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Isto resultou no rácio de capital CET 1 fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2017, aumentando para 14%, em comparação com os 11,8% em 31 de dezembro de 2016. Para pormenores sobre o desenvolvimento, consulte o “Relatório de Gestão: Desempenho de capital e risco: Rácio de capital e de alavancagem”.

Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's Investors Service, Inc. ("Moody's"), pela Standard & Poor's Credit Market Services Europe Limited ("S&P"), pela Fitch Ratings Limited ("Fitch"), e pela DBRS, Inc. ("DBRS", em conjunto com a Moody's, S&P e Fitch, as "Agências de Notação").

A S&P e a Fitch estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à Moody's, as notações de crédito são aprovadas pelo escritório da Moody's no Reino Unido (Moody's Investors Service Ltd.) em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC. Relativamente à DBRS, as notações de crédito são aprovadas pela DBRS Ratings Ltd. no Reino Unido, em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

Desenvolvimento nas notações de crédito

No seguimento da atualização da estratégia e do aumento de capital em março de 2017, as notações do Deutsche Bank foram confirmadas pelas quatro agências de notação. As agências de notação continuaram a adaptar as suas metodologias de notações para refletir as alterações nos enquadramentos de resolução do banco europeu; contudo, estas alterações de metodologia resultaram em várias alterações de notação durante o exercício.

No seguimento do anúncio do aumento de capital e da atualização estratégica em março de 2017, a Fitch retirou a classificação negativa de alerta de crédito e colocou as notações do Deutsche Bank numa perspetiva negativa. Em junho de 2017, a DBRS alterou a perspetiva sobre as notações da dívida sénior não garantida e dos depósitos do Deutsche Bank para estável a partir do reconhecimento negativo da pressão diminuída sobre os fundamentos de crédito do Deutsche Bank no seguimento do aumento de capital bem-sucedido.

Em março de 2017, a S&P solucionou a colocação dos bancos alemães em observação, refletindo as alterações iminentes no regime de resolução do banco alemão. As notações de crédito de emitente do Deutsche Bank e os instrumentos que a S&P continua a visualizar como sénior não garantida (ou "dívida preferencial") foram atualizadas de BBB+ para A-, refletindo o aumento na capacidade de absorção da perda em resultado da legislação relativa à recapitalização interna. Os instrumentos que foram reclassificados como dívida subordinada sénior (ou "dívida não preferencial") foram reduzidos de BBB+ para BBB-. A perspetiva permaneceu negativa.

Em setembro de 2017, a Fitch reduziu a contraparte do Deutsche Bank, as notações de depósito e dívida em um nível (as notações de avaliação de contraparte e de depósito para A- e a dívida "não preferencial" para BBB+), refletindo a posição da Fitch da pressão continuada sobre os resultados do Deutsche Bank, combinados com uma implementação prolongada da sua estratégia. Como resultado da redução das notações de risco de longo prazo, as notações a curto prazo também foram reduzidas de F1 para F2. A perspetiva passou a ser estável.

Em dezembro de 2017, a Moody's afirmou que as notações de instrumentos não garantidos sénior Baa2 do Deutsche Bank alterou a perspetiva para negativa desta classe específica de dívida. A alteração da perspetiva aplica-se à maior parte dos bancos alemães e refere-se exclusivamente a uma alteração da diretiva da UE relativa à recuperação e resolução bancárias (BRRD), na qual se exige que os bancos apresentem uma classe de dívida sénior "preferencial" e "não preferencial". A Moody's observa este desenvolvimento como crédito negativo por existirem obrigações sénior não garantidas "não preferenciais" emitidas pelos bancos alemães, dado que podiam posicionar-se pari passu com as obrigações sénior júnior futuras assim que as alterações à BRRD forem transpostas para a legislação alemã. Assim que a alteração seja aprovada, a Moody's irá retirar provavelmente o nível restante do apoio governamental desta classe de dívida.

Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody's, Standard & Poor's e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez.

O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch iria afetar de forma adversa a posição de liquidez do Deutsche Bank em aproximadamente 1,3 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis iria afetar de forma adversa a posição de liquidez do Deutsche Bank em aproximadamente 3 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros e depósitos de termo certo com ativações de redução de aproximadamente 1,4 mil milhões de euros.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de nível do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Preferencial sénior/ Depósitos[1]	Não preferencial sénior[2]	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque[3]	A3 (cr)	A3	Baa2	P-2
Standard & Poor's, Nova Iorque[4]	–	A-	BBB-	A-2
Fitch Ratings, Nova Iorque[5]	A- (notação de contraparte de derivados)	A-	BBB+	F2
DBRS, Toronto[6]	A (elevada)	A (baixa)	A (baixa)	R-1 (baixa)

[1] Definida como notação sénior-sénior não garantida na Moody's, como sénior não garantida na Standard & Poor's e como notação de dívida sénior preferencial na Fitch. A DBRS não fornece uma notação "preferencial" separada. A Moody's, a Standard & Poor's e a Fitch fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sénior preferencial", mas no mesmo nível de notação.
[2] Definida como notação de dívida sénior não garantida na Moody's, como dívida subordinada sénior na Standard & Poor's, como dívida sénior não preferencial na Fitch e como dívida sénior não garantida na DBRS.
[3] A Moody's define as obrigações com notação A como obrigações de grau médio a superior que estão sujeitas a um baixo risco de crédito e as obrigações como notação Baa são consideradas como sendo de grau médio e estão sujeitas a um risco de crédito moderado e, como tal, poderão possuir determinadas características especulativas. O modificador numérico 2 indica uma classificação no meio da categoria e o modificador numérico 3 indica uma classificação na extremidade inferior da categoria.
[4] A Standard and Poor's define a sua notação A como um pouco mais suscetível aos efeitos adversos das circunstâncias e condições económicas alteradas que obrigações nas categorias com notação mais elevada. No entanto, a capacidade do emissor honrar os seus compromissos financeiros relativos à obrigação ainda é sólida. A obrigação com a notação "BBB" apresenta parâmetros de proteção adequados. No entanto, as condições económicas adversas ou a alteração das circunstâncias são mais propensas a conduzir a uma capacidade enfraquecida do devedor para cumprir com o seu compromisso financeiro da obrigação. O sinal - (menos) indica uma classificação no extremo inferior da respetiva categoria.
[5] A Fitch Ratings define a sua notação A como elevada qualidade creditícia. A Fitch Ratings utiliza a notação A para indicar uma expetativa reduzida de risco de incumprimento. De acordo com a Fitch Ratings, as notações A indicam uma forte capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. Esta capacidade poderá, contudo, ser mais vulnerável a condições de transação adversas ou a condições económicas que os títulos com notações mais elevadas. A Fitch Ratings define a sua notação BBB como boa qualidade creditícia. A Fitch Ratings usa a notação BBB para indicar que as expetativas do risco de incumprimento são atualmente baixas. A capacidade para o pagamento dos compromissos financeiros é considerada adequada, mas as condições comerciais e económicas adversas têm mais probabilidade de prejudicar esta capacidade. O sinal + (mais) indica uma classificação no extremo mais elevado da respetiva categoria. O sinal - (menos) indica uma classificação no extremo inferior da respetiva categoria.
[6] A DBRS define a notação A como qualidade de crédito satisfatória, com uma proteção ainda substancial de capital e juros; os emitentes nesta categoria são mais suscetíveis a condições económicas adversas e com maiores tendências cíclicas do que os emitentes nas categorias AAA e AA. O modificador (alto) indica uma classificação no extremo superior da respetiva categoria. O modificador (baixo) indica uma classificação no extremo inferior da respetiva categoria.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os nossos títulos.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2017.

Obrigações contratuais					Pagamento devido por período
em milhões de euros	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo[1]	173 571	48 981	41 227	36 373	46 990
Títulos fiduciários preferenciais[1]	5 726	5 038	677	11	0
Passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados[2]	6 753	1 967	1 020	650	3 116
Obrigações de locação financeira	98	8	11	10	70
Obrigações de locação operacional	4 564	684	1 140	838	1 901
Obrigações de aquisição	1 836	266	680	111	779
Depósitos de longo prazo[1]	30 843	0	13 587	5 105	12 151
Outros passivos de longo prazo	1 293	405	605	66	218
Total	**224 683**	57 349	58 946	43 164	65 224

[1] Inclui pagamentos de juros.
[2] Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

Os valores acima não incluem os proveitos futuros de sublocação financeira não cancelável de 58 milhões de euros relativos a locações operacionais. As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 24, "Locações", Nota 28, "Depósitos" e Nota 32, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Perspetivas

A economia global

Em 2018, acreditamos que o crescimento económico global irá permanecer robusto. Esperamos que o PIB mundial cresça 3,9%, valor ligeiramente superior à taxa de crescimento de 2017, apoiado pelo facto de vários países industrializados estarem perto de alcançar e manter um pleno emprego. A conjuntura económica melhorada deverá apoiar preços de ativos mais altos, especialmente para as matérias-primas. Prevê-se que a taxa de inflação global se situe nos 3,3% em 2018, 0,4% acima da taxa em 2017. Para os países industrializados, prevemos que o crescimento do PIB acelere para 2,2% e que os preços ao consumidor aumentem 1,7% em 2018. O crescimento económico nos mercados emergentes está projetado para aumentar ligeiramente para 4,9% em 2018 ao passo que a inflação nos mercados emergentes é esperada que aumente para 4,3%, face aos 3,8% em 2017.

Na área do euro, prevê-se que o crescimento do PIB permaneça nos 2,3%. Em 2018, prevê-se que a inflação permaneça abaixo dos 2%, já que o diferencial do produto diminuiu apenas lentamente. Os contratos salariais alemães poderão colocar pressão nos preços. Contudo, a inflação deve permanecer nos próximos anos. Acreditamos que o programa de compra de ativos líquidos do BCE irá terminar em 2018, e prevemos o aumento da taxa diretora do BCE em meados de 2019. Os riscos políticos podem aumentar com as eleições parlamentares italianas em março, dado que os partidos eurocéticos continuam a usufruiu de grande popularidade. No seguimento do crescimento do PIB de 2,2% em 2017, prevemos que a economia alemã registe uma expansão de 2,3% em 2018, impulsionada quase exclusivamente pela procura interna.

Nos Estados Unidos, prevê-se que o crescimento económico acelere até aos 2,9% em 2018, apoiado por modestos impulsos positivos para empresas e famílias da reforma tributária dos Estados Unidos, assim como a recente adoção da aprovação do orçamento que contempla cerca de 300 mil milhões de dólares dos Estados Unidos para os gastos discricionários adicionais nos exercícios de 2018 e 2019. Este facto, aliado aos incentivos tributários de repatriação, pode levar a uma retoma na procura, um mercado laboral mais restrito com salários potencialmente mais altos e um aumento na atividade de investimento. Isto pode conduzir a uma inflação mais alta, compensada no entanto em parte pelos aumentos antecipados das taxas de juro pela Reserva Federal em 2018. Por conseguinte, prevê-se que a taxa de inflação se mantenha ligeiramente acima dos 2%, tal como em 2017.

A taxa de crescimento da economia japonesa prevê-se que abrande para 1,2%. Prevemos que tanto o setor interno como externo contribua para o crescimento do PIB. A inflação deverá manter-se essencialmente inalterada nos 0,4%. O Banco do Japão está concentrado na gestão da curva de rendimentos e não são esperados ajustes das taxas de juro em 2018. Em 2018, prevê-se que o crescimento económico nos mercados emergentes suba ligeiramente para os 4,9%, e que na Ásia (excluindo Japão) seja de 6,0%. Espera-se que a inflação nos mercados emergentes suba para os 4,3%, face aos 3,8% em 2017. Em 2018, prevê-se que a economia chinesa abrande moderadamente para os 6,3%, a taxa de crescimento mais baixa desde 1990. Prevê-se que o abrandamento seja motivado por políticas governamentais de encorajamento de um processo de desalavancagem. Prevê-se a continuação do estreitamento das políticas monetárias, fiscais e imobiliárias chinesas em 2018. Prevê-se que a inflação suba para os 2,7%.

A incerteza nas nossas previsões globais permanece relativamente alta dado que o mapa de valores dos riscos globais se manteve mais ou menos inalterado desde 2017. Uma recessão antecipada nos Estados Unidos devido a alterações na estrutura da curva de rendimentos, movimentos populistas na Europa, assim como os riscos geopolíticos, principalmente no Médio Oriente poderão ter um efeito substancialmente adverso nas nossas previsões. Adicionalmente, quanto muito com um negócio transicional a curto prazo, os riscos da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) poderão não se dissipar facilmente nem rapidamente. Contudo, se algum destes riscos se materializar, prevemos que o impacto na economia e nos mercados financeiros seja inferior ao dos anos anteriores, dado que o momento económico mais alto deverá ter um efeito atenuante. Os riscos de inflação que permaneceram contidos durante vários anos voltaram a aparecer e representam um sério risco económico. Uma retoma mais rápida do que o esperado pode surpreender os mercados e levar a uma acentuada fixação de novos preços das expetativas de aumento das taxas dos bancos centrais, o que pode ser disruptivo para os ativos de risco – semelhante ao taper tantrum de 2013 ativado pela comunicação da Reserva Federal dos Estados Unidos na altura. Na China, o arrefecimento do mercado da habitação devido à desalavancagem poderá ter um impacto no crescimento económico. Prevemos uma menor restritividade de políticas em meados de 2018 para apoiar o crescimento. Contudo, se a inflação aumentar substancialmente, a economia chinesa poderá abrandar e penalizar o crescimento global.

O setor bancário

Para a atividade bancária, prevemos a continuação do crescimento económico síncrono no mundo em 2018, o que deverá resultar numa conjuntura favorável em todos os segmentos de negócio. Mais importante ainda, os níveis de atividade nos mercados de capitais melhoraram recentemente e os principais indicadores como a volatilidade aumentaram de níveis historicamente baixos e prevê-se que continuem a normalizar em 2018. Adicionalmente, o ciclo do estreitamento regulatório substancial no seguimento da crise financeira está largamente a chegar ao fim com a conclusão do Acordo-Quadro Basileia III e a implementação da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF II) e a diretiva revista relativa aos serviços de pagamento (DSP II) na Europa, e prevê-se que os bancos beneficiem de maior clareza regulamentar resultante em 2018. A estabilidade no quadro regulamentar irá permitir uma planificação mais adequada no que diz respeito aos requisitos de capital e atratividade económica de várias linhas de negócios. A maior incerteza para a indústria tem a probabilidade de originar de ações de políticas pelos bancos centrais importantes que podem terminar os seus programas de compra de ativos, assim como uma normalização adicional das taxas de juro nos Estados Unidos, que terá provavelmente um impacto significativo tanto nos mercados de capitais como no mercado de crédito. Adicionalmente, o impacto contínuo da tecnologia na atividade bancária irá continuar a ser um tema em 2018 e para além disso, irá apresentar tanto desafios como oportunidades.

Na área do euro, a perspetiva para proveitos mais altos dos mercados de capitais e crescimento dos empréstimos é favorável, o que pode refletir largamente boas condições económicas continuadas e níveis de volatilidade mais altos nos mercados de capitais. Para as famílias, prevê-se a continuação da recuperação recente nos empréstimos graças à perspetiva favorável para o mercado laboral. No caso das empresas, as taxas de juro baixas e o maior crescimento económico e confiança irão provavelmente apoiar o crescimento no financiamento tanto através de atividades de empréstimos como dos mercados de capitais. O maior risco a curto prazo para a área do euro consiste num "duro" Brexit no qual o Reino Unido sai da União Europeia sem que um acordo transicional ou final seja celebrado a clarificar o acesso futuro do Reino Unido ao mercado único europeu. Não obstante, os bancos irão provavelmente observar o crescimento do resultado líquido e proveitos em 2018 como resultado do cenário macroeconómico favorável.

Os bancos alemães podem esperar um crescimento nos empréstimos e depósitos, tanto para os clientes de retalho como corporativos, bem como uma continuação das provisões de risco de crédito extremamente baixas. Não obstante, a pressão sobre as margens das taxas de juro líquidas proveniente das taxas de juro baixas irá provavelmente continuar em 2018, o impacto da qual será compensado em parte pelo crescimento de volume.

Nos Estados Unidos, a expetativa é que a conjuntura de negócios favorável para os bancos irá permanecer. Uma economia robusta dos Estados Unidos e o potencial para outras ações para facilitar a regulamentação nos bancos dos Estados Unidos irão apoiar o crescimento do resultado líquido e proveitos atuais na banca, mercados de capitais e gestão de ativos. Prevê-se que as margens das taxas de juro líquidas para os bancos dos Estados Unidos beneficiem de mais decisões por parte da Reserva Federal para aumentar a respetiva taxa de referência, apesar de se esperar também que as provisões de risco de crédito extremamente baixas aumentem de forma moderada.

No Japão, o abrandamento esperado no crescimento económico e o final das medidas extraordinárias da política monetária podem resultar numa acalmia do crescimento de depósitos e empréstimos. Na China, prevê-se que os riscos de uma bolha da dívida do setor privado aumentem ainda mais, apesar de o governo permanecer seguro no seu empenho e capacidade de suavizar perturbações graves.

As revisões do Comité de Basileia para as abordagens de modelação dos RWA (“Acordo-Quadro Basileia III”) terminaram no final de 2017. Isto concluiu uma das mais importantes revisões dos requisitos regulamentares após a crise financeira. Em 2018, o enfoque irá passar para o início de um processo multianual esperado de implementação do quadro regulamentar na legislação da União Europeia. À medida que o processo de implementação do Acordo-Quadro Basileia III começar a nível mundial, permanece o risco de que a implementação difira entre as várias jurisdições e que resulte em impactos inconsistentes em várias regiões.

Na Europa, as implicações do Brexit devem tornar-se mais claras no decurso de 2018, com os políticos no Reino Unido e de outros membros da União Europeia a centrarem-se num acordo sobre o período de transição até ao final do primeiro trimestre de 2018 e na versão preliminar de um tratado de retirada, devendo estar pronto para ratificação em outubro. Uma maior clareza sobre a futura relação entre o Reino Unido e os outros membros da União Europeia deverá ter um efeito positivo nos bancos que operam na região, dado que a incerteza é retirada da equação. Ao mesmo tempo, deverá haver desenvolvimentos no sentido de um acordo político relativamente às rubricas regulamentares pendentes mais importantes, incluindo atualizações no CRR, revisões da ESA e EMIR, que deverão proporcionar mais clareza sobre os requisitos regulamentares para os bancos na Europa a médio prazo.

O Grupo Deutsche Bank

Em março de 2017, anunciámos uma estratégia atualizada que incluiu alterações na estratégia de negócios do banco, um aumento de capital e atualizações nos nossos objetivos financeiros. Para os custos ajustados, definimos objetivos para 2018 e 2021, respetivamente, para os quais fornecemos uma atualização no parágrafo relativo aos custos ajustados a seguir. Os nossos restantes indicadores-chave de desempenho que pretendemos alcançar a longo prazo, em consonância com um banco mais simples e mais seguro. Em 2018, iremos continuar a executar a nossa estratégia e temos por objetivo melhorar a rentabilidade e as margens. A gestão de custos irá continuar a ser de extrema importância para a nossa estratégia e tencionamos intensificar os nossos esforços a este respeito em 2018.

Os nossos indicadores-chave de desempenho são mostrados na tabela que se segue:

Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2017	KPI alvo
Rácio CRR/CRD IV Common Equity Tier 1 (fully loaded)[1]	14,0%	confortavelmente acima de 13,0%
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV em conformidade com regras transitórias (integração progressiva)[2]	4,1%	4,5%
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos)[3]	(1,4) %	cerca de 10,0%
Custos ajustados[4]	23,9 mil milhões de euros	2018: cerca de 22 mil milhões de euros 2021: cerca de 21 mil milhões de euros

[1] O rácio Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV *fully loaded* representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
[2] Mais pormenores sobre o cálculo do rácio de alavancagem CRR/CRD IV em conformidade com regras transitórias (base de integração progressiva) encontram-se no Relatório de Risco.
[3] Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. O cálculo para o exercício de 2017 baseia-se numa taxa de imposto efetiva de (160)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.
[4] Custos ajustados são gastos operacionais, excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

Em 2018, prevemos ligeiros aumentos em RWA, nomeadamente resultantes de risco operacional, alterações de metodologia, inflação regulamentar e crescimento de negócios selecionados. No final do exercício de 2018, prevê-se que o nosso rácio CRR/CRD IV Common Equity Tier 1 (fully loaded) se situe acima dos 13%, e que o nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva) permaneça acima dos 4%.

Para 2018, esperamos que os proveitos sejam superiores aos de 2017. A perspetiva reflete a nossa expetativa de uma forte conjuntura macroeconómica, dado que é esperado que as economias globais tenham um bom desempenho. Antecipamos um crescimento acima da tendência nos Estados Unidos e na área do euro. As perspetivas de normalização das taxas de juro preparam o palco para um melhoramento nos proveitos. Esperamos mais aumentos de taxas nos Estados Unidos e um programa de compra de ativos líquidos do BCE para terminar em 2018. É provável que a volatilidade do mercado aumente, o que permitirá o regresso de atividades de negociação nos mercados financeiros a níveis mais normais.

Estamos empenhados em trabalhar para concretizar o nosso objetivo de 10% de rendibilidade do capital próprio tangível médio (após impostos), num ambiente normalizado e com base na consecução dos nossos objetivos de custos. A implementação bem-sucedida em curso da nossa estratégia, incluindo a reestruturação de vários dos nossos negócios e a implementação de um programa de redução de custos, continua a ser central para alcançar esse objetivo. Prevemos atualmente um melhoramento moderado na nossa rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) em 2018, refletindo largamente uma perspetiva melhorada para proveitos e melhoramentos esperados dos custos ajustados, apesar da nossa expetativa de que os custos de crédito e despesas de litígio tenham a probabilidade de aumentar em 2018 e os custos de reestruturação de permanecerem em níveis semelhantes a 2017.

Em março de 2017, anunciámos um objetivo de custos ajustados de cerca de 22 mil milhões de euros para 2018, incluindo cerca de 900 milhões de euros de poupança de custos planeada através das alienações de negócios. Apesar de termos feito progressos nas alienações planeadas, algumas delas foram atrasadas ou alguns casos até mesmo suspensas. Como resultado, não prevemos atualmente que a poupança de custos planeada de 900 milhões de euros se materialize em 2018. Para além disso, prevemos custos mais altos decorrentes do Brexit e da implementação da DMIF II em 2018. Adicionalmente, foram adiadas algumas das sinergias de custos previstas de se materializarem em 2018 decorrentes da fusão do Postbank na nossa entidade bancária alemã, dado que esta fusão só tem conclusão prevista no segundo trimestre de 2018. Prevê-se que essas poupanças sejam realizadas em 2019. Não obstante, temos vindo a tomar medidas adicionais para compensar estes impactos e beneficiar também das atuais taxas cambiais nos nossos custos reportados relativos aos nossos pressupostos anteriores. Por conseguinte, prevemos agora que os nossos custos ajustados em 2018 sejam de aproximadamente 23 mil milhões de euros, o que reflete o nosso objetivo original de 22 mil milhões de euros acrescido do impacto do custo das alienações de negócios adiadas ou suspensas. Visamos uma futura redução nos nossos custos ajustados nos exercícios até 2021. No entanto, este objetivo depende em parte da nossa capacidade de executar as alienações de negócios supramencionadas de forma bem-sucedida e dentro dos limites temporais planeados.

Visamos um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores. Estes pagamentos de dividendos estão sujeitos à nossa capacidade de manutenção de níveis suficientes de lucros distribuíveis ao abrigo das nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com as regras contabilísticas alemãs (HGB) para o exercício de 2018.

Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em litígios, arbitragem e processos regulamentares e investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a várias incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades a curto prazo neste contexto de contencioso e execução. As despesas de litígio em 2017 foram relativamente baixas como resultado dos nossos esforços bem-sucedidos na resolução de várias questões abaixo das provisões estimadas. Para 2018, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígios está sujeita a muitas incertezas, prevemos que estas sejam significativamente mais altas do que em 2017, mas bem abaixo dos níveis elevados observados nos últimos anos.

Os nossos segmentos de negócio

Corporate & Investment Bank (CIB)

Os objetivos do segmento CIB são para fornecer cobertura de clientes integrada para a nossa oferta de produtos e serviços de transações bancárias e de investimento para clientes corporativos e institucionais e gerando, assim, uma rentabilidade atrativa para os nossos acionistas. Para 2018, prevemos que os proveitos do segmento Corporate & Investment Bank sejam mais altos face a 2017, já que a conjuntura de negócios em 2017 foi muito desafiante, com níveis de volatilidade persistentemente baixos e atividade lenta de clientes. Para 2018, prevemos um aumento nos níveis de volatilidade, que devem impulsionar uma maior atividade de clientes, auxiliando assim a geração de receitas na Sales & Trading. O segmento CIB está também focado no revigoramento da respetiva franquia trazida pelos clientes através de uma cobertura mais eficaz e fez progressos na contratação seletiva para agarrar oportunidades-chave. Permanecemos focados no aumentar da quota de mercado nos segmentos regionais e de produto-alvo.

Prevemos que os proveitos da Fixed Income and Currencies (FIC) da Sales & Trading sejam mais altos em 2018 face a 2017, principalmente motivados pelo crescimento nos proveitos do mercado cambial, mercados emergentes (Emerging Markets) e taxas (Rates). No início de 2018, a volatilidade do mercado aumentou significativamente devido a preocupações sobre a inflação e o aumento das taxas de juro nos Estados Unidos. No passado, tais períodos de maior volatilidade conduziram a um aumento dos níveis de atividade dos clientes nos mercados financeiros. A potencial divergência na conjuntura global das taxas de juro (com mais aumentos previstos nos Estados Unidos) devem fornecer um maior apoio no crescimento de receitas na unidade das taxas (Rates). Prevemos que as receitas da Sales & Trading (ações) sejam mais altas em 2018 face 2017, motivadas por derivados de ações (Equity Derivatives) e financiamento especial (Prime Finance). Os saldos de clientes em financiamento especial (Prime Finance) recuperaram para os níveis anteriores a setembro de 2016 e prevê-se que conduzam a um crescimento de receitas em 2018, ao passo que se espera que as contratações-chave na nossa área de negócios Equity (capital próprio), que entraram no segundo semestre de 2017, melhorem as receitas. Não obstante, prevê-se que as contrariedades tais como encargos de financiamento mais altos, pressão regulamentar sobre os recursos e o potencial impacto dos eventos geopolíticos permaneçam como desafios.

Em vigor em 2018, os planos do segmento CIB de reportar os proveitos relativos ao financiamento baseado em ativos e nos imóveis comerciais, anteriormente reportados Financiamento, Sales & Trading FIC. Os proveitos relativos a outras atividades de financiamento, em particular os proveitos relativos a empréstimos com grau de investimento serão relatados em Outros produtos. Prevemos que as receitas de Financiamento sejam ligeiramente mais baixas em termos homólogos devido a receitas mais baixas provenientes de empréstimos com grau de investimento, ao passo que se prevê que as receitas provenientes de financiamento baseado em ativos e móveis comerciais não demonstrem oscilações. As nossas carteiras de financiamento devem continuar a fornecer níveis estáveis de receitas de valor escriturado em 2018; no entanto, prevê-se que os encargos de financiamento permaneçam elevados a curto prazo.

Prevemos que as receitas da área de geração e consultoria sejam mais altas em 2018 em termos homólogos com volumes das comissões de mercado a continuarem favoráveis, apesar de abaixo dos níveis máximos de 2017. Esperamos fazer crescer a quota de mercado, motivada por uma recuperação na área de geração de ações a partir da alteração do foco da cobertura dos nossos clientes, assim como receitas da área de consultoria mais altas, que também prevemos que cresçam devido a um número significativo de mandatos anunciados no quarto trimestre de 2017, e cobertura melhorada, em particular das transações de M&A transfronteiriças.

Prevemos que as receitas da GTB em 2018 sejam ligeiramente mais altas do que em 2017. Prevê-se que as receitas de Trade Finance e Securities Services sejam mais altas e as receitas de Cash Management ligeiramente mais altas, face a um cenário macroeconómico favorável, assim como um aumento nas taxas de juro. Contudo, prevê-se que a pressão sobre as margens continue.

Mantemo-nos empenhados em reduzir os custos no segmento CIB e em promover a eficiência da plataforma, melhorando simultaneamente a conformidade regulamentar, controlo e conduta. Prevê-se que os gastos operacionais (excl. juros) para 2018 se mantenham essencialmente inalterados, com custos ajustados mais baixos compensados por um aumento dos gastos não operacionais. A área de litígios continua a ser incerta no que se refere tanto ao custo como à temporização. Para 2018, prevemos atualmente que os RWA no segmento CIB se mantenham essencialmente inalterados, dado que as reduções nos ativos do negócio (incluindo a carteira antiga) irão compensar em parte a pressão das alterações de metodologia e o aumento dos RWA para risco operacional. Iremos manter-nos concentrados na conformidade regulamentar, na melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema e no controlo e conduta.

Os riscos para as nossas perspetivas incluem o impacto da implementação da DMIF II em 2018, os potenciais impactos no nosso modelo de negócio resultantes do Brexit, do impacto futuro do Acordo-Quadro Basileia III e da reforma tributária nos Estados Unidos. A incerteza à volta das políticas de bancos centrais e os atuais desenvolvimentos regulamentares também colocam um risco, ao passo que os desafios tais como riscos de evento e níveis de atividade de clientes poderão também afetar os mercados financeiros. Apesar disto, acreditamos que a execução continuada das prioridades estratégicas anunciadas irá colocar-nos numa posição favorável para capitalizar oportunidades futuras.

Private & Commercial Bank (PCB)

O objetivo do segmento PCB é fornecer aos seus clientes particulares, corporativos e de gestão de património uma gama alargada de produtos, desde serviços bancários convencionais ao aconselhamento em matéria de financiamento e investimento individual, e proporcionar uma rentabilidade atrativa aos nossos acionistas. A oferta de produtos é apoiada por uma rede global, fortes mercados de capitais e serviços digitais inovadores e conhecimentos especializados sobre financiamento. Nos nossos negócios alemães, o nosso enfoque em 2018 será a integração da unidade de negócio PCC e o Postbank. Estamos pois a criar o maior banco privado e comercial no nosso mercado interno alemão com mais de 20 milhões de clientes. A PCC International concluiu em dezembro de 2017 um acordo de venda de uma grande parte do nosso negócio de banca de retalho na Polónia e celebrar essa transação será o enfoque em 2018. Para além disso, iremos continuar a transformar os nossos negócios nas nossas restantes sucursais internacionais. Na área Wealth Management, a nossa ênfase será a de transformar mais e fazer crescer a nossa franquia. Isto inclui a implementação da integração anunciada do negócio de clientes particulares da Sal. Oppenheim no nosso negócio alemão e a continuação da expansão em mercados de crescimento importantes como o da Ásia, das Américas e da EMEA. Adicionalmente, iremos continuar a investir as capacidades digitais em todas as áreas de negócio.

As nossas receitas em 2017 beneficiaram de rubricas específicas materiais, as quais prevemos que não se repitam na mesma magnitude em 2018. Este efeito deve ser amplamente compensado pelo crescimento nos rendimentos de serviços e comissões, de tal forma que prevemos que os resultados apresentados em 2018 se mantenham essencialmente inalterados face a 2017. As margens no negócio de depósitos irão continuar a ser negativamente afetadas pela conjuntura de taxas de juro baixas. Contudo, assumimos que iremos ser capazes de compensar isto com receitas de empréstimos mais elevadas, de modo a que o rendimento de juros líquido deva permanecer essencialmente inalterado face a 2017.

Projetamos ativos sob gestão para crescer ligeiramente em 2018, motivados principalmente pela nossa estratégia de crescimento em regiões-chave da Wealth Management. Também assumimos que os nossos ativos ponderados pelo risco serão ligeiramente mais altos do que no final de 2017 devido à nossa estratégia de crescimento nos negócios de empréstimos.

Em 2018, prevê-se que a provisão para perdas de crédito seja ligeiramente mais alta do que em 2017, pois beneficiou de fatores específicos, incluindo uma libertação material no Postbank. Também antecipamos um aumento em linha com a nossa estratégia de crescimento nos negócios de empréstimos, e uma introdução da IFRS 9 deverá aumentar a volatilidade da provisão para perdas de crédito face aos exercícios anteriores.

Assumimos que os gastos operacionais (excl. juros) em 2018 serão ligeiramente mais baixos em 2017, que incluiu os gastos consideráveis de reestruturação para a integração do Postbank. A base de custos ajustados deverá manter-se essencialmente inalterada em 2018. Prevê-se que as poupanças adicionais das medidas iniciadas de reestruturação sejam compensadas por custos de investimento mais altos, em particular para a integração do Postbank, mas também para investimentos adicionais na digitalização, a transformação atual da PCC International e Wealth Management, assim como os efeitos inflacionários.

As incertezas que podem afetar a situação dos nossos resultados em 2018 incluem um crescimento económico mais lento nos principais países em que operamos, qualquer outra diminuição nas taxas de juro a nível global e uma volatilidade mais lata do que o esperado nos mercados acionistas e de crédito, que pode ter um impacto negativo nas atividades de investimento dos nossos clientes. A implementação dos requisitos regulamentares alargados, tais como DMIF II e DSP II, assim como os possíveis atrasos na implementação dos nossos projetos estratégicos podem ter um impacto negativo na nossa base de proveitos e custos.

Deutsche Asset Management

A Deutsche AM continua a ser um negócio essencial para o Deutsche Bank. Desde o anúncio em março de 2017 de que tencionamos dedicar-nos a uma oferta pública inicial parcial da Deutsche AM, fizemos progressos consideráveis no sentido deste objetivo. Os argumentos da oferta pública inicial parcial são o desbloquear do potencial de negócio ao promover uma maior autonomia. Como um gestor de ativos autónomo, iremos apresentar a marca DWS aos nossos negócios globais e melhorar o nosso perfil externo. A integração dos parceiros de infraestruturas irá permitir-nos conseguir novas eficiências operacionais ao longo da plataforma, incluindo melhoramentos de processo para reduzir os custos e melhorar a experiência do cliente.

Acreditamos que as várias capacidades de investimento e a incapacidade operacional pendente da Deutsche AM colocam-nos numa boa posição para abordar os desafios da indústria e captar oportunidades. Em 2018, antecipamos amplamente mercados positivos de ações, com base no crescimento económico síncrono global e mercados de crédito estáveis. Os riscos estão no entanto a aumentar através das avaliações elevadas, duma redução moderada no estímulo da política monetária e das incertezas políticas continuadas. Prevemos que o crescimento nas economias desenvolvidas se mantenha saudável, enquanto os mercados emergentes continuam a crescer a uma taxa mais rápida. Espera-se que estas tendências afetem a apetência dos investidores pelo risco e, possivelmente, afetem também as comissões de gestão e os fluxos de ativos. Ao antecipar e responder às necessidades do investidor, a Deutsche AM aspira a ser um parceiro de investimento da escolha da nossa base de clientes global.

A médio prazo, prevê-se que os ativos globais da indústria sob gestão aumentem substancialmente, motivados por fortes fluxos líquidos nas estratégias passivas, soluções multiativos e alternativas, dado que os clientes procuram cada vez mais a melhore relação qualidade/preço, transparência e produtos orientados para o resultado. Estamos otimistas de que estas tendências de crescimento na indústria irão favorecer as nossas capacidades nos ,produtos passivos investimentos alternativos, produtos ativos da próxima geração e soluções multiativos, áreas de produtos onde acreditamos que podemos fazer crescer a quota de mercado. As nossas capacidades digitais estão a abrir-nos também novos canais para a distribuição de produtos e serviços. Contudo, prevemos que os resultados de nível inferior continuem a ser postos em causa pela compressão de comissões, aumento de custos da dinâmica regulamentar e competitiva. Perante este desafio, tencionamos focar as nossas iniciativas de crescimento em produtos e serviços em que nos possamos distinguir, mantendo ao mesmo tempo uma base de custos disciplinada.

Em 2018, tencionamos levar a cabo investimentos seletivos na cobertura de clientes e nas capacidades digitais e produtos. Isto é conjugado com os ganhos de eficiência antecipados de uma análise da plataforma operacional em toda a organização de apoio aos negócios com o objetivo de simplificar as operações de negócios para melhorar o serviço de clientes, controlos do negócio e a eficiência.

Em 2018, prevemos que as receitas sejam ligeiramente inferiores a 2017, atribuível em grande parte a um desempenho significativamente mais baixo e a comissões de transações, refletindo a natureza periódica do reconhecimento de comissões de desempenho de fundos e outras receitas significativamente mais baixas, motivadas pela não-recorrência da recuperação de seguros e pelo impacto da atividade de alienação que teve lugar em 2017. Para o exercício de 2018, prevemos ativos ligeiramente mais altos sob gestão, motivados pelas entradas líquidas e perspetiva favorável de mercado. Em 2018, prevemos fluxos líquidos, especialmente para produtos em caixa e de seguros, para permanecer volátil. Adicionalmente, antecipamos saídas líquidas motivadas pela reforma tributária dos Estados Unidos recentemente implementada. Prevê-se que as comissões de gestão se mantenham essencialmente inalteradas, motivadas por entradas líquidas e desempenho mais forte, atenuadas em parte pela compressão das margens. A Deutsche AM tenciona gerir cuidadosamente a respetiva base de custos com medidas de eficiência, compensando as iniciativas de crescimento. O impacto das alienações dos negócios não estratégicos em 2017, assim como uma diminuição significativa nos custos de separação, prevê-se que resultem em custos ajustados ligeiramente inferiores.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem o ritmo do crescimento dos fluxos líquidos globais, evolução do mercado acionista, movimentos de divisas, taxas de juro, exposição ao crescimento macroeconómico global e os desenvolvimentos políticos incluindo o Brexit, assim como a incerteza política continuada a nível global. Adicionalmente, os custos regulamentares não previstos e os possíveis atrasos na implementação das nossas medidas de eficiência devido às restrições jurisdicionais podem ter um impacto adverso na nossa base de custos.

Riscos e oportunidades

Refletimos nas nossas Perspetivas os riscos e oportunidades que acreditamos serem suscetíveis de ocorrer. A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas perspetivas.

As nossas aspirações estão sujeitas a vários fatores externos e internos. Em particular, a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas pode ser afetada de forma adversa pelas capacidades reduzidas de geração de receitas de alguns dos nossos negócios essenciais na conjuntura atual macroeconómica e de mercado difícil, os obstáculos contínuos colocados pelas reformas regulamentares e/ou os efeitos sobre nós das nossas ações judiciais e processos regulamentares.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com a expetativa nas nossas Perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

Os níveis continuamente elevados de incerteza política podem ter consequências imprevisíveis para o sistema financeiro e para a economia em geral e podem contribuir para um desenrolar de aspetos relacionados com a integração europeia, conduzindo, potencialmente, a declínios nos níveis de negócio, depreciações de ativos e perdas nos nossos negócios. A nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

O impacto macroeconómico global da decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia, que dependerá da resposta política europeia ao Brexit, é difícil de prever. Em geral, esperamos um período prolongado de incerteza relativamente ao estatuto futuro do Reino Unido na UE. Por conseguinte, espera-se a persistência de investimento mais débil e crescimento económico mais lento durante as negociações para a saída do Reino Unido. Em consequência, iremos monitorizar de perto os desenvolvimentos e o seu impacto no nosso modelo de negócio e operacional. Isto poderá exigir assumir imparidades em ativos.

Poderá ser-nos exigido o reconhecimento de imparidades nas nossas exposições à dívida soberana de países europeus e de outros países, à medida que a crise da dívida soberana europeia se reacenda. Os swaps de risco de incumprimento que contratámos para gerir o risco de crédito soberano podem não se encontrar disponíveis para compensar estas perdas.

As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa os nossos proveitos e lucros, bem como a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas.

A nossa capacidade de alcançar o objetivo de custos ajustados depende em parte se somos capazes de executar as alienações de negócios planeados de forma bem-sucedida e dentro dos limites temporais planeados. Tais alienações planeadas podem, contudo, ser adiadas ou o âmbito dos ativos a ser alienados pode mudar ou a respetiva execução pode ser tornar-se impraticável devido a condições de mercado, negociações com as partes interessadas e discussões com os órgãos reguladores locais.

Os custos diretos e os impactos no negócio relacionados descritos nesta secção e na nossa Perspetiva, caso sejam significativamente superiores ao que esperamos atualmente, teriam um impacto no cálculo dos "elementos disponíveis para distribuição" (ADI) para o Deutsche Bank AG, que constitui a base da capacidade de pagamento nos nossos títulos Tier 1 adicionais (AT1). Se os resultados autónomos da Deutsche Bank AG em conformidade com as regras contabilísticas alemãs em conformidade do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch, “HGB”) não proporcionarem ADI suficientes, isso terá impacto na nossa capacidade de realizar distribuições nos nossos instrumentos AT1. Isso poderá levar a custos de financiamento mais elevados e afetar negativamente as perceções de mercado em relação ao Deutsche Bank nos mercados, com efeitos potencialmente adversos nos nossos resultados de operações e situação financeira. Tais impactos poderão colocar também pressão adicional sobre os nossos rácios de capital, liquidez e outros rácios regulamentares. Adicionalmente, se não reportarmos níveis suficientes de lucros distribuíveis sob as nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com o HGB, isso terá impacto na nossa capacidade de pagar dividendos.

Uma redução na nossa notação de crédito pode afetar os nossos custos de financiamento e atividades comerciais, embora não nos seja possível prever se tal virá a acontecer ou qual a extensão desse efeito.

Reformas regulamentares e análises de supervisão

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário, irão impor-nos custos materiais, criar incertezas significativas para nós e podem afetar adversamente os nossos planos de negócios, assim como a capacidade de executarmos os nossos planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial em geral. Outras reformas reguladoras, tais como taxas bancárias, também podem aumentar materialmente os nossos custos operacionais previstos. As reformas reguladoras, em termos de medidas de resolubilidade ou resolução, também podem afetar os nossos acionistas e credores.

Os órgãos reguladores podem também impor sobretaxas de capital, seja como resultado de exames de supervisão específicos ou resultado do Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), para refletir os riscos adicionais colocados pelas deficiências na nossa conjuntura de controlo. Em casos extremos, podem até suspender a nossa permissão para operar nas respetivas jurisdições. Para além disso, a implementação de controlos melhorados pode resultar em custos de conformidade regulamentar que pode atenuar ou exceder os ganhos de eficiência. Os órgãos reguladores podem discordar da nossa interpretação de requisitos regulamentares específicos quando as matérias interpretativas são discutidas como parte do nosso diálogo regulamentar contínuo ou no contexto de exames de supervisão. As alterações nas interpretações das regras podem ter um impacto material no tratamento de posições dos objetivos regulamentares do Pilar 1. De forma semelhante, as interpretações em evolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o regulamento relativo a requisitos de capital pode ter um impacto negativo nos nossos rácios de capital regulamentar, alavancagem e liquidez. Por exemplo, em 6 de outubro de 2017, a EBA publicou uma nova orientação interpretativa sobre o tratamento de produtos de fundos garantidos que, se determinados a serem aplicados na gama completa de fundos garantidos e esquemas de poupança de fundos garantidos, incluindo o principal esquema privado de pensões patrocinado pelo governo na Alemanha, pode ter um impacto material sobre o nosso rácio de alavancagem e de capital regulamentar.

Ações judiciais, tributárias e processos regulamentares

Estamos sujeitos a um conjunto de ações judiciais, inspeções fiscais e investigações regulamentares, cujo resultado é difícil de estimar e que podem afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspetivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, incluindo em relação ao risco de mercado, crédito, liquidez e operacional, estes poderão não ser totalmente eficazes na mitigação das nossas exposições ao risco, em todos os contextos económicos de mercados ou face a todos os tipos de risco, incluindo riscos que não tenhamos identificado ou previsto.

Estratégia

Se não conseguirmos implementar com êxito a nossa estratégia, que também está sujeita aos fatores anteriormente mencionados, podemos não conseguir alcançar os nossos objetivos financeiros, ou poderemos incorrer em perdas ou baixa rentabilidade ou erosão da nossa base de capital, e a nossa situação financeira, os resultados de operações e a cotação da ação podem ser afetados de forma significativa e adversa.

Digitalização

A digitalização oferece novos concorrentes, tais como as oportunidades de entrada de mercado da FinTech e prevemos que os nossos negócios tenham uma necessidade aumentada de investimento nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado. Adicionalmente, com níveis crescentes de digitalização, os ataques cibernéticos podem levar a perda de dados ou falhas tecnológicas, quebras na segurança, acessos não autorizados, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade de serviços. Qualquer destes eventos pode envolver-nos em litígios ou fazer-nos sofrer perda financeira, disrupção das nossas atividades comerciais, responsabilidades para com os nossos clientes, intervenção governamental ou dano para a nossa reputação.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como o crescimento do PIB, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como CET 1 e o rácio de alavancagem.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas e lucros. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

Estratégia

A nossa estratégia procura transformar-nos numa organização mais simples e mais eficiente, menos arriscada, mais bem capitalizada e mais bem gerida. A implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações.

Brexit

A saída do Reino Unido da União Europeia pode tornar-se numa fonte de vantagem competitiva para o banco porque irá deixar o Deutsche Bank como um de uma mão cheia de bancos baseados na União Europeia de relevância global, que disponibiliza uma gama completa de produtos bancários de investimento e corporativos.

O Deutsche Bank pode ser capaz de beneficiar desta posição única, tornando-se claro diferenciador competitivo com os nossos clientes. Além disso, a infraestrutura pré-existente baseada na União Europeia do Deutsche Bank pode tornar a transição para o Brexit mais fácil para os nossos clientes do que com alguns dos nossos concorrentes.

Alteração regulamentar

A alteração regulamentar pode também ser uma oportunidade, conduzindo fluxos de receitas incrementais e alterando potencialmente o ambiente competitivo a favor do Deutsche Bank.

A DMIF II, por exemplo, pode beneficiar o Deutsche Bank, dado a nossa cobertura de pesquisa de primeira linha e elevada qualidade. Por comparação, alguns dos nossos concorrentes poderão ter de reduzir como resultado da DMIF II. Alguns dos nossos concorrentes poderão ter de reduzir a respetiva presença ou mesmo de se retirar do mercado. Isto cria uma oportunidade para ganhar quota de mercado dado o empenho do Deutsche Bank de fornecer aos nossos clientes uma cobertura de serviços e de produtos ampla mas aprofundada.

Digitalização

A digitalização oferece às nossas divisões uma oportunidade para ganhos de eficiência significativos. Ao investir nas aplicações digitais, tais como autoembarque digital de clientes, os processos em toda a linha podem ser automatizados e a produtividade dos colaboradores com contacto com clientes pode ser aumentada. A digitalização irá também resultar em modos mais flexíveis para os nossos clientes para tirar proveito de serviços e produtos no local e hora escolhidos por eles. Em combinação com o nosso alto nível de conhecimento especializado em segurança de dados, estes fatores podem ajudar-nos a fortalecer a nossa posição de mercado existente e ganhar quota de mercado adicional.

Relatório de Risco

Introdução – 68
69 Visão geral do risco e do capital
Indicadores de risco fundamentais – 69
Avaliação Global de Risco – 70
Perfil de risco – 70
72 Quadro de risco e de capital
Princípios de gestão do risco – 72
Governação do risco – 73
Apetência pelo risco e capacidade de risco – 76
Plano de risco e de capital – 78
Testes de esforço – 80
Planeamento de recuperação e resolução – 82
84 Gestão do risco e de capital
Gestão de capital – 84
Definição de limites para recursos – 84
Identificação e avaliação do risco – 85
Gestão do risco de crédito – 85
Gestão do risco de mercado – 93
Gestão do risco – 101
Gestão do risco de liquidez – 106
Gestão do risco (estratégico) do negócio – 111
Gestão do risco de reputação – 112
Concentração de risco e diversificação do risco – 112
114 Desempenho de capital e risco
Capital e rácio de alavancagem – 114
Exposição ao risco de crédito – 128
Qualidade dos ativos – 144
Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 152
Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 157
Exposição ao risco operacional – 159
Exposição ao risco de liquidez – 160

Introdução

Divulgações em cumprimento das normas IFRS 7 e IAS 1

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: divulgação de informações", bem como das divulgações de capital exigidas pela norma internacional de contabilidade 1 (IAS 1) "Apresentação de demonstrações financeiras". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo deste Relatório de Risco.

Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia III

A maior parte das divulgações de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia por CRR e apoiadas pelas normas técnicas de execução da EBA ou a orientação da EBA "Relatório final sobre as orientações sobre requisitos de divulgação de acordo com a Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013" ("Orientação da EBA", EBA/GL/2016/11, versão 2*) são publicadas no nosso relatório adicional do Pilar 3, que pode ser encontrado no nosso site. Nos casos em que as divulgações neste Relatório de Risco também apoiam os requisitos de divulgação de Pilar 3, estas são destacadas por referências do Relatório Pilar 3 no Relatório de Risco.

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira, com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Como um membro do EDTF, aderimos às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também no nosso Relatório Pilar 3 adicional.

Visão geral do risco e do capital

Indicadores de risco fundamentais

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da nossa gestão holística do risco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), rácio de adequação de capital interno (ICA), rácio de alavancagem (LR), rácio de cobertura de liquidez (LCR) e posição de liquidez líquida em esforço (SNLP) servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço (exceto LCR) e práticas de planeamento de recuperação e resolução, as quais são revistas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração, pelo menos anualmente. O CET 1, LR, rácio de alavancagem, LCR e rácios e métricas de ativos ponderados pelo risco, que são definidos na regulamentação, têm por base normas fully loaded nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (Regulamento relativo a requisitos de capital ou "CRR") e a Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento (diretiva relativa a requisitos de fundos próprios IV ou "CRD IV"). O ICA, o capital económico e a SNLP são métricas de risco internas específicas do Deutsche Bank, complementares às métricas regulamentares acima descritas.

Rácio *Common Equity Tier 1*		**Total dos ativos ponderados pelo risco**	
31.12.2017	14,0%	31.12.2017	344,2 mil milhões de euros
31.12.2016	11,8%	31.12.2016	357,5 mil milhões de euros
Rácio de adequação de capital interno[1]		**Total de capital económico[2]**	
31.12.2017	192%	31.12.2017	27,1 mil milhões de euros
31.12.2016	162%	31.12.2016	35,4 mil milhões de euros
Rácio de alavancagem		**Exposição à alavancagem**	
31.12.2017	3,8%	31.12.2017	1395 mil milhões de euros
31.12.2016	3,5%	31.12.2016	1348 mil milhões de euros
Rácio de cobertura de liquidez		**Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)**	
31.12.2017	140%	31.12.2017	32,6 mil milhões de euros
31.12.2016	128%	31.12.2016	36,1 mil milhões de euros

[1] A definição da oferta de capital para o propósito de calcular o rácio de adequação de capital interno foi alterada para tomar uma perspetiva que tem por objetivo a manutenção da volatilidade do Deutsche Bank numa base contínua. São fornecidas mais informações na secção "Adequação de capital interno".
[2] O percentil usado para medir a procura de capital económico foi alterado de 99,98% para 99,9% para conseguir uma perspetiva que tem por objetivo a manutenção da volatilidade do Deutsche Bank numa base contínua, em linha com a alteração da definição de oferta de capital. São fornecidas mais informações na secção "Adequação de capital interno". É fornecida uma visão geral do impacto quantitativo da alteração do percentil sobre o capital económico na secção "Perfil de risco".

Para obter informações mais detalhadas, consulte as secções "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Planeamento de recuperação e resolução", "Testes de esforço", "Perfil de risco", "Processo de avaliação da adequação de capital interno", "Instrumentos de capital", "Evolução do capital regulamentar" (para obter números de CET 1 inicial e *fully loaded* e de ativos ponderados pelo risco), "Evolução de ativos ponderados pelo risco", "Rácio de alavancagem" (para obter o rácio de alavancagem inicial e *fully loaded*), "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

Avaliação Global de Risco

As principais categorias de risco incluem 1) riscos financeiros como o risco de crédito (incluindo incumprimento, migração, transação, exposição, país, riscos de migração e concentração), risco de mercado (incluindo taxa de juro, risco cambial, capital, *spread* de crédito, matérias-primas e outros riscos de ativos cruzados), risco de liquidez, risco de negócio (incluindo impostos e risco estratégico) e 2) riscos não financeiros (NFR) incluindo risco de reputação e risco operacional (com importantes subcategorias como risco de conformidade, risco jurídico, risco de modelo, riscos de segurança da informação, riscos de fraude e riscos de branqueamento de capitais). Gerimos a identificação, avaliação e redução dos principais riscos e dos riscos emergentes mediante um processo de governação interno e a utilização de instrumentos e processos de gestão do risco. A nossa abordagem à identificação e à avaliação do impacto tem por finalidade garantir que atenuamos o impacto destes riscos nos nossos resultados financeiros, objetivos estratégicos de longo prazo e reputação. Consulte a secção “Gestão do risco e do capital” para informações detalhadas sobre a gestão dos nossos riscos materiais.

No âmbito das nossas análises regulares, analisamos as sensibilidades dos principais riscos das carteiras mediante uma avaliação ascendente do risco, complementada por uma análise descendente do cenário macroeconómico e político. Esta dupla abordagem permite-nos capturar tanto os fatores de risco que têm impacto nos nossos inventários de risco e divisões de negócio, como também outros riscos que são relevantes apenas para carteiras específicas.

Face a um cenário económico global a melhorar, principalmente na área do euro, os riscos de descida essenciais estão centrados na política monetária e nos riscos (geo)políticos. Prevê-se que a Reserva Federal continue a aumentar as taxas em 2018, enquanto o programa de menor restritividade quantitativa do BCE poderá terminar no final do exercício. A inflação acima do esperado pode levar a um estreitamento mais rápido da política, perturbando por sua vez os mercados financeiros (onde as avaliações se alargam pelas várias classes de ativos), assim como conduzindo a instabilidade financeira nos setores onde a alavancagem é alta. A agenda política na Europa permanece ocupada com as eleições italianas em março, as contínuas negociações do Brexit e a situação na Catalunha por resolver. Permanece o enfoque nas tensões dianteiras do risco geopolítico entre os Estados Unidos e os seus aliados e a Coreia do Norte.

A avaliação dos impactos potenciais destes riscos é integrada nos testes de esforço do Grupo, que avaliam a nossa capacidade de absorção destes eventos na eventualidade da sua ocorrência. Os resultados destes testes revelaram que as reservas de capital e liquidez atualmente disponíveis, em conjugação com medidas de mitigação disponíveis, nos permitiriam absorver o impacto destes riscos, caso eles se concretizassem de acordo com os parâmetros dos testes. As informações sobre risco e posições de capital para as nossas carteiras podem ser encontradas na secção “Desempenho de capital e risco”.

Com as revisões do Comité de Basileia para as abordagens de modelação dos RWA terminaram no final de 2017 (mais frequentemente denominado Basileia IV), prevê-se que o enfoque em 2018 mude para a implementação de regras e aperfeiçoamento e supervisão. Nós também continuamos interessados na identificação de potenciais alterações políticas e regulamentares e na avaliação do eventual impacto nos nossos processos e modelo de negócio.

Relativamente à gestão de risco e de capital durante o ano de 2017, o enfoque global foi na manutenção do nosso perfil de risco em sintonia com a nossa estratégia de risco, aumentando a nossa base de capital e apoiando as nossas iniciativas de gestão estratégica com enfoque na otimização do balanço. Esta abordagem reflete-se ao longo das diferentes métricas de risco resumidas a seguir.

Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a nossa posição de risco global, medida pela utilização de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e de negócios nas datas especificadas. Para determinar a nossa posição de risco (capital económico) global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Posição de risco global, medida pela utilização de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017	31.12.2016	Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016 em milhões de euros	em %
Risco de crédito	10 769	13 105	(2 336)	(18)
Risco de mercado	10 428	14 593	(4 165)	(29)
Risco de mercado relacionado com a negociação	3 800	4 229	(429)	(10)
Risco de mercado não relacionado com a negociação	6 628	10 364	(3 736)	(36)
Risco operacional	7 329	10 488	(3 159)	(30)
Risco de negócio	5 677	5 098	579	11
Vantagem de diversificação[1]	(7 074)	(7 846)	772	(10)
Total de utilização de capital económico	**27 129**	35 438	(8 309)	(23)

[1] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

Em 31 de dezembro de 2017, a nossa utilização de capital económico ascendia a 27,1 mil milhões de euros, um valor 8,3 mil milhões (23%) inferior aos 35,4 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2016. A diminuição deveu-se principalmente à alteração no percentil de 99,98% para 99,9%. A alteração no percentil deve-se à nossa perspetiva de adequação de capital interno revista de "negócio liquidado" (*gone concern*) para uma perspetiva que tem por objetivo manter a viabilidade do Deutsche Bank, incluindo uma oferta de capital revista, tal como explicado na secção "Adequação de capital interno".

A utilização de capital económico para o risco de crédito foi 2,3 mil milhões de euros, ou 18%, inferior em 31 de dezembro de 2017 face ao exercício de 2016 principalmente devido à alteração no percentil que levou a uma diminuição no capital económico do risco de crédito em novembro de 2017 no valor de 3,66 mil milhões de euros, compensados em parte por um componente de risco de contraparte superior.

A utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação diminuiu para 3,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 4,2 mil milhões de euros no final do exercício de 2016. A diminuição foi principalmente motivada por uma alteração do percentil, que levou a uma redução no risco de mercado relacionado com a negociação de 0,6 mil milhões de euros, compensados em parte por um aumento na exposição ao componente de risco de incumprimento transacionado. A utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação diminuiu 3,7 mil milhões de euros ou, 36%, em comparação com 31 de dezembro de 2016, sobretudo impulsionada por uma diminuição considerável no risco de fundos garantidos resultante da aplicação de uma nova metodologia e devido a uma exposição a risco cambial estrutural inferior. A alteração no percentil levou a uma diminuição no capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação em novembro de 2017 no valor de 1,8 mil milhões de euros.

A utilização de capital económico do risco operacional totalizou 7,3 mil milhões de euros, em 31 de dezembro de 2017, o que corresponde a um valor de 3,2 mil milhões de euros, ou 30%, inferior aos 10,5 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2016. A diminuição foi quase exclusivamente motivada pelo impacto da alteração no nível de confiança de referência, que foi apenas marginalmente compensado pelos efeitos que também levaram a um pequeno aumento no capital regulamentar para o risco operacional, tal como definido na secção "Gestão do risco operacional".

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de riscos incomuns, incluindo o risco reputacional e de refinanciamento, um componente de risco fiscal e um montante de capital para os ativos por impostos diferidos da IFRS relativo às diferenças temporárias. O risco de negócio aumentou 578 milhões de euros, em comparação com 31 de dezembro de 2016, para 5,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Este aumento refletiu uma utilização de capital económico superior para o componente de risco fiscal em 267 milhões de euros e um montante de capital por impostos diferidos no valor de 686 milhões de euros, compensados em parte pelo percentil de capital económico inferior utilizado desde novembro de 2017 no valor de 791 milhões de euros. Pode encontrar informação adicional na secção "Adequação de capital interno".

O efeito de diversificação inter-riscos da utilização de capital económico no risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico diminuiu 772 milhões de euros, sobretudo devido à alteração no percentil e uma utilização global de capital económico inferior.

O nosso mix de atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de procura de capital económico (CE) não diversificado, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios antes de ter em conta os efeitos de risco cruzado ao nível do Grupo.

Perfil de risco das nossas divisões medido pelo capital económico

							31.12.2017
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total	Total (em %)
Risco de crédito	6 519	3 596	62	-	591	10 769	40
Risco de mercado	4 679	1 386	310	-	4 054	10 428	38
Risco operacional	5 995	932	402	-	0	7 329	27
Risco de negócio	4 435	10	99	-	1 133	5 677	21
Vantagem de diversificação[1]	(5 450)	(950)	(264)	-	(410)	(7 074)	(26)
Total de CE	16 178	4 974	609	-	5 368	27 129	100
Total de CE em %	60	18	2	-	20	100	N/S

N/S – Não significativo
[1] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

							31 dez 2016[1]
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total	Total (em %)
Risco de crédito	8 185	4 308	62	108	442	13 105	37
Risco de mercado	5 341	1 712	2 197	332	5 010	14 593	41
Risco operacional	8 330	1 437	561	160	0	10 488	30
Risco de negócio	4 753	32	100	245	(32)	5 098	14
Vantagem de diversificação[2]	(6 008)	(1 039)	(441)	(110)	(248)	(7 846)	(22)
Total de CE	20 602	6 449	2 480	735	5 172	35 438	100
Total de CE em %	58	18	7	2	15	100	N/S

N/S – Não significativo
[1] Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2016.
[2] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

O perfil de risco da Corporate & Investment Bank (CIB) é dominado pela negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam risco de mercado e risco de crédito. A vasta maioria do respetivo risco de crédito refere-se a atividades de financiamento comercial na Global Transaction Banking e atividades de finanças corporativas nas áreas de Financiamento e Origination & Advisory. A quota do risco operacional no perfil de risco da divisão CIB reflete um perfil de perda mais alto na indústria combinada com perdas internas e aumentou face ao exercício de 2016. O remanescente do perfil de risco da CIB deriva do risco de negócio que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A utilização de capital económico para o risco de mercado aumentou em 2016, face ao final do ano de 2016, principalmente devido a uma maior utilização de capital económico para o componente de risco de mercado estratégico. A alteração no percentil levou a uma diminuição do capital económico na CIB no valor de 6,3 mil milhões de euros.

O perfil de risco de Private & Commercial Bank (PCB) integra o risco de crédito decorrente do crédito a retalho, dos empréstimos a pequenas e médias empresas e das atividades de gestão de património, bem como o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de investimento, da modelação dos depósitos dos clientes e o risco de *spread* de crédito. A utilização de capital económico para o risco de mercado diminuiu em 2016, face ao final do ano de 2016, principalmente devido a um componente de risco de mercado inferior não relacionado com a negociação. A alteração no percentil levou a uma diminuição do capital económico na PCB no valor de 1,8 mil milhões de euros.

O principal fator de risco do negócio da Deutsche Asset Management (Deutsche AM) são as garantias sobre fundos de investimento, que relatamos como risco de mercado não relacionado com a negociação. De resto, o negócio da Deutsche AM centrado na consultoria e em comissões gera sobretudo risco operacional. A utilização de capital económico para o risco de mercado diminuiu quando comparado com o exercício de 2016, essencialmente devido a um componente de risco de mercado não relacionado com a negociação inferior, resultante da aplicação de uma nova metodologia para medir o risco de fundos garantidos. A alteração no percentil levou a uma diminuição do capital económico na Deutsche AM no valor de 469 milhões de euros.

A carteira da Non-Core Operations Unit (NCOU) incluiu atividades não essenciais à futura estratégia do banco; ativos destinados à redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos legais. O perfil de risco da NCOU cobriu os riscos em toda a gama das nossas operações. A utilização de capital económico em todos os tipos de risco diminuiu ao longo de 2016, principalmente devido à dissolução geral de ativos não estratégicos. A NCOU foi dissolvida no início de 2017 e os seus ativos foram reafetados aos outros segmentos.

A Consolidation & Adjustments abrange, principalmente, o risco de mercado não relacionado com a negociação para o risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de remuneração em capital. A utilização de capital económico para risco de mercado e risco fiscal como parte do risco de negócio aumentou em comparação com o exercício de 2016. A alteração no percentil levou a uma diminuição do capital económico na Consolidation & Adjustments no valor de 1,8 mil milhões de euros.

Quadro de risco e de capital

Princípios de gestão do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. O nosso objetivo consiste em ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputação. Assumimos de forma ativa riscos no âmbito do nosso negócio, pelo que respeitamos os seguintes princípios sustentam o nosso quadro de gestão do risco:

– O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
– Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
– O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
– O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

- As responsabilidades essenciais de gestão do risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas a diretores de risco seniores e comités de gestão do risco seniores com funções de execução e supervisão.
- Operamos um modelo de gestão do risco que tem por base três linhas de defesa ("3LoD"), no qual são definidas as responsabilidades de risco, controlo e relato.
  - A 1.ª linha de defesa (“1st LoD”) refere-se àquelas funções no Banco , cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros.
  - A 2.ª linha de defesa (“2nd LoD”) refere-se às funções de controlador do tipo de risco no Banco, que facilita a implementação de um sólido quadro de gestão do risco em toda a organização. A 2.ª linha de defesa define a apetência pelo risco e as normas de controlo e gestão do risco para o respetivo tipo de risco, e supervisiona e desafia de forma independente as atividades de gestão do risco e de tomada de risco da 1.ª linha de defesa.
  - A 3.ª linha de defesa (“3rd LoD”) é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de gestão do risco e controlo interno.
- A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base na apetência pelo risco e no plano estratégico e de capital do Grupo para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho.
- O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
- Todos os tipos significativos de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio e risco de reputação, são geridos através de processos de gestão do risco. São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nos tipos significativos de risco. Para mais informações, consultar a secção "Gestão do risco e do capital" nos processos de gestão dos nossos riscos materiais.
- Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
- Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.
- O planeamento de recuperação e contingência estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de gestão de crise e fornece à direção um conjunto de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
- O planeamento de resolução é da responsabilidade da nossa autoridade de resolução, o Conselho Único de Resolução. Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para prevenir perturbações graves no sistema financeiro ou na economia em geral através da manutenção de serviços críticos.
- Aplicamos uma abordagem de gestão do risco integrada que tem por objetivo uma coerência para todo o grupo quanto às normas de gestão do risco, permitindo no entanto uma adaptação aos requisitos específicos da entidade jurídica ou local.

Promovemos uma forte cultura de risco onde os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento de riscos. Prevemos que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o nosso Código de Conduta Empresarial e Código de Ética. Para promover isso, as nossas políticas exigem que o comportamento relacionado com o risco seja tido em conta durante a nossa avaliação comportamental e nos processos de remuneração. Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

Em 2017, também introduzimos uma avaliação da cultura de risco baseada em princípios, com particular enfoque na sensibilização para o risco, propriedade do risco e gestão do risco dentro da apetência pelo risco. Os resultados da avaliação são incorporados no relato existente de riscos, reforçando a mensagem de que a cultura do risco é uma parte integrante da gestão do risco diária e eficaz.

Governação do risco

As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com o quadro CRR/CRD IV e respetivas implementações na lei alemã.

As autoridades de regulação bancária europeias usam vários mecanismos na avaliação da nossa capacidade para assumir risco, que são descritos de forma mais pormenorizada na secção "Capital regulamentar" deste relatório.

Diversos níveis de gestão garantem uma governação do risco coerente:

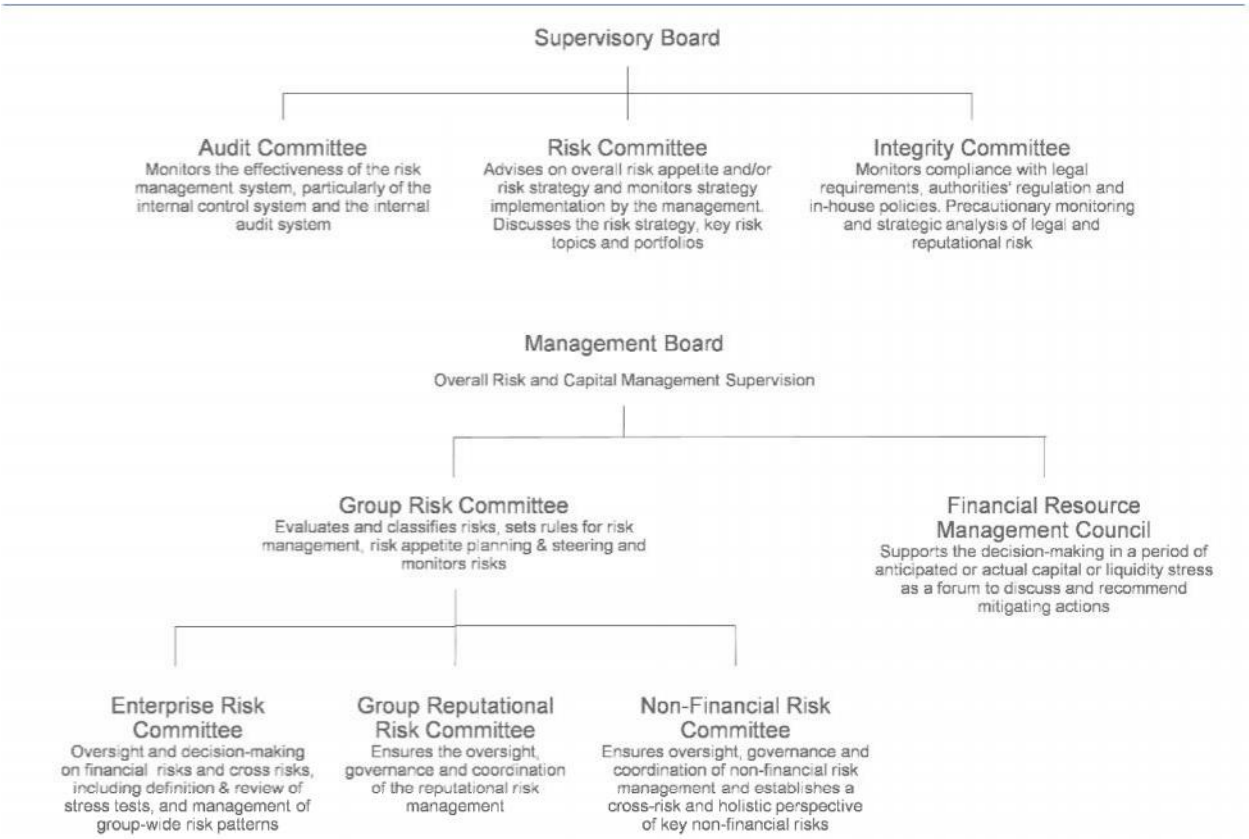
- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Formou várias comissões para tratar das tarefas específicas

(para uma descrição pormenorizada destas comissões, consulte o Relatório de Governo da Sociedade em "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização", "Comissões especializadas permanentes").

- Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de carteiras de risco fundamentais, estratégia de risco e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a apetência pelo risco geral, com a posição de risco agregado e a estratégia de risco e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da implementação desta estratégia.
- O Comité de Integridade, entre outras responsabilidades, monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. É também responsável por rever o Código de Conduta Empresarial e o Código de Ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
- O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.

– O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz. O Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Risco do Grupo ("GRC") como o fórum central para a análise e decisão em assuntos relacionados com riscos materiais e capital. O GRC reúne geralmente uma vez por semana. Delegou alguns dos seus deveres a pessoas e subcomités. O GRC e os seus subcomités são descritos em maior detalhe abaixo.

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

– O Comité de Risco do Grupo (GRC) tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo aprovação de modelos de risco e de capital novos ou substancialmente alterados, análise de desenvolvimentos de exposição ao risco e dos resultados dos testes de esforço internos e regulamentares ao nível do Grupo e monitorização da cultura de risco em todo o Grupo. O GRC também analisa recursos de risco disponíveis para as divisões do negócio e carteiras de risco de elevado nível (por exemplo, ao nível do país ou do setor) e define metas de apetência pelo risco relacionadas, por exemplo, sob a forma de limites ou limiares. Além disso, o GRC analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, tais como princípios-chave de gestão do risco, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, parâmetros abran-

gentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e escalada. O GRC também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital ao nível do Grupo.
– O Comité de Risco Não Financeiro (NFRC) supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não financeiros do Grupo. Está incumbido de definir um quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar o modelo operacional de risco não financeiro e interdependências entre divisões, funções de controlo e diferentes funções de controlo do tipo de risco.
– O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospetiva e ensinamentos retirados adequado. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comités Regionais de Risco de Reputação ("RRRC") e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas divisões de negócio, funções de infraestrutura ou gestão regional. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomités do GRRC, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.
– O Comité de Risco da Sociedade (ERC) foi criado com o intuito de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. Como parte da sua competência, o ERC aprova as visões gerais da carteira de risco de país anuais e limiares de risco de países especificados, estabelece limiares de produtos, analisa as concentrações de carteiras de risco em todo o Grupo, monitoriza testes de esforço em todo o Grupo utilizados para gerir a apetência pelo risco do Grupo e analisa tópicos com implicações de risco em toda a empresa, como a cultura de risco.
– O Conselho de Gestão de Recursos Financeiros (FRMC) é um organismo de governação ad-hoc para apoiar a tomada de decisões num período de esforço de capital ou liquidez previsto ou antecipado. É um fórum para debater e recomendar medidas de mitigação, reunindo assim num só fórum as tarefas do anterior Comité de Gestão da Liquidez e as tarefas relacionadas com crise anteriormente atribuídas ao GRC. Mais especificamente, o FRMC está incumbido de analisar a situação de capital e liquidez do banco, prestando aconselhamento quanto à estratégia de capital e liquidez e efetuando recomendações sobre metas de capital e liquidez ao nível do negócio específico e/ou contramedidas necessárias para executar com sucesso a estratégia. Isto inclui a recomendação de invocação ou não do plano de financiamento de contingência e o direito de supervisionar a execução de decisões relacionadas.

O nosso Gestor do Risco ("CRO"), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado, riscos de liquidez e riscos operacionais, bem como pelo desenvolvimento contínuo e pela melhoria de métodos de medição do risco. Além disso, o CRO é responsável por monitorizar, analisar e reportar o risco numa base global.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta da função de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco na função de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

– Tipos de risco específicos
– Riscos num negócio específico
– Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

– Promover a coerência com a apetência pelo risco definida pelo GRC no quadro estabelecido pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões;
– Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
– Estabelecer e aprovar limites de risco;
– realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
– Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Além disso, a Gestão do Risco em Consonância com o Negócio (BRM) representa a função de Risco face a áreas de negócio específicas. Os CRO de cada divisão gerem a respetiva carteira de risco, assumindo uma perspetiva holística de cada divisão para desafiar e influenciar a estratégia e propriedade do risco da divisão e implementar apetência pelo risco.

As funções de gestão do risco especializadas são complementadas por uma função de Gestão do Risco da Sociedade (ERM), que define um quadro de gestão do risco ao nível do banco, procurando garantir que todos os riscos ao nível do Grupo e das Divisões são identificados, assumidos e controlados pelas equipas de risco funcional no âmbito da apetência pelo risco acordada e dos princípios de gestão do risco. A ERM é responsável por agregar e analisar informações de risco ao nível da empresa e rever o perfil de risco/rentabilidade de carteiras para permitir uma tomada de decisões informada sobre os recursos do Banco. A ERM está incumbida de:

– Gerir a apetência pelo risco da empresa e a atribuição entre negócios e entidades jurídicas;
– Integrar e agregar riscos para proporcionar maior transparência do risco empresarial para apoiar a tomada de decisões;
– Encomendar testes de esforço relativos ao futuro e gerir planos de recuperação e resolução do Grupo; e

– Gerir e melhorar a eficácia do quadro de gestão do risco.

As funções de gestão do risco especializadas e a ERM têm uma linha de comunicação com o CRO.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões, as nossas funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que assumimos.

A integração da gestão do risco da nossa subsidiária Deutsche Postbank AG é promovida através de processos harmonizados para identificar, avaliar, gerir, monitorizar e comunicar o risco, as estratégias e os procedimentos para determinar e salvaguardar a capacidade de assunção de risco e os procedimentos de controlo internos correspondentes. As principais características da governação conjunta são:

– Função hierárquica de relato da direção de Gestão do risco do Postbank à do Deutsche Bank;
– participação de membros com direito de voto do Deutsche Bank provenientes das respetivas funções de risco nos principais comités de risco do Postbank e vice-versa para os principais comités selecionados; e
– Alinhamento com políticas fundamentais de risco do Grupo.

Os principais comités de gestão do risco do Postbank são:

– O Comité de Risco do Banco, que apoia o Conselho de Administração do Postbank na determinação da apetência pelo risco global e da afetação de risco e de capital;
– O Comité de risco de crédito, que é responsável pela atribuição de limites e pela definição de um quadro de limites apropriado;
– O Comité de risco de mercado, que decide sobre a atribuição de limites e o posicionamento estratégico da carteira bancária e de negociação do Postbank e a gestão do risco de liquidez;
– O Comité de Gestão do Risco Operacional, que define o quadro de risco apropriado, bem como a afetação de limites às diferentes áreas de negócio; e
– O Comité de Risco do Modelo e de Validação, que monitoriza a validação de todos os sistemas de notação de crédito e modelos de gestão do risco.

O Diretor de Risco do Postbank ou os diretores de risco seniores do Deutsche Bank são membros com direitos de voto dos comités apresentados acima.

Após o anúncio em março de 2017 da fusão do Postbank com o negócio de clientes privados e empresariais alemães e como parte do projeto de integração abrangente, a divisão de Risco também iniciou as análises e o trabalho no estabelecimento de uma função de Risco apropriada para a entidade jurídica fundida planeada que permanecerá ligada ao Grupo conforme descrito acima.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos mínimos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso plano e estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco. Avaliamos especificamente uma sequência de indicadores em esforço (rácio de Common Equity Tier 1 ("CET 1"), rácio de alavancagem ("LR"), rácio de adequação de capital interno ("ICA") e posição de liquidez líquida em esforço ("SNLP")) no âmbito dos testes de esforço regularmente realizados ao nível do grupo.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités. As alterações à apetência pelo risco e capacidade de risco devem ser aprovadas pelo Comité de risco do grupo ou pela totalidade do Conselho de administração, dependendo da sua importância.

Plano de risco e de capital

Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico para nós enquanto Grupo e para as nossas áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão que, pela primeira vez este ano, são compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um banco europeu líder com alcance global, apoiado por uma forte base nacional na Alemanha e que visa garantir:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Os limites específicos – por exemplo, para procura de capital regulamentar, capital económico e exposições a alavancagem – são derivados do Plano estratégico e de capital para garantir a coerência dos objetivos de risco, de capital e de desempenho em todos os níveis relevantes da organização.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, para evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo ("SREP") tal como expressos pelo nosso supervisor interno. Em 19 de dezembro de 2017, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2018, na sequência dos resultados do SREP de 2017. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva de pelo menos 10,65% numa base consolidada, com início em 1 de janeiro de 2018. Este requisito de capital CET 1 compreende o requisito de capital mínimo do Pilar 1 de 4,50 %, o requisito do Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75 %, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,88 %, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,02 %) e o amortecedor de capital inicial de G-SII , na sequência da designação do Deutsche Bank como instituição de importância sistémica global (“G-SII”), de 1,50%. O novo requisito de capital CET 1 de 10,65% para 2018 é superior ao requisito de capital CET 1 de 9,51% aplicável ao Deutsche Bank em 2017. Do mesmo modo, os requisitos de 2018 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 12,15% e para o seu total de rácio de capital em 14,15%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2017, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de "Pilar 2", correntemente designado por "orientação de Pilar 2". O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de "Pilar 2", ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de "Pilar 2" não acione de forma automática qualquer tomada de medidas legais.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno ("ICAAP") do Deutsche Bank consiste em vários componentes bem estabelecidos que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação do risco constitui a base do ICAAP e resulta num inventário de riscos para o Grupo. Todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade. Pode encontrar mais detalhes na secção “Identificação e avaliação do risco”.
- Procura de capital/medição do risco: As metodologias e modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Perfil de risco” e “Capital e rácio de alavancagem”.
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição de recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas quantificadas como parte da procura de capital. Pode encontrar mais detalhes na secção “Capital e rácio de alavancagem”.
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu limiares de apetência pelo risco do Grupo que expressam o nível de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos. As violações do limiar estão sujeitas a um quadro de governação dedicado que aciona medidas de gestão que visam proteger a adequação de capital. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Apetência pelo risco e capacidade de risco” e “Indicadores de risco fundamentais”.
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco do Grupo para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos para proteger a adequação de capital numa base prospetiva. Pode encontrar mais detalhes na secção “Plano estratégico e de capital”.
- Testes de esforço: Os números do plano de capital são também considerados sob vários cenários de teste de esforço para provar a resiliência e a viabilidade global do banco. Os indicadores de adequação de capital são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários de esforço hipotéticos e para detetar quaisquer vulnerabilidades sob esforço. Pode encontrar mais detalhes na secção “Testes de esforço”.
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação de capital seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma avaliação da adequação de capital anual dedicada (CAS). A avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação de capital do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação de capital numa base prospetiva.

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se a um processo interno que visa o cumprimento de todos os requisitos legais relacionados com o capital e exigências regulamentares de forma contínua (principalmente medida através do CET 1 e do rácio de alavancagem). A perspetiva interna económica (medida através do rácio de adequação de capital interno) refere-se a um processo interno que visa a adequação de capital utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas se centram na manutenção da viabilidade do Deutsche Bank de forma contínua.

Testes de esforço

Assumimos o compromisso rigoroso de realizar testes de esforço regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. Estes exercícios complementam as medidas de risco tradicionais e representam uma parte integrante do nosso processo de planeamento de capital e estratégico. O nosso quadro de testes de esforço inclui testes de esforço regulares no âmbito do Grupo baseados em "Planeamento Negativo" definido internamente e em cenários de crise macroeconómica global mais graves. Incluímos nos nossos exercícios de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é, geralmente, de um ano e pode ser alargado a mais anos, se necessário pelos pressupostos do cenário. As nossas metodologias são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Validação e Governação de Modelos Globais – GMVG), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Estas análises são complementadas por testes de esforço específicos da carteira e do país, bem como por requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. Um exemplo de um teste de esforço regulamentar realizado em 2017 é o teste de esforço CCAR para a entidade nos EUA. Em 2018, o Deutsche Bank participará no teste de esforço bianual da EBA. Além disso, é realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Um procedimento integrado permite-nos avaliar o impacto de cenários ad-hoc que simulam potenciais choques financeiros ou geopolíticos iminentes.

A fase inicial dos nossos testes de esforço internos consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos nossos modelos internos de testes de esforço, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o rácio de ECA, o rácio de alavancagem e a posição de liquidez líquida em esforço. Antes da avaliação de impacto, os cenários são debatidos e aprovados pelo Comité de Risco da Sociedade (ERC), que também analisa os resultados de esforço finais. Após a comparação desses resultados com a nossa apetência pelo risco definida, o ERC debate ainda medidas específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do Banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco. Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2017 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, permite alcançar o nível de saída de esforço definido, que se encontra muito acima dos níveis de intervenção regulamentares anteriores. Um teste de esforço inverso é realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio por forma a determinar a gravidade de cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Esse teste baseia-se num cenário macroeconómico hipotético e tem em consideração impactos graves de riscos significativos nos nossos resultados. Comparando o cenário hipotético que seria necessário para resultar na nossa não viabilidade de acordo com o teste de esforço inverso, com o contexto económico atual, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse cenário macroeconómico hipotético é extremamente baixa. Dada a probabilidade extremamente baixa do cenário do teste de esforço inverso, não consideramos que a continuidade do nosso negócio se encontre em risco.

Quadro de testes de esforço do Grupo Deutsche Bank

Relatórios de risco e sistemas de medição

Os nossos sistemas medição do risco servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, de mercado, de liquidez, transversal, de negócio, operacional e de reputação. A infraestrutura de risco incorpora as entidades jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou objetivos destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas dentro do departamento financeiro e do departamento de risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, promovendo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é uma parte integrante da abordagem de gestão do risco do Deutsche Bank e, como tal, está em consonância com a configuração organizacional que fornece informações consistentes ao nível do Grupo e para entidades jurídicas importantes, bem como discriminações por tipos de risco, divisão e unidades de negócio importantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "monitorização e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco e às contrapartidas de risco/retorno em vários níveis do Grupo, por exemplo, ao nível do Grupo, das divisões, das unidades de negócio importantes, das entidades jurídicas importantes, dos tipos de risco, da carteira e das contrapartes.
- A comunicação dos riscos tem de ser precisa, clara, útil e completa, bem como transmitir dados de risco reconciliados e validados para comunicar informações de forma concisa, com vista a permitir que, para os riscos financeiros e não financeiros significativos, o perfil de risco do banco seja fácil e corretamente compreendido.
- Os comités de risco sénior, tais como o Comité de Risco da Sociedade (ERC) e o Comité de Risco do Grupo (GRC), e o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e capital, recebem relatórios com regularidade (bem como relatórios ad-hoc conforme necessário).
- As equipas dedicadas no Deutsche Bank gerem de forma proativa os riscos financeiros e não financeiros significativos e têm de garantir que as informações de gestão exigidas existem para permitir a identificação e a gestão proativas dos riscos e evitar concentrações excessivas num tipo de risco específico e entre riscos (perspetiva de risco transversal).

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços individuais de comunicação separada, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

O Banco identifica um grande número de indicadores nos nossos sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. Os Indicadores de risco fundamentais identificados incluem os indicadores de adequação de capital e liquidez; pode encontrar mais detalhes na secção "Indicadores de risco fundamentais".

Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal do perfil de risco e capital (RCP) consiste num relatório de risco transversal e fornece uma visão abrangente do perfil de risco do Deutsche Bank, bem como é utilizado para informar o ERC, o GRC e o Conselho de Administração e, em seguida, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização, sendo o nível de granularidade personalizado para os requisitos do público-alvo. O RCP inclui o tipo de risco específico, visões gerais em consonância com o negócio e assuntos relacionados com o risco ao nível da empresa. Além disso, inclui atualizações relativas aos indicadores da principal apetência pelo risco do Grupo e outros indicadores de controlo do tipo de risco, bem como atualizações acerca do desenvolvimento do risco em áreas de especial interesse.
- As visões gerais da nossa posição de liquidez e solvência/alavancagem são, em geral, apresentadas mensalmente ao GRC pela Gestão de Capital do Grupo e pelo Tesoureiro do Grupo. Inclui informações sobre os principais indicadores, incluindo o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV, e uma visão geral da nossa situação de financiamento e de liquidez, bem como os resultados dos testes de esforço da liquidez.
- Os testes de esforço macroeconómicos ao nível do Grupo são, em geral, realizados duas vezes por trimestre (ou mais frequentemente se necessário). Aqueles são apresentados e analisados no ERC e transmitidos ao GRC, se tal for considerado necessário. Os principais indicadores de desempenho em esforço são avaliados em relação aos limiares de apetência pelo risco do Grupo.

Embora os relatórios suprarreferidos sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma global, existem outros relatórios de gestão normalizados e pontuais complementares que as funções de Gestão do risco em consonância com o negócio ou o tipo de risco utilizam para monitorizar e controlar o perfil de risco.

Planeamento de recuperação e resolução

A crise financeira de 2007/2008 expôs os bancos e o mercado financeiro em geral a pressões sem precedentes. Essas pressões levaram alguns bancos a procurar apoio significativo por parte dos seus governos e intervenções de larga escala dos bancos centrais. A crise forçou também algumas instituições a restruturar de modo significativo os seus negócios e a fortalecer o seu capital, liquidez e bases de financiamento. Esta crise veio revelar que muitas instituições financeiras não estavam suficientemente preparadas para uma crise sistémica em rápida evolução, tendo sido, por isso, incapazes de reagir e dar uma resposta que evitasse potenciais falhas e prevenisse impactos adversos significativos no sistema financeiro e, em última análise, na economia e na sociedade.

Em resposta à crise, algumas jurisdições (tais como os Estados-Membros da União Europeia, incluindo a Alemanha e o Reino Unido, e os Estados Unidos) promulgaram novos regulamentos que exigem que os bancos ou as autoridades competentes desenvolvam planos de recuperação e resolução. O plano de recuperação do Grupo ("Plano de recuperação") é atualizado e submetido aos reguladores, no mínimo, anualmente, de forma a refletir as alterações na atividade de negócio e os requisitos regulamentares. O Plano de recuperação prepara-nos para restaurar a nossa solidez e viabilidade financeiras durante uma situação de tensão extrema. O objetivo mais específico do Plano de recuperação é definir a forma como podemos responder a uma situação de tensão financeira que tivesse um impacto significativo no nosso capital e na nossa posição de liquidez. Assim, o Plano descreve um conjunto de ações definidas com o objetivo de nos proteger, bem como de proteger os nossos clientes e os mercados, e de evitar um potencial evento de resolução. Em conformidade com as diretrizes regulamentares, identificámos um conjunto alargado de contramedidas que atenuarão diferentes tipos de cenários de esforço. Estes cenários decorrem tanto de eventos idiossincráticos como extensivos a todo o mercado, os quais poderiam resultar em impactos graves no capital e na liquidez, bem como em impactos no nosso desempenho e balanço. O Plano de recuperação visa permitir-nos a monitorização, o encaminhamento, o planeamento e a execução adequados de ações no caso de uma situação de crise.

O Conselho de Administração supervisiona o desenvolvimento do Plano de recuperação, bem como criou um processo de governação contingente dedicado para gerir os eventos de tensão financeira.

Conforme previsto na Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias ("BRRD"), na Lei alemã de recuperação e resolução (Sanierungs- und Abwicklungsgesetz, "SAG") que transpõe a BRRD para a legislação nacional alemã e no Regulamento do mecanismo único de resolução ("Regulamento MUR"), o plano de resolução do Grupo é preparado pelas autoridades de resolução e não pelo próprio banco. Trabalhamos em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução ("CUR") e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, "BaFin"), que estabelecem o plano de resolução do grupo para o Deutsche Bank, o qual se baseia, atualmente, numa recapitalização com um único ponto de entrada ("SPE") como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia SPE, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma recapitalização direta (depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para recapitalização) para estabilizar o grupo. No prazo de um mês a contar da aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a SAG) exige que a instituição em causa estabeleça um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição.

A BRDD obriga os bancos nos Estados-Membros da UE a manter requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL") para tornar a resolução credível ao estabelecer uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente. Além dos MREL, o Deutsche Bank AG, como banco de importância sistémica global, estará sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais ("TLAC"), que estabelece requisitos rigorosos para o montante e a elegibilidade dos instrumentos a serem mantidos para efeitos de recapitalização. Em particular, os instrumentos de TLAC têm de estar subordinados a outros passivos sénior. A partir de 1 de janeiro de 2017, os instrumentos de dívida sénior não estruturada emitidos pelo Deutsche Bank AG cumprem o requisito de subordinação de TLAC, uma vez que a Alemanha adotou legislação para ajustar a hierarquia de credores em insolvência para bancos na Lei bancária alemã. Tal garante que uma recapitalização seria aplicada, em primeiro lugar, aos instrumentos de TLAC e capital, que têm de ser esgotados antes de uma recapitalização poder afetar outros passivos sénior tais como depósitos, derivados, instrumentos de dívida "estruturada" e instrumentos do mercado monetário.

Além disso, o Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor ("Lei Dodd-Frank") e os regulamentos de execução emitidos pelo Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation ("FDIC") exigem que cada holding bancária com ativos iguais ou superiores a 50 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, incluindo o Deutsche Bank AG, prepare e apresente anualmente um plano para a resolução metódica de subsidiárias e operações em caso de perturbações financeiras significativas ou de incumprimento futuros ("Plano de resolução dos EUA"). Para as sociedades sedeadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos. O Deutsche Bank AG apresentou o último Plano de resolução dos EUA em julho de 2015, não tendo sido obrigado a apresentar um Plano de resolução dos EUA em 2016 ou 2017. O próximo Plano de resolução dos EUA está previsto para 1 julho de 2018.

Os elementos centrais do Plano de resolução dos EUA são as entidades significativas ("ME"), as linhas de negócio essencial ("CBL") e as operações essenciais ("CO"). O Plano de resolução dos EUA estabelece a estratégia de resolução para cada ME, definidas como as entidades significativas para as atividades de um CO ou CBL, e demonstra como cada ME, CBL e CO, conforme aplicável, pode ser solucionado de forma rápida e metódica, sem impacto sistémico na estabilidade financeira dos EUA. O Plano de resolução dos EUA aborda também a estratégia para serviços essenciais contínuos na resolução. Os fatores centrais abordados no Plano de resolução dos EUA incluem a forma de garantir:

– Acesso continuado a serviços de outras entidades legais dos EUA e extra EUA, bem como de terceiros, tais como serviços de pagamento, bolsas e principais fornecedores;
– Disponibilidade de financiamento de fontes externas e internas;
– Retenção de colaboradores essenciais durante a resolução; e
– Encerramento eficiente e coordenado de contratos transfronteiriços.

O Plano de resolução dos EUA é elaborado em coordenação com os grupos de infraestruturas e empresas dos EUA para refletir com exatidão o negócio, a infraestrutura essencial e as principais interligações.

MREL e TLAC

Ao abrigo do Regulamento do Mecanismo Único de Resolução ("MUR"), da Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias ("BRRD") e da Lei alemã de recuperação e resolução (Sanierungs- und Abwicklungsgesetz, "SAG"), é exigido aos bancos na União Europeia ("UE") que cumpram, em qualquer momento, um requisito mínimo de robustez de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL"), o qual é determinado caso a caso pela autoridade de resolução competente.

O Conselho Único de Resolução ("CUR") pretende definir objetivos de MREL vinculativos para a maioria dos grupos bancários maiores e mais complexos nas respetivas competências como parte do ciclo de planos de resolução de 2017, bem como comunicar a decisão sobre MREL àqueles (através de autoridades de resolução nacionais) no primeiro trimestre de 2018.

Além disso, em 9 de novembro de 2015, o Conselho de Estabilidade Financeira ("CEF") publicou uma norma que exigirá, quando transposta para lei, que os bancos de importância sistémica global ("G-SIB") cumpram um novo requisito mínimo específico da sociedade para a capacidade de absorção de perdas totais ("TLAC") a partir de 1 de janeiro de 2019.

Em 6 de julho de 2017, o CEF publicou orientações em matéria da TLAC interna, ou seja, a capacidade de absorção de perdas que uma entidade de resolução assumiu para subgrupos significativos para que as perdas e as necessidades de recapitalização de subgrupos significativos possam ser transmitidas com segurança jurídica à entidade de resolução de um grupo de resolução do G-SIB sem que as subsidiárias nos subgrupos significativos estabeleçam uma resolução.

Both the TLAC and MREL requirements are specifically designed to require banks to maintain a sufficient amount of instruments which are eligible to absorb losses in resolution with the aim of ensuring that failing banks can be resolved without recourse to taxpayers' money.

Em 23 de novembro de 2016, a Comissão Europeia ("CE") propôs uma revisão do Regulamento de Requisitos de Capital ("CRR") para transpor a TLAC para a legislação da UE. Além disso, propôs alterações à diretiva BRRD e ao regulamento MUR. Ao abrigo da proposta de revisão do regulamento CRR da Comissão, a capacidade de absorção de perdas para instituições de importância sistémica global ("G-SII") da UE seria estreitamente alinhada com a folha de termos internacional da TLAC. Os instrumentos elegíveis ao abrigo da TLAC são os instrumentos Common Equity Tier 1, os instrumentos Tier 1 adicionais, os instrumentos Tier 2 e alguns passivos elegíveis não garantidos. A folha de termos da TLAC introduz um requisito mínimo de 16% de ativos ponderados pelo risco ("RWA") ou 6% de exposição a alavancagem até 1 de janeiro de 2019, bem como 18% de RWA e 6,75% de exposição a alavancagem até 2022. A autoridade de resolução poderia solicitar um complemento específico da sociedade, se tal fosse considerado necessário. No caso de bancos não G-SII, o MREL seria ainda definido caso a caso.

Além disso, ao abrigo da Lei bancária alemã, conforme alterada pela Lei alemã do Mecanismo de Resolução, publicada em novembro de 2015, as obrigações sénior terão menos prioridade face a outros passivos sénior, sem constituir dívida subordinada, em processos de insolvência iniciados a partir de 1 de janeiro de 2017. Em 27 de dezembro de 2017, foi publicada uma diretiva da UE que altera a classificação de instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia de insolvência para efeitos de processos de resolução e insolvência de bancos, introduzindo uma abordagem comum da UE à hierarquia de credores dos bancos e reforçando, assim, a segurança jurídica em caso de resolução. A diretiva apresenta os instrumentos de dívida sénior não preferenciais como uma categoria separada da dívida sénior. Estes novos instrumentos terão menos prioridade face a todos os outros passivos sénior, porém, terão mais prioridade face à dívida subordinada, uma vez que têm uma maturidade contratual inicial de pelo menos um ano, não incluem derivados embutidos ou os próprios são derivados e a documentação contratual refere explicitamente a sua classificação inferior no âmbito de processos de insolvência normais. Os Estados-Membros são obrigados a transpor a diretiva de alteração para a legislação nacional até 29 de dezembro de 2018. As novas disposições aplicar-se-ão a instrumentos de dívida não garantidos emitidos na data ou a partir da data de entrada em vigor da respetiva legislação nacional. Quaisquer obrigações sénior com menos prioridade face a outros passivos sénior de acordo com as disposições da Lei bancária alemã, publicada em novembro de 2015, terão anterioridade e representam instrumentos de dívida sénior não preferenciais de acordo com a diretiva da UE, publicada em 27 de novembro de 2017.

Gestão do risco e de capital

Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital e alavancagem a nível do Grupo e localmente, em cada região. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de limites para recursos financeiros essenciais, a conceção da afetação de capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital *Common Equity Tier* 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

Em relação aos requisitos MREL e TLAC, analisamos a nossa carteira de emissões de obrigações sénior para torná-las elegíveis ao abrigo das leis relativas à recapitalização interna. Pretendemos cumprir potenciais requisitos à medida que entrem em vigor.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Num processo trimestral, o Comité de Risco do Grupo aprova limites de recursos para divisões, bem como o total de procura de capital e a exposição a alavancagem que têm por base o plano estratégico, mas são ajustados às condições de mercado e às perspetivas a curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição a rácio de alavancagem (LRE), assumindo a implementação completa das regras do CRR/CRD IV. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. Na nossa medição do desempenho, esta metodologia também aplica diferentes taxas ao custo do capital em cada um dos segmentos de negócio, refletindo de forma mais diferenciada a volatilidade dos ganhos dos modelos de negócio individuais. Tal permite melhorar a gestão do desempenho e as decisões de investimento.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as diretrizes de investimento. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

Identificação e avaliação do risco

Enfrentamos uma série de riscos decorrentes das nossas atividades comerciais, incluindo o risco de crédito, o risco de mercado, o risco comercial, o risco de liquidez, o risco operacional e o risco de reputação, conforme descritos nas secções que se seguem. Os nossos processos de identificação e avaliação de risco utilizam o nosso modelo operacional de três linhas de defesa (3LoD), sendo que a primeira linha identifica os principais riscos e a segunda linha complementa e agrega os riscos identificados na nossa taxonomia de tipo de risco global, bem como avalia os riscos identificados quanto à sua importância. Os processos operacionais estão implementados em toda a organização para captar medidas e indicadores relevantes. O objetivo essencial de todos os processos consiste em garantir uma transparência adequada dos problemas de risco existentes e emergentes, bem como assegurar uma perspetiva holística transversal aos riscos. Atualizamos o inventário de risco, no mínimo, uma vez por ano ou, se necessário, noutras ocasiões utilizando um processo de identificação dos riscos e de avaliação da importância.

Categorizamos os riscos materiais como riscos financeiros e riscos não financeiros. Os riscos financeiros incluem o risco de crédito (incluindo riscos de incumprimento, migração, operação, liquidação, exposição, país, mitigação e concentração), o risco de mercado (incluindo riscos cambial, de taxa de juro, capital, *spread* de crédito, matérias-primas e outros riscos de ativos cruzados), o risco de liquidez e o risco de negócio (estratégico). Os riscos não financeiros incluem os riscos operacionais e os riscos de reputação (com o risco de conformidade de subcategorias importantes, o risco jurídico, o risco de modelo e o risco de segurança da informação captados no nosso quadro de risco operacional). No caso de todos os riscos materiais, são aplicáveis padrões comuns de gestão do risco, incluindo ter uma função dedicada à gestão do risco, definir a apetência pelo risco específica de um tipo de risco e a decisão do montante de capital a deter.

O risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional requerem capital regulamentar. No âmbito do nosso processo de avaliação da adequação de capital interno, calculamos o montante de capital económico do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional e do risco de negócio para cobrir os riscos gerados pelas nossas atividades de negócio, considerando os efeitos de diversificação nesses tipos de riscos. Além disso, os nossos requisitos de fundos próprios económicos incorporam riscos adicionais como, por exemplo, o risco de reputação e o risco de refinanciamento, para os quais não existem quaisquer modelos de capital económico específicos. Excluímos o risco de liquidez do capital económico.

Gestão do risco de crédito

Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações, em geral, fazem parte das nossas atividades de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes) e da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC). Além disso, incluem obrigações negociadas e títulos de dívida. Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na identificação anual de riscos e na avaliação da importância, o risco de crédito está agrupado em cinco categorias, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de país, risco de operação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação (falha) e risco de concentração.

- Risco de incumprimento/migração é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento.
- Risco de país é o risco de as contrapartes solventes e capazes não conseguirem cumprir as suas obrigações devido a políticas ou uma intervenção soberana direta.
- Risco de operação/liquidação (risco de exposição) é o risco resultante de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial.
- Risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado.
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto.

Medimos, gerimos/mitigamos e reportamos/monitorizamos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e os princípios que se seguem:

- A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
- Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.

- Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
- Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito indevido a nível das contrapartes e das carteiras. Assumimos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.
- Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
- Medimos e consolidamos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor duma forma global em todo o nosso Grupo consolidado, em conformidade com os requisitos regulamentares.
- Gerimos as exposições ao crédito na base do "princípio do devedor único" (conforme exigido ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, ponto 39, do CRR), ao abrigo do qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um grupo.
- Criámos equipas especializadas no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados.
- Sempre que necessário, estabelecemos processos para comunicar exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica.

Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e pelos indicadores-chave de crédito mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação do capital regulamentar de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogéneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de CRM, bem como pelo Diretor da função de Risco de Modelo ou um representante, sempre que adequado, antes de as metodologias serem utilizadas para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alteradas. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo Conselho de Administração. Além disso, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização tem de ser informado regularmente de alterações a modelos que tenham sido submetidas ao Conselho de Administração. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar. A validação da metodologia é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de Validação e Governação de Modelos Global. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas devem ser comunicados ao Fórum de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMF), mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações. O plano de validação das metodologias de notação é apresentado ao RCRMF no início do ano civil, sendo igualmente fornecidas atualizações trimestrais.

No Postbank, a responsabilidade pela implementação, validação e monitorização da eficácia de sistemas de notação interna é da sua função de Controlo do Risco do Grupo, bem como do seu comité de validação, chefiado pelo Diretor de Controlo do Risco de Crédito do Postbank. Uma função de validação e risco de modelos independente foi criada em 2016, complementarmente à unidade de desenvolvimento de risco de modelos. Todos os sistemas de notação de crédito estão sujeitos a aprovação do Comité de Risco Bancário do Postbank, chefiado pelo Gestor do Risco. A eficácia dos sistemas de notação e os resultados de notação são comunicados regularmente ao Conselho de Administração do Postbank. A governação conjunta é assegurada pelo assento de diretores sénior do Deutsche Bank nos comités relevantes do Postbank e vice-versa.

Medimos os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens “avançadas”, de “fundação” e “padrão”, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo nosso regulador.

O método IRB avançado ("método IRB") é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as nossas metodologias de notação de crédito internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (*probability of default* – PD), a perda em caso de incumprimento (*loss given default* – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito ("CCF") no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (*exposure at default* – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos ("SFT"), recorremos ao método de modelo interno ("IMM"), em conformidade com o regulamento CRR e o SolvV para calcular a EAD. Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

Aplicamos o método IRB básico na maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para o método IRB avançado no Postbank. O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a cálculos internos incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar.

Aplicamos o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Para além da procura de capital regulamentar supramencionada, determinamos a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9 % perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, que é o principal indicador de risco de crédito aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, estabelecemos limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos nossos acordos jurídicos com a contraparte. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito, também analisamos os proveitos do cliente relativamente ao consumo no balanço.

Gestão e mitigação de risco de crédito

Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito específicas por tipos de contraparte (tais como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e equipas de analistas de notação de crédito. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados no processamento de crédito no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e maximizar a recuperação. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do Risco de Crédito, tendo em consideração a apetência pelo risco e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com caráter pessoal, em função das habilitações, experiência e formação profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevado ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável.
- Garantias colaterais detidas como garantia, para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas.
- Transferências de risco, que transferem as perdas resultantes da probabilidade de risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo nosso grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados e de transações de financiamento de títulos (por exemplo, acordos de recompra).

Garantias

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como garantias colaterais relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Garantias colaterais são garantias secundárias sob a forma de um ativo ou obrigação de um terceiro destinado a reduzir o risco de perdas de crédito inerente a uma exposição, que substituem o risco de incumprimento da contraparte ou aumentam a recuperação dos montantes em caso de incumprimento. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, esta não substitui a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e uma avaliação rigorosa da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

Separamos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

– Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários. Todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito. O valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos.
– Garantias colaterais que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco. As garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Nesse âmbito, procuramos elaborar documentação legalmente eficaz e com força jurídica para aqueles ativos realizáveis e mensuráveis dados como garantia colateral, que são avaliados regularmente por equipas especializadas. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (*haircuts*) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de "correlação desfavorável" (*wrong-way*), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O CPSG gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs no âmbito da nossa divisão CIB.

Atuando como uma referência de preços central, o CPSG fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O CPSG está centrado em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

– reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
– gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, subparticipações e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a derivados negociados em bolsa e derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos (por exemplo, transações de recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com imposição de margens), quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as nossas contrapartes, utilizamos também a compensação das CCP para as nossas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank ("DFA") e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, "CFTC") introduziram, em 2013, uma compensação obrigatória de CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Além disso, a CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que swaps de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada até outubro de 2018. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") e os Regulamentos

Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na compensação na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivados de crédito com base no iTraxx e derivados de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O Banco pediu com sucesso a isenção de compensação para a maioria das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2017, o Banco obteve isenções intragrupo da obrigação de compensação do regulamento EMIR para 70 relações intragrupo bilaterais. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das 70 relações intragrupo, 17 são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União (UE), para as quais foi concedida uma isenção total, e 53 são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). Atualmente, as relações de países terceiros exigem pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeitos à obrigação de compensação. Tais pedidos repetidos foram apresentados para 39 das relações de países terceiros.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem, habitualmente, a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o nosso risco de liquidação. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os nossos derivados compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o nosso risco de crédito. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica das disposições de compensação com vencimento antecipado dos CPP.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, procuramos regularmente celebrar com as nossas contrapartes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc., ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. No caso de partes do negócio de derivados (por exemplo, operações de câmbio) também celebramos contratos-tipo nos termos dos quais a compensação de pagamento é aplicável em relação a transações cobertas por tais contratos-tipo, reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica do contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo as normas CFTC § 23.504 e § 23.158, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. Ao abrigo das regras de margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos Estados Unidos (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) e pela CFTC, é-nos exigido que declaremos e recolhamos a margem inicial e a margem de variação das nossas exposições a derivados com outros corretores de derivados, bem como com as nossas contrapartes que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor nocional agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que declaremos e recolhamos a margem de variação para os nossos derivados com outras contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial e um limiar de zero para a margem de variação, com um montante de transferência combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de margem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressiva e anualmente de setembro de 2017 a setembro de 2020.

Ao abrigo do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial serão sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2020. Nos termos do artigo 11.º, n.os 5 a 10, do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O Banco planeia recorrer a esta isenção. O Banco pediu com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2017, o Banco obteve isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para 13 relações intragrupo bilaterais, encontrando-se ainda pendente um pedido.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem aos testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e monitorizamos de forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da nossa notação de crédito.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. Utilizamos várias ferramentas e indicadores para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Gestão do risco setorial

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. Relativamente a cada uma destas carteiras é preparado um "Documento da estratégia do setor", geralmente uma vez por ano. Este relatório destaca a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, examina os riscos de concentração transversais, avalia o perfil de risco/retorno e incorpora um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

Além do risco de crédito, o nosso quadro de risco setorial inclui limites do risco de mercado para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto.

Os documentos da estratégia do setor foram apresentados ao Comité de Risco da Sociedade. Além destas análises, a evolução das carteiras setoriais é regularmente monitorizada durante o exercício e é comparada com as estratégias aprovadas para as carteiras. São preparados resumos regulares para que o Comité de Risco da Sociedade discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limites do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas). Os mercados emergentes são reunidos por regiões, sendo elaborado um "Documento de estratégia do setor", normalmente anual, para cada região, bem como para os mercados desenvolvidos de risco acrescido. Estes relatórios avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição das carteiras e os riscos de concentração transversais e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base nos resultados, são definidos limites e estratégias para os países e, quando relevante, para a região no seu todo. Os limites de risco de país são aprovados pelo nosso Comité de Risco da Sociedade ou pelo Conselho de Administração do Postbank para as respetivas carteiras.

No nosso quadro de limites de risco do país, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte num determinado país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limites incluem exposições a entidades constituídas localmente, bem como a subsidiárias de multinacionais estrangeiras. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país.

Além do risco de crédito, o nosso quadro de risco de país inclui os limites de risco de mercado para posições negociais nos mercados emergentes que se baseiam no impacto na demonstração de resultados de eventos com potencial para perturbar estas posições. Temos ainda em consideração o risco de tesouraria, que inclui limites para posições de capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto.

As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. São definidas pela função ERM Risk Research independente do Deutsche Bank e incluem:

- Notação soberana: Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.
- Notação de risco de transferência: Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.
- Notação de risco de evento: Uma medida da probabilidade de perturbações graves nos fatores de risco de mercado relacionados com um país (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.). Os riscos de evento são medidos no âmbito dos nossos cenários de risco de eventos, descritos na secção "Medição do risco de mercado" do presente relatório.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos/classe de ativos e definimos limites, limiares ou indicadores seletivamente, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites de riscos específicos, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder resultar em perdas significativas em determinados casos. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou de outros fatores. Centramo-nos especificamente nas concentrações de transações com riscos de subscrição em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem a promessa de financiar empréstimos bancários e de conceder empréstimos intercalares para a emissão de obrigações públicas. O risco reside na eventualidade de não sermos bem-sucedidos na distribuição dos instrumentos e de ficar na posse de mais risco subjacente e por períodos mais longos que o inicialmente previsto. Estes compromissos de subscrição são adicionalmente expostos a risco de mercado sob a forma de spreads de crédito alargados. Nós cobrimos dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Além do risco de subscrição, centramo-nos também na concentração de transações com dinâmicas de risco específicas (incluindo risco para imóveis comerciais e risco de posições de titularização).

Adicionalmente, nos nossos negócios de PCC, aplicamos estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras suficientemente homogéneas, em que a análise personalizada dos clientes é secundária, tais como carteiras de retalho de hipotecas e de produtos de financiamento a empresas e consumidores. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

Gestão do risco de mercado

Quadro do risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

Um dos principais objetivos da gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que a exposição de risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro de limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes da divisão corporativa Corporate & Investment Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

O governo da gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as áreas de negócio.

Medição do risco de mercado

Temos o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de Apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às nossas divisões corporativas e às respetivas unidades individuais de negócio com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites negociais, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não será excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados do mercado como informação para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal ou não normal (*T, skew-T, Skew-Normal*). Para determinar o VaR agregado, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, deriva-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação.

O cálculo do VaR permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades ao justo valor. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

– A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospetiva" pode fazer com que o VaR subestime potenciais perdas futuras (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
– As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
– O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
– O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
– Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco internos e afetamos recursos substanciais à sua revisão, validação e melhoria. Desenvolvemos e melhorámos também o nosso processo de captação e avaliação sistemática dos riscos atualmente não captados pelo nosso modelo de valor em risco. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Os riscos não incluídos no valor em risco são monitorizados e avaliados regularmente, através do nosso quadro Risco não incluído no VaR (RNIV).

Valor em risco em situação de esforço

Valor em risco em situação de esforço: calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. Calculamos uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O período de carência é de um dia para efeitos internos e de dez dias para efeitos regulamentares. O nosso cálculo do valor em risco em situação de esforço utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação de Monte Carlo.

O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade nos contribuintes de topo para o valor em risco. A moldura temporal identificada é, em seguida, validada através da comparação de resultados de SVaR com molduras contíguas, utilizando a carteira completa do Grupo.

Requisitos de capital para riscos adicionais

Requisitos de capital para riscos adicionais: captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. Aplica-se a produtos de crédito ao longo de um horizonte de capital de um ano de 99,9 % de nível de confiança, utilizando uma abordagem de posição constante. Utilizamos uma Simulação Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação e as notações de maturidade com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

Medida de risco global

Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação empresarial, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço. A medida de risco global da carteira de negociação de correlação baseia-se no nosso próprio modelo interno.

Calculamos a medida de risco global com base numa técnica de Simulação de Monte Carlo para um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano. O nosso modelo é aplicado às posições de negociação de correlação empresarial elegíveis, sendo produtos típicos, entre outros, as obrigações com garantida real, os swaps de risco de n-ésimo incumprimento e os swaps de risco de incumprimento de índice e de título único frequentemente negociados utilizados para gerir o risco destes produtos de correlação empresarial.

As operações sujeitas à medida de risco global devem cumprir as normas de liquidez mínimas para serem elegíveis. O modelo incorpora concentrações da carteira e efeitos não-lineares através de uma abordagem de reavaliação integral.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global representa o valor à vista (*spot value*) do modelo interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão. Desde o primeiro trimestre de 2016, os cálculos de RWA de CRM incluem dois complementos determinados por regulamentação que comportam (a) o reforço da correlação implícita em cabazes de n-ésimo incumprimento e (b) quaisquer perdas em excesso de testes de esforço de valor à vista (spot value) do modelo interno.

Método padrão do risco de mercado

A gestão do risco de mercado monitoriza as exposições e concentrações para determinadas exposições segundo o método padrão do risco de mercado específico ("MRSA"). Utilizamos o MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para o risco do mercado específico das titularizações da carteira de negociação que ficam fora do âmbito da carteira de negociação de correlação regulamentar.

Também recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD IV. O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade. Além disso, alguns tipos de fundos de investimento exigem um montante de capital calculado pelo método padrão (MRSA). Para efeitos de gestão do risco, estas posições estão também incluídas no nosso quadro de relato interno.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos (testes de esforço da carteira, testes de esforço específicos individuais e cenários de risco de evento), contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo. Estes são igualmente definidos com gravidades variáveis, desde extremos para avaliação da adequação de capital até moderados para efeitos de estabilidade dos rendimentos.

Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação (TMR EC)

O nosso modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio (BSST). As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro regulamentar SVaR, enquanto os BSST estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum.

Capital económico do risco de incumprimento negociado (TDR EC)

O TDR EC capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias ao justo valor. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através de MRM, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação (RR) atual e o Valor de mercado (MV) equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital

regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,2 mil milhões de euros.

Com base no Artigo 159.º do CRR, o montante total dos ajustes gerais e específicos do risco de crédito e o valor do ajuste adicional para exposições tratadas nos termos da Estratégia interna baseada nas notações do risco de crédito e que se encontrem no âmbito do cálculo de perdas esperadas pode ser subtraído ao montante total das perdas esperadas relativo às exposições. Qualquer diferença positiva remanescente deve ser deduzida do capital CET 1, em conformidade com o Artigo 36.º (1) lit. d. CRR.

Em 31 de dezembro de 2017, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 0,3 mil milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais. Os fatores de risco de mercado significativos a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, tais como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A divisão de Tesouraria do Grupo está incumbida de gerir centralmente, numa base fiduciária, o risco de taxa de juro, com a Gestão do risco de mercado a agir como função de supervisão independente.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital ("ΔEVE") como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos 6 cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS).

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido ("NII"), em comparação com um cenário de referência definido, ao longo de um horizonte temporal definido resultante de variações nas taxas de juro. Por conseguinte, o Grupo mede o ΔNII como a redução máxima no NII no âmbito dos 6 cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS), em comparação com o planeamento de capital oficial do Grupo, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo utiliza técnicas de mitigação para imunizar o risco de taxa de juro resultante de posições não relacionadas com a negociação. A maioria do nosso risco de taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negocia-

ção é gerida através da Gestão do montante de tesouraria. A Gestão do montante de tesouraria cobre o risco de carteira bancária líquida transferida com carteiras de negociação do Deutsche Bank na divisão CIB. O tratamento do risco de taxa de juro nas nossas carteiras de negociação e a aplicação do modelo de valor em risco são abordados na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" deste documento.

As posições nas nossas carteiras bancárias e as coberturas descritas no parágrafo suprarreferido cumprem os princípios contabilísticos conforme detalhados na secção "Notas para as demonstrações financeiras consolidadas" do presente documento.

O grupo de validação e governação de modelos globais realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

As exceções mais notáveis aos parágrafos anteriores estão nas entidades Private & Commercial Bank ("PCB") (por exemplo, o Postbank). Estas entidades gerem o risco de taxa de juro através dos seus departamentos de Gestão de ativos e passivos específicos da entidade.

A medição e a comunicação do risco de taxa de juro ao valor económico são realizadas diariamente, sendo o risco de ganhos monitorizado mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório. Tal aplica-se quer à metodologia quer aos pressupostos de modelação utilizados no cálculo dos indicadores. A única exceção notável é a utilização de um cenário de taxas estáveis (isto é, inalteradas) como referência para o cálculo do ΔNII nas divulgações públicas, enquanto o indicador da apetência pelo risco quantitativo interno utilizará a curva de planeamento de capital oficial do Grupo.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições na nossa divisão PCB e a partes da nossa divisão CIB. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento (NMD) através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de NMD é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 1,6 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. No cálculo dos indicadores baseados no valor económico sem a exclusão da margem comercial, é selecionada a curva de rendimentos adequada que representa as características do instrumento em causa.

Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto a risco de *spread* de crédito de obrigações detidas na carteira bancária, principalmente como parte da carteira de reservas de liquidez da Tesouraria e no Postbank. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária, uma vez que as alterações na qualidade creditícia aparente de instrumentos individuais podem resultar em flutuações nos *spreads* relativos às taxas de juro subjacentes.

Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação da Corporate & Investment Bank, sendo consequentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial não relacionado com a negociação está relacionada com a exposição cambial estrutural não coberta, sobretudo nas nossas entidades nos EUA, Reino Unido e China. A exposição cambial estrutural decorre de capital local (incluindo lucros não distribuídos) detidos nas subsidiárias e agências consolidadas do Grupo e de investimentos contabilizados como capital. As alterações nas taxas cambiais das divisas funcionais subjacentes são registadas como ajustes de conversão cambial ("CTA").

A gestão da nossa exposição cambial estrutural tem por principal objetivo estabilizar rácios de capitais consolidados face aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio. Por conseguinte, a exposição mantém-se sem cobertura relativamente a uma série de divisas essenciais com montantes consideráveis de ativos ponderados pelo risco denominados nessa divisa, de modo a evitar a volatilidade do rácio de capital da entidade específica e do Grupo em geral.

Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação que decorre predominantemente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos nossos planos de remuneração em capital.

As nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os investimentos em capital são investimentos diretos em capitais privados (incluindo compromissos de financiamento de aquisição de empresas alavancados por contração de empréstimos (*buy-out*) e compromissos de capital de continuidade), ativos imobiliários (incluindo dívida *mezzanine*) e capital de risco, realizados para valorização do capital. São ainda realizados investimentos em capital em fundos de cobertura e em fundos de investimento, para venda a clientes externos. Outros ativos de investimentos não estratégicos incluem ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários de natureza não estratégica.

Risco de pensões

Estamos expostos a risco de mercado de um conjunto de planos de pensões de prestação definida para colaboradores atuais e antigos. A capacidade dos planos de pensões para cumprir os pagamentos de pensões previstos é mantida através de investimentos e de contribuições permanentes para os planos. O risco de mercado resulta de um potencial decréscimo do valor de mercado dos ativos ou de um aumento do passivo de cada um dos planos de pensões. Gestão do risco de mercado monitoriza e relata todos os riscos de mercado em termos de ativos e passivos dos nossos planos de pensões de prestação definida, incluindo o risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de *spread* de crédito, risco de capital e risco de longevidade. Consultar informações sobre as nossas obrigações ao abrigo de pensões de prestação definida na Nota adicional 36 "Benefícios de colaboradores".

Outros Riscos

Os riscos de mercado das nossas atividades de gestão de ativos no Deutsche Asset Management resultam principalmente de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos nossos fundos.

Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico do risco de mercado negociado ou através da utilização de modelos de risco de mercado não negociado específicos de cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Gestão do risco operacional

Quadro de gestão do risco operacional

Risco operacional significa o risco de perdas resultante da inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco de reputação. Forma um subconjunto dos riscos não financeiros do Banco, tal como o risco de reputação.

A governação dos nossos riscos operacionais segue uma abordagem de três linhas de defesa (“3LoD”), para proteger o Banco, os respetivos clientes e acionistas contra perdas de risco e danos de reputação resultantes. Procura garantir que todos os riscos operacionais são identificados e cobertos, que as responsabilidades relativas à gestão de riscos operacionais são claramente atribuídas e que os riscos são assumidos e geridos nos melhores interesses a longo prazo do Banco. A abordagem 3LoD e os seus princípios subjacentes, ou seja, a responsabilidade total da primeira linha de defesa (“1.ª LoD”) para gerir os seus próprios riscos e a existência de uma segunda linha de defesa (“2.ª LoD”) independente para supervisionar e desafiar a assunção de risco e a gestão do risco, aplica-se a todos os níveis da organização, incluindo ao nível do Grupo, das regiões, dos países e das entidades jurídicas.

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que estamos dispostos a aceitar em consequência da nossa atividade. Assumimos riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o Banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de falhas de risco operacional (tais como graves violações de leis ou regulamentos), noutros casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o Banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora

da nossa apetência pelo risco, têm de ser tomadas mais medidas de redução do risco, incluindo reparação dos riscos, seguro dos riscos e cessação da atividade.

A Gestão do Risco Não Financeiro (“NFRM”) é a função de Risco para os tipos de Risco Não Financeiro do Banco, incluindo risco operacional, e detém o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo (ORMF).

O ORMF consiste num conjunto de ferramentas e processos interligados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e reparar riscos operacionais. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto, de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva à gestão da maioria dos riscos operacionais importantes do Banco. As componentes do ORMF incluem o estabelecimento da 1.ª e 2.ª LoD, bem como funções e responsabilidades para o processo de gestão do risco operacional e uma contestação independente apropriada, a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, os padrões mínimos para processos de gestão do risco operacional, incluindo ferramentas, governação independente e o modelo de capital de risco operacional do Banco.

Os quatro seguintes princípios constituem a base da gestão do risco operacional e do ORMF no Deutsche Bank:

Princípio do risco operacional I: A NFRM estabelece e mantém o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo. Como função de controlo da 2.ª LoD, a NFRM é responsável pela análise e a contestação independente das avaliações de risco e controlo e das atividades de gestão do risco da 1.ª LoD. Como especialista na matéria para risco operacional, fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco e facilita a implementação de padrões de gestão do risco em todo o Banco. A NFRM fornece a supervisão de planos de mitigação de risco e controlo no âmbito da apetência pelo risco, quando necessário.

Princípio do risco operacional II: Os proprietários do risco, como 1.ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e têm de geri-los face a uma apetência pelo risco específica definida.

Os proprietários do risco são as funções no Banco que geram riscos, quer financeiros, quer não financeiros. Os diretores de divisões e cargos da infraestrutura determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional das suas organizações, implementar padrões de controlo e gestão do risco na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais no âmbito da apetência pelo risco e estabelecer e manter controlos do proprietário do risco (por exemplo, Nível 1).

Princípio do risco operacional III: Os Controladores do Tipo de Risco (“RTC”), enquanto funções de controlo de 2.ª LoD, estabelecem o quadro e definem declarações de apetência pelo risco para o tipo de risco específico que controlam. Monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e exercem um veto em violações da apetência pelo risco.

Os RTC definem os padrões de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os RTC estabelecem uma governação independente do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco agregado. Como especialistas em tipos de risco, os RTC definem o tipo de risco e a sua taxonomia, bem como apoiam e facilitam a implementação de padrões e processos de gestão do risco na 1.ª LoD. Para manter a sua independência, as funções de RTC estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura.

Princípio do risco operacional IV: A NFRM serve para garantir que é mantido capital suficiente para sustentar o risco operacional. A NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar um nível suficiente de procura de capital para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração.

Para satisfazer este requisito, a NRFM é responsável pelo cálculo e atribuição da procura de capital de risco operacional e pelo planeamento das perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada ("AMA"). A NRFM também é responsável pela disponibilização do planeamento do capital de risco operacional anual e pelo processo de análise mensal.

Estrutura organizativa e de governo

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e cargos da infraestrutura, enquanto proprietários do risco, a NFRM supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do ORMF em todo o Banco. A NFRM faz parte da função do Grupo Risco, dirigido pelo Diretor de Risco.

O Diretor de Risco nomeia o Diretor de Gestão de risco não financeiro, responsável pela conceção, implementação e manutenção de um ORMF do Grupo eficaz, eficiente e conforme às regulamentações, incluindo o modelo de capital de risco operacional.

O Comité de Risco Não Financeiro ("NFRC"), copresidido pelo Diretor de Risco e pelo Diretor Regulamentar, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspetiva holística e transversal ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões e relativas a políticas incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacio-

nal que possam ter impacto no perfil de risco das nossas divisões e cargos da infraestrutura. Vários subfóruns com participantes da 1.ª e da 2.ª LoD apoiam o Comité de Risco Não Financeiro (NFRC) para cumprir eficazmente o respetivo mandato. Em 2017, estabelecemos conselhos adicionais para melhorar a eficácia do NFRC no que diz respeito, por exemplo, a novos assuntos em matéria de tecnologia, quadros e cultura.

Gestão do nosso risco operacional

Gerimos os riscos operacionais utilizando as ferramentas e os processos disponibilizados pelo nosso ORMF, que nos permite determinar o nosso perfil de risco operacional em comparação com a nossa apetência pelo risco operacional, identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional e definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Em 2017, melhorámos o ORMF e a gestão dos riscos operacionais através da simplificação dos nossos processos de gestão do risco, do foco na identificação dos riscos operacionais mais importantes e respetiva atenuação eficaz e da promoção de um diálogo ativo e contínuo entre a 1.ª e a 2.ª LoD. Tal permite suscitar uma contestação ao longo dos diversos processos de gestão do risco e torna a gestão dos riscos operacionais mais transparente, significativa e incorporada nas decisões de negócio diárias.

Para cobrir o vasto leque de tipos de risco subjacentes ao risco operacional, o nosso ORMF contém uma série de técnicas de gestão aplicáveis a todos os tipos de risco operacional. Entre estas incluem-se:

Recolha de dados de perdas: Recolhemos, categorizamos e analisamos, em tempo útil, dados relativos aos eventos de risco operacional internos (com um impacto na demonstração de resultados ≥ 10 000 €) e externos relevantes. Esses dados são utilizados para informação da direção em diversos processos de gestão do risco e no cálculo dos requisitos de capital do risco operacional.

As avaliações dos ensinamentos retirados analisam as causas dos eventos importantes de risco operacional, identificam as respetivas causas principais e documentam as medidas de correção adequadas para reduzir a probabilidade de recorrência. Aquelas são exigidas para todos os eventos de risco operacional que cumprem os critérios quantitativos ou qualitativos definidos. A área em que ocorreu a falha de risco operacional na origem do evento é formalmente responsável por realizar a análise, apesar de ser incentivado um envolvimento com outras funções relevantes da 2.ª LoD ao longo do processo. A NFRM oferece uma análise independente e uma contestação em relação à adequação das conclusões da análise. Em 2017, harmonizámos vários processos existentes, mudámos para uma abordagem baseada em workshops e, por conseguinte, melhorámos a consistência e a qualidade das análises.

As análises de comparação têm em conta as conclusões do processo de ensinamentos retirados e procuram analisar a existência noutras áreas do Banco, mesmo que ainda não tenham resultado em problemas, de riscos semelhantes e deficiências no controlo identificados numa análise de ensinamentos retirados. Tal permite que sejam tomadas medidas de prevenção. Além disso, as análises de comparação podem ser realizadas com base em eventos que ocorreram noutras sociedades financeiras relevantes, sempre que existam informações suficientes para permitir uma análise significativa.

Completamos o nosso perfil de risco operacional através da utilização de um conjunto de cenários, incluindo casos externos relevantes fornecidos por uma base de dados pública e cenários internos adicionais. Utilizamos, deste modo, sistematicamente informações sobre eventos externos que ocorrem no setor bancário para garantir que incidentes semelhantes não ocorrerão connosco, por exemplo, através de análises exaustivas específicas ou de análises do perfil de risco.

O processo de avaliação e controlo do risco (RCA) é composto por várias avaliações ascendentes dos riscos gerados pelos negócios e cargos da infraestrutura, pela eficiência dos controlos implementados para a respetiva gestão e pelas medidas de correção necessárias para restabelecer os riscos sobredimensionados na apetência pelo risco. Tal permite que a 1.ª e a 2.ª LoD tenham uma visão clara dos riscos operacionais importantes do Banco. Ao longo de 2017, simplificámos o processo de RCA e tornámos mais fácil repetir através da elaboração de um número menor de avaliações de qualidade mais elevada, mais fáceis de utilizar para efeitos de tomada de decisão. Desenvolvemos quadros de avaliação e controlo e de gestão de consequências, bem como realizámos workshops interativos em vez de executarmos um processo sequencial. Tal aumentou o envolvimento contínuo entre os proprietários do risco, a NFRM e os RTC e permitiu que fossem suscitadas contestações ao longo do processo.

Comunicamos e realizamos análises regularmente acerca dos nossos principais riscos. Os principais riscos são classificados em termos de probabilidade de ocorrência e do respetivo impacto no Banco. A comunicação fornece uma perspetiva prospetiva do impacto de melhorias de controlo e correção planeadas. Além disso, inclui os riscos emergentes e os assuntos que podem evoluir como principal risco no futuro. Os programas de redução do principal risco incluem as atividades de redução de risco mais importantes, que são fundamentais para restabelecer as nossas questões do principal risco operacional na apetência pelo risco.

Os Indicadores de risco fundamentais são utilizados para monitorizar o perfil de risco operacional, incluindo em relação à apetência pelo risco definida do Banco, e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Os Indicadores de risco fundamentais permitem a monitorização dos principais riscos do Banco, da respetiva cultura de controlo e do contexto global de negócio, bem como motivam medidas de redução do risco. Aqueles facilitam a gestão prospetiva dos riscos operacionais, com base em sinais de alerta precoces.

Quadros do tipo de risco operacional

O ORMF, que fornece o conjunto abrangente de normas, ferramentas e processos aplicáveis à gestão de todos os tipos de riscos subjacentes ao risco operacional, é complementado pelos quadros do tipo de risco operacional, pelas normas e pelas ferramentas de controlo e gestão do risco criadas pelos respetivos controladores de tipo de risco para os tipos de risco operacional que controlam. Estes incluem o seguinte no que diz respeito aos tipos de risco a seguir indicados:

- Risco de conformidade é o risco de incorrer em sanções criminais ou administrativas, perdas financeiras ou danos para a reputação como resultado do incumprimento da legislação, dos regulamentos, das normas, das expectativas dos reguladores, das regras de organizações de autorregulamentação e dos códigos de conduta/ética relacionados com as atividades regulamentadas do Banco (coletivamente, as "Normas"). A gestão inadequada do risco de conformidade pode dar origem a multas, penalizações, sentenças, danos, sanções, liquidações e/ou custos aumentados, limitações em negócios relacionados com medidas jurídicas ou regulamentares devido a incumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos e das Normas aplicáveis às atividades de uma empresa ou entidade, bem como possíveis danos de reputação. O departamento de Conformidade, como função de controlo de segunda linha de defesa para os tipos de risco próprios da Conformidade, identifica os procedimentos eficazes relevantes e os controlos correspondentes para apoiar as divisões do Banco e as funções de infraestrutura na gestão do respetivo risco de conformidade. O departamento de Conformidade garante ainda serviços de consultoria quanto aos assuntos supraindicados; realiza atividades de monitorização relativamente à cobertura de normas e regulamentos materiais novos ou alterados; e avalia o cenário de controlo. Os resultados dessas avaliações são regularmente comunicados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização.
- Os riscos de crime financeiro são geridos pela nossa função de Combate ao crime financeiro (Anti-Financial Crime – AFC) através da manutenção e do desenvolvimento de um programa dedicado. O programa AFC tem por base os requisitos regulamentares e de supervisão. O AFC definiu funções e responsabilidades e estabeleceu funções dedicadas para a identificação e gestão de riscos de crime financeiro resultantes de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, não cumprimento de sanções e embargos, bem como outras atividades criminosas, incluindo fraude, suborno e corrupção e outros crimes. O AFC assegura a atualização da sua estratégia na prevenção do crime financeiro através do desenvolvimento regular de políticas e procedimentos internos, avaliações de risco específico de instituições e formação dos colaboradores.
- O departamento jurídico do Grupo é principalmente responsável pela gestão do risco jurídico do Banco e cumpre o respetivo mandato como função de controlo da infraestrutura através, entre outros, dos seguintes serviços jurídicos: (i) fornecimento de aconselhamento legal, (ii) elaboração dos conteúdos legais da documentação que define os direitos e as obrigações do Banco como, por exemplo, contratos, (iii) gestão de todas as questões controversas e (iv) retenção de consultores externos. Estas atividades são os principais pilares do quadro de controlo jurídico para mitigar o risco jurídico do Banco. O departamento jurídico estabeleceu uma função de gestão do risco jurídico responsável pela implementação e manutenção do ORMF no que diz respeito aos tipos de risco jurídico, a qual inclui a supervisão da participação do departamento jurídico no processo de avaliação e controlo do risco do Banco e nas avaliações dos ensinamentos retirados, bem como responsável pela gestão da interface na função de gestão do risco não financeiro. Além disso, a LRM também realiza análises de garantia de qualidade em processos do departamento jurídico, testando assim a robustez do quadro de controlo jurídico, identificando melhorias de controlo relacionadas e promovendo a sensibilidade para a gestão do risco jurídico através de uma comunicação e formação regulares.
- O controlo do tipo de risco de gestão do risco não financeiro ("NFRM RTC") é o controlador do tipo de risco para vários riscos operacionais. O respetivo mandato inclui controlos sobre atividades de processamento de transações, bem como riscos de infraestrutura para impedir perturbações tecnológicas ou de processos, manter a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade de dados, registos e segurança da informação e assegurar que os negócios dispõem de planos robustos em vigor para recuperar processos e funções essenciais do negócio em caso de avaria técnica ou do edifício ou dos efeitos de um ciberataque ou desastre natural. O NFRM RTC também gere os riscos resultantes do envolvimento de fornecedores internos e externos do Banco através da disponibilização de um quadro de gestão do risco de fornecedor abrangente.

Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na Abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de Abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perda histórico.

No seio do modelo de Abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

O requisito de capital regulamentar para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. Desde o quarto trimestre de 2017, o capital económico está também definido no percentil 99,9%; consulte a secção “Adequação de capital interno”. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de Capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. No que respeita ao requisito de quantificação da procura de capital, a NFRM visa assegurar a existência de processos adequados de gestão do desenvolvimento, validação e alteração, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

Fatores da evolução do capital de risco operacional

Em 2017, as nossas perdas de risco operacional foram predominantemente motivadas por perdas e provisões resultantes de processos civis e execução regulamentar. Essas perdas correspondem a 70% das perdas de risco operacional e à maioria da procura de capital regulamentar e económico de risco operacional. Para obter uma descrição dos nossos atuais processos legais e regulamentares, consulte a secção "Processos individuais atuais" na Nota 29 "Provisões" das nossas demonstrações financeiras consolidadas. As perdas de risco operacional resultantes de processos civis e de execução regulamentar diminuíram 2,5 mil milhões de euros ou 85% e as perdas de risco operacional não jurídico foram 29 milhões de euros ou 19% superiores face a 2016.

Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no nosso perfil de risco operacional, dedicamos especial atenção à gestão e medição dos nossos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o Banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o Banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Conceptualmente, o Banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas máximas que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas máximas inclui um componente que, devido aos critérios de IFRS, se reflete nas nossas demonstrações financeiras e um componente que é expresso como procura de capital regulamentar ou económico que é superior ao montante refletido como provisões nas nossas demonstrações financeiras.

As perdas legais que o Banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37. O desenvolvimento das nossas provisões legais para processos civis e execução regulamentar é destacado em pormenor na Nota 29 "Provisões" das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são expressas como "procura de capital regulamentar ou económico", refletindo a nossa exposição ao risco que consome capital regulamentar e económico.

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o Banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas resultantes de questões jurídicas que não são consideradas prováveis, mas que são razoavelmente possíveis. As perdas razoavelmente possíveis podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

Incluímos as previsões jurídicas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no nosso modelo AMA. Através deste modelo, o intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respetivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Quadro de gestão do risco de liquidez

Em conformidade com o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) do BCE, o Deutsche Bank implementou um Processo interno de avaliação à adequação da liquidez (“ILAAP”) anual, que é analisado e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto; descrição de como estes riscos são identificados, monitorizados e medidos; e descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Banco, bem como a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo ("GRC"). Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova os limites que são aplicados ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do Banco, atuando a gestão do risco de liquidez como função de controlo independente, responsável pela análise do enquadramento de risco de liquidez, pela proposta da apetência pelo risco ao GRC e pela validação dos modelos de risco de liquidez que são desenvolvidos pela Tesouraria, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas para monitorizá-las e assegurar a conformidade. Além disso, a Tesouraria trabalha em conjunto com a gestão do risco de liquidez ("LRM") e a empresa para analisar e compreender as características de liquidez subjacentes das carteiras de negócio. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares e frequentes para compreenderem as alterações na posição do Banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado. São alocados objetivos de negócio dedicados para garantir que o Grupo opera no âmbito da liquidez global e da apetência para financiamento.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho de acordo com estas métricas de apetência pelo risco, através de um painel de liquidez semanal. Como parte do processo de planeamento estratégico anual, projetamos o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

Emissão nos mercados de capitais

O Deutsche Bank possui uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos institucionais e de retalho, financiamento por grosso não garantido e garantido e emissão de dívida nos mercados de capitais. A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas, bem como títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Banco e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos, uma vez por ano, a Tesouraria envia um Plano de financiamento a longo prazo anual para o GRC para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A nossa carteira de mercados de capitais é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O Deutsche Bank controla, de forma diária, todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um período de 12 meses. Para este efeito, consideramos que o financiamento por grosso deverá incluir passivos não garantidos gerados principalmente pela gestão do montante de tesouraria, bem como passivos garantidos gerados pela nossa divisão Corporate & Investment Bank. As nossas contrapartes de financiamento por grosso incluem, tipicamente, empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas.

O Grupo implementou um conjunto de limites aprovados pelo Conselho de Administração para restringir a exposição do Banco a contrapartes no setor grossista, que mostraram, historicamente, ser as mais suscetíveis ao esforço de mercado. Os limites de financiamento por grosso são monitorizados diariamente e aplicam-se ao montante de moeda total combinado de todo o financiamento por grosso atualmente pendente, garantido e não garantido com limites de maturidade específicos, abrangendo as pri-

meiras 8 semanas. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos atenuantes de potencial esforço nos mercados de financiamento por grosso a curto prazo.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" mostram a maturidade contratual do nosso financiamento por grosso a curto prazo e da emissão nos mercados de capitais.

Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são uma das principais ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Complementa o processo de gestão de liquidez operacional intradiário e a estratégia de liquidez de longo prazo, representada pela Matriz de financiamento.

O nosso processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, incluindo a definição de cenários de esforço, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados modelo. A gestão do risco de liquidez é responsável pela validação independente de modelos de risco de liquidez. O relato e análise de tesouraria e liquidez (LTRA) é responsável pela implementação destas metodologias em conjunto com a Tesouraria e o departamento de TI, bem como pelo cálculo de testes de esforço.

Utilizamos testes de esforço e análises de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. Os cenários que aplicamos baseiam-se em eventos históricos, tal como a crise dos mercados financeiros de 2008.

O Deutsche Bank selecionou cinco cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço (”sNLP”) do Grupo. Estes cenários captam a experiência histórica do Deutsche Bank durante períodos de esforço idiossincrático e/ou extensivo a todo o mercado e presume-se que sejam ambos plausíveis e suficientemente graves para influenciar materialmente a posição de liquidez do Grupo. Uma crise global do mercado, por exemplo, é abrangida por um cenário de esforço específico (risco de mercado sistémico), que molda as potenciais consequências observadas durante a crise financeira de 2008. Adicionalmente, introduzimos cenários de esforço do mercado regional. No âmbito de cada um destes cenários, assumimos um elevado grau de prolongamentos de crédito em vencimento a clientes não grossistas para podermos suportar a franquia do nosso negócio. O financiamento por grosso da maioria das contrapartes sensíveis ao risco (incluindo bancos e fundos de investimento do mercado monetário) é assumido como concluído na maturidade contratual ou até mesmo recomprado, na fase de esforço aguda.

Além disso, incluímos os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo facilidades de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual.

Posteriormente, modelamos as ações a tomar para contrabalançar as saídas incorridas. As contramedidas incluem a utilização da reserva de liquidez e a geração de liquidez de ativos transacionáveis desonerados.

O teste de esforço é realizado a nível global e para entidades jurídicas individuais definidas. Para além do teste de esforço global, são realizados testes de esforço para divisas importantes (EUR, USD e GBP). Revemos os nossos pressupostos dos testes de esforço regularmente e efetuámos melhorias à metodologia e gravidade de determinados parâmetros no decorrer do ano de 2017.

Efetuamos diariamente os testes de esforço de liquidez ao longo de oito semanas, que consideramos ser o período mais crítico numa crise de liquidez, e aplicamos os pressupostos de esforço relevantes aos fatores de risco relativos a produtos, dentro e fora do balanço. Além do horizonte temporal das oito semanas, analisamos o impacto de um período de esforço mais prolongado, que se estende por doze meses. Esta análise de testes de esforço é realizada diariamente.

No segundo semestre de 2016, o Banco registou saídas de depósitos como resultado de perceções de mercado negativas relativas ao Deutsche Bank no âmbito de processos civis que foram, em seguida, negociados com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos em relação à emissão e subscrição de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação por parte do Banco. Como parte dos ensinamentos retirados desse período, a apetência pelo risco foi aumentada de 5 mil milhões de euros em dezembro de 2016 para 10 mil milhões de euros em janeiro de 2017. A apetência pelo risco de manter um excedente de, pelo menos, 10 mil milhões de euros durante o esforço de 8 semanas em todos os cenários para o nosso teste de esforço mensal de liquidez global permaneceu neste nível ao longo do resto de 2017.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: Testes de esforço e análise de cenários" mostram os resultados do nosso teste de esforço interno de liquidez global nos vários cenários diferentes.

Rácio de cobertura de liquidez

Além do nosso resultado do teste de esforço interno, o Grupo tem uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração para o rácio de cobertura de liquidez ("LCR"). O LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade ("HQLA") que podem ser utilizados para aumentar a liquidez, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições reais e contingentes, num cenário de esforço.

Este requisito foi transposto para a legislação europeia através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61, adotado em outubro de 2014. A conformidade com o LCR começou a ser necessária na UE a partir de 1 de outubro de 2015.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

Em 2017, o Banco tornou a sua apetência pelo risco interno mais conservadora em 5% para manter um LCR de 110%, no mínimo.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O nosso teste de esforço de liquidez também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, excluídos explicitamente do LCR.

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de maturidade de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de maturidade de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) podem ser excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados quaisquer excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume e instrumento. Mantemos também uma matriz de financiamento autónoma em USD e GBP que limita a posição curta máxima em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos) a 10 mil milhões de euros e 5 mil milhões de euros, respetivamente. Esta medida complementa a apetência pelo risco da nossa matriz de financiamento global, que exige que mantenhamos uma posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos).

Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido ("NSFR") foi proposto, como parte das regras de Basileia III, como métrica regulamentar para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Na UE, em 23 de novembro de 2016, a Comissão publicou uma proposta legislativa para alterar o regulamento CRR. A proposta define, *inter alia*, um requisito de NSFR quantitativo obrigatório, que seria aplicável dois anos após a entrada em vigor da proposta. A proposta permanece sujeita a alteração no processo legislativo da UE. Desta forma, para bancos domiciliados na UE, a definição final do rácio e o respetivo período de implementação ainda não foram confirmados.

Estamos atualmente no processo de avaliar os impactos do NSFR e esperamos incorporar formalmente esta métrica no nosso quadro global de gestão do risco de liquidez, assim que as regras e datas relevantes na UE sejam finalmente determinadas.

Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões, produtos e instrumentos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. As nossas fontes de financiamento mais estáveis vêm dos mercados de capitais e dos clientes do setor bancário de transações, de capital e de retalho. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e financiamento garantido e posições curtas. O financiamento por grosso não garantido representa passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na gestão do montante de tesouraria. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos detidos para negociação em numerário e líquidos.

Para promover a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos duma licença que nos permite emitir obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*). Adicionalmente, estabelecemos um programa para efeitos de emissão de Obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas).

O financiamento por grosso não garantido compreende vários produtos não garantidos como, por exemplo certificados de depósito (CD), papel comercial (PC), bem como depósitos a prazo, à ordem e *overnight*, com prazos sobretudo até um ano.

Para evitar qualquer dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo e para promover um perfil de financiamento sólido, o que está em conformidade com a apetência pelo risco definida, implementámos limites (abrangendo diferentes maturidades) a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise diária de testes de esforço. Além disso, limitamos o volume total de financiamento por grosso não garantido com vista a gerir a dependência relativamente a esta fonte de financiamento no âmbito da diversificação global de financiamento.

O gráfico "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos aplica-se a todos os negócios e regiões e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e com a sua maturidade de financiamento e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez proporcionais para financiar necessidades de caixa inesperadas.

O quadro de preços de transferência de fundos do Deutsche Bank reflete princípios e orientações regulamentares. No âmbito deste quadro, todos os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio da sociedade com base nas taxas de mercado. Essas taxas de mercado refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Banco para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do Banco aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro de remuneração baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço. As transações relevantes para financiamento estão sujeitas a prémios de liquidez (em termos de prazo) e/ou outros mecanismos de preços de transferência de fundos, consoante as condições de mercado. Os prémios de liquidez são definidos pela Tesouraria e refletem-se numa conta de liquidez segregada da Tesouraria que constitui o agregador de custos e benefícios de liquidez. A gestão e a afetação da base de custo da conta de liquidez é a variável-chave dos preços de transferência de fundos no Deutsche Bank.

Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e seus equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui títulos soberanos, emitidos por agências públicas e garantidos pelo Estado), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado diário que esperamos dos testes de esforço, quer a nível de moedas agregadas, quer a nível de moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em numerário ou em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) como fator redutor do esforço.

Como tal, o volume total das nossas reservas de liquidez flutuará em função do nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez incluem apenas ativos livremente transferíveis ou que podem ser utilizados após serem tidos em conta pedidos de liquidez locais dentro do Grupo, incluindo limites locais relativos à transferibilidade livre dentro do Grupo, ou podem ser aplicados em relação a saídas em esforço de entidades locais. Como resultado, as nossas reservas de liquidez excluem um excedente de liquidez detido na DBTCA devido aos requisitos nos termos da Secção 23A da Lei da Reserva Federal dos EUA e no Postbank devido à ausência de uma renúncia relativa à plena integração dos ativos do Postbank. A grande maioria das nossas reservas de liquidez é detida centralmente nas principais dividas, na nossa empresa-mãe e nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos.

Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Normalmente, oneramos empréstimos para suportar a emissão garantida de mercados de capitais a longo prazo, tal como Pfandbriefe ou outras estruturas de autotitularização de créditos, enquanto o financiamento de capital próprio e dívida de forma garantida é uma atividade regular da nossa divisão Corporate & Investment Bank. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos como onerados os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, tal como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Gestão do risco (estratégico) do negócio

Risco estratégico é o risco de sofrer um défice de rendimento operacional devido a um desempenho mais baixo do que o esperado em receitas não compensadas por redução dos custos. O risco estratégico pode surgir de alterações ao ambiente competitivo ou quadro regulamentar ou de um posicionamento ineficaz na conjuntura macroeconómica. O risco estratégico poderá também surgir devido à não execução da estratégia e/ou à ausência da tomada de medidas eficazes para abordar um desempenho inferior.

Um plano estratégico e de capital é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é, em seguida, submetido ao Conselho de Fiscalização. Durante o exercício, a execução de estratégias de negócio é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho de acordo com objetivos estratégicos e procurar garantir que permanecemos no caminho certo para alcançar os objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

Gestão do risco do modelo

O risco de modelo é o potencial para consequências adversas de resultados do modelo incorretos ou mal utilizados e dos relatórios que utilizam estes resultados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação. O termo "modelo" refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas.

O risco de modelo é gerido através de modelos de preços, modelos de risco e capital e outros modelos:

- Os modelos de preço são utilizados para gerar medições de justo valor de ativos e passivos comunicados em documentos e registos oficiais e/ou sensibilidades de risco que são integradas nos processos de Gestão do risco de mercado (MRM);
- Os modelos de risco e capital estão relacionados com riscos utilizados para requisitos de capital internos e regulamentares, por exemplo VaR, IMM, testes de esforço, etc.;
- Outros modelos são os que se situam fora dos modelos de preços e de risco e capital do Banco.

A apetência pelo risco de modelo está em sintonia com as demonstrações qualitativas do Grupo, assegurando que a gestão do risco de modelo está integrada numa cultura de risco forte e que os riscos são minimizados tanto quanto possível.

A gestão do risco de modelo inclui:

- Efetuar uma validação de modelo independente robusta, que confere um desafio eficaz ao processo de desenvolvimento do modelo e que inclui a identificação de condições de utilização, limitações metodológicas que podem requerer ajustes ou sobreposições e descobertas de validação que requerem correção;
- Estabelecer uma gestão do risco de modelo e um enquadramento de governação sólidos, incluindo fóruns de seniores para monitorização e comunicação dos tópicos relacionados com o risco de modelo;
- Criar políticas relacionadas com o risco de modelo em todo o Banco, em sintonia com os requisitos regulamentares, tendo funções e responsabilidades claras para as partes interessadas fundamentais em todo o ciclo de vida do modelo; e
- Fornecer uma avaliação do ambiente de controlo do modelo e relatar ao Conselho de Administração regularmente.

Gestão do risco de reputação

No nosso processo de gestão do risco, definimos o risco de reputação como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do DB e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O quadro de risco de reputação (o Quadro) existe para gerir o risco de reputação principal. Aquele abrange o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes da materialização desse risco e, assim, prevenir danos na reputação do Deutsche Bank sempre que possível. Os riscos de reputação que podem surgir de uma falha com outro tipo de risco, controlo ou processo (risco de reputação secundário) são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado. O Quadro é estabelecido para fornecer normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a nossa reputação, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as divisões do Deustche Bank. Cada colaborador tem a obrigação de, no âmbito das suas atividades, estar atento a quaisquer potenciais causas de risco de reputação e abordá-las de acordo com o Quadro. A gestão do risco de reputação concebeu e implementou um processo abrangente de retrospetiva e ensinamentos retirados para avaliar e controlar a eficácia do Quadro, incluindo no que diz respeito à identificação e referência do risco de reputação.

Se for identificada uma questão que seja considerada como constituindo, no mínimo, um risco de reputação moderado, exige-se que seja encaminhada para consideração superior na divisão através do processo de avaliação de risco de reputação da unidade (RRAP da unidade). Na eventualidade de uma questão ser considerada como constituindo um risco de reputação significativo, tem de ser comunicada a um dos quatro Comités Regionais de Risco de Reputação (RRRC) para análise adicional. Além da avaliação da importância, existem também determinados critérios, conhecidos como critérios de referência obrigatória, que são considerados como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de reputação e, por conseguinte, exigem uma referência obrigatória para especialistas em matéria da metodologia (SME) definidos, por exemplo, risco de reputação do setor ou sustentabilidade do Grupo, e/ou uma referência para um RRAP ou RRRC de unidade.

Os RRRC são subcomités do Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC), que é ele próprio um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC), e são responsáveis pela supervisão, pelo governo e pela coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões do Deutsche Bank em nome do Conselho de Administração. Em circunstâncias excecionais, os assuntos também podem ser referidos pelos RRRC ao GRRC.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

Concentração de risco e diversificação do risco

Concentrações de risco

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, riscos de mercado, riscos operacionais, riscos de liquidez e riscos de outra natureza), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações interriscos). Podem ocorrer no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos, A gestão de concentrações está integrada na gestão de tipos de risco individuais e é monitorizada regularmente. O principal objetivo é evitar concentrações indevidas na carteira, mediante uma abordagem quantitativa e qualitativa que inclui as seguintes componentes:

– As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas áreas de risco individuais (gestão do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e de outros riscos). A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com o tipo de risco, servem de base a essa atividade.
– As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2017 foi o Comité de Risco da Sociedade (ERC), que é um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC).

Vantagem de diversificação do tipo de risco

A vantagem da diversificação do tipo de risco quantifica os efeitos de diversificação entre o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional e o risco estratégico no cálculo do capital económico. Na medida em que as correlações entre esses tipos de risco sejam inferiores a 1,0, ocorre uma vantagem da diversificação do tipo de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo.

Desempenho de capital e risco

Capital e rácio de alavancagem

Capital regulamentar

O cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou “CRD IV”), tal como transposto para a Lei alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Quando nos referimos a resultados em conformidade com a plena aplicação do quadro CRR/CRD IV final (sem ter em consideração a metodologia transitória aplicável), aplicamos o termo "CRR/CRD IV fully loaded". Em alguns casos, o CRR/CRD IV mantém regras transitórias que foram adotadas em quadros de adequação de capital anteriores através do Basileia 2 ou Basileia 2.5. Estes estão relacionados, por exemplo, com a ponderação de risco de determinadas categorias de ativos e incluem regras que permitem a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100%. Neste sentido, assumimos na nossa metodologia em conformidade com o quadro CRR/CRD IV fully loaded para um subconjunto limitado de posições de capital que o impacto da expiração destas regras transitórias será mitigado através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração das disposições da cláusula de anterioridade até ao final de 2017. Desde o quarto trimestre de 2017 que já não aplicámos esta regra de anterioridade, mas sim uma ponderação de risco entre 190% e 370%, determinada com base no artigo 155.º do CRR ao abrigo das regras do CRR/CRD IV fully loaded, a todas as nossas posições de capital. Consequentemente, não são considerados regimes transitórios nos nossos valores de RWA fully loaded para 31 de dezembro de 2017. Estas regras transitórias dentro da ponderação do risco continuam a ser aplicadas apenas para o período comparativo, o final de 2016.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de instituições consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2017, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções). Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganho de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. As deduções de capital CET 1 compreendem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade elegíveis no âmbito de quadros anteriores. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded* estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 50 % em 2017, sendo que este limite desce 10% em cada ano.

Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2016 para recomprar até 137,9 milhões de ações até ao final de abril de 2021. Deste total, 69,0 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Obtivemos a aprovação do BCE para a recompra de ações para 2016 e 2017, de acordo com as regras do CRR/CRD IV. Durante o período entre a Assembleia-Geral Anual de 2016 e a Assembleia-Geral Anual de 2017 (18 de maio de 2017), foram comprados 14,8 milhões de ações, dos quais 0,2 milhões de ações foram adquiridos através de opções de compra. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinavam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 1,2 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2017. No segundo trimestre de 2017, foram comprados, no âmbito da autorização da Assembleia-Geral Anual de 2016, 27,5 milhões de opções de compra em ações do Deutsche Bank para cobertura do risco de aumento da cotação da ação no caso de passivos de remuneração em capital futuros. Todas as opções tinham uma maturidade de mais de 18 meses.

A Assembleia-Geral Anual de 2017 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2022. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2017 e 31 de dezembro de 2017, foram adquiridos 14,1 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinavam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Em 5 de março de 2017, o Deutsche Bank anunciou um aumento de capital de 687,5 milhões de novas ações com direitos de subscrição para os acionistas existentes e com os mesmos direitos a dividendos de todas as outras ações em circulação. O Deutsche Bank conclui o aumento de capital em 7 de abril de 2017. Com o aumento de capital, o número de ações ordinárias do Deutsche Bank AG aumentou 687,5 milhões, de 1379,3 milhões para 2066,8 milhões no início de abril de 2017. As receitas brutas totalizaram 8,0 mil milhões de euros e as receitas líquidas totalizaram 7,9 mil milhões de euros. O reconhecimento das receitas brutas foi formalmente aprovado pelo BCE em 26 de julho de 2017.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, e em 31 de dezembro de 2017, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2017, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações).

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. No entanto, os nossos instrumentos são em larga medida reconhecidos como capital Tier 1 adicional nas provisões transitórias do CRR/CRD IV, podendo ainda ser parcialmente reconhecidos como capital Tier *2* pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos Tier 1 adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2017, tal resultou em 8,6 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis (isto é, 4,6 mil milhões de euros de novas notas AT1 emitidas, mais 3,9 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes, reconhecidos durante o período de transição). Em 2017, o Banco adquiriu um instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nocional de 0,5 mil milhões de euros e um valor equivalente elegível de 0,5 mil milhões de euros e outro instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nocional de 0,3 mil milhões de dólares americanos e um valor equivalente elegível de 0,0 mil milhões de euros. Além disso, o Banco adquiriu um instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nocional de 2,0 mil milhões de dólares americanos e um valor equivalente elegível de 1,6 mil milhões de euros com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2018. 3,9 mil milhões de euros dos instrumentos híbridos Tier 1 já existentes ainda podem ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded. Os instrumentos de Tier 1 adicionais reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD IV fully loaded ascendiam a 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Em 1 de dezembro de 2017, emitimos novos títulos Tier 2 subordinados de taxa fixa com um montante agregado de 1,0 mil milhões de dólares americanos. Os títulos têm uma denominação de 200 000 dólares americanos e múltiplos integrais de 1000 dólares americanos em excesso e vencem a 1 de dezembro de 2032. Foram emitidos de acordo com os requisitos de registo da Lei dos valores mobiliários de 1933 dos Estados Unidos.

A 31 de dezembro de 2017, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD IV, era de 6,4 mil milhões de euros. A 31 de dezembro de 2017, não existem instrumentos híbridos Tier 1 já existentes que sejam contabilizados como capital Tier 2 segundo as regras transacionais. O valor teórico bruto dos instrumentos de capital Tier 2 foi de 8,3 mil milhões de euros. Não foram adquiridos quaisquer instrumentos de capital Tier 2 em 2017. Os instrumentos Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD IV ascendiam a 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (incluindo os instrumentos híbridos de capital Tier 1 existentes de 3,9 mil milhões de euros apenas reconhecíveis como capital Tier 1 adicional durante o período de transição).

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital Tier 1 adicional e até 2,00 % de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2017.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital foram introduzidos progressivamente desde 2016 (para além do amortecedor de risco sistémico, se existente, que não está sujeito a nenhuma introdução progressiva) e estarão totalmente em vigor a partir de 2019. Os requisitos de amortecedor têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de amortecedor para G-SII de 2,00% de capital CET 1 de RWA em 2019. Tal está de acordo com a avaliação, por parte do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), da importância sistémica com base nos indicadores publicados em 2017. O requisito de amortecedor adicional de 2,00% para G-SII foi introduzido progressivamente com 0,5% em 2016, 1,00% em 2017 e em 2018 ascende a 1,50%. Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD IV e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA. O requisito de amortecedor adicional de 2,50% foi introduzido progressivamente com 0,625% em 2016, 1,25% em 2017 e em 2018 ascende a 1,875%.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2019. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50 %. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2017 (e atualmente), o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,02 %.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2017 (e atualmente), não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

Além disso, o Deutsche Bank AG foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha como outra instituição de importância sistémica global (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% que não foi cumprido a nível consolidado. Para o Deutsche Bank, o amortecedor O-SII foi introduzido, nas primeiras etapas, com 0,66% em 2017 e em 2018 ascende 1,32%. A menos que se apliquem determinadas exceções, apenas terá de ser aplicado o mais elevado do amortecedor de risco sistémico, o amortecedor G-SII e o amortecedor O-SII. Por conseguinte, o amortecedor O-SII não é aplicável em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, de acordo com o Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP) do Pilar 2, o Banco Central Europeu (BCE) pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2). Em 8 de dezembro de 2016, na sequência dos resultados do SREP de 2016, o BCE informou o Deutsche Bank de que deve manter um rácio CET 1 de integração progressiva de pelo menos 9,52% numa base consolidada, segundo as regras transitórias aplicáveis no âmbito do CRR/CRD IV, em todos os momentos, com início a 1 de janeiro de 2017. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,25%, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,02%) e o amortecedor G-SII de capital inicial de 1,00%. Correspondentemente, os requisitos do Deutsche Bank para rácio de capital Tier 1 eram de 11,02 % e para total de rácio de capital eram de 13,02 % em 31 de dezembro de 2017.

Em 19 de dezembro de 2017, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2018, na sequência dos resultados do SREP de 2017. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva de pelo menos 10,65% numa base consolidada, com início a 1 de janeiro de 2018. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,875%, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,02%) e o amortecedor G-SII de capital inicial de 1,50%. O novo requisito de capital CET 1 de 10,65% para 2018 é superior ao requisito de capital CET 1 de 9,52%, aplicável ao Deutsche Bank em 2017, refletindo a integração progressiva do amortecedor de conservação de capital e o amortecedor G-SII. Do mesmo modo, os requisitos de 2018 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 12,15% e para o seu total de rácio de capital em 14,15%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2017,

o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de "Pilar 2", correntemente designado por "orientação de Pilar 2". O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de "Pilar 2", ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de "Pilar 2" não acione de forma automática qualquer tomada de medidas legais.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação de "Pilar 2"), bem como os requisitos de amortecedor de capital aplicáveis ao Deutsche Bank nos anos 2017 e 2018 (delineados numa base de integração progressiva):

Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2017	2 018
Pilar 1		
Requisito mínimo de CET 1	4,50%	4,50%
Amortecedor de conservação de capital	1,25%	1,875%
Amortecedor contracíclico	0,02%	0,02 %[1]
Amortecedor G-SII[3]	1,00%	1,50%
Amortecedor O-SII[3]	0,66%	1,32%
Amortecedor de risco sistémico[3]	0,00%	0,00 %[2]
Pilar 2		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,75%	2,75%
Requisito SREP de CET 1	8,50%	9,125%
Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2[4]	**9,52%**	10,65%
Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2	**11,02%**	12,15%
Requisito de capital total do Pilar 1 e 2	**13,02%**	14,15%

[1] O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato. Presume-se que a taxa do amortecedor contracíclico para 2018 seja de 0,02 % devido à indisponibilidade de dados de 2018.
[2] Presume-se que o amortecedor de risco sistémico se mantenha em 0 % para o exercício projetado de 2018, sujeito a alterações com base em novas diretivas.
[3] A menos que se apliquem determinadas exceções, apenas o mais elevado entre o amortecedor de risco sistémico e os amortecedores G-SII e O-SII tem de ser aplicado.
[4] O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP. do requisito de amortecedor mais elevado entre o amortecedor G-SII, O-SII e de risco sistémico, bem como do requisito do amortecedor contracíclico.

Evolução do capital regulamentar

A 31 de dezembro de 2017, o nosso capital Tier 1 de CRR/CRD IV totalizava 57,6 mil milhões de euros, sendo composto por capital CET 1 de 50,8 mil milhões de euros e capital AT1 de 6,8 mil milhões de euros. O capital Tier 1 de CRR/CRD IV era 2,1 mil milhões de euros mais elevado do que no final do exercício de 2016, sobretudo motivado por um aumento no capital CET 1 de 3,0 mil milhões de euros desde o final do exercício de 2016, enquanto o capital AT1 diminuiu 0,9 mil milhões de euros no mesmo período.

O aumento de 3,0 mil milhões de euros em capital CET 1 de CRR/CRD IV resultou em grande medida da emissão de capital no início de abril de 2017 com receitas líquidas de 7,9 mil milhões de euros e a inversão de deduções relacionadas com o limiar de 10% de 0,4 mil milhões de euros devido à base de capital superior. Estes efeitos positivos foram, posteriormente, reduzidos pelo aumento dos ajustamentos regulamentares devido à taxa de implementação superior de 80% em 2017, em comparação com 60% em 2016, e pelos efeitos negativos de ajustamentos de conversão cambial de 2,6 mil milhões de euros com efeitos contrários cambiais parcialmente positivos em rubricas de dedução de capital. Outras reduções deveram-se à perda líquida atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais de 0,8 mil milhões em 2017. Uma vez que não incluímos um lucro intercalar no nosso capital CET 1 em consequência do resultado líquido negativo no exercício de 2017, nem o cupão AT1 nem os dividendos de acionistas são apurados no capital CET 1 em conformidade com o art. 26.º, n.º 2, do CRR.

A diminuição de 0,9 mil milhões de euros no capital ATI de CRR/CRD IV resultou sobretudo de instrumentos híbridos Tier 1 já existentes, reconhecíveis como capital AT1 durante o período de transição, que foram 2,6 mil milhões de euros inferiores em comparação com o final do exercício de 2016 devido em grande medida ao vencimento de instrumentos (2,4 mil milhões de euros) e efeitos cambiais. Os ajustamentos transitórios reduzidos (1,7 mil milhões de euros inferiores aos do final do exercício de 2016) tiveram um efeito contrário positivo ao serem descontinuados do capital AT1. Estas deduções refletem o montante residual de determinadas deduções de CET 1 que foram subtraídas do capital CET 1 pelas regras fully loaded, mas permitem reduzir o capital AT1 durante o período de transição. A taxa de integração progressiva destas deduções a nível do capital CET 1 aumentou para 80 % em 2017 (60 % em 2016) e diminuiu de forma correspondente a nível do capital AT1 para 20 % em 2017 (40 % em 2016).

O nosso capital Tier 1 de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded, em 31 de dezembro de 2017, era de 52,9 mil milhões de euros, em comparação com 46,8 mil milhões de euros no final do exercício de 2016. O nosso capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded totalizava 48,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 42,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. O nosso capital AT1 de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded totalizava 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, quase inalterado, quando comparado com o final do exercício de 2016.

O aumento do nosso capital CET 1 fully loaded de 6,0 mil milhões de euros em comparação com o capital no final do exercício de 2016 resultou em grande medida das receitas líquidas de 7,9 mil milhões de euros da nossa emissão de capital e da inversão

das deduções relacionadas com o limiar de 10% de 0,6 mil milhões de euros devido à base de capital superior. Outros efeitos positivos de 0,4 mil milhões de euros resultaram de ajustamentos regulamentares de filtros prudenciais (ajustamentos da avaliação de dívida). Estes efeitos positivos foram parcialmente reduzidos pelo nosso resultado líquido negativo de 0,8 mil milhões de euros e pelos efeitos negativos de ajustamentos de conversão cambial de 2,6 mil milhões de euros com efeitos contrários cambiais parcialmente positivos em rubricas de dedução de capital.

Com base nas orientações do BCE e no seguimento das diretrizes da EBA relativamente a compromissos de pagamento, o Deutsche Bank tratará compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o sistema de garantia de depósitos e o Fundo Único de Resolução como uma dedução de capital CET 1 adicional em vez de ativos ponderados pelo risco, com efeitos a partir de janeiro de 2018. Se estes forem tratados como uma rubrica de dedução de capital para o exercício de 2017, o nosso capital CET 1 fully loaded pró-forma teria sido 0,4 mil milhões inferior juntamente com uma isenção de RWA de 1,0 mil milhões de euros, resultando numa diminuição do rácio de capital CET 1 fully loaded pró-forma de 8 pontos base.

Modelo de transição para capital regulamentar, RWA e rácios de capital

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	CRR/CRD IV *fully loaded*	CRR/CRD IV	CRR/CRD IV *fully loaded*	CRR/CRD IV
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	45 195	45 195	37 290	37 290
Lucros não distribuídos	17 977	17 977	20 113	20 113
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	696	660	3 708	3 645
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis[1]	(751)	(751)	(2 023)	(2 023)
Outros	0	33	0	79
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**63 116**	**63 114**	59 088	59 104
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1 204)	(1 204)	(1 398)	(1 398)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(102)	(74)	(639)	(428)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(8 394)	(6 715)	(8 436)	(5 062)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(3 004)	(2 403)	(3 854)	(2 312)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(502)	(408)	(297)	(188)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (montante negativo)	(1 125)	(900)	(945)	(567)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(144)	(117)	(59)	(41)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10 % / 15 % e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10 % / 15 %) (montante negativo)	0	0	(590)	(354)
Outros ajustamentos regulamentares[2]	(341)	(485)	(591)	(971)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**(14 816)**	**(12 306)**	(16 810)	(11 321)
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**48 300**	**50 808**	42 279	47 782
Capital *Tier 1* adicional (AT1): instrumentos				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4 676	4 676	4 676	4 676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	3 904	N/S	6 516
Capital *Tier 1* adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	**4 676**	**8 579**	4 676	11 191
Capital *Tier 1* adicional (AT1): ajustamentos regulamentares				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(55)	(26)	(125)	(51)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	(1 730)	N/S	(3 437)
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital *Tier 1* adicional (AT1)	**(55)**	**(1 756)**	(125)	(3 488)
Capital *Tier 1* adicional (AT1)	**4 621**	**6 823**	4 551	7 703
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)	**52 921**	**57 631**	46 829	55 486
Capital *Tier 2* (T2)	**10 329**	**6 384**	12 673	6 672
Total do capital (TC = T1 + T2)	**63 250**	**64 016**	59 502	62 158
Total dos ativos ponderados pelo risco	**344 212**	**343 316**	357 518	356 235
Rácios de capital				
Rácio de capital *Common Equity Tier* 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	14,0	14,8	11,8	13,4
Rácio de capital *Tier 1* (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,4	16,8	13,1	15,6
Total de rácio de capital (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	18,4	18,6	16,6	17,4

N/S – Não significativo

[1] Uma vez que não incluímos um lucro intercalar no nosso capital CET 1 em consequência do resultado líquido negativo no exercício de 2017, nem o cupão AT1 nem os dividendos de acionistas são apurados no capital CET 1 em conformidade com o art. 26.º, n.º 2, do CRR.

[2] Incluindo uma dedução de capital adicional de 0,3 mil milhões de euros imposta ao Deutsche Bank com efeitos a partir de outubro de 2016 em diante, com base numa notificação do BCE ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e das alíneas b) e j) do n.º 2 do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1024/2013, bem como o filtro adicional para fundos de crédito à habitação e proteção de poupanças ("Fonds für bauspartechnische Absicherung") de 19 mil milhões de euros.

Reconciliação do capital acionista com o capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2017	CRR/CRD IV 31.12.2016
Total do capital acionista por balanço contabilístico	**63 174**	59 833
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(58)	(123)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	(6)	(6)
Lucros não distribuídos	(228)	(276)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	176	159
Total do capital acionista por balanço regulamentar	**63 116**	59 710
Participação minoritária baseada em regras transitórias	33	79
Acumulação para cupões de dividendos e AT1[1]	0	(621)
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	(35)	(63)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**63 114**	59 104
Ajustamentos de valor adicionais	(1 204)	(1 398)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(74)	(428)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	(144)	(380)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(6 715)	(5 062)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(2 403)	(2 666)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(900)	(567)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares	(866)	(820)
Fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*)	**50 808**	47 782

[1] Uma vez que não incluímos um lucro intercalar no nosso capital CET 1 em consequência do resultado líquido negativo no exercício de 2017, nem o cupão AT1 nem os dividendos de acionistas são apurados no capital CET 1 em conformidade com o art. 26.º, n.º 2, do CRR.

Evolução do capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2017	CRR/CRD IV 31.12.2016
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) – montante de abertura	**47 782**	52 429
Ações ordinárias, efeito líquido	1 760	0
Capital realizado adicional	6 153	192
Lucros não distribuídos	(795)	(1 826)
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	(9)	10
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	(2 748)	231
Acumulação para cupões de dividendos e Tier 1 adicional (AT1)[1]	0	(621)
Ajustamentos de valor adicionais	194	479
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(1 653)	(1 686)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(91)	(988)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(219)	(130)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(333)	(97)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	278
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10 % e 15 %, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	354	(30)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	413	(457)
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) – montante de fecho	**50 808**	47 782
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura	**7 703**	5 793
Novas emissões de capital *Tier 1* adicional elegíveis	0	0
Instrumentos vencidos e adquiridos	(2 376)	(76)
Regimes transitórios	1 708	1 879
Dos quais:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	1 696	1 689
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(212)	108
Capital *Tier 1* adicional (AT1) – montante de fecho	**6 823**	7 703
Capital *Tier 1*	**57 631**	55 486
Capital *Tier 2* (T2) – montante de fecho	**6 384**	6 672
Total do capital regulamentar	**64 016**	62 158

[1] Uma vez que não incluímos um lucro intercalar no nosso capital CET 1 em consequência do resultado líquido negativo no exercício de 2017, nem o cupão AT1 nem os dividendos de acionistas são apurados no capital CET 1 em conformidade com o art. 26.º, n.º 2, do CRR.

Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão. Incluem os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão de acordo com as regras de transição

em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	31.12.2017 Total
Risco de crédito	118 940	75 377	3 273	0	16 552	214 142
Risco de liquidação	142	0	0	0	5	147
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	6 189	171	84	0	7	6 451
Risco de mercado	30 896	70	0	0	0	30 966
Risco operacional	74 936	11 654	5 020	0	0	91 610
Total	231 103	87 272	8 378	0	16 564	343 316

em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	31.12.2016 Total
Risco de crédito	124 274	72 735	3 756	4 075	15 505	220 345
Risco de liquidação	36	0	0	0	0	36
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	8 886	294	139	90	8	9 416
Risco de mercado	30 198	62	0	3 502	0	33 762
Risco operacional	73 610	12 696	4 957	1 413	0	92 675
Total	237 003	85 788	8 853	9 079	15 512	356 235

Os RWA em conformidade com o quadro CRR/CRD IV foram de 343,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, face a 356,2 mil milhões de euros no final do exercício de 2016. O decréscimo global de 12,9 mil milhões de euros reflete, principalmente, diminuições nos RWA para risco de crédito. Os RWA para risco de crédito são 6,2 mil milhões de euros inferiores, sobretudo em resultado de reduções cambiais de 10,2 mil milhões de euros parcialmente compensadas por um aumento impulsionado pelos negócios nos nossos segmentos de Corporate & Investment Bank e Private & Commercial Bank. Além disso, alterações à qualidade da carteira devido a uma melhor qualidade da carteira contribuíram para a diminuição global nos RWA para risco de crédito. A diminuição nos RWA para risco de mercado desde 31 de dezembro de 2016 foi, em primeiro lugar, impulsionada pelos componentes de valor em risco e de valor em risco em situação de esforço, parcialmente compensados por um aumento dos requisitos de capital para riscos adicionais e do método padrão do risco de mercado para titularizações. A redução de 2,9 mil milhões de euros nos RWA para CVA foi sobretudo impulsionada pela redução do risco da carteira. A ligeira diminuição nos RWA para risco operacional foi principalmente impulsionada pelo perfil de perdas internas e externas.

Os RWA calculados de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded foram de 344,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, face a 357,5 mil milhões de euros no final do exercício de 2016. A diminuição foi motivada pelas mesmas variações, conforme descrito nas regras de transição. Os RWA fully loaded foram 0,9 mil milhões superiores aos ativos ponderados pelo risco de acordo com as regras de transição, devido à aplicação, segundo as regras de transição da regra de anterioridade, de investimento em ações, nos termos do artigo 495.º do regulamento CRR, o qual prevê que certos investimentos em ações recebam uma ponderação de risco de 100% ao invés de uma ponderação de risco entre 190% e 370%, calculada com base no artigo 155.º do regulamento CRR, que seria aplicável em conformidade com as regras fully loaded do regulamento CRR/CRD IV.

Desde 31 de dezembro de 2017 que já não aplicámos a regra de anterioridade, mas sim uma ponderação de risco entre 19% e 370%, determinada com base no artigo 155.º do CRR ao abrigo das regras do CRR/CRD IV fully loaded, a todas as nossas posições de capital. Consequentemente, não são considerados regimes transitórios nos nossos valores de RWA fully loaded para 31 de dezembro de 2017. Estas regras transitórias dentro da ponderação do risco continuam a ser aplicadas apenas para o período comparativo, o final de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, a nossa carteira de transações à qual aplicámos a regra de anterioridade dos investimentos em ações para o cálculo do RWA "fully loaded" consistiu em 15 transações, num valor de 220 milhões de euros em exposições. Se não tivessemos aplicado a regra de anterioridade a estas transações, o RWA "fully loaded " teria sido apenas de 816 milhões de euros e, por conseguinte, o RWA "fully loaded" do Grupo teria sido apenas de 358,1 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, em vez do RWA "fully loaded" do Grupo de 357,5 mil milhões de euros que reportámos numa base "fully loaded" com a aplicação da regra de anterioridade. Além disso, se tivéssemos calculado o rácio CET 1 "fully loaded", rácio Tier 1 e rácio Total a 31 de dezembro de 2016, utilizando os RWA "fully loaded" sem a aplicação da regra de anterioridade, tais rácios teriam permanecido inalterados (devido ao arredondamento) a 11,8%, 13,1% e 16,6%, respetivamente, do que reportámos numa base "fully loaded" com a aplicação da regra de anterioridade.

As tabelas a seguir apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito, de mercado e operacional e o ajustamento da avaliação de crédito no período de relato.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	**220 345**	**17 628**	242 019	19 362
Dimensão da carteira	3 523	282	(8 085)	(647)
Qualidade da carteira	506	40	(3 827)	(306)
Atualizações do modelo	1 272	102	2 328	186
Metodologia e política	0	0	(1 280)	(102)
Aquisições e alienações	0	0	(12 701)	(1 016)
Variações cambiais	(10 162)	(813)	350	28
Outros	(1 342)	(107)	1 539	123
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	**214 142**	**17 131**	220 345	17 628

Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado da contraparte

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano	**35 614**	**2 849**	37 276	2 982
Dimensão da carteira	(4 628)	(370)	(2 740)	(219)
Qualidade da carteira	3 715	297	511	41
Atualizações do modelo	1 272	102	1 439	115
Metodologia e política	0	0	(60)	(5)
Aquisições e alienações	0	0	(707)	(57)
Variações cambiais	(2 048)	(164)	(106)	(8)
Outros	0	0	0	0
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano	**33 924**	**2 714**	35 614	2 849

As alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira são tidas em conta na categoria “Dimensão da carteira”. A categoria “Qualidade da carteira” representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de compensação e cobertura de garantias colaterais. As “atualizações do modelo” incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo, a aplicação de novos regulamentos, são considerados na categoria “Metodologia e política”. “Aquisições e alienações” apresentam movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

A diminuição em RWA para risco de crédito de 3% ou 6,2 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2016 foi predominantemente impulsionada por reduções em "Variações cambiais". Isto é parcialmente compensado pela "Dimensão da carteira" e por "Atualizações do modelo". O aumento na "Dimensão da carteira" é impulsionado por um crescimento neutro das atividades cambiais nos nossos segmentos de Corporate & Investment Bank e Private & Commercial Bank. O aumento nas "Atualizações do modelo" corresponde predominantemente a um tratamento revisto do período de margem de risco aplicável e do risco geral de correlação desfavorável de carteiras de derivados específicas, o que foi parcialmente compensado por um aperfeiçoamento no cálculo de maturidade efetiva para contrapartes garantidas.

O aumento na "Qualidade da carteira" na tabela de risco de crédito da contraparte é sobretudo impulsionado pelo tratamento revisto da aplicação de compensação dos nossos produtos de financiamento de títulos, parcialmente compensados por reduções das recalibrações dos nossos parâmetros de risco e melhoramentos do processo. Este aumento é compensado por uma diminuição na "Dimensão da carteira", na qual ocorreu um decréscimo devido a medidas de redução do risco e a reduções da exposição.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD IV, somos obrigados a calcular os RWA utilizando o CVA que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC. Calculamos a maioria do CVA com base no nosso próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	**9 416**	**753**	15 877	1 270
Variações dos níveis de risco	(3 228)	(258)	(5 600)	(448)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	0	0	278	22
Atualizações do modelo	0	0	(1 000)	(80)
Metodologia e política	870	70	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	(607)	(49)	(139)	(11)
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	**6 451**	**516**	9 416	753

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: "Variações dos níveis de risco", que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; "Calibrações e alterações em dados de mercado", que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; "Atualizações do modelo", que se refere a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para os RWA para CVA; "Metodologia e política", que está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria com essa designação.

Em 31 de dezembro de 2017, os RWA para CVA ascendiam a 6,5 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 2,9 mil milhões de euros (31%) face ao valor de 9,4 mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2016. A redução global foi impulsionada pela redução do risco da carteira e por efeitos de divisas com alguma compensação por parte das alterações na "Metodologia e política".

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

							31.12.2017
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	CRM	Outros	Total de RWA	Total de requisitos de capital
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	5 957	14 271	8 662	273	4 599	33 762	2 701
Variações dos níveis de risco	(1 658)	(3 375)	2 598	(217)	922	(1 729)	(138)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	81	0	0	0	581	661	53
Atualizações/alterações do modelo	0	0	(1 390)	0	(38)	(1 428)	(114)
Metodologia e política	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	0	(301)	(301)	(24)
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	4 380	10 896	9 871	56	5 763	30 966	2 477

							31.12.2016
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	CRM	Outros	Total de RWA	Total de requisitos de capital
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	6 931	17 146	11 608	2 378	11 491	49 553	3 964
Variações dos níveis de risco	(655)	(1 547)	(2 716)	(3 553)	(8 852)	(17 323)	(1 386)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	403	0	0	0	2 018	2 421	194
Atualizações/alterações do modelo	(57)	237	(230)	0	0	(50)	(4)
Metodologia e política	(665)	(1 565)	0	1 475	0	(754)	(60)
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	(27)	(58)	(84)	(7)
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	5 957	14 271	8 662	273	4 599	33 762	2 701

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos nossos modelos internos para o valor em risco, valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global, bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão, que estão incluídos na tabela sob a categoria "Outros". O cálculo do risco de mercado pelo método padrão, abrange titularizações de negociação e derivados de incumprimento n-ésimo, exposições a longevidade, Organismos de investimento coletivo e RWA para risco de mercado do Postbank.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria “Alterações e recalibrações dos dados de mercado”. As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria “Atualizações do modelo”. Na categoria “Metodologia e política” refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica “Aquisições e alienações”. Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2017, o RWA para o risco de mercado era de 31,0 mil milhões de euros, o qual diminuiu 2,8 mil milhões de euros (8,3%) desde 31 de dezembro de 2016. A redução foi impulsionada pelos componentes de valor em risco e de valor em risco em situação de esforço na categoria "Variações dos níveis de risco", parcialmente compensada por um aumento dos requisitos de capital para riscos adicionais na categoria "Variações dos níveis de risco" e pelo método padrão de risco de mercado para posições de titularização nas categorias "Variações dos níveis de risco" e "Alterações em dados de mercado".

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício	**92 675**	**7 414**	89 923	7 194
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	(2 815)	(225)	7 048	564
Evolução da perda esperada	1 104	88	(1 798)	(144)
Componente prospetiva de risco	(3 265)	(261)	(1 140)	(91)
Atualizações do modelo	3 912	313	(358)	(29)
Metodologia e política	0	0	(1 000)	(80)
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício	**91 610**	**7 329**	92 675	7 414

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "Alterações no perfil de perda". A categoria "Evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e nas perdas históricas, bem como é deduzida do valor do capital AMA dentro de certos limites. A categoria "Componente prospetivo de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através dos indicadores de risco fundamentais e das classificações de autoavaliação, focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "Atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, tais como a implementação de alterações de modelo. A categoria "Metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "Aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

A diminuição global dos RWA de 1,1 mil milhões de euros foi sobretudo motivada por um perfil de perda mais ligeiro de perdas internas e externas que integram o nosso modelo de capital. Um maior benefício adicional do componente prospetivo de risco sobrecompensou o impacto de uma alteração do modelo no que diz respeito a um melhor mecanismo de classificação para os resultados da autoavaliação. Esta alteração do modelo substituiu o processo de autoavaliação existente pelo nosso processo melhorado de Avaliação e controlo do risco. No quarto trimestre de 2017, implementámos uma alteração do modelo relativa à utilização consistente dos dados de perdas no nosso modelo AMA.

Capital económico

Adequação de capital interno

O nosso processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Avaliamos a nossa adequação de capital interno como o rácio da nossa oferta de capital interno dividido pela nossa procura de capital económico interno conforme indicado na tabela abaixo. Embora o ICAAP do Deutsche Bank seja historicamente baseado numa "abordagem de negócio liquidado", a abordagem foi alterada em novembro de 2017 para assumir uma perspetiva que visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Em resultado, o percentil utilizado para o cálculo da procura de capital económico interno foi alterado de 99,98% para 99,9%, melhorando a comparabilidade com a procura de capital regulamentar juntamente com as seguintes implicações para a definição de oferta de capital interno: A definição revista de oferta de capital interno exclui quaisquer instrumentos de capital Tier 1 sujeitos a anterioridade e instrumentos de capital Tier 2. Os acréscimos para cupões AT1 e ativos por impostos diferidos IFRS que dependem da rentabilidade futura, excluindo os que resultam de diferenças temporárias, são totalmente deduzidos. Os ativos por impostos diferidos IFRS resultantes de diferenças temporárias são ponderados pelo risco e cobertos no capital económico de risco de negócio no lado da procura de capital interno. Anteriormente, os ativos por impostos diferidos eram totalmente deduzidos da oferta de capital interno. Os ajustamentos de justo valor para ativos reclassificados onde não está disponível financiamento correspondente deixaram de ser deduzidos da oferta de capital interno.

Total de oferta e procura de capital

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017	31.12.2016
Oferta de capital		
Capital próprio dos acionistas	63 174	59 833
Participações minoritárias[1]	0	0
Acréscimos de cupões AT1	(213)	N/S
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	(29)	N/S
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio[2]	(73)	(440)
Ajustamentos de avaliação adicionais[3]	(1 204)	(1 398)
Ativos intangíveis	(8 839)	(8 982)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias[4]	(3 341)	N/S
Ativos por impostos diferidos IFRS[4]	N/S	(8 666)
Défice para perda esperada	(502)	(297)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida[5]	(1 125)	(945)
Participações de instrumentos de capital Common Equity Tier 1	(131)	(45)
Crédito à habitação e proteção de poupanças ("Fonds zur bauspartechnischen Absicherung")	(19)	(231)
Outros ajustamentos	(322)	N/S
Ajustamentos de justo valor para ativos financeiros reclassificados em empréstimos[6]	N/S	(557)
Instrumentos de capital Tier 1 adicional[7]	4 675	N/S
Instrumentos híbridos de capital *Tier 1*	N/S	11 259
Instrumentos de capital *Tier 2*	N/S	8 003
Oferta de capital	**52 051**	57 534
Total de requisitos de capital económico		
Risco de crédito	10 769	13 105
Risco de mercado	10 428	14 593
Risco operacional	7 329	10 488
Risco de negócio	5 677	5 098
Vantagem de diversificação	(7 074)	(7 846)
Procura de capital	**27 129**	35 438
Rácio de adequação de capital interno	**192%**	162%

[1] Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.
[2] Inclui a dedução de ganhos ao justo valor relativos a efeitos de crédito relacionados com passivos próprios designados ao abrigo da opção de justo valor, bem como os ajustamentos da avaliação de dívida.
[3] Conforme aplicado na secção Gestão de capital.
[4] O tratamento de dedução de ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias foi alterado para a inclusão de procura de capital económico de risco de negócio.
[5] Relatado como ativos líquidos (ativos menos passivos) de um fundo de pensões definidas,ou seja, aplicável a planos de pensões sobrefinanciados.
[6] Inclui ajustamentos de justo valor relativamente a ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 e no que se refere à carteira bancária de ativos nos casos em que não está disponível financiamento equivalente.
[7] A partir de 31 de dezembro de 2016, incluído em "Instrumentos híbridos de capital Tier 1"

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 192% em 31 de dezembro de 2017 face a 162% em 31 de dezembro de 2016. A mudança do rácio deveu-se ao facto de a oferta de capital ter diminuído proporcionalmente menos do que a procura de capital. A diminuição na procura de capital foi motivada por requisitos de capital económico inferiores parcialmente devidos à alteração no percentil conforme explicado na secção "Perfil de risco". A oferta de capital diminuiu 5,4 mil milhões de euros sobretudo devido à nova definição de oferta de capital, de acordo com a nova perspetiva de adequação de capital interno implementada em novembro de 2017.

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo consolidado, globalmente (incluindo o Postbank), e são parte integrante da nossa estrutura de gestão de risco e capital.

Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC). No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV, estabelecemos um cálculo de rácio de alavancagem de acordo com esse enquadramento.

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco. Embora o quadro CRR/CRD IV atualmente não faculte um rácio de alavancagem mínimo obrigatório para as instituições financeiras relevantes, uma proposta legislativa publicada pela Comissão Europeia a 23 de novembro de 2016 sugere a introdução de um rácio de alavancagem mínimo de 3%. A proposta legislativa prevê que o rácio de alavancagem seja aplicável dois anos após a entrada em vigor da proposta e continue sujeito a debate político nas instituições da UE.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base *fully loaded*, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013. Além disso, fornecemos o rácio de alavancagem numa base de integração progressiva, conforme apresentado abaixo nas tabelas.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem inclui derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição extrapatrimonial e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. As deduções de valores a receber pela margem de variação em numerário fornecida nas transações de derivados são apresentadas na exposição a derivados na tabela "Divulgação comum de rácio de alavancagem" abaixo. O valor nocional efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nocional reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nocional efetivo de um derivado de crédito comprado no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

A componente de transações de financiamento de títulos (SFT) inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O outro componente de exposição no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados e SFT), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital *Tier 1*.

As tabelas seguintes mostram a exposição a rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem, ambos numa base fully loaded, em conformidade com as tabelas de divulgação das normas técnicas de execução (ITS) que foram adotadas pela Comissão Europeia através do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2016/200 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 16 de fevereiro de 2016. Para informações adicionais, também incluem os números iniciais.

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	**1 475**	1 591
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	5	0
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(172)	(276)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	41	20
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	95	102
Outros ajustamentos	(50)	(90)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (fully loaded)	**1 395**	1 348
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (inicial)	**1 396**	1 350

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017	31.12.2016
Total de exposições a derivados	166	177
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	158	135
Total de exposições extrapatrimoniais	95	102
Outros ativos	990	948
Montantes de ativos deduzidos na determinação de capital Tier 1[1]	(14)	(15)
Rácio de capital Tier 1 (fully loaded)	52,9	46,8
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (fully loaded)	1 395	1 348
Rácio de alavancagem (fully loaded, em %)	3,8	3,5
Capital Tier 1 (inicial)	57,6	55,5
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (inicial)	1 396	1 350
Rácio de alavancagem (inicial, em %)	4,1	4,1

[1] Utilizando uma definição fully loaded de capital Tier 1. O montante, utilizando uma definição transitória de capital Tier 1, é de (13) mil milhões de euros e (13) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respetivamente.

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2017

Em 31 de dezembro de 2017, o nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded era de 3,8%, em comparação com 3,5% em 31 de dezembro de 2016, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2017, um capital Tier 1 fully loaded de 52,9 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1395 mil milhões de euros (46,8 mil milhões de euros e 1348 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, respetivamente).

O nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV em conformidade com provisões transitórias era de 4,1% em 31 de dezembro de 2017 (4,1% em 31 de dezembro de 2016), calculado como capital Tier 1 em conformidade com regras transitórias de 57,6 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1396 mil milhões de euros (55,5 mil milhões de euros e 1350 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, respetivamente). A medida de exposição ao abrigo das regras transitórias é mil milhões de euros (2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) superior à medida de exposição fully loaded, pois os montantes de ativos deduzidos na determinação de capital Tier 1 são inferiores nos termos das regras transitórias.

Com base nas orientações recentes do BCE, incluímos liquidações pendentes no cálculo da exposição a alavancagem a partir do segundo trimestre de 2017, com base nos valores de ativos conforme registados para efeitos de contabilidade financeira, ou seja, para o Grupo Deutsche Bank ao abrigo das IFRS, contabilidade à data da operação. A aplicação da contabilidade à data da operação leva a um aumento temporário da exposição a alavancagem entre a data da operação e a data da liquidação para compras de ativos convencionais. A dimensão do aumento reportado era de 17 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Deverá notar-se que, ao abrigo da proposta de revisão ao Regulamento de Requisitos de Capital ("CRR") na sua formulação atual, este aumento será substancialmente invertido assim que a revisão entrar em vigor, uma vez que permite a compensação de valores a pagar em caixa e valores a receber em caixa de liquidação pendente para compras e vendas convencionais que são liquidadas numa base de entrega contra pagamento.

No seguimento de uma clarificação por parte da EBA publicada em 19 de janeiro de 2018, alterámos o tratamento de opções vendidas que fazem parte de um conjunto de compensação regulamentar com início no quarto trimestre de 2017. Já não aplicamos um limite no aumento de exposição máximo possível do conjunto de compensação que pode resultar da opção, e isso leva a um aumento dos complementos para potencial exposição futura para derivados de 15 mil milhões de euros.

Durante o ano de 2017, a nossa exposição a rácio de alavancagem aumentou 47 mil milhões de euros, para 1395 mil milhões de euros. Isto é sobretudo motivado pelo aumento de 41 mil milhões de euros em Outros ativos que, para além das liquidações pendentes acima, também reflete o desenvolvimento no nosso balanço, em particular, aumentos em saldos em caixa e bancos centrais e ativos detidos para negociação não derivados, parcialmente compensados por uma diminuição em empréstimos. Além disso, houve um aumento de 23 mil milhões de euros em exposições a SFT, refletindo complementos superiores para risco de crédito da contraparte e o crescimento global no balanço em rubricas relacionadas com SFT (títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, sob regime contabilístico pelo justo valor e apurado, bem como valores a receber de corretagem prime). As exposições a derivados diminuíram 11 mil milhões de euros, sobretudo motivadas por custos de substituição inferiores; o aumento supramencionado dos potenciais complementos de exposição futura para opções vendidas foi amplamente compensado pela alteração do modelo de garantia anterior para um modelo de liquidação para os *swaps* de taxa de juro transacionados com a Câmara de Compensação de Londres e outras reduções. Adicionalmente, as exposições extrapatrimoniais diminuíram 7 mil milhões de euros, correspondentes a valores nocionais inferiores por compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes.

O aumento da exposição a rácio de alavancagem em 2017 inclui um impacto cambial negativo de 82 mil milhões de euros, sobretudo devido à valorização do euro em relação ao dólar americano.

O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total dos ativos em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 22 em 31 de dezembro de 2017, comparativamente a 25 em 31 de dezembro de 2016.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção “Capital regulamentar” neste relatório.

Exposição ao risco de crédito

A exposição ao crédito de contraparte decorre das atividades tradicionais de crédito não relacionado com a negociação, que incluem elementos tais como empréstimos e passivos contingentes, bem como da nossa atividade de negociação direta com os clientes de determinados instrumentos, que incluem derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro. Também decorre um risco de incumprimento das nossas posições em produtos de ações e produtos de crédito transacionados, como é o caso das obrigações.

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de capital (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (*haircuts*) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

					31.12.2017
		Aumentos de crédito			
em milhões de euros[1]	Exposição máxima ao risco de crédito[2]	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito[3]	Total de aumentos de crédito
Caixa e saldos do banco central	225 655	–	0	–	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9 265	–	0	7	7
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9 971	–	9 914	–	9 914
Títulos obtidos por empréstimo	16 732	–	15 755	–	15 755
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[4]	550 313	286 149	136 650	265	423 065
Ativos detidos para negociação	98 730	–	2 635	146	2 781
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	361 032	285 421	52 797	119	338 338
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	90 551	728	81 218	0	81 946
dos quais:					
Títulos comprados com acordos de revenda	57 843	728	56 566	0	57 294
Títulos obtidos por empréstimo	20 254	–	20 034	0	20 034
Ativos financeiros disponíveis para venda[4]	47 766	–	559	0	559
Empréstimos[5]	405 621	–	211 578	20 063	231 641
Títulos detidos até à maturidade	3 170	–	–	–	–
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	66 900	29 854	1 514	56	31 424
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[6]	48 212	–	4 024	6 579	10 604
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[6]	158 253	–	7 544	1 759	9 303
Exposição máxima ao risco de crédito	1 541 858	316 003	387 538	28 730	732 271

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Não inclui crédito derivado nocional vendido (828 804 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido.
[3] A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.
[4] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[5] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[6] Os números são refletidos nos valores nocionais.

					31.12.2016
		Aumentos de crédito			
em milhões de euros[1]	Exposição máxima ao risco de crédito[2]	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito[3]	Total de aumentos de crédito
Caixa e saldos do banco central	181 364	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	11 606	0	0	25	25
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	16 287	0	15 944	0	15 944
Títulos obtidos por empréstimo	20 081	0	19 193	0	19 193
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[4]	667 411	389 475	139 274	1 241	529 990
Ativos detidos para negociação	95 410	0	3 601	1 007	4 607
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	485 150	386 727	64 438	164	451 329
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	86 850	2 748	71 235	70	74 054
dos quais:					
Títulos comprados com acordos de revenda	47 404	2 748	44 591	0	47 339
Títulos obtidos por empréstimo	21 136	0	20 918	0	20 918
Ativos financeiros disponíveis para venda[4]	54 275	0	560	28	589
Empréstimos[5]	413 455	0	210 776	30 189	240 965
Títulos detidos até à maturidade	3 206	0	0	0	0
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	76 036	39 567	1 061	80	40 708
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[6]	52 341	0	5 094	8 661	13 756
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[6]	166 063	0	8 251	7 454	15 705
Exposição máxima ao risco de crédito	1 662 125	429 042	400 153	47 679	876 874

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Does not include credit derivative notional sold (€ 744,159 million) and credit derivative notional bought protection.
[3] A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.
[4] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[5] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[6] Os números são refletidos nos valores nocionais.

A diminuição global na exposição máxima ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2017 foi motivada por uma diminuição de 124,1 mil milhões de euros em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, uma diminuição de 9,1 mil milhões de euros em outros ativos sujeitos a risco de crédito, uma diminuição de 7,8 mil milhões em empréstimos e uma diminu-

ição de 6,5 mil milhões de euros em ativos financeiros disponíveis para venda, parcialmente compensada por um aumento de 44,3 mil milhões de euros em caixa e saldos do banco central.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía, em 31 de dezembro de 2017, obrigações negociadas no valor de 87,3 mil milhões de euros (81,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), mais de 82% das quais com notação investment-grade (mais de 81% em 31 de dezembro de 2016). Esta categoria de ativos financeiros disponíveis para venda refletiu principalmente títulos de dívida, mais de 98% dos quais com notação investment-grade (mais de 98% em 31 de dezembro de 2016).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

Derivamos a nossa qualidade creditícia de notações internas e agrupamos as nossas exposições nas seguintes classes: Consultar a secção “Medição do risco de crédito” para mais informações sobre as nossas notações internas.

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

							31.12.2017
em milhões de euros[1]	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
Caixa e saldos do banco central	219 690	3 717	1 453	597	80	118	225 655
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	3 921	2 743	1 450	808	23	320	9 265
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	2 666	2 851	716	3 018	630	89	9 971
Títulos obtidos por empréstimo	13 326	2 379	495	499	10	22	16 732
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]	251 554	193 193	50 326	41 347	10 004	3 888	550 313
Ativos detidos para negociação	49 305	12 186	11 833	16 496	6 684	2 226	98 730
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	151 693	167 014	25 442	13 333	2 472	1 078	361 032
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	50 557	13 993	13 051	11 518	848	585	90 551
dos quais:							
Títulos comprados com acordos de revenda	25 389	11 498	9 662	10 367	324	603	57 843
Títulos obtidos por empréstimo	18 309	1 277	644	24	0	0	20 254
Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	36 235	6 658	2 592	399	57	130	46 071
Empréstimos[3]	40 765	54 383	126 071	117 807	43 872	12 236	395 132
dos quais:							
Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	20	0	36	283	141	108	588
Títulos detidos até à maturidade	3 170	0	0	0	0	0	3 170
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	16 705	25 909	8 128	14 704	754	700	66 900
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[4]	5 108	13 899	16 165	7 882	3 434	1 723	48 212
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[4]	18 643	44 388	51 021	25 652	15 286	3 264	158 253
Total	611 783	350 120	258 417	212 713	74 152	22 489	1 529 674

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[3] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[4] Os números são refletidos nos valores nocionais.

							31.12.2016
em milhões de euros[1]	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
Caixa e saldos do banco central	174 978	4 241	1 778	238	81	47	181 364
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	5 546	3 452	1 612	689	112	195	11 606
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	3 542	7 734	1 028	2 624	1 338	22	16 287
Títulos obtidos por empréstimo	16 036	2 882	802	343	18	0	20 081
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]	277 645	258 627	61 162	52 904	11 183	5 889	667 411
Ativos detidos para negociação	46 398	10 956	12 024	17 729	5 833	2 471	95 410
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	188 037	234 491	38 113	19 138	3 297	2 073	485 150
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	43 211	13 180	11 024	16 037	2 053	1 344	86 850
dos quais:							
Títulos comprados com acordos de revenda	13 622	10 684	7 401	13 667	1 165	866	47 404
Títulos obtidos por empréstimo	18 697	1 498	937	4	0	0	21 136
Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	42 808	6 616	2 106	577	72	254	52 433
Empréstimos[3]	44 116	52 421	127 682	121 213	42 941	14 273	402 645
dos quais:							
Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	54	28	341	26	68	87	604
Títulos detidos até à maturidade	3 206	0	0	0	0	0	3 206
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	26 594	25 791	9 656	13 091	630	273	76 036
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[4]	5 699	13 712	16 753	9 663	4 477	2 038	52 341
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[4]	21 479	45 635	47 480	29 274	18 173	4 022	166 063
Total	621 650	421 112	270 058	230 615	79 025	27 013	1 649 473

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[3] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[4] Os números são refletidos nos valores nocionais.

A diminuição global no total de exposição ao crédito de 119,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 deve-se sobretudo a uma diminuição dos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos em categorias de notação investment-grade, sobretudo na categoria iA.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), empréstimos negociados, obrigações negociadas, títulos de dívida disponíveis para venda e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- Os “empréstimos” são empréstimos líquidos ao custo amortizado, conforme relatados no balanço, mas previamente à dedução da nossa provisão para perdas com empréstimos.
- Os "compromissos de crédito irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos irrevogáveis.
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os “derivados OTC” são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.
- Os “empréstimos negociados” são empréstimos comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- As “obrigações negociadas” incluem obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os “títulos de dívida” incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, que tenhamos classificado como disponíveis para venda.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de recompra inversa, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber, posições de titularização tradicionais, bem como investimentos em ações.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

									31.12.2017
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida[4]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
Corporate & Investment Bank	137 954	141 892	45 342	30 993	10 875	83 067	2 667	99 335	552 125
Private & Commercial Bank	267 554	16 201	2 802	422	1	0	14 421	835	302 235
Deutsche Asset Management	87	53	16	0	0	67	39	0	262
Non-Core Operations Unit	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidation & Adjustments	26	107	52	15	0	4 130	31 124	4 630	40 084
Total	405 621	158 253	48 212	31 430	10 876	87 264	48 251	104 800	894 707

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

									31.12.2016
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida[4]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
Corporate & Investment Bank	145 187	148 599	48 778	43 230	12 996	72 342	3 568	98 135	572 835
Private & Commercial Bank	264 385	16 976	2 985	737	0	1	17 360	4 290	306 734
Deutsche Asset Management	343	55	21	27	6	2 569	26	0	3 047
Non-Core Operations Unit	3 133	131	434	175	191	257	0	34	4 355
Consolidation & Adjustments	407	302	123	24	0	6 124	33 768	2 450	43 197
Total	413 455	166 063	52 341	44 193	13 193	81 293	54 722	104 909	930 169

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

Como parte da nossa ressegmentação em 2017, o Global Markets e o Corporate & Investment Banking foram fundidos para formar o Corporate & Investment Bank como um novo segmento de negócio. Da mesma forma, o Private, Wealth and Commercial Clients e o Postbank foram fundidos para formar o Private & Commercial Bank. Os saldos das divisões para 2017 e os saldos comparativos para 2016 foram atribuídos de acordo com a nova segmentação. As atividades da Non-Core Operations Unit, incluindo o total de exposição ao crédito de 4,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, passaram para o Private & Commercial Bank e o Corporate & Investment Bank, no início de 2017.

A nossa principal exposição ao crédito registou uma redução de 35,5 mil milhões de euros.

- Numa perspetiva de divisão, as diminuições na exposição observam-se em todas as divisões. O Corporate & Investment Bank, com uma diminuição de 20,7 mil milhões de euros, é o principal contribuidor para a diminuição global.
- Numa perspetiva de produtos, assistiu-se a fortes reduções da exposição a derivados OTC, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis e títulos de dívida, enquanto se assistiu a um aumento nas obrigações negociadas.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

31.12.2017

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida[4]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
Intermediação financeira	52 087	31 839	9 407	17 991	1 635	16 982	15 590	100 006	245 536
Atividades de gestão de fundos	18 668	6 213	173	1 232	306	737	53	44	27 426
Indústria	27 569	38 450	14 893	1 347	628	1 991	294	–	85 172
Comércio grossista e de retalho	19 246	10 684	5 623	413	388	501	50	–	36 905
Famílias	186 687	9 975	671	398	74	–	–	–	197 805
Atividades imobiliárias comerciais	29 180	4 343	508	1 185	2 080	1 468	1	41	38 806
Setor público	13 510	844	138	3 510	611	54 989	30 301	4 694	108 597
Outros	58 674	55 904	16 799	5 353	5 154	10 596	1 963	16	154 459
Total	405 621	158 253	48 212	31 430	10 876	87 264	48 251	104 800	894 707

1 Inclui empréstimos em imparidade no montante de 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
2 Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
3 Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
4 Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.
5 Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

31.12.2016

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida[4]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
Intermediação financeira	49 630	31 296	10 189	22 554	3 115	19 580	16 452	104 095	256 911
Atividades de gestão de fundos	26 062	6 843	53	1 441	115	1 322	183	59	36 077
Indústria	29 932	41 801	15 067	2 850	1 658	2 368	302	2	93 980
Comércio grossista e de retalho	16 733	10 473	5 607	518	443	556	30	0	34 360
Famílias	187 862	9 936	1 267	652	105	2	0	0	199 825
Atividades imobiliárias comerciais	27 324	4 372	512	1 780	2015	861	78	67	37 008
Setor público	15 707	1 795	189	6 457	629	47 265	35 515	480	108 037
Outros	60 206	59 548	19 456	7 941	5 114	9 339	2 162	205	163 972
Total	413 455	166 063	52 341	44 193	13 193	81 293	54 722	104 909	930 169

1 Inclui empréstimos em imparidade no montante de 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
2 Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
3 Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
4 Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.
5 Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

A tabela acima fornece uma visão geral da nossa exposição ao crédito por setor; a afetação teve por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

Numa perspetiva de classificação dos setores, a nossa exposição ao crédito é inferior face ao exercício anterior, principalmente devido a uma diminuição em Intermediação financeira de 11,4 mil milhões de euros, Outros setores de 9,5 mil milhões de euros, Setor da indústria transformadora de 8,8 mil milhões de euros e Atividades de gestão de fundos de 8,7 mil milhões de euros, impulsionada por derivados OTC, empréstimos e compromissos de crédito irrevogáveis inferiores.

As exposições a empréstimos nos setores de intermediação financeira, indústria transformadora e setor público incluem predominantemente empréstimos com notação investment-grade. A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos “Princípios de gestão do risco de crédito”, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de sindicação, estão sujeitas a revisão por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (consoante a dimensão) por um comité de subscrição/crédito e/ou pelo Conselho de Administração. É dada grande ênfase à estruturação dessas transações de modo que seja alcançada uma redução do risco de forma atempada e eficiente em termos de custos. As exposições no âmbito destas categorias são sobretudo a mutuários de boa qualidade e estão também sujeitas a uma redução adicional do risco conforme indicado na descrição das atividades do nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).

A nossa exposição a empréstimos a famílias no valor de 186,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (187,9 mil milhões de euros em dezembro de 2016) está principalmente associada às nossas carteiras de Private & Commercial Bank. As hipotecas correspondem a 150,2 mil milhões de euros (80%) da carteira, dos quais 121,4 mil milhões de euros são detidos na Alemanha. As restantes exposições (36,5 mil milhões de euros, 20%) estão predominantemente relacionadas com a área de financiamento de consumidores e pequenas empresas. Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste principalmente no financiamento de imóveis de uso próprio pelo proprietário vendidos através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha, Itália e Polónia, com exposição que normalmente não excede o valor do imóvel. O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido da família). As taxas de juro são, na sua maioria, fixadas por um certo período de tempo, especialmente na Alemanha. Os empréstimos de second lien não são ativamente explorados.

O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. O risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. Uma vez que não dispõem de garantias colaterais, em comparação com as hipotecas são de valor inferior e estendem-se por períodos mais curtos. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição, na carteira diversificada (clientes/propriedades) e nos baixos rácios entre o montante do empréstimo e o valor do ativo (loan-to-value, LTV), a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco e a de financiamento ao consumo como sendo de médio risco.

Os nossos créditos imobiliários comerciais, sobretudo nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que serão mantidos os rácios LTV geralmente inferiores a 75%. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados.

O Grupo de Imóveis Comerciais só em casos excecionais retém exposições intermédias (mezzanine) (apesar de subscrevermos empréstimos mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior. Os empréstimos gerados por operações de distribuição são cuidadosamente monitorizados no âmbito de um limite global. As posições em empréstimos titularizados são totalmente vendidas (exceto nos casos em que a legislação exige a retenção do risco económico); simultaneamente, retemos frequentemente uma parte dos empréstimos bancários em consórcio. Esta carteira, que é detida ao custo amortizado, está também sujeita aos princípios e às orientações em matéria de política mencionados acima. Também participamos em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora, que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de capital aberto, que são geralmente investment-grade. Concedemos empréstimos a taxa fixa (geralmente, produto titularizado) e empréstimos a taxa variável, com a exposição à taxa de juros sujeita a operações de cobertura. Além disso, os empréstimos em incumprimento total ou parcial e os agregados de empréstimos são adquiridos a outras instituições financeiras geralmente com descontos substanciais nos valores nocionais e nos valores das garantias atuais. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e as propriedades subjacentes por eventos únicos. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A categoria Outros empréstimos, com exposição de 58,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (60,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), diz respeito a vários setores de atividade menores, nenhum dos quais com mais de 7% do total de empréstimos.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 8% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 7% em 31 de dezembro de 2016. As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A declaração relativa às indústrias em destaque a seguir indicadas segue o parecer da Gestão do risco de crédito em relação às indústrias, que pode ser distinto da afetação com base nos códigos NACE.

A nossa exposição ao crédito para a indústria em destaque "Transporte e outras atividades marítimas" corresponde a 4,8 mil milhões de euros, aproximadamente, dos quais 3,7 mil milhões de euros dizem respeito a financiamento de embarcações. A diferença consiste noutras atividades marítimas (por exemplo, instalações portuárias, estaleiros). A redução da exposição relacionada com o financiamento de embarcações superior a mil milhões de euros em 2017 demonstra a disciplina aplicada pelo Banco para reduzir a exposição a este setor de risco mais elevado, bem como o impacto do enfraquecimento do dólar americano face ao euro. Durante vários anos, o setor marítimo sofreu rendimentos persistentemente baixos em mercados com oferta excessiva. A procura é impulsionada pela conjuntura macroeconómica e afetada pelas tensões geopolíticas e pelas evoluções dos preços do petróleo. Os segmentos de transporte de contentores e granéis sólidos foram mais gravemente afetados em 2016 e registaram taxas de frete ligeiramente melhores em 2017 impulsionadas por um abate significativo e uma atividade de nova construção moderada. O segmento de petroleiros enfrentou níveis muito elevados de entregas programadas para 2017 e 2018, o que originou uma descida das taxas de frete, nomeadamente no início de 2017, a partir dos níveis de 2016. As taxas de frete globais estão neste momento estabilizadas nos níveis mais baixos. A atividade contínua de nova construção em mercados globais, que está a ocorrer de modo desconhecido, por exemplo na China, constitui uma ameaça para novas evoluções do mercado. Não se prevê qualquer melhoria significativa nas taxas de frete e nos valores de ativos subsequentes a curto prazo. Uma elevada parcela da carteira possui notação non-investment-grade em reflexo das prolongadas condições de mercado desafiantes nos últimos anos. Uma provisão líquida para perdas de crédito de 198 milhões de euros antes da libertação de uma provisão para empréstimos não em imparidade avaliados coletivamente foi registada para a carteira do setor marítimo em 2017.

Ambos os setores "Petróleo e gás" e "Metais, minérios e aço" beneficiaram da recuperação dos preços das matérias-primas em 2017. Em 31 de dezembro de 2017, a nossa exposição a empréstimos para o setor "Petróleo e gás" é de aproximadamente 7 mil milhões de euros e a nossa exposição a empréstimos para o setor "Metais, minérios e aço" é de aproximadamente 4 mil milhões de euros. Em geral, as provisões para perdas de crédito foram mais baixas do que em 2016 para ambos os setores.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

31.12.2017

em milhões de euros	Empréstimos [1]	Compromissos de crédito irrevogáveis [2]	Passivos contingentes	Derivados OTC [3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida [4]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra [5]	Total
Europa	299 937	65 739	27 574	18 353	3 149	33 120	35 304	26 648	509 825
dos quais:									
Alemanha	199 867	27 483	10 739	1 661	146	4 912	12 414	3 421	260 644
Reino Unido	6 895	5 748	1 514	5 849	190	9 668	864	10 123	40 851
França	2 651	8 265	1 266	1 231	242	3 096	3 597	3 442	23 788
Luxemburgo	15 983	2 858	484	1 102	247	1 017	6 142	711	28 544
Itália	21 836	1 642	3 657	1 750	497	4 167	642	820	35 012
Países Baixos	8 304	6 498	1 627	2 292	493	2 022	2 793	82	24 112
Espanha	13 250	1 866	3 046	704	227	2 188	946	987	23 213
Irlanda	4 415	1 843	481	972	272	1 022	655	2 673	12 333
Suíça	6 922	2 324	2 488	313	65	644	163	416	13 336
Polónia	7 871	807	234	26	36	296	1 820	0	11 089
Bélgica	1 177	1 280	405	352	12	601	1 574	0	5 401
Outros países da Europa	10 765	5 124	1 633	2 099	723	3 486	3 696	3 975	31 500
América do Norte	64 086	85 358	10 031	10 015	5 129	31 636	10 986	56 776	274 017
dos quais:									
EUA	53 795	80 776	9 489	8 036	4 750	29 972	10 623	44 659	242 101
Ilhas Caimão	2 312	1 951	52	700	103	1 041	17	9 162	15 336
Canadá	838	1 564	110	1 092	87	272	346	1 688	5 996
Outros países da América do Norte	7 141	1 068	380	187	190	351	0	1 267	10 584
Ásia e Pacífico	34 469	4 447	8 967	2 254	1 735	20 319	1 025	19 909	93 126
dos quais:									
Japão	1 093	276	349	366	66	4 760	15	10 354	17 278
Austrália	1 477	1 076	128	277	310	3 716	588	1 453	9 026
Índia	7 034	717	1 645	219	86	3 973	0	1 517	15 191
China	4 393	378	1 195	263	2	836	0	3 130	10 198
Singapura	4 946	419	794	177	75	927	0	220	7 559
Hong Kong	4 224	385	598	144	551	399	2	45	6 348
Outros países da Ásia e Pacífico	11 300	1 197	4 259	808	644	5 707	419	3 190	27 526
Outras áreas geográficas	7 130	2 708	1 639	808	862	2 190	936	1 466	17 739
Total	405 621	158 253	48 212	31 430	10 876	87 264	48 251	104 800	894 707

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida[4]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
									31 dez 2016[6]
Europa	303 329	65 926	28 747	25 944	4 157	23 924	41 438	24 418	517 881
dos quais:									
Alemanha	197 368	27 954	11 511	2 636	236	3 070	12 970	5 571	261 316
Reino Unido	7 942	7 331	1 422	7 925	519	4 224	1 929	9 327	40 620
França	2 703	5 854	1 373	1 436	216	2 255	4 866	1 830	20 534
Luxemburgo	19 312	2 998	575	1 521	330	1 228	7 179	372	33 515
Itália	21 374	1 462	3 607	3 183	444	2 195	279	1 808	34 351
Países Baixos	8 934	6 370	1 749	3 270	224	2 164	4 143	474	27 328
Espanha	13 196	1 785	3 045	671	361	1 451	756	674	21 939
Irlanda	5 113	1 742	465	1 525	305	1 251	746	1 216	12 364
Suíça	7 350	2 285	2 044	243	162	1 134	186	230	13 635
Polónia	7 402	702	208	65	6	281	1 542	0	10 205
Bélgica	1 581	1 423	399	481	5	424	2 520	80	6 914
Outros países da Europa	11 055	6 018	2 349	2 988	1 347	4 248	4 322	2 836	35 162
América do Norte	69 921	92 699	12 013	12 162	6 471	36 332	11 444	61 771	302 814
dos quais:									
EUA	56 567	87 503	11 336	9 307	6 181	30 961	10 843	47 528	260 225
Ilhas Caimão	2 993	1 045	86	725	37	1 215	24	11 679	17 804
Canadá	2 247	2 288	163	1 723	112	628	249	95	7 505
Outros países da América do Norte	8 115	1 863	428	406	142	3 528	328	2 470	17 279
Ásia e Pacífico	31 644	5 782	9 958	4 753	1 606	18 525	1 425	17 515	91 208
dos quais:									
Japão	888	299	350	941	95	3 932	17	9 002	15 522
Austrália	1 259	1 142	166	445	143	3 357	949	1 157	8 619
Índia	7 589	371	1 735	537	8	3 148	0	1 578	14 966
China	2 953	722	1 113	446	11	687	0	1 945	7 877
Singapura	3 885	434	807	142	419	1 528	1	280	7 497
Hong Kong	2 405	944	566	407	174	343	0	64	4 903
Outros países da Ásia e Pacífico	12 664	1 869	5 221	1 834	757	5 531	458	3 490	31 824
Outras áreas geográficas	8 561	1 655	1 624	1 334	960	2 513	414	1 204	18 266
Total	413 455	166 063	52 341	44 193	13 193	81 293	54 722	104 909	930 169

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.
[6] Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nas áreas geográficas relatadas.

A tabela supra confere uma visão geral da nossa exposição ao crédito por região geográfica, atribuída com base no país de domicílio da contraparte; consulte também a secção “Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro” deste relatório para uma discussão detalhada da “perspetiva por país de domicílio”.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário.

No âmbito dos derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte. Do ponto de vista da classificação de indústrias, as exposições de derivados OTC, bem como acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, têm uma parcela significativa em empresas de intermediação financeira com elevada notação. Em ativos negociáveis, uma grande percentagem de exposição é também em empresas do setor público.

Em 31 de dezembro de 2017, a nossa carteira de empréstimos diminuiu para 405,6 mil milhões de euros (face aos 413,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) devido, sobretudo, aos baixos níveis de exposições no Luxemburgo e nos Estados Unidos. As nossas carteiras de empréstimos a atividades de gestão de fundos, famílias e indústria enfrentaram as maiores diminuições. A diminuição em empréstimos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos deveu-se essencialmente a uma redução dos saldos de empréstimos em todos os negócios, bem como a uma valorização do euro face ao dólar americano. As obrigações negociadas aumentaram 6,0 mil milhões de euros sobretudo na região da Europa, impulsionadas por uma maior atividade de clientes e mais posições de obrigações nos negócios das taxas da UE. Os títulos de dívida diminuíram 6,5 mil milhões de euros, principalmente no Reino Unido e nos Países Baixos, sobretudo devido à venda de obrigações disponíveis para venda.

Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro

Na tabela seguinte apresenta-se determinados países da área do euro devido a preocupações relacionadas com o risco soberano.

Na nossa "perspetiva por país de domicílio", agregamos as exposições ao risco de crédito de contrapartes por sua afetação ao domicílio da contraparte principal, independentemente da existência de ligações com outras contrapartes, ou, no caso de swaps de risco de incumprimento, dos ativos de referência destes países da área do euro que lhe estejam subjacentes. Por conseguinte, também incluímos contrapartes cuja empresa-mãe do Grupo está localizada fora destes países e exposições a entidades de finalidade especial, cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas noutros países.

A tabela seguinte, que se baseia na perspetiva por país de domicílio, apresenta a nossa posição bruta, o montante nela incluído de exposição não utilizada e a nossa exposição líquida a estes países da área do euro. A exposição bruta reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos de proteção líquida adquirida de derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num destes países, de garantias recebidas e de garantias. Estas garantias são detidas em particular a nível da carteira de retalho, mas também das instituições financeiras predominantemente baseadas em mecanismos de ajustamento das margens de derivados, e ainda das empresas. Os montantes refletem ainda as provisões para perdas de crédito. Em alguns casos, a capacidade das nossas contrapartes para realizar compromissos não utilizados é limitada pelos termos da documentação contratual específica. As exposições líquidas ao crédito são apresentadas considerando os efeitos das garantias detidas, das garantias recebidas e de redução adicional de risco, incluindo os valores nocionais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos (comprados). As exposições brutas e líquidas a determinados países europeus, fornecidas, não incluem tranches de derivados de crédito e derivados de crédito relacionados com o nosso negócio de correlação que está estruturado para ser neutral em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não permite, por exemplo, uma apresentação teórica desagregada significativa por país, pois exposições nocionais idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

Posição bruta, incluindo exposição não utilizada e exposição líquida a certos países da zona euro – Perspetiva por país de domicílio

	Títulos soberanos		Instituições financeiras		Empresas		Retalho		Outros		Total	
em milhões de euros	31 de dezembro, 2017	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2017	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2017	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2017	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2017	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2017[1]	31 de dezembro, 2016
Grécia												
Bruto	55	89	734	743	526	986	5	6	–	0	1 320	1 824
Não utilizada	–	0	30	31	5	21	–	0	–	0	36	52
Líquido	38	83	270	258	8	15	1	1	–	0	317	357
Irlanda												
Bruto	865	826	927	908	7 556	9 280	31	31	2275[2]	3263[2]	11 654	14 308
Não utilizada	–	0	4	42	2 005	2 000	–	1	316[2]	172[2]	2 326	2 214
Líquido	717	569	477	352	4 420	5 374	6	5	2275[2]	3459[2]	7 895	9 759
Itália												
Bruto	2 875	2 735	3 338	3 051	12 050	10 591	16 489	17 122	147	358	34 898	33 857
Não utilizada	13	32	28	74	5 162	4 730	96	208	–	26	5 300	5 069
Líquido	1 015	438	672	920	8 202	7 514	7 633	7 288	146	344	17 669	16 504
Portugal												
Bruto	(227)	61	185	127	1 329	1 424	1 757	1 674	80	65	3 123	3 352
Não utilizada	–	0	75	12	374	232	24	12	–	0	474	256
Líquido	(223)	79	115	73	893	1 205	134	143	80	65	998	1 564
Espanha												
Bruto	1 672	1 325	1 301	1 947	9 106	8 340	9 570	9 770	128	112	21 777	21 493
Não utilizada	–	0	225	261	4 583	4 310	259	283	–	3	5 068	4 858
Líquido	1 554	1 195	552	971	7 113	6 643	2 117	1 935	128	265	11 464	11 009
Total bruta	**5 240**	5 037	**6 485**	6 776	**30 566**	30 621	**27 851**	28 603	**2 629**	3 797	**72 771**	74 835
Total – não utilizada	**14**	33	**364**	419	**12 130**	11 292	**380**	504	**316**	202	**13 203**	12 449
Total líquido[3]	**3 102**	2 364	**2 086**	2 574	**20 637**	20 751	**9 891**	9 371	**2 629**	4 133	**38 344**	39 194

[1] Cerca de 71% da exposição total em 31 de dezembro de 2017 alcançará a maturidade nos próximos cinco anos.
[2] Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da empresa-mãe do Grupo está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a entidades de finalidade especial cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.
[3] A exposição total líquida exclui reservas de avaliação de crédito para derivados no montante de 64,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e de 281 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

A exposição total líquida aos países da área do euro acima selecionados registou uma diminuição de 850 milhões de euros em 2017, devido, em larga medida, a uma diminuição na exposição na Irlanda e em Portugal, parcialmente compensada por um aumento em Itália e em Espanha.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

Os valores abaixo refletem uma "perspetiva por país de domicílio" líquida da nossa exposição a dívida soberana.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

em milhões de euros	31.12.2017 Exposição soberana direta[1]	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS [2]	31.12.2016 Exposição soberana direta[1]	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS [2]
Grécia	55	(17)	38	0	89	(6)	83	2
Irlanda	709	9	717	0	569	0	569	74
Itália	2 834	(1 818)	1 016	49	2 662	(2 223)	438	398
Portugal	(227)	3	(223)	0	61	17	79	(8)
Espanha	1 669	(115)	1 554	35	1 322	(127)	1 195	279
Total	**5 040**	**(1 938)**	**3 102**	**84**	4 703	(2 339)	2 364	744

[1] Inclui dívida soberana classificada como ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, disponíveis para venda e empréstimos ao custo amortizado. A exposição soberana direta é líquida de garantias recebidas e de garantias.
[2] Os valores refletem o justo valor líquido em relação aos *swaps* de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo, representando o risco de crédito de contraparte.

O aumento de 738 mil milhões de euros na exposição soberana líquida face ao final do exercício de 2016 reflete em grande parte aumentos nos títulos de dívida na Itália e em Espanha.

A supra representada exposição soberana direta incluiu o valor contabilístico dos empréstimos detidos ao custo amortizado concedidos a governos soberanos, o qual totalizou, em 31 de dezembro de 2017, 225 milhões de euros no caso de Itália e 427 milhões de euros no caso de Espanha, sendo os montantes respetivos em 31 de dezembro de 2016 de 216 milhões de euros no caso de Itália e de 401 milhões de euros no caso de Espanha.

Classificação da exposição ao crédito

Também classificamos a nossa exposição ao crédito em duas grandes categorias: exposição ao crédito ao consumo e exposição ao crédito a empresas.

– A nossa exposição ao crédito ao consumo é composta pelos nossos empréstimos homogéneos padronizados de menor saldo, principalmente na Alemanha, em Itália e em Espanha, os quais incluem empréstimos pessoais, empréstimos hipotecários residenciais e não residenciais, descobertos e empréstimos a clientes empresariais em nome individual e pequenos clientes empresariais dos nossos negócios de banca privada e de retalho.
– A nossa exposição ao crédito a empresas é composta por todas as exposições não definidas como exposições ao crédito ao consumo.

Exposição ao crédito a empresas

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito a empresas por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar a secção "Medição do risco de crédito".

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % [1]	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Títulos de dívida [4]	31.12.2017 Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	38 743	18 643	5 108	13 025	39 405	114 924
iA	> 0,04 ≤ 0,11	39 428	44 388	13 899	8 416	6 277	112 407
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	56 245	51 021	16 165	5 204	2 174	130 809
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	41 888	25 652	7 882	3 390	371	79 183
iB	> 2,27 ≤ 10,22	23 556	15 286	3 434	1 174	5	43 456
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	13 688	3 264	1 723	220	19	18 913
Total		213 547	158 253	48 212	31 430	48 251	499 693

[1] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.
[4] Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2016

Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % [1]	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Títulos de dívida [4]	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	43 149	21 479	5 699	16 408	46 014	132 749
iA	> 0,04 ≤ 0,11	39 734	45 635	13 712	12 566	6 616	118 264
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	57 287	47 480	16 753	8 300	1 696	131 515
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	46 496	29 274	9 663	5 333	366	91 132
iB	> 2,27 ≤ 10,22	22 920	18 173	4 477	1 053	9	46 631
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	15 069	4 022	2 038	533	21	21 683
Total		224 655	166 063	52 341	44 193	54 722	541 974

[1] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.
[4] Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

A tabela acima apresenta uma diminuição global na nossa exposição ao crédito a empresas em 2017 de 42,3 mil milhões de euros (7,8%). Os empréstimos diminuíram em 11,1 mil milhões de euros, o que se deve sobretudo ao Luxemburgo e aos Estados Unidos. A diminuição deveu-se essencialmente a uma redução do saldo de empréstimos em todos os negócios, bem como a uma valorização do euro face ao dólar americano. Os títulos de dívida diminuíram em 6,5 mil milhões de euros, quase exclusivamente relacionados com a banda de notação superior e sobretudo devido à venda de títulos de dívida disponíveis para venda. A diminuição em compromissos de crédito irrevogáveis (7,8 mil milhões de euros) é atribuível sobretudo à América do Norte e à Ásia e Pacífico. A qualidade da exposição ao crédito a empresas antes da redução do risco de crédito encontra-se em 72% das exposições com classificação investment-grade em dezembro de 2017, em comparação com 71% em 31 de dezembro de 2016.

Utilizamos as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a nossa exposição ao crédito a empresas e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas seguintes apresentam a evolução da nossa exposição ao crédito a empresas, líquida de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31 dez 2017[1]

Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % [2]	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	27 580	18 281	4 272	7 370	39 405	96 907
iA	> 0,04 ≤ 0,11	25 355	42 104	11 882	6 528	6 277	92 146
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	32 131	49 095	13 461	4 490	2 174	101 351
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	18 845	24 056	5 267	2 506	371	51 046
iB	> 2,27 ≤ 10,22	8 306	14 130	2 097	1 106	5	25 645
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4 157	2 540	629	216	15	7 557
Total		116 374	150 206	37 608	22 216	48 247	374 652

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.
[2] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31 dez 2016[1]

Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % [2]	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	32 305	19 653	4 351	10 480	46 014	112 802
iA	> 0,04 ≤ 0,11	24 970	41 435	11 393	10 032	6 616	94 448
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	28 369	43 659	13 845	7 439	1 672	94 984
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	19 573	27 206	5 932	4 034	361	57 105
iB	> 2,27 ≤ 10,22	8 090	16 745	2 176	1 020	9	28 041
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	5 954	2 872	889	509	21	10 246
Total		119 261	151 571	38 586	33 514	54 694	397 626

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.
[2] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

A exposição ao crédito a empresas líquida de garantias colaterais ascendeu a 374,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, refletindo uma redução do risco de 25% ou 125,0 mil milhões de euros, em comparação com a exposição bruta ao crédito a empresas. Aqui inclui-se uma redução mais significativa de 46% para a nossa exposição a empréstimos, que inclui uma redução de 60% para os empréstimos de sub-investment-grade com notações mais baixas e 37% para empréstimos com investment-grade de notações superiores. A redução do risco de exposição total na banda de notação mais fraca foi de 60 %, uma percentagem significativamente mais elevada do que os 16 % registados na banda de notação mais forte.

A redução do risco de 125,0 mil milhões de euros é dividida em 20% de garantias e coberturas e em 80% de outras garantias colaterais.

Redução do risco pelo CPSG relativamente à exposição ao crédito a empresas

O nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) contribui para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nocional das atividades de redução de risco do CPSG diminuiu de 43,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, para 32,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. O valor nocional das atividades de redução de risco diminuiu ao longo de 2017 na sequência da aprovação do Conselho de Administração concedida em 2016 para aumentar a apetência pelo risco do Grupo para exposições com classificação investment-grade.

No fim do exercício de 2017, o CPSG reduziu o risco de crédito de 32 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos em 31 de dezembro de 2017, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 42,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

O CPSG detinha também derivados de crédito com um valor nocional subjacente de 0,7 mil milhões de euros. A posição totalizava 1,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados ao justo valor.

O CPSG optou por utilizar a opção de justo valor nos termos da IAS 39 para relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, desde que os critérios para utilização dessa opção sejam cumpridos. O valor nocional dos empréstimos e compromissos do CPSG registados ao justo valor diminuiu durante o exercício, registando 2,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 face a 3,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Exposição ao crédito ao consumo

A nossa exposição ao crédito ao consumo monitoriza os incumprimentos em crédito ao consumo em termos de empréstimos vencidos há 90 ou mais dias e os custos de crédito líquidos, que são as provisões líquidas anualizadas, debitadas após recuperações.

Exposição ao crédito ao consumo, incumprimentos em crédito ao consumo e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros [1]		Vencimento igual ou superior a 90 dias em % da exposição total[1]		Custos de crédito líquidos em % da exposição total[2]	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Exposição de crédito ao consumo - Alemanha:	153 728	150 639	0,73	0,75	0,12	0,13
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	21 224	20 316	2,96	2,45	1,07	0,99
Financiamento hipotecário	132 505	130 323	0,37	0,48	-0,03	0,00
Exposição ao crédito ao consumo fora da Alemanha	38 345	38 162	3,77	4,22	0,39	0,68
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	15 298	13 663	6,54	8,44	0,78	0,98
Financiamento hipotecário	23 047	24 499	1,93	1,87	0,12	0,51
Exposição total de crédito ao consumo	**192 074**	188 801	**1,34**	1,45	**0,17**	0,24

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 2,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e de 3,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
[2] Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição nessa data de balanço.

O volume da nossa exposição de crédito ao consumo aumentou, desde o final do exercício de 2016 até 31 de dezembro de 2017, 3,3 mil milhões de euros (1,7%) devido à nossa carteira de empréstimos na Alemanha, que aumentou 3,1 mil milhões de euros, e na Índia, que aumentou 239 milhões de euros. A nossa carteira de empréstimos em Espanha diminuiu 116 milhões de euros e em Itália 111 milhões de euros, parcialmente compensados por vendas de empréstimos sem resultados.

O rácio de crédito vencido igual ou superior a 90 dias da nossa exposição de crédito ao consumo diminuiu de 1,45% no exercício de 2016 para 1,34% em 31 de dezembro de 2017. O total de custos de crédito líquidos como uma percentagem da nossa exposição de crédito ao consumo diminuiu de 0,24% no exercício de 2016 para 0,17% em 31 de dezembro de 2017. Este rácio foi afetado positivamente pela melhoria e estabilização da conjuntura em países nos quais operamos e pela venda de carteiras de empréstimos sem resultados em Espanha e Itália.

Exposição ao financiamento hipotecário ao consumo, agregada por grupos de rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (LTV)[1]

	31.12.2017	31.12.2016
~ 50%	68%	68%
> 50 ≤ 70%	16%	16%
> 70 ≤ 90%	9%	9%
> 90 ≤ 100%	3%	3%
> 100 ≤ 110%	2%	2%
> 110 ≤ 130%	1%	1%
~ 130 %	1%	1%

[1] Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor correspondente à avaliação do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor de avaliação dos respetivos imóveis. Estes valores são atualizados regularmente. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2017, 68% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, inalterado face ao exercício anterior.

Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (“CCP”), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorremos a serviços CCP para transações de derivados OTC ("compensação de produtos do mercado de balcão") e beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivados OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivados OTC, bem como regras relativas ao registo dos mesmos, normas de conduta comercial e margem e capital para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps ou principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC introduziram, em 2013, uma compensação obrigatória de OTC nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (“EMIR”) introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivados OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivados não compensados. Todas as outras entidades abrangidas seguiram os requisitos de margem de variação a partir de 1 de março de 2017. Os requisitos de margem inicial estão sujeitos a um calendário de implementação faseada, que será aplicado na íntegra até setembro de 2020.

A CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que swaps de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada até outubro de 2018. O Deutsche Bank implementou os requisitos de compensação ampliados da CFTC para os swaps de taxa de juro relevantes sujeitos ao calendário de cumprimento para 2017, que abrange os instrumentos identificados denominados em AUD, CAD, HKD, NOK, PLN e SEK. Em dezembro de 2016, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC voltou a propor regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes. Esta proposta não foi ainda finalizada. A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (Securities and Exchange Commission – "SEC") concluiu ainda as regras respeitantes ao registo, normas de conduta comercial e reconhecimento do mercado e requisitos de verificação para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários, ainda que essas regras não entrem em vigor até que a SEC conclua a regulamentação em matéria de swaps baseados em valores mobiliários. Por fim, os reguladores prudenciais dos Estados Unidos (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps e swaps baseados em valores mobiliários não compensados, bem como a CFTC adotou regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados. As regulamentações finais relativas a margens seguem um calendário de implementação faseada, com determinados requisitos de margem inicial e de variação em vigor desde setembro de 2016 e requisitos de variação de margem adicionais em vigor desde 1 de março de 2017 para todas as contrapartes abrangidas. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivados não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem inicial adicionais para contrapartes menores são implementados de forma faseada, anualmente, de setembro de 2017 a setembro de 2020, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas.

A tabela a seguir mostra uma discriminação dos valores nocionais e valor de mercado bruto de transações de derivados juntamente com uma discriminação dos valores nocionais de ativos e responsabilidades com derivados OTC tendo por base o canal de aprovação.

Valores nocionais de derivados tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31.12.2017

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nocional						
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	18 389 853	9 644 152	5 862 868	33 896 874	224 783	202 492	22 291
Bilateral (Amt)	2 231 176	2 624 101	1 989 543	6 844 820	200 520	177 989	22 532
CCP (Amt)	16 158 677	7 020 051	3 873 326	27 052 054	24 262	24 503	(241)
Produtos negociados em bolsa	4 100 955	1 379 528	155	5 480 638	250	275	(25)
Total relacionadas com taxas de juro	22 490 809	11 023 680	5 863 023	39 377 512	225 033	202 767	22 266
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4 265 081	1 036 897	470 541	5 772 518	82 392	75 535	6 858
Bilateral (Amt)	4 209 509	1 036 536	470 541	5 716 586	81 597	74 823	6 774
CCP (Amt)	55 572	361	0	55 932	795	712	83
Produtos negociados em bolsa	48 252	0	0	48 252	19	18	1
Total relacionadas com câmbios	4 313 333	1 036 897	470 541	5 820 771	82 411	75 553	6 859
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	301 662	156 272	19 248	477 182	18 201	23 010	(4 810)
Bilateral (Amt)	301 662	156 272	19 248	477 182	18 201	23 010	(4 810)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	732 870	107 631	5 398	845 900	9 986	12 708	(2 722)
Total relacionadas com ações/índices	1 034 533	263 903	24 647	1 323 082	28 187	35 718	(7 531)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	209 376	1 321 066	153 867	1 684 309	28 317	27 888	429
Bilateral (Amt)	91 919	204 583	49 442	345 944	5 363	4 779	584
CCP (Amt)	117 457	1 116 482	104 426	1 338 365	22 954	23 108	(154)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	209 376	1 321 066	153 867	1 684 309	28 317	27 888	429
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	3 431	995	2015	6 441	35	1 485	(1 449)
Bilateral (Amt)	3 431	995	2015	6 441	35	1 485	(1 449)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	39 955	4 163	0	44 119	187	214	(27)
Total relacionadas com matérias-primas	43 386	5 158	2015	50 560	222	1 699	(1 476)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	3 744	765	0	4 509	9	371	(362)
Bilateral (Amt)	3 744	765	0	4 509	9	371	(362)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	5 196	1	0	5 197	5	26	(20)
Total Outras	8 940	766	0	9 706	14	397	(382)
Total negócio mercado de balcão	23 173 146	12 160 146	6 508 540	41 841 833	353 737	330 780	22 957
Negócio bilateral total	6 841 441	4 023 253	2 530 789	13 395 482	305 726	282 457	23 269
Negócio CCP total	16 331 705	8 136 894	3 977 751	28 446 351	48 012	48 324	(312)
Total negócio em bolsa	4 927 230	1 491 323	5 553	6 424 106	10 447	13 240	(2 793)
Total	28 100 376	13 651 470	6 514 093	48 265 939	364 185	344 020	20 164
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	0	0	0	0	32 083	0	0

							31.12.2016
	Distribuição de maturidades do valor nocional						
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	13 214 990	8 828 544	6 102 510	28 146 044	309 405	284 954	24 451
Bilateral (Amt)	2 777 349	3 625 915	2 645 075	9 048 340	272 059	248 396	23 664
CCP (Amt)	10 437 641	5 202 629	3 457 434	19 097 704	37 346	36 558	787
Produtos negociados em bolsa	5 013 591	1 387 444	1 174	6 402 209	326	394	(68)
Total relacionadas com taxas de juro	18 228 581	10 215 988	6 103 684	34 548 253	309 731	285 348	24 382
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	3 994 113	1 053 558	537 044	5 584 715	129 731	126 480	3 251
Bilateral (Amt)	3 938 295	1 053 434	537 044	5 528 773	129 288	126 049	3 239
CCP (Amt)	55 818	124	0	55 942	443	431	12
Produtos negociados em bolsa	29 431	398	35	29 864	6	54	(48)
Total relacionadas com câmbios	4 023 544	1 053 956	537 078	5 614 579	129 738	126 534	3 203
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	366 170	168 529	25 313	560 012	20 358	23 692	(3 334)
Bilateral (Amt)	366 170	168 529	25 313	560 012	20 358	23 692	(3 334)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	472 888	74 045	9 006	555 939	6 172	8 575	(2 402)
Total relacionadas com ações/índices	839 058	242 574	34 319	1 115 951	26 531	32 266	(5 736)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	297 563	1 076 954	142 572	1 517 089	21 297	22 399	(1 102)
Bilateral (Amt)	157 950	298 313	58 852	515 115	7 426	8 238	(811)
CCP (Amt)	139 613	778 640	83 720	1 001 974	13 870	14 161	(291)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	297 563	1 076 954	142 572	1 517 089	21 297	22 399	(1 102)
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	2 660	1 657	9 222	13 539	479	653	(175)
Bilateral (Amt)	2 660	1 657	9 222	13 539	479	653	(175)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	53 757	8 766	0	62 523	440	503	(63)
Total relacionadas com matérias-primas	56 417	10 423	9 222	76 062	918	1 156	(238)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	13 994	6 856	98	20 948	443	719	(276)
Bilateral (Amt)	13 963	6 856	98	20 917	433	698	(265)
CCP (Amt)	31	0	0	31	10	21	(11)
Produtos negociados em bolsa	4 929	0	0	4 929	10	29	(18)
Total Outras	18 923	6 856	98	25 877	453	747	(295)
Total negócio mercado de balcão	17 889 490	11 136 098	6 816 759	35 842 347	481 712	458 897	22 816
Negócio bilateral total	7 256 387	5 154 704	3 275 604	15 686 696	430 043	407 725	22 318
Negócio CCP total	10 633 102	5 981 394	3 541 155	20 155 651	51 669	51 172	497
Total negócio em bolsa	5 574 597	1 470 653	10 214	7 055 464	6 954	9 555	(2 600)
Total	23 464 086	12 606 751	6 826 973	42 897 811	488 667	468 451	20 215
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	0	0	0	0	44 784	0	0

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em ações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Ações de negociação	85 932	75 633
Ações não relacionadas com negociação[1]	2 496	2 979
Exposição de capital total	**88 427**	78 613

[1] Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 367 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e de 288 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a nossa exposição a ações de negociação era principalmente composta por 84,8 mil milhões de euros de atividades de Corporate & Investment Bank e 1,2 mil milhões de euros do negócio Deutsche Asset Management. As ações de negociação globais registaram um aumento de 10,3 mil milhões de euros causado principalmente pelo aumento da exposição nas atividades de Corporate & Investment Bank.

Qualidade dos ativos

Esta secção descreve a qualidade dos ativos dos nossos empréstimos. Todos os empréstimos com informações disponíveis sobre possíveis problemas de crédito dos mutuários que suscitam na direção suspeitas fundadas sobre o cumprimento das suas obrigações contratuais estão incluídos nesta secção.

Visão geral de empréstimos em cumprimento, renegociados, vencidos e em imparidade, por grupos de clientes

	31.12.2017			31.12.2016		
em milhões de euros	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total
Empréstimos não vencidos, não renegociados nem em imparidade	208 457	185 979	394 436	219 106	182 760	401 865
Empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade	1 167	2 778	3 945	882	2 445	3 327
Empréstimos renegociados mas não em imparidade	518	488	1 006	357	459	816
Empréstimos em imparidade	3 406	2 828	6 234	4 310	3 137	7 447
Total	**213 547**	**192 074**	**405 621**	224 655	188 801	413 455

Empréstimos vencidos

Os empréstimos são considerados vencidos quando os pagamentos de capital e/ou juros contratualmente acordados não são pagos pelo mutuário, exceto se esses empréstimos forem adquiridos por via da consolidação. Estes são considerados vencidos, se os pagamentos de capital e/ou juros previstos aquando da consolidação inicial dos empréstimos não forem pagos pelo mutuário na data definida.

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por estado de incumprimento

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos em incumprimento há menos de 30 dias	2 747	2 116
Empréstimos em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	482	494
Empréstimos em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	250	268
Empréstimos em incumprimento há 90 ou mais dias	776	484
Total	**4 255**	3 363

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por setor

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Intermediação financeira	267	95
Atividades de gestão de fundos	40	28
Indústria	179	278
Comércio grossista e de retalho	233	172
Famílias	2 481	2 076
Atividades imobiliárias comerciais	363	190
Setor público	10	12
Outros	682	512
Total	**4 255**	3 363

Empréstimos não em imparidade vencidos ao custo amortizado, por região

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Alemanha	1 810	1 299
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	1 758	1 531
Europa Oriental	158	155
América do Norte	343	233
América Central e América do Sul	6	18
Ásia e Pacífico	161	113
África	19	14
Outros	0	0
Total	**4 255**	3 363

Os nossos empréstimos vencidos, mas não em imparidade aumentaram de 892 milhões de euros para 4,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido a empréstimos vencidos há alguns dias. Em termos de negócio, o principal fator foi o PCB.

Valor agregado das garantias colaterais – com os justos valores das garantias colaterais limitados aos saldos dos empréstimos – detidas sobre os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	2 364	1 775
Garantias recebidas	148	148
Total	**2 512**	1 923

O nosso valor agregado das garantias colaterais detidas sobre os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade em 31 de dezembro de 2017 aumentaram de acordo com o aumento dos empréstimos vencidos mas não em imparidade face ao ano anterior.

Empréstimos renegociados e com período de carência

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos empréstimos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de empréstimos com período de carência, seguimos a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, relatamos o empréstimo como tendo um período de carência; removemos o empréstimo do nosso relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de 2 anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontre em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Empréstimos de carência

	31.12.2017				31.12.2016			
	Em cumprimento		Em incumprimento	Total de empréstimos de carência	Em cumprimento		Em incumprimento	Total de empréstimos de carência
em milhões de euros	Não em imparidade	Não em imparidade	Em imparidade		Não em imparidade	Não em imparidade	Em imparidade	
Alemães	1 109	569	711	2 390	907	374	983	2 264
Não alemães	445	529	1 248	2 222	799	709	1 697	3 204
Total	**1 554**	**1 099**	**1 959**	**4 612**	1 706	1 083	2 679	5 468

O total de empréstimos com período de carência em 2017 diminuiu 857 milhões motivados sobretudo por empréstimos com período de carência não produtivos a clientes não alemães, refletindo, principalmente, vendas de empréstimos sem resultados na nossa carteira de transporte marítimo registadas na CIB e na PCC International.

Evolução dos empréstimos com período de carência

em milhões de euros	31.12.2017
Saldo no início do período	**5 468**
Classificados como de carência durante o exercício	1 015
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(1 518)
Reconhecimento de perdas	(234)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(119)
Saldo no fim do exercício	**4 612**

Empréstimos em imparidade

A Gestão do risco de crédito avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade. Um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade e são incorridas perdas por imparidade se:

– há evidência objetiva de imparidade em resultado de um evento de perda que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço (um "evento de perda"). Ao efetuarmos a nossa avaliação consideramos informações sobre eventos disponíveis até à data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão de acordo com os requisitos da IAS 10;
– o evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros, e
– o valor da perda possa ser estimado com fiabilidade.

As avaliações de perda da Gestão do risco de crédito são objeto de revisão periódica, em colaboração com a área financeira do Grupo. Os resultados desta avaliação são notificados para aprovação pela direção da área financeira do Grupo e de Gestão do risco.

Para mais informações sobre os empréstimos em imparidade, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Perdas por imparidade e provisões para perdas com empréstimos

Se houver evidência de imparidade, a perda por imparidade é geralmente calculada com base nos fluxos de caixa esperados descontados utilizando a taxa de juros efetiva original do empréstimo. Se os termos de um empréstimo são renegociados ou de outra forma modificados devido a dificuldades financeiras do mutuário mas sem que se passem a verificar as condições para desreconhecimento do empréstimo, a perda por imparidade é medida utilizando a taxa de juro efetiva original antes da modificação dos termos. Reduzimos o valor contabilístico do empréstimo em imparidade através da utilização de uma conta de provisão e reconhecemos o valor da perda na demonstração consolidada dos resultados, na qualidade de componente da provisão para perdas de crédito. Registamos aumentos na nossa provisão para perdas com empréstimos como aumentos da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. O reconhecimento de perdas (*charge-offs*) reduzem a nossa provisão, enquanto as recuperações, se existirem, são creditadas na conta de provisão. Se determinarmos que já não necessitamos de provisões que tenhamos definido previamente, diminuímos a nossa provisão e inscrevemos o montante como uma redução da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. Nos casos em que se considera que não há uma perspetiva realista de recuperação e em que todas as garantias foram realizadas ou para nós transferidas, o empréstimo e qualquer provisão associada para perdas é registada como perda (o empréstimo e a provisão para perdas com empréstimos são retirados do balanço).

Embora avaliemos a imparidade das nossas exposições ao crédito a empresas individualmente, avaliamos coletivamente a imparidade dos nossos empréstimos homogéneos padronizados de menor saldo.

As nossas provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade refletem provisões para cobertura de perdas incorridas que não foram identificadas individualmente nem fornecidas no âmbito da avaliação de imparidade dos empréstimos homogéneos de menor saldo.

Para mais informações sobre as nossas políticas contabilísticas em matéria de perdas por imparidade e de provisão para perdas de crédito, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por divisão de negócio

	31.12.2017			31 dez 2016[3]			Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016	
em milhões de euros	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em pontos percentuais
Corporate & Investment Bank	2 517	1 565	62	3 007	1 893	63	(490)	(1)
Private & Commercial Bank	3 717	2 355	63	3 646	2 217	61	71	3
Deutsche Asset Management	0	0	N/S	0	1	N/S[1]	0	N/S
Non-Core Operations Unit[2]	0	0	N/S	794	462	58	(794)	N/S
dos quais: ativos reclassificados como empréstimos e valores a receber em conformidade com a IAS 39	0	0	N/S	92	69	75	(92)	N/S
Consolidation & Adjustments	1	1	N/S[1]	0	4	N/S[1]	0	N/S
Total	**6 234**	**3 921**	**63**	7 447	4 546	61	(1 213)	2

N/S – não significativo.

[1] A provisão nas categorias "Consolidation & Adjustments e Outros" e "Deutsche Asset Management" consiste inteiramente em provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade.
[2] A partir de 2017, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir como divisão autónoma. Os restantes ativos em imparidade e as provisões para perdas com empréstimos correspondentes em 31 de dezembro de 2016 passaram a ser geridos pelos segmentos operacionais essenciais correspondentes, predominantemente o Private & Commercial Bank.
[3] Os valores de 2016 dos empréstimos em imparidade e das provisões para perdas com empréstimos foram reajustados para refletir a reestruturação das áreas de negócio.

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por setor

31.12.2017

	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Intermediação financeira	121	8	129	1	3	40	44	34
Atividades de gestão de fundos	8	8	16	1	0	3	4	24
Indústria	520	165	685	439	146	51	635	93
Comércio grossista e de retalho	333	188	521	211	156	27	394	76
Famílias	155	2 233	2 388	153	1 290	83	1 526	64
Atividades imobiliárias comerciais	345	30	376	115	11	42	168	45
Setor público	74	0	74	6	0	12	17	24
Outros[1]	1 792	254	2 046	840	139	153	1 132	55
Total	3 348	2 886	6 234	1 766	1 745	410	3 921	63

[1] Dos quais: "Transporte, armazenamento e comunicação" - Total de empréstimos em imparidade de 808 milhões de euros / Total de provisões para perdas com empréstimos de 469 milhões de euros. "Imobiliário; locação e atividades de negócio" – 482 milhões de euros/234 milhões de euros; "Construção" – 378 milhões de euros/144 milhões de euros; "Mineração e exploração" – 169 milhões de euros/116 milhões de euros.

31.12.2016

	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Intermediação financeira	122	11	133	27	3	47	77	58
Atividades de gestão de fundos	14	7	21	1	0	4	5	26
Indústria	524	229	754	476	149	82	707	94
Comércio grossista e de retalho	472	234	707	223	161	29	413	58
Famílias	193	2 467	2 661	220	1 466	67	1 754	66
Atividades imobiliárias comerciais	385	37	422	168	25	39	233	55
Setor público	19	0	19	4	0	3	7	35
Outros[1]	2 397	334	2 731	953	168	230	1 351	49
Total	4 126	3 321	7 447	2 071	1 972	503	4 546	61

[1] Dos quais: "Transporte, armazenamento e comunicação" – Total de empréstimos em imparidade de 1,1 mil milhões de euros / Total de provisões para perdas com empréstimos de 650 milhões de euros; "Imobiliário, locação e atividades de negócio" – 489 milhões de euros/230 milhões de euros; "Construção": 309 milhões de euros/170 milhões de euros; "Mineração e exploração" – 232 milhões de euros/103 milhões de euros.

Empréstimos em imparidade, provisão para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por região

31.12.2017

	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Alemanha	953	1 312	2 266	600	823	104	1 527	67
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	1 471	1 422	2 892	815	822	113	1 749	60
Europa Oriental	45	123	168	45	92	11	147	88
América do Norte	497	1	498	67	0	102	170	34
América Central e América do Sul	70	0	70	14	0	21	35	50
Ásia e Pacífico	264	28	292	223	8	41	272	93
África	48	0	49	1	0	9	10	20
Outros	0	0	0	0	0	11	11	N/S
Total	3 348	2 886	6 234	1 766	1 745	410	3 921	63

N/S – não significativo

								31.12.2016
	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Alemanha	1 154	1 486	2 639	563	804	122	1 489	56
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	2 021	1 688	3 709	1 008	1 057	130	2 195	59
Europa Oriental	46	132	179	39	106	10	154	86
América do Norte	495	1	496	148	0	128	277	56
América Central e América do Sul[1]	4	0	5	3	0	14	16	363
Ásia e Pacífico[1]	341	14	355	286	5	76	367	103
África	63	1	64	24	0	8	32	50
Outros[1]	2	0	2	0	0	17	17	908
Total	4 126	3 321	7 447	2 071	1 972	503	4 546	61

[1] Os empréstimos em imparidade na América Central e do Sul, na Ásia e Pacífico e Outros estão cobertos por provisões para perdas com empréstimos devido ao facto desta última incluir provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade.

Evolução dos empréstimos em imparidade

	31.12.2017			31.12.2016		
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Saldo, início do exercício	**4 126**	**3 321**	**7 447**	4 236	3 915	8 151
Classificados como em imparidade durante o exercício	1 370	1 248	2 618	2 177	1 291	3 469
Transferidos para não em imparidade durante o exercício[1]	(1 127)	(961)	(2 088)	(1 080)	(723)	(1 803)
Reconhecimento de perdas	(540)	(605)	(1 146)	(979)	(987)	(1 966)
Alienação de empréstimos em imparidade	(267)	(116)	(383)	(266)	(161)	(427)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(215)	(1)	(216)	38	(15)	23
Saldo, fim do exercício	**3 348**	**2 886**	**6 234**	4 126	3 321	7 447

[1] Inclui reembolsos.

Em 2017, os nossos empréstimos em imparidade diminuíram em 1,2 mil milhões de euros, ou 16%, para 6,2 mil milhões de euros. A redução na nossa carteira avaliada individualmente reflete em grande parte o reconhecimento de perdas na CIB em conjunto com a redução do risco de antigos ativos da NCOU, enquanto a redução na nossa carteira avaliada coletivamente foi impulsionada pelo reconhecimento de perdas relacionado com alienações na PCC International.

O rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (definido como provisões no balanço totais) para todos os empréstimos em imparidade avaliados individualmente ou coletivamente, divididos por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS (excluindo garantias colaterais), diminuiu de 61 % no exercício de 2016 para 63% em 31 de dezembro de 2017.

Provisão para perdas de crédito e recuperações por setor

					2017		2016
	Provisão para perdas com empréstimos antes de recuperações						
em milhões de euros	Para empréstimos avaliados individualmente	Para empréstimos em imparidade avaliados coletivamente	Para empréstimos não em imparidade avaliados coletivamente	Total	Recuperações	Provisão para perdas com empréstimos antes de recuperações (total)	Recuperações
Intermediação financeira	25	(2)	(3)	20	4	(3)	4
Atividades de gestão de fundos	0	0	(2)	(1)	0	(2)	0
Indústria	48	18	(28)	38	19	209	14
Comércio grossista e de retalho	46	19	1	66	5	58	4
Famílias	11	322	20	354	66	531	99
Atividades imobiliárias comerciais	(20)	4	5	(10)	12	76	36
Setor público	2	0	9	11	0	0	0
Outros[1]	239	23	(62)	201	20	665	31
Total	**352**	**385**	**(59)**	**678**	**127**	1 534	187

[1] Em 2017, os maiores contributos para o provisionamento de risco na categoria "Outros" foram provenientes do setor "Transporte, armazenamento e comunicação" (107 milhões de euros) e do setor "Mineração e exploração" (72 milhões de euros). Em 2016, o setor "Transporte, armazenamento e comunicação" contribuiu com 422 milhões de euros e o setor "Mineração e exploração" com 91 milhões de euros.

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com empréstimos em imparidade eram de 28 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e de 117 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados ao saldo transacional

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Garantias financeiras e outras garantias colaterais[1]	1 757	2016
Garantias recebidas	309	343
Total de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade	**2 066**	2 359

[1] Os empréstimos hipotecários em incumprimento cobertos por imóveis residenciais, em que o acordo de empréstimo foi resolvido/rescindido, estão geralmente sujeitos a processos formais de execução hipotecária.

O total das nossas garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade em 31 de dezembro de 2017 diminuiu 293 milhões de euros ou 12% face ao exercício anterior, enquanto o rácio de cobertura incluindo garantias colaterais (definido como provisões no balanço totais para todos os empréstimos em imparidade individualmente ou avaliados coletivamente acrescidos de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados aos saldos transacionais, divididas por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS) aumentou para 96% em 31 de dezembro de 2017 face a 93% em 31 de dezembro de 2016.

Ativos financeiros disponíveis para venda

O conceito de imparidade é também aplicável a instrumentos de dívida disponíveis para venda que, de outro modo, são escriturados ao justo valor, sendo as alterações de justo valor reportadas noutro rendimento integral. Se um instrumento de dívida disponível para venda for considerado em imparidade, a perda por imparidade cumulativa reflete a diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual do instrumento. Para uma discussão detalhada dos nossos procedimentos contabilísticos, consultar a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Ativos financeiros não em imparidade vencidos e em imparidade disponíveis para venda, imparidades acumuladas, rácio de cobertura e garantias colaterais detidas por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Ativos financeiros não em imparidade vencidos disponíveis para venda	1 538	1 661
dos quais:		
Em incumprimento há menos de 30 dias	176	178
Em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	23	24
Em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	138	23
Em incumprimento há 90 ou mais dias	1 201	1 436
Ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda	157	229
Imparidade acumulada de ativos financeiros disponíveis para venda	113	131
Rácio de cobertura de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda em %	71	57
Garantias colaterais por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda	17	20
dos quais:		
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	17	20
Garantias recebidas	0	0

Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial. As garantias colaterais de imóveis comerciais e residenciais obtidas em 2017 referem-se predominantemente às nossas exposições em Espanha.

Garantias colaterais obtidas durante os períodos de relato

em milhões de euros	2017	2016
Imóveis comerciais	9	9
Imóveis residenciais[1]	63	55
Outros	0	0
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	**72**	64

[1] A quantia escriturada de imóveis residenciais excluídos ascendeu a 67 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 78 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2017, assim como em 2016, o Grupo não obteve nenhuma garantia colateral relacionada com estes fundos.

Provisão para perdas de crédito

Evolução das provisões para perdas de crédito

							2017
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente[1]	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente[2]	Subtotal	Total
Saldo, início do exercício	2 071	2 475	4 546	162	183	346	4 892
Provisão para perdas de crédito	299	253	552	(23)	(4)	(27)	525
dos quais: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	(83)	(32)	(115)	0	0	0	(115)
Reconhecimento de perdas líquidas:	(487)	(532)	(1 019)	0	0	0	(1 019)
Reconhecimento de perdas	(541)	(605)	(1 146)	0	0	0	(1 146)
Recuperações	54	73	127	0	0	0	127
Outras alterações	(117)	(41)	(158)	(18)	(16)	(34)	(191)
Saldo, fim do exercício	1 766	2 155	3 921	122	163[1]	285	4 207
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisão para perdas de crédito							
Absoluto	(444)	(351)	(795)	(47)	(16)	(62)	(857)
Relativo	(60) %	(58) %	(59) %	(196) %	(132) %	(175) %	(62) %
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absoluto	407	338	745	0	0	0	745
Relativo	(45) %	(39) %	(42) %	0%	0%	0%	(42) %
Saldo, fim do exercício							
Absoluto	(305)	(320)	(625)	(41)	(20)	(60)	(685)
Relativo	(15) %	(13) %	(14) %	(25) %	(11) %	(17) %	(14) %

[1] Do qual, "Reserva do risco de transferência" de 5 milhões de euros.
[2] Do qual, "Reserva do risco de transferência" de 8 milhões de euros.

A provisão para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2017 totalizou 4,2 mil milhões de euros face a 4,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. A redução foi impulsionada por reconhecimento de perdas, parcialmente compensado pela provisão adicional para perdas de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para perdas de crédito diminuiu 857 milhões de euros face ao final do exercício de 2016, devido a uma diminuição na provisão para perdas de crédito de 795 milhões de euros, bem como devido a uma redução nas provisões para posições extrapatrimoniais de 62 milhões de euros. A diminuição na nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente resultou sobretudo da CIB, impulsionada por todas as carteiras, incluindo o transporte marítimo. Apesar da redução ano a ano, o transporte marítimo continuou a ser o principal fator de provisão para perdas de crédito em 2017, em parte relacionado com a reavaliação do método de imparidades respetivo durante o ano, conforme referido na Nota 1 do presente relatório. Uma nova redução ano a ano no PCB foi motivada por um desembolso significativo no Postbank. A diminuição das provisões para a nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente resultou sobretudo da não recorrência de rubricas pontuais relacionadas com os ativos relatados em NCOU no exercício anterior e refletiu também a boa qualidade de carteira e a conjuntura económica continuamente favorável no PCB.

A diminuição em reconhecimento de perdas líquidas no valor de 745 milhões de euros face a 2016 foi, em grande parte, motivada pela não recorrência do reconhecimento de perdas líquidas relacionado com os ativos relatados em NCOU no exercício anterior, bem como no Postbank.

							2016
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente[1]	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente[2]	Subtotal	Total
Saldo, início do exercício	2 252	2 776	5 028	144	168	312	5 340
Provisão para perdas de crédito	743	604	1 347	24	12	36	1 383
dos quais: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	3	(16)	(13)	0	0	0	(13)
Reconhecimento de perdas líquidas:	(894)	(870)	(1 764)	0	0	0	(1 764)
Reconhecimento de perdas	(979)	(972)	(1 951)	0	0	0	(1 951)
Recuperações	85	101	187	0	0	0	187
Outras alterações	(30)	(35)	(65)	(5)	3	(2)	(67)
Saldo, fim do exercício	2 071	2475[1]	4 546	162	183[1]	346	4 892
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisão para perdas de crédito							
Absoluto	409	56	465	(34)	(4)	(39)	427
Relativo	123%	10%	53%	(59) %	(27) %	(52) %	45%
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absoluto	(412)	(258)	(670)	0	0	0	(670)
Relativo	85%	42%	61%	0%	0%	0%	61%
Saldo, fim do exercício							
Absoluto	(181)	(301)	(482)	18	15	34	(448)
Relativo	(8) %	(11) %	(10) %	13%	9%	11%	(8) %

[1] Do qual, "Reserva do risco de transferência" de 5 milhões de euros.
[2] Do qual, "Reserva do risco de transferência" de 6 milhões de euros.

A provisão para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2016 totalizou 4,9 mil milhões de euros face a 5,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. A redução foi impulsionada por reconhecimento de perdas, parcialmente compensado pela provisão adicional para perdas de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para perdas de crédito aumentou 427 milhões de euros face ao final do exercício de 2015, devido a um aumento na provisão para perdas com empréstimos de 465 milhões de euros, parcialmente compensada por uma redução nas provisões para posições extrapatrimoniais de 39 milhões de euros. O aumento na nossa carteira avaliada individualmente resultou sobretudo dos negócios de CIB, refletindo a debilidade contínua do mercado do setor do transporte marítimo, bem como de uma diminuição dos preços das matérias-primas no setor mineiro e de metais e no setor do petróleo e gás. O aumento nas provisões para a nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente foi sobretudo motivado pela NCOU, parcialmente relacionado com taxas superiores para ativos reclassificados de acordo com a norma IAS 39 e parcialmente compensado pelo PCB, entre outros fatores, refletindo a boa qualidade da carteira de empréstimos e da conjuntura económica favorável. A redução nas provisões para posições extrapatrimoniais foi motivada pela divisão CIB e reflete lançamentos causados pela cristalização em caixa de algumas exposições a garantias, levando a uma provisão superior para perdas de crédito.

O aumento em reconhecimento de perdas líquidas no valor de 670 milhões de euros face a 2015 foi, em grande parte, motivado pela NCOU, causado por ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39, juntamente com alienações.

A nossa provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39, que são comunicados na NCOU, totalizou 69 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, representando 2% da nossa provisão total para perdas com empréstimos, menos 82% relativamente ao nível no final de 2015 que totalizou 389 milhões de euros (8% da provisão total para perdas com empréstimos). A redução foi motivada por reconhecimento de perdas de 355 milhões de euros, juntamente com a redução impulsionada por câmbios, uma vez que a maioria dos ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 é denominada em divisas que não o euro, e foi parcialmente compensada por provisões adicionais de 66 milhões de euros.

Em comparação com 2015, a provisão para perdas de crédito para ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 apresentou um aumento de 110 milhões de euros, relacionado, em grande parte, com as nossas carteiras hipotecárias europeias. O reconhecimento de perdas líquidas aumentou 242 milhões de euros devido, sobretudo, à carteira hipotecária europeia e a uma elevada carteira individualizada.

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados do mercado de balcão com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das nossas transações de derivados nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivados relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivados com pouca antecedência.

Os acordos-tipo celebrados para transações de derivados OTC com os nossos clientes fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão normalizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento. Estamos menos confortáveis ao abrigo das regras e regulamentos aplicados por CCP de compensação, que assentam sobretudo nas contribuições e garantias para os fundos de proteção contra incumprimento dos membros compensadores e menos na rescisão e encerramento de contratos, que serão considerados apenas posteriormente, depois de falharem todas as outras medidas. Tendo em conta as graves perturbações sistémicas ao sistema financeiro, que podem ser causadas por uma falha desordenada de uma CCP, o Conselho de Estabilidade Financeira ("FSB") recomendou em outubro de 2014 sujeitar as CCP a regimes de resolução que apliquem os mesmos objetivos e provisões que se aplicam a bancos sistematicamente importantes a nível global (G-SIB).

Os nossos direitos de rescisão contratual são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a acordos e negociações. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivados resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, nós, excluindo o Postbank, criámos um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. Nós, excluindo o Postbank, utilizámos ainda o nosso processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos nossos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados do Postbank é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

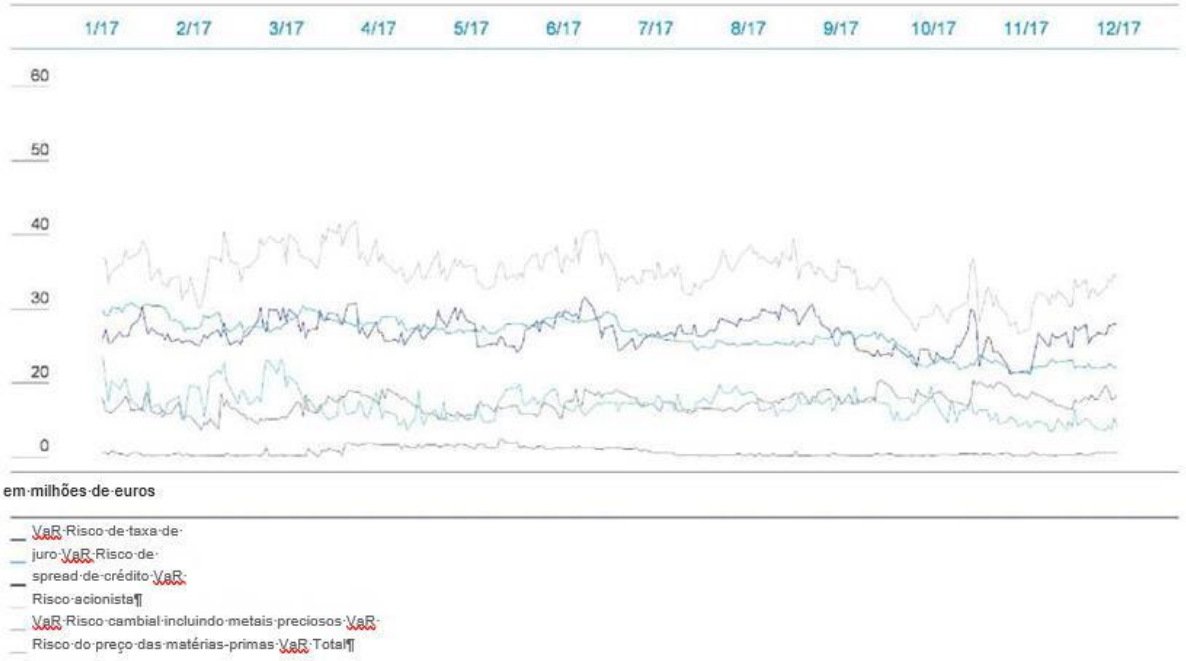
As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de *spread* de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial[1]		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Médio	29,8	32,0	(28,1)	(35,0)	20,2	19,7	19,7	26,6	8,7	9,3	8,4	10,7	0,8	0,7
Máximo	38,4	59,4	(37,6)	(57,6)	26,0	29,5	25,1	32,5	12,5	52,4	16,5	16,7	3,0	3,3
Mínimo	20,1	20,4	(21,4)	(25,6)	13,5	14,8	13,5	22,3	4,4	4,4	4,2	3,6	0,1	0,2
Final do período	29,1	30,1	(22,5)	(36,9)	21,4	19,9	14,4	24,3	10,1	10,0	4,9	12,6	0,7	0,2

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Desenvolvimento do valor em risco por tipos de risco em 2017



O valor em risco médio em 2017 foi de 29,8 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 2,2 milhões de euros face ao ano completo de 2016. O valor em risco de *spread* de crédito diminuiu devido a uma redução no risco idiossincrático.

A redução do valor em risco no final do período foi motivada por reduções nas classes de ativos de *spread* de crédito e câmbio.

Medidas regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação (excluindo o Postbank)

A tabela abaixo apresenta as métricas do valor em risco em situação de esforço calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Exclui as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco em situação de esforço médio, máximo e mínimo por tipo de risco

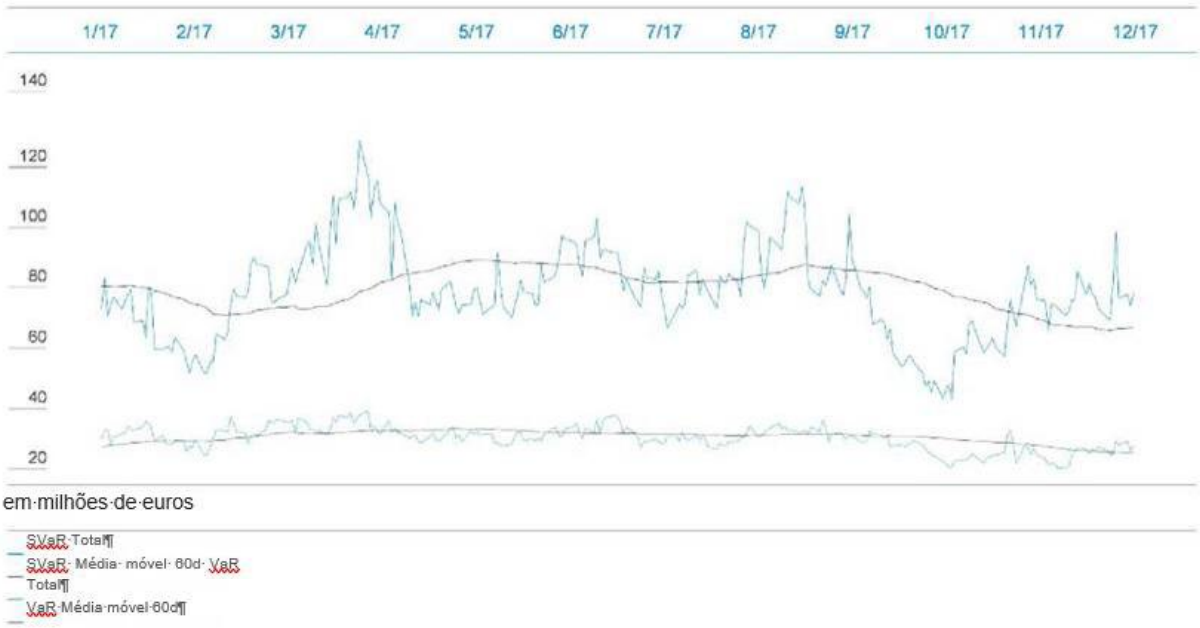
	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de *spread* de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial[1]		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Médio	76,7	85,2	(88,4)	(78,2)	69,8	51,9	62,1	74,9	18,8	20,6	12,6	14,8	1,8	1,3
Máximo	125,0	143,7	(115,8)	(150,0)	92,0	82,5	73,2	99,3	66,8	144,5	28,0	30,4	6,1	3,9
Mínimo	42,0	60,4	(73,0)	(53,4)	48,3	37,4	54,3	59,0	1,5	2,4	6,9	3,4	0,3	0,4
Final do período	85,6	75,8	(81,0)	(91,3)	67,8	51,9	64,3	63,0	19,9	29,6	12,6	22,1	1,9	0,5

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

O valor em risco em situação de esforço médio foi de 76,7 milhões de euros em 2017, uma diminuição de 8,5 milhões de euros face ao exercício completo de 2016. A redução na média foi motivada por uma diminuição no valor em risco em situação de esforço de *spread* de crédito devido a uma redução no risco idiossincrático, bem como devido a uma pequena redução resultante da melhoria de um modelo para o componente de *spread* de crédito. Tal foi parcialmente compensado por um aumento do valor em risco em situação de esforço da taxa de juro devido a uma alteração na exposição direcional sobre a média em 2017.

O gráfico seguinte compara a evolução do valor em risco diário com o valor em risco diário em situação de esforço e as respetivas médias de 60 dias, calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Os montantes são apresentados em milhões de euros e excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank, que são calculadas separadamente.

Desenvolvimento do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço em 2017



Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)[1,2,3]

	Total		Non-Core Operations Unit		Global Credit Trading		Core Rates		Fixed Income e Currencies APAC		Mercados emergentes – Dívida		Outros	
em milhões de euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Médio	802,1	840,2	0,0	52,0	544,6	393,0	107,1	200,4	168,1	188,6	37,2	116,8	(54,8)	(110,5)
Máximo	899,3	944,4	0,0	57,3	597,4	405,8	172,5	229,6	229,0	243,0	62,9	128,0	(20,4)	(65,6)
Mínimo	754,8	693,0	0,0	44,5	503,7	368,0	48,7	173,7	92,4	119,6	(1,4)	111,6	(90,0)	(141,8)
Final do período	789,6	693,0	0,0	51,8	540,1	368,0	133,2	173,7	142,3	119,6	19,9	121,8	(45,9)	(141,8)

1 Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, respetivamente.
2 As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2017, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório.
3 Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2017 eram de 790 milhões de euros, um aumento de 97 milhões de euros (14%) face ao exercício de 2016. A média de 12 semanas dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2017 era de 802 milhões de euros e, por conseguinte, menos 38 milhões de euros (5%) comparativamente à média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2016. O decréscimo dos requisitos de capital para riscos adicionais médios é motivado por uma diminuição nas exposições a crédito nas áreas de negócio Core Rates e Emerging Markets Debt, quando comparado com o exercício de 2016.

Para efeitos de relato regulamentar, a medida de risco global para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão.

Medida de risco global média, máxima e mínima das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)[1,2,3]

em milhões de euros	2017	2016
Médio	5,4	31,3
Máximo	6,3	39,8
Mínimo	4,5	21,9
Final do período	4,4	17,9

1 Medida de risco global regulamentar calculada para o período de 12 semanas findo em 29 de dezembro.
2 O final do período baseia-se no valor à vista modelo interno.
3 Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

A medida de risco global do modelo interno no final de 2017 era de 4,4 milhões de euros, uma diminuição de 13,5 milhões de euros (-75%) face ao exercício de 2016. A média de 12 semanas da nossa medida de risco global regulamentar no final de 2017 era de 5,4 milhões de euros e, assim, menos 25,8 milhões de euros (83%) comparativamente com a média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2016. A redução deveu-se à continuação da redução do risco nesta carteira.

Método padrão do risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2017, as posições de titularização, para as quais o risco de taxa de juro específico é calculado usando o método padrão de risco de mercado, geraram requisitos de capital de 379,5 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 4,7 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016, estas posições geraram requisitos de capital de 278,4 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 3,5 mil milhões de euros.

Para swaps de risco de n-ésimo incumprimento, os requisitos de capital diminuíram para 2,8 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 35 milhões de euros, em comparação com 6,4 milhões de euros e 80 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Os requisitos de capital para organismos de investimento coletivo pelo método padrão de risco de mercado eram de 45 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 556 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 39 milhões de euros e 487 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Os requisitos de capital para risco de longevidade pelo método padrão de risco de mercado eram de 32 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 395 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 46 milhões de euros e 570 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Valor em risco no Postbank

O valor em risco da carteira de negociação do Postbank calculado com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia era de zero em 31 de dezembro de 2017. A estratégia de negociação atual do Postbank não permite nenhuma nova atividade de negociação no que diz respeito à carteira de negociação. Por conseguinte, a carteira de negociação do Postbank não continha quaisquer posições em 31 de dezembro de 2017. Contudo, o Postbank manterá a classificação de instituição de carteira de negociação.

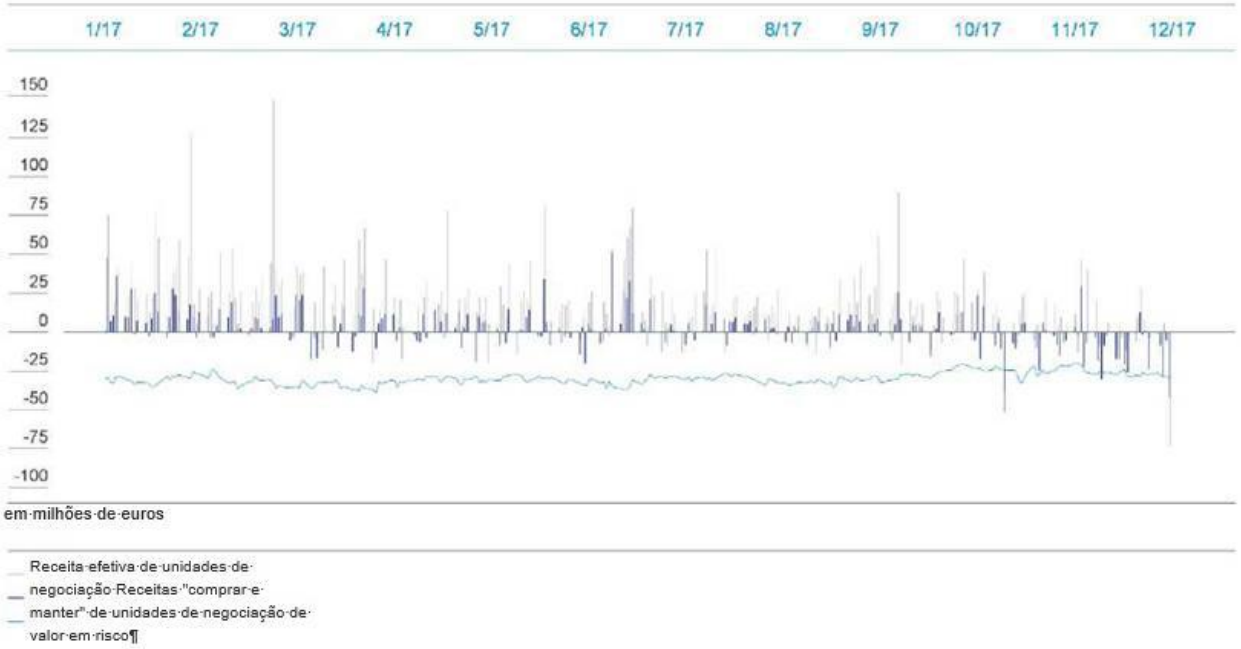
Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2017, registámos três valores discrepantes globais, nos quais a nossa perda de tipo “comprar e manter” excedeu o valor em risco das nossas carteiras de negociação, em comparação com um valor discrepante em 2016. Todos os valores discrepantes em 2017 ocorreram no quarto trimestre. O primeiro foi impulsionado por um evento idiossincrático que resultou em perdas nas nossas áreas de negócio Non-Strategic e Emerging Markets Debt. O segundo foi um evento idiossincrático que teve principalmente impacto na nossa área de negócio Equities. O valor discrepante final foi no final do exercício e foi motivado por perdas em várias áreas de negócio. Além disso, o primeiro e o terceiro destes eventos resultaram num valor discrepante numa base de testes reais *a posteriori*, que comparam o VaR à receita total menos taxas e comissões, e excluindo os ajustamentos da avaliação de dívida. Existiram dois valores discrepantes de testes reais *a posteriori* em 2017, em comparação com quatro valores discrepantes em 2016.

Com base nos resultados dos testes *a posteriori*, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco, continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado. O gráfico seguinte apresenta uma comparação diária do cálculo do VaR das unidades de negociação no fecho do dia útil anterior com os resultados dos testes *a posteriori* (tal como definidos acima) hipotéticos (receitas do tipo "comprar e manter", ou seja, alteração de um dia no valor da carteira) e reais, de modo a realçar a frequência e o âmbito das exceções dos testes *a posteriori*. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas "comprar e manter". O gráfico mostra que as nossas unidades de negociação alcançaram receitas do tipo “comprar e manter” positivas para 57% dos dias de negociação em 2017 (versus 54% em 2016), apresentando também os valores discrepantes globais registados em 2017.

Os requisitos de capital para o modelo de valor em risco, para o qual os resultados dos testes *a posteriori* são apresentados aqui, correspondem a 1,3% do total dos requisitos de capital para o Grupo.

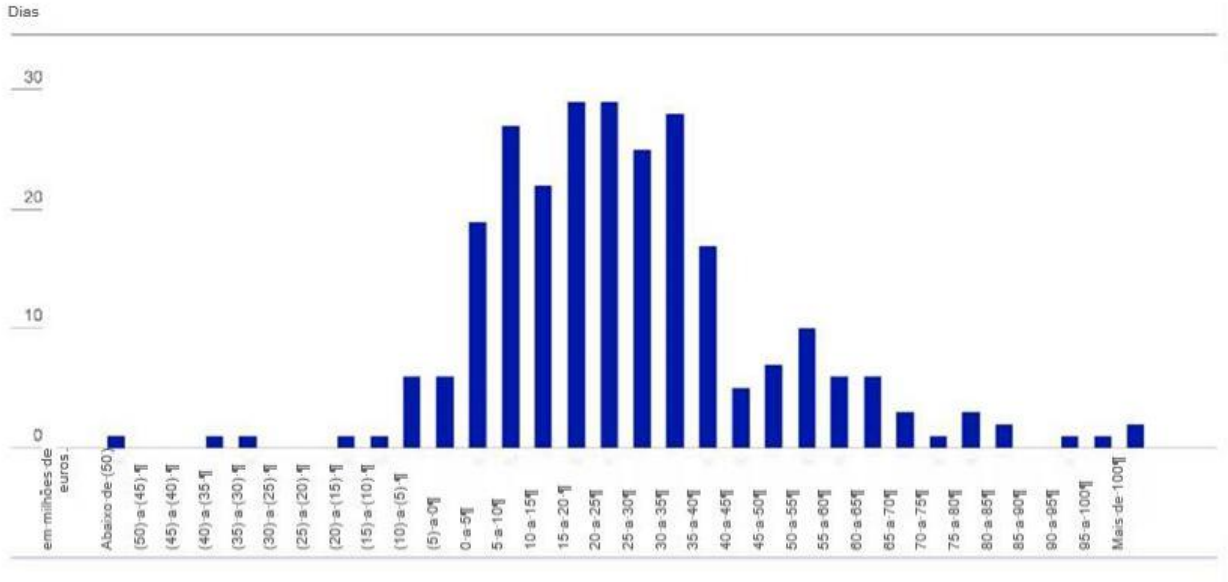
MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação (excluindo o Postbank). A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo "comprar e manter", reservas, *carry* e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2017



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 93 % dos dias de negociação em 2017, em comparação com 87 % em 2016.

Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

A tabela seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

Utilização de capital económico por tipo de risco

	Utilização de capital económico	
em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Risco de taxa de juro	1 743	1 921
Risco de *spread* de crédito	722	1 419
Risco de capital e de investimento	1 431	1 834
Risco cambial	1 509	2 485
Risco de pensões	1 174	1 007
Risco de fundos garantidos	49	1 699
Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	**6 628**	10 364

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação totalizava 6,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, 3,7 mil milhões de euros inferior à nossa utilização de capital económico no final do exercício de 2016. A diminuição na utilização de capital económico impulsionada pela alteração no percentil de 99,98% para 99,90%, incluindo reduções nas rubricas de oferta de capital devido a ajustamentos de continuidade, ascendeu a aproximadamente metade do total da diminuição ou 1,8 mil milhões de euros.

– Risco de taxa de juro. O encargo do capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, tal como o risco de alteração no comportamento do cliente incluído em depósitos sem prazo de vencimento modelados ou no risco de pré-pagamento. No total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2017 foi de 1743 milhões de euros, face a 1921 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016. A diminuição na contribuição de capital económico foi sobretudo motivada pela alteração no percentil de 99,98% para 99,90%.
– Risco de *spread* de crédito. É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco significativo de *spread* de crédito. A utilização de capital económico era de 722 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, face aos 1419 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. A diminuição na contribuição de capital económico foi sobretudo motivada pela alteração no percentil de 99,98% para 99,90%.
– Risco de capital e de investimento. O encargo do capital económico para o risco de capital das nossas participações de investimento não consolidadas, tais como os nossos investimentos estratégicos e ativos alternativos, e de uma posição curta estrutural na cotação das nossas ações resultante dos nossos planos de remuneração em capital. A utilização de capital económico era de 1431 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 1834 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, sobretudo motivada por uma alteração no percentil de 99,98% para 99,90%.
– Risco de pensões. Este risco decorre das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de *spread* de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de 1174 milhões de euros e de 1007 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, respetivamente. O aumento no capital económico para pensões está principalmente relacionado com um aumento no risco de crédito e taxa de juro.
– Risco cambial. O risco cambial decorre sobretudo da nossa posição estrutural no capital não coberto e nos lucros não distribuídos não denominados em euros, em determinadas subsidiárias. A nossa utilização de capital económico era de 1509 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, face aos 2485 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. A diminuição na contribuição de capital económico foi sobretudo motivada pelas reduções nas rubricas de oferta de capital devido a ajustamentos de continuidade e pela alteração no percentil de 99,98% para 99,90%.
– Risco de fundos garantidos. A utilização de capital económico era de 49 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, face aos 1699 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. A diminuição na contribuição de capital económico foi amplamente motivada pela reformulação do modelo de capital económico para contas de pensão garantida e pela remoção de espaços reservados conservadores.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A tabela seguinte apresenta o impacto no rendimento de juros líquido do Grupo na carteira bancária, bem como a alteração do valor económico para as posições da carteira bancária decorrente de alterações nas taxas de juros no âmbito de seis cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS):

Risco de taxa de juro ao valor económico e rendimento de juros líquido na carteira bancária por cenário

	Delta de EVE		Delta de NII[1]	
em mil milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Curva paralela ascendente	(0,4)	(0,3)	2,8	2,1
Curva paralela descendente	(1,1)	(0,4)	(0,8)	(0,6)
Critério para acentuação da curva	0,2	0,4	(0,6)	N/A
Critério para nivelamento da curva	(0,6)	(0,5)	2,7	N/A
Curva da taxa de curto prazo ascendente	(0,5)	(0,6)	3,5	N/A
Curva da taxa de curto prazo descendente	0,0	(0,0)	(0,7)	N/A
Máximo	**(1,1)**	(0,6)	**(0,8)**	(0,6)

em mil milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Capital Tier 1	**57,6**	55,5

N/A – Não aplicável
[1] O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas inalteradas. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a Deutsche Asset Management. Os valores não incluem os efeitos de Mark to Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura.

Um aumento paralelo repentino na curva de rendimento afetaria positivamente os ganhos do Grupo (rendimento de juros líquido) das posições de carteira bancária. O Deutsche Bank prevê que a alteração no rendimento de juros líquido total a um ano resultante dos desvios paralelos da curva de rendimentos de +200 e (200) pontos base (com o limite inferior de zero) seria de 2,8 mil milhões de euros e (0,8) mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2017.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) foi de (1,1) mil milhões de euros em dezembro de 2017, em comparação com (0,6) mil milhões de euros em dezembro de 2016. O aumento na perda do EVE foi sobretudo motivado por uma posição do risco de taxa de juro aumentado na carteira de pensões do Deutsche Bank. Em dezembro de 2017, a perda máxima do EVE representa 1,9% do capital Tier 1.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

	31.12.2017	
em mil milhões de euros	-200 pontos base[1]	+200 pontos base
EUR	(1,3)	(0,3)
GBP	(0,0)	(0,0)
USD	0,3	(0,2)
JPY	(0,0)	0,1
Outros	0,0	0,0
Total	(1,1)	(0,4)

[1] Com limite inferior de zero

A alteração prevista no valor económico resultante do impacto dos desvios paralelos da curva de rendimentos do BCBS de -200 pontos base (com o limite inferior de zero) e +200 pontos base seria de (1,1) mil milhões de euros e (0,4) mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2017. Ambos os cenários, choque de descida e subida, resultaram numa diminuição no valor económico essencialmente devido a uma convexidade negativa na carteira de pensões do Deutsche Bank e ao impacto do limite inferior de zero aplicado em carteiras com posições de compensação nas maturidades de longo e curto prazo.

Exposição ao risco operacional

Risco operacional – Perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

em milhões de euros	2017	2016[1]
Clientes, produtos e práticas comerciais	309	2 512
Fraude interna	38	397
Fraude externa	15	18
Execução, entrega e gestão de processos	223	119
Outras	30	25
Grupo	**615**	3 072

[1] Números de 2016 relativos à perda, alterados devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

Em 31 de dezembro de 2017, as perdas operacionais com base nos resultados diminuíram 2,5 mil milhões de euros, ou 80%, face a 2016. A diminuição foi motivada predominantemente pelos tipos de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" e "fraude interna" devido a acordos alcançados e a reservas de litígio acrescidas para casos ainda a decorrer em 2016.

Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2017 (2012-2016)[1]

[1] As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2012-2016. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

O gráfico acima à esquerda “Frequência de perdas operacionais” resume os eventos de risco operacional ocorridos em 2017 comparativamente ao período de cinco anos de 2012 a 2016, entre parêntesis, com base no período em que foi reconhecida pela primeira vez uma perda para esse evento. Por exemplo, para um evento de perda reconhecido pela primeira vez em 2010 com um evento de resultado adicional reconhecido em 2017, o gráfico de frequência não incluiria o evento de perda, ao passo que o gráfico de distribuição de perdas incluiria o resultado reconhecido no respetivo período.

As frequências são motivadas pelo tipo de evento "fraude externa" com uma frequência de 48 % e pelo tipo de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" com 40 % de todos os eventos de perda registados. A "execução, entrega e gestão de processos" contribui com 9 %. Os "Outros" mantiveram-se estáveis em 2%. O tipo de evento “Fraude interna” apresenta uma frequência baixa, tendo estado na origem de menos de 1% dos eventos de perda em 2017.

O gráfico acima à direita “Distribuição de perdas operacionais” resume os lançamentos de perdas em termos de risco operacional reconhecidos nos resultados em 2017 em comparação com o período de cinco anos de 2012 a 2016. O tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” domina a distribuição de perdas operacionais com uma quota de 50 %, sendo determinado por saídas relacionadas com contencioso, investigações e ações de execução. A "Execução, entrega e gestão de processos" tem a segunda quota mais elevada (36%), relacionada com um grande evento em 2017. O montante de perdas absolutas deste tipo de evento mostra apenas um pequeno aumento, porém, o aumento relativo é elevado, tendo em conta a base menor do total de perdas de risco operacional. Por fim, os tipos de eventos "Fraude interna" (6%), "Outros" (5%) e "Fraude externa" (2%) são menores comparativamente a outros tipos de eventos.

Exposição ao risco de liquidez

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

Em 2017, os mercados de crédito foram afetados pela continuação das incertezas políticas e pela conjuntura de continuação de taxas de juro baixas. Os nossos CDS a 5 anos foram negociados no intervalo de 71 a 166 pontos base, substancialmente inferior em comparação com 2016. O nível máximo verificou-se no início de janeiro; desde então, o diferencial diminuiu significativamente e no fim do exercício a negociação estava a 73 pontos base, a meio do intervalo do ano. Os diferenciais relativos às nossas obrigações apresentaram um comportamento semelhante. Por exemplo, o nosso parâmetro de referência em euros de 1,5%, com vencimento em janeiro de 2022, foi negociado num intervalo de 43 a 150 pontos base, fechando em 49 pontos base no final do exercício de 2017.

O nosso plano de financiamento para 2017, num montante até 25 mil milhões de euros, incluindo emissão de dívida com vencimento inicial superior a um ano, foi concluído e fechámos 2017 com 34,8 mil milhões de euros de financiamento a prazo. Este financiamento disseminou-se, grosso modo, pelas seguintes fontes de financiamento: emissão de instrumentos "plain vanilla" não garantidos sénior, incluindo referências (14,7 mil milhões de euros), emissão de referência Tier 2 (0,8 mil milhões de euros), emissão de obrigações cobertas (1,1 mil milhões de euros) e outras emissões estruturadas não garantidas (8,2 mil milhões de euros). O total de 24,8 mil milhões de euros está dividido em euros (9,2 mil milhões de euros), dólares americanos (13,2 mil milhões de euros), libras esterlinas (0,9 mil milhões de euros) e outras divisas agregadas (1,5 mil milhões de euros). Além das emissões diretas, utilizamos *swaps* cambiais cruzados de longo prazo para gerir as nossas necessidades de financiamento não em euros. A nossa base de investidores para emissões em 2017 foi composta por clientes de retalho (29 %), bancos (6 %), gestores de ativos e fundos de pensões (38 %), companhias de seguros (8 %) e outros investidores institucionais (19%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (21 %), resto da Europa (28 %), EUA (31 %), Ásia e Pacífico (16 %) e Outros (3 %). Do total de emissões nos mercados de capitais em circulação, em 31 de dezembro de 2017, cerca de 93% foram emitidos sem garantia.

O spread médio da nossa emissão sobre a Euribor a 3 meses (todos os spreads de financiamento não Euro têm como nova base a Euribor a 3 meses) foi de 71 pontos base durante todo o exercício, substancialmente inferior em comparação com o spread médio de 129 pontos base em 2016. O prazo médio foi de 6,7 anos. As nossas atividades de emissão foram ligeiramente superiores no primeiro semestre do ano. Emitimos os seguintes volumes em cada trimestre: T1: 8,5 mil milhões de euros; T2: 84,8 mil milhões de euros; T3: 6,0 mil milhões e T4: 5,5 mil milhões, respetivamente.

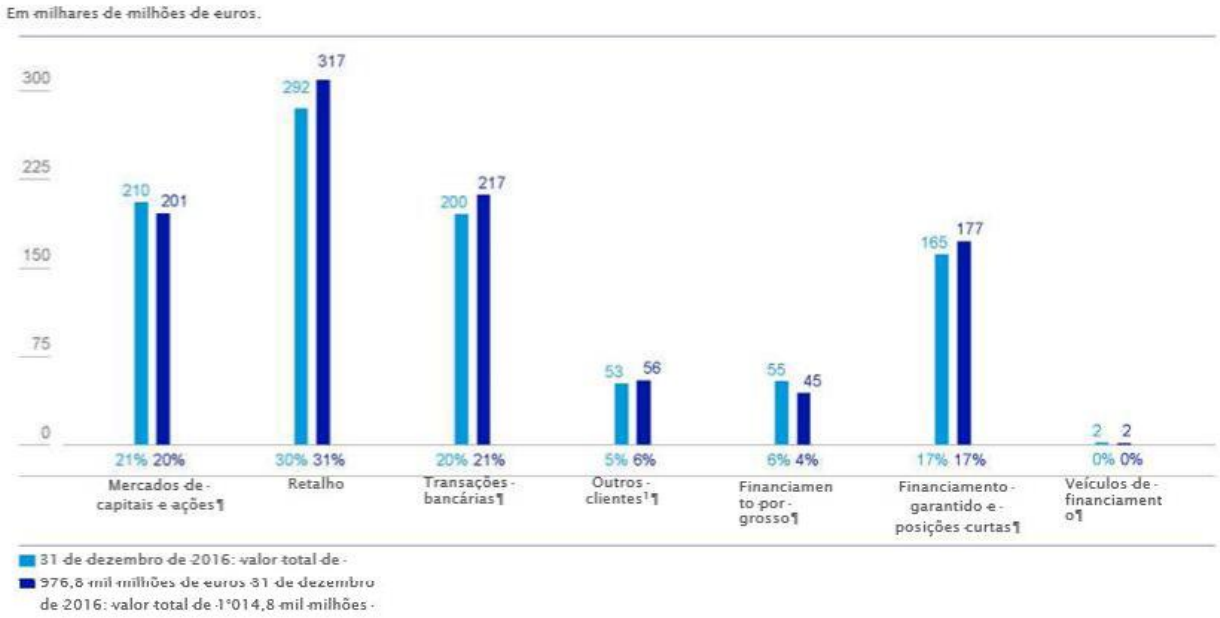
Em 2018, o nosso plano de financiamento é de 30 mil milhões de euros, que projetamos conseguir através das quatro fontes referidas, sem ficarmos excessivamente dependentes de qualquer uma delas. Também planeamento angariar parte deste financiamento em dólares dos Estados Unidos e poderemos celebrar *swaps* cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 16 mil milhões de euros em 2018.

Diversificação de financiamento

Em 2017, o valor total de financiamento externo aumentou 38,0 mil milhões de euros, de 976,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 para 1014,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Isto é sobretudo motivado por um aumento dos saldos em Depósitos do segmento de retalho de 24,9 mil milhões de euros (8,5%), Transações bancárias de 16,5 mil milhões de euros (8,3%), financiamento garantido e posições curtas de 11,8 mil milhões de euros (7,1%) e outros clientes de 3,5 mil milhões de euros (6,6%). O valor total do aumento é ligeiramente compensado por uma redução no financiamento por grosso não garantido de 9,7 mil milhões de euros (17,6%) e por um volume dos mercados de capitais e ações de 8,9 mil milhões de euros (4,2%).

A proporção global das nossas fontes de financiamento mais estáveis (incluindo mercados de capitais e ações, retalho e transações bancárias) permaneceu constante em 72%.

Composição das fontes de financiamento externas



"Outros" incluem atividades fiduciárias, estruturas com auto financiamento (por ex. X-markets), margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida)

Referência: Reconciliação para o balanço total: Derivados e saldos de liquidação de 369,4 mil milhões de euros (503,6 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) de 59,2 mil milhões de euros (67,9 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento de 31,3 mil milhões de euros (42,2 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respetivamente; os valores podem não totalizar devido a arredondamentos.

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais[1]

31.12.2017

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	9 709	3 477	2 196	1 172	16 554	721	54	17 330
Depósitos de outros clientes grossistas	3 451	5 884	4 112	3 974	17 421	483	525	18 429
CD e PC	1 579	2 595	2 381	2 873	9 427	6	82	9 516
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	405	4 038	3 231	3 288	10 961	16 009	44 399	71 368
Notas estruturadas não garantidas sénior	345	868	1 654	2 952	5 818	3 044	16 893	25 756
Obrigações/ABS cobertos	90	194	1 711	737	2 731	2 190	17 248	22 169
Passivos subordinados	50	234	5 265	700	6 250	135	11 694	18 079
Outros	4	0	0	0	4	0	0	4
Total	15 632	17 289	20 550	15 695	69 167	22 588	90 895	182 650
dos quais:								
Garantidos	90	194	1 711	737	2 731	2 190	17 248	22 169
Sem garantia	15 542	17 096	18 840	14 959	66 436	20 398	73 647	160 481

[1] Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano totalizava 69 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, devendo ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 280 mil milhões de euros.

31.12.2016

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	15 626	5 294	6 961	1 588	29 469	40	659	30 168
Depósitos de outros clientes grossistas	4 164	5 712	3 992	4 111	17 979	703	422	19 104
CD e PC	1 117	1 379	1 973	1 060	5 529	4	1	5 534
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	626	4 111	4 735	11 825	21 296	8 085	49 993	79 374
Notas estruturadas não garantidas sénior	430	696	858	1 715	3 698	3 578	20 217	27 494
Obrigações/ABS cobertos	0	482	678	1 284	2 445	2 718	18 601	23 764
Passivos subordinados	0	8	1 576	972	2 556	4 620	11 712	18 887
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	21 963	17 682	20 773	22 555	82 973	19 749	101 605	204 326
dos quais:								
Garantidos	0	482	678	1 284	2 445	2 718	18 601	23 764
Sem garantia	21 963	17 199	20 094	21 271	80 528	17 031	83 004	180 563

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

	31 dez 2017					31.12.2016				
em milhões de euros	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	2 310	11 096	2 423	1 502	17 330	3 554	22 122	3 649	843	30 168
Depósitos de outros clientes grossistas	14 109	3 743	233	344	18 429	15 396	2 964	541	203	19 104
CD e PC	6 401	1 942	310	863	9 516	4 456	259	259	560	5 534
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	36 407	27 482	864	6 616	71 368	39 510	33 504	8	6 352	79 374
Notas estruturadas não garantidas sénior	9 937	12 301	31	3 487	25 756	11 037	12 697	133	3 626	27 494
Obrigações/ ABS cobertos	22 142	25	0	2	22 169	23 745	16	0	2	23 764
Passivos subordinados	7 940	8 960	801	378	18 079	8 540	9 196	799	353	18 887
Outros	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0
Total	**99 245**	**65 552**	**4 662**	**13 192**	**182 650**	106 239	80 758	5 390	11 940	204 326
dos quais:										
Garantidos	22 142	25	0	2	22 169	23 745	16	0	2	23 764
Sem garantia	77 103	65 527	4 662	13 190	160 481	82 494	80 742	5 390	11 938	180 563

Reservas de liquidez

Composição das nossas reservas de liquidez por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

	31.12.2017		31.12.2016	
em mil milhões de euros	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	222	222	178	178
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	189	189	136	136
Subsidiárias	33	33	42	42
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	39	37	27	25
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	24	23	25	24
Subsidiárias	15	15	2	1
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	19	13	14	9
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	11	8	9	6
Subsidiárias	8	5	5	3
Total de reservas de liquidez	**280**	**272**	219	212
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	223	219	171	166
Subsidiárias	56	53	48	46

Em 31 de dezembro de 2017, as nossas reservas de liquidez totalizavam 280 mil milhões de euros, por oposição a 219 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. O aumento de 61 mil milhões de euros incluía um aumento de 44 mil milhões de euros em caixa e seus equivalentes, um aumento de 12 mil milhões de euros em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) e um aumento de 5 mil milhões de euros noutros títulos desonerados. O desenvolvimento foi amplamente motivado por um crescimento constante de fontes de financiamento estáveis, bem como por uma adaptação de modelos de liquidez interna e regulamentar que resultou num aumento no requisito de suportes adicionais de liquidez. As nossas reservas de liquidez médias durante o exercício foram de 269,3 mil milhões de euros, por oposição a 212,4 mil milhões de euros durante 2016. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

O valor de liquidez (ponderado) das nossas reservas de liquidez de 272 mil milhões de euros ultrapassa o valor de liquidez (ponderado) dos nossos ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) de 247 mil milhões de euros. Os principais fatores responsáveis por esta diferença são o facto de as reservas de liquidez incluírem títulos elegíveis relativamente a bancos centrais mas, de outro modo, com menos liquidez (por exemplo, empréstimos negociados, outras negociações empresariais investment-grade e títulos garantidos por ativos) que não são reconhecidos nos HQLA. Além disso, os HQLA incluem índices de ações principais, mas excluem saldos depositados junto de bancos centrais, de modo a satisfazer os requisitos mínimos de caixa, bem como saldos depositados junto de bancos centrais não europeus com notação inferior a AA-, que estão incluídos no LCR, mas não fazem parte dos HQLA.

Rácio de cobertura de liquidez

As orientações finais da EBA relativas à divulgação do LCR publicadas em 8 de março de 2017 (EBA/GL/2017/01) obrigam-nos a divulgar a média das observações em final do mês ao longo dos doze meses anteriores ao fim de cada trimestre em vez do LCR no final do exercício. Por conseguinte, o LCR divulgado neste exercício referente a 2016 diferirá ligeiramente do LCR divulgado no exercício anterior. Para efeitos de referência, apresentamos a seguir os valores do LCR no final do exercício.

O nosso LCR médio ponderado de 144% (média de doze meses) foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 43.º do CRR. Devido às alterações no método de cálculo de outubro de 2016, o LCR médio ponderado de 121% de dezembro de 2016 inclui 3 pontos de dados (outubro a dezembro de 2016) e o LCR de dezembro de 2017 inclui 12 pontos de dados (janeiro a dezembro de 2017).

O LCR no final do exercício em 31 de dezembro de 2017 mantém-se em 140% face a 128% em 31 de dezembro de 2016.

Componentes do LCR

	31.12.2017	31.12.2016
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Total do valor ponderado ajustado (média)	Total do valor ponderado ajustado (média)
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	**12**	3
Suporte adicional de liquidez	**247**	191
Total de saídas de caixa líquidas	**172**	158
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	144%	121%

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de moedas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com a respetiva apetência pelo risco no final do exercício de 2017 e 2016.

Testes de esforço e análise de cenários

Em 2017, a nossa posição de liquidez líquida em esforço permaneceu muito acima da apetência pelo risco e terminou 2017 com um excedente de 33 mil milhões de euros.

Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as moedas

	31.12.2017			31.12.2016		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez[3]	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez[3]
Risco de mercado sistémico	121	284	163	64	204	141
Mercados emergentes	28	228	200	10	190	180
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	79	252	173	43	195	152
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	287	331	43	178	224	46
Combinado[4]	318	351	33	206	242	36

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.
[3] O cenário de 2017 mostra a posição mínima de liquidez líquida ao longo do período de esforço e o de 2016 mostra a posição de liquidez líquida no final do período de esforço.
[4] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados diários globais dos testes de esforço em EUR[5]

	31.12.2017			31.12.2016		
em euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez[3]	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez[3]
Combinado[4]	157	172	15	-	-	-

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.
[3] O cenário de 2017 mostra a posição mínima de liquidez líquida ao longo do período de esforço.
[4] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.
[5] O teste de esforço autónomo em EUR foi implementado em 2017, pelo que não existe comparação com 2016.

Resultados diários globais dos testes de esforço em USD

	31.12.2017			31.12.2016		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez[3]	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez[3]
Combinado[4]	114	127	13	94	164	69

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.
[3] O cenário de 2017 mostra a posição mínima de liquidez líquida ao longo do período de esforço e o de 2016 mostra a posição de liquidez líquida no final do período de esforço.
[4] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados diários globais dos testes de esforço em GBP

	31.12.2017			31.12.2016		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento [1]	Compensação do défice [2]	Posição líquida de liquidez [3]	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez[3]
Combinado[4]	14	18	4	10	20	10

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.
[3] O cenário de 2017 mostra a posição mínima de liquidez líquida ao longo do período de esforço e o de 2016 mostra a posição de liquidez líquida no final do período de esforço.
[4] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante de garantias colaterais adicionais necessário em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais adicionais

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivados contratuais	1 024	1 577	1 470	1 982
Outros requisitos de financiamento ou de margem	317	1 459	317	1 459

Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Não incluídas aqui estão as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 22, “Ativos penhorados e recebidos como garantia” das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 40, “Informações sobre subsidiárias” das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos como onerados os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, tal como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados ao justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico do balanço atual e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte “Reservas de liquidez” para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em "Outros ativos" pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

	31.12.2017			
	Valor contabilístico			
			Ativos desonerados	
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	148	65	84	0
Instrumentos de capital	86	63	23	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	234	11	223	0
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	27	0	0	27
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]				
Ativos detidos para negociação	11	0	11	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	363	0	0	363
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	78	0	0	78
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	0	5	0
Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	3	0	3	0
Empréstimos	417	70	15	332
Outros ativos	108	42	0	66
Total	1 480	251	363	866

[1] Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.
[2] Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

	31.12.2017			
	Justo valor das garantias recebidas			
			Ativos desonerados	
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	365	307	58	0
Títulos de dívida	228	189	39	0
Instrumentos de capital	137	118	18	0
Outras garantias recebidas	0	0	0	0

	31 dez 2016[3]			
	Valor contabilístico			
			Ativos desonerados	
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	151	77	74	0
Instrumentos de capital	75	54	21	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	191	12	179	0
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	36	0	0	36
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]				
Ativos detidos para negociação	14	0	14	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	488	0	0	488
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	69	0	0	69
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7	0	7	0
Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	3	0	3	0
Empréstimos	419	72	17	329
Outros ativos	139	55	0	84
Total	1 591	270	315	1 005

[1] Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.
[2] Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).
[3] Os resultados do período anterior foram reajustados devido a uma abordagem refinada para determinar os ativos penhorados.

	31 dez 2016[1]			
	Justo valor das garantias recebidas			
			Ativos desonerados	
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	322	260	62	0
Títulos de dívida	218	168	50	0
Instrumentos de capital	104	92	12	0
Outras garantias recebidas	0	0	0	0

[1] Os resultados do período anterior foram reajustados devido a uma abordagem refinada para determinar as garantias recebidas e as garantias novamente penhoradas.

As tabelas acima repartem as rubricas no balanço e fora do balanço em onerados, prontamente disponíveis e outros. Quaisquer títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda são apresentados com base no justo valor das garantias recebidas.

As tabelas acima de ativos onerados incluem ativos que não estão onerados ao nível de entidades individuais, mas que podem ser alvo de restrições na sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem dever-se a requisitos locais associados em matéria de empréstimos ou a restrições regulamentares semelhantes. Nestes casos, não é viável identificar rubricas individuais do balanço que não podem ser transferidas.

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2017

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	222 082	1 173	106	94	29	2 053	118	0	0	225 655
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	4 737	2 613	305	215	116	696	122	0	463	9 265
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	29	4 625	1 220	1 277	1 448	617	561	89	105	9 971
Com bancos	21	3 758	585	735	1 400	443	468	0	0	7 409
Com clientes	8	867	635	542	48	175	94	89	105	2 562
Títulos obtidos por empréstimo	15 786	553	49	0	323	0	22	0	0	16 732
Com bancos	1 889	283	0	0	0	0	0	0	0	2 172
Com clientes	13 896	270	49	0	323	0	22	0	0	14 560
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	565 632	40 074	14 269	1 914	731	455	1 805	3 047	9 043	636 970
Ativos detidos para negociação	184 661	0	0	0	0	0	0	0	0	184 661
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	98 140	0	0	0	0	0	0	0	0	98 140
Ações e outros títulos de rendimento variável	85 932	0	0	0	0	0	0	0	0	85 932
Outros ativos detidos para negociação	590	0	0	0	0	0	0	0	0	590
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	361 032	0	0	0	0	0	0	0	0	361 032
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	19 938	40 074	14 269	1 914	731	455	1 805	3 047	9 043	91 276
Títulos comprados com acordos de revenda	5 364	36 195	12 160	1 115	662	125	1 066	903	253	57 843
Títulos obtidos por empréstimo	14 540	3 786	1 928	0	0	0	0	0	0	20 254
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	34	93	182	799	68	17	720	2 144	8 216	12 273
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	132	20	0	573	725
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	181	0	0	1	182
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	40	191	26	139	9	119	1 029	1 601	3 153
Ativos financeiros disponíveis para venda	47	1 175	1 257	2 934	1 728	2 742	5 469	15 438	18 608	49 397
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	24	969	1 253	2 934	1 728	2 021	5 404	15 418	18 016	47 766
Ações e outros títulos de rendimento variável	23	206	4	0	0	721	64	20	592	1 630
Empréstimos	17 334	27 284	27 229	17 442	9 273	14 628	27 053	62 232	199 225	401 699
A bancos	787	2 163	2 832	1 979	1 253	821	1 103	670	1 230	12 838
A clientes	16 546	25 121	24 397	15 463	8 021	13 807	25 950	61 562	197 995	388 862
Retalho	4 291	4 725	4 645	1 632	1 721	1 313	4 720	15 216	151 449	189 712
Grandes empresas e outros clientes	12 256	20 395	19 752	13 831	6 300	12 493	21 230	46 346	46 546	199 149
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0	0	0	1 652	1 518	3 170
Outros ativos financeiros	85 083	352	179	135	92	143	21	433	74	86 513
Total de ativos financeiros	910 728	77 889	44 804	24 037	13 878	21 343	35 290	83 920	230 636	1 442 525
Outros ativos	20 451	0	0	0	0	0	0	0	11 756	32 207
Total do ativo	931 178	77 889	44 804	24 037	13 878	21 343	35 290	83 920	242 392	1 474 732

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2016

em milhões de euros	À vista (incl. notificação e um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	177 648	539	131	121	334	2 591	0	0	0	181 364
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	5 841	3 578	596	83	65	834	115	26	469	11 606
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	631	4 204	5 852	3 170	1 368	532	449	15	67	16 287
Com bancos	604	2 534	5 026	2 077	1 217	461	0	0	0	11 918
Com clientes	27	1 670	826	1 093	152	71	449	15	67	4 370
Títulos obtidos por empréstimo	19 548	532	0	0	0	0	0	0	0	20 081
Com bancos	2 459	52	0	0	0	0	0	0	0	2 511
Com clientes	17 089	480	0	0	0	0	0	0	0	17 570
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	677 696	33 314	9 577	1 752	776	1 983	2 995	2 803	12 884	743 781
Ativos detidos para negociação	171 044	0	0	0	0	0	0	0	0	171 044
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	94 486	0	0	0	0	0	0	0	0	94 486
Ações e outros títulos de rendimento variável	75 633	0	0	0	0	0	0	0	0	75 633
Outros ativos detidos para negociação	924	0	0	0	0	0	0	0	0	924
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	485 150	0	0	0	0	0	0	0	0	485 150
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	21 502	33 314	9 577	1 752	776	1 983	2 995	2 803	12 884	87 587
Títulos comprados com acordos de revenda	7 154	28 691	6 810	914	110	1 256	995	608	866	47 404
Títulos obtidos por empréstimo	14 227	4 561	2 348	0	0	0	0	0	0	21 136
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	120	62	419	838	666	232	1 992	2 195	11 399	17 923
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	146	0	0	590	736
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1	0	0	0	0	350	7	0	29	387
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	61	201	39	52	30	257	1 030	1 846	3 516
Ativos financeiros disponíveis para venda	471	1 154	2 344	1 031	1 915	2 298	9 210	18 778	19 028	56 228
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	251	1 008	2 341	1 031	1 915	1 334	9 210	18 733	18 452	54 275
Ações e outros títulos de rendimento variável	219	146	3	0	0	964	0	45	575	1 953
Empréstimos	18 364	23 666	26 185	29 223	9 128	9 107	28 787	66 383	198 067	408 909
A bancos	937	1 978	3 043	2 425	650	641	1 529	1 298	775	13 276
A clientes	17 427	21 688	23 142	26 798	8 477	8 467	27 258	65 085	197 292	395 633
Retalho	6 446	3 872	5 436	2 397	1 630	2 055	5 634	17 450	157 616	202 536
Grandes empresas e outros clientes	10 980	17 816	17 706	24 401	6 847	6 412	21 624	47 635	39 676	193 097
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0	0	0	1 515	1 691	3 206
Outros ativos financeiros	104 400	475	1 052	221	240	135	58	671	2 878	110 131
Total de ativos financeiros	1 004 599	67 523	45 937	35 640	13 878	17 510	41 870	91 221	236 931	1 555 109
Outros ativos	23 492	0	0	0	0	0	0	0	11 944	35 437
Total do ativo	1 028 091	67 523	45 937	35 640	13 878	17 510	41 870	91 221	248 875	1 590 546

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do nosso passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2017

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	359 619	34 022	111 695	23 800	12 196	9 416	9 133	9 175	11 757	580 812
A pagar a bancos	58 070	5 618	10 520	4 464	1 081	1 345	2 744	5 277	8 921	98 041
A pagar a clientes	301 549	28 404	101 174	19 336	11 115	8 071	6 389	3 898	2 836	482 771
Retalho	120 110	10 308	73 883	3 014	2 011	1 264	948	859	271	212 669
Grandes empresas e outros clientes	181 439	18 095	27 291	16 323	9 103	6 806	5 441	3 038	2 565	270 102
Passivos detidos para negociação	414 189	0	0	0	0	0	0	0	0	414 189
Títulos para negociação	71 148	0	0	0	0	0	0	0	0	71 148
Outros passivos detidos para negociação	314	0	0	0	0	0	0	0	0	314
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	342 726	0	0	0	0	0	0	0	0	342 726
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de crédito e garantias financeiras)	16 018	29 236	6 080	1 574	548	5 520	665	1 091	3 134	63 866
Títulos vendidos com acordos de recompra	14 722	28 857	4 167	1 089	5	4 897	62	24	18	53 840
Dívida a longo prazo	256	33	582	323	345	427	603	889	2 980	6 439
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 040	346	1 332	161	199	196	1	178	136	3 587
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	574	0	0	0	574
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	11	58	230	65	41	423	249	218	1 294
Recursos de bancos centrais adquiridos	174	83	0	0	0	0	0	0	0	257
Títulos vendidos com acordos de recompra	14 143	353	1 497	409	94	837	476	16	23	17 849
A pagar a bancos	11 459	266	1 453	327	43	736	476	11	0	14 772
A pagar a clientes	2 684	87	44	82	52	102	0	5	23	3 077
Títulos cedidos por empréstimo	6 684	3	1	0	0	0	0	0	1	6 688
A pagar a bancos	2 253	3	0	0	0	0	0	0	1	2 256
A pagar a clientes	4 432	0	1	0	0	0	0	0	0	4 433
Outros empréstimos a curto prazo	11 831	848	1 542	1 227	738	2 226	0	0	0	18 411
Dívida a longo prazo	0	886	5 029	16 419	9 931	14 137	21 218	49 923	42 172	159 715
Títulos de dívida – sénior	0	626	4 266	3 481	5 873	3 334	19 392	45 546	26 978	109 496
Títulos de dívida subordinados	0	0	189	267	67	11	48	1 096	5 554	7 232
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	210	529	12 496	3 886	10 722	1 685	3 230	9 362	42 120
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	50	45	176	105	70	93	50	278	868
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	1 644	2 723	274	183	666	0	0	5 491
Outros passivos financeiros	112 960	1 254	2 228	180	197	177	204	163	4	117 367
Total de passivos financeiros	935 618	66 696	129 775	46 562	24 044	33 110	32 785	60 616	57 308	1 386 513
Outros passivos	20 112	0	0	0	0	0	0	0	0	20 112
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	68 099	68 099
Total do passivo e do capital próprio	955 730	66 696	129 775	46 562	24 044	33 110	32 785	60 616	125 407	1 474 724
Compromissos assumidos fora do balanço	6 290	8 484	10 418	16 261	8 234	15 928	27 732	84 121	28 996	206 464
Bancos	238	406	1 398	1 591	557	733	952	346	216	6 437
Retalho	352	253	389	247	108	205	223	445	8 483	10 706
Grandes empresas e outros clientes	5 700	7 825	8 630	14 423	7 569	14 990	26 557	83 330	20 297	189 320

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2016

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	329 776	36 590	110 606	17 562	15 756	12 595	8 532	8 041	10 746	550 204
A pagar a bancos	64 438	9 602	13 129	2 279	6 175	4 220	1 885	5 372	8 993	116 094
A pagar a clientes	265 337	26 988	97 477	15 283	9 581	8 375	6 647	2 669	1 752	434 110
Retalho	109 943	10 761	75 517	3 191	1 744	902	785	911	279	204 033
Grandes empresas e outros clientes	155 395	16 227	21 960	12 093	7 837	7 472	5 862	1 758	1 473	230 077
Passivos detidos para negociação	520 887	0	0	0	0	0	0	0	0	520 887
Títulos para negociação	56 592	0	0	0	0	0	0	0	0	56 592
Outros passivos detidos para negociação	437	0	0	0	0	0	0	0	0	437
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	463 858	0	0	0	0	0	0	0	0	463 858
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de crédito e garantias financeiras)	1 992	38 633	8 123	2 212	744	3 745	1 031	1 004	2 969	60 452
Títulos vendidos com acordos de recompra	1 587	36 128	7 584	1 791	2	2 739	566	0	0	50 397
Dívida a longo prazo	201	73	329	384	640	859	398	949	2 640	6 473
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	203	2 432	210	37	102	147	68	55	329	3 582
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	592	0	0	0	592
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	249	324	194	312	231	943	1 484	856	4 593
Recursos de bancos centrais adquiridos	353	0	0	0	0	0	0	0	0	353
Títulos vendidos com acordos de recompra	19 957	1 510	844	1 191	0	1 178	434	271	0	25 387
A pagar a bancos	14 934	1 510	844	1 191	0	1 178	292	271	0	20 222
A pagar a clientes	5 023	0	0	0	0	0	142	0	0	5 165
Títulos cedidos por empréstimo	3 587	10	1	0	0	0	0	0	0	3 598
A pagar a bancos	1 488	4	0	0	0	0	0	0	0	1 492
A pagar a clientes	2 099	6	1	0	0	0	0	0	0	2 106
Outros empréstimos a curto prazo	13 216	921	1 073	265	1 292	529	0	0	0	17 295
Dívida a longo prazo	0	1 037	5 275	8 143	10 113	4 190	43 315	56 444	43 799	172 316
Títulos de dívida – sénior	0	989	5 085	7 476	9 772	3 534	13 284	51 704	30 162	122 006
Títulos de dívida subordinados	0	0	0	0	0	231	140	1 124	5 293	6 788
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	43	190	582	284	384	29 507	3 496	8 063	42 549
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	5	0	85	56	42	384	120	281	974
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	730	1 054	413	4 176	0	0	6 373
Outros passivos financeiros	128 398	976	1 665	221	201	161	295	112	3 246	135 274
Total de passivos financeiros	1 018 165	79 926	127 911	30 518	29 473	23 635	58 726	67 356	61 616	1 497 325
Outros passivos	28 362	0	0	0	0	0	0	0	0	28 362
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	64 819	64 819
Total do passivo e do capital próprio	1 046 527	79 926	127 911	30 518	29 473	23 635	58 726	67 356	126 435	1 590 506
Compromissos assumidos fora do balanço	6 061	9 569	8 896	13 765	8 708	14 794	30 609	98 024	27 978	218 404
Bancos	305	688	1 501	1 671	602	587	1 185	958	192	7 688
Retalho	253	124	95	226	283	387	757	538	8 875	11 540
Grandes empresas e outros clientes	5 503	8 757	7 300	11 868	7 823	13 820	28 667	96 528	18 911	199 176

Relatório de Remunerações

Introdução – 174
176 **Relatório de Remuneração do** Conselho de Administração
Governo da Remuneração do Conselho de Administração – 176
Princípios da Remuneração do Conselho de Administração e do Sistema de Remunerações – 177
Estrutura de remuneração desde janeiro de 2017 – 178
Incentivo de longo prazo e sustentabilidade – 184
Condições de perda de direitos/recuperação (clawback) – 186
Limitações no caso de acontecimentos excecionais – 186
Diretrizes de participações – 187
Outros benefícios aquando de cessação antecipada – 188
Despesa com componentes de incentivo de longo prazo – 189
Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2017 – 189
Prémios em ações – 192
Participação acionista do Conselho de Administração – 193
Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC) – 194
Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17) – 199
202 **Relatório de Remuneração** dos colaboradores
Contexto regulamentar – 202
Governo das remunerações – 203
Estratégia de remuneração – 204
Quadro de remuneração total – 205
Determinação da remuneração variável – 206
Estrutura de remuneração variável – 207
Ajustamento ex post de risco da remuneração variável – 208
Decisões de remuneração para 2017 – 209
Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais – 212
215 **Sistema de remuneração dos membros do** Conselho de Fiscalização
Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2017 – 216

Introdução

O Relatório de Remuneração de 2017 fornece informação detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global.

O relatório de remuneração inclui as seguintes três secções:

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

A primeira secção do Relatório determina a estrutura e a conceção do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Apresenta o sistema de remuneração para o exercício de 2017, para o qual a estrutura de remuneração variável foi alterada em comparação com o sistema de remuneração para o exercício de 2016 e que foi aprovado pela Assembleia Geral em maio de 2017. Adicionalmente, o relatório contém informações sobre a remuneração e outros benefícios concedidos pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

A segunda secção do Relatório de Remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (exceto o Deutsche Postbank AG, que publica um Relatório de Remuneração separado). O relatório fornece detalhes sobre o novo enquadramento de remuneração que foi apresentado em 2016 e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2016. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV).

Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

A terceira secção fornece informações sobre a estrutura e o nível de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

O relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch– “HGB”), da norma de contabilidade alemã n.º 17 “Relato da remuneração dos órgãos executivos”, do decreto CRR, InstVV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Mensagem do Presidente do Conselho de Fiscalização

Caros Acionistas,

No relatório seguinte relativo à remuneração dos membros do Conselho de Administração, encontrará informações pormenorizadas sobre o sistema de remuneração e a remuneração dos membros do Conselho de Administração, possivelmente com ainda mais pormenores para estudo do que aqueles que gostaria. Eis um breve resumo dos principais pontos:

Na Assembleia-Geral do ano anterior, os nossos acionistas decidiram com uma maioria de 97% um sistema de remuneração para o Conselho de Administração do Grupo que constitui a base para as nossas decisões de remuneração. De acordo com esse sistema de remuneração, cada membro do Conselho de Administração, em paralelo com um salário fixo e uma contribuição para o plano de pensões corporativo, tem direito a uma remuneração variável sujeita a objetivos estabelecidos anualmente e à respetiva consecução. A maior parte (60%) da remuneração variável é a longo prazo e orientada para o Grupo; a parte restante (40%, no máximo) tem em conta objetivos a curto prazo do Grupo e objetivos individuais ou da divisão. No exercício em análise, o nível de consecução de objetivos para o prémio a longo prazo foi de 38% e para os objetivos a curto prazo do Grupo foi de 45%. Para mais informações, consulte as páginas seguintes.

No entanto, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização estão bem cientes de que o resultado do exercício financeiro de 2017 não é satisfatório com uma perda líquida. Para realçar isto, os membros do Conselho de Administração declararam ao Conselho de Fiscalização que renunciam à determinação e concessão de qualquer remuneração variável para o exercício financeiro de 2017. O Conselho de Fiscalização respeita esta decisão e, por esse motivo, absteve-se de determinar qualquer remuneração variável para os membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2017. Deste modo, o Conselho de Administração não recebe qualquer remuneração variável pelo terceiro exercício consecutivo. Em nome do Conselho de Fiscalização, gostaria de elogiar a prontidão do Conselho de Administração para renunciar aos componentes de remuneração contratual no interesse do nosso banco.

Apesar da renúncia, o relatório subsequente visa ilustrar os objetivos nos quais se baseiam as avaliações individuais do Conselho de Fiscalização no que diz respeito aos objetivos do Grupo e, deste modo, satisfazer as expectativas dos nossos investidores em relação à transparência do sistema de remuneração.

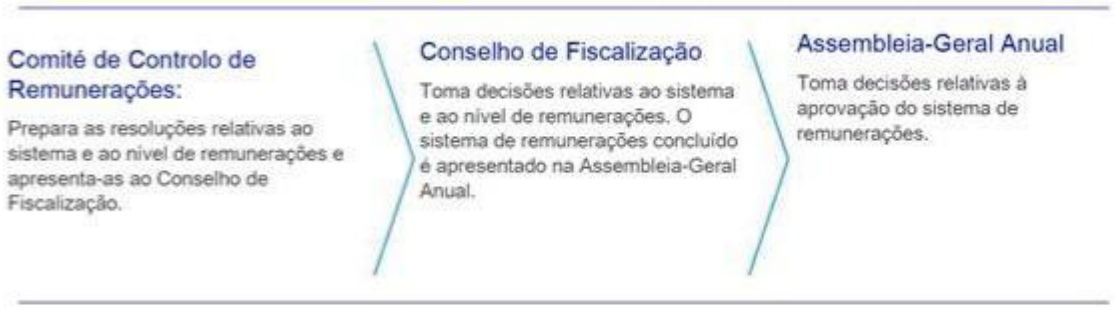
O Conselho de Fiscalização agradece críticas e comentários construtivos sobre este tópico importante e aguarda as discussões com os acionistas na Assembleia-Geral.

Atenciosamente,

Dr. Paul Achleitner

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

Governo da Remuneração do Conselho de Administração



O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comité de Controlo de Remunerações. O Comité de Controlo de Remunerações controla e apoia a estruturação adequada do sistema de remuneração e prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comité de Controlo de Remunerações e/ou o Conselho de Fiscalização consultará consultores externos independentes sempre que seja considerado necessário.

Atualmente, o Comité de Controlo de Remunerações é constituído por quatro membros. Em conformidade com os requisitos regulamentares, pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização revê regularmente o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração. Em caso de mudança ou reestruturação do quadro remuneratório, o Conselho de Fiscalização recorre à possibilidade prevista em § 120 (4) da lei alemã relativa às sociedades por ações (Aktiengesetz – AktG) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Fiscalização solucionou as novas estruturas de remuneração para o exercício de 2017, as quais foram apresentadas à Assembleia-Geral para aprovação em maio de 2017. A Assembleia-Geral concedeu a sua aprovação com uma maioria absoluta de 97%.

Princípios da Remuneração do Conselho de Administração e do Sistema de Remunerações

Vários fatores devem ser tidos em conta ao estruturar o sistema de remuneração e determinar remunerações individuais. Estes fatores podem ser resumidos como princípios de remuneração específicos. A visão geral seguinte mostra os princípios de remuneração fundamentais que têm impacto tanto no sistema de remunerações como nas remunerações individuais e, por isso, devem ser tidos em conta pelo Conselho de Fiscalização ao aprovar uma resolução em matéria de remunerações.

Ao aprovar uma resolução sobre a estrutura e determinação de remuneração, o Conselho de Fiscalização tem em consideração nomeadamente:

Governo	A estruturação do sistema de remuneração e determinação de remunerações individuais é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. O objetivo do Conselho de Fiscalização é oferecer, no âmbito dos requisitos regulamentares, um pacote de remuneração que continue a estar em consonância com as práticas de mercado habituais e, portanto, que seja competitivo.
Group Strategy (estratégia do Grupo)	Através da estrutura do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e evitar incorrer em riscos excessivamente elevados.
Desempenho Coletivo e Individual dos Membros do Conselho de Administração	A remuneração variável relacionada com o desempenho é determinada com base no nível de consecução dos objetivos previamente acordados. Para este efeito, são definidos objetivos coletivos e relacionados com o Grupo Deutsche Bank aplicáveis de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização define objetivos individuais para cada membro do Conselho de Administração separadamente, que têm em conta particularmente o desenvolvimento do negócio, das infraestruturas ou áreas regionais de responsabilidade, conforme o caso. Estes objetivos podem ser de natureza financeira ou não financeira.
Limites de remuneração regulamentares ou outros	De acordo com as abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação de cap), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a definição supramencionada para 1:2 com uma maioria de 91 %. O sistema de remuneração deliberado pelo Conselho de Fiscalização também prevê limites fixos para os componentes de remuneração variável individuais. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização pode definir um limite adicional para a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração. No exercício de 2017, o limite adicional é de 9,85 milhões de euros.
Aspetos de sustentabilidade	Atualmente, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração será concedida apenas numa base diferida. Desde 2017, uma parcela de pelo menos 75% da remuneração variável diferida será concedida sob a forma de componentes de remuneração com base em ações, que são obtidos nunca menos de cinco anos após ser concedida uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e estão sujeitos a um período de retenção adicional de um ano. A parcela remanescente será concedida como uma componente de remuneração não baseada em ações e a ser obtida em tranches idênticas durante um período de quatro anos. Durante o período de diferimento e de retenção, a remuneração diferida está sujeita a disposições específicas de perda de direitos.
Interesses dos acionistas	Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a sua aplicação e distribuição, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank.

O sistema de remunerações e as estruturas de remuneração que este abrange encontram-se refletidos nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

Estrutura de remuneração desde janeiro de 2017

– Estruturas de remuneração transparentes
– Ligações claras entre a remuneração e os objetivos previamente acordados
– Forte ênfase nos interesses dos acionistas

Estrutura e elementos de remunerações do sistema de remunerações

O sistema de remuneração aplicável a partir de janeiro de 2017 consiste em componentes não relacionadas com o desempenho (fixo) e componentes relacionadas com o desempenho (variável).

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste no salário-base, em contribuições para o plano de pensões da empresa e "outros benefícios".

O salário-base anual ascende a 3,4 milhões de euros para o Presidente e o Conselho de Administração. O Vice-Presidente recebe um salário-base anual de 3 milhões de euros. O salário-base anual para os membros ordinários do Conselho de Administração com responsabilidades na CIB é de 3 milhões de euros, e para todos os restantes membros ordinários do Conselho de Administração é de 2,4 milhões de euros.

Além disso, o Conselho de Fiscalização decidiu em 2017 introduzir provisões funcionais opcionais. Estas poderão ser pagas a membros do Conselho de Administração que sejam afetados a tarefas adicionais e, em particular, com responsabilidades que ultrapassem o âmbito normal de responsabilidade na esfera do Conselho de Administração. As provisões podem corresponder a um máximo de 100% do salário-base anual e são pagas enquanto as tarefas adicionais e responsabilidades específicas forem atribuídas ao membro do Conselho de Administração.

Vários fatores foram tidos em conta ao determinar o nível adequado do salário-base. Primeiro, o salário-base recompensa o pressuposto geral do mandato do membro do Conselho de Administração e a responsabilidade global relacionada dos membros individuais do Conselho de Administração. Adicionalmente, a remuneração paga no mercado comparável é tida em consideração ao determinar o montante do salário-base. No entanto, uma comparação do mercado tem de ter em consideração que os requisitos regulamentares em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV) em relação à Secção 25a (5) da lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) definiram um limite para a remuneração variável de 200% da remuneração fixa. Por conseguinte, a remuneração fixa tem de ser determinada de forma a assegurar uma remuneração competitiva em consonância com as práticas de mercado, tendo simultaneamente em consideração os requisitos supramencionados. Este limite regulamentar foi implementado em 2014.

O InstVV prevê a possibilidade de definir contribuições para o plano de pensões da empresa como remuneração fixa e, por conseguinte, incluí-las na base para o cálculo do rácio entre componentes de remuneração fixa e variável. A contribuição anual para o plano de pensões corporativo ascende a 650 000 euros para o Presidente do Conselho de Administração, 1 000 000 de euros para os membros ordinários do Conselho de Administração com responsabilidades na AM e na CIB, e 650 000 euros para os restantes membros ordinários do Conselho de Administração.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem “Outros benefícios”. Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

Para 2016, o sistema de remuneração definiu três componentes (o Prémio Anual de Desempenho (APA), o Prémio de Desempenho de Longo Prazo (LTPA) e o Prémio de Desempenho da Divisão (DPA)) que, em conjunto, constituíram a remuneração variável. O APA premiou a consecução a curto e médio prazo dos objetivos e da política corporativa do Banco. No processo foi tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. O nível do LTPA foi determinado com base no desempenho relativo da ação do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas com base numa avaliação de três anos e incluiu parâmetros não financeiros (o denominado fator de cultura e cliente). O Prémio de Desempenho da Divisão procurou refletir as características específicas dos front offices.

Para 2017, o sistema de remuneração foi ajustado para simplificar de forma substancial as estruturas da remuneração variável e associar a remuneração a critérios de desempenho transparentes. No entanto, a estrutura ainda permite que sejam acordados objetivos individuais e de divisão juntamente com objetivos coletivos e possibilita a obtenção de níveis de pagamento competitivos em consonância com as práticas de mercado tendo como base a área de responsabilidade do membro respetivo e, simultaneamente, também cumpre os requisitos regulamentares a este respeito.

Toda a remuneração variável está relacionada com o desempenho. A partir do exercício de 2017, a remuneração variável consistirá num componente a curto prazo e num componente a longo prazo:

– o Prémio de curto prazo e
– o Prémio de longo prazo.

Prémio de curto prazo (STA)

O STA está associado à consecução de objetivos de curto e médio prazo. Os objetivos incluem objetivos coletivos a ser alcançados pelo Conselho de Administração como um todo e objetivos individuais cujo nível de consecução é determinado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

A fim de distinguir claramente objetivos coletivos dos objetivos individuais, o STA é dividido em dois componentes:

– o Componente de Grupo e
– o Componente individual.

Componente de grupo

Os objetivos a ser alcançados constituem a base para o cálculo do componente de grupo como parte do STA. O objetivo fundamental do componente do grupo é associar a remuneração variável para o Conselho de Administração ao desempenho global do Banco.

Em 2016, o Conselho de Administração decidiu alinhar mais estreitamente parte da remuneração variável para colaboradores não pautais do Banco com o desempenho do Grupo. Isto procura recompensar o contributo de todos os colaboradores para os resultados financeiros do Banco e os êxitos na implementação da sua estratégia. A remuneração do Conselho de Administração está também estreitamente ligada ao desempenho do Banco, utilizando valores financeiros fundamentais selecionados. O Conselho de Fiscalização decidiu alinhar mais estreitamente o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração com o sistema de remuneração para colaboradores. Isto é alcançado através da utilização de métricas de desempenho subjacentes ao componente de grupo no sistema de remuneração para colaboradores como o valor de referência para o componente de grupo do STA a partir de 2017.

Em conformidade com a estratégia, quatro métricas de desempenho que constituem indicadores importantes do perfil de capital, risco, custo e rentabilidade do Banco formam o valor de referência para o componente de grupo do STA:

Rácio Common Equity Tier 1 (CET1) (fully loaded)	O rácio Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos ativos ponderados pelo risco.
Rácio de alavancagem	O capital Tier 1 do Banco como uma percentagem da sua exposição total a alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV.
Custo ajustado	Despesas totais (excluindo juros), excluindo reestruturação e indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros intangíveis.
Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Esta última é o capital próprio dos acionistas no balanço do Banco, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a seleção das métricas de desempenho. Os quatro objetivos supra são igualmente ponderados até 25% na determinação do componente de grupo do STA, dependendo do nível de consecução. Se, de um modo geral, os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

Componente individual

O componente individual do STA recompensa a consecução de objetivos a curto e médio prazo individuais e relacionados com front office. Estes objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação do desempenho do exercício financeiro respetivo. Os objetivos principais são concebidos para contribuir para a política comercial aplicável e objetivos estratégicos do Banco, em consonância com a área de responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Os objetivos para o componente individual podem incluir, por exemplo, desenvolvimentos de proveitos durante o ano, metas relacionadas com projetos, objetivos de diversidade ou outros desenvolvimentos na satisfação dos colaboradores ou dos clientes.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que serão utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. É estabelecido um máximo de três objetivos por ano fiscal para cada membro do Conselho de Administração. A soma dos objetivos acordados individualmente e de cada divisão ascende a um máximo de 90% do componente individual do STA, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. O Conselho de Fiscalização decide sobre a parcela remanescente de 10% do componente individual para premiar contributos extraordinários ao longo do exercício, como parte da sua autoridade discricionária. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente individual não será atribuído.

Valores mínimo, alvo e máximo

A soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 40% da remuneração variável total, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. Isto é concebido para assegurar que o valor da remuneração variável não seja determinado principalmente pelos objetivos individuais. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um STA não será atribuído.

			2017
em euros	Mínimo	Alvo	Máximo
Presidente			
Componente de grupo	0	500 000	1 000 000
Componente individual	0	1 400 000	2 800 000
Total STA[1]	0	1 900 000	3 800 000
Membro ordinário do Conselho de Administração			
Componente de grupo	0	500 000	1 000 000
Componente individual (desde - até)	0	800 000	1 600 000
	0	até 1 400 000	até 2 800 000
Total STA (desde - até)	**0**	1 300 000	2 600 000
	0	até 1 900 000	até 3 800 000

[1] STA: Prémio de curto prazo.

Prémio de longo prazo (LTA)

O Conselho de Fiscalização decidiu focar-se claramente na consecução de objetivos a longo prazo ao determinar a remuneração variável. Por conseguinte, o valor alvo do LTA constitui uma parte nunca inferior a 60% da remuneração alvo variável total. À semelhança do componente a curto prazo, o Conselho de Fiscalização determina os objetivos de longo prazo coletivos e/ou individuais para os membros do Conselho de Administração. O nível de consecução é determinado com base na definição de fatores e/ou métricas de desempenho claras, que serão acordados para estes objetivos no início de um exercício financeiro.

60% da remuneração variável, no mínimo, está relacionada com o componente de longo prazo

O Conselho de Fiscalização determina um total de três objetivos para cada membro do Conselho de Administração. Cada objetivo é igualmente ponderado a 1/3 na avaliação do LTA. Para 2017, o Conselho de Fiscalização determinou os três objetivos comuns seguintes para todos os membros do Conselho de Administração.

O **desempenho relativo da ação do Deutsche Bank** em comparação com instituições pares selecionadas é um objetivo no enquadramento do LTA. Este objetivo visa promover o desempenho sustentável da ação do Deutsche Bank. A natureza de longo prazo deste objetivo é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas (RTSR) com base numa avaliação de três anos. O RTSR do Deutsche Bank deriva da rentabilidade total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo de pares selecionado (cálculo em euros). Esta parcela do LTA é calculada a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores). Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas é selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente.

Em 2017, o grupo de pares para o RTSR inclui os seguintes bancos:

Grupo de pares do Deutsche Bank				
BNP Paribas	Société Générale	Barclays	Credit Suisse	UBS
Bank of America	Citigroup	JP Morgan Chase	HSBC	

O segundo objetivo está associado ao crescimento e reforço do Banco. Com a noção de **crescimento orgânico do capital** numa base líquida, o Conselho de Fiscalização define um objetivo concebido para promover este crescimento. Para determinar o nível do crescimento de capital, é calculado o fator "Crescimento orgânico do capital". O Crescimento orgânico do capital é definido como o saldo das seguintes alterações (igualmente reportadas na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio) que ocorrem durante o exercício, divididas pela ações dos Acionistas do Deutsche Bank atribuíveis até 31 de dezembro do exercício anterior.

- Total do rendimento integral, após impostos
- Cupões sobre componentes de capital adicionais, após impostos
- Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos
- Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias
- Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas

Consequentemente, as alterações "não orgânicas" às ações, em particular o pagamento de dividendos ou aumento de capital, não são relevantes para a consecução do objetivo.

Conforme descrito anteriormente, o terceiro objetivo é tirado da categoria "**Cultura e Clientes**". Neste contexto, o Conselho de Fiscalização define um objetivo que está associado à cultura empresarial, à satisfação do cliente e às relações com os clientes. Este objetivo está associado ao desenvolvimento sustentável do ambiente intrabancário ou é concebido para promover o desenvolvimento das relações com os clientes. No exercício de 2017, um objetivo definido pelo Conselho de Fiscalização para todos os membros do Conselho de Administração é novamente a avaliação do ambiente de controlo dentro do Grupo Deutsche Bank.

O prémio de longo prazo pode ser um máximo de 150% dos valores alvo correspondentes.

Objetivos

Os objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte de um acordo de definição de objetivos no início do exercício financeiro respetivo para fins de avaliação do desempenho. Para todos os objetivos são definidos os valores financeiros e/ou fatores dos quais o nível de consecução dos objetivos deriva de forma transparente. A margem para a decisão discricionária está estritamente limitada de 3 a 6% em relação à remuneração variável total.

A atribuição dos objetivos aos componentes de remuneração individuais é apresentada a seguir.

	Indicadores relevantes	Ponderação relativa
Prémio de curto prazo (STA)	**Componente de grupo[1]**	
	Rácio CET1	25%
	Rácio de alavancagem	25%
	Gastos operacionais (excluindo juros) ajustados	25%
	Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	25%
	Componente individual (exemplar)[2]	
	Crescimento de receitas/IBIT ao longo do ano versus plano	30%
	Objetivos relacionados com o projeto (realização, gestão)	30 %
	Índice de compromisso do colaborador (% ao longo do ano)/Objetivos de diversidade	30 %
	Ajustes baseados em opiniões fundamentadas	10%
Prémio de longo prazo (LTA)[3]	Retorno total relativo dos acionistas	33,34%
	Crescimento orgânico do capital (líquido)	33,33%
	"Fator de cultura e cliente"/Grupo de classificação do ambiente de controlo	33,33%

(1) Principais objetivos estratégicos conjuntos, que também formam a base da avaliação do componente de grupo como parte do sistema de remunerações para os funcionários do Grupo DB
(2) Objetivos individuais e de divisão a curto prazo quantitativos e qualitativos
(3) Objeções ao nível do grupo a longo prazo.

Remuneração máxima

Remuneração total/Valores alvo e máximo

					2017	2016
	Salário-base		STA[1]	LTA[2]	Remuneração total	Remuneração total
em euros		Componente de grupo	Componente individual			
Presidente						
Alvo	3 400 000	500 000	1 400 000	3 400 000	8 700 000	9 100 000
Máximo	3 400 000	1 000 000	2 800 000	5 100 000	12 300 000	12 500 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB)						
Alvo	3 000 000	500 000	1 400 000	2 800 000	7 700 000	8 500 000
Máximo	3 000 000	1 000 000	2 800 000	4 200 000	11 000 000	13 200 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (PCB)						
Alvo	2 400 000	500 000	1 100 000	2 800 000	6 800 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	2 200 000	4 200 000	9 800 000	8 300 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Deutsche AM)						
Alvo	2 400 000	500 000	1 300 000	2 800 000	7 000 000	7 000 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	2 600 000	4 200 000	10 200 000	10 500 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)						
Alvo	2 400 000	500 000	800 000	2 800 000	6 500 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	1 600 000	4 200 000	9 200 000	8 000 000

[1] STA: Prémio de curto prazo.
[2] LTA: Prémio de longo prazo.

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a limites adicionais. Devido a requisitos regulamentares, a remuneração variável está limitada a 200% da remuneração fixa. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização voltou a definir um limite de 9,85 milhões de euros para a remuneração total global para o exercício de 2017. Consequentemente, a remuneração está limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros, ainda que o nível de consecução do objetivo resultasse numa remuneração superior. A provisão funcional que poderá ser atribuída durante um período fixo não conta para efeitos do limite.

Incentivo de longo prazo e sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Pelo menos metade do máximo de 40% da remuneração variável atribuída numa base não diferida tem de consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante valor poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% é pago ou entregue numa data posterior.

Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas é concedida numa base diferida. O sistema de remuneração aplicável até e incluindo 2016 previa que os componentes de curto prazo (APA e DPA) fossem em princípio concedidos sob a forma de componentes de remuneração não baseada em ações ("Prémios restritos de incentivo"). No entanto, o componente a longo prazo (LTPA) foi concedido exclusivamente sob a forma de componentes de remuneração com base em ações ("Prémios restritos de ações").

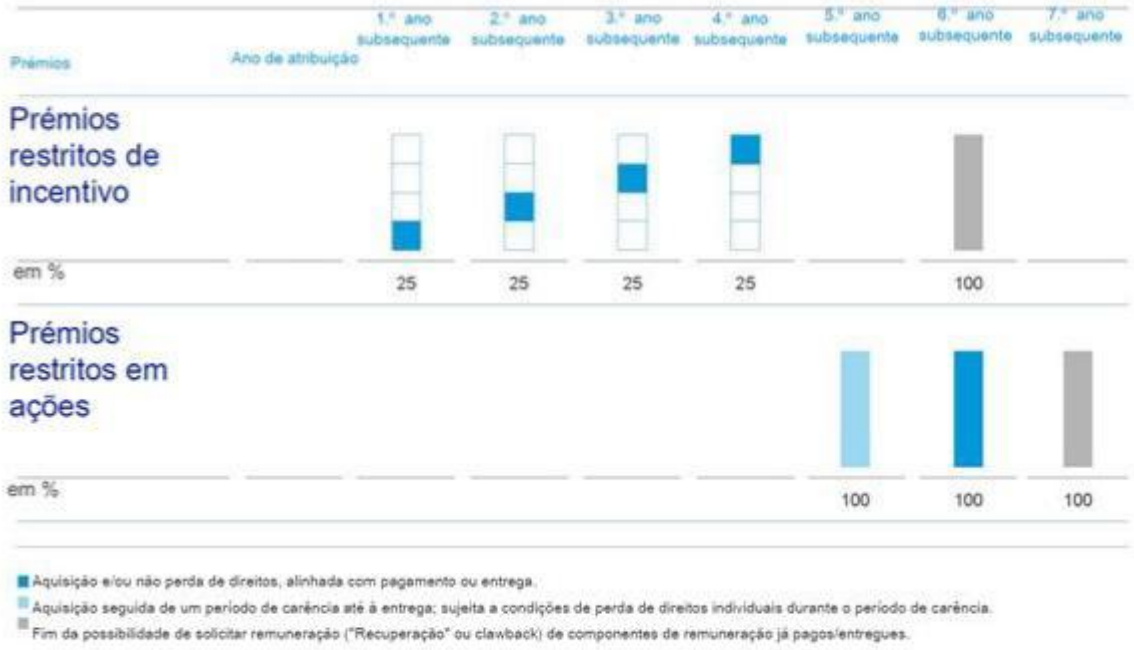
75% da remuneração variável, no mínimo, é concedida com base em ações

A fim de vincular ainda mais os membros do Conselho de Administração ao desempenho do Banco e à cotação da ação do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização decidiu que a partir do exercício de 2017 o componente de longo prazo (LTA), e na verdade não menos de 75% da remuneração variável total, continuará a ser concedido apenas sob a forma de prémios restritos de ações. No entanto, apenas o componente de curto prazo (STA), um máximo de 25% da remuneração variável total, é concedido sob a forma de prémios restritos de incentivo.

Os prémios restritos de incentivo são obtidos durante um período de quatro anos. Os prémios restritos de ações são obtidos após cinco anos em uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e têm um período de retenção adicional de um ano. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem alienar as suas ações depois de seis anos. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prémios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos específicas aplicam-se aos prémios restritos de incentivo e aos prémios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição, bem como o período de uma possível recuperação.

Período para pagamento ou entrega e não perda de direitos para o Conselho de Administração



Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)

O diferimento ou faseamento de alguns dos componentes da remuneração ao longo de vários anos (prémios restritos de incentivo e prémios restritos em ações) assegura um efeito de incentivo de longo prazo, porque esses componentes estão sujeitos a determinadas condições de perda de direitos até à aquisição dos direitos ou ao final dos períodos de carência, para criar um incentivo de longo prazo. Os prémios podem ser total ou parcialmente caducados, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, o prémio restrito de ações será totalmente perdido se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

A revisão do InstVV adotada em agosto de 2017 prevê, entre outros, que as denominadas "disposições de recuperação" deverão ser acordadas com os membros do órgão de gestão (Geschäftsleiter) das instituições relevantes. Contrariamente às condições de perda de direitos, esta cláusula permite ao Conselho de Fiscalização reclamar componentes de remuneração já pagos ou entregues devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização já tinha acordado esta cláusula com os membros do Conselho de Administração com base na versão preliminar do InstVV, que está igualmente alinhada com a versão final inalterada do InstVV. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização cumpriu com sucesso a obrigação delineada pelo InstVV para alinhar os contratos de serviços concluídos com os membros do Conselho de Administração com as novas provisões do InstVV. A provisão de recuperação (clawback) é aplicável a partir do exercício de 2018.

Limitações no caso de acontecimentos excecionais

No caso de acontecimentos excecionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos acordos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa se deteriorar, após a determinação da remuneração, de tal modo que a continuidade da atribuição da remuneração se tornasse impraticável para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pelo órgão regulador competente, de acordo com requisitos legais existentes.

Diretrizes de participações

– Compromisso de longo prazo dos membros do Conselho de Administração para com o Banco
– Identificação com o Deutsche Bank e respetivos acionistas
– Ligação ao desempenho do Banco através de remuneração diferida

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a deter um valor especificado de ações do Deutsche Bank. Este requisito promove a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e respetivos acionistas e visa assegurar uma ligação sustentável ao desempenho do Banco.

Para o Presidente, o número de ações a deter ascende a duas vezes o salário-base anual do Presidente, ou seja, o equivalente a 6 800 000 €, e para os restantes membros do Conselho de Administração ascende a uma vez o salário-base anual para os restantes membros do Conselho de Administração, ou seja, o equivalente a 2 400 000 € ou 3 000 000 €, respetivamente.

A partir do exercício de 2017, o anterior período de espera para que estes requisitos fossem cumpridos foi substituído por uma provisão associada ao montante da remuneração variável baseada em ações que é atribuída. As obrigações de retenção de ações têm de ser cumpridas com base na data em que o membro do Conselho de Administração recebeu uma remuneração variável baseada em ações global correspondente a 1 ⅓ das obrigações de retenção desde a sua nomeação para o Conselho de Administração. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte. Em 2017, todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de retenção para ações ou ainda se encontram no período de espera.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

Benefícios de pensão

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, foi criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração. Uma contribuição é realizada anualmente para esta conta de pensão.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, a contribuição efetuada é creditada com um pagamento de juros anual de 4 % até à data da reforma.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão em caso de um evento de pensão (limite de idade, incapacidade ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2017 e 2016, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2017 a partir de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
John Cryan	728 000	754 000	0	0	1 875 250	1 147 250	748 829	821 114	1 916 940	1 221 303
Kimberly Hammonds[1]	936 000	250 001	0	0	1 186 001	250 001	842 110	270 466	1 091 041	275 563
Stuart Lewis	871 000	556 000	0	0	3 213 938	2 342 938	807 465	546 402	3 377 866	2 555 844
Sylvie Matherat	786 500	500 000	0	0	1 373 168	586 668	774 917	517 352	1 354 995	613 025
James von Moltke[2]	503 750	-	0	-	503 750	-	451 453	-	463 619	-
Nicolas Moreau[3]	1 340 000	347 500	0	0	1 687 500	347 500	1 232 878	442 672	1 591 229	450 380
Garth Ritchie	1 500 000	1 550 000	0	0	3 050 000	1 550 000	1 306 915	1 443 171	2 704 127	1 475 820
Karl von Rohr	871 000	556 000	0	0	1 523 001	652 001	807 465	546 402	1 434 564	647 482
Dr. Marcus Schenck	1 105 500	556 000	0	0	2 189 501	1 084 001	1 018 267	546 402	2 051 090	1 041 150
Christian Sewing	1 046 500	1 085 500	0	0	2 824 000	1 777 500	899 307	984 198	2 450 830	1 592 460
Werner Steinmüller[4]	650 000	166 667	6 667	0	823 334	166 667	701 617	164 232	907 793	169 445
Frank Strauß[5]	348 834	-	0	-	348 834	-	313 391	-	321 839	-
Jeffrey Urwin[6]	500 000	2 000 000	20 000	0	0[7]	2 000 000	557 370	2 036 367	0	2 090 722

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de julho de 2017.
[3] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[4] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 1 de setembro de 2017.
[6] Membro até 31 de março de 2017.
[7] O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 2 520 000 euros.

Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. As circunstâncias da cessação antecipada da nomeação e a duração do serviço no Conselho de Administração devem ser tidas em conta ao determinar o montante da indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções, em regra, é constituída por dois valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso, se aplicável. A indemnização por cessação de funções é determinada em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições do InstVV.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. O montante exato da indemnização por cessação de funções é determinado pelo Conselho de Fiscalização, a exclusivo critério do mesmo. Nos termos do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções não excederá três valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Jeffrey Urwin deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de março de 2017. O contrato de serviços do Conselho de Administração foi rescindido por mútuo acordo. Não existiam direitos adicionais decorrentes do acordo de rescisão.

Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com			
	Componentes de remuneração baseados em ações		Componentes de remuneração baseados em numerário	
em euros	2017	2016	2017	2016
James von Moltke[1]	0	0	671 148	0
Stuart Lewis	955 633	(136 084)[2]	230 974	466 922

[1] Membro desde 1 de julho de 2017.
[2] A remuneração com base em ações dos membros do Conselho de Administração é geralmente avaliada com base na cotação da ação em cada data de relato respetiva e conduz a um resultado negativo neste caso.

Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2017

Salário-base

No exercício de 2017, o salário-base anual foi de 3 400 000 € para o Presidente do Conselho de Administração e de 2 400 000 ou 3 000 000 €, respetivamente, para os restantes membros do Conselho de Administração. Em 2017, o membro do Conselho de Administração Stuart Lewis recebeu uma provisão funcional no valor de 300 000 €; o Conselho de Fiscalização atribuí-lhe a responsabilidade adicional de melhorar as relações com os reguladores nos EUA. Garth Ritchie recebeu uma provisão funcional no valor de 250 000 €; foi atribuída ao Sr. Ritchie uma responsabilidade adicional relativa às implicações do Brexit.

Remuneração variável

Após ter em consideração as perdas declaradas do Banco no exercício de 2017, o Conselho de Administração – tal como já tinham feito para o exercício de 2016 – tomou unanimemente a decisão de renunciar irrevogavelmente a qualquer direito de determinação e concessão de remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2017. O Conselho de Administração declarou a sua renúncia ao Conselho de Fiscalização. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização absteve-se de determinar e atribuir qualquer remuneração variável para os membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2017.

Nível de consecução de objetivos

O Conselho de Fiscalização teve em consideração as críticas dos acionistas expressadas durante a assembleia-geral do ano anterior acerca da transparência das decisões relativas à remuneração e decidiu disponibilizar uma análise do nível da consecução de objetivos. Tendo em conta a renúncia suprarreferida por parte do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização absteve-se de determinar e atribuir qualquer remuneração variável resultante da consecução de objetivos.

No exercício de 2017, o desenvolvimento das quatro métricas de desempenho para o **Componente de grupo do STA** foi o seguinte: relativamente ao rácio Common Equity Tier 1 (CET1), foram realizados progressos relevantes na com vista à consecução do nível alvo em conformidade com o plano estratégico. O nível alvo de 2017 foi, inclusivamente, ultrapassado. Relativamente ao rácio de alavancagem, foram realizados progressos com vista a alcançar o nível alvo em conformidade com o plano estratégico, ainda que o nível alvo interino não tenha sido alcançado na sua totalidade (consulte a secção “Rácio de alavancagem” no Relatório de risco para obter detalhes adicionais). O nível alvo interno pretendido para 2017 relativamente aos gastos operacionais ajustados (excl. juros) foi alcançado. O alvo de rentabilidade após impostos para 2017 não foi alcançado.

Em suma, o Conselho de Fiscalização determinou um nível de consecução de objetivos de 45% para o componente de grupo.

45% foi o nível de consecução dos objetivos para o componente de grupo do STA

O **componente individual do STA** está associado à consecução dos objetivos individuais e da divisão de curto e médio prazo determinados pelos membros do Conselho de Administração em 2017.

John Cryan

Em 2017, os objetivos individuais do Sr. Cryan incluíram alcançar um desempenho definido do Grupo (Plan-IBIT). Os objetivos adicionais incluíram a gestão dos processos para a implementação da estratégia e melhoria da cooperação com as entidades reguladoras, bem como a gestão das conclusões e dos requisitos regulamentares. Além disso, foram acordadas as metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Kimberly Hammonds

Os objetivos para a Sra. Hammonds incluíram a provisão sem restrições de programas reguladores relevantes para apoiar as atividades corporativas e garantir a disponibilidade das aplicações de TI mais importantes do Banco. Outros objetivos alinhados com o cumprimento de um orçamento de custos definido para 2017 foram a correção e a conformidade com as conclusões regulamentares e o cumprimento das metas de diversidade e classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Stuart Lewis

Em 2017, os objetivos do Sr. Lewis incluíram a implementação de reduções nos custos definidos. Outro objetivo foi a implementação de programas reguladores importantes focados no risco. Por último, o Sr. Lewis teve como objetivo a remediação imediata das conclusões regulamentares e o cumprimento das metas de diversidade e classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Sylvie Matherat

A conclusão da implementação das divisões de conformidade e combate aos crimes financeiros foi um dos objetivos acordados com a Sra. Matherat. Outro objetivo foi apoiar as divisões na implementação dos requisitos MiFID 2 paralelamente à remediação imediata das conclusões regulamentares, a promoção da cooperação interna e o cumprimento das metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

James von Moltke

Os objetivos do Sr. von Moltke incluíram a implementação de iniciativas de gestão de desempenho transversais ao banco, focadas em melhorar a cultura da responsabilidade e uma maior transparência e alinhamento.

Nicolas Moreau

Os objetivos do Sr. Moreau incluíram a criação de entradas líquidas em Asset Management. Outro objetivo passou por estabelecer o Asset Management como uma unidade independente operativa e preparar a oferta pública inicial. Lidar com as conclusões regulamentares e cumprir as metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores eram objetivos adicionais.

Garth Ritchie

Os objetivos para o Sr. Ritchie incluíram, em particular, proveitos relacionados com a CIB e metas relacionadas com a IBIT. A remediação imediata das conclusões regulamentares, bem como o cumprimento das metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores, eram objetivos adicionais.

Karl von Rohr

Um dos objetivos para o Sr. von Rohr foi reduzir o número de disputas legais pendentes. Outro objetivo estava relacionado com o planeamento de pessoal. A remediação imediata das conclusões regulamentares foi também um objetivo, a par do cumprimento das metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Dr. Marcus Schenck

No seu papel como diretor financeiro (até junho de 2017, inclusive), os objetivos individuais do Dr. Schenck foram a conclusão bem-sucedida do aumento de capital e o cumprimento das metas de custos relativas ao departamento financeiro. A partir de julho de 2017, um dos objetivos do Dr. Schenck, enquanto membro do Conselho de Administração corresponsável pela CIB, foi o cumprimento das metas de proveitos relacionados à CIB e IBIT. Em ambas as áreas de responsabilidade, os seus objetivos incluíam a remediação das conclusões regulamentares e o cumprimento das metas de diversidade e classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Christian Sewing

Os objetivos do Sr. Sewing incluíram uma meta da IBIT relativa à divisão para o exercício de 2017. Outro objetivo dizia respeito a atividades de integração do Postbank. A remediação imediata das conclusões regulamentares foi também um objetivo, a par do cumprimento das metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Werner Steinmüller

Para o exercício de 2017, uma meta de proveitos e um objetivo de gestão relativo à Ásia e Pacífico foram individualmente acordados com o Sr. Steinmüller. A remediação das conclusões regulamentares e cumprir as metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores eram objetivos adicionais.

Frank Strauß

Os objetivos individuais acordados com o Sr. Strauß para o período a partir de 1 de setembro de 2017 diziam respeito à gestão do Deutsche Postbank AG, para o qual continua a desempenhar as funções de diretor-geral. Outro objetivo consistia na integração do Postbank no Deutsche Bank Group.

Devido à renúncia, o nível de consecução de objetivos de desempenho individual dos membros do Conselho de Administração não foi avaliado pelo Conselho de Fiscalização.

Embora o RTSR subjacente ao **LTA** tenha melhorado em 2017, o desempenho médio no triénio relevante (2015 a 2017) foi de 82,1% e, por conseguinte, situou-se abaixo do desempenho do grupo de pares. O crescimento de capital orgânico, conforme definido, teve uma evolução negativa em 2017. O reforço do ambiente de controlo foi avaliado com base no feedback da auditoria interna e das autoridades de fiscalização.

O Conselho de Fiscalização determinou um nível de consecução de objetivos global de 38% para o LTA.

Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2017 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 29 200 000 euros (2016: 25 883 333 €). Este montante destinava-se apenas à remuneração fixa. 0 euros (2016: 0 euros) foram recebidos para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2017 e 2016, como se segue:

em euros	Salário-base	Componente de grupo	Componente individual	STA[1]	LTA[2]	Remuneração total	2017 Provisão funcional	2016 Remuneração total
John Cryan	3 400 000	0	0	0	0	3 400 000	0	3 800 000
Kimberly Hammonds[3]	2 400 000	0	0	0	0	2 400 000	0	1 000 000
Stuart Lewis	2 400 000	0	0	0	0	2 400 000	300 000	2 400 000
Sylvie Matherat	2 400 000	0	0	0	0	2 400 000	0	2 400 000
James von Moltke[4]	1 200 000	0	0	0	0	1 200 000	0	–
Nicolas Moreau[5]	2 400 000	0	0	0	0	2 400 000	0	600 000
Garth Ritchie	3 000 000	0	0	0	0	3 000 000	250 000	2 400 000
Karl von Rohr	2 400 000	0	0	0	0	2 400 000	0	2 400 000
Dr. Marcus Schenck	2 900 000	0	0	0	0	2 900 000	0	2 400 000
Christian Sewing	2 900 000	0	0	0	0	2 900 000	0	2 400 000
Werner Steinmüller[6]	2 400 000	0	0	0	0	2 400 000	0	1 000 000
Frank Strauß[7]	800 000	0	0	0	0	800 000	0	–
Jeffrey Urwin[8]	600 000	0	0	0	0	600 000	0	2 400 000
Jürgen Fitschen[9]	–	–	–	–	–	–	–	1 583 333
Quintin Price[10]	–	–	–	–	–	–	–	1 100 000
Total	**29 200 000**	**0**	**0**	**0**	**29 200 000**	**550 000**		25 883 333

[1] STA: Prémio de curto prazo.
[2] LTA: Prémio de longo prazo.
[3] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[4] Membro desde 1 de julho de 2017.
[5] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[6] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[7] Membro desde 1 de setembro de 2017.
[8] Membro até 31 de março de 2017.
[9] Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.
[10] Membro desde 1 de janeiro até 15 de junho de 2016.

A tabela acima não inclui quaisquer elementos de remuneração atribuídos a membros do Conselho de Administração como substituição de componentes de remuneração que tenham sido renunciados na entidade patronal anterior. Estes são apresentados nos capítulos sobre prémios em ações e nas tabelas, em conformidade com o código de governo das sociedades alemão e DRS 17.

Prémios em ações

Os membros do Conselho de Administração declararam ao Conselho de Fiscalização que renunciam à determinação e concessão de qualquer remuneração variável para o exercício financeiro de 2017. Por conseguinte, não foram atribuídos quaisquer prémios em ações relativos à determinação da remuneração variável. O mesmo se aplicou ao exercício de 2016.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank AG.

Devido à sua tomada de posse enquanto membro do Conselho de Administração, James von Moltke renunciou aos componentes de remuneração deferida atribuídos a ele pela entidade patronal anterior. Adicionalmente, ele não recebeu qualquer remuneração variável pro-rata da sua entidade patronal anterior relativa a 2017, devido ao facto de ter ingressado no Deutsche Bank durante o ano. Os componentes de remuneração renunciados e não atribuídos foram substituídos por um valor equivalente pago em numerário, pela atribuição de 194 142 ações do Deutsche Bank com base no DB Equity Plan de 2017 (prémios iniciais em ações e prémios restritos em ações) e pela remuneração em numerário deferida (prémios restritos de incentivo). Os prémios iniciais em ações são sujeitos a um período de retenção até 28 de fevereiro de 2019; os prémios restritos em ações serão obtidos entre 1 de setembro de 2017 e 1 de março de 2023 e, subsequentemente, são sujeitos a um período de retenção entre seis e doze meses, respetivamente. Até à sua atribuição, os prémios são sujeitos a provisões de renúncia específicas.

Participação acionista do Conselho de Administração

Em 16 de fevereiro de 2018 e em 17 de fevereiro de 2017, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração		Número de ações
John Cryan	2 018	13 740
	2017	9 160
Kimberly Hammonds[1]	2 018	34 200
	2017	22 800
Stuart Lewis	2 018	88 292
	2017	51 347
Sylvie Matherat	2 018	0
	2017	0
James von Moltke[2]	2 018	0
Nicolas Moreau[3]	2 018	0
	2017	0
Garth Ritchie	2 018	43 227
	2017	28 778
Karl von Rohr	2 018	5 601
	2017	3 737
Dr. Marcus Schenck	2 018	78 168
	2017	26 445
Christian Sewing	2 018	54 356
	2017	36 249
Werner Steinmüller[4]	2 018	119 688
	2017	79 792
Frank Strauß[5]	2 018	7 172
Total	**2 018**	**444 444**
	2017	258 308

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de julho de 2017.
[3] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[4] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 1 de setembro de 2017.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 444 444 ações do Deutsche Bank em 16 de fevereiro de 2018, correspondente a aproximadamente 0,02% das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 17 de fevereiro de 2017 e 16 de fevereiro de 2018, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 17.2.2017	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 16.2.2018
John Cryan	0	0	0	0	0
Kimberly Hammonds[1]	88 072	14 760	0	0	102 832
Stuart Lewis	166 539	21 889	19 748	8 182	160 498
Sylvie Matherat	10 758	1 423	0	0	12 181
James von Moltke[2]	–	194 142	0	0	194 142
Nicolas Moreau[3]	0	0	0	0	0
Garth Ritchie	549 651	69 085	0	0	618 736
Karl von Rohr	43 456	5 749	0	0	49 206
Dr. Marcus Schenck	216 979	22 241	48 868	0	190 353
Christian Sewing	85 508	11 313	0	0	96 821
Werner Steinmüller[4]	191 879	28 941	0	0	220 821
Frank Strauß[5]	30 732	23 523	7 272	0	46 983

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de julho de 2017.
[3] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[4] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 1 de setembro de 2017.

Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa e da remuneração variável (repartidos por prémios restritos de incentivo e prémios restritos de ações) em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece a remuneração concedida para os exercícios de 2017 e 2016 de acordo com o GCGC:

						John Cryan
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 400 000	3 400 000	3 400 000	3 400 000	3 800 000	3 800 000
Benefícios marginais	220 982	220 982	220 982	220 982	41 795	41 795
Total	**3 620 982**	**3 620 982**	**3 620 982**	**3 620 982**	3 841 795	3 841 795
Remuneração variável	0	5 300 000	0	8 900 000	0	5 300 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 900 000	0	3 800 000	0	1 500 000
Prémios restritos em ações	0	3 400 000	0	5 100 000	0	3 800 000
Total	**0**	**5 300 000**	**0**	**8 900 000**	0	5 300 000
Custos do serviço de pensões	748 829	748 829	748 829	748 829	821 114	821 114
Remuneração total (GCGC)	**4 369 811**	**9 669 811**	**4 369 811**	**13 269 811**	4 662 909	9 962 909
Remuneração total[1]	**3 400 000**	**8 700 000**	**3 400 000**	**12 300 000**	3 800 000	9 100 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Kimberly Hammonds[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	1 000 000
Benefícios marginais	260 489	260 489	260 489	260 489	6 035	6 035
Total	**2 660 489**	**2 660 489**	**2 660 489**	**2 660 489**	1 006 035	1 006 035
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	1 416 667
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	416 667
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	1 000 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	1 416 667
Custos do serviço de pensões	842 110	842 110	842 110	842 110	270 466	270 466
Remuneração total (GCGC)	**3 502 599**	**7 602 599**	**3 502 599**	**10 302 599**	1 276 501	2 693 168
Remuneração total[2]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	1 000 000	2 416 667

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Stuart Lewis
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	300 000	300 000	300 000	300 000	0	0
Benefícios marginais	206 628	206 628	206 628	206 628	77 938	77 938
Total	**2 906 628**	**2 906 628**	**2 906 628**	**2 906 628**	2 477 938	2 477 938
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 400 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	807 465	807 465	807 465	807 465	546 402	546 402
Remuneração total (GCGC)	**3 714 093**	**7 814 093**	**3 714 093**	**10 514 093**	3 024 340	6 424 340
Remuneração total[1]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem provisão funcional, benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Sylvie Matherat
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	16 338	16 338	16 338	16 338	12 905	12 905
Total	**2 416 338**	**2 416 338**	**2 416 338**	**2 416 338**	2 412 905	2 412 905
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 400 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	774 917	774 917	774 917	774 917	517 352	517 352
Remuneração total (GCGC)	**3 191 255**	**7 291 255**	**3 191 255**	**9 991 255**	2 930 257	6 330 257
Remuneração total[1]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						James von Moltke[1]
				2017		2016
em euros	Determinada[2]	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	-	-
Benefícios marginais	473 299	473 299	473 299	473 299	-	-
Total	**1 673 299**	**1 673 299**	**1 673 299**	**1 673 299**	-	-
Remuneração variável	4 858 442	2 050 000	0	3 400 000	-	-
dos quais:						
Numerário	355 404	0	0	0	-	-
Prémios restritos de incentivo	1 600 227	650 000	0	1 300 000	-	-
Prémios iniciais em ações	355 404	0	0	0	-	-
Prémios restritos em ações	2 547 407	1 400 000	0	2 100 000	-	-
Total	**4 858 442**	**2 050 000**	**0**	**3 400 000**	-	-
Custos do serviço de pensões	451 453	451 453	451 453	451 453	-	-
Remuneração total (GCGC)	**6 983 194**	**4 174 752**	**2 124 752**	**5 524 752**	-	-
Remuneração total[3]	**6 058 442**	**3 250 000**	**1 200 000**	**4 600 000**	-	-

[1] Membro desde 1 de julho de 2017.
[2] Os benefícios atribuídos ao Sr. von Moltke em substituição dos prémios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior são apresentados em "Remuneração variável".
[3] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Nicolas Moreau[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	600 000	600 000
Benefícios marginais	59 383	59 383	59 383	59 383	5 239	5 239
Total	**2 459 383**	**2 459 383**	**2 459 383**	**2 459 383**	605 239	605 239
Remuneração variável	0	4 600 000	0	7 800 000	0	1 150 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 800 000	0	3 600 000	0	600 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	550 000
Total	**0**	**4 600 000**	**0**	**7 800 000**	0	1 150 000
Custos do serviço de pensões	1 232 878	1 232 878	1 232 878	1 232 878	442 672	442 672
Remuneração total (GCGC)	**3 692 261**	**8 292 261**	**3 692 261**	**11 492 261**	1 047 911	2 197 911
Remuneração total[2]	**2 400 000**	**7 000 000**	**2 400 000**	**10 200 000**	600 000	1 750 000

[1] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Garth Ritchie
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	250 000	250 000	250 000	250 000	0	0
Benefícios marginais	269 457	269 457	269 457	269 457	110 241	110 241
Total	**3 519 457**	**3 519 457**	**3 519 457**	**3 519 457**	2 510 241	2 510 241
Remuneração variável	0	4 700 000	0	8 000 000	0	4 600 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 900 000	0	3 800 000	0	2 400 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 200 000
Total	**0**	**4 700 000**	**0**	**8 000 000**	0	4 600 000
Custos do serviço de pensões	1 306 915	1 306 915	1 306 915	1 306 915	1 443 171	1 443 171
Remuneração total (GCGC)	**4 826 372**	**9 526 372**	**4 826 372**	**12 826 372**	3 953 412	8 553 412
Remuneração total[1]	**3 000 000**	**7 700 000**	**3 000 000**	**11 000 000**	2 400 000	7 000 000

[1] Sem provisão funcional, benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Karl von Rohr

em euros	2017 Definido	2017 Alvo	2017 Mín.	2017 Máx.	2016 Definido	2016 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	23 642	23 642	23 642	23 642	47 730	47 730
Total	**2 423 642**	**2 423 642**	**2 423 642**	**2 423 642**	2 447 730	2 447 730
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 400 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	807 465	807 465	807 465	807 465	546 402	546 402
Remuneração total (GCGC)	**3 231 107**	**7 331 107**	**3 231 107**	**10 031 107**	2 994 132	6 394 132
Remuneração total[1]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Dr. Marcus Schenck

em euros	2017 Definido	2017 Alvo	2017 Mín.	2017 Máx.	2016 Definido	2016 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 900 000	2 900 000	2 900 000	2 900 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	16 148	16 148	16 148	16 148	23 720	23 720
Total	**2 916 148**	**2 916 148**	**2 916 148**	**2 916 148**	2 423 720	2 423 720
Remuneração variável	0	4 400 000	0	7 400 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 600 000	0	3 200 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 400 000
Total	**0**	**4 400 000**	**0**	**7 400 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	1 018 267	1 018 267	1 018 267	1 018 267	546 402	546 402
Remuneração total (GCGC)	**3 934 415**	**8 334 415**	**3 934 415**	**11 334 415**	2 970 122	6 370 122
Remuneração total[1]	**2 900 000**	**7 300 000**	**2 900 000**	**10 300 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Christian Sewing

em euros	2017 Definido	2017 Alvo	2017 Mín.	2017 Máx.	2016 Definido	2016 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 900 000	2 900 000	2 900 000	2 900 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	80 307	80 307	80 307	80 307	204 758	204 758
Total	**2 980 307**	**2 980 307**	**2 980 307**	**2 980 307**	2 604 758	2 604 758
Remuneração variável	0	4 400 000	0	7 400 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 600 000	0	3 200 000	0	1 600 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	1 800 000
Total	**0**	**4 400 000**	**0**	**7 400 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	899 307	899 307	899 307	899 307	984 198	984 198
Remuneração total (GCGC)	**3 879 614**	**8 279 614**	**3 879 614**	**11 279 614**	3 588 956	6 988 956
Remuneração total[1]	**2 900 000**	**7 300 000**	**2 900 000**	**10 300 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Werner Steinmüller[1]

em euros	2017 Definido	2017 Alvo	2017 Mín.	2017 Máx.	2016 Definido	2016 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	1 000 000
Benefícios marginais	399 424	399 424	399 424	399 424	165 001	165 001
Total	**2 799 424**	**2 799 424**	**2 799 424**	**2 799 424**	1 165 001	1 165 001
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	1 416 667
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	416 667
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	1 000 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	1 416 667
Custos do serviço de pensões	701 617	701 617	701 617	701 617	164 232	164 232
Remuneração total (GCGC)	**3 501 041**	**7 601 041**	**3 501 041**	**10 301 041**	1 329 233	2 745 900
Remuneração total[2]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	1 000 000	2 416 667

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Frank Strauß[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	800 000	800 000	800 000	800 000	-	-
Benefícios marginais	26 893	26 893	26 893	26 893	-	-
Total	**826 893**	**826 893**	**826 893**	**826 893**	-	-
Remuneração variável	0	1 466 667	0	2 466 667	-	-
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	533 333	0	1 066 667	-	-
Prémios restritos em ações	0	933 333	0	1 400 000	-	-
Total	**0**	**1 466 667**	**0**	**2 466 667**	-	-
Custos do serviço de pensões	313 391	313 391	313 391	313 391	-	-
Remuneração total (GCGC)	**1 140 284**	**2 606 951**	**1 140 284**	**3 606 951**	-	-
Remuneração total[2]	**800 000**	**2 266 667**	**800 000**	**3 266 667**	-	-

[1] Membro desde 1 de setembro de 2017.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Jeffrey Urwin[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	600 000	600 000	600 000	600 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	530	530	530	530	59 763	59 763
Total	**600 530**	**600 530**	**600 530**	**600 530**	2 459 763	2 459 763
Remuneração variável	0	0	0	0	0	6 100 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	3 300 000
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	2 800 000
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	0	6 100 000
Custos do serviço de pensões	557 370	557 370	557 370	557 370	2 036 367	2 036 367
Remuneração total (GCGC)	**1 157 900**	**1 157 900**	**1 157 900**	**1 157 900**	4 496 130	10 596 130
Remuneração total[2]	**600 000**	**600 000**	**600 000**	**600 000**	2 400 000	8 500 000

[1] Membro até 31 de março de 2017.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Jürgen Fitschen[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	-	-	-	-	1 583 333	1 583 333
Benefícios marginais	-	-	-	-	38 937	38 937
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	1 622 270	1 622 270
Remuneração variável	-	-	-	-	0	2 208 333
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	-	-	-	-	0	625 000
Prémios restritos em ações	-	-	-	-	0	1 583 333
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	0	2 208 333
Custos do serviço de pensões	-	-	-	-	232 666	232 666
Remuneração total (GCGC)	**-**	**-**	**-**	**-**	1 854 936	4 063 269
Remuneração total[2]	**-**	**-**	**-**	**-**	1 583 333	3 791 667

[1] Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Quintin Price[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	-	-	-	-	1 100 000	1 100 000
Benefícios marginais	-	-	-	-	13 783	13 783
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	1 113 783	1 113 783
Remuneração variável	-	-	-	-	0	2 108 333
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	-	-	-	-	0	1 100 000
Prémios restritos em ações	-	-	-	-	0	1 008 333
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	0	2 108 333
Custos do serviço de pensões	-	-	-	-	525 143	525 143
Remuneração total (GCGC)	**-**	**-**	**-**	**-**	1 638 926	3 747 259
Remuneração total[2]	**-**	**-**	**-**	**-**	1 100 000	3 208 333

[1] Membro desde 1 de janeiro até 15 de junho de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos de remuneração em/para os exercícios de 2017 e 2016 de acordo com o GCGC:

	John Cryan		Kimberly Hammonds[1]		Stuart Lewis		Sylvie Matherat	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	3 400 000	3 800 000	2 400 000	1 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	0	0	300 000	0	0	0
Benefícios marginais	220 982	41 795	260 489	6 035	206 628	77 938	16 338	12 905
Total	**3 620 982**	3 841 795	**2 660 489**	1 006 035	**2 906 628**	2 477 938	**2 416 338**	2 412 905
Remuneração variável	0	0	0	0	999 285	0	0	0
da qual numerário:	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	27 560	0	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	35 498	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	377 871	0	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	357 391	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	200 965	0	0	0
Total	**0**	0	**0**	0	**999 285**	0	**0**	0
Custos do serviço de pensões	748 829	821 114	842 110	270 466	807 465	546 402	774 917	517 352
Remuneração total (GCGC)	**4 369 811**	4 662 909	**3 502 599**	1 276 501	**4 713 378**	3 024 340	**3 191 255**	2 930 257

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.

	James von Moltke[1]		Nicolas Moreau[2]		Garth Ritchie		Karl von Rohr	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	1 200 000	-	2 400 000	600 000	3 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	-	0	0	250 000	0	0	0
Benefícios marginais	473 299	-	59 383	5 239	269 457	110 241	23 642	47 730
Total	**1 673 299**	-	**2 459 383**	605 239	**3 519 457**	2 510 241	**2 423 642**	2 447 730
Remuneração variável	355 404	-	0	0	0	0	0	0
da qual numerário:	355 404	-	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	-	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	-	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	-	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	-	0	0	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	-	0	0	0	0	0	0
Total	**355 404**	-	**0**	0	**0**	0	**0**	0
Custos do serviço de pensões	451 453	-	1 232 878	442 672	1 306 915	1 443 171	807 465	546 402
Remuneração total (GCGC)	**2 480 156**	-	**3 692 261**	1 047 911	**4 826 372**	3 953 412	**3 231 107**	2 994 132

[1] Membro desde 1 de julho de 2017. Os benefícios atribuídos ao Sr. von Moltke em substituição dos prémios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior são apresentados em "Remuneração variável".
[2] Membro desde 1 de outubro de 2016.

	Dr. Marcus Schenck		Christian Sewing		Werner Steinmüller[1]		Frank Strauß[2]	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	2 900 000	2 400 000	2 900 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	800 000	-
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	-
Benefícios marginais	16 148	23 720	80 307	204 758	399 424	165 001	26 893	-
Total	**2 916 148**	2 423 720	**2 980 307**	2 604 758	**2 799 424**	1 165 001	**826 893**	-
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	-
da qual numerário:	0	0	0	0	0	0	0	-
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	-
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	-
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	0	0	0	-
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	0	-
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	0	-
Total	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	-
Custos do serviço de pensões	1 018 267	546 402	899 307	984 198	701 617	164 232	313 391	-
Remuneração total (GCGC)	**3 934 415**	2 970 122	**3 879 614**	3 588 956	**3 501 041**	1 329 233	**1 140 284**	-

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de setembro de 2017.

	Jeffrey Urwin[1]		Jürgen Fitschen[2]		Quintin Price[3]	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	600 000	2 400 000	-	1 583 333	-	1 100 000
Provisão funcional	0	0	-	0	-	0
Benefícios marginais	530	59 763	-	38 937	-	13 783
Total	**600 530**	2 459 763	**-**	1 622 270	**-**	1 113 783
Remuneração variável	0	0	2 079 429	0	-	0
da qual numerário:	0	0	-	0	-	0
dos quais prémios em ações:						
2012 Prémio inicial em ações para 2011	0	0	24 334	0	-	0
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	33 348	0	-	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	35 491	0	-	0
2011 Prémio restrito em ações para 2010	0	0	71 018	0	-	0
2012 Prémio restrito em ações para 2011	0	0	247 666	0	-	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:						
2011 Prémio restrito de incentivo para 2010	0	0	196 008	0	-	0
2012 Prémio restrito de incentivo para 2011	0	0	523 818	0	-	0
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	511 933	0	-	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	330 352	0	-	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	105 461	0	-	0
Total	**0**	0	**2 079 429**	0	**-**	0
Custos do serviço de pensões	557 370	2 036 367	-	232 666	-	525 143
Remuneração total (GCGC)	**1 157 900**	4 496 130	**2 079 429**	1 854 936	**-**	1 638 926

[1] Membro até 31 de março de 2017.
[2] Membro até 19 de maio de 2016.
[3] Membro desde 1 de janeiro de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

Em 2015 e 2016, o Conselho de Fiscalização suspendeu as tranches dos elementos de remuneração deferida para o membro do Conselho de Administração Stuart Lewis (que foi membro ativo durante o período de relato), Jürgen Fitschen e nove outros antigos membros do Conselho de Administração. Em 2017, estes membros do Conselho de Administração renunciaram voluntariamente ao seu direito a uma parte substancial das suas remunerações ainda por regularizar e, de acordo com o Conselho de Fiscalização, aceitaram que apenas seriam pagos 31,4 milhões dos 69,8 milhões de euros de remuneração variável pendente. Os elementos de remuneração pagos (ou entregues, no caso de elementos baseados em ações) ao abrigo deste acordo em 2017 estão incluídos na tabela acima.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2018, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2017 foram cumpridas.

Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2017, uma remuneração no total de 37 665 535 euros (2016: 26 691 178 €). Dos quais, 29 200 000 € (2016: 25 883 333 €) constituíram salários-base, 2 053 520 € (2016: 807 845 €) para benefícios marginais e 5 862015 € (2016: 0 €) para componentes relacionados com o desempenho.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2017 e 2016, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

Remuneração de acordo com o GAS 17

	John Cryan		Kimberly Hammonds[1]		Stuart Lewis		Sylvie Matherat	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	936 228	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3 400 000	3 800 000	2 400 000	1 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	0	0	300 000	0	0	0
Benefícios marginais	220 982	41 795	260 489	6 035	206 628	77 938	16 338	12 905
Total	**3 620 982**	3 841 795	**2 660 489**	1 006 035	**3 842 856**	2 477 938	**2 416 338**	2 412 905

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.

	James von Moltke[1]		Nicolas Moreau[2]		Garth Ritchie		Karl von Rohr	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	355 404	-	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	-	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	355 404	-	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	2 547 407	-	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	1 200 000	-	2 400 000	600 000	3 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	-	0	0	250 000	0	0	0
Benefícios marginais	473 299	-	59 383	5 239	269 457	110 241	23 642	47 730
Total	**4 931 514**	-	**2 459 383**	605 239	**3 519 457**	2 510 241	**2 423 642**	2 447 730

[1] Membro desde 1 de julho de 2017.
[2] Membro desde 1 de outubro de 2016.

	Dr. Marcus Schenck		Christian Sewing		Werner Steinmüller[1]		Frank Strauß[2]	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	-
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	-
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	-
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	-
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 900 000	2 400 000	2 900 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	800 000	-
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	-
Benefícios marginais	16 148	23 720	80 307	204 758	399 424	165 001	26 893	-
Total	**2 916 148**	2 423 720	**2 980 307**	2 604 758	**2 799 424**	1 165 001	**826 893**	-

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de setembro de 2017.

	Jeffrey Urwin[1]		Jürgen Fitschen[2]		Quintin Price[3]		Total	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	-	0	-	0	355 404	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	1 667 572	0	-	0	2 603 800	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	-	0	-	0	355 404	0
Prémios restritos em ações	0	0	-	0	-	0	2 547 407	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	600 000	2 400 000	-	1 583 333	-	1 100 000	29 200 000	25 883 333
Provisão funcional	0	0	-	0	-	0	550 000	0
Benefícios marginais	530	59 763	-	38 937	-	13 783	2 053 520	807 845
Total	**600 530**	2 459 763	**1 667 572**	1 622 270	**-**	1 113 783	**37 665 535**	26 691 178

[1] Membro até 31 de março de 2017.
[2] Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.
[3] Membro desde 1 de janeiro até 15 de junho de 2016.

Em 2015 e 2016, o Conselho de Fiscalização suspendeu as tranches dos elementos de remuneração deferida para o membro do Conselho de Administração Stuart Lewis (que foi membro ativo durante o período de relato), Jürgen Fitschen e nove outros antigos membros do Conselho de Administração. Em 2017, estes membros do Conselho de Administração renunciaram voluntariamente ao seu direito a uma parte substancial das suas remunerações ainda por regularizar e, de acordo com o Conselho de Fiscalização, aceitaram que apenas seriam pagos 31,4 milhões dos 69,8 milhões de euros de remuneração variável pendente. Os elementos de remuneração pagos (ou entregues, no caso de elementos baseados em ações) ao abrigo deste acordo em 2017 estão incluídos na tabela acima.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2018, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2017 foram cumpridas.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2017 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no Artigo 450 No. 1 (a) a (i) Regulamento relativo a requisitos de capital (“CRR”) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (“Institutsvergütungsverordnung” – “InstVV”).

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do nosso Grupo. Tentamos estar na linha da frente das mudanças regulamentares no que se refere à remuneração e continuaremos a trabalhar estreitamente com o nosso supervisor prudencial, o Banco Central Europeu ("BCE"), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito aos requisitos globais CRR e à Diretiva relativa a requisitos de capital IV (“CRD IV”), conforme traduzido para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. A 4 de agosto de 2017, entrou em vigor a versão revista do InstVV. O principal objetivo da alteração consistia em refletir as orientações sobre políticas de remuneração sãs, publicadas pela Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) a 21 de dezembro de 2015. De acordo com o InstVV, todos os elementos de remuneração têm de ser categorizados como fixos ou variáveis. Se não for possível categorizar de forma definitiva um elemento de remuneração como fixo, o mesmo será considerado como variável. Adotámos as regras para todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV.

Nos termos do CRD IV e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere aos componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%. No entanto, determinámos que os indivíduos inseridos em funções de controlo acionista permanecem sujeitos a um rácio de 1:1.

Enquanto “instituição significativa”, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global ("Colaboradores que assumem riscos materiais" ou "MRT"), tal como referenciado no InstVV e em conformidade com critérios estipulados ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 604/2014. Os colaboradores que assumem riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e também ao nível de entidades jurídicas que constituam instituições significativas no âmbito da Secção 17 do InstVV. O quadro de remuneração para MRTs tem de cumprir requisitos específicos. Entre outros requisitos, uma parte significativa (pelo menos 40%) da remuneração variável tem de ser deferida ao longo de um período de pelo menos três anos (para a direção, esta parcela tem de ser de pelo menos 60% ao longo de cinco anos). Enquanto novo instrumento de ajustamento ex-post de risco, a partir do exercício de 2018 em diante, as instituições significativas têm de conseguir reduzir os componentes de remuneração variável retidos e, em casos de conduta indevida grave, exigir o reembolso da remuneração variável já paga (recuperação ou “claw-back”). Regras mais exigentes aplicam-se igualmente aos pagamentos por cessação de funções, como por exemplo o requisito de determinar regras gerais para pagamentos por cessação de funções incluindo valores máximos ou critérios específicos para o cálculo de pagamentos. Além disso, o InstVV estabelece requisitos de documentação e divulgação relacionados com remuneração ainda mais exigentes. Com base numa análise exaustiva, determinámos que o nosso sistema de remuneração já se encontrava alinhado, em grande medida, com a versão revista do InstVV. Sempre que necessário, ajustámos as nossas políticas, os nossos processos e as nossas práticas.

Como resultado de legislação específica do setor e em conformidade com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank recaem no âmbito da Diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos ("DGFIA") ou da Diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários ("OICVM") e estão sujeitas às respetivas disposições de remuneração. Também identificámos colaboradores que assumem riscos materiais em subsidiárias regulamentadas AIFMD/UCITS V, em conformidade com as regras aplicáveis, e aplicámos provisões para os MRT identificados de acordo com o InstVV também a este grupo, exceto no que diz respeito ao rácio de 1:2 relativo aos componentes de remuneração variável, uma vez que o mesmo não é aplicável desde que os colaboradores não sejam identificados como MRT de acordo com o InstVV.

O Deutsche Bank também está ciente das diretrizes no âmbito da "diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros" (DMIF) direcionada para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco. Juntamente com a circular “Requisitos mínimos para a função de conformidade” (“MaComp”), estas provisões requerem a implementação de uma política de remuneração específica, uma revisão dos planos de remuneração e a identificação de grupos de colaboradores considerados “Pessoas relevantes” para garantir que estes atuam no melhor interesse dos clientes.

Também cumprimos os requisitos relativos aos acordos de remuneração incluídos na regulamentação definitiva, que implementa o artigo 619.º da Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores globalmente (a "Regra Volcker").

Sempre aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Embora muitos destes requisitos estejam em sintonia com o InstVV, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com os órgãos reguladores permitiram-nos cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração global geral do banco. Isto inclui, por exemplo, a identificação de "Colaboradores cobertos" nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, aplicamos globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da estratégia e políticas de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC) e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC), respetivamente.

Estrutura de governo dos prémios

[1] As tarefas relevantes são desempenhadas pelo SECC em nome do Conselho de Administração

Comité de Controlo de Remunerações ("CCC")

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para o apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Adicionalmente, o CCC monitoriza a adequação do sistema de remuneração para os colaboradores, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e pelo Comité Executivo Sénior de Remuneração. O CCC verifica regularmente se o montante total de remuneração variável é comportável e se está em conformidade com o InstVV. O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar o processo de identificação de MRT e se as funções de controlo interno e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração.

O CCC é constituído pelo presidente do Conselho de Fiscalização e três membros adicionais do Conselho de Fiscalização, dois dos quais escolhidos entre os representantes dos colaboradores. O CCC teve dez reuniões no ano civil de 2017, sendo que uma delas foi uma reunião conjunta com o Comité de Risco.

Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração para apoiar o Conselho de Fiscalização e o CCC no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores. O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação sobre a adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores, pelo menos, anualmente.

Comité Executivo Sénior de Remuneração (“SECC”)

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a estratégia de remuneração e a política de remuneração do Grupo. O SECC também utiliza fatores quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2017, o SECC é composto pelo diretor administrativo e diretor financeiro, como copresidentes, bem como pelo diretor de risco (todos membros do Conselho de Administração), pelo diretor global dos recursos humanos e por um representante financeiro e do departamento de risco adicional como membros com direitos de voto. O responsável de remuneração, o responsável de remuneração adjunto e um dos codiretores globais de recompensas de desempenho de RH eram membros sem direitos de voto. O SECC reúne-se geralmente todos os meses e teve 16 reuniões relativas ao processo de remuneração do exercício de 2017.

Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que o seu sistema de remunerações desempenha um papel vital no apoio dos objetivos estratégicos. Permite-nos atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do banco. A estratégia de remuneração do Grupo está em sintonia com os objetivos estratégicos do Deutsche Bank e com os seus valores e convicções corporativos.

Cinco objetivos fundamentais das nossas práticas de remuneração

- Apoiar a implementação da estratégia bancária global centrada no cliente do Banco, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e locais de países
- Apoiar o desempenho e desenvolvimento sustentável a longo prazo do Banco e estratégia de risco correspondente
- Promover e apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos
- Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras, através de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade sustentável com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação
- Aplicar e promover os valores corporativos do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente, inovação, disciplina e parceria

Princípios de remuneração fundamentais

- Alinhar a remuneração com os interesses dos acionistas e rentabilidade ao nível do banco sustentada, tendo em conta o risco
- Maximizar o desempenho sustentável, ao nível dos colaboradores e do banco
- Atrair e reter os melhores talentos
- Calibrar a remuneração para refletir diferentes divisões e níveis de responsabilidade
- Aplicar uma conceção de remuneração simples e transparente
- Assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares

A política de remuneração do Grupo informa os colaboradores quanto à nossa estratégia de remuneração, estruturas e processos de governo, bem como quanto às práticas e estruturas de remuneração. Em conjunto, a estratégia de remuneração do Grupo e a política de remuneração do Grupo proporcionam uma ligação clara entre as práticas de remuneração e a estratégia mais vasta do Grupo. Ambos os documentos foram publicados no nosso site de intranet e estão disponíveis para todos os colaboradores.

Quadro de remuneração total

O nosso quadro de remuneração alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo que melhora a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. O quadro equilibra de forma adequada os Pagamentos fixos e a Remuneração variável (RV) – juntamente com a "Remuneração total".

Em 2016, introduzimos um novo conceito de "Remuneração total de referência" para cada colaborador, a qual descreve um valor de referência para a respetiva função. Esta referência permite orientar os nossos colaboradores em relação aos respetivos Pagamentos fixos e Remuneração variável. A Remuneração total individual real pode ser equiparada, superior ou inferior à Remuneração total de referência, com base na acessibilidade do grupo e na satisfação das expetativas de desempenho do grupo, nos níveis da divisão ou individuais, conforme determinado pelo Deutsche Bank, a exclusivo critério do mesmo.

A remuneração fixa é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. Desempenha um papel essencial para nos permitir o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos nossos colaboradores, a remuneração fixa constitui o principal componente de remuneração e a parte de remuneração fixa dentro da remuneração total é superior a 50%. Isto é apropriado para muitos negócios e continuará a ser uma característica significativa da remuneração total a manter.

A remuneração variável permite a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. A remuneração variável (RV), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o "Componente de RV do grupo" e o "Componente de RV individual". O "Componente de RV individual" é obtido na forma de "RV individual" (geralmente a partir do nível sénior de Vice-presidente (VP) e superior) ou como "Prémio de reconhecimento" (geralmente a partir do nível sénior de Vice-presidente Adjunto (AVP) e superior). Ao abrigo do nosso enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente.

Componentes chave do quadro de remuneração

[1] Alguns Vice-Presidentes Adjuntos e quadros inferiores nas entidades e divisões selecionadas são elegíveis para a RV individual em vez do Prémio de reconhecimento.

O componente de RV do grupo baseia-se num dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração – reforçar a associação entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. O Conselho de Administração decidiu alinhar o "componente de grupo" de modo direto e compreensível para os colaboradores com as conquistas do Deutsche Bank no que diz respeito à consecução dos objetivos estratégicos. Para avaliar o progresso face às aspirações estratégicas, são utilizados quatro indicadores-chave de desempenho (KPI): Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (fully loaded), Rácio de alavancagem, Custos ajustados e Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI representam métricas importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do nosso banco e fornecem uma indicação do desempenho sustentável do Deutsche Bank.

RV individual tem em conta vários fatores financeiros e não financeiros, incluindo o desempenho da divisão aplicável, o desempenho e a conduta individual do colaborador, a comparação com o grupo de pares do colaborador e considerações sobre a retenção.

Os Prémios de reconhecimento constituem uma oportunidade de reconhecer e premiar os contributos excecionais dos colaboradores em níveis de senioridade inferiores de uma forma transparente e atempada. Geralmente, a dimensão do Programa de prémios de reconhecimento está diretamente ligada a uma percentagem definida de pagamentos fixos para a população elegível e estes prémios são atribuídos duas vezes por ano, com base numa revisão das nomeações e dos contributos ao nível de cada divisão.

A remuneração total é complementada pelos benefícios do colaborador, os quais podem estar relacionados com o emprego ou a senioridade, mas sem uma ligação direta com o desempenho. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. Os prémios de reconhecimento e benefícios (incluindo o esquema de pensões da empresa) não fazem parte da Remuneração total de referência de um colaborador.

Determinação da remuneração variável

O Deutsche Bank aplica uma metodologia robusta ao determinar a remuneração variável, que reflete o desempenho ajustado ao risco (o qual inclui ajustamentos ao risco ex-ante e ex-post) e é principalmente orientada por: (i) Acessibilidade do grupo, ou seja, aquilo que o Deutsche Bank "pode" atribuir em termos do alinhamento com os requisitos regulamentares, e (ii) Desempenho, ou seja, aquilo que "deve" ser atribuído para constituir uma remuneração adequada ao desempenho, ao mesmo tempo protegendo a sustentabilidade do franchising. Estes aspetos aplicam-se ao componente de remuneração variável de grupo e ao componente de remuneração variável individual (quer atribuído como RV individual ou Prémio de reconhecimento).

A acessibilidade do grupo é avaliada para determinar quais os parâmetros chave que se encontram dentro da projeção de consecução dos objetivos regulamentares e estratégicos futuros. Os parâmetros de acessibilidade utilizados estão totalmente alinhados com o nosso Quadro de apetência pelo risco e incluem: rácio Capital CET 1, rácio de adequação do capital económico, rácio de alavancagem, posição de liquidez líquida em esforço e rácio de cobertura de liquidez.

Ao avaliar o desempenho, referenciamos um conjunto de considerações, incluindo o desempenho da divisão. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e não financeiras da divisão. As metas financeiras estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestruturas, a avaliação de desempenho é baseada na consecução de metas de controlo e desempenho de custos. Embora a atribuição de remuneração variável a funções da infraestrutura dependa do desempenho global do Deutsche Bank, não está dependente do desempenho das divisões destas funções, especialmente no caso de funções de controlo independentes, como a supervisão.

Ao nível do colaborador individual, estabelecemos alguns "Princípios de orientação da remuneração variável", os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidas em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os nossos gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco absolutas e relativas das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado. Os fatores e as métricas a ter em conta incluem, sem limitação, o desempenho financeiro e não financeiro da divisão ajustado ao risco, a cultura e considerações comportamentais, sanções disciplinares e o desempenho individual. Os gestores de MRT têm de documentar os fatores e as métricas de risco tidas em conta ao tomar decisões sobre a RV individual, bem como demonstrar de que forma esses fatores influenciaram a decisão sobre RV individual.

Estrutura de remuneração variável

As nossas estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e suporta o desempenho a longo prazo de todos os nosso colaboradores e do nosso banco. Embora uma parcela de RV seja paga "inicialmente", estas estruturas garantem que uma parcela adequada é deferida, com o objetivo de assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo.

No nosso banco, continuamos a acreditar que a utilização de ações ou instrumentos baseados em ações para efeitos de remuneração variável deferida é um modo eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas. Ao utilizar ações do Deutsche Bank, o valor da RV individual é associado ao preço das ações do Deutsche Bank ao longo do período de deferência e carência.

Tal como descrito em detalhe acima, continuamos a ir para além de alguns requisitos regulamentares no que diz respeito ao montante de RV que é deferida e aos períodos de deferência mínimos do Deutsche Bank. Ao garantir que os colaboradores com remunerações mais baixas não são sujeitos a deferências desnecessariamente, asseguramos um montante adequado de RV deferida para os colaboradores com remunerações mais altas, o que geralmente significa que, quando a RV está definida num valor igual ou superior a 150 000 € e, no caso de colaboradores que assumem riscos materiais, num valor igual ou superior a 50 000 €, a parcela de RV deferida aumenta para a RV acima destes níveis. Os colaboradores que assumem riscos materiais estão, em média, sujeitos a taxas de deferência superiores a 40% (60% para a direção), tal como requerido pelo InstVV.

Visão geral sobre os tipos de prémio em 2017

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Proporção
RV em numerário	Proporção inicial de numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	MRT: 50% de RV inicial Não MRT: 100% de RV inicial
Prémios iniciais em ações ("EUA")	Proporção de ações iniciais: O valor das ações iniciais está associado ao preço por ação do Deutsche Bank	Todos os MRT com RV >= 50 000 €	N/A	12 meses	50% de RV inicial
Prémio restrito de incentivo ("RIA")[1]	Parcela não baseada em ações (remuneração em numerário diferida)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de direitos pro rata ao longo de quatro anos	N/A	50% de RV deferida
Prémio restrito de ações ("REA")[1]	Parcela de ações deferidas: O valor do prémio restrito de ações está associado ao preço por ação do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de direitos pro rata ao longo de quatro anos Direção: 4,5 anos de aquisição imediata de direitos[2]	6 meses para colaboradores que correm riscos materiais	50% de RV deferida

N/A – Não aplicável

[1] Para alguns colaboradores AIFMD/UCITS V: Plano de investimento de colaboradores ("EIP"). São prémios liquidados em numerário com base no valor dos fundos geridos pelo negócio.

[2] Para efeitos dos prémios anuais no exercício de 2017, "Direção" é definida como o "Quadro de Liderança Sénior" do Deutsche Bank, que inclui reportes diretos de membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG (excluindo funções não estratégicas), membros do Conselho de Administração das instituições significativas do banco (excluindo o Deutsche Bank AG e o Postbank AG, para os quais são aplicados outros sistemas de remuneração) e outros colaboradores seniores que são influenciadores e administradores significativos da saúde e do desempenho a longo prazo do Deutsche Bank. Todos os colaboradores da Direção são também considerados colaboradores que assumem riscos materiais.

Além da abordagem padrão do Grupo descrita acima, decidimos aplicar uma abordagem mais restrita relativamente aos prémios de RV atribuídos a Diretores e Diretores executivos no Corporate & Investment Bank: O limiar de deferência efetivo para esta população está definido em 130 000 € (para colaboradores que assumem riscos materiais é de 50 000 €) e a proporção de RV que é deferida geralmente aumenta mais rapidamente nos níveis mais altos do montante geral da remuneração atribuída em outras áreas do banco, para alinhar a respetiva RV de forma ainda mais estreita ao desempenho sustentável do Grupo. Além disso, esses Diretores e Diretores executivos com pagamento fixo ou RV superior a 500 000 € estão sujeitos a uma deferência de RV de 100%.

Os nossos colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou atribuir um prémio deferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As nossas funções de Recursos humanos e Conformidade trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os nossos colaboradores cumprem este requisito.

Ajustamento *ex post* de risco da remuneração variável

Acreditamos que a conduta e o desempenho futuros dos nossos colaboradores são um elemento chave da RV deferida. Como resultado, todos os prémios deferidos estão sujeitos a condições de desempenho e provisões de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos da remuneração variável

Provisão	Descrição	Perda
Rácio CET 1 do Grupo	Se, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos e entrega, o rácio CET[1] do Grupo for inferior a um determinado limiar	A próxima tranche do prémio diferido baseado em ações a entregar (100% de todos os prémios iniciais em ações não entregues)
IBIT do Grupo negativo[2]	se o Conselho de Administração determinar que, antes da entrega, o IBIT do Grupo é negativo	A próxima tranche do prémio diferido baseado em ações a entregar (também se aplica ao prémio diferido baseado em numerário de MRT)
IBIT de divisão negativo	Se o Conselho de Administração determinar, antes da entrega, o IBIT da divisão é negativo	A próxima tranche do prémio diferido a entregar (aplica-se apenas a MRT em Divisões, excluindo MRT do Postbank)
Perda de direitos[3]	- Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo - Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão - Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo - Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor	Até 100% dos prémios não entregues

[1] Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (cliff-vesting), o prémio total caducará caso, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos ou liquidação, o rácio CET 1 do Grupo seja inferior ao limiar. Para Prémios iniciais em ações, o rácio CET 1 do Grupo apenas será avaliado no trimestre anterior à entrega.
[2] Para os prémios baseados em ações anuais sujeitos a uma aquisição imediata de direitos atribuídos à Direção (definida como o "Quadro de Liderança Sénior" do Deutsche Bank), uma determinada proporção do prémio (20%) será renunciada relativamente a um ano, se o IBIT for negativo para esse ano .
[3] As provisões de renúncia aqui descritas não constituem uma lista exaustiva. São aplicadas outras provisões, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

Decisões de remuneração para 2017

Programa de prémios de fidelidade (atribuído em janeiro de 2017)

Tal como definido no Relatório de Remuneração de Colaboradores do ano anterior, no contexto das considerações estratégicas durante o processo de final de ano de 2016, um número limitado de colaboradores teve direito a um incentivo de longo prazo especial ("Prémio de retenção") no início de 2017. Para atenuar os riscos de fidelização e proteger a franquia, o Conselho de Administração decidiu atribuir prémios de fidelidade aos colaboradores que são os contribuidores-chave para o êxito futuro do Banco, que estão em funções fundamentais, com elevada procura no mercado e extremamente difíceis de substituir.

Em geral, os prémios de fidelidade foram atribuídos a 5522 colaboradores ou aproximadamente 5 % dos funcionários globais do Deutsche Bank. 554 milhões de euros foram atribuídos em numerário diferido e 554 milhões de euros foram atribuídos em ações diferidas. Os Prémios de fidelidade são totalmente diferidos por um período de três a cinco anos e estão sujeitos às mesmas medidas de ajustamento ex-post ao risco descritas no capítulo "Ajustamento ex-post de risco da remuneração variável". A data de pagamento mais próxima de partes desses prémios é o início de 2018 para colaboradores que não assumem riscos materiais, como uma aquisição de direitos pro-rata ao longo de três anos, e 2021 para colaboradores que assumem riscos materiais, respetivamente. Os prémios em ações para colaboradores que assumem riscos materiais estão sujeitos a um período de retenção adicional de 12 meses, o que significa que estes prémios são totalmente atribuídos apenas após seis anos.

De modo a permitir um maior alinhamento dos prémios com a saúde a longo prazo do nosso banco e os interesses dos acionistas, esta parcela de ações não será obtida caso a cotação das ações do Deutsche Bank não atinja uma determinada cotação-alvo. Se a cotação-alvo das ações for atingida, a parcela de ações é atribuída após três anos e meio no caso dos colaboradores que não assumem riscos materiais, e após cinco a seis anos no caso dos colaboradores que assumem riscos materiais, tem em conta o período de retenção adicional. Em linha com outros prémios em ações pendentes, a cotação da ação alvo e o número de ações em circulação para os Prémios de fidelidade não atribuídos foram ajustados relativamente à nossa publicação de direitos em abril de 2017.

Embora não sejam baseados em desempenho, os Prémios de fidelidade são considerados remuneração variável nos termos da Secção 5 do InstVV. Para o rácio de 1:1 ou 1:2 relativamente aos componentes de remuneração variável, o Deutsche Bank considera os Prémios de fidelidade numa base pro-rata ao longo do período de retenção, em conformidade com o InstVV. Para beneficiarem desses prémios, os beneficiários do prémio de fidelidade têm de permanecer no nosso banco. No caso de irem trabalhar para um concorrente, qualquer parcela não atribuída de um prémio caducará. No final de 2017, a taxa de desgaste para colaboradores que receberam um Prémio de fidelidade foi inferior à taxa de desgaste dos colaboradores que receberam outros prémios deferidos.

Visão geral da estrutura do Programa de prémios de fidelidade

População	Ponderação	Proporção	Período de diferimento
Colaboradores que correm riscos	100% diferida	50% de numerário (RIA)	50% obtidos a 1 de março de 2021, 50% obtidos a 1 de março de 2022
		50% de ações (RFA)	50% obtidos a 1 de março de 2021 (mais um período de retenção de 12 meses), 50% obtidos a 1 de março de 2022 (mais um período de retenção de 12 meses)
Colaboradores que não assumem riscos	100% diferida	50% de numerário (RIA)	Aquisição de direitos pro rata em 3 anos (1 de março de 2018, 1 de março de 2019, 1 de março de 2020)
		50% de ações (RFA)	Aquisição imediata de direitos após 3,5 anos (atribuíveis com aquisição de direitos a 1 de agosto de 2020)

Considerações de final de ano e decisões para 2017

Para a determinação do montante total de RV para o exercício de 2017, o Conselho de Administração teve em conta muitos fatores, como o desempenho ao nível das divisões e do Grupo. No entanto, a avaliação de desempenho teve de ser complementada por outros fatores chave, como o foco contínuo na consecução dos objetivos estratégicos do banco, o impacto do posicionamento competitivo na retenção e motivação dos colaboradores e no saldo sustentável entre os interesses dos acionistas e dos colaboradores, tal como requerido pela "Estratégia de remuneração" do banco.

Para o exercício de 2017, os resultados antes de impostos do Deutsche Bank ascenderam a 1,2 mil milhões de euros, com proveitos sólidos em muitas áreas do nosso banco. No entanto, após impostos, o banco incorreu numa perda de (0,7) mil milhões de euros. O principal motivo para esta perda foi a reforma do sistema fiscal dos EUA, que resultou num encargo tributário único de 1,4 mil milhões de euros no último trimestre de 2017. Este encargo tributário teve um impacto limitado no Common Equity Tier 1 fully-loaded.

O exercício de 2017, tal como esperado, foi fortemente influenciado pela consecução dos nossos objetivos estratégicos. Como tal, os custos de reestruturação e cessação de funções, bem como os encargos com litígios, continuaram a afetar os resultados do ano. Em geral, foram feitos progressos importantes: Concluímos negociações sobre itens de litígio relevantes, continuámos os nossos esforços para criar uma infraestrutura mais eficiente, investimos em digitalização e fizemos importantes progressos na integração do Postbank e na oferta pública inicial (IPO) parcial do Deutsche Asset Management.

Neste cenário, o SECC monitorizou a acessibilidade da remuneração variável ao longo de 2017. Foi concluído que, apesar do resultado negativo global do Deutsche Bank, as posições de capital e liquidez do banco permanecem confortavelmente acima dos requisitos mínimos e, por conseguinte, os parâmetros de acessibilidade foram cumpridos. Além disso, as demonstrações financeiras de 2017 do banco e as metas para os exercícios de 2018 e 2019 excedem as métricas internas de apetência para o risco e os requisitos mínimos regulamentares esperados.

A determinação do montante total da RV para o exercício não só considera o impacto no ano atual como também nos anos futuros. Ao ter em conta a rentabilidade global dos acionistas, calculamos cuidadosamente a rentabilidade a curto e longo prazo, reconhecendo o facto de que ainda nos encontramos a estabelecer as bases para o crescimento e o êxito no futuro. Isto inclui os investimentos necessários na equipa de colaboradores para sustentar o dinamismo verificado nos últimos anos.

Após a decisão para limitar de forma drástica a RV total para 2016, outro ano com uma remuneração variável muito reduzida ou sem qualquer reconhecimento específico do desempenho individual teria potenciado um risco de desgaste muito elevado relativamente aos colaboradores chave, essenciais para os nossos êxitos no futuro, bem como a muitos outros colaboradores que trabalharam arduamente para ajudar o nosso banco a superar a presente conjuntura de contínua mudança. Afirmámos de forma clara ao longo do ano que pretendíamos regressar a um sistema normal de remuneração variável em 2017, incluindo um “Componente de RV de grupo” e um “Componente de RV individual” para a remuneração variável.

No contexto destas considerações, em linha com os requisitos regulamentares e tendo em conta o desempenho financeiro ajustado ao risco, o Conselho de Administração determinou um montante total da RV baseada no desempenho para o final do ano de 2017 de 2,2 mil milhões de euros (incluindo o componente de RV individual, o componente de RV de grupo e os prémios de reconhecimento). A remuneração variável para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG não foi incluída neste montante, uma vez que é determinada pelo nosso Conselho de Fiscalização num processo separado. A remuneração do Conselho de Administração para 2017 está descrita em detalhe no “Relatório de Remuneração do Conselho de Administração”. No entanto, está também incluída nas tabelas e gráficos abaixo.

Como parte dos prémios de RV globais de 2017 a atribuir em março de 2018, o “Componente de RV de grupo” foi atribuído a todos os colaboradores elegíveis, em linha com avaliação dos quatro KPI definidos e tal como descrito no capítulo “Quadro de remuneração total”. O Conselho de Administração, reconhecendo o contributo considerável dos colaboradores, e por seu critério, determinou uma taxa de cumprimento dos objetivos de 55% para 2017.

Comparativamente a 2016, os pagamentos fixos totais de 2017 diminuíram em cerca de 4%, de 8,3 mil milhões de euros para 8,0 mil milhões de euros, principalmente devido às reduções no número de colaboradores. Tal como estabelecido pelo nosso quadro de remuneração, os pagamentos fixos continuam a permanecer o principal componente de remuneração para a maioria dos colaboradores, especialmente nos níveis inferiores de senioridade.

Divulgação da remuneração total para 2017

O Deutsche Bank decidiu em 2017 mover os colaboradores de infraestruturas para as divisões em que prestam serviço, de modo a aumentar a colaboração e eficácia geral dentro do Grupo. Isto ajudou a aumentar a nossa responsabilidade e autonomia das divisões relativamente às suas decisões e processos organizacionais e levou a um aumento significativo do número de colaboradores associados com as divisões, em comparação com 2016 – em particular na Corporate & Investment Bank, assim como na Deutsche Asset Management. As funções de controlo independentes permaneceram geralmente nas áreas centrais.

Tal como definido acima, os Prémios de fidelidade atribuídos em janeiro de 2017 não fazem parte da remuneração variável atribuída aos colaboradores pelo seu desempenho em 2017.

Prémios de compensação para 2017 – todos os colaboradores

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	CIB	PCB[2]	Deutsche AM	Funções de controlo independentes[3]	Funções corporativas[4]	2017 Total - Grupo	2016 Total - Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro) no fim do período	17 251	43 460	3 803	13 478	19 542	97 535	99 744
Remuneração total	3 881	3 121	635	1 320	1 313	10 270	8 887
Remuneração fixa	2 463	2 834	417	1 131	1 150	7 995	8 341
RV baseada no desempenho do fim de ano	**1 341**	**279**	**195**	**186**	**160**	**2 161**	
Outra RV[5]	77	8	23	3	2	113	
Remuneração variável[6]	1 418	287	218	189	163	2 275	546
Programa de prémios de fidelidade (janeiro de 2017)[7]						961	N/A

N/A – Não aplicável

[1] A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

[2] Apenas para esta tabela, os valores de PCB também incluem os colaboradores do Postbank Group (17 441 colaboradores) bem como os valores de remuneração fixa do Postbank (971 milhões de euros). A remuneração variável atribuída pelo Grupo Postbank não está incluída no montante variável acima referido. Para o Grupo Postbank, prevê-se um montante total de remuneração variável de 95 milhões de euros.

[3] De acordo com as diretrizes regulamentares, as "funções de controlo independentes" para efeitos desta tabela incluem as áreas do Diretor de Risco, da Auditoria do Grupo, da Conformidade, do Combate aos Crimes Financeiros e dos Recursos Humanos (central e regional). Adicionalmente, o banco considera as seguintes funções da infraestrutura como "funções de controlo independentes": Assuntos jurídicos, Governo global, Gestão de incidentes e investigação do Grupo, Direção de segurança de informações, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo e Assuntos reguladores. Todas estas funções estão sujeitas a um rácio de remuneração fixa e variável de 1:1.

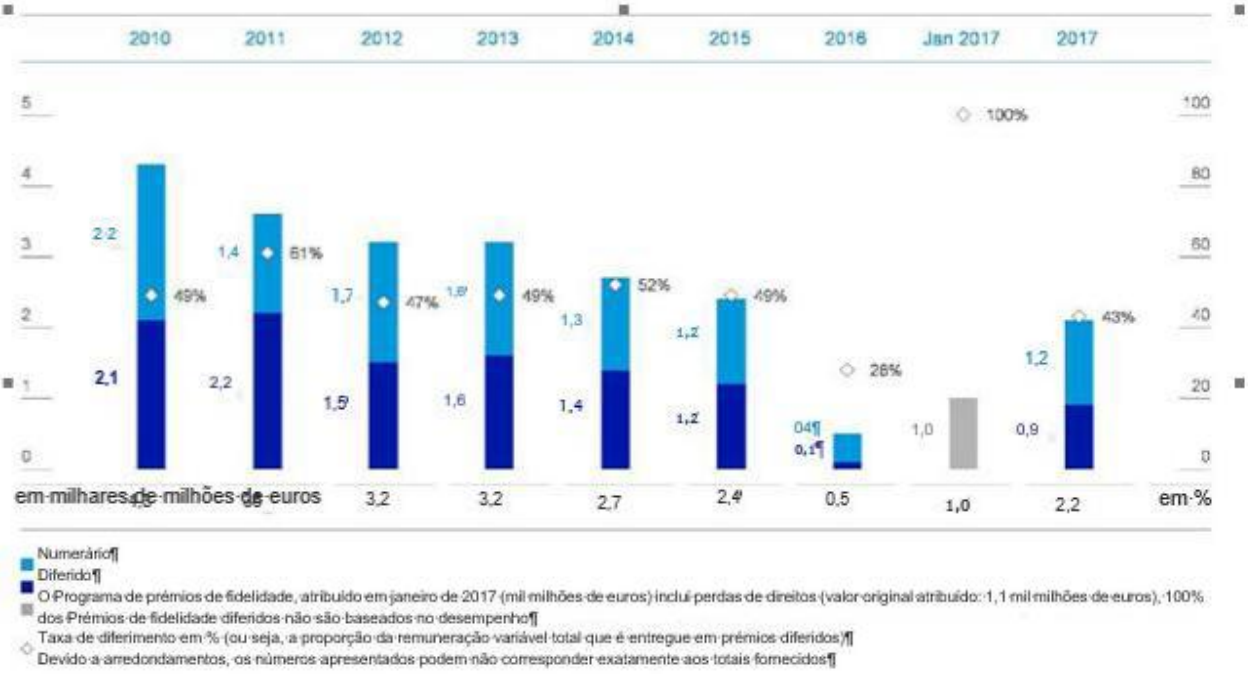
[4] As "funções corporativas" incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes nem integrada em qualquer divisão para efeitos desta tabela. Isto inclui, por exemplo, as áreas do Diretor de operações e a Responsabilidade social corporativa. As "funções corporativas" também incluem a remuneração do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

[5] "Outra RV" inclui outros compromissos contratuais de remuneração variável no período relevante, como por exemplo prémios de contratação.

[6] A "remuneração variável" inclui os prémios de remuneração variável do Deutsche Bank baseados no desempenho de fim de ano e os outros compromissos de remuneração variável no período relevante. Os 60 milhões de euros em "buyouts" para novas contratações (prémios de substituição para direitos perdidos de entidades patronais anteriores) não estão incluídos.

[7] O montante do "Programa de prémios de fidelidade (jan 2017)" inclui renúncias e está ajustado aos efeitos do mercado cambial para 2017 (valor atribuído em janeiro de 2017 baseado no mercado cambial de 2016: 1108 milhões de euros).

Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano)

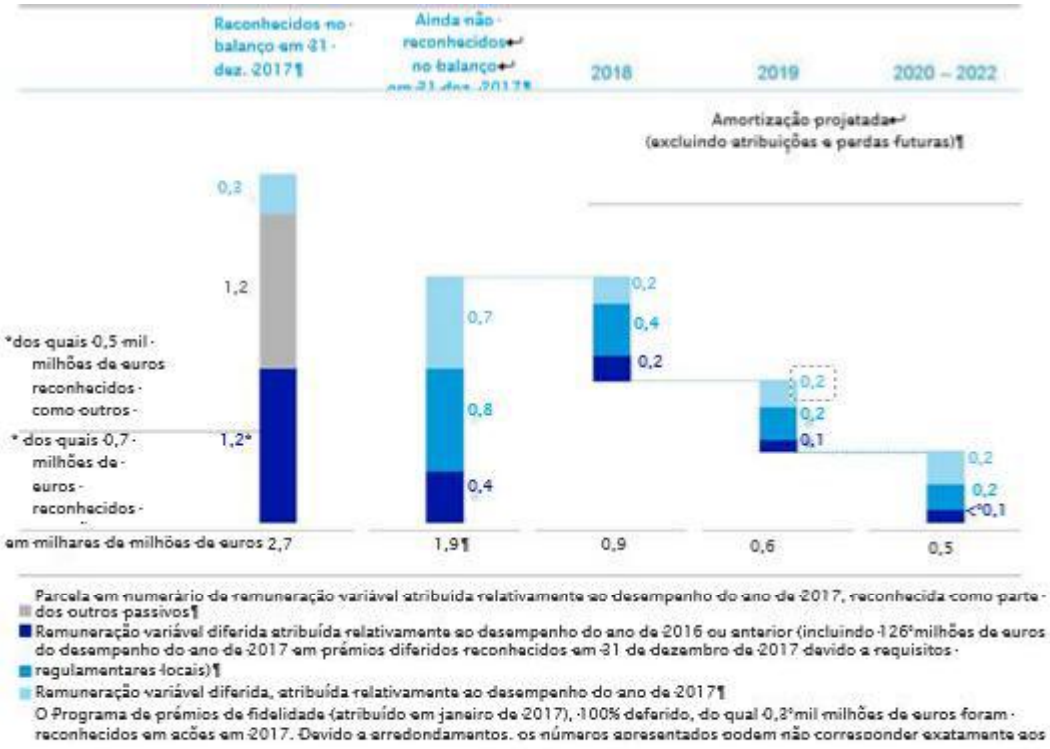


Reconhecimento e amortização da remuneração variável

Em 31 de dezembro de 2017, incluindo prémios para o exercício de 2017 atribuídos no início de março de 2018 e o Programa de prémios de fidelidade atribuídos em janeiro de 2017, os gastos não amortizados deferidos com remuneração variável ascendem a aproximadamente 1,9 mil milhões de euros. O gráfico seguinte apresenta o montante de remuneração variável reconhecido no balanço de 2017 e a amortização futura projetada de remuneração variável pendente nos próximos exercícios (exclui atribuições e perdas futuras).

Remuneração variável e Programa de prémios de fidelidade com base no desempenho de fim de ano

Reconhecimento em 31 de dezembro de 2017 e amortização projetada de remuneração diferida atribuída



Da remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano para 2017, e tendo em conta o Programa de prémios de fidelidade atribuídos em janeiro de 2017, 1,6 mil milhões de euros são cobrados para a demonstração de resultados de 2017 e 1,5 mil milhões de euros serão cobrados em anos futuros. Além disso, a demonstração de resultados para 2017 foi cobrada com uma remuneração variável de 0,7 mil milhões de euros decorrente de diferimentos dos anos anteriores.

Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1795 colaboradores foram identificados como colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2017, comparativamente a 3056 colaboradores em 2016. A descida pode certamente ser atribuída ao montante total limitado de remuneração variável atribuída em 2016, o qual afetou os critérios quantitativos estipulados no Regulamento Delegado da Comissão (EU) n.º 604/2014.

Os elementos de remuneração para todos os colaboradores que assumem riscos materiais de acordo com o InstVV são detalhados na tabela abaixo, em conformidade com a Secção 16 do InstVV e o artigo 450 CRR. Os colaboradores que assumem riscos materiais e com rendimentos elevados (colaboradores que recebem uma remuneração total de 1 milhão de euros ou mais) do Postbank não fazem parte desta divulgação e são incluídos no relatório de remuneração do Postbank. A divulgação quantitativa dos colaboradores que assumem riscos materiais também reflete as transferências de colaboradores da infraestrutura para as divisões, tal como definido no capítulo "Decisões de remuneração para 2017" e inclui o valor total do Programa de prémios de fidelidade atribuídos aos mesmos.

Remuneração agregada para colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV

							2017	2016
		Unidades de negócio						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Direção[2]	CIB	PCB	Deutsche AM	Funções de controlo independentes [3]	Funções corporativas[4]	Total - Grupo	Total - Grupo
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (total)	231	990	188	82	239	65	1 795	3 056
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (equivalentes a tempo inteiro)	226	984	183	82	232	65	1 772	3 047
Pagamento total	**477**	**1 468**	**136**	**101**	**130**	**47**	**2 359**	1 648
Remuneração fixa total	**208**	**583**	**58**	**35**	**75**	**23**	**981**	1 438
Remuneração variável total para o período	**269**	**886**	**78**	**67**	**56**	**23**	**1 379**	210
dos quais:								
Programa de prémios de fidelidade (janeiro de 2017)[5]							540	0
dos quais:								
em numerário	133	444	40	27	29	12	683	134
em ações	136	442	39	33	27	11	689	71
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	6	0	0	6	5
Remuneração variável total para o período, diferida	**217**	**733**	**47**	**45**	**31**	**14**	**1 087**	106
dos quais:								
em numerário	106	367	24	16	15	7	535	51
em ações	110	367	24	23	15	7	545	51
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	6	0	0	6	5
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (iii) do CRR em conjunto com o artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (iv) do CRR relativo à remuneração variável diferida dos anos anteriores e relativo a ajustes explícitos ao risco								
Montante total da remuneração variável ainda pendente no início do exercício que foi diferido nos anos anteriores	**476**	**997**	**108**	**130**	**45**	**26**	**1 783**	2 318
dos quais:								
adquiridos	171	424	39	34	23	13	704	1 009
não adquiridos	306	573	69	96	22	13	1 079	1 309
Remuneração variável diferida atribuída, paga ou reduzida durante o período								
atribuída durante o período	158	497	33	38	24	12	762	1 160
paga durante o período	118	415	39	33	22	12	639	725
reduzida através de ajustes explícitos ao risco[6]	0	3	0	0	0	0	3	13
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (v) do CRR relativo a bónus de contratação								
Número de beneficiários da remuneração variável garantida (bónus de contratação)	3	18	0	1	4	1	27	42
Montante total da remuneração variável atribuída (bónus de contratação)	1	18	0	1	1	1	21	61
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), pontos (v) e (vi) do CRR relativo a pagamentos por cessação de funções								
Montante total de pagamentos por cessação de funções atribuídos[7]	2	12	3	0	0	2	21	42
Número de beneficiários de pagamentos por cessação de funções atribuídos por total	2	35	6	2	4	4	53	114
Indemnização por cessação de funções mais elevada atribuída a um indivíduo	2	5	2	0	0	1	5	4

[1] Os montantes poderão incluir diferenças de arredondamento. "Buyouts" não incluídos; colaboradores e remuneração do Postbank não incluídos.
[2] Refere-se aos membros do Conselho de Administração (incluindo o Deutsche Bank AG) e Diretores Executivos de instituições significativas, de acordo com o significado da Secção 17 do InstVV, e quaisquer outros membros do "Quadro de Liderança Sénior". Os membros do Conselho de Fiscalização/Diretores Não-Executivos de instituições significativas são também incluídos na "Direção" (dos quais 60) e FTE (dos quais 58). No caso de apenas terem sido identificados como colaboradores que assumem riscos materiais devido às respetivas funções no Conselho de Fiscalização, não são incluídos em quaisquer outras linhas, uma vez que não recebem elementos de remuneração variável para essas atividades e uma vez que os respetivos elementos de remuneração fixa não são relevantes. No entanto, os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG estão incluídos no montante de remuneração fixa total da "Direção".
[3] De acordo com as diretrizes regulamentares, as "funções de controlo independentes" para efeitos desta tabela incluem as áreas do Diretor de Risco, da Auditoria do Grupo, da Conformidade, do Combate aos Crimes Financeiros e dos Recursos Humanos (central e regional). Adicionalmente, o Deutsche Bank considera as funções de infraestrutura que se seguem como "Funções de Controlo Independentes": Assuntos jurídicos, Governo global, Gestão de incidentes e investigação do Grupo, Direção de segurança de informações, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo e Assuntos reguladores. Todas estas funções estão sujeitas a um rácio de remuneração fixa e variável de 1:1.
[4] As "funções corporativas" incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes nem integrada em qualquer divisão para efeitos desta tabela. Isto inclui, por exemplo, as áreas do Diretor de operações e a Responsabilidade social corporativa.
[5] O Programa de prémios de fidelidade está incluído nos valores de remuneração variável nesta tabela.
[6] Tendo em conta os ajustamentos de risco e as renúncias, o pagamento variável pendente para os colaboradores que assumem riscos materiais, ascendendo a 122 milhões de euros, foi renunciado em 2017.
[7] Os pagamentos por cessação de funções são geralmente pagos no ano em que foram concedidos.

Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2017 Número de colaboradores (exceto Programa de prémios de fidelidade) [1]
Pagamento total	
1 000 000 a 1 499 999	330
1 500 000 a 1 999 999	155
2 000 000 a 2 499 999	85
2 500 000 a 2 999 999	56
3 000 000 a 3 499 999	29
3 500 000 a 3 999 999	21
4.000,000 a 4 499 999	10
4 500 000 a 4 999 999	8
5 000 000 a 5 999 999	4
6 000 000 a 6 999 999	4
7 000 000 a 7 999 999	3
8 000 000 a 8 999 999	0
9 000 000 to 9 999 999	0
10 000 000 to 10 999 999	0
Total	705

[1] Os colaboradores do Postbank não estão incluídos. “Buyouts” não incluídos. Ao ter em conta o Programa de prémios de fidelidade no montante total atribuído em janeiro de 2017, o total dos colaboradores com rendimentos elevados para 2017 ascenderia a 1098 colaboradores.

No total, 705 colaboradores receberam uma remuneração total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2017, em comparação com 316 colaboradores em 2016 e 756 colaboradores em 2015.

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 18 de maio de 2017 e entraram em vigor a 5 de outubro de 2017. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

	31.12.2017	
Comité em euros	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200 000	100 000
Comité de Risco	200 000	100 000
Comité de Nomeações	100 000	50 000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200 000	100 000
Comité do Presidente	100 000	50 000
Comité de Controlo de Remunerações	100 000	50 000

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Por fim, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2017

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2017 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

	Remuneração no exercício de 2017		Remuneração no exercício de 2016	
Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Fixa	Da qual a pagar no 1.º trimestre de 2018	Fixa	Da qual a pagar em fevereiro de 2017
Dr. Paul Achleitner[1]	800 000	683 333	800 000	600 000
Stefan Rudschäfski[2]	300 000	225 000	0	0
Alfred Herling[3]	0	0	300 000	300 000
Wolfgang Böhr	200 000	150 000	141 667	106 250
Frank Bsirske	250 000	187 500	250 000	187 500
Dina Dublon	300 000	225 000	300 000	225 000
Jan Duscheck[4]	100 000	75 000	41 667	31 250
Gerhard Eschelbeck[5]	58 333	43 750	0	0
Katherine Garrett-Cox[6]	200 000	150 000	125 000	104 167
Timo Heider	200 000	150 000	200 000	150 000
Sabine Irrgang	200 000	150 000	200 000	150 000
Prof. Dr. Henning Kagermann	250 000	187 500	250 000	187 500
Martina Klee	200 000	150 000	200 000	150 000
Peter Löscher[7]	83 333	83 333	200 000	150 000
Henriette Mark	200 000	150 000	200 000	150 000
Richard Meddings	400 000	300 000	400 000	300 000
Louise Parent	400 000	300 000	333 333	250 000
Gabriele Platscher	200 000	150 000	200 000	150 000
Bernd Rose	200 000	150 000	200 000	150 000
Gerd Alexander Schütz[8]	58 333	43 750	0	0
Prof. Dr. Stefan Simon[9]	216 667	162 500	33 333	25 000
Rudolf Stockem[10]	0	0	116 667	116 667
Dr. Johannes Teyssen	250 000	187 500	216 667	162 500
Georg Thoma[11]	0	0	108 333	108 333
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler[12]	83 333	83 333	200 000	150 000
Total	**5 150 000**	**3 987 500**	5 016 667	3 904 167

[1] Membro reeleito a 18 de maio de 2017.
[2] Membro desde 1 de janeiro de 2017.
[3] Membro até 31 de dezembro de 2016.
[4] Membro desde 2 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 18 de maio de 2017.
[6] Membro reeleito a 19 de maio de 2016.
[7] Membro até 18 de maio de 2017.
[8] Membro desde 18 de maio de 2017.
[9] Membro desde 23 de agosto de 2016.
[10] Membro até 31 de julho de 2016.
[11] Membro até 28 de maio de 2016.
[12] Membro até 18 de maio de 2017.

Após o envio das faturas em fevereiro de 2018, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2017 foi convertida em ações nocionais da empresa com base numa cotação da ação de 15,458 euros (preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2018, calculado com três dígitos após o símbolo decimal). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2017 receberam a totalidade da remuneração em numerário. Para membros cujo mandato terminou em 2017, a remuneração total para o período foi paga na totalidade em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas nos primeiros três meses de 2018 como parte da respetiva remuneração de 2017, bem como o número de ações nocionais acumuladas dos anos anteriores de 2013 a 2016 acumuladas durante a participação no Conselho de Fiscalização e os montantes totais pagos em fevereiro de 2018 para os membros que saíram ou foram reeleitos.

	Número de ações nocionais			
Membros do Conselho de Fiscalização	Convertidas em fevereiro de 2018 como parte da remuneração de 2017	Montantes totais do ano anterior, de 2013 a 2016	Total (acumulado)	A pagar em fevereiro de 2018 em euros[1]
Dr. Paul Achleitner[2]	7 547,235	34 842,354	42 389,589	538 593
Stefan Rudschäfski[3]	4 851,794	0	4 851,794	0
Wolfgang Böhr	3 234,529	2 039,332	5 273,861	0
Frank Bsirske	4 043,162	9 812,535	13 855,697	0
Dina Dublon	4 851,794	10 445,634	15 297,428	0
Jan Duscheck[4]	1 617,265	564,436	2 181,701	0
Gerhard Eschelbeck[5]	943,404	0	943,404	0
Katherine Garrett-Cox[6]	3 234,529	1 128,872	4 363,401	0
Timo Heider	3 234,529	7 870,476	11 105,005	0
Sabine Irrgang	3 234,529	7 870,476	11 105,005	0
Prof. Dr. Henning Kagermann	4 043,162	10 517,526	14 560,688	0
Martina Klee	3 234,529	8 152,472	11 387,001	0
Peter Löscher[7]	0	8 152,472	8 152,472	126 021
Henriette Mark	3 234,529	8 896,223	12 130,752	0
Richard Meddings	6 469,058	6 861,587	13 330,645	0
Louise Parent	6 469,058	8 294,024	14 763,082	0
Gabriele Platscher	3 234,529	8 614,226	11 848,755	0
Bernd Rose	3 234,529	8 332,230	11 566,759	0
Gerd Alexander Schütz[8]	943,404	0	943,404	0
Prof. Dr. Stefan Simon[9]	3 504,073	451,549	3 955,622	0
Dr. Johannes Teyssen	4 043,162	6 972,511	11 015,673	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler[10]	0	8 896,223	8 896,223	137 518
Total	**75 202,803**	158 715,158	**233 917,961**	**802 132**

[1] A um valor de 15,458 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez di as de negociação de janeiro de 2018.
[2] Membro reeleito a 18 de maio de 2017.
[3] Membro desde 1 de janeiro de 2017.
[4] Membro desde 2 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 18 de maio de 2017.
[6] Membro reeleito a 19 de maio de 2016.
[7] Membro até 18 de maio de 2017.
[8] Membro desde 18 de maio de 2017.
[9] Membro desde 23 de agosto de 2016.
[10] Membro até 18 de maio de 2017.

Todos os representantes dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske e Jan Duscheck, são nossos colaboradores. No exercício de 2017, pagámos a esses membros um montante total de 1,13 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2017, reservámos 0,12 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se previsto nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, Pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício destas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 248 000 euros (2016: 225 000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 197 679 euros (2016: 234 488 euros) foram pagos durante o exercício de 2017.

Responsabilidade corporativa

A nossa abordagem à sustentabilidade assenta no conceito “base tripla” que inclui as dimensões de pessoas, planeta e lucro. Para nós, isto significa um desempenho empresarial sustentável, que equilibra o sucesso económico com a responsabilidade ambiental e social. Pretende promover uma atividade que permita um crescimento económico sustentável e progresso social, através da criação de impacto positivo para os nossos clientes, a nossa população, os nossos investidores e as nossas comunidades.

Monitorizamos os desenvolvimentos globais e avaliamos o seu impacto na nossa atividade. Valorizamos o diálogo aberto com as nossas partes interessadas e respeitamos as suas expetativas distintas. Em conjunto, isto ajuda-nos a tomar decisões informadas enquanto continuamos a moldar a nossa abordagem de sustentabilidade.

Os valores e as convicções do Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Deutsche Bank refletem o nosso entendimento de sustentabilidade, que está também associado às respetivas políticas e processos. É adicionalmente complementado por normas e princípios reconhecidos internacionalmente e pelos compromissos formais que assumimos no domínio da sustentabilidade. Exemplos incluem:

– Dez Princípios da Global Compact da ONU
– Princípios da ONU para investimento responsável
– Orientações da ONU em matéria de negócios e direitos humanos
– Princípios de governo da sociedade do G20/OCDE
– Orientações da OCDE para empresas multinacionais

Para atingir os seus Objetivos de desenvolvimento do milénio expirados, a ONU definiu a nova Agenda de desenvolvimento sustentável para 2030, que também faculta orientações para a forma como pensamos e agimos.

O Conselho de Administração do Deutsche Bank é responsável pela integração da sustentabilidade em todo o banco. Uma equipa de sustentabilidade organizada centralmente na nossa área de Comunicações e CSR atua como uma interface entre as partes interessadas internas e externas.

Em novembro de 2017, o nosso Conselho de Administração tomou a decisão de reforçar a governação, criando uma Comissão para a sustentabilidade, composta por gestores seniores das áreas de negócio e infraestruturas. A Comissão irá atuar como órgão consultivo para o Conselho de Administração e irá continuar a desenvolver e aplicar a abordagem de sustentabilidade do banco.

Para mais informações sobre sustentabilidade, consultar o Relatório não-financeiro consolidado de 2017 (NFRep 2017) para o Grupo Deutsche Bank. O NFRep 2017 inclui a Demonstração não-financeira do Deutsche Bank (que legalmente é designada por relatório do grupo não-financeiro). O conteúdo da Demonstração não-financeira é assinalado separadamente. O PDF do NFRep 2017, incluindo a Demonstração não-financeira, é publicado no nosso sítio Web db.com/annual-reports em Relações com os investidores. Consultar o nosso NFRep 2017 online em db.com/non-financial-report.

Funcionários

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2017 tínhamos um total de 97 535 colaboradores, em comparação com 99 744 em 31 de dezembro de 2016.
Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015.

Colaboradores[1]	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Alemanha	42 526	44 600	45 757
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	23 543	24 062	23 767
Ásia e Pacífico	20 861	20 099	20 144
América do Norte[2]	10 358	10 611	10 842
América Latina	247	373	595
Total de colaboradores	**97 535**	99 744	101 104

[1] Colaboradores equivalentes a tempo inteiro.
[2] Principalmente Estados Unidos.

Em 2017, o número de colaboradores diminuiu em 2 209 (2,2%), motivado pela implementação das nossas metas originalmente anunciadas em outubro de 2015:

- Alemanha (-2073; -4,6%) devido à implementação de medidas de restruturação, sobretudo no segmento Private & Commercial Bank e em funções de infraestrutura;
- América do Norte (-254; -2,4%) motivado por reduções principalmente ao nível da direção de operações/GTO e Finanças;
- América Latina (-126; -33,7%), resultado da implementação da nossa estratégia de presença;
- EMEA, exceto Alemanha (-518; -2,2%) motivado por reduções principalmente em Itália, Polónia, Luxemburgo, Países Baixos e Espanha;
- Ásia e Pacífico principalmente (+762; +3,8%) devido a internalização de funções empresariais externas essenciais, principalmente na direção de operações, e devido ao reforço de funções de infraestruturas relacionadas com a CIB.

Funcionários	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Corporate & Investment Bank	17,7%	17,2%	17,0%
Private & Commercial Bank	44,5%	45,2%	46,1%
Deutsche Asset Management	3,9%	3,9%	3,9%
Non-Core Operations Unit	0,0%	0,1%	0,1%
Infraestrutura Regional	33,9%	33,6%	32,9%

- Corporate & Investment Bank (+122; +0,7%) motivada por funções de infraestruturas relacionadas com a CIB parcialmente relacionadas com a internalização de funções empresariais externas essenciais;
- Private & Commercial Bank (-1 584; -3,5%) motivado por reduções principalmente na Alemanha nos países europeus ocidentais;
- Deutsche Asset Management (-86; -2,2%) principalmente devido ao desinvestimento da Sal Oppenheim no Luxemburgo;
- Non-Core Operations Unit (-116; -100,0%) foi fechada;
- Funções de infraestrutura (-545; -1,6%) impulsionada, em grande parte, por reduções na maioria das funções, parcialmente compensada pela internalização de funções externas (sobretudo na área de direção de operações) e devido ao reforço das funções regulamentares, predominantemente o Combate ao crime financeiro e Auditoria.

Relações laborais

Na Alemanha, os sindicatos de trabalhadores e as associações patronais negoceiam geralmente acordos coletivos de trabalho para os salários e benefícios dos colaboradores abaixo do nível de gestão. Muitas empresas na Alemanha, incluindo nós e as nossas subsidiárias alemãs relevantes, são membros de associações patronais e estão vinculadas por acordos coletivos de trabalho.

Todos os anos, a nossa associação patronal, a Arbeitgeberverband des privaten Bankgewerbes e. V., renegoceia em regra os acordos coletivos de trabalho que fornecem cobertura a um número elevado dos nossos colaboradores. O atual acordo alcançado em junho de 2016 inclui o período de maio de 2016 em diante. Após cinco meses sem qualquer aumento salarial, o primeiro aumento salarial de 1,5% terá lugar de outubro de 2016 em diante, um segundo aumento salarial de 1,1% de janeiro de 2018 em

diante, e um terceiro aumento salarial de 1,1% de novembro de 2018 em diante. As convenções coletivas de trabalho existentes permanecerão em vigor até 31 de janeiro de 2019.

A nossa associação patronal negoceia com os seguintes sindicatos:

- ver.di (Vereinigte Dienstleistungsgewerkschaft), um sindicato constituído em julho de 2001 na sequência da fusão de cinco sindicatos, incluindo os antigos sindicatos bancários Deutsche Angestellten Gewerkschaft e Gewerkschaft Handel, Banken und Versicherungen;
- Deutscher Bankangestellten Verband (DBV – Gewerkschaft der Finanzdienstleister);
- Deutscher Handels- und Industrieangestellten Verband (DHV – Die Berufsgewerkschaft);
- Komba Gewerkschaft (sindicato da função pública, só relevante para o Postbank);
- DPVKom – Die Kommunikationsgewerkschaft (só relevante para o Postbank).

A legislação alemã proíbe-nos de perguntar aos nossos colaboradores se são membros de sindicatos. Por conseguinte, não sabemos quantos colaboradores estão filiados em sindicatos. Aproximadamente 15% dos trabalhadores do setor bancário na Alemanha estão sindicalizados. Estimamos que menos de 15% dos nossos colaboradores na Alemanha estejam sindicalizados (excluindo o Postbank que tradicionalmente tem uma taxa de sindicalização significativamente mais elevada, da ordem dos 60%). A nível mundial, estimamos que aproximadamente 15% dos nossos colaboradores sejam membros de sindicatos de trabalhadores (incluindo o Postbank, menos de 25%).

Em 31 de dezembro de 2017, 32% dos colaboradores do Postbank na Alemanha eram funcionários públicos (equivalentes a tempo inteiro), em comparação com 32% em 31 de dezembro de 2016.

Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 35, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Reestruturação

As regiões do banco foram afetadas por diferentes medidas. Na Alemanha verificou-se o maior declínio no número de colaboradores (2073 FTE), amplamente motivado pela reestruturação da sua divisão Private, Wealth & Commercial Clients. Na Ásia e Pacífico, o número de colaboradores aumentou devido à internalização de funções empresariais externas essenciais, especialmente em TI.

Aquisição de talentos

A taxa de rotação de voluntários foi de 7,8% em 2017 (2016: 7,2%). O ligeiro aumento de 0,6 pontos percentuais deve-se a uma flutuação superior nos centros de operações nos EUA e na Roménia. No entanto, esta flutuação mantém-se num nível normal.

Consequentemente, o preenchimento de vagas em *front office* e centros de operações foi uma prioridade em 2017, juntamente com a contratação em consonância com a procura crescente em funções regulamentares (por exemplo, Combate ao crime financeiro, Auditoria e Conformidade). Adicionalmente, a aquisição de talentos centrou-se na internalização de funções externas (1446 colaboradores), principalmente em TI, e na contratação de 1235 jovens talentos, dos quais 619 diplomados (2016: 813) e 616 aprendizes na Alemanha (2016: 741).

Promoção da mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel fulcral para permitir ao Deutsche Bank manter colaboradores qualificados e talentosos e manter os seus conhecimentos especializados e experiência dentro da organização. Por conseguinte, o banco continuou a desenvolver e incorporar a sua estratégia de mobilidade interna. O Deutsche Bank está empenhado no preenchimento de vagas – em todos os níveis de senioridade – com candidatos internos adequados, sempre que possível. De acordo com a respetiva política de contratação, todas as vagas são anunciadas aos colaboradores internos primeira e exclusivamente durante, no mínimo, duas semanas. Quando este processo está concluído, podem ser procurados candidatos externos.

A prioridade dada aos candidatos internos para vagas é concebida para ajudar os colaboradores afetados por medidas de reestruturação a encontrar novas funções dentro da organização. O banco também procura promover mudanças interdivisões para permitir que os colaboradores expandam as competências e a experiência a fim de terem carreiras mais abrangentes. Além disso, a mobilidade interna contribui para poupanças em despedimentos e custos de recrutamento.

Em 2017, 10 479 colaboradores (excluindo o Postbank), ou 13,1% dos recursos humanos, mudaram de funções dentro do banco. Neste âmbito, 4731 diretores (diretores executivos, diretores, vice-presidentes, vice-presidentes adjuntos, associados) e 3042 não diretores (colaboradores sem título corporativo) mudaram de funções dentro da respetiva divisão, enquanto 1762 diretores e 944 não diretores transitaram para outra divisão. O número de mudanças de trabalho interdivisões aumentou 21% face ao ano anterior.

Gestão de desempenho

A abordagem do Deutsche Bank à gestão de desempenho inclui três etapas principais: (1) definir expetativas e estabelecer objetivos no início do exercício, (2) manter um diálogo de feedback regular durante o exercício e (3) analisar o desempenho no final do exercício.

O “Desempenho total” representa uma abordagem mais holística ao desenvolvimento e gestão da nossa população e respetivo desempenho. Em março de 2017, a nova abordagem foi implementada em todas as divisões e funções de infraestrutura. O enfoque está no diálogo contínuo e construtivo entre colaboradores e respetivos diretores. Isto surge como resposta aos resultados de estudos externos e de inquéritos aos recursos humanos internos. Os colaboradores manifestaram uma necessidade de diálogos mais frequentes e menos formais para debater o desempenho e o desenvolvimento com os respetivos diretores. Além disso, os colaboradores sentem-se mais motivados se tiverem um melhor entendimento das expetativas e do seu contributo pessoal para a estratégia e o desempenho comercial do banco.

Em 2017, 71,3% dos colaboradores elegíveis para remuneração variável individual (IVC) definiram os seus objetivos e 93% de todos os colaboradores confirmaram que estavam conscientes das expetativas da sua função. 99% dos colaboradores abrangidos concluíram as contrapartidas relevantes para a IVC no final do ciclo.

Diversidade e inclusão

O Deutsche Bank continuou os seus esforços para fazer progredir as carreiras das mulheres no local de trabalho durante o ano de 2017. A percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização manteve-se em 35% no final do ano, acima do novo requisito estatutário de 30% para empresas alemãs codeterminadas e cotadas em bolsa nos termos da quota de género alemã introduzida em 2015.

O objetivo do Conselho de Fiscalização para o Conselho de Administração foi definido em 2015, estabelecendo que este deveria ter no mínimo um membro do sexo feminino até 30 de junho de 2017. Este objetivo foi alcançado com a nomeação de duas executivas para o Conselho de Administração. No fim do exercício de 2017, 18,0% dos cargos no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração do Deutsche Bank eram detidos por executivas (2016: 15,7%). No segundo nível a seguir ao Conselho de Administração, esta percentagem permaneceu em 19,6% (2016: 19,5%). O banco tinha estipulado objetivos ambiciosos para 2017 de 17% e 21%, respetivamente, de acordo com os requisitos legais na Alemanha.

Em 2011, o Deutsche Bank assinou uma declaração voluntária para aumentar substancialmente a proporção de gestoras a nível global até ao fim de 2018. No fim do exercício de 2017, a percentagem de Diretoras Executivas e de Diretoras manteve-se em 21,9% (2016: 21,3%). Desde 2011, o número de mulheres neste nível aumentou 15%. A quota de mulheres em posições de chefia era de 33,3% no final de 2017 (2016: 32,8%).

O Deutsche Bank foi incluído no Bloomberg Financial Services Gender-Equality Index (BFGEI) desde o início da referência em maio de 2016. A referência inclui empresas que estabeleceram fortes compromissos para a igualdade de género e fornece aos investidores e às organizações dados agregados padrão sobre as estatísticas de género da empresa, políticas de RH, ofertas de

produtos sensíveis em termos de género, bem como o seu apoio e envolvimento na comunidade externa. O Deutsche Bank é uma das duas únicas empresas do índice DAX incluídas neste índice global.

O Deutsche Bank apoia ativamente as causas LGBTI (lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais e intersexuais). Enquanto uma das primeiras empresas, o banco está empenhado na aplicação do Código de conduta da ONU para combater a discriminação contra a comunidade LGBTI. Na Alemanha, também expressámos explicitamente o nosso apoio à lei que confere ao casamento entre pessoas do mesmo sexo os mesmos direitos que ao casamento entre heterossexuais, reconhecendo, assim, oficialmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Honrando o seu compromisso, o Deutsche Bank recebeu a pontuação máxima de 100 pontos no Índice Empresarial da Igualdade anual da Campanha pelos Direitos Humanos pelo 15.º ano consecutivo.

Digitalização

Como elemento-chave desta estratégia, o Deutsche Bank está a investir na digitalização. Isto não se aplica somente aos negócios do banco nos quais se lida com os clientes, também tem um impacto significativo no modo como a organização opera e, mais especificamente, no modo como os respetivos colaboradores trabalham. Por conseguinte, a digitalização é um elemento importante da agenda estratégica de RH do Deutsche Bank, resultando num maior automatismo dos processos de recursos humanos e no incentivo e exigência de desenvolvimento das competências digitais necessárias por parte dos colaboradores.

Refletindo os vários aspetos e oportunidades de alteração digital, a função de RH do Deutsche Bank introduziu uma nova série denominada “Promover a transformação digital do banco” em agosto de 2017. Um conjunto de sessões WebEx ajudou a criar um entendimento comum do significado de digitalização para os RH e para o banco. Com uma biblioteca audiovisual, que continuará a crescer ao longo do tempo, a nova série fornece uma visão geral das tendências, tecnologias e desafios digitais na política de RH.

Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informação sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório de recursos humanos de 2017 do Banco.

	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Colaboradoras (com base nos títulos corporativos globais, equivalentes a tempo inteiro)[1]			
Diretoras Executivas e Diretoras	21,9%	21,3%	20,5%
Diretoras	33,3%	32,8%	32,5%
Não diretoras	55,8%	55,6%	55,5%
Total de colaboradoras	**41,6%**	41,5%	41,7%
Idade (em %, total)			
até 29 anos	16,2%	17,1%	18,4%
30 – 39 anos	30,1%	29,9%	29,7%
40 – 49 anos	27,7%	28,2%	28,6%
Mais de 49 anos	26,0%	24,8%	23,3%
Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)			
Alemanha	24,4%	23,7%	23,9%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	6,5%	6,2%	6,1%
Américas	0,4%	0,4%	0,3%
Ásia e Pacífico	0,2%	0,2%	0,2%
Total de trabalho a tempo parcial	**13,0%**	12,9%	13,1%
Taxa de aprendizes na Alemanha	3,6%	3,9%	4,0%

	2017	2016	2015
Índice de compromisso[2]			
Alemanha	51%	52%	53%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	55%	59%	63%
Américas	54%	61%	67%
Ásia e Pacífico	67%	68%	75%
Total de índice de compromisso	**57%**	58%	63%
Taxa de rotação de voluntários			
Alemanha	2,0%	1,8%	1,6%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	8,5%	7,0%	7,5%
Américas	13,0%	11,3%	11,2%
Ásia e Pacífico	16,8%	17,1%	18,3%
Total da taxa de rotação de voluntários	**7,8%**	7,2%	7,3%
Taxa de saúde (em %)[3]	94,2%	94,3%	94,8%

[1] Excluindo pessoas jurídicas fora do sistema de títulos corporativos do DB, em particular do Postbank. DB Investment Services integrado em 2016.
[2] Excluindo o Postbank.
[3] Taxa de saúde: 100 - ((total de dias de ausência por doença x 100)/total de dias de trabalho normais); Alemanha, excluindo em particular o Postbank; DB Investment Services integrado em 2016.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre os relatos financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão do nosso presidente e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatos financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência – os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
- Integridade – todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
- Avaliação – os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
- Direitos, obrigações e propriedade – os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
- Apresentação e divulgações – a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.
- Salvaguarda dos ativos – as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Organização do sistema de controlo interno

Funções envolvidas no sistema de controlo interno do relato financeiro

Os controlos no âmbito do sistema de ICOFR são realizados por todas as funções de negócio e por todas as funções de infraestrutura que estão envolvidas na análise da fiabilidade dos documentos e registos que servem de base às demonstrações financeiras. Consequentemente, o funcionamento do ICOFR envolve um grande número de colaboradores, principalmente no âmbito das seguintes funções: Finanças, Direção de Operações e Risco.

A função de Finanças é responsável pela elaboração periódica das demonstrações financeiras e opera de forma independente face aos negócios do Grupo. No âmbito das finanças, diferentes departamentos têm responsabilidades de controlo relativamente ao processo de preparação geral:

- Group Finance (Finanças do Grupo) é responsável pelas atividades ao nível do Grupo, que incluem a preparação das informações financeiras e de gestão do Grupo e relato de risco. O comité financeiro define a calendarização dos relatórios, executa os processos de consolidação e agregação, elimina registos de atividades inter e intra Grupo, controla os processos de final de exercício e de ajustamento, compila as demonstrações financeiras do Grupo, e considera e incorpora observações quanto ao conteúdo e à apresentação realizada pelos administradores sénior e por consultores externos.
  - Transações, Política e Consultoria é responsável pelo desenvolvimento da nossa interpretação enquanto Grupo das normas internacionais de relato financeiro e das normas regulamentares e pela sua aplicação consistente dentro do Grupo. Presta assessoria contabilística e regulamentar e serviços de consultoria à função de Finanças e aos negócios em geral, sendo responsável pela resolução atempada de questões de natureza contabilística e regulamentar a nível corporativo e a nível de transações específicas.
  - Grupo de avaliação global e especialistas de avaliação com orientação para os negócios são responsáveis pela elaboração de políticas e padrões mínimos de avaliação, proporcionando diretrizes em termos de implementação relativamente ao trabalho de controlo de avaliação e verificando e validando os resultados do controlo de avaliação. Atuam como ponto de contacto único em matéria de avaliação para as partes externas (como sejam os reguladores e os auditores externos).
  - Especialistas financeiros para empresas ou entidades são responsáveis pela revisão da qualidade dos dados financeiros, através de validação e controlo. Estão em contacto estreito com os gestores de negócios, de infraestrutura e das entidades jurídicas, utilizando os respetivos conhecimentos específicos para lidar com questões, associadas ao relato financeiro, decorrentes de produtos e transações, validando reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor.

- Fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) é responsável pela produção de dados financeiros relacionados com imposto sobre o rendimento, conjuntamente com a área de Finanças, abrangendo a avaliação e planeamento de impostos sobre o rendimento correntes e diferidos e a recolha de informações em matéria fiscal. A fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) acompanha a posição em termos de imposto sobre o rendimento e controla as provisões para riscos fiscais.

- Planeamento e gestão de desempenho do Grupo é responsável pelas atividades de previsão e planeamento em todo o Grupo.

O funcionamento do ICOFR é igualmente apoiado de forma significativa pela Direção de Operações e Risco. Embora não estejam diretamente envolvidas no processo de preparação financeira, as funções seguintes contribuem significativamente para a produção de informação financeira:

- A Direção de Operações é responsável por confirmar as transações com contrapartes e por realizar, interna e externamente, reconciliações de informações financeiras entre sistemas, registos e bolsas. A área de direção de operações também realiza todas as atividades de liquidação de transações em nome do Grupo e reconciliações dos saldos das contas nostro.
- Diretor de risco (CRO) é responsável pelo desenvolvimento de políticas e normas para a gestão de crédito, de mercado, legal, de liquidez e riscos operacionais. O CRO identifica e avalia a adequação das provisões para crédito e operacionais.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR é composto por um elevado número de controlos e procedimentos internos destinados a minimizar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Esses controlos estão integrados no processo operacional e incluem processos:

- em curso ou de natureza permanente, tais como a supervisão no âmbito das políticas e procedimentos escritos ou da segregação de funções,
- que operam de forma periódica, como os que são realizados como parte do processo de preparação das demonstrações financeiras anuais.
- são preventivos ou têm propósitos de deteção.
- têm um impacto direto ou indireto nas próprias demonstrações financeiras. Entre os controlos com efeito indireto sobre as demonstrações financeiras incluem-se controlos gerais de TI, tais como o acesso ao sistema e controlos de implementação, ao passo que um controlo com um impacto direto consiste, por exemplo, numa reconciliação que justifica diretamente uma rubrica do balanço.
- componentes automatizados e/ou manuais. Os controlos automatizados são funções de controlo incluídas em processos de sistema, tais como a segregação (forçada por aplicação) de controlos e verificações de interface quanto à integridade e exatidão das entradas de dados. Os controlos internos manuais são operados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, como é o caso da autorização de transações.

A combinação de controlos individuais engloba cada um dos seguintes aspetos do sistema de ICOFR:

– Conceção e implementação da política contabilística. Controlos para promover o registo e o relato consistentes das atividades dos negócios do Grupo de forma global, de acordo com políticas contabilísticas autorizadas.
– Dados de referência. Controlos sobre os dados de referência relativamente à contabilidade geral e a transações extrapatrimoniais, incluindo dados de referência do produto.
– Aprovação, captação e confirmação de novos produtos e transações. Os controlos destinam-se a garantir a integridade e a exatidão das transações registadas, bem como a devida autorização. Estes controlos incluem confirmações enviadas e recebidas relativamente a transações com contrapartes com o objetivo de ajudar a garantir que os detalhes da transação são corroborados.
– Controlos de reconciliação, tanto externa como internamente. São realizadas reconciliações entre os sistemas relevantes relativamente a todas as transações, posições ou parâmetros relevantes. As reconciliações externas incluem reconciliações de conta nostro, de registo e cambiais.
– Avaliação, incluindo o processo de verificação independente de preços (IPV). A área de Finanças realiza controlos IPV pelo menos mensalmente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da avaliação do front office. Os resultados dos processos IPV são avaliados mensalmente pelo comité de supervisão do controlo da avaliação (Valuation Control Oversight Committee).
– Os especialistas de avaliação com orientação para os negócios concentram-se em abordagens de avaliação e metodologias relativamente a várias classes de ativos e realizam verificações independentes de preços no que se refere a derivados complexos e produtos estruturados.
– Fiscalidade. Os controlos são concebidos para assegurar que os cálculos dos impostos são realizados corretamente e que os saldos fiscais são registados de forma adequada nas demonstrações financeiras.
– Reservas e ajustamentos baseados em juízos de valor. São concebidos controlos para garantir que as reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor são autorizados e relatados de acordo com as políticas contabilísticas aprovadas.
– Fundamentação do balanço. Controlos relativos à fundamentação das contas do balanço para promover a integridade dos saldos da conta do Razão com base em evidência justificativa.
– Consolidação e outros controlos de relato de final de exercício. No final do período, todos os negócios e todas as regiões enviam os seus dados financeiros ao Grupo para consolidação. Os controlos sobre a consolidação incluem a validação dos registos contabilísticos necessários para eliminar o efeito de atividades inter e intra sociedades. O relatório de final do exercício inclui controlos de fim de mês relativamente aos processos de encerramento do livro de razão e a revisão dos ajustamentos tardios.
– Divulgação e apresentação das demonstrações financeiras. Controlos sobre a compilação das próprias demonstrações financeiras, incluindo a preparação de listas de verificação de divulgação e de conformidade com os requisitos dos mesmos, assim como revisão e subscrição das demonstrações financeiras por parte da direção da área de finanças. As demonstrações financeiras também estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, assim como do Conselho de Fiscalização e respetivo Comité de Auditoria.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

– O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
– A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores, no seu conjunto, determinam a natureza e a extensão da evidência de que a gestão necessita para ser capaz de avaliar se o funcionamento do sistema ICOFR é ou não eficaz. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

– Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
– Relatórios externos de auditoria; e
– Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da direção no que diz respeito à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2017 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 34, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2017 na sua carteira de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhum direito podia ser exercido. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3 %. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10 % ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2022, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5 % do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2022, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10 % do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência às ações na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do § 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10 % do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10 % do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (*forward*). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5 % do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2022.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10 % dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no nosso sítio Web, através da hiperligação https://www.db.com/ir/en/reports.htm, bem como no capítulo "3 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade".

2 Demonstrações financeiras consolidadas

231 Demonstração consolidada dos resultados
232 Demonstração consolidada do rendimento integral
233 Balanço consolidado
234 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
236 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
238 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 238
2 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 259
3 – Aquisições e alienações – 264
4 – Segmentos de negócio e informação associada – 264
268 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
5 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 268
6 – Rendimentos de serviços e comissões – 269
7 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda – 270
8 – Outros resultados – 270
9 – Despesas gerais e administrativas – 270
10 – Reestruturação – 271
11 – Resultados por ação – 272
273 Notas ao balanço consolidado
12 – Ativos/passivos financeiros ao justo **valor** através de resultados – 273
13 – **Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor** – 274
14 – **Justo valor de instrumentos financeiros não** escriturados ao justo valor – 290
15 – **Ativos financeiros disponíveis para venda** – 292
16 – **Instrumentos financeiros detidos até à** maturidade – 292
17 – **Investimentos avaliados pelo** método de equivalência patrimonial – 292
18 – **Compensação entre ativos financeiros e passivos** financeiros – 293
19 – **Empréstimos** – 297
20 – **Provisão para perdas de** crédito – 298
21 – **Transferências de ativos financeiros** – 298
22 – Ativos penhorados e recebidos comogarantia – 300
23 – Ativos fixos tangíveis – 301
24 – Locações – 302
25 – Goodwill e outros ativos intangíveis – 303
26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 311
27 – Outros ativos e outros passivos – 315
28 – Depósitos – 315
29 – Provisões – 316
30 – Compromissos de crédito – 331
31 – Outros empréstimos a curto prazo – 333
32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 333
33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 334
335 Notas adicionais
34 – Ações ordinárias – 335
35 – Benefícios dos empregados – 336
36 – Impostos sobre o rendimento – 349
37 – Derivados – 352
38 – Operações com partes relacionadas – 354
39 – Informações sobre subsidiárias – 356
40 – **Entidades estruturadas** – 357
41 – **Ativos e passivos correntes e não** correntes – 362
42 – **Acontecimentos após o período de** relato – 364
43 – **Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas** de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB – 365
44 – **Relatórios por país** – 366
45 – **Participações** acionistas – 368
390 **Confirmações**

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2017	2016	2015
Juros e rendimentos similares	5	24 092	25 636	25 967
Gasto de juros	5	11 714	10 929	10 086
Rendimento de juros líquido	5	**12 378**	14 707	15 881
Provisão para perdas de crédito	20	525	1 383	956
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		**11 853**	13 324	14 925
Rendimentos de serviços e comissões	6	11 002	11 744	12 765
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	2 926	1 401	3 842
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	7	479	653	203
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	17	137	455	164
Outro resultado	8	(475)	1 053	669
Rendimento total excluindo juros		**14 070**	15 307	17 644
Remunerações e benefícios	35	12 253	11 874	13 293
Despesas gerais e administrativas	9	11 973	15 454	18 632
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros		0	374	256
Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis	25	21	1 256	5 776
Atividades de reestruturação	10	447	484	710
Despesas totais (excluindo juros)		**24 695**	29 442	38 667
Resultado antes do imposto sobre o rendimento		**1 228**	(810)	(6 097)
Despesa de imposto sobre o rendimento	36	1 963	546	675
Resultado líquido		**(735)**	(1 356)	(6 772)
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias		15	45	21
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		(751)	(1 402)	(6 794)

Resultados por ação

em milhões de euros	Notas	2017	2016	2015
Resultados por ação:[1,2]	11			
Básicos		(0,53 €)	(1,08 €)	(4,52 €)
Diluído		(0,53 €)	(1,08 €)	(4,52 €)
Número de ações em milhões:[1]				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		1 967,7	1 555,3	1 555,1
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas[3]		1 967,7	1 555,3	1 555,1

[1] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos antes de abril de 2017 por forma a refletir o efeito da componente de bónus da emissão de direitos de subscrição em abril de 2017 relativa ao aumento de capital.
[2] Os lucros foram ajustados em 298 e 276 e 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2017, abril de 2016 e abril de 2015.
[3] Devido à situação de perda líquida para 2017, 2016 e 2015, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos resultados por ação, pois isto diminuiria a perda líquida por ação. No entanto, numa situação de resultado líquido, o número de ações de média ponderada ajustada após a conversão assumida teria aumentado em 62 milhões de ações para 2017, 27 milhões de ações para 2016 e 27 milhões de ações para 2015.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2017	2016	2015
Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados	**(735)**	(1 356)	(6 772)
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	(69)	(861)	203
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	(23)	344	(213)
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	197	(2)	(242)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(523)	(571)	(163)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(34)	62	1
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(137)	(2)	20
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(162)	529	662
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	162	(1 191)	0
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(2 699)	203	2 156
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	20	(2)	4
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	(36)	11	48
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	146	117	19
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	**(3 157)**	(1 364)	2 493
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	**(3 892)**	(2 721)	(4 278)
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	(20)	52	45
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(3 872)	(2 773)	(4 323)

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Ativos:			
Caixa e saldos do banco central		225 655	181 364
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		9 265	11 606
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	21, 22	9 971	16 287
Títulos obtidos por empréstimo	21, 22	16 732	20 081
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		184 661	171 044
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		361 032	485 150
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		91 276	87 587
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 21, 22, 37	636 970	743 781
Ativos financeiros disponíveis para venda	15, 21, 22	49 397	56 228
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	17	866	1 027
Empréstimos	19, 20, 21, 22	401 699	408 909
Títulos detidos até à maturidade	16	3 170	3 206
Ativos fixos tangíveis	23	2 663	2 804
Goodwill e outros ativos intangíveis	25	8 839	8 982
Outros ativos	26, 27	101 491	126 045
Ativos por impostos correntes	36	1 215	1 559
Ativos por impostos diferidos	36	6 799	8 666
Total do ativo		**1 474 732**	1 590 546
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	28	580 812	550 204
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	21, 22	18 105	25 740
Títulos cedidos por empréstimo	21, 22	6 688	3 598
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 37		
Passivos detidos para negociação		71 462	57 029
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		342 726	463 858
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		63 874	60 492
Passivos por contratos de investimento		574	592
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados		478 636	581 971
Outros empréstimos a curto prazo	31	18 411	17 295
Outros passivos	26, 27	132 208	155 440
Provisões	20, 29	5 219	10 973
Passivos por impostos correntes	36	1 001	1 329
Passivos por impostos diferidos	36	346	486
Dívida a longo prazo	32	159 715	172 316
Títulos fiduciários preferenciais	32	5 491	6 373
Obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Total do passivo		**1 406 633**	1 525 727
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	34	5 291	3 531
Capital realizado adicional		39 918	33 765
Lucros não distribuídos		17 454	18 987
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	34	(9)	0
Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		520	3 550
Total do capital acionista		**63 174**	59 833
Componentes de capital adicionais		4 675	4 669
Participações minoritárias		250	316
Total do capital próprio		**68 099**	64 819
Total do passivo e do capital próprio		**1 474 732**	1 590 546

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	Resultados líquidos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos aplicáveis e outros[2]
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3 531	33 626	29 279	(8)	0	1 675
Total do rendimento integral, após impostos[1]	0	0	(6 794)	0	0	(291)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(1 034)	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(228)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(10)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(80)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	880	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(34)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(9 177)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	8 295	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(3)	0	0	0	0
Outros	0	63	(31)	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3 531	33 572	21 182	(10)	0	1 384
Total do rendimento integral, após impostos[1]	0	0	(1 402)	0	0	(472)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(276)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(517)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	64	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	239	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	2	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(129)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(5 264)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	5 035	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(7)	0	0	0	0
Outros	0	263	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3 531	33 765	18 987	0	0	912
Total do rendimento integral, após impostos[1]	0	0	(751)	0	0	(223)
Ações ordinárias emitidas	1 760	6 277	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(392)	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(298)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(91)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(51)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	424	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	3	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(104)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(7 912)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	7 479	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	6	0	0	0	0
Outros	0	22	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5 291	39 918	17 454	(9)	0	689

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[2] Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Resultados líquidos não realizados em derivados de cobertura de exposição à variabilidade dos fluxos, de caixa, após impostos [2]	Resultados líquidos não realizados em ativos classificados como detidos para venda, após impostos[2]	Conversão cambial, líquida de impostos[2]	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos[1]	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais[3]	Participações minoritárias	Total do capital próprio
79	0	151	18	1 923	**68 351**	4 619	253	**73 223**
18	662	2 044	48	2 481	(4 313)	0	45	(4 269)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(1 034)	0	(10)	(1 044)
0	0	0	0	0	(228)	0	0	(228)
0	0	0	0	0	(10)	0	0	(10)
0	0	0	0	0	(80)	0	0	(80)
0	0	0	0	0	880	0	0	880
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(34)	0	0	(34)
0	0	0	0	0	(9 177)	0	0	(9 177)
0	0	0	0	0	8 295	0	0	8 295
0	0	0	0	0	(3)	0	0	(3)
0	0	0	0	0	33	56[4]	(17)	72
97	662	2 196	66	4 404	**62 678**	4 675	270	**67 624**
46	(662)	223	11	(854)	(2 256)	0	52	(2 204)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	(11)	(11)
0	0	0	0	0	(276)	0	0	(276)
0	0	0	0	0	(517)	0	0	(517)
0	0	0	0	0	64	0	0	64
0	0	0	0	0	239	0	0	239
0	0	0	0	0	2	0	0	2
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(129)	0	0	(129)
0	0	0	0	0	(5 264)	0	0	(5 264)
0	0	0	0	0	5 035	0	0	5 035
0	0	0	0	0	(7)	0	0	(7)
0	0	0	0	0	263	(6)[4]	4	262
143	0	2 418	77	3 550	**59 833**	4 669	316	**64 819**
(125)	0	(2 646)	(36)	(3 030)	(3 781)	0	(20)	(3 800)
0	0	0	0	0	8 037	0	0	8 037
0	0	0	0	0	(392)	0	(11)	(403)
0	0	0	0	0	(298)	0	0	(298)
0	0	0	0	0	(91)	0	0	(91)
0	0	0	0	0	(51)	0	0	(51)
0	0	0	0	0	424	0	0	424
0	0	0	0	0	3	0	0	3
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(104)	0	0	(104)
0	0	0	0	0	(7 912)	0	0	(7 912)
0	0	0	0	0	7 479	0	0	7 479
0	0	0	0	0	6	0	0	6
0	0	0	0	0	22	6[4]	(36)	(9)
18	0	(227)	40	520	**63 174**	4 675	250	**68 099**

[3] Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.
[4] Inclui receitas líquidas da compra e venda de componentes de capital adicionais.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2017	2016	2015
Resultados líquidos	**(735)**	(1 356)	(6 772)
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultados líquidos com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	525	1 383	956
Atividades de reestruturação	447	484	710
Ganhos na venda de ativos financeiros disponíveis para venda, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(575)	(899)	(430)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	1 234	(312)	(987)
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	2 159	3 745	8 908
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(141)	(183)	(708)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	**2 914**	2 862	1 677
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	966	(2 814)	30 096
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	8 560	19 440	(10 108)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(6 721)	20 337	12 935
Empréstimos	2 759	18 190	(14 015)
Outros ativos	21 970	(7 847)	26 756
Depósitos	34 601	(15 237)	26 537
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento	5 461	8 686	6 101
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	(3 355)	16 362	(1 120)
Outros empréstimos a curto prazo	1 148	(10 632)	(16 149)
Outros passivos	(23 107)	(12 888)	(14 177)
Dívida sénior a longo prazo	(12 728)	12 328	13 536
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	1 596	30 341	13 788
Outros, líquido	5 512	(8 518)	(8 605)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	**39 576**	70 610	67 252
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	10 657	26 855	18 027
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	6 798	6 029	3 986
Maturidades de títulos detidos até à maturidade	0	0	0
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	80	50	165
Venda de ativos fixos tangíveis	113	206	272
Aquisição de:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	(13 472)	(21 639)	(29 665)
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(12)	(81)	(95)
Ativos fixos tangíveis	(485)	(725)	(432)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	82	2 023	555
Outros, líquido	(1 328)	(1 479)	(1 055)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	**2 433**	11 239	(8 242)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	881[2]	815	2 942
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(176)[2]	(1 102)	(2 043)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	266[3]	121	788
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(666)[3]	(840)	(5 114)
Ações ordinárias emitidas	8 037	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(7 912)	(5 264)	(9 177)
Venda de ações próprias (tesouraria)	7 471	4 983	8 316
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	0	0	0
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(205)	(207)	(407)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	217	202	442
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(335)	(333)	(269)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(11)	(11)	(10)
Variação líquida em participações minoritárias	(37)	(13)	(17)
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	(392)	0	(1 034)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	**7 138**	(1 649)	(5 583)

em milhões de euros	2017	2016	2015
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	**(5 772)**	(28)	94
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	43 376	80 172	53 521
Caixa e seus equivalentes no início do período	185 649	105 478	51 960
Caixa e seus equivalentes no fim do período	229 025	185 649	105 478
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	689	1 572	902
Juros pagos	11 784	10 808	10 608
Juros recebidos	21 095	22 579	21 749
Dividendos recebidos	3 006	3 256	4 428
Caixa e seus equivalentes englobam			
Caixa e saldos do banco central (não inclui: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais)	222 451	178105[1]	94 923
Saldos interbancários (sem bancos centrais) (não inclui: depósitos a prazo com bancos de 5896 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, 7079 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e 4304 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015)	6 574	7544[1]	10 555
Total	**229 025**	185649[1]	105 478

[1] Número do ano anterior reajustado.
[2] As alterações não monetárias para dívida subordinada a longo prazo são de (367) milhões de euros no total e impulsionadas por movimentos cambiais de (372) milhões de euros.
[3] As alterações não monetárias para títulos fiduciários preferenciais são de (481) milhões de euros no total e impulsionadas por movimentos cambiais de (444) milhões de euros e alterações de justo valor de (51) milhões de euros.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (o "Grupo"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). A aplicação das IFRS pelo Grupo não implica qualquer diferença entre as IFRS tal como elaboradas pelo IASB e as IFRS tal como adotadas pela UE.

Algumas das divulgações de IFRS incorporadas no relatório de gestão fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas divulgações incluem os resultados de operações dos segmentos e de toda a entidade sobre componentes de proveitos líquidos nos termos da IFRS 8, "Segmentos operacionais", fornecidos na análise operacional e financeira do relatório de gestão. Além disso, o Relatório de Riscos inclui divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" e divulgações de capital conforme requerido ao abrigo da IAS 1, "Apresentação de demonstrações financeiras". Estas divulgações auditadas são identificadas por parênteses nas margens do relatório de gestão. Além disso, no que diz respeito à tabela intitulada "Modelo transitório para capital regulamentar, RWA e rácios de capital" apresentada no Relatório de risco na secção "Desempenho de capital e risco: Capital e rácio de alavancagem Evolução do capital regulamentar", as colunas com a indicação "CRR/CRD IV" para 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (mas não as colunas com a indicação "CRR/CRD IV *fully loaded*") são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, não obstante não serem identificadas por parênteses nas margens. Estas divulgações são também auditadas.

Taxa de desconto para planos de benefícios de reforma definidos

Em 2017, o Grupo avançou para uma abordagem mais uniformizada e simples para definir a sua taxa de desconto usada para avaliar os seus planos de prestação definida na área do euro; abordagens semelhantes são geralmente aceites e já são utilizadas para os outros principais planos de pensões do Grupo no Reino Unido e nos Estados Unidos. O ajustamento não resultou em qualquer alteração na taxa de desconto e, portanto, não surtiu qualquer efeito na Demonstração consolidada do rendimento integral em 2017.

Ajustamento da metodologia de imparidade para empréstimos de transporte

No terceiro trimestre de 2017, o Grupo ajustou os parâmetros para empréstimos de transporte em avaliação quanto a imparidade num contexto de continuidade ou de negócio liquidado. Esta alteração nos parâmetros resultou num aumento no encargo de imparidade estimado de 70 milhões de euros. O Grupo também reviu a sua margem de avaliação geral aplicada a empréstimos de transporte com exposições de negócio liquidado, que também resultaram num aumento no encargo de imparidade estimado de 36 milhões de euros adicionais. Estas alterações nas estimativas estão refletidas na provisão para perdas de crédito.

Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As substanciais políticas contabilísticas do Grupo são descritas em "Principais políticas contabilísticas".

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

– a imparidade de associadas (ver “Associadas” abaixo)
– a imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros – ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”)
– a determinação do justo valor (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros - determinação do justo valor”)
– o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros - reconhecimento de lucros à data da operação”)
– a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”)
– a imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis (ver abaixo “*Goodwill* e outros ativos intangíveis”)
– o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver “Impostos sobre o rendimento” abaixo)
– a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver “Provisões” abaixo)

Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Salvo conforme anteriormente descrito, estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

– a finalidade e organização da entidade
– as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
– se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
– se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
– se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo e são desconsolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controlo, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo *goodwill* atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras normas IFRS.

Associadas

Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação.

Se o Grupo detinha inicialmente uma participação no capital de uma entidade (por exemplo, disponível para venda) e posteriormente adquiriu uma influência significativa, a participação de capital anteriormente detida é reavaliada ao justo valor e qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados à participação de capital anteriormente detida seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados à data de aquisição da influência significativa, como se o Grupo tivesse alienado a participação de capital anteriormente detida.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. O *goodwill* resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada). Como o *goodwill* não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é testado o investimento pelo método de equivalência patrimonial para imparidades em cada data do balanço.

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado. A quantia escriturada aumentada do investimento em entidades associadas atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não excederá a quantia escriturada que teria sido determinada se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade para o investimento em anos anteriores.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

Estimativas contabilísticas críticas: Visto que a avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera que esta é uma estimativa contabilística crítica.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados. As diferenças na conversão em itens não monetários disponíveis para venda (títulos de capital) são incluídas em outro rendimento integral e reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados em que o item não monetário é vendido como parte do ganho ou perda geral sobre a venda do item.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

As receitas são reconhecidas quando o valor de receitas e custos associados possa ser medido com fiabilidade, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação venham a ser realizados e quando a etapa de realização da transação possa ser avaliada de forma fidedigna. Este conceito é aplicado às principais atividades geradoras de receitas do Grupo como se segue.

Resultado líquido de juros – Os juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação do rendimento ou gasto dos juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados neste cálculo incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todas as comissões que são consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos.

No caso de uma perda por imparidade ser reconhecida num crédito, investimento detido até à maturidade ou ativo financeiro ou instrumentos de dívida, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o rendimento dos juros é reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada no desconto dos fluxos de caixa futuros para efeitos de medição da perda por imparidade. Num crédito e investimento detido até à maturidade, esta seria a taxa de juro efetiva original, mas uma nova taxa de juro efetiva seria estabelecida em cada imparidade de um instrumento de dívida disponível para venda porque a imparidade é avaliada ao justo valor e iria basear-se numa taxa de mercado atual.

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais que estão associados a ativos e passivos remunerados em rendimento de juros líquido quando existe garantia razoável de que receberá os subsídios e irá cumprir as condições subjacentes aos subsídios.

Rendimentos de serviços e comissões – O reconhecimento dos proveitos de serviços e comissões é determinado segundo o propósito das comissões e a base de contabilização de eventuais instrumentos financeiros associados. Se existir um instrumento financeiro associado, as comissões que são parte integrante da taxa de juro efetiva daquele instrumento financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva (*yield*). No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer comissões associadas são reconhecidas em resultados quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor. As comissões obtidas em serviços que sejam prestados durante um período de serviço específico são reconhecidas ao longo daquele período de serviço. As comissões obtidas na execução de um serviço específico ou de um evento significativo são reconhecidas à data de conclusão do serviço ou de ocorrência do evento.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

As comissões ou componentes de comissões relacionadas com performance são reconhecidas quando os critérios de *performance* são cumpridos.

Os seguintes rendimentos de comissão são predominantemente decorrentes de serviços fornecidos ao longo de um período de tempo: taxas de gestão de fundos de investimento, honorários fiduciários, honorários do agente de custódia, comissões de consultoria e de gestão de carteira e outra gestão, comissões relacionadas com crédito e rendimento de comissões. Os honorários predominantemente obtidos através da prestação de serviços de transação-tipo incluem as comissões de colocação, taxas de finanças corporativas e taxas de corretagem.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de comissões são apresentados líquidos em "Rendimentos de serviços e comissões".

Acordos que envolvem múltiplos serviços ou produtos – Se o Grupo for contratado para prestar múltiplos produtos, serviços ou direitos a uma contraparte, avalia-se se deve ser afetada uma comissão global aos diferentes componentes do acordo para efeitos de reconhecimentos de receitas. A avaliação tem em conta o valor dos elementos entregues ou serviços prestados de modo a assegurar que o envolvimento continuado do Grupo em outros aspetos do acordo não é essencial aos elementos entregues. Também se avalia o valor dos elementos ainda não entregues e, se existir o direito de devolução dos elementos entregues, a probabilidade da futura entrega dos restantes elementos ou serviços. Se for determinado que é conveniente considerar os acordos como componentes separados, os montantes recebidos são afetados com base no valor relativo de cada componente.

Se não existirem evidências objetivas e fidedignas do valor do elemento entregue ou se for necessário reconhecer um elemento individual ao justo valor, é utilizado o método residual. O método residual calcula o montante a ser reconhecido para o componente entregue como sendo o valor remanescente depois da afetação do valor apropriado de receitas a todos os outros componentes.

Ativos e passivos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos, detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda (*financial assets available for sale* – AFS) e outros passivos financeiros. A classificação adequada dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento do reconhecimento inicial ou quando reclassificados no "Balanço consolidado".

Os ativos financeiros e passivos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação se existir um período convencional para o instrumento. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo ou emissão ou recomprar o passivo financeiro. Os instrumentos financeiros medidos a custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classifica certos ativos financeiros e passivos financeiros como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados. São contabilizados ao justo valor e apresentados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, respetivamente. Os resultados realizados e não realizados relacionados são incluídos na rubrica de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares no caso de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Ativos e passivos detidos para negociação – Os instrumentos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação, matérias-primas e créditos para negociação. Os passivos detidos para negociação consistem principalmente em passivos derivados e posições curtas.

Instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos ativos e passivos financeiros que não correspondem à definição de ativos e passivos detidos para negociação são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para ser designado ao justo valor através de resultados, os ativos e passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os ativos e passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra e acordos de recompra inversos, certos créditos e compromissos de crédito, títulos de dívida e de capital e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”) – Todos os contratos de investimento do Grupo são ligados a fundos de investimento e não contêm características significativas de risco de seguro ou participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na Demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Compromissos de crédito

Determinados compromissos de crédito são classificados como derivados detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados sob a opção do justo valor. Todos os restantes compromissos de crédito continuam a ser extrapatrimoniais. Por conseguinte, o Grupo não reconhece nem valoriza alterações no justo valor destes compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos *spreads* de crédito. No entanto, como se especifica em “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

Empréstimos

Os créditos incluem ativos financeiros não derivados originados e comprados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão admitidos à cotação num mercado ativo e que não são classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, detidos até à maturidade ou como ativos financeiros disponíveis para venda. Um mercado ativo existe quando as cotações estão pronto e regularmente disponíveis a partir de um câmbio, agente, corretor, grupo da indústria, serviço de preços ou agência reguladora e essas cotações representam transações de mercador reais que ocorrem regularmente ocorrem com base nos valores normais de mercado.

Os créditos não adquiridos numa concentração de atividades empresariais ou numa compra de ativos são reconhecidos inicialmente ao preço da transação que representa o justo valor, que é o valor em numerário adiantado ao devedor. Adicionalmen-

te, os valores líquidos de comissões e custos de transação diretos e incrementais são incluídos no valor escriturado inicial dos créditos. Estes créditos são subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzida a imparidade.

Os créditos que foram adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais ou de uma compra de ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data da aquisição. Deste grupo fazem parte os créditos relativamente aos quais tenha sido identificada pelo adquirente uma perda por imparidade antes do seu reconhecimento inicial pelo Grupo. O justo valor à data de aquisição integra os fluxos de caixa esperados que têm em conta a qualidade creditícia destes créditos, incluindo perdas incorridas, e torna-se a nova base do custo amortizado. Os juros e rendimentos similares são reconhecidos com recurso ao método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avalia se há provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais”. Se os empréstimos são determinados como estando em imparidade, então uma provisão para perdas com empréstimos é reconhecido com um encargo correspondente à rubrica Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados. Os desembolsos deste tipo de provisões para perdas com empréstimos identificadas após o seu reconhecimento inicial estão contemplados na rubrica Provisão para perdas de crédito. Quaisquer melhorias subsequentes da qualidade creditícia destes créditos em que não se tenha registado qualquer montante para perdas são reconhecidas imediatamente através de um ajustamento do valor escriturado corrente, sendo o correspondente ganho reconhecido em juros e rendimentos similares.

Instrumentos financeiros detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e uma maturidade fixa que o Grupo tem a intenção positiva e capacidade de deter até à maturidade e que não são classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, créditos ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados inicialmente ao justo valor, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis e são subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avalia se há provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”. Se um investimento detido até à maturidade for considerado em imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração consolidada dos resultados.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Os ativos financeiros que são classificados como disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica “Rendimento de juros líquido”. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são escriturados ao justo valor, sendo as alterações de justo valor reportadas em outro rendimento integral, a menos que o ativo seja objeto de uma cobertura de justo valor e, nesse caso, as alterações de justo valor resultantes do risco coberto são registadas em outros rendimentos. Para ativos financeiros monetários classificados como disponíveis para venda (instrumentos de dívida), as alterações nos valores escriturados relativas a alterações nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, enquanto outras alterações nos valores escriturados são reconhecidas em outro rendimento integral, como referido acima. Para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda que são itens não monetários (instrumentos de capital), os ganhos ou perdas de justo valor que são reconhecidos em outro rendimento integral, que também inclui eventuais componentes cambiais relacionados.

Os investimentos em ações classificados como disponíveis para venda são avaliados quanto à imparidade se evidências objetivas demonstrarem um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. No caso de títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos.

Se existirem evidências de imparidade, os montantes anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados do período, reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. Esta perda por imparidade para o período corresponde à diferença entre o custo de aquisição (líquido de reembolsos e amortização de capital) e o justo valor corrente do ativo, deduzido de qualquer perda por imparidade naquele investimento anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em relação a um título de dívida disponível para venda em imparidade, as eventuais diminuições subsequentes do justo valor são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, porque são consideradas como mais imparidades. Quaisquer aumentos subsequentes também são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados até que o ativo não seja mais considerado como estando em imparidade. Quando o justo valor do título de dívida disponível para venda recupera para, pelo menos, o custo amortizado este já não se considera como estando em imparidade e as subsequentes alterações no justo valor são reportadas em outro rendimento integral.

A reversão de perdas por imparidade em investimentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas através da demonstração consolidada dos resultados; os aumentos do seu justo valor após imparidade são reconhecidos em outro rendimento integral.

Os ganhos e perdas realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros. Os resultados não realizados registados em outro rendimento integral são transferidos para a demonstração consolidada dos resultados na alienação de um ativo disponível para venda e reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda.

Estimativas Contabilísticas Críticas – Visto que a avaliação de provas objetivas de imparidade requer substanciais pareceres de gestão e a estimativa de imparidade poderia mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera a imparidade dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda enquanto estimativa contabilística crítica. Para informações adicionais, consulte a Nota 7, “Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda”.

Passivos financeiros

Com exceção dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros são valorizados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida.

Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo pode reclassificar determinados ativos financeiros das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ativos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda, para a categoria de créditos ou detidos até à maturidade. Para os ativos serem reclassificados tem de existir uma alteração clara da intenção da administração para com os ativos desde o reconhecimento inicial, e o ativo financeiro tem de se enquadrar na definição de crédito ou investimento detido até à maturidade à data da reclassificação. Além disso, tem que haver uma intenção e a capacidade para deter o ativo num futuro previsível, à data da reclassificação. Para investimentos detidos até à maturidade tem de existir uma intenção positiva e capacidade de deter o ativo até à maturidade.

Os ativos financeiros são reclassificados ao seu justo valor à data de reclassificação. Qualquer ganho ou perda já reconhecido na demonstração consolidada dos resultados não é revertido. O justo valor do instrumento à data de reclassificação passa a ser o novo custo amortizado do instrumento. Os fluxos de caixa esperados nos instrumentos financeiros são estimados à data de reclassificação e estas estimativas são utilizadas para calcular uma nova taxa de juro efetiva para os instrumentos. Se ocorrer um aumento subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados em ativos reclassificados em resultado de um aumento da recuperabilidade, o efeito desse aumento é reconhecido como um ajustamento à taxa de juro efetiva desde a data da alteração da estimativa, e não como um ajustamento ao valor escriturado do ativo à data da alteração da estimativa. Se ocorrer uma diminuição subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados, o ativo será objeto de um teste de imparidade como se descreve na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”. Qualquer alterações do momento dos fluxos de caixa de ativos reclassificados que não são considerados como imparidade são registadas como ajustamento ao valor escriturado do ativo.

Para instrumentos reclassificados de disponíveis para venda em créditos ou detidos até à maturidade, os eventuais ganhos ou perdas não realizados reconhecidos noutro rendimento integral são subsequentemente amortizados em juros e rendimentos similares utilizando a taxa de juro efetiva do instrumento. Se o instrumento for subsequentemente objeto de imparidade, qualquer perda não realizada detida noutro rendimento integral acumulado para aquele instrumento àquela data é imediatamente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Na medida em que os ativos classificados como créditos sejam reembolsados, reestruturados ou mesmo vendidos e o montante recebido seja inferior ao valor escriturado àquela data, será reconhecida uma perda na demonstração consolidada dos resultados como componente da provisão para perdas de crédito, se o crédito se encontrar em imparidade, ou em outros rendimentos, se o crédito não se encontrar em imparidade.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados, que são liberados por agências de compensação central, tais como a Câmara de Compensação de Londres. O Grupo compensa igualmente os acordos de recompra e recompra inversos para os quais tem o direito de compensar e pretende liquidar numa base líquida ou realizar um ativo, bem como liquidar um passivo simultaneamente. Para mais informações, consulte a Nota 18, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes. O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

– O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
– os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
– os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Nos termos das IFRS, os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 14, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer lucro à data da operação diferido remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se tornar observável ou o Grupo realizar transações de compensação que eliminem significativamente o risco do instrumento. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

Estimativas contabilísticas críticas – A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados ao justo valor no balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, a componente derivada é designada por derivado embutido, enquanto a componente não derivada representa o contrato de acolhimento (*host contract*). Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento, e o próprio contrato híbrido não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do balanço consolidado do contrato de acolhimento. Alguns contratos híbridos são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contabilidade de cobertura

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros resultados. Na cobertura do risco cambial de títulos disponíveis para venda, os ajustamentos de justo valor relacionados com as exposições cambiais do título são igualmente registados em outros resultados. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros resultados e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio *spot* é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

O Grupo começa por avaliar, numa base individual, se existem evidências objetivas de imparidade em cada crédito que seja individualmente significativo. Em seguida, avalia coletivamente os créditos que não são individualmente significativos e os créditos que são significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade durante a avaliação individual.

Para que a direção possa determinar se um evento de perda ocorreu numa base individual, todas as relações significativas com contrapartes são revistas periodicamente. Esta avaliação tem em conta informações atuais e eventos relacionados com a contraparte como, por exemplo, dificuldades financeiras significativas ou violação contratual da contraparte, incumprimento ou falta de pagamento de capital ou juros.

Se existirem evidências de imparidade conducentes a uma perda por imparidade numa relação individual de contraparte, o montante da perda corresponde à diferença entre o valor escriturado do(s) crédito(s), incluindo juros acumulados, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito ou à taxa de juro efetiva estabelecida na reclassificação dos créditos, incluindo fluxos de caixa que possam resultar de execução hipotecária do colateral deduzidos de custos com a sua recuperação e venda. A quantia escriturada dos créditos é reduzida através da utilização de uma conta de dedução e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

A avaliação coletiva de imparidade serve para estabelecer um montante de dedução relativo a créditos que sejam individualmente significativos mas para os quais não existem evidências objetivas de imparidade, ou que não sejam individualmente significativos mas para os quais existe, a nível de toda a carteira, um montante de perda com probabilidades de ter ocorrido e que pode ser razoavelmente estimado. O montante da perda tem três componentes. A primeira componente é o montante dos riscos de transferência e conversão cambial em exposições de crédito em países onde existem grandes dúvidas sobre a capacidade das contrapartes cumprirem os termos de reembolso devido à situação económica ou política vigente no respetivo país de domicílio. Este montante é calculado utilizando as notações de risco de país e de risco de transferência, definidas e regularmente revistas para cada país onde o Grupo exerce atividade. A segunda componente é um montante de dedução representativo das perdas incorridas na carteira de créditos homogéneos de menor valor, que são créditos a pessoas singulares ou pequenas empresas do segmento de clientes particulares e de retalho. Os créditos são agrupados por características de risco de crédito semelhantes e a dedução para cada grupo é determinada através de modelos estatísticos baseados na experiência passada. A terceira componente representa uma estimativa de perdas incorridas inerentes do grupo de créditos que ainda não foram inicialmente identificados ou avaliados, fazendo parte dos créditos homogéneos de menor valor. Os empréstimos que foram considerados não estar em imparidade quando avaliados numa base individual são incluídos no âmbito desta componente da dedução.

Assim que um empréstimo é identificado como estando em imparidade, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o acréscimo do valor presente líquido do montante abatido do empréstimo devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como rendimento de juros com base na taxa de juro efetiva original do empréstimo.

À data de cada balanço, todos os empréstimos em imparidade são revistos tendo em conta alterações ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito. Qualquer alteração à perda por imparidade anteriormente reconhecida é reconhecida como uma alteração à conta de dedução e registada na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Quando se considera que não existem perspetivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já foi realizada ou transferida para o Grupo, o crédito e qualquer provisão associada são abatidos (o crédito e a provisão relacionada são retirados do balanço). Os créditos individualmente significativos para os quais existam provisões de perdas de crédito específicas são avaliados, caso a caso, pelo menos trimestralmente. Nesta categoria de créditos, o número de dias de mora é um facto indicativo, mas não determinante, para o reconhecimento de perdas. O reconhecimento de perdas só terá lugar após consideração de todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na posição financeira do devedor que o impeça de cumprir as suas obrigações de pagamento, ou as receitas de uma garantia deixarem de ser suficientes para satisfazer por completo o atual valor escriturado do crédito.

No caso de créditos avaliados coletivamente, que são maioritariamente créditos hipotecários e de consumo, o momento do reconhecimento de perdas depende da existência de uma garantia subjacente e da estimativa do montante recuperável feita pelo Grupo, bem como das exigências legais na jurisdição onde tem origem o empréstimo.

As recuperações subsequentes, se existirem, são creditadas na conta de dedução e são registadas na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

O processo para determinar a provisão para posições extrapatrimoniais é semelhante à metodologia utilizada nos créditos. Os eventuais montantes de perda são reconhecidos como uma provisão no balanço consolidado em provisões e imputados na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Se, num período posterior, o montante de uma perda por imparidade anteriormente reconhecida diminuir e a diminuição decorrer de um evento subsequente ao reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade é revertida reduzindo a conta de dedução em conformidade. Essa reversão é reconhecida em resultados.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados nos testes de imparidade individuais e coletivos podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidade nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente em circunstâncias de incerteza económica e financeira, como as vividas na recente crise financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, consequentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos que são considerados individualmente significativos a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação da dedução para carteiras de empréstimos de empréstimos homogéneos de menor saldo e para aqueles empréstimos que são individualmente significativos mas para os quais não existe nenhuma evidência objetiva de imparidade é calculada utilizando modelos estatísticos. Esses modelos estatísticos incorporam numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica dos modelos e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 19, “Créditos” e na Nota 20, “Provisão para perdas de crédito”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um *swap* de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica “Ativos e passivos financeiros”. Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção “Derivados e contabilidade de cobertura”. As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento

continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, *strips* só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por "interesses retidos"). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e *spreads*. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os lucros ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Acordos de recompra e de recompra inversos

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 22, "Ativos penhorados e recebidos como garantia".

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas carteiras de acordos de recompra e acordos de recompra inversos que são geridas com base no justo valor.

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Gasto de juros".

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

O montante em dinheiro adiantado ou recebido é registado, respetivamente, nas rubricas "Títulos obtidos por empréstimo" e "Títulos cedidos por empréstimo" do balanço consolidado.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os

eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em “Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados”. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos emprestados a contrapartes que não são desreconhecidos do Balanço Consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 22, “Ativos penhorados e recebidos como garantia”.

Goodwill e outros ativos intangíveis

O *goodwill*, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do *goodwill*, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliado ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o *goodwill* é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o *goodwill* for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o *goodwill* atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Determinados investimentos não integrados não são atribuídos a uma unidade geradora de caixa. O teste de imparidade é realizado separadamente para cada um destes ativos.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indiciarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com *software* desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de *software* de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do *software* estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de software capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o software estar em uso.

Estimativas contabilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou

outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 25, "*Goodwill* e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como "Juros e encargos similares".

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Estimativas contabilísticas críticas – A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" ou a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento", respetivamente. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 29, "Provisões" contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se inverterão no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de investimentos detidos para venda, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na Demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na Demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

Estimativas contabilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rendibilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rendibilidade.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A Nota 36, “Impostos sobre o rendimento” contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (*goodwill* negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (*step acquisitions*), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiá-

rias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (*additional paid-in capital* – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de venda e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como *software* (só sistemas operativos). As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 18 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

As propriedades locadas por locação financeira são capitalizadas como ativos em ativos fixos tangíveis e depreciadas ao longo do período da locação.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de instalações, na qualidade de locatário. Os termos e condições destes contratos são avaliados e as operações de locação são classificadas como locações operacionais ou locações financeiras em função da sua substância económica no início da locação.

Os ativos detidos em locações financeiras são inicialmente reconhecidos no balanço consolidado por um valor igual ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O correspondente passivo para o locador é incluído no balanço consolidado como uma obrigação de locação financeira. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos de locação é a taxa de juro implícita na locação, se a sua determinação for viável, ou a taxa de empréstimo incremental. As rendas contingentes são reconhecidas como custos nos períodos em que ocorrem.

As rendas a pagar em locações operacionais são reconhecidas como custos numa base linear ao longo do período da locação, que tem início quando o locatário passa a controlar a utilização física da propriedade. Os incentivos à locação são tratados como uma redução do custo das rendas e são igualmente reconhecidos ao longo do período da locação numa base linear. As rendas contingentes decorrentes de locações operacionais são reconhecidas como custos no período em que ocorrem.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 35, “Benefícios dos empregados” contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (*yields*) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Obrigações de compra de ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como “Juros e encargos similares”. Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio (“abordagem de gestão”). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelas linhas de negócio Corporate & Investment Bank e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rendibilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

02 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas

Novas diretrizes contabilísticas

As seguintes diretrizes contabilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

Pagamentos baseado em ações da IFRS 2

Em junho de 2016, o IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade) emitiu alterações de âmbito limitado à IFRS 2, “Pagamento baseado em ações”, que clarificam a contabilidade para determinados tipos de transações relativas ao pagamento baseado em ações. As alterações que foram desenvolvidas pelo Comité de Interpretação das IFRS clarificam a contabilidade para as transações relativas ao pagamento baseado em ações, liquidado em numerário, que incluem uma condição de desempenho, a classificação de transações relativas ao pagamento baseado em ações com liquidação líquida e a contabilidade para modificações de transações relativas ao pagamento baseado em ações de liquidação em numerário para liquidação em capital próprio. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações foram aprovadas pela UE.

IFRS 9, Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu a versão final das IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, que substitui a IAS 39, “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição”. A IFRS 9 introduz novos requisitos sobre o modo como uma entidade deve classificar e mensurar ativos financeiros, requer alterações para o relato de "crédito próprio" no que diz respeito aos passivos de dívida emitidos que são designados ao justo valor, substitui as regras atuais para a imparidade de ativos financeiros e altera os requisitos de contabilidade de cobertura. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 9 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. A norma foi aprovada pela UE, exceto a Alteração à IFRS 9 "Características de pré-pagamento com remuneração negativa" conforme abordado abaixo.

O Grupo estima que a adoção da IFRS 9 resulte numa redução global no total do capital acionista do Grupo de 0,9 mil milhões de euros antes de impostos. 0,7 mil milhões de euros deste impacto é impulsionado pelos novos requisitos de imparidade da IFRS 9. Estas provisões para perdas de crédito superiores e os efeitos de mensuração e classificação são parcialmente compensados por um impacto fiscal de 0,2 mil milhões de euros que resulta num impacto após impostos no total de capital próprio dos acionistas do Grupo de 0,7 mil milhões de euros. Isto traduz-se numa redução no rácio de capital CET 1 do Grupo de 8 pontos base.

Esta estimativa pode mudar devido à conclusão das atividades indicadas nas secções do programa de implementação abaixo e após o Grupo elaborar as suas demonstrações financeiras auditadas de 2018.

Programa de implementação

O Grupo executou um programa para a IFRS 9 gerido centralmente, promovido pelo diretor financeiro do Grupo, que incluiu funções de negócio e especialistas na matéria da metodologia, origem de dados e modelos, relato e processamento informático. A implementação da IFRS 9 pelo Grupo abrangeu a execução de uma avaliação da população de instrumentos financeiros afetados pelos requisitos de classificação e medição da IFRS 9 e o desenvolvimento de uma metodologia de imparidade para apoiar o cálculo da provisão de perdas de crédito esperadas. O Grupo iniciou em 2015 o desenvolvimento de uma abordagem para analisar modelos de negócio e metodologia para testar os critérios de Apenas pagamentos relativos a capital e a juros da IFRS 9. Simultaneamente, o Grupo também desenvolveu a sua abordagem quanto à avaliação do aumento significativo no risco de crédito, introduzindo informações relativas ao futuro, incluindo os fatores macroeconómicos (implementados em 2017), à preparação dos sistemas informáticos necessários e arquitetura de processos, bem como ao desenvolvimento de um quadro de controlo e governação relacionado com a IFRS 9. O Grupo efetuou uma última execução paralela com base nos dados a 31 de dezembro de 2017.

O governo geral do programa de implementação foi feito através do Comité de Orientação da IFRS 9 do Grupo e inclui representação dos departamentos financeiro, de gestão do risco e informático. As orientações e o enquadramento da IFRS 9 no Grupo foram feitos em todos os negócios e funcionam como parte do processo de controlo e do programa de implementação

do Grupo. O Grupo aperfeiçoou o seu ambiente de governação para assegurar um enquadramento atualizado para classificação e mensuração, e imparidade através da implementação de validações apropriadas e controlos sobre novos processos-chave e áreas de juízo significativas. Os controlos de negócio e de processo específicos nos termos deste enquadramento atualizado estão a ser incorporados e finalizados. A governação no que diz respeito ao processo de cálculo das perdas de crédito esperadas é partilhada entre os departamentos de risco e financeiro.

Classificação e medição de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9 requer que o modelo de negócio de uma entidade e os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro determinem a respetiva classificação e medição nas demonstrações financeiras. Aquando do reconhecimento inicial, cada um dos ativos financeiros será classificado como justo valor através de resultados (fair value through profit or loss, "FVTPL"), custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral (fair value through Other Comprehensive Income, "FVOCI"). Uma vez que os requisitos nos termos da IFRS 9 são diferentes das avaliações nos termos das regras IAS 39 existentes, haverá algumas diferenças entre a classificação e mensuração de ativos financeiros nos termos das IAS 39, nomeadamente se será elegida a opção de justo valor em determinados ativos. A classificação e medição de passivos financeiros permanecem amplamente inalteradas nos termos da IFRS 9 quanto a requisitos atuais.

Em 2015, o Grupo fez uma determinação inicial de modelos de negócios e avaliou as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros nesses modelos de negócio para determinar as potenciais alterações de classificação e medição como resultado da IFRS 9. Como resultado da análise inicial levada a cabo, em 2016 o Grupo identificou uma população de ativos financeiros que virão a ser medidos ou a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral, que estará sujeito às regras de imparidade da IFRS 9. Em 2017, o Grupo atualizou as suas avaliações de modelo de negócio e concluiu decisões de classificação em curso. No reconhecimento inicial de um investimento em ações não detido para negociação, o Grupo pode, numa base investimento por investimento, decidir irrevogavelmente apresentar alterações de justo valor subsequentes em Outro rendimento integral. O Grupo não tomou decisões deste tipo.

Sempre que os passivos de dívida emitidos são designados ao justo valor, os movimentos de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio de uma entidade serão reconhecidos no outro rendimento integral, em vez de serem reconhecidos na Demonstração dos resultados. A norma também permite ao Grupo a opção de eleger a aplicação antecipada da apresentação de movimentos de justo valor do risco de crédito de uma entidade em Outro rendimento integral antes de adotarem totalmente a IFRS 9. O Grupo não adotou antecipadamente este requisito.

Imparidade de ativos financeiros

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se aos instrumentos de dívida que são medidos a custo amortizado ou a FVOCI e compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente “ativos financeiros”).

A determinação das perdas e dedução por imparidade passa de um modelo de perdas de crédito incorridas em que as perdas de crédito são reconhecidas quando um evento de perda definida ocorrer nos termos da IAS 39 para um modelo de perda esperada nos termos da IFRS 9, em que as provisões são retiradas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro (ou na data em que o Grupo se torna parte do compromisso de crédito ou garantia financeira), com base em expetativas de perdas de crédito potenciais àquela data nos termos da IFRS 9. Nos termos das IAS 39, o Grupo começa por avaliar, numa base individual, se existem evidências objetivas de imparidade em cada crédito que seja individualmente significativo. Em seguida, avalia coletivamente os créditos que não são individualmente significativos e os créditos que são significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade disponíveis durante a avaliação individual.

Nos termos da IFRS 9 para ativos financeiros originados ou comprados, o Grupo reconhece uma provisão para perda num montante igual a 12 meses de perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito à data de reporte não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial (Fase 1). Este montante representa as perdas de crédito esperadas resultantes dos eventos de incumprimento possíveis nos próximos 12 meses.

A IFRS 9 exige o reconhecimento das perdas de crédito na duração restante dos ativos financeiros ("perdas esperadas na duração") que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito (Fase 2) e dos ativos financeiros com imparidade de crédito à data de reporte (Fase 3). Como principal definição de ativos financeiros com imparidade de crédito transferidos para a Fase 3, o Grupo aplica a definição de incumprimento estabelecida no artigo 178.º do CRR. Têm de ser tidas em consideração as informações relativas ao futuro, incluindo fatores macroeconómicos para medir as perdas de crédito esperadas nos termos da IFRS 9.

As perdas de crédito esperadas na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um instrumento financeiro. O Grupo mede as perdas de crédito esperadas tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual está exposto a risco de crédito, mesmo se, para fins de gestão do risco, o Grupo considerar um período mais longo. A determinação do período contratual máximo tem em consideração a data na qual o Grupo tem o direito de solicitar o reembolso de um adiantamento ou terminar um compromisso de crédito ou garantia.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, e nestes casos a capacidade contratual do Grupo para exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição de perda de crédito do Grupo ao prazo contratual do instrumento. Estes instrumentos não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e são geridos numa base coletiva. Embora o Grupo tenha a capacidade de cancelar estes instrumentos com efeito imediato, este direito contratual não é aplicado no processo de gestão do risco quotidiano normal, mas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito do instrumento. Consequentemente, para esses instrumentos, o Grupo mede as perdas de crédito esperadas durante um período mais longo do que o prazo contratual máximo. Este período mais longo é estimado tendo em consideração as ações de gestão do risco de crédito que o Grupo espera tomar para mitigar as perdas de crédito. Estas ações de gestão do risco de crédito incluem a redução dos limites e o cancelamento do instrumento.

O Grupo utiliza três componentes principais para medir as perdas de crédito esperadas, que são a probabilidade de incumprimento ("PD"), a perda em caso de incumprimento ("LGD") e a exposição a incumprimento ("EAD"). Por conseguinte, o Grupo alavancou os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos do método IRB de Basileia e das práticas de gestão do risco internas tanto quanto possível ao nível da transação. Para fins da IFRS 9, a provisão para perdas de crédito é afetada por uma variedade de características-chave, tais como, entre outras, o saldo esperado em incumprimento e o perfil de amortização relacionado, assim como a duração esperada do ativo financeiro. Como consequência, a provisão para perdas de crédito para os ativos financeiros da Fase 2 aumenta com a duração esperada ou a EAD esperada. Incorporar previsões de condições económicas futuras na medição das perdas de crédito esperadas também causa um impacto na provisão para perdas de crédito em cada uma das fases. Para calcular as perdas de crédito esperadas na duração, o cálculo do Grupo inclui a obtenção de probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas. Um ou mais ativadores que tiveram um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados têm de ser identificados para determinar se um ativo financeiro tem imparidade de crédito e, por isso, tem de ser classificado como Fase 3.

Nos termos da IFRS 9, ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconómicos), analisadas mais adiante.

O Grupo estabeleceu um enquadramento que incorpora processos quantitativos e qualitativos para determinar se o risco de crédito num determinado instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O enquadramento do Grupo está em consonância com o processo de gestão do risco de crédito interno. O processo quantitativo do Grupo compara a PD do período esperada à data de relato, com expetativas iniciais à data de reconhecimento inicial. Se para o período restante, a PD de uma transação, considerando as expetativas atuais, exceder a PD da notação limiar baseada nas expetativas iniciais, a transação é considerada significativamente deteriorada. A notação limiar, que é determinada numa base de carteira e validada anualmente, corresponde a um percentil da distribuição de notação futura derivada da notação inicial da transação e da informação relativa ao futuro disponível aquando da criação. Os processos qualitativos do Grupo alavancam os indicadores de gestão do risco existentes (por exemplo, listas de vigilância, gestão pelo departamento de reestruturação e ativadores de carência), que permitem ao Grupo identificar se o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Para além disso, os ativos financeiros são transferidos para a Fase 2 em caso de vencimento igual ou superior a 30 dias.

Nos termos da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, um ganho ou perda é reconhecido na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados na Taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

– PD do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
– PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

Normalmente, a carência é um indicador qualitativo de incumprimento e imparidade de crédito e as expetativas de carência são relevantes para avaliar se existe um aumento significativo no risco de crédito. Após a carência, um cliente tem de demonstrar consistentemente bom comportamento de pagamento durante um período de tempo para que a exposição deixe de ser considerada de Fase 3, ou se considere que a PD diminuiu de tal forma que a exposição é revertida para ser mensurada como Fase 1.

A IFRS 9 não distingue entre ativos financeiros individualmente significativos e não individualmente significativos. Por conseguinte, o Grupo decidiu medir a provisão para perdas de crédito numa base de transação individual. De forma idêntica, a avaliação da transferência de ativos financeiros entre as Fases 1, 2 e 3 também é feita numa base de transação individual. Para informações detalhadas relativas à abordagem atual sobre imparidades nos termos da IAS 39, consulte a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”. Como resultado da IFRS 9, existe um aumento na subjetividade já que a provisão para perdas de crédito é baseada em informações razoáveis e suportáveis relativas ao futuro que têm em consideração os cenários macroeconómicos futuros, tais como fornecidos pelo Deutsche Bank Research. Estes cenários macroeconómicos são monitorizados continuamente e para além de serem usados para o cálculo das perdas de crédito esperadas do Grupo, esta informação forma igualmente a base para a execução do planeamento de capital e testes de esforços do Grupo. Esta informação fornecida pelo Deutsche Bank Research é usada para gerar possíveis cenários futuros ao utilizar a infraestrutura de testes de esforço do Grupo com alterações adequadas para se alinhar com os requisitos da IFRS 9. O Grupo identificou determinadas sinergias com os processos de previsão de capital e de testes de esforço e continua a considerar oportunidades que possam existir. O impacto de transição e os efeitos resultantes da aplicação contínua da IFRS 9 refletem-se no planeamento de capital do Grupo para 2018 e em diante. A utilização geral de informação relativa ao futuro, incluindo fatores macroeconómicos, bem como ajustamentos tendo em conta fatores extraordinários, é monitorizada pelo Fórum de provisão para perdas de crédito de risco e financeiro do Grupo.

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver provas objetivas de imparidade no momento do reconhecimento inicial, ou seja, classificado como em incumprimento pela gestão do risco de crédito. Esses ativos financeiros em incumprimento denominam-se ativos financeiros adquiridos ou em imparidade de crédito (POCI) e são inicialmente reconhecidos ao respetivo justo valor (normalmente o preço de compra que incorpora expetativas de perdas de crédito esperadas durante o período) e, portanto, nenhuma provisão de perda de crédito separada é reconhecida no reconhecimento inicial. Subsequentemente, os ativos financeiros POCI são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas no período e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas para o período, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCI só podem ser classificados na Fase 3.

Para ativos financeiros na Fase 1 e Fase 2, o Grupo calcula o rendimento de juros aplicando a EIR à quantia escriturada bruta (ou seja, sem dedução para perdas de crédito esperadas). O rendimento de juros para ativos financeiros na Fase 3 é calculado aplicando a EIR ao custo amortizado (ou seja, a quantia escriturada bruta menos a provisão para perda). Para ativos financeiros classificados apenas como POCI, o rendimento de juros é calculado aplicando uma EIR ajustada ao crédito (baseada numa expetativa inicial de perdas de crédito adicionais) ao custo amortizado destes ativos POCI. Como resultado das alterações à IAS 1 no seguimento da IFRS 9, o Grupo irá apresentar separadamente na demonstração de resultados os proveitos de juros calculados utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A IFRS 9 resulta num aumento do nível global de provisões para perdas de crédito, tal como indicado acima. Este aumento estimado é motivado pelo requisito de registar uma provisão igual a 12 meses de perdas de crédito esperadas cujo risco de crédito não aumentou significativamente desde o conhecimento inicial tal como uma população maior de ativos financeiros aos quais têm de ser aplicadas as perdas esperadas na duração.

Contabilidade de cobertura

Na IFRS 9 também estão integradas novas regras de contabilidade de cobertura que têm por objetivo alinhar a contabilidade de cobertura com práticas de gestão do risco. De um modo geral, foram retiradas algumas restrições ao abrigo das regras atuais e foi disponibilizada uma grande variedade de instrumentos de cobertura e elementos cobertos para a contabilidade de cobertura. A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e, portanto, não irá adotar a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018, a data de entrada em vigor da IFRS 9. No entanto, o Grupo irá implementar as divulgações de contabilidade de cobertura revistas que são exigidas pelas alterações relacionadas com a IFRS 9 à IFRS 7 “Instrumentos financeiros: Divulgações”.

Alterações à IFRS 9 “Características de pré-pagamento com remuneração negativa”

Em outubro de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu uma alteração à IFRS 9 “Instrumentos financeiros”, que permite às entidades medir ativos financeiros pré-pagáveis com a denominada remuneração negativa (também conhecida por cláusulas de denúncia bilaterais) a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral se o montante de pré-pagamento representar substancialmente capital e juros não pagos e remuneração razoável. A remuneração razoável pode ser positiva ou negativa. Antes desta alteração os ativos financeiros com esta característica de remuneração negativa não teriam passado no teste de apenas pagamentos de capital e juros e teriam sido obrigatoriamente medidos ao justo valor através de resultados. A alteração será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo espera adotar antecipadamente esta alteração durante o ano de 2018 após a aprovação pela UE. A alteração não produzirá um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 15, Proveitos de contratos com clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15, "Proveitos de contratos com clientes", que especifica como e quando os proveitos são reconhecidos, mas que não possui impacto no reconhecimento de rendimento relacionado com os instrumentos financeiros no âmbito da IAS 39/IFRS 9. O Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações subsequentes à IFRS 15 em setembro de 2015 e uma clarificação adicional à mesma em abril de 2016. Os novos requisitos substituem várias outras normas e interpretações IFRS que regulam atualmente o reconhecimento dos proveitos nos termos da IFRS e fornecem um modelo simples de cinco passos baseado em princípios a ser aplicado a todos os contratos com clientes. A norma e respetivas alterações requerem também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. O Grupo executou um programa para a IFRS 15 gerido centralmente, que incluiu peritos nas funções de finanças e negócios. A implementação do Grupo da IFRS 15 consistiu numa análise detalhada de cada tipo de rendimento de serviços e comissões em consonância com o novo modelo de reconhecimento de receita de cinco passos. Não foi identificado qualquer impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os requisitos são efetivos para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. A norma e respetivas alterações foram aprovadas pela UE.

IFRS 16, Locações

Em janeiro de 2016, o IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade) emitiu a IFRS 16, “Locações”, que introduz um modelo de contabilização de locatário único e que requer que um locatário reconheça os ativos e os passivos para todas as locações com um termo que não seja superior a 12 meses, a não ser que os ativos subjacentes tenham um valor reduzido. É exigido que um locatário reconheça um ativo com direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação. Haverá apenas pequenas alterações na contabilização atual dos locadores. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 16 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto da IFRS 16. A norma foi aprovada pela UE.

IFRS 17 Contratos de seguros

Em maio de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu a IFRS 17 “Contratos de seguros”, que estabelece os princípios para o reconhecimento, medição, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do âmbito da norma. A IFRS 17 substitui a IFRS 4, que concedeu às empresas dispensa de efetuar contabilidade para contratos de seguros utilizando as normas de contabilidade nacional, resultando numa multiplicidade de abordagens diferentes. A IFRS 17 resolve os problemas de comparação criados pela IFRS 4, solicitando que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma coerente, beneficiando os investidores e as seguradoras. As obrigações de seguro serão contabilizadas utilizando valores correntes, ao invés do custo histórico. A informação será atualizada regularmente, facultando mais informação útil aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 17 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021. Com base nas atividades de negócio atuais do Grupo, estima-se inicialmente que a IFRS 17 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

03 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais

Durante 2017, 2016 e 2015, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Aquisições e alienações de participações minoritárias com retenção do controlo

Durante 2017 e 2016, o Grupo não participou em aquisições ou alienações de participações minoritárias enquanto retinha o controlo das respetivas subsidiárias.

Alienações

Em 2017, 2016 e 2015, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações são maioritariamente de negócios previamente classificados pelo Grupo como detidos para venda. Em conformidade, as alienações em 2017 incluíram a subsidiária argentina Deutsche Bank S.A. do Grupo e a administração de fundos e serviços de custódia sediada no Luxemburgo Sal. Oppenheim. As alienações em 2016 incluíram a venda da Abbey Life e Maher Terminals Port Elizabeth. As alienações em 2015 consistiram principalmente na venda das operações portuárias canadianas da Maher Terminals. Para mais informações sobre estas transações, consultar a Nota 26, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”. A contrapartida total em numerário, recebida por estas alienações em 2017, 2016 e 2015, foi de 129 milhões de euros, 2,0 mil milhões de euros e 555 milhões de euros, respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2017	2016	2015
Caixa e seus equivalentes	47	0	0
Todos os restantes ativos	848	14 858	443
Total do ativo alienado	**895**	14 858	443
Total do passivo alienado	**814**	12 250	52

04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

Segmentos de negócio

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. De uma forma geral, as reexpressões devido a alterações na estrutura organizacional foram implementadas na apresentação de elementos comparáveis do período anterior, se tiverem sido consideradas nos sistemas de relatório de gestão do Grupo.

No início do segundo trimestre de 2017, de acordo com o anúncio da nossa estratégia em 5 de março de 2017, as nossas operações de negócio são reorganizadas nos termos de uma nova estrutura divisional que inclui as seguintes divisões:

– Corporate & Investment Bank (“CIB”),
– Private & Commercial Bank (“PCB”),
– Deutsche Asset Management (“Deutsche AM”)

As principais alterações face à informação por segmentos apresentada anteriormente pelo Deutsche Bank são indicadas abaixo.

Corporate & Investment Bank (CIB) - A nova divisão corporativa “Corporate & Investment Bank” conjuga os antigos segmentos “Global Markets” e “Corporate & Investment Banking”. Inclui as divisões de Corporate Finance, Global Markets e Global Transaction Banking do Banco.

Private & Commercial Bank (PCB) - A divisão corporativa “Private & Commercial Bank” conjuga os negócios com clientes privados e comerciais do Deutsche Bank e do Postbank, que anteriormente eram relatados em separado, e as atividades de gestão de património para clientes ricos, fundações e escritórios familiares.

Deutsche Asset Management (Deutsche AM) - A divisão corporativa Deutsche Asset Management mantém-se significativamente inalterada e inclui as atividades de gestão de ativos do Deutsche Bank. Foca-se em fornecer soluções de investimento a investidores individuais e às instituições que os servem.

Determinadas funções de infraestrutura anteriormente apresentadas em Consolidation & Adjustments, refletidas nos nossos segmentos de negócio numa base de afetação, foram integradas mais estreitamente nas nossas divisões.

A partir de 2017, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir como divisão autónoma. Em 31 de dezembro de 2016, os restantes ativos antigos passaram a ser geridos pelos segmentos operacionais correspondentes, predominantemente em Corporate & Investment Bank e Private & Commercial Bank.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada no "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Grupo Deutsche Bank: divisões corporativas: Consolidation & Adjustments". A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS raramente são utilizados nos relatórios de gestão do Grupo e representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição ao justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (sobretudo em CIB) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como um componente de resultados antes de impostos para as unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&A) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam o resultado líquido de juros externo do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento, com preços de transferência referentes ao acesso de financiamento do Grupo nos mercados grossistas. Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o crédito de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas de avaliação incluem:

Afetação de capital próprio médio dos acionistas - Com início em 2017, o Grupo refinou a sua metodologia de afetação de capital. O capital próprio dos acionistas está agora afetado na totalidade aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento e já não está limitado ao montante de capital próprio dos acionistas exigido para cumprir os objetivos comunicados externamente para o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo e o rácio de alavancagem do Grupo. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição a rácio de alavancagem (LRE), assumindo a implementação completa das regras do CRR/CRD IV. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros intangíveis continuam a ser diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio

dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo. Todos os períodos relatados em 2015 e 2016 foram reajustados.

O capital próprio médio dos acionistas do segmento em dezembro de 2015 representa os valores à vista para o fim do período. A diferença entre os valores à vista dos segmentos e o montante médio do Grupo é captada na divisão C&A.

Para os fins da afetação de capital próprio médio dos acionistas em 2017, os saldos da Non-Core Operations Unit (NCOU) do final do exercício de 2016 foram afetados a Consolidation & Adjustments(C&A) pois a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir enquanto divisão corporativa separada a partir de 2017.

O rendimento de juros líquido como uma componente da receita líquida, resultado antes do imposto sobre o rendimento e rácios conexos, é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA da Corporate & Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta alteração na apresentação resultou num aumento do rendimento de juros líquido de Corporate & Investment Bank de 113,6 milhões de euros no exercício de 2017 (126,4 milhões de euros no exercício de 2016 e 122,8 milhões de euros no exercício de 2015). Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em C&A. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável do rendimento de juros líquido, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 35 %.

Resultados de operações dos segmentos

Para os resultados dos segmentos de negócios, incluindo a reconciliação para o resultado operacional consolidado sob a IFRS, consultar “Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados de operações: resultados de operações dos segmentos”.

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais pormenores sobre as componentes de receitas líquidas, consultar o “Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respetivamente. A informação apresentada para as divisões CIB, PCB, Deutsche AM e NCOU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para C&A são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&A é detida centralmente.

em milhões de euros	2017	2016	2015
Alemanha:			
Corporate & Investment Bank	1 503	1 924	1 942
Private & Commercial Bank	7 225	7 571	7 289
Deutsche Asset Management	1 009	888	963
Non-Core Operations Unit	0	221	105
Total da Alemanha[1]	**9 737**	10 604	10 299
Reino Unido:			
Corporate & Investment Bank	3 817	4 298	5 309
Private & Commercial Bank	34	83	77
Deutsche Asset Management	434	836	748
Non-Core Operations Unit	0	(322)	(73)
Total do Reino Unido	**4 284**	4 895	6 061
Resto da Europa, Médio Oriente e África:			
Corporate & Investment Bank	1 268	1 544	1 647
Private & Commercial Bank	2 037	2 360	2 111
Deutsche Asset Management	465	497	402
Non-Core Operations Unit	0	23	9
Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África	**3 770**	4 425	4 169
Américas (principalmente Estados Unidos):			
Corporate & Investment Bank	4 999	5 928	6 209
Private & Commercial Bank	390	625	691
Deutsche Asset Management	492	578	727
Non-Core Operations Unit	0	(305)	754
Total das Américas	**5 881**	6 826	8 381
Ásia e Pacífico:			
Corporate & Investment Bank	2 639	3 068	3 792
Private & Commercial Bank	491	451	469
Deutsche Asset Management	133	216	176
Non-Core Operations Unit	0	1	(0)
Total de Ásia e Pacífico	**3 263**	3 735	4 436
Consolidation & Adjustments	**(488)**	(471)	179
Proveitos líquidos consolidados[2]	**26 447**	30 014	33 525

[1] Todas as operações do Postbank são divulgadas como operações alemãs sujeitas a integração de sistemas adicionais.
[2] Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2017	2016	2015
Juros e rendimentos similares:			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	1 070	433	88
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	245	252	411
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	292	359	377
Rendimento de juros em ativos financeiros disponíveis para venda	1 083	1 313	1 292
Rendimento de dividendos em ativos financeiros disponíveis para venda	88	205	301
Empréstimos	11 941	12 311	12 219
Rendimento de juros em títulos detidos até à maturidade	68	67	0
Outros	1 406	1 417	782
Total de juros e rendimentos similares não ao justo valor através de resultados	**16 193**	16 357	15 470
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7 899	9 279	10 496
Total de juros e rendimentos similares	**24 092**	25 636	25 967
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados	2 833	2 583	2 764
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	431	255	153
Outros empréstimos a curto prazo	135	179	229
Dívida a longo prazo	1 795	1 759	1 480
Títulos fiduciários preferenciais	413	437	568
Outros	1 437	1 083	357
Total de gastos de juros ao justo valor através de resultados	**7 044**	6 295	5 552
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4 671	4 634	4 534
Total de gasto de juros	**11 714**	10 929	10 086
Rendimento de juros líquido	**12 378**	14 707	15 881

O rendimento de juros registado em ativos financeiros com imparidade foi de 61 milhões de euros, 63 milhões de euros e 67 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015, respetivamente.

Outro rendimento de juros para o ano findo a 31 de dezembro de 2017 incluiu 116 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II).

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2017	2016	2015
Rendimentos de negociação:			
Sales & Trading (ações)	1 152	616	544
Sales & Trading (FIC)	3 969	3 448	3 750
Total Sales & Trading	5 122	4 064	4 294
Outros rendimentos de negociação	(1 748)	(3 517)	(420)
Total de rendimentos de negociação	**3 374**	547	3 874
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Títulos comprados/vendidos com acordos de revenda/recompra	3	(3)	3
Títulos obtidos/cedidos por empréstimo	(1)	1	0
Créditos e compromissos de crédito	(32)	(109)	(453)
Depósitos	(30)	(28)	0
Dívida a longo prazo[1]	(398)	303	761
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	10	691	(344)
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**(448)**	854	(32)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**2 926**	1 401	3 842

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2017	2016	2015
Rendimento de juros líquido	12 378	14 707	15 881
Rendimentos de negociação[1]	3 374	547	3 874
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(448)	854	(32)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2 926	1 401	3 842
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**15 304**	16 108	19 723
Sales & Trading (ações)	1 592	1 934	2 838
Sales & Trading (FIC)	4 707	5 210	5 987
Total Sales & Trading	6 299	7 144	8 826
Financiamento	1 641	1 839	1 523
Global Transaction Banking	1 937	2 098	2 218
Restantes produtos	(800)	(309)	(219)
Corporate & Investment Bank	9 078	10 773	12 348
Private & Commercial Bank	6 158	6 420	6 573
Deutsche Asset Management	30	365	255
Non-Core Operations Unit	0	(1 307)	(362)
Consolidation & Adjustments	37	(143)	910
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**15 304**	16 108	19 723

[1] Os rendimentos de negociação incluem os resultados de derivados não qualificados para contabilidade de cobertura.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre rendimento de juros líquido ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão do Grupo e por produto dentro da divisão Corporate & Investment Bank.

06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2017	2016	2015
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões	14 102	14 999	16 412
Encargos com serviços e comissões	3 100	3 255	3 647
Resultado líquido de serviços e comissões	**11 002**	11 744	12 765

em milhões de euros	2017	2016	2015
Resultado líquido de serviços e comissões:			
Rendimento líquido de serviços e comissões de atividades fiduciárias	4 320	4 287	4 480
Comissões líquidas, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários	2 985	3 305	4 134
Comissões líquidas por outros serviços aos clientes	3 698	4 152	4 151
Resultado líquido de serviços e comissões	**11 002**	11 744	12 765

07 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	2017	2016	2015
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos em títulos de dívida:	114	229	48
Resultados líquidos na alienação	115	230	58
Imparidades	(1)	(1)	(10)
Resultados líquidos em títulos de capital:	219	79	104
Resultados líquidos na alienação/remedição	219	96	156
Imparidades	(1)	(17)	(52)
Resultados líquidos em empréstimos:	37	6	52
Resultados líquidos na alienação	45	21	83
Imparidades	(8)	(15)	(31)
Reversão de imparidades	0	0	0
Resultados líquidos em outros interesses de capital:	110	339	1
Resultados líquidos na alienação	137	348	14
Imparidades	(27)	(9)	(13)
Total de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	**479**	653	203

Ver também a Nota 15, “Ativos financeiros disponíveis para venda” do presente relatório.

08 – Outros resultados

em milhões de euros	2017	2016	2015
Outros resultados:			
Resultados líquidos na alienação de créditos	19	(128)	237
Prémios de seguros[1]	4	89	108
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	(609)	(370)	(910)
Investimentos consolidados	0	362	470
Outros rendimentos restantes[2]	112	1 100	763
Total de outro resultado	**(475)**	1 053	669

[1] Líquidos de prémios de resseguros pagos. O desenvolvimento é impulsionado principalmente pela Abbey Life Assurance Company Limited, que foi vendida em 2016.
[2] Inclui resultados líquidos de (81) milhões de euros, 744 milhões de euros e 237 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respetivamente, que estão relacionados com os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2017	2016	2015
Despesas gerais e administrativas:			
Despesas de TI	3 798	3 872	3 664
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1 849	1 972	1 944
Taxas de serviços profissionais	1 769	2 305	2 283
Comunicações e serviços de dados	686	761	807
Despesas de deslocação e representação	405	450	505
Encargos bancários e de transações	744	664	598
Despesas de *marketing*	309	285	294
Investimentos consolidados	0	334	406
Outras despesas[1]	2 414	4 812	8 129
Despesas totais gerais e administrativas	**11 973**	15 454	18 632

[1] Inclui despesas relacionadas com litígios de 213 mil milhões de euros em 2017, 2,4 mil milhões de euros em 2016 e 5,2 mil milhões de euros em 2015. Para mais informações sobre litígios ver Nota 29, “Provisões”.

10 – Reestruturação

A reestruturação faz parte da estratégia multianual do Grupo originalmente anunciada em outubro de 2015 e refinada e alterada em março de 2017. Para implementar a estratégia definimos medidas que visam reforçar ainda mais o banco, posicioná-lo para o crescimento e simplificar a sua configuração organizacional. As medidas também visam reduzir os custos ajustados através de uma maior eficiência, otimizando e simplificando os processos e explorando sinergias.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

em milhões de euros	2017	2016	2015
Corporate & Investment Bank	(82)	(292)	(128)
Private & Commercial Bank	(360)	(141)	(585)
Deutsche Asset Management	(6)	(47)	2
Non-Core Operations Unit	0	(4)	1
Total de encargos líquidos de reestruturação	**(447)**	(484)	(710)

em milhões de euros	2017	2016	2015
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	(430)	(491)	(663)
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	(402)	(432)	(602)
Aceleração de retenção	(26)	(54)	(61)
Segurança social	(2)	(5)	(0)
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	(17)	7	(46)
Total de encargos líquidos de reestruturação	**(447)**	(484)	(710)

As provisões para reestruturação ascenderam a 696 milhões de euros, 741 milhões de euros e 651 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada nos dois anos seguintes.

Durante 2017, 2045 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2016: 1451 e 2015: 662).

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2017	2016	2015
Corporate & Investment Bank	502	356	237
Private & Commercial Bank	1 054	453	141
Deutsche Asset Management	38	101	22
Non-Core Operations Unit	0	0	1
Infraestrutura e Gestão regional	451	541	261
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	**2 045**	1 451	662

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2017	2016	2015
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos[1]	**(1 049)**	(1 678)	(7 022)
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo e opções	0	0	0
Dívida convertível	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos[1]	**(1 049)**	(1 678)	(7 022)
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	**1 967,7**	1 555,3	1 555,1
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	0,0	0,0	0,0
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	0,0	0,0
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	**1 967,7**	1 555,3	1 555,1

[1] Os lucros foram ajustados em 298 e 276 e 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2017, abril de 2016 e abril de 2015.

Resultados por ação

em euros	2017	2016	2015
Resultados por ação básicos	(0,53)	(1,08)	(4,52)
Resultados por ação diluídos	(0,53)	(1,08)	(4,52)

Em 7 de abril de 2017, o Deutsche Bank AG realizou um aumento de capital com direitos de subscrição. Como o preço de subscrição das novas ações era inferior ao preço de mercado das ações existentes, o aumento de capital incluiu um bónus. De acordo com a IAS 33, o bónus é o resultado de uma alteração implícita no número de ações em circulação para todos os períodos anteriores ao aumento de capital sem uma alteração totalmente proporcional nos recursos. Como consequência, o número médio ponderado de ações em circulação foi ajustado, retrospetivamente.

Devido à situação de perda líquida para 2017, 2016 e 2015, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos resultados por ação, pois isto seria contra a diluição e diminuiria a perda líquida por ação.

Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos[1]

Número de ações em milhões	2017	2016	2015
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	104,4	69,6	52,5

[1] Não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, pois caso contrário teriam um efeito antidiluidor.

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	173 196	156 926
Outros ativos detidos para negociação[1]	11 466	14 117
Total de ativos detidos para negociação	184 661	171 044
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	361 032	485 150
Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação	**545 693**	656 194
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	57 843	47 404
Títulos obtidos por empréstimo	20 254	21 136
Empréstimos	4 802	7 505
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	8 377	11 541
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**91 276**	87 587
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**636 970**	743 781

[1] Inclui empréstimos negociados no valor de 10,9 mil milhões de euros e 13,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente.

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	71 148	56 592
Outros passivos detidos para negociação	314	437
Total de passivos detidos para negociação	71 462	57 029
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	342 726	463 858
Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação:	**414 189**	520 887
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	53 840	50 397
Compromissos de crédito	8	40
Dívida a longo prazo	6 439	6 473
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3 587	3 582
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**63 874**	60 492
Passivos por contratos de investimento	574	592
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**478 636**	581 971

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados, incluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, era de 83 mil milhões de euros e de 76 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor nos créditos[1] e compromissos de crédito atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte[2]

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	Empréstimos	Compromissos de crédito	Empréstimos	Compromissos de crédito
Valor nocional de créditos e compromissos de crédito expostos a risco de crédito	2 865	1 973	3 604	3 357
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	7	14	9	45
Variação cumulativa do justo valor[3]	10	30	9	37
Valor nocional de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	536	4 728	358	4 997
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(0)	(42)	(1)	(3)
Variação cumulativa do justo valor[3]	1	(46)	(2)	(6)

[1] Quando os créditos estão sobrecolateralizados não existe qualquer movimento significativo na avaliação durante o ano ou cumulativamente devido a movimentos no risco de crédito da contraparte.
[2] Foram utilizados modelos de avaliação que excluem o impacto no justo valor associado ao risco de mercado.
[3] As variações são atribuíveis a créditos e compromissos de crédito detidos à data do exercício, que podem diferir dos detidos em períodos anteriores. Não foram efetuados ajustamentos ao ano anterior para refletir diferenças nos subjacentes.

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo[1]

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	60	(73)
Variação cumulativa do justo valor	72	11

[1] O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros[1]

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Incluindo compromissos de crédito não utilizados[2]	6 088	8 396
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	2 073	2 779

[1] Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.
[2] Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (*input*) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em *bid/offer spreads* são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de compra proposto (*bid*) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de venda proposto (*offer*). Os ajustamentos de avaliação com base em *bid-offer* são determinados a partir dos preços de *bid-offer* observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço *bid/offer*, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (*midmarket*). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis *bid/offer* para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (*credit valuation adjustments* – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclua já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (*netting agreement*) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap* – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis *spreads* de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações estruturadas designados ao justo valor através de resultados) integra o ajustamento da avaliação de dívida (DVA) para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo associado ao passivo financeiro. No caso de passivos por derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia ao avaliar a potencial exposição futura de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta garantias (colaterais) prestadas, o efeito de acordos-quadro de compensação (*master netting agreements*), perda esperada em caso de incumprimento (*loss given default – LGD*) e a própria probabilidade de incumprimento do Grupo com base no nível de mercado de *swaps* de CDS do Grupo. A alteração no risco de crédito próprio do Grupo para obrigações estruturadas é calculada descontando os fluxos de caixa contratuais do instrumento usando a taxa à qual instrumentos semelhantes seriam emitidos na data de medição, visto que isto reflete o valor da perspetiva de um participante do mercado que detém o item idêntico como um ativo.

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (*funding valuation adjustments* – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis *bid/offer* menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o *bid/offer* através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

Controlo de avaliação – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado no departamento financeiro, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em

todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (*cash* e sintéticos) ilíquidos; exposições monorramo; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate* – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor[1]

em milhões de euros	31.12.2017 Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	31.12.2017 Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	31.12.2017 Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	31.12.2016 Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	31.12.2016 Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	31.12.2016 Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	106 075	69 543	9 043	89 943	70 415	10 686
Títulos para negociação	105 792	62 770	4 634	89 694	62 220	5 012
Outros ativos detidos para negociação	283	6 773	4 409	248	8 195	5 674
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	12 280	341 413	7 340	8802[5]	466551[5]	9 798
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	6 547	83 242	1 488	10 118	75 867	1 601
Ativos financeiros disponíveis para venda	29 579	15 713	4 104	35626[4]	16449[4]	4 153
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	3258[2]	47	28	3618[2]	33
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**154 480**	**513 169**	**22 022**	144 517	632 900	26 271
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	53 644	17 817	2	41 664	15 311	52
Títulos para negociação	53 644	17 503	2	41 664	14 874	52
Outros passivos detidos para negociação	0	314	0	0	437	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	9 163	327 572	5 992	9913[6]	445089[6]	8 857
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4	62 426	1 444	4	58 259	2 229
Passivos por contratos de investimento	0	574	0	0	592	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	0	1294[2]	(298)[3]	0	4647[2]	(848)[3]
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**62 810**	**409 683**	**7 139**	51 581	523 898	10 290

[1] Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".
[2] Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.
[3] Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados embutidos separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.
[4] Os ativos financeiros disponíveis para venda foram reajustados em 6,9 mil milhões de euros em "Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)" e em 6,9 mil milhões de euros negativos em "Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)".
[5] A reavaliação de negócios resultou numa reexpressão em valores de mercado positivos para instrumentos financeiros derivados de 5,0 mil milhões de euros em "Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)" e 5,0 mil milhões de euros negativos em "Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)".
[6] A reavaliação de negócios resultou numa reexpressão em valores de mercado negativos para instrumentos financeiros derivados de 3,7 mil milhões de euros em "Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)" e 3,7 mil milhões de euros negativos em "Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)"

Em 2017, existiram transferências do nível 1 para o nível 2 em ativos financeiros disponíveis para venda (1 milhar de milhão de euros de ativos) devido a alterações na liquidez.

Técnicas de avaliação

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities* – MBS/ABS) incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pré-pagamento, pressu-

postos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (*spread, yield* ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (*proxy*) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de empréstimo ou outros mercados de crédito, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (*leveraged loan index*) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como *swaps* de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e *swap* de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição no exercício deve-se, principalmente, a uma combinação de vendas, liquidações e perdas compensadas por compras e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multidivisas; e certos *swaps* de risco de incumprimento para os quais o *spread* de crédito é inobservável.

A diminuição de ativos deveu-se a liquidações e perdas marginalmente compensadas por transferências entre os níveis 2 e 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos. A diminuição no passivo deveu-se a liquidações, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em créditos transacionados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O saldo diminuiu no exercício devido a vendas, liquidações e perdas compensadas por compras, emissões e transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e responsabilidades estruturadas que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. Os ativos diminuíram marginalmente no exercício devido a vendas, liquidações, perdas e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensado por compras e emissões. O passivo diminuiu no exercício devido a liquidações, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensado pelas emissões.

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem carteiras de empréstimos em incumprimento para as quais não existe qualquer intenção de negociação e instrumentos de capital não cotados em que não há nenhuma representação semelhante e o mercado é muito ilíquido. A diminuição marginal nos ativos durante o exercício deve-se a vendas e liquidações compensadas por compras, transferências entre o nível 2 e o nível 3 e ganhos.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

										31.12.2017
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de empresas com-solidadas	Total dos resultados[1]	Compras	Vendas	Emis-sões[2]	Liqui-dações[3]	Transferências para o Nível 34	Transferências para fora do Nível 3[4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	5 012	(1)	(153)	2 144	(1 660)	0	(818)	772	(662)	4 634
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9 798	(0)	(610)	0	0	0	(1 889)	2 298	(2 257)	7 340
Outros ativos detidos para negociação	5 674	(7)	(283)	2 095	(2 328)	636	(1 803)	950	(524)	4 409
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 601	0	(78)	807	(118)	63	(710)	58	(134)	1 488
Ativos financeiros dispo-níveis para venda	4 153	(40)	205[5]	722	(249)	0	(1 206)	539	(21)	4 104
Outros ativos financeiros ao justo valor	33	0	33	0	0	0	(26)	7	0	47
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	26 271	(47)	(886)[6,7]	5 768	(4 356)	699	(6 453)	4 624	(3 598)	22 022
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	52	0	(6)	0	0	0	(46)	1	0	2
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	8 857	(5)	(64)	0	0	0	(1 827)	924	(1 892)	5 992
Outros passivos detidos para negociação	0	0	(0)	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2 229	(7)	(128)	0	0	146	(564)	154	(387)	1 444
Outros passivos financei-ros ao justo valor	(848)	0	268	0	0	0	286	(18)	15	(298)
Total de passivos finan-ceiros detidos ao justo valor	10 290	(12)	69[6,7]	0	0	146	(2 151)	1 061	(2 265)	7 139

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.
[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.
[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.
[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.
[5] O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui um ganho de 94 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e uma perda de 8 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados.
[6] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é uma perda de 565 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 123 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.
[7] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

										31.12.2016
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de empresas com-solidadas	Total dos resultados[1]	Compras	Vendas	Emis-sões[2]	Liqui-dações[3]	Transferências para o Nível 34	Transferências para fora do Nível 3[4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	6 669	(0)	143	1 736	(3 605)	0	(990)	1 589	(528)	5 012
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9 445	(60)	(88)	0	0	0	(1 290)	4 158	(2 367)	9 798
Outros ativos detidos para negociação	6 082	66	56	2 196	(3 606)	735	(1 527)	2 616	(944)	5 674
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4 478	(509)	40	2	(273)	131	(1 073)	86	(1 282)	1 601
Ativos financeiros dispo-níveis para venda	4 874	(1)	255[5]	920	(630)	0	(1 377)	187	(74)	4 153
Outros ativos financeiros ao justo valor[6]	0	0	0	0	0	0	0	33	0	33
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	31 549	(504)	405[6,7]	4 853	(8 114)	866	(6 257)	8 669	(5 195)	26 271
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	18	0	0	0	0	0	34	0	(0)	52
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	7 879	(317)	620	0	0	0	(508)	3 316	(2 134)	8 857
Outros passivos detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3 053	0	(75)	0	0	587	(729)	245	(851)	2 229
Outros passivos financei-ros ao justo valor	(1 146)	0	135	0	0	0	3	(26)	187	(848)
Total de passivos finan-ceiros detidos ao justo valor	9 805	(317)	680[6,7]	0	0	587	(1 200)	3 534	(2 799)	10 290

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.
[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.
[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.
[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.
[5] O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui uma perda de 94 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 187 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados.
[6] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 4 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 50 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.
[7] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2017 poderia ter aumentado o justo valor em 1,6 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 1,0 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016, poderia ter aumentado o justo valor em tanto quanto 1,8 mil milhões de euros ou ter diminuído o justo valor em tanto quanto 1,0 mil milhões de euros.

As alterações nos montantes sensíveis de 31 de dezembro de 2016 até 31 de dezembro de 2017 mostram uma redução significativa no movimento positivo de justo valor e uma redução menor no movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis.

Estes movimentos são impulsionados principalmente pela redução global na população de nível 3 no mesmo período (por exemplo, a diminuição dos ativos de nível 3 do Grupo de 26,3 mil milhões de euros no final de 2016 para 22,0 mil milhões de euros no final de 2017), constituindo esta largamente o resultado da redução de risco/vendas de ativos. A redução no movimento de justo valor positivo movimentou-se em consonância com a redução na população de nível 3, enquanto a redução no movimento de justo valor negativo foi proporcionalmente inferior devido a fatores idiossincráticos em vários negócios.

O nosso cálculo de sensibilidade dos parâmetros inobserváveis para o nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente. A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos ao justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza da valorização nos termos do regulamento delegado da Comissão (UE) n.º 2016/101, que complementa o artigo 34.º do regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), obrigando as instituições a aplicar como uma dedução do CET 1 ao montante de quaisquer ajustes de valores adicionais em todos os ativos medidos ao justo valor, calculado em conformidade com o artigo 105.º, n.º 14. Esta utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente. A sensibilidade negativa pode estar limitada em alguns casos onde o justo valor é já comprovadamente prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento[1]

em milhões de euros	31.12.2017 Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	31.12.2017 Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	31.12.2016 Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	31.12.2016 Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:				
Títulos de dívida	126	90	213	137
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	6	6	13	12
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	26	28	46	40
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	94	56	154	85
Títulos de capital	95	67	116	68
Derivados:				
Crédito	155	125	238	158
Ações	164	138	209	150
Relacionados com os juros	340	173	429	187
Divisas	65	12	32	21
Outros	106	73	143	92
Empréstimos:				
Empréstimos	504	320	377	227
Outros	**0**	**0**	0	0
Total	**1 556**	**999**	1 758	1 040

[1] Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos *spreads* de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com *spreads* mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores *spreads* de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetro, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O *spread* de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prémio ou retornos de rendibilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao titular ou mutuante pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (*constant default rate* – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (*constant prepayment rate* – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA ("lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização") na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (*enterprise value* – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31.12.2017

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor Ativos	Justo valor Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor –						
detidos para negociação, designados ao justo						
valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	79	0	Baseado no preço	Preço	0%	102%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	136	2 217
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	714	0	Baseado no preço	Preço	0%	102%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	12	2 000
				Taxa de recuperação	0%	90%
				Taxa de incumprimento constante	0%	25%
				Taxa de pré-pagamento constante	0%	29%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	793	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	3 870	1 307	Baseado no preço	Preço	0%	176%
Detido para negociação	3 559	2	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	34	500
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3 559					
Disponível para venda	267					
Designado ao justo valor	44	1 305				
Títulos de capital	913	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	60%	100%
Detido para negociação	282	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	1	14
Disponível para venda	480		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8%	20%
Designado ao justo valor	151					
Empréstimos	7 397	0	Baseado no preço	Preço	0%	161%
Detido para negociação	4 376	0	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	190	1 578
Designado ao justo valor	338			Taxa de incumprimento constante	–	–
Disponível para venda	2 684			Taxa de recuperação	40%	40%
Compromissos de crédito	0	8	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	5	261
				Taxa de recuperação	37%	75%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	1710[2]	131[3]	Fluxo de caixa descontado	IRR	1%	24%
				Taxa de recompra (pontos base)	224	254
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	14 683	1 446				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.
[2] Outros ativos financeiros incluem 34 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 956 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 674 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda.
[3] Outros passivos financeiros incluem 131 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor.

						31.12.2017
	Justo valor					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4 466	2 250	Fluxo de caixa descontado	Taxa de *swap* (bps)	(72)	1 036
				Taxa de swap sobre a inflação	(3) %	11%
				Taxa de incumprimento constante	0%	16%
				Taxa de pré-pagamento constante	2%	38%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	5%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	103%
				Correlação IR - IR	(25) %	100%
				Correlação híbrida	(85) %	90%
Derivados de crédito	630	909	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	0	17 957
				Taxa de recuperação	0%	94%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	37%	90%
Derivados de ações	728	1 347	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	6%	90%
				Volatilidade de índice	7%	53%
				Índice - correlação de índice	–	–
				Ação - correlação de ação	2%	93%
				Ações - contratos a prazo	0%	7%
				Índice - contratos a prazo	0%	95%
Derivados FX	1 113	1 058	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(6) %	31%
Outros derivados	402	129[1]	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0%	79%
				Correlação de matérias-primas	10%	75%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	7 340	5 693				

[1] Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor Ativos	Justo valor Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	31.12.2016	Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor – detidos para negociação, designados ao justo valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	294	0	Baseado no preço	Preço	0%	103%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	119	2 000
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	1 071	0	Baseado no preço	Preço	0%	110%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	105	2 000
				Taxa de recuperação	0%	100%
				Taxa de incumprimento constante	0%	18%
				Taxa de pré-pagamento constante	0%	29%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	1 365	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	3 626	1 757	Baseado no preço	Preço	0%	169%
Detido para negociação	3 373	52	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	26	882
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3 373					
Disponível para venda	253					
Designado ao justo valor	0	1 705				
Títulos de capital	937	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	60%	100%
Detido para negociação	274	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	1	12
Disponível para venda	633		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8%	22%
Designado ao justo valor	30					
Empréstimos	7 571	0	Baseado no preço	Preço	0%	180%
Detido para negociação	4 105	0	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	180	4 612
Designado ao justo valor	980			Taxa de incumprimento constante	0%	24%
Disponível para venda	2 486			Taxa de recuperação	25%	80%
Compromissos de crédito	0	40	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	0	481
				Taxa de recuperação	30%	99%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2974[2]	485[3]	Fluxo de caixa descontado	IRR	3%	24%
				Taxa de recompra (pontos base)	178	214
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	16 474	2 282				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.
[2] Outros ativos financeiros incluem 1,6 mil milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 592 milhões de euros de outros ativos financeiros designados a o justo valor, 780 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda.
[3] Outros passivos financeiros incluem 444 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 41 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

					31.12.2016	
	Justo valor					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	5 587	3 446	Fluxo de caixa descontado	Taxa de *swap* (bps)	(0)	2 309
				Taxa de swap sobre a inflação	(1) %	16%
				Taxa de incumprimento constante	0%	15%
				Taxa de pré-pagamento constante	0%	19%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	5%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	123%
				Correlação IR - IR	(12) %	99%
				Correlação híbrida	(50) %	93%
Derivados de crédito	829	1 126	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	0	8 427
				Taxa de recuperação	0%	100%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	13%	85%
Derivados de ações	1 142	2 098	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	10%	67%
				Volatilidade de índice	10%	44%
				Índice - correlação de índice	73%	88%
				Ação - correlação de ação	8%	88%
				Ações - contratos a prazo	0%	8%
				Índice - contratos a prazo	0%	20%
Derivados FX	1 654	1 780	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(8) %	39%
Outros derivados	586	(441)[1]	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	0	0
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	5%	110%
				Correlação de matérias-primas	(21) %	85%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	9 798	8 008				

[1] Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração consolidada dos resultados.

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	(15)	28
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	171	1 597
Outros ativos detidos para negociação	55	(80)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2	(1)
Ativos financeiros disponíveis para venda	123	90
Outros ativos financeiros ao justo valor	33	(6)
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**368**	1 628
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	3	(2)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(740)	(1 001)
Outros passivos detidos para negociação	0	(0)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4	59
Outros passivos financeiros ao justo valor	(249)	(139)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**(981)**	(1 082)
Total	**(613)**	547

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da operação (*trade date*) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2017	2016
Saldo, início do exercício	**916**	955
Novas operações durante o período	277	454
Amortização	(282)	(297)
Operações vencidas	(140)	(158)
Transição subsequente para observabilidade	(71)	(39)
Alterações das taxas de câmbio	(11)	0
Saldo, fim do exercício	**690**	916

14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

As técnicas de avaliação utilizadas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo que não são escriturados ao justo valor no balanço e a respetiva categorização hierárquica ao justo valor pelas IFRS são compatíveis com as descritas na Nota 13, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Outros instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos numa base de justo valor como, por exemplo, créditos e depósitos do segmento de retalho e linhas de crédito concedidas a clientes empresariais. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Instrumentos financeiros de curto prazo – O valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor para os seguintes instrumentos financeiros que são, predominantemente, de curto prazo:

Ativos	Passivo
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

Relativamente aos instrumentos financeiros de longo prazo inseridos nestas categorias, o justo valor é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base nas taxas que poderiam ser obtidas em ativos com maturidades residuais e risco de crédito semelhantes e, no caso de passivos, as taxas a que poderiam ser emitidas obrigações com maturidades residuais semelhantes, à data do balanço.

Empréstimo – O justo valor é determinado através de modelos de fluxos de caixa descontados que integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou *swaps* de risco de incumprimento, quando disponíveis e se apropriado.

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de empréstimos homogéneos (p. ex. hipotecas residenciais alemãs), o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de juro neste tipo de empréstimo. Para carteiras de crédito do segmento de retalho semelhantes, fora da Alemanha, o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando taxas de juro sem risco. Seguidamente, este cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito descontando às margens que poderiam ser obtidas em créditos semelhantes se emitidos à data do balanço. Para outras carteiras, o cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito calculando a perda esperada ao longo da vida estimada do crédito, com base em vários parâmetros, incluindo a probabilidade de incumprimento, a perda em caso de incumprimento e o nível de colateralização. O justo valor de carteiras de empréstimos a empresas é estimado descontando uma margem projetada sobre maturidades esperadas, utilizando parâmetros derivados dos valores de mercado correntes de transações de títulos garantidos por obriga-

ções de crédito (*collateralized loan obligation* – CLO), colateralizadas por carteiras de crédito semelhantes à carteira de empréstimos a empresas do Grupo.

Títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo, títulos vendidos com acordos de recompra e títulos cedidos por empréstimo – O justo valor é derivado de técnicas de avaliação através do desconto de fluxos de caixa futuros, utilizando a adequada taxa de desconto ajustada ao risco de crédito. A taxa de desconto ajustada ao risco de crédito inclui a contrapartida das garantias recebidas ou penhoradas na transação. Estes produtos são normalmente de curto prazo e extremamente colateralizados, pelo que o justo valor não é significativamente diferente do valor escriturado.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – O justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta o restante dinheiro contratual a uma taxa à qual um instrumento com características similares poderia ser emitido na data do balanço.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço[1]

					31.12.2017
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	225 655	225 655	225 655	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9 265	9 265	76	9 189	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9 971	9 973	0	9 973	0
Títulos obtidos por empréstimo	16 732	16 732	0	16 732	0
Empréstimos	401 699	403 842	0	24643[2]	379199[2]
Títulos detidos até à maturidade	3 170	3 238	3 238	0	0
Outros ativos financeiros	88 936	88 939	0	88 939	0
Passivos financeiros:					
Depósitos	580 812	580 945	2 108	578 837	(0)
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	18 105	18 103	0	18 103	0
Títulos cedidos por empréstimo	6 688	6 688	0	6 688	0
Outros empréstimos a curto prazo	18 411	18 412	0	18 412	0
Outros passivos financeiros	117 366	117 366	1 875	115 491	0
Dívida a longo prazo	159 715	161 829	0	152 838	8 991
Títulos fiduciários preferenciais	5 491	5 920	0	5 920	0

					31.12.2016
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	181 364	181 364	181 364	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	11 606	11 606	58	11 548	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	16 287	16 287	0	16 287	0
Títulos obtidos por empréstimo	20 081	20 081	0	20 081	0
Empréstimos	408 909	407 834	0	28 703	379 132
Títulos detidos até à maturidade	3 206	3 305	3 305	0	0
Outros ativos financeiros	112 479	112 468	0	112 468	0
Passivos financeiros:					
Depósitos	550 204	550 402	2 232	548 170	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	25 740	25 739	0	25 739	0
Títulos cedidos por empréstimo	3 598	3 598	0	3 598	0
Outros empréstimos a curto prazo	17 295	17 289	0	17 268	21
Outros passivos financeiros	135 273	135 273	1 282	133 991	0
Dívida a longo prazo	172 316	171 178	0	161 976	9 201
Títulos fiduciários preferenciais	6 373	6 519	0	6 263	257

[1] Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".
[2] A carteira de empréstimos da cadeia de fornecimento de financiamento de 9,2 mil milhões de euros foi reclassificada de "Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)" para "Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)" após uma análise de avaliação no quarto trimestre de 2017.

Empréstimo – A diferença entre o justo valor e o valor escriturado surgiu, predominantemente, devido a um aumento nas taxas de incumprimento previstas e a uma redução da liquidez conforme implícita dos preços de mercado desde o reconhecimento inicial. Estas reduções do justo valor são compensadas por um aumento do justo valor devido a movimentos das taxas de juro em instrumentos de taxa fixa.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – A diferença entre o justo valor e o valor escriturado é devida ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a altura em que o instrumento foi emitido.

15 – Ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Títulos de dívida:		
Governo alemão	8 131	9 405
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	8 092	7 652
Governos locais (municipais) dos EUA	2 436	3 261
Outros governos estrangeiros	19 275	23 779
Empresas	6 775	6 849
Outros títulos garantidos por ativos	1	84
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	11	17
Outros títulos de dívida	359	470
Total de títulos de dívida	**45 081**	51 516
Títulos de capital:		
Ações de capital	897	1 027
Certificados de investimento e fundos de investimento	97	122
Total de títulos de capital	**994**	1 149
Outros interesses de capital	**636**	804
Empréstimos	**2 685**	2 759
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	**49 397**	56 228

Ver também a Nota 7, “Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda” do presente relatório.

16 – Instrumentos financeiros detidos até à maturidade

No primeiro trimestre de 2016, o Grupo começou a utilizar a categoria de detido até à maturidade para apresentar mais adequadamente a volatilidade de rendimentos e capitais na sua carteira bancária. Para além de gerir a exposição da carteira bancária existente do Grupo às taxas de juro, esta classificação contabilística apoia alguns dos objetivos de gestão de ativos e passivos do Grupo, por ex., a transformação de maturidade.

O Grupo reclassificou 3,2 mil milhões de euros de títulos detidos como disponíveis para venda em investimentos detidos até à maturidade, com efeitos a partir de 4 de janeiro de 2016. Todos os ativos reclassificados são obrigações governamentais, supranacionais e de agências de alta qualidade e são geridos pela Tesouraria do Grupo como parte da Reserva de liquidez estratégica do Grupo.

Valores escriturados e justos valores de ativos financeiros reclassificados de disponíveis para venda para detidos até à maturidade

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)
Títulos de dívida reclassificados:				
Obrigações governamentais do G7	423	434	428	446
Outras obrigações governamentais, supranacionais e de agências	2 747	2 804	2 778	2 859
Total de ativos financeiros reclassificados para detidos até à maturidade	**3 170**	**3 238**	**3 206**	**3 305**

17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 77 (2016: 92) associadas e 13 (2016: 14) entidades conjuntamente controladas. Não existem investimentos individuais significativos em associadas e joint ventures.

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	**866**	1 027
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	141	183
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	(36)	11
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	**105**	194

18 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (*master netting arrangement*) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Ativos

							31.12.2017
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros[1]	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	8 136	(455)	7 681	0	0	(7 675)	7
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2 290	0	2 290	0	0	(2 239)	51
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	14 987	0	14 987	0	0	(14 093)	894
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	1 744	0	1 744	0	0	(1 661)	83
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	185 127	(465)	184 661	0	(81)	(86)	184 495
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	363 859	(18 237)	345 622	(285 421)	(41 842)	(7 868)	10 490
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	15 410	0	15 410	0	(1 811)	(1 276)	12 323
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	125 869	(64 003)	61 865	(728)	(773)	(56 410)	3 954
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	29 411	0	29 411	0	0	(20 534)	8 876
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	719 676	(82 706)	636 970	(286 149)	(44 508)	(86 174)	220 138
Empréstimos	401 699	0	401 699	0	(12 642)	(40 775)	348 282
Outros ativos	112 023	(10 531)	101 491	(29 854)	(569)	(94)	70 975
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3 859	(706)	3 153	(2 461)	(565)	(94)	33
Restantes ativos não sujeitos a compensação	307 869	0	307 869	0	(390)	(70)	307 409
Total do ativo	1 568 425	(93 692)	1 474 732	(316 003)	(58 109)	(152 782)	947 839

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

							31.12.2017
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósitos	580 812	0	580 812	0	0	0	580 812
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	13 318	(455)	12 863	0	0	(12 863)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	5 242	0	5 242	0	0	(4 985)	257
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	6 688	0	6 688	0	0	(6 688)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	72 106	(643)	71 462	0	0	0	71 462
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	347 496	(17 928)	329 568	(286 720)	(25 480)	(6 124)	11 244
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	13 158	0	13 158	0	(1 913)	(615)	10 630
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	104 594	(63 360)	41 234	(728)	0	(40 506)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	23 214	0	23 214	0	1 111	(13 646)	10 679
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	560 568	(81 932)	478 636	(287 448)	(26 282)	(60 891)	104 015
Outros passivos	143 514	(11 306)	132 208	(44 815)	(31)	(87)	87 275
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	1 841	(547)	1 294	(1 162)	(31)	(87)	15
Restantes passivos não sujeitos a compensação	190 183	0	190 183	0	0	0	190 183
Total do passivo	1 500 326	(93 692)	1 406 633	(332 263)	(26 314)	(85 514)	962 543

Em vigor desde 30 de novembro de 2017, o Grupo escolheu converter os seus *swaps* de taxa de juro (IRS) transacionados com a Câmara de Compensação de Londres do anterior modelo de garantia para um modelo de liquidação. Os *swaps* de taxa de juro são agora legalmente liquidados de forma diária, resultando em desreconhecimento dos ativos e passivos associados. Anteriormente, o Grupo aplicava os princípios de compensação da IAS 32 para apresentar líquidas as quantias escrituradas positivas (negativas) dos *swaps* de taxa de juro e valores a pagar (a receber) de margem de variação associados. Consequentemente, os valores brutos de ativos financeiros e passivos financeiros e os montantes brutos compensados no balanço correspondentes diminuíram em 87,3 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2017, sem qualquer alteração nos montantes líquidos de ativos financeiros e passivos financeiros apresentados no balanço.

Ativos

							31.12.2016
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros[1]	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	17 755	(4 020)	13 735	0	0	(13 719)	16
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2 552	0	2 552	0	0	(2 225)	327
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	18 470	0	18 470	0	0	(17 637)	832
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	1 611	0	1 611	0	0	(1 555)	56
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	171 520	(477)	171 044	0	(101)	(884)	170 059
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	592 048	(126 523)	465 525	(386 727)	(51 790)	(9 349)	17 658
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	19 625	0	19 625	0	(2 055)	(1 244)	16 327
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	95 802	(40 998)	54 804	(2 748)	(928)	(46 670)	4 457
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	32 783	0	32 783	0	0	(21 074)	11 709
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	911 778	(167 998)	743 781	(389 475)	(54 874)	(79 221)	220 211
Empréstimos	408 909	0	408 909	0	(13 039)	(47 703)	348 167
Outros ativos	153 732	(27 686)	126 045	(39 567)	(589)	(104)	85 786
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	8 830	(5 314)	3 516	(2 719)	(589)	(104)	104
Restantes ativos não sujeitos a compensação	275 442	0	275 442	0	(423)	(307)	274 712
Total do ativo	1 790 249	(199 704)	1 590 546	(429 042)	(68 925)	(162 473)	930 106

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

							31.12.2016
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósitos	550 204	0	550 204	0	0	0	550 204
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	21 209	(4 020)	17 189	0	0	(17 189)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	8 551	0	8 551	0	0	(8 403)	149
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	3 524	0	3 524	0	0	(3 524)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	75	0	75	0	0	(50)	25
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	57 902	(873)	57 029	0	0	0	57 029
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	569 064	(124 325)	444 739	(386 612)	(35 124)	(9 325)	13 678
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	19 119	0	19 119	0	(1 721)	(897)	16 501
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	82 421	(39 031)	43 390	(2 748)	0	(40 642)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	17 694	0	17 694	0	(7 910)	(7 664)	2 120
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	746 200	(164 228)	581 971	(389 360)	(44 755)	(58 528)	89 328
Outros passivos	186 896	(31 456)	155 440	(56 679)	(1 298)	0	97 463
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	5 793	(1 200)	4 593	(2 834)	(1 297)	0	463
Restantes passivos não sujeitos a compensação	208 773	0	208 773	0	0	0	208 773
Total do passivo	1 725 431	(199 704)	1 525 727	(446 039)	(46 053)	(87 693)	945 942

A coluna “Montantes brutos compensados no balanço” demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica “Outros passivos” e “Outros ativos”, respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

19 – Empréstimos

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31.12.2017	31 dez 2016[1]
Intermediação financeira	52 204	49 618
Indústria	27 478	29 290
dos quais:		
Metais básicos e produtos de metal fabricados	4 211	4 027
Equipamento elétrico e ótico	3 386	4 680
Equipamento de transporte	3 374	3 655
Químicos e produtos químicos	3 623	3 906
Maquinaria e equipamento	3 191	2 461
Produtos alimentares	2 907	3 214
Famílias (excluindo hipotecas)	36 524	37 093
Famílias – hipotecas	150 205	150 776
Setor público	13 711	15 740
Comércio grossista e de retalho	19 252	16 744
Atividades imobiliárias comerciais	29 247	27 369
Financiamento por locação	384	561
Atividades de gestão de fundos	18 708	26 129
Outros	58 167	60 223
dos quais:		
Aluguer de maquinaria e outras atividades comerciais	26 559	22 298
Transporte, armazenamento e comunicação	9 243	12 005
Mineração e exploração de materiais produtores de energia	2 553	3 365
Fornecimento de eletricidade, gás e água	3 552	4 369
Créditos brutos	**405 879**	413 544
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	259	88
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	**405 621**	413 455
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	**3 921**	4 546
Total de créditos	**401 699**	408 909

[1] Antes de 2010, o Grupo reclassificou determinados ativos financeiros, originalmente classificados como ativos detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda. O valor contabilístico e o justo valor dos ativos detidos para negociação ativos reclassificados para empréstimos é de 441 milhões de euros (2016: 514 milhões de euros) e 342 milhões de euros (2016: 414 milhões de euros) e ativos financeiros disponíveis para venda ativos reclassificados para empréstimos é de 22 milhões de euros (2016: 105 milhões de euros) e 22 milhões de euros (2016: 105 milhões de euros) respetivamente

20 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma reserva para perdas de empréstimos concedidos e uma reserva para posições extrapatrimoniais.

Discriminação dos movimentos da provisão para perdas de crédito do Grupo

	2017			2016			2015		
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Provisão, início do exercício	**2 071**	**2 475**	**4 546**	2 252	2 776	5 028	2 364	2 849	5 212
Provisão para perdas de crédito	299	253	552	743	604	1 347	334	548	882
Reconhecimento de perdas líquidas:	(487)	(532)	(1 019)	(894)	(870)	(1 764)	(482)	(612)	(1 094)
Reconhecimento de perdas	(541)	(605)	(1 146)	(979)	(972)	(1 951)	(538)	(717)	(1 255)
Recuperações	54	73	127	85	101	187	56	105	161
Outras alterações	(117)	(41)	(158)	(30)	(35)	(65)	36	(8)	28
Provisão, fim do exercício	**1 766**	**2 155**	**3 921**	2 071	2 475	4 546	2 252	2 776	5 028

Atividade verificada na provisão para as posições extrapatrimoniais do Grupo (passivos contingentes e compromissos de crédito)

	2017			2016			2015		
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Provisão, início do exercício	**162**	**183**	**346**	144	168	312	85	141	226
Provisão para posições extra-patrimoniais	(23)	(4)	(27)	24	12	36	58	16	74
Utilização	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras alterações	(18)	(16)	(34)	(5)	3	(2)	1	10	11
Provisão, fim do exercício	**122**	**163**	**285**	162	183	346	144	168	312

21 – Transferências de ativos financeiros

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os *swaps* de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31.12.2017	31 dez 2016[1]
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	39 973	34 045
Acordos para empréstimo de títulos	58 076	64 661
Swaps de retorno total	2 390	2 079
Outros	12 661	10 830
Total de títulos para negociação	**113 101**	111 615
Outros ativos detidos para negociação	71	85
Ativos financeiros disponíveis para venda	711	241
Empréstimos	131[2]	191[2]
Total	**114 014**	112 132
Montante escriturado de passivos associados	**48 885**	41 536

[1] Os valores do ano anterior foram reajustados no seguimento de reavaliações de determinadas recompras, empréstimo de títulos, empréstimos e outras transações.
[2] Os empréstimos em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contabilístico e um justo valor de 108 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e de 123 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016. Os passivos associados tinham o mesmo valor contabilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de 0.

Valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Montante escriturado dos ativos originais transferidos:		
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	291	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	386	332
Empréstimos	0	40
Montante escriturado dos ativos que continuam a ser reconhecidos:		
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	15	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	96	263
Empréstimos	0	16
Montante escriturado de passivos associados	**54**	58

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com *swaps* de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo

	31 dez 2017			31.12.2016		
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda [1]	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda [1]
Empréstimos:						
Notas de titularização	270	270	270	3	3	57
Outros	13	13	13	12	12	12
Total de créditos	**284**	**284**	**284**	15	15	69
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	36	36	36	47[2]	47[2]	47[2]
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	**36**	**36**	**36**	47	47	47
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	**320**	**320**	**320**	61	61	116
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	67	67	0	64	64	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	**67**	**67**	**0**	64	64	0

[1] A exposição máxima para a perda é definida como o valor escriturado mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos.
[2] Os números do ano anterior foram reajustados para refletir a reavaliação de uma operação em 2017.

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos

	31 dez 2017			31.12.2016		
em milhões de euros	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	3	3	79	0	6	0[1]
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	46	510	0	122[2]	458[2]	0
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	**49**	**513**	**79**	123	465	0

[1] Normalmente, as vendas de ativos como veículos de titularização reportavam-se a ativos que eram classificados como justo valor através de resultados, e por isso qualquer resultado da sua alienação é imaterial.
[2] Os números do ano anterior foram reajustados para refletir a reavaliação de uma operação em 2017.

22 – Ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes[1]

em milhões de euros	31.12.2017	31 dez 2016[2]
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	51 082	40 684
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 469	16 081
Empréstimos	71 404	73 649
Outros	417	376
Total	**129 372**	130 790

[1] Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.
[2] Os resultados do período anterior foram reajustados devido a uma abordagem refinada para determinar os ativos penhorados

Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhorados[1]

em milhões de euros	31.12.2017	31 dez 2016[2]
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	55 882	51 397
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	13 814
Total	**55 882**	65 211

[1] Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.
[2] Os resultados do período anterior foram reajustados devido a uma abordagem refinada para determinar os ativos penhorados

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31.12.2017	31 dez 2016[1]
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	365 492	310 272
dos quais:		
garantia vendida ou repenhorada	307 224	252 758

[1] Os resultados do período anterior foram reajustados devido a uma abordagem refinada para determinar as garantias recebidas e as garantias novamente penhoradas

23 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Total
Custo da aquisição:					
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 432	3 060	2 662	130	**7 284**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	24	(1)	0	23
Adições	134	199	111	281	725
Transferências	35	(4)	144	(171)	4
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	(17)	0	0	(0)	(17)
Alienações	67	908	117	(0)	1 092
Alterações das taxas de câmbio	(1)	34	21	1	55
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 516	2 406	2 820	240	**6 982**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(8)	(1)	0	(9)
Adições	12	165	117	191	485
Transferências	18	75	191	(288)	(4)
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	(61)	0	0	0	(61)
Alienações	96	97	291	0	484
Alterações das taxas de câmbio	(3)	(67)	(92)	(4)	(166)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 387	2 473	2 743	139	**6 743**
Depreciação e imparidade acumuladas:					
Saldo em 1 de janeiro de 2016	464	2 257	1 716	0	**4 438**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	19	(6)	0	12
Depreciação	28	226	191	0	445
Perdas por imparidade	87	6	0	0	93
Reversão de perdas por imparidade	0	(0)	0	0	0
Transferências	39	(14)	6	(0)	30
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	(0)	(1)	(1)	0	(2)
Alienações	46	803	42	0	891
Alterações das taxas de câmbio	(2)	31	23	0	52
Saldo em 31 de dezembro de 2016	572	1 720	1 886	0	**4 178**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(8)	(1)	0	(9)
Depreciação	37	211	193	0	441
Perdas por imparidade	15	3	2	0	19
Reversão de perdas por imparidade	0	(1)	0	0	(1)
Transferências	1	17	(22)	0	(4)
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	(0)	0	0	0	(0)
Alienações	44	90	284	0	418
Alterações das taxas de câmbio	(1)	(54)	(72)	0	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	579	1 800	1 702	0	**4 080**
Valor escriturado:					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	944	685	934	240	**2 804**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	809	673	1 041	139	**2 663**

As perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor contabilístico de itens de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 40 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 41 milhões de euros no fim de 2017.

24 – Locações

O Grupo é locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis.

Compromissos de locação financeira

A maior parte dos contratos de locação financeira do Grupo obedece aos termos e condições habituais.

Valor escriturado líquido de ativos de locação abrangidos por locações financeiras

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Terrenos e edifícios	14	12
Mobiliário e equipamento	4	2
Outros	0	0
Valor escriturado líquido	**18**	14

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações financeiras do Grupo

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	8	6
Entre um ano e cinco anos	20	18
Após cinco anos	70	67
Total de futuros pagamentos mínimos de locação	**98**	91
Menos: Futuros encargos com juros	70	63
Valor presente dos compromissos de locação financeira	**28**	28
Futuros pagamentos mínimos de locação que se espera receber	**0**	3
Rendas contingentes reconhecidas na demonstração de resultados[1]	**0**	0

[1] A renda contingente baseia-se em taxas de juro de mercado, como a EURIBOR a três meses; abaixo de uma certa taxa o Grupo beneficia de uma redução.

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda a maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação. O Grupo tem um contrato de locação significativo, que contém cinco opções de prorrogação do prazo da locação, cada uma por um período de cinco anos, não tendo esta locação específica qualquer opção de compra.

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações operacionais do Grupo

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	684	707
Entre um ano e cinco anos	1 979	2 092
Após cinco anos	1 901	1 093
Total de futuros pagamentos mínimos de rendas	**4 564**	3 893
Menos: Futuras rendas mínimas a receber	**58**	89
Valor líquido de futuros pagamentos mínimos de rendas	**4 506**	3 804

Em 31 de dezembro de 2017, o total de futuros pagamentos mínimos de rendas incluía 305 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação.

Em 2017, as rendas pagas por contratos de locação e sublocação ascenderam a 790 milhões de euros. Isto incluiu 800 milhões de euros em encargos com pagamentos mínimos de locação e 6 milhões de euros em rendas contingentes, bem como 15 milhões de euros associados a rendas de sublocação recebidas.

25 – *Goodwill* e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de *goodwill*

As alterações do valor escriturado de *goodwill*, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de *goodwill*, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC). A partir de 1 de janeiro de 2016, a estrutura das unidades geradoras de caixa principais foi alterada, devido à reorganização de operações de negócio nos termos de uma estrutura de segmentos alterada. No segundo trimestre de 2017 e em conformidade com o anúncio de estratégia efetuado a 5 de março de 2017, as operações comerciais do Grupo foram reorganizadas sob uma nova estrutura divisional, que também reconfigurou os negócios existentes de Global Markets, Corporate Finance e Global Transaction Banking numa única divisão, Corporate & Investment Bank (CIB). Uma análise da CIB confirmou a avaliação anterior de duas unidades geradoras de caixa separadas. Consequentemente, as antigas unidades geradoras de caixa principais "Global Markets" e "Corporate & Investment Banking" foram agrupadas como "Sales & Trading" (S&T) e "Global Transaction Banking, Global Capital Markets & Corporate Finance" (GTB, GCM & CF). Consulte também a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" para mais informações relativamente às alterações na apresentação de divulgações por segmento.

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Sales & Trading	Global Transaction Banking, Global Capital Markets & Corporate Finance	Private and Commercial Clients	Wealth Manage-ment	Postbank	Deutsche Asset Manage-ment	Non-Core Operations Unit[1]	Outras	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	0	519	0	530	0	3 839	0	1	**4 890**
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	285	0	0	0	0	(285)	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(12)	0	0	(12)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade[2]	(285)	0	0	0	0	(500)	0	0	(785)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	13	0	33	0	(37)	0	0	10
Saldo em 31 de dezembro de 2016	0	532	0	564	0	3 006	0	1	**4 103**
Montante bruto do *goodwill*	2 953	1 553	998	564	1 763	3 506	669	1	**12 007**
Perdas por imparidade acumuladas	(2 953)	(1 021)	(998)	0	(1 763)	(500)	(669)	0	**(7 904)**
Saldo em 1 de janeiro de 2017	0	532	0	564	0	3 006	0	1	**4 103**
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	6	(6)	0	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	(3)	0	0	0	0	0	0	(3)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0	(6)	0	0	(6)
Perdas por imparidade[2]	(6)	0	0	0	0	0	0	0	(6)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	(52)	0	(22)	0	(231)	0	0	(306)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	0	471	0	541	0	2 768	0	1	**3 782**
Montante bruto do *goodwill*	2 780	1 485	1 077	541	2 086	3 232	0	1	**11 203**
Perdas por imparidade acumuladas	(2 780)	(1 014)	(1 077)	0	(2 086)	(464)	0	0	**(7 422)**

[1] Inclui as UGC principais NCOU Wholesale Assets e NCOU Operating Assets. A partir de 2017, a NCOU deixou de existir como divisão autónoma. Em conformidade, em 2017 os saldos brutos para goodwill e imparidades acumuladas das antigas unidades geradoras de caixa da NCOU foram afetados a outras unidades geradoras de caixa principais.
[2] As perdas por imparidade de *goodwill* são registadas como imparidade de *goodwill* e de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das unidades geradoras de caixa principais, o segmento CIB inclui *goodwill* resultante da aquisição de um investimento não integrado que não está afetado à unidade geradora de caixa principal do respetivo segmento. Esse *goodwill* é sintetizado em "Outros" no quadro acima.

Em 2017, as alterações em *goodwill* refletiram principalmente as flutuações de taxa de câmbio, predominantemente relacionadas com a conversão de *goodwill* detido em dólares dos Estados Unidos.

Em 2016, as alterações ao *goodwill* incluíam principalmente imparidades de 785 milhões de euros em Sales & Trading (S&T) (285 milhões de euros) e Deutsche AM (500 milhões de euros). A imparidade no segmento S&T foi o resultado da transferência de determinados negócios do Deutsche AM para o S&T no segundo trimestre de 2016. A transferência resultou na reatribuição de 285 milhões de euros de *goodwill* para o Deutsche AM, com base em valores relativos em conformidade com as IFRS. A revisão de imparidade subsequente do segmento S&T conduziu a uma perda por imparidade de 285 milhões de euros do *goodwill* reatribuído. A imparidade de *goodwill* no Deutsche AM foi registada no quarto trimestre de 2016 relativamente à venda do negócio da Abbey Life e à formação de um grupo de alienação detido para venda. Imediatamente antes da respetiva classificação inicial como um grupo de alienação, os montantes escriturados de todos os ativos e passivos incluídos no grupo de alienação da Abbey Life foram medidos e reconhecidos em conformidade com as IFRS aplicáveis. Com a venda da Abbey Life a realizar-se por um montante mais baixo do que o seu valor escriturado, não se esperava que a proporção de *goodwill* da unidade geradora de caixa do Deutsche AM atribuível ao negócio da Abbey Life pudesse ser recuperada com a venda do grupo de alienação. Por conseguinte, o montante de *goodwill* atribuído de 500 milhões de euros, assim como outros ativos intangíveis (valor de negócio adquirido, VOBA) de 515 milhões de euros incluídos no grupo de alienação foram considerados em imparidade e abatidos através da imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis.

Em 2015, as alterações ao *goodwill* (além das relacionadas com as alterações das taxas de câmbio) incluíram principalmente imparidades de 4933 milhões de euros registados no terceiro trimestre de 2015. Estes foram relatados nas antigas unidades geradoras de caixa do segmento CB&S (2168 milhões de euros) e PBC (2765 milhões de euros). No seguimento da ressegmentação do Grupo no primeiro trimestre de 2016, os montantes de imparidade foram reajustados para unidades geradoras de caixa/segmentos corrigidos do segmento GM/CIB e PW&CC/Postbank, com base nos saldos de *goodwill* relacionados com estas unidades de negócio anteriores à imparidade do terceiro trimestre de 2015. Por conseguinte, do montante de imparidade de 4933 milhões de euros, 1568 milhões de euros foram atribuídos à anterior unidade geradora de caixa GM, 600 milhões de euros à anterior unidade geradora de caixa CIB, 1002 milhões de euros ao PCC e 1763 milhões de euros ao Postbank. Estes encargos tinham sido o resultado do teste a imparidades de *goodwill* efetuado no terceiro trimestre de 2015. O teste foi acionado pela substanciação adicional da nossa estratégia no terceiro trimestre de 2015, amplamente motivada pelo impacto dos então requisitos de capital regulamentares que se esperavam mais elevados para ambos os antigos segmentos CB&S e PBC, bem como as expectativas de alienação na PBC. Em ligação à venda das operações portuárias canadianas da Maher Terminals, foi atribuído *goodwill* de 138 milhões de euros ao grupo de alienação classificado como detido para venda no primeiro trimestre de 2015.

Teste de imparidade de *goodwill*

Para efeitos de teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradora de caixa (UGC). Com base na descrição na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O "outro" *goodwill* é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados. O *goodwill* é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o *goodwill* sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso.

Os testes anuais de imparidade de *goodwill* levados a cabo em 2017 e 2016 não tiveram como resultado uma perda por imparidade nas principais unidades geradoras de caixa com *goodwill* do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes a estas unidades geradoras de caixa foram superiores aos dos respetivos valores escriturados.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou alguns riscos políticos ou globais para a atividade bancária, como um retorno da dívida soberana na Europa, incertezas quanto à implementação de regulamentação já adotada e a introdução de legislação que está a ser debatida, ou um abrandamento do crescimento do PIB, podem ter um impacto negativo nas previsões de desempenho de algumas unidades geradoras de caixa do Grupo, resultando assim numa imparidade de *goodwill* no futuro.

Valor escriturado

A quantia escriturada de uma unidade geradora de caixa principal é apurada usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas *Tier 1* adicionais ("Notas AT1") que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado aos efeitos especiais relacionados com investimentos não integrados, que são testados separadamente para detetar imparidades, tal como descrito acima, e a um ajustamento complementar do *goodwill* atribuível a participações minoritárias.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das UGC principais com base no justo valor menos os custos da alienação (nível 3 da hierarquia do justo valor) e emprega um modelo de fluxo de caixa descontado (FCD), que reflete a especificidade do negócio da banca e do seu contexto regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, afetadas às principais UGC compatíveis com o respetivo tratamento no valor escriturado.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expetativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de lucros para além do período de cinco anos inicial são, se aplicável, ajustadas de modo a inferir um nível sustentável e o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir para uma taxa de crescimento a longo prazo constante de 3,2% (2016: 2,8%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em muito menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto.

Principais unidades geradoras de caixa com *goodwill*

	Taxa de desconto (após impostos)	
	2017	2016
Global Transaction Banking, Global Capital Markets & Corporate Finance	8,8%	8,8%
Wealth Management	9,1%	8,4%
Deutsche Asset Management	10,0%	9,9%

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Wealth Management	- Estratégia continuamente informada pelos desenvolvimentos e tendências de mercado, incluindo a criação e concentração global de riqueza, digitalização, envelhecimento da população, transferência para a geração seguinte e tendências de produto, bem como a atividade da concorrência e índices de referência - Enfoque na transição crescente da agenda de proteção e transformação para o crescimento (p. ex. o objetivo de contratar > 100 equivalentes a tempo inteiro para o front office) - Enfoque continuado na expansão da atividade comercial junto dos clientes com património líquido elevado e ultraelevado com uma forte cobertura dos mercados desenvolvidos e emergentes selecionados - Criar a gestão discricionária de carteiras global e soluções de consultoria de investimentos, bem como aumentar os proveitos da colaboração entre divisões (esp. CIB) - Continuar a aplicar o balanço para propostas de empréstimo a WM - Alargar a liderança no mercado nacional alemão em conjugação com uma forte estratégia de crescimento orgânico na Ásia e Pacífico, mercado selecionados da EMEA (p. ex. Reino Unido, MEA) e Américas - Ambição de obter uma quota de mercado maior no ambiente competitivo fragmentado - Beneficiar de poupança de custos decorrentes da otimização da plataforma operacional e de medidas de transformação - Investimento direcionado para mais melhorias na plataforma, soluções de investimento e criação de capacidades digitais	- Importantes ameaças setoriais, ou seja, volatilidade do mercado e das taxas de juro, peso da dívida pública, aumento dos custos decorrentes de regulamentação futura, desenvolvimentos tecnológicos - Ambiente de continuação de taxas de juro baixas - Investidores continuam a manter ativos fora dos mercados, refúgio em tesouraria ou produtos mais simples e com comissões mais baixas e a reduzir as atividades de negociação - Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de capital novo líquido devido à incerteza no mercado, instabilidade de franquia, reputação do DB, perda de gestores de clientes de elevada qualidade - Dificuldades de execução das estratégias de crescimento orgânico devido a certas restrições, por ex. incapacidade de contratar gestores de clientes, ciclo de desenvolvimento de produtos mais longo - Poupança de custos decorrentes de ganhos de eficiência e melhorias de processos/TI esperadas não são realizadas como previsto
Deutsche Asset Management	- Fornecer um forte desempenho de produtos de investimento - Expandir o conjunto de produtos em áreas de crescimento (por ex., esquemas de investimento SAG, alternativas, multiativos, passivos), racionalizando ao mesmo tempo estratégias não essenciais - Fluxos líquidos consistentes potencializando a liderança da quota de mercado na Alemanha e no resto da Europa e crescimento contínuo na Ásia e Pacífico e Américas - Diversificação da cobertura intermediária relativamente a canais de elevado crescimento e implementação de soluções digitais para servir novos canais - Maior eficiência através de processos operacionais essenciais melhorados, otimização de plataformas e racionalização de produtos - Compressão de margem antecipada do regulamento (MIFID II)	- Ambiente desafiante de mercado e volatilidade desfavorável às nossas estratégias de investimento - Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos - Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado - Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas
Global Transaction Banking, Global Capital Markets e Corporate Finance	- Maximizar a oferta de franquias motivadas pelos clientes oferecendo um conjunto de produtos da banca de investimentos em geração de ações (Equity Origination) e geração de dívida (Debt Origination), assim como Consultoria (Advisory) em combinação com Trade, Cash, Trust, Agency e Security Services na banca de transação - A perspetiva macroeconómica é positiva com economias chave na Europa a apoiar o crescimento do comércio e o aumento das taxas de juro, apoiando o crescimento nos negócios de Cash e Trade - A consultoria assume a reestruturação de lacunas do setor nas equipas de cobertura, melhorando a mistura no lado das vendas e aumentando a cobertura de negócios de M&A transfronteiriços - Prevê-se que o volume de comissões de geração de ações (Equity Origination) e geração de dívida (Debt Origination) continue elevado. Avaliação dos mercados de ações, perspetiva macroeconómica positiva e principalmente na Dívida, onde se espera um vencimento de refinanciamento a médio prazo - Atenuar os aumentos de capital motivados pela regulamentação através da gestão de carteira e reinvestimento para melhorar a rentabilidade através de relações e segmentos de clientes selecionados - Recalibrar a estrutura de modelo de incentivo para	- O contexto macroeconómico permanece desafiante, particularmente na Europa - Risco do processo de saída do Reino Unido da União Europeia - As iniciativas para otimizar a carteira através de reafetação de recursos podem não gerar o crescimento de proveitos esperado e as reduções no cliente, país e perímetro de produtos podem ter um impacto superior ao esperado nos proveitos - Maior compressão de margens potencial - O declínio nos custos esperados provenientes das iniciativas estratégicas não se materializa no período planeado - Possíveis desenvolvimentos geopolíticos e macroeconómicos adversos com impacto nos volumes de comércio, taxas de juro e variações cambiais - Restrições de recursos sob a forma de investimento em tecnologia, número de colaboradores e capital, com impacto na capacidade para gerar o nível esperado de rentabilidade

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
	impulsionar os proveitos junto dos clientes que geram maior rentabilidade através de maior densidade de produto - Investimento continuado em melhorias de tecnologia e aperfeiçoamentos de plataforma; autofinanciados através de eficiências de custos internas	

Sensibilidades: Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). A administração considera que as alterações possíveis e razoáveis nos pressupostos-chave poderiam provocar perdas por imparidade nas divisões GTB, GCM & CF e WM, em que os valores recuperáveis excediam os respetivos valores escriturados em 18% ou 2,5 mil milhões de euros (GTB, GCM e CF) e 18% ou 0,5 mil milhões de euros (WM).

Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	GTB, GCM & CF	WM
Aumento na taxa de desconto (após impostos) de	8,8 %/10,4 %	9,1 %/9,9 %
Lucros futuros previstos em cada período	(14) %	(9) %
Taxas de crescimento a longo prazo	N/S	0,6%

N/S – Não significativo, dado que uma taxa de 0 % levaria ainda a um valor recuperável superior ao valor escriturado.

Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016

	Ativos intangíveis adquiridos								Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizado			Amortizado					Amortizado	
em milhões de euros	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Valor de negócio adquirido	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Software	
Custo de aquisição/fabrico:										
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 061	440	1 501	1 559	941	795	1 112	4 407	4 846	10 755
Adições	0	0	0	27	0	0	49	76	1 499	1 575
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(155)	(806)	0	(13)	(974)	0	(975)
Alienações	0	0	0	1	0	0	148	149	123	272
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(747)	(203)	(950)	0	(950)
Transferências	0	0	0	0	0	0	65	65	(29)	36
Alterações das taxas de câmbio	33	0	33	1	(135)	22	9	(103)	42	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 094	440	1 534	1 431	0	70	871	2 372	6 235	10 140
Adições	0	0	0	15	0	0	48	63	1 360	1 423
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	(35)	(35)	(171)	(206)
Alienações	0	0	0	0	0	0	21	21	121	142
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(6)	0	0	0	(6)	0	(6)
Transferências	0	(0)	(0)	1	0	0	50	51	(42)	9
Alterações das taxas de câmbio	(131)	(1)	(132)	(77)	0	0	(12)	(89)	(237)	(457)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	963	439	1 402	1 364	0	70	901	2 335	7 024	10 761
Amortização e imparidade acumulada:										
Saldo em 1 de janeiro de 2016	268	418	686	1 476	300	429	893	3 098	1 782	5 567
Amortização do exercício	0	0	0	39	37	24	36	136	679	815[1]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(155)	(808)	0	(15)	(978)	(10)	(988)
Alienações	0	0	0	1	0	0	146	147	99	246
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(359)	(94)	(453)	0	(453)
Perdas por imparidade	0	6	6	0	515	0	0	515	60	580[2]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	39	10	49	0	49[3]
Transferências	0	0	0	3	0	0	45	48	(20)	28
Alterações das taxas de câmbio	8	0	8	1	(43)	10	6	(26)	26	7
Saldo em 31 de dezembro de 2016	276	424	700	1 363	0	65	715	2 143	2 418	5 261
Amortização do exercício	0	0	0	34	0	4	27	65	870	935[4]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	(35)	(35)	(171)	(206)
Alienações	0	0	0	0	0	0	18	18	81	99
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(4)	0	0	0	(4)	0	(4)
Perdas por imparidade	0	15	15	0	0	0	0	0	42	57[5]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	41	41	(35)	6
Alterações das taxas de câmbio	(33)	0	(33)	(72)	0	0	(12)	(84)	(129)	(246)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	243	439	682	1 321	0	69	718	2 108	2 914	5 704
Valor escriturado:										
Em 31 de dezembro de 2016	818	15	833	68	0	5	156	229	3 817	4 879
Em 31 de dezembro de 2017	719	1	720	43	0	1	183	227	4 110	5 057

[1] Os 815 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.
[2] Dos quais 521 milhões de euros foram incluídos numa imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis, consistindo em imparidades de um ativo intangível de marcas registadas não amortizado (6 milhões de euros), assim como o abatimento do valor de negócio adquirido (VOBA; 515 milhões de euros). Além disso, 60 milhões de euros em imparidades relacionadas com o desenvolvimento interno de software foram registados em despesas gerais e administrativas.
[3] Foram registados 49 milhões de euros como reversão de imparidade de um ano anterior relacionados com a venda da Maher Terminals LLC (NCOU) e estão incluídos em imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis.
[4] Os 935 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.
[5] Dos quais 42 milhões de euros estavam relacionados com a imparidade de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas, e 15 milhões de euros relativos à imparidade de um ativo intangível de marca registada sem amortização, que está incluída em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis.

Ativos intangíveis amortizados

Em 2017, a amortização de outros ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 291 milhões de euros. Tal deveu-se principalmente a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,4 mil milhões de euros, representando a capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Compensadas foram as despesas de amortização de 935 milhões de euros, nomeadamente para o consumo agendado de software capitalizado (897 milhões de euros). A reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à imparidade do software de desenvolvimento próprio (42 milhões de euros). Adicionalmente, a valorização do euro correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de 113 milhões de euros, reduzindo o valor contabilístico líquido de amortização de ativos intangíveis.

Em 2016, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu num valor líquido de 327 milhões de euros. Os componentes principais deste desenvolvimento incluíram aumentos devidos a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,5 mil milhões de euros, o que representa a capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Estes foram compensados pelas despesas de amortização de 815 milhões de euros, principalmente relacionadas com o consumo de ativos agendados do software de desenvolvimento próprio (679 milhões de euros), e alterações de imparidades de 580 milhões de euros, refletindo essencialmente o abatimento do valor de negócio adquirido (VOBA; 515 milhões de euros) como consequência da alienação da Abbey Life (Deutsche AM). Para além disso, a reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à depreciação do software de desenvolvimento próprio (60 milhões de euros). Antes da venda do investimento antigo NCOU na operação Maher Terminals' Port Elizabeth no quarto trimestre de 2016, a respetiva reclassificação para a categoria de detido para venda no terceiro trimestre de 2016 tinha levado a uma redução líquida de 497 milhões de euros nos outros ativos intangíveis baseados em contratos e designações comerciais.

Durante 2015, as principais alterações na amortização de outros ativos intangíveis incluíram acrescentos a ativos intangíveis gerados internamente no valor de 1,2 mil milhões de euros, que representam a capitalização de despesas incorridas em conjunto com as atividades do Grupo relacionadas com o desenvolvimento de software próprio. Por outro lado, e como resultado da reavaliação da plataforma de software atual, bem como do software em construção, o Grupo registou imparidades no software autodesenvolvido no valor de 191 milhões de euros. Em 27 de abril de 2015, o Deutsche Bank anunciou o seu novo mapa estratégico, em que a venda do Postbank era uma parte integrante. A atualização adicional da nova estratégia do grupo constituiu um facto gerador em que o *goodwill* e outros ativos não financeiros incluídos na unidade geradora de caixa PBC tiveram de ser testados relativamente à sua imparidade. A valorização efetuada no terceiro trimestre de 2015 sobre o novo plano estratégico resultou numa imparidade da antiga UGC PBC. Após a afetação da imparidade ao abatimento total do antigo *goodwill* da PBC (2,8 mil milhões de euros), foi reconhecida uma perda por imparidade de 837 milhões de euros relacionada com outros ativos intangíveis na antiga unidade geradora de caixa do segmento PBC (dos quais 834 milhões de euros referem-se à unidade geradora de caixa do Postbank), refletindo a alteração na intenção estratégica e na então esperada desconsolidação do Postbank. A imparidade baseou-se no justo valor menos os custos do modelo de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Dessa imparidade, 427 milhões de euros estão relacionados com a amortização de ativos intangíveis, que incluem principalmente abatimentos de ativos intangíveis relacionados com o cliente (397 milhões de euros), intangível de marcas registadas BHW (16 milhões de euros) e ativos intangíveis baseados em contratos (14 milhões de euros). O restante foi alocado para o abatimento do ativo intangível da marca registada Postbank sem amortização (410 milhões de euros, ver abaixo).

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em anos
Ativos intangíveis gerados internamente:	
Software	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Ativos intangíveis baseados em contratos	até 8
Outros	até 80

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a 719 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à unidade geradora de caixa da Deutsche AM. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à DWS Investments o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. pelo Grupo em 2002.

O valor recuperável do ativo de 719 milhões de euros foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos e a taxa de comissão efetiva. As taxas de desconto (custo de capital) aplicadas no cálculo foram de 10,5 % em 2017 e 10,7% em 2016. As análises da avaliação para os anos de 2017 e 2016 não resultaram em nenhuma imparidade nem na reversão de imparidades anteriores.

Marcas registadas: Os outros ativos intangíveis não amortizados incluíram as marcas registadas Postbank (atribuída à unidade geradora de caixa do Postbank) e Sal. Oppenheim (atribuídas à unidade geradora de caixa WM), que foram ambas adquiridas em 2010. A marca registada Postbank foi inicialmente reconhecida em 2010 com um valor de 382 milhões de euros. Ao concluir a atribuição do preço de aquisição em 2011, o justo valor da marca registada Postbank aumentou para 410 milhões de euros. A Sal. Oppenheim foi reconhecida com um valor de 27 milhões de euros. Uma vez que se previa que ambas as marcas registadas criassem fluxos de caixa por um período de duração indefinida, foram classificadas como ativos intangíveis não amortizados. Ambas as marcas foram registadas ao justo valor na data de aquisição, com base em avaliações feitas por terceiros. Os valores recuperáveis foram calculados como o justo valor subtraído dos custos de alienação das marcas registadas com base na abordagem de rendimento através do método dispensa de royalty. Refletindo na alteração da intenção estratégica e da desconsolidação esperada do Postbank, a marca registada Postbank (410 milhões de euros) foi totalmente abatida no terceiro trimestre de 2015. Em seguimento de uma análise do modelo de valorização da marca registada Sal. Oppenheim, foi registada uma depreciação de 6 milhões de euros no quarto trimestre de 2015. A descontinuidade do seu uso fora do mercado alemão conduziu a uma outra depreciação de 6 milhões de euros registados no quarto trimestre de 2016. Como o Grupo anunciou a 26 de outubro de 2017 a sua intenção de integrar a franquia, Sal. Oppenheim no Deutsche Bank durante o ano de 2018 e de descontinuar a marca Sal. Oppenheim, o valor contabilístico da marca registada (15 milhões de euros) foi considerado em imparidade e totalmente abatido no quarto trimestre de 2017.

26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Numerário, montantes a receber e depósitos em bancos, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	243
Ativos detidos para negociação, derivados, ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	30
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	29
Empréstimos	0	46
Ativos fixos tangíveis	15	174
Outros ativos	26	42
Total de ativos classificados como detidos para venda	**45**	563
Depósitos, recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda	0	570
Passivos detidos para negociação, derivados, passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	29
Dívida a longo prazo	0	0
Outros passivos	16	102
Total de passivos classificados como detidos para venda	**16**	701

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

Venda da subsidiária argentina Deutsche Bank S.A.

A 5 de junho de 2017, o Grupo anunciou a conclusão da venda da sua subsidiária argentina Deutsche Bank S.A. ao Banco Comafi S.A. Com aprovações regulamentares substanciais pendentes recebidas em maio de 2017, a entidade tinha sido classificada como um grupo de alienação detido para venda antes da sua alienação em junho de 2017. A alienação resultou numa perda antes de impostos na venda de 190 milhões de euros, incluindo a realização de um ajustamento de conversão cambial, que foi registado no segundo trimestre de 2017 e principalmente incluído em C&A.

Alienações em 2017

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Deutsche Asset Management	No quarto trimestre de 2016, o Grupo tinha classificado a sua administração de fundos e serviços de custódia da Sal. Oppenheim Luxembourg como um grupo de alienação detido para venda. A transação foi objeto das habituais condições de fecho e aprovações regulamentares e foi concluída a 1 de dezembro de 2017.	Até à sua alienação, a reavaliação da unidade resultou numa perda por imparidade adicional de 5 milhões de euros registada em Outros resultados em 2017.	Quarto trimestre de 2017

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2016

Divisão	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda	Impacto financeiro [1]	Informações adicionais
Deutsche Asset Management	Em 22 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que tinha celebrado um contrato de venda da administração de fundos e serviços de custódia da Sal. A Oppenheim Luxembourg para o banco privado Hauck & Aufhäuser. Por conseguinte, o balanço do negócio relacionado foi classificado como um grupo de alienação detido para venda. A conclusão da transação, que compreende a venda de duas entidades no Luxemburgo e respetivo pessoal, é objeto das habituais condições de fecho e aprovações reguladoras e espera-se que seja concluída em doze meses.	A reavaliação do grupo de alienação resultou numa perda por imparidade de 34 milhões de euros, registados em Outros resultados do quarto trimestre de 2016.	Alienado no quarto trimestre de 2017

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

Alienações em 2016

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Non-Core Operations Unit	Em 15 de abril de 2016, o Grupo anunciou que tinha chegado a um acordo com a Macquarie Infrastructure Partners III ("MIP III"), um fundo gerido pela Macquarie Infrastructure and Real Assets ("MIRA"), para vender a Maher Terminals USA, LLC ("Maher Terminals"), um terminal de contentores multiutilizador em Port Elizabeth, Nova Jérsia. Ao abrigo da transação, a MIP III concordou em adquirir 100 % da Maher Terminals, sujeita a aprovações dos reguladores. No seguimento dos progressos adicionais conseguidos no terceiro trimestre de 2016, a partir de 30 de setembro de 2016, a Maher Terminals tinha sido classificada como um grupo de alienação detido para venda. A reclassificação não resultou numa perda por imparidade. Antes da respetiva reclassificação, a Maher Terminals tinha sido contabilizada como um investimento antigo consolidado detido dentro da divisão NCOU. A venda foi concluída com êxito em 16 de novembro de 2016.	Nenhum	Quarto trimestre de 2016
Deutsche Asset Management	Em 28 de setembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo com a Phoenix Life Holdings Limited ("Phoenix Life"), uma subsidiária da Phoenix Group Holdings ("Phoenix Group"), para vender o respetivo negócio da Abbey Life (Abbey Life Assurance Company Limited, Abbey Life Trustee Services Limited e Abbey Life Trust Securities Limited) que eram detidas na divisão Deutsche AM. Nos termos da transação, a Phoenix Life concordou em adquirir 100 % do negócio da Abbey Life por um preço de compra, líquido de determinados ajustes, de 933 milhões de libras esterlinas (1087 milhões de euros, com base na taxa de juros do final do exercício) e uma proteção de indemnização de até 175 milhões de libras esterlinas, cobrindo um período de até 8 anos de potenciais desfechos em relação a uma revisão iminente pela Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA). A transação foi objeto de aprovações dos reguladores, incluindo a da Autoridade Reguladora Prudencial do Reino Unido (PRA), assim como de um voto dos acionistas do Phoenix Group e da conclusão de uma publicação de direitos pelo Phoenix Group para financiar a transação. Com os acionistas do Phoenix Group a votar na aprovação da transação em 24 de outubro de 2016 e a publicação de direitos concluída em 8 de novembro de 2016, o Phoenix Group anunciou em 13 de dezembro de 2016 que a PRA tinha consentido a aquisição da Abbey Life. A conclusão da transação ocorreu em 30 de dezembro de 2016. Por conseguinte, as entidades da Abbey Life foram desconsolidadas do balanço do Grupo no final do exercício de 2016.	Com todos os requisitos cumpridos e antes da data de fecho da transação, as entidades da Abbey Life foram objeto das regras contabilísticas de detenção para venda. Por conseguinte e imediatamente antes da respetiva classificação inicial como detida para venda, o grupo de alienação, que continha também ativos intangíveis de 1015 milhões de euros [englobando o *goodwill* de 500 milhões de euros afetado da unidade geradora de caixa na alienação da Deutsche AM assim como o VOBA de 515 milhões de euros (valor de negócio adquirido), foi inicialmente medido e reconhecido em conformidade com as regras contabilísticas aplicáveis. Uma comparação do justo valor menos custos de venda e ativos líquidos do grupo de alienação resultou numa imparidade inicial de 1015 milhões de euros registada no segmento de resultados da divisão Deutsche AM do quarto trimestre de 2016 como uma imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis. Com a conclusão da venda, as perdas cumulativas de 500 milhões de euros decorrentes do término do programa de coberturas de fluxos de caixa do negócio da Abbey Life, que eram anteriormente uma componente de outro rendimento integral, foram divulgadas nos resultados. Estas foram compensadas por outros resultados conduzindo a 515 milhões de euros de proveitos positivos líquidos como resultado da venda. Juntamente com a imparidade de intangíveis de 1015 milhões de euros já reconhecidos, no quarto trimestre de 2016, o Grupo registou uma perda antes de impostos global na transação de 1015 milhões de euros.	Quarto trimestre de 2016

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Private & Commercial Bank	Em 28 de dezembro de 2015, o Deutsche Bank acordou na venda de toda a sua quota de 19,99 % na Hua Xia Bank Company Limited (“Hua Xia”) à PICC Property and Casualty Company Limited (“PICC Property & Casualty”). Em conformidade e no final do exercício de 2015, o investimento pelo método de equivalência patrimonial na Hua Xia de 3,3 mil milhões de euros foi reclassificado na categoria de detido para venda. A conclusão da transação foi objeto das habituais condições de fecho e aprovações dos reguladores, incluindo a da Comissão de Regulação do Setor Bancário da China, que concedeu a sua aprovação para que a PICC Property and Casualty, no quarto trimestre de 2016, comprasse a quota do Deutsche Bank na Hua Xia.	Devido à reavaliação do investimento detido para venda e até à sua alienação no quarto trimestre de 2016, o Grupo registou perdas de reavaliação de 122 milhões de euros durante 2016 no ativo não corrente, assinalando a descida para os 3,1 mil milhões de euros. As perdas de reavaliação registadas em outros resultados foram sobretudo resultado do declínio na cotação da ação da Hua Xia e de um desenvolvimento adverso nas taxas de câmbio. Devido à contrapartida acordada para a quota da Hua Xia, outros efeitos relacionados com a transação compensaram parcialmente o declínio na cotação da ação. Adicionalmente, outro rendimento integral acumulado de 662 milhões de euros relacionado com o investimento foi reclassificado na demonstração de resultados. A transação global relacionada com o ganho líquido em 2016 ascendeu aos 624 milhões de euros.	Quarto trimestre de 2016
Private & Commercial Bank	O Deutsche Bank celebrou o contrato definitivo anteriormente anunciado de venda do seu negócio U.S. Private Client Services (PCS) à Raymond James Financial, Inc. a partir de 6 de setembro de 2016.	Nenhum	Terceiro trimestre de 2016
Deutsche Asset Management	Em agosto de 2015, o Deutsche Bank tinha anunciado que tinha chegado a um acordo de venda do seu negócio de gestão de ativos indiano à Pramerica Asset Managers Pvt. Ltd. Em março de 2016, todas as aprovações reguladoras tinham sido obtidas e a venda foi concluída.	Nenhum	Primeiro trimestre de 2016

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

27 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Outros ativos:		
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	46 519	57 924
Valores a receber de corretagem prime	12 638	9 859
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	3 929	6 409
Valores a receber de operações *regular way* não liquidadas	19 930	30 908
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	83 015	105 100
Juros acumulados a receber	2 374	2 433
Ativos detidos para venda	45	563
Outros	16 057	17 950
Total de outros ativos	**101 491**	126 045

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Outros passivos:		
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	58 865	70 706
Valores a pagar de corretagem prime	25 042	20 155
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2 562	2 668
Valores a pagar de operações *regular way* não liquidadas	20 274	28 490
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	106 742	122 019
Juros acumulados a pagar	2 623	2 712
Passivos detidos para venda	16	701
Outros	22 827	30 008
Total de outros passivos	**132 208**	155 440

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 26, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”.

28 – Depósitos

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à ordem não remunerados	226 339	200 122
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	133 280	129 654
Depósitos a prazo	133 952	130 299
Depósitos de poupança	87 241	90 129
Total de depósitos remunerados	354 473	350 082
Total de depósitos	**580 812**	550 204

29 – Provisões

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Atividade de poupança e crédito habitação	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Pedidos de recompra de hipotecas	Outros	Total[1]
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 132	315	1 418	4 048	656	409	922	**8 900**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(0)	0	0	(8)	0	(66)	(74)
Novas provisões	213	123	1 192	1 616	535	25	582	4 286
Montantes utilizados	213	23	403	82	333	273	545	1 872
Montantes não utilizados revertidos	37	93	278	34	110	10	131	693
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/ efeito financeiro do desconto	(36)	0	12	84	4	13	5	82
Transferências	0	(13)	72	(24)	(1)	0	(31)	3
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 059	309	2014	5 607	741	164	735	**10 629**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	(5)	(0)	(1)	0	5	(1)
Novas provisões	194	84	745	306	601	0	847	2 778
Montantes utilizados	169	53	1 611	3 576	458	71	688	6 626
Montantes não utilizados revertidos	16	49	134	711	182	0	118	1 210
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/ efeito financeiro do desconto	28	(15)	(86)	(575)	(4)	(20)	(18)	(690)
Transferências	14	(2)	193	(153)	(0)	0	3	56
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 110	275	1 115	897	696	73	766	**4 934**

[1] Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 20, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

Classes de provisões

As provisões para poupança e crédito habitação (*home savings*) decorrem da atividade de poupança e crédito habitação do Grupo Deutsche Postbank e Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft. Em poupança e crédito habitação, um cliente celebra um contrato de crédito para construção, mediante o qual esse cliente passa a ter o direito de pedir empréstimos sobre essa linha de crédito para construção assim que depositar junto do banco credor um determinado valor em dinheiro. No âmbito do contrato de crédito para construção há lugar ao débito de comissões de abertura de crédito e ao pagamento de juros sobre os montantes depositados a uma taxa que é, tipicamente, mais baixa do que aquela que é paga sobre outro tipo de depósitos bancários. Na eventualidade do cliente decidir não contrair empréstimos, o cliente passa a ter direito a um bónus de juros retroativos, que corresponde à diferença entre a baixa taxa de juro contratual aplicada à poupança e uma taxa de juro fixa, atualmente bastante acima da taxa de mercado. A provisão para poupança e crédito habitação diz respeito à obrigação de reembolso da comissão de abertura de crédito e o potencial bónus de juros. O modelo de cálculo da obrigação com o potencial bónus de juros inclui parâmetros relativos à percentagem de base de clientes afetada, taxa de bónus aplicável, estatuto do cliente e momentos de pagamento. Outros fatores que influenciam a provisão são dados estatísticos disponíveis sobre o comportamento de clientes e a conjuntura geral que poderá vir a afetar o negócio no futuro.

Operacional provisões que surgem do risco operacional e que excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões.

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

Processos civis as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

As provisões para pedidos de recompra de hipotecas decorrem da atividade de créditos hipotecários residenciais do Deutsche Bank nos Estados Unidos. Entre 2005 e 2008, como parte da atividade de créditos hipotecários residenciais, o Deutsche Bank vendeu aproximadamente 84 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em títulos *private label* e 71 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em títulos de crédito através de vendas *whole loan*. Têm sido apresentados ao Deutsche Bank pedidos de recompra de créditos da parte de compradores, investidores e seguradores financeiros, com base em alegadas violações materiais de representações e garantias ou pedidos de indemnização dessas pessoas relativamente às alegadas perdas sofridas em consequência. A prática geral do Deutsche Bank é processar os pedidos de recompra válidos que são submetidos em conformidade com os direitos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2017, o Deutsche Bank tinha, aproximadamente, 485 milhões de dólares dos Estados Unidos em pedidos de recompra de hipotecas pendentes (com base no saldo de capital original dos créditos). Estes pedidos consistem, principalmente, em pedidos efetuados relativamente a titularizações *private label* pelos respetivos mandatários ou executores. Face a estes pedidos pendentes, o Deutsche Bank registou provisões de 88 milhões de dólares dos Estados Unidos (73 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2017. O Deutsche Bank é o beneficiário de acordos de indemnização dos originadores ou vendedores de alguns empréstimos hipotecários sujeitos a estes pedidos, quanto aos quais o Deutsche Bank reconheceu valores a receber de 64 milhões de dólares dos Estados Unidos (53 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2017. As provisões líquidas face a estes pedidos após dedução de tais valores a receber foram de 24 milhões de dólares dos Estados Unidos (20 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o Deutsche Bank tinha concluído recompras, obtido acordos de rescisão, liquidado ou rejeitado como reclamações inoportunas sobre empréstimos com um saldo principal original de aproximadamente 9,2 mil milhões de dólares dos Estados Unidos. No âmbito daquelas recompras, acordos e liquidações, o Deutsche Bank conseguiu a liberação de potenciais reclamações num montante aproximado de 98,4 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em créditos vendidos pelo Deutsche Bank, conforme atrás descrito.

Podem surgir novos pedidos de recompra de hipotecas relativamente a créditos vendidos pelo Deutsche Bank, mas este não pode estimar com fiabilidade a respetiva data ou montante. Em 11 de junho de 2015, o Tribunal de Segunda Instância do Estado de Nova Iorque emitiu um parecer afirmando o indeferimento de reclamações de recompra de hipotecas afirmadas em litígios relacionados com títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação emitidos pelo Deutsche Bank com base no início inoportuno da ação. O tribunal afirmou que os pedidos de recompra, cujas alegadas violações de representações contratuais e garantias pertencentes aos créditos em questão, foram acumulados a partir da data de fecho da titularização e, por conseguinte, prescreveram ao abrigo do prazo de prescrição de seis anos de Nova Iorque. Esta decisão e as decisões relacionadas podem ter um impacto no âmbito em que os pedidos de recompra futuros sejam feitos ao Deutsche Bank e com base na probabilidade de êxito de tais reclamações.

O Deutsche Bank não atuou como executor dos créditos integrais vendidos a terceiros (o que constitui praticamente metade de todos os créditos hipotecários residenciais vendidos nos Estados Unidos entre 2005 e 2008) e, após a venda, o Deutsche Bank deixou de ter acesso a informação sobre o respetivo desempenho. Embora o desempenho dos créditos esteja publicamente disponível nos créditos hipotecários titularizados pelo Deutsche Bank, não há uma correlação direta entre o respetivo desempenho e os pedidos de recompra recebidos. Receberam-se pedidos referentes a créditos incumpridos, bem como referentes a créditos correntes e a créditos totalmente pagos.

Outras provisões incluem vários itens específicos resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas e provisões para taxas bancárias.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis. Esta tendência aumentou acentuadamente no seguimento da crise financeira global.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 encontram-se apresentados na tabela acima. Nas matérias para as quais o Grupo acredita ser provável haver uma saída de fundos, não foram reconhecidas provisões pois o Grupo não podia fazer uma estimativa fiável do montante da potencial saída de fundos.

Nas matérias para as quais pode ser feita uma estimativa fiável, o Grupo calcula atualmente que, em 31 de dezembro de 2017, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota, mas menos do que provável era de cerca de 2,4 mil milhões de euros para matérias de processos civis (31 de dezembro de 2016: 1,5 mil milhões de euros) e 0,3 mil milhões de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2016: 0,8 mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável e em conformidade, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita que a possibilidade de uma saída de fundos é remota e por conseguinte, não reconheceu uma provisão nem a incluiu nas estimativas dos passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incursa quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de processos civis e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda.

Litígio Fundos Esch. Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA (“Sal. Oppenheim”) esteve, anteriormente à respetiva aquisição pelo Deutsche Bank em 2010, envolvida no marketing e financiamento de participações em fundos imobiliários fechados. Estes fundos foram estruturados como sociedades civis ao abrigo do direito alemão. Normalmente, a Josef Esch Fonds-Projekt GmbH efetuou o planeamento e desenvolvimento de projetos. Sal. Oppenheim deteve participação indireta nesta empresa através de um empreendimento conjunto. Relativamente a este negócio, foram apresentadas várias queixas cíveis contra a Sal. Oppenheim Algumas, mas não todas, destas queixas são também dirigidas aos antigos sócios-gerentes da Sal. Oppenheim e outros indivíduos. As queixas levantadas contra a Sal. Oppenheim referem-se a investimentos originalmente de cerca de 1,1 mil milhões de euros. Depois de determinadas reclamações terem sido rejeitadas ou resolvidas, as reclamações relacionadas com investimentos de aproximadamente 140 milhões de euros continuam pendentes. Atualmente, os valores agregados solicitados nas intervenções pendentes são de aproximadamente 190 milhões de euros. Os investidores estão a tentar dissolver a respetiva participação de fundos e ser compensados por potenciais perdas e dívida relacionadas com o investimento. As queixas são parcialmente baseadas num alegado incumprimento da Sal. Oppenheim em fornecer informação adequada sobre os riscos relacionados e outros aspetos materiais importantes para a decisão de investimento dos investidores. Com base nos factos dos casos individuais, alguns tribunais decidiram a favor e alguns contra a Sal. Oppenheim Existem recursos pendentes. O Grupo registou provisões e passivos contingentes relativamente a estes casos mas não divulgou os montantes dos mesmos porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que investigaram as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Deutsche Bank colaborou nas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank realizou a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial.

Em 19 de outubro de 2016, a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Matérias-Primas dos EUA (“CFTC”), Divisão de Execução emitiu uma carta (“Carta da CFTC”) a notificar o Deutsche Bank de que a CFTC “não levará a cabo qualquer outra ação, de momento, e encerrou a investigação relativamente a divisas ao Deutsche Bank”. Como é hábito, a Carta da CFTC afirma que a CFTC “mantém a discricionariedade para decidir reabrir a investigação a qualquer momento no futuro”. A Carta da CFTC não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank, que permanecem pendentes.

Em 7 de dezembro de 2016, foi anunciado que o Deutsche Bank celebrou um acordo com a CADE, a agência brasileira de execuções antitrust, para resolver uma investigação de conduta por um operador de mercado do Deutsche Bank sedeado no Brasil. Como parte desse acordo, o Deutsche Bank pagou uma multa de 51 milhões de reais e concordou continuar a cumprir o processo administrativo da CADE até à sua conclusão. Isto resolve o processo administrativo da

CADE na medida em que está relacionado com o Deutsche Bank, desde que o Deutsche Bank continue a cumprir os termos do acordo.

Em 13 de fevereiro de 2017, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ"), Divisão Criminal, Secção de Fraude, emitiu uma carta ("Carta do DOJ") a notificar o Deutsche Bank de que o DOJ encerrou o seu inquérito criminal "respeitante a possíveis violações da legislação criminal federal em ligação com os mercados cambiais". Como é hábito, a Carta do DOJ afirma que o DOJ poderá reabrir o seu inquérito caso obtenha informações adicionais ou provas referentes ao inquérito. A Carta do DOJ não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank, que permanecem pendentes.

A 20 de abril de 2017, foi anunciado que o Deutsche Bank AG, a DB USA Corporation e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a uma decisão para fazer cessar e proibir e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 137 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, a Reserva Federal ordenou ao Deutsche Bank que "continuasse a implementar melhorias adicionais na supervisão, controlos internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria" no negócio cambial e outros produtos semelhantes e relatar periodicamente o seu progresso à Reserva Federal.

As investigações levadas a cabo por determinadas outras agências reguladoras continuam a decorrer e o Deutsche Bank cooperou com estas investigações.

Além disso, existem atualmente quatro ações coletivas putativas nos EUA pendentes contra o Deutsche Bank. A primeira ação pendente é uma ação consolidada que foi apresentada em nome de um grupo putativo de negociantes do mercado de balcão (*over-the-counter*) e um grupo putativo de negociantes de um centro de comercialização, domiciliados ou negociados nos Estados Unidos ou nos seus territórios e alega acordos ilegais para restringir a concorrência relativa às, e para manipular as taxas de referência e as taxas *spot*, particularmente os *spreads* cotados nestas taxas *spot*; a queixa alega ainda que essas supostas conspirações, por sua vez, resultaram em preços artificiais em bolsas centralizadas para opções e futuros das taxas de câmbio. A 29 de setembro de 2017, os queixosos apresentaram uma moção para aprovação preliminar de um acordo com o Deutsche Bank no valor de 190 milhões de dólares dos Estados Unidos, que o tribunal aprovou preliminarmente no mesmo dia. Uma audiência final sobre a justiça de todos os acordos nesta ação, incluindo do Deutsche Bank, está atualmente agendada para 23 de maio de 2018. Uma segunda ação faz o rastreio das alegações na ação consolidada e afirma que tal suposta conduta deu origem e resultou numa violação dos deveres fiduciários dos réus ao abrigo da lei dos EUA relativa a garantias de rendimento por reforma de trabalhadores de 1974. Em 24 de agosto de 2016, o tribunal deferiu a petição dos réus para anular. Os queixosos nessa ação apresentaram uma notificação de interposição de recurso no Tribunal de Segunda Instância dos Estados Unidos para a Segunda Circunscrição, que está pendente. A terceira ação coletiva putativa foi apresentada no mesmo tribunal a 21 de dezembro de 2015, pela Axiom Investment Advisors, LLC, alegando que o Deutsche Bank tinha rejeitado ordens de FX colocadas em plataformas de negociação eletrónica através da aplicação de uma função referida como "Last Look" e que estas ordens foram apresentadas posteriormente a preços menos favoráveis a membros do grupo putativo. Os queixosos apresentaram ações por violação contratual, reclamações quase contratuais e reclamações ao abrigo da lei estatutária de Nova Iorque. A 13 de fevereiro de 2017, a moção de anulação do Deutsche Bank foi deferida parcialmente e indeferida parcialmente. Os queixosos apresentaram uma moção para classificação coletiva a 15 de janeiro de 2018, à qual o Deutsche Bank se irá opor. Esta questão continua pendente. A quarta ação coletiva putativa (a ação "Compradores indiretos"), que foi apresentada a 26 de setembro de 2016, alterada a 24 de março de 2017, e posteriormente consolidada com uma ação semelhante que foi apresentada a 28 de abril de 2017, controla as alegações na ação consolidada e afirma que tal suposta conduta lesou os instrumentos cambiais dos "compradores indiretos". Estas queixas são apresentadas nos termos da Lei Sherman e de vários estatutos de proteção do consumidor estaduais. A moção do Deutsche Bank para anulação da ação está pendente. A fase de instrução ainda não foi iniciada na ação dos compradores indiretos.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em dois processos coletivos canadianos apresentados nas províncias de Ontário e Quebeque. Apresentadas em 10 de setembro de 2015, estas ações coletivas afirmam alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procuram indemnizações ao abrigo da lei da concorrência do Canadá bem como outras causas de ação.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Questões relativas a taxas interbancárias. Matérias reguladoras e de aplicação da lei. O Deutsche Bank recebeu vários pedidos de informação de diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias oferecidas. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Como anteriormente relatado, o Deutsche Bank chegou a um acordo com a Comissão Europeia em 4 de dezembro de 2013, como parte de um acordo coletivo para resolver as investigações da mesma em relação à conduta anticoncorrencial no comércio de derivados de taxa de juro do euro e derivados de taxa de juro do iene. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank concordou em pagar um total de 725 milhões de euros. Esta coima foi paga na totalidade e não forma parte das provisões do Banco.

Também como relatado anteriormente, em 23 de abril de 2015, o Deutsche Bank celebrou liquidações separadas com o DOJ, a CFTC, a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) e o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) para resolver investigações de conduta indevida relativamente à fixação das taxas LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Nos termos destes acordos, o Deutsche Bank concordou em pagar penalizações de 2 175 mil milhões de dólares dos Estados Unidos ao DOJ, CFTC e DFS e 226,8 milhões de libras esterlinas à FCA. Como parte da resolução com o Departamento da Justiça dos Estados Unidos, o DB Group Services (UK) Ltd. (uma subsidiária indireta totalmente detida pelo Deutsche Bank) confessou-se culpado do delito de fraude em transferências no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito do Connecticut e o Deutsche Bank celebrou um acordo de adiamento da acusação com um termo de três anos em seguimento do qual concordou (entre outras coisas) em apresentar a informação junto do Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito do Connecticut acusando o Deutsche Bank de cometer fraude em transferências e de fixar preços, violando a Lei Sherman. As multas referidas acima, que incluem uma multa de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos paga em abril de 2017, no seguimento da sentença da DB Group Services (UK) Ltd. a 28 de março de 2017, foram pagas na totalidade e não integram as provisões do Banco.

Em 29 de novembro de 2016, os colaboradores da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) informaram o Deutsche Bank de que concluíram a respetiva investigação da IBOR e que não tencionam recomendar uma ação de execução pela Comissão.

Em 21 de dezembro de 2016, a Comissão da Concorrência suíça, a WEKO, anunciou formalmente as decisões de acordo relacionadas com a IBOR, abordando vários bancos, incluindo o Deutsche Bank AG, relativamente à EURIBOR e à LIBOR em ienes. A 20 de março de 2017, o Deutsche Bank pagou uma multa de 5,0 milhões de francos suíços relativos à LIBOR em ienes e aproximadamente 0,4 milhões de francos suíços para taxas da WEKO. O Deutsche Bank recebeu imunidade total de multas para a EURIBOR em troca de ter sido a primeira parte a notificar tal conduta à WEKO. Este montante do acordo já foi totalmente refletido nas provisões para litígios existentes.

A 25 de outubro de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo com um grupo de trabalho dos procuradores-gerais dos EUA para a resolução da sua investigação de taxas interbancárias. Entre outras condições, o Deutsche Bank concordou efetuar um pagamento de acordo no valor de 220 milhões de dólares dos Estados Unidos. O valor do acordo foi pago na totalidade e não faz parte das provisões do Banco.

Outras investigações do Deutsche Bank relativas ao estabelecimento de várias taxas interbancárias continuam a decorrer e o Deutsche Bank permanece exposto a possíveis ações.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Visão geral dos processos civis. O Deutsche Bank é uma parte de 43 ações judiciais nos Estados Unidos relativas à alegada manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias que se encontram descritas nos parágrafos seguintes, bem como uma ação pendente no Reino Unido. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros réus. Todas salvo quatro das ações judiciais nos Estados Unidos foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos. As quatro ações judiciais pendentes contra o Deutsche Bank que não estejam relacionadas com a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos também se encontram pendentes no distrito sul de Nova Iorque e incluem uma ação relativa à taxa EURIBOR, uma ação consolidada relativa à LIBOR em libra esterlina (GBP), uma ação relativa à LIBOR em francos suíços (CHF) e uma ação relativa a duas taxas de referência em dólares de Singapura (SGD), a taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e a taxa de swap (SOR).

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as 43 ações judiciais nos Estados Unidos discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e das leis *antitrust* federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act e demais legislação estatal e federal. Em todos os casos, salvo cinco, o valor das indemnizações foi articulado formalmente pelos queixosos. Os cinco casos que alegam um valor específico de indemnizações são ações individuais consolidadas no litígio multidistrital da LIBOR em dólares dos Estados Unidos e procuram um mínimo de mais de 1,25 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em indemnizações de forma agregada de todos os réus, incluindo o Deutsche Bank. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Com uma exceção, todas as ações civis nos Estados Unidos relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos (o "MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos") no distrito sul de Nova Iorque. À luz do grande número de casos individuais pendentes contra o Deutsche Bank e ações semelhantes, as ações civis incluídas no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão agora integradas sob a seguinte descrição geral do litígio pertencentes a tais ações, sem divulgação das ações individuais exceto quando as circunstâncias ou a resolução de um caso individual for material para o Deutsche Bank.

No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e dezembro de 2016 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas *antitrust*, queixas ao abrigo da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 20 de dezembro de 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas *antitrust* e a permitir que outras avancem. Vários queixosos interpuseram recursos do parecer de 20 de dezembro de 2016 do tribunal distrital perante o Tribunal de Segunda Instância dos Estados Unidos para a Segunda Circunscrição e esses recursos estão a decorrer paralelamente aos processos em curso no tribunal distrital. A 13 de novembro de 2017, os queixosos apresentaram as suas alegações de recurso.

A fase de instrução está em curso em vários dos casos. As petições para classificação coletiva foram totalmente informadas a 10 de novembro de 2017 e o tribunal ouviu a argumentação oral a 18 de janeiro de 2018. A 28 de fevereiro de 2018, o tribunal pronunciou a sua decisão sobre as petições dos queixosos para classificação coletiva. O tribunal indeferiu petições para classificação de (i) um coletivo de compradores de futuros e opções do euro/dólar negociadas na bolsa de mercadorias de Chicago (Chicago Mercantile Exchange) (*Metzler Investment GmbH v. Credit Suisse Group AG*) e (ii) um coletivo de instituições mutuantes que originaram, detiveram, compraram ou venderam empréstimos vinculados à taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos (*Berkshire Bank v. Bank of America Corp.*). O tribunal concedeu uma moção para classificar um coletivo de queixosos que transacionaram instrumentos financeiros associados à LIBOR em dólares dos Estados Unidos adquiridos no mercado de balcão diretamente ao painel de bancos da LIBOR relativamente aos queixosos que mantêm queixas *antitrust* contra dois réus, bancos nacionais, (*Mayor & City Council of Baltimore* v. *Credit Suisse AG*), mas indeferiu uma moção para classificar um coletivo relativamente às queixas contratuais da lei estatal e alegações de enriquecimento sem causa desses mesmos queixosos.

Em 13 de julho de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 80 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver a ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, reivindicando queixas com base em alegadas transações nos futuros e opções do euro/dólar negociadas na bolsa de mercadorias de Chicago (Chicago Mercantile Exchange) (*Metzler Investment GmbH* v. *Credit Suisse Group AG*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação preliminar a 11 de outubro de 2017. O montante do acordo já está totalmente refletido nas provisões para litígio existentes e não foram instaurados processos adicionais para este acordo. O acordo está sujeito a futura análise e aprovação por parte do tribunal.

Em 6 de fevereiro de 2018, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 240 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver a ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, reivindicando queixas com base em alegadas transações em instrumentos financeiros associados à LIBOR em dólares dos Estados Unidos adquiridos no mercado de balcão diretamente ao painel de bancos da LIBOR (*Mayor & City Council of Baltimore* v. *Credit Suisse AG*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação preliminar a 27 de fevereiro de 2018. O montante do acordo já está totalmente refletido nas provisões para litígio existentes e não foram instaurados processos adicionais para este acordo. O acordo está sujeito a futura análise e aprovação por parte do tribunal.

Por último, uma das ações do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi anulada por completo, incluindo (quanto ao Deutsche Bank e outros réus estrangeiros) de acordo com a jurisdição pessoal e mérito, e os queixosos apresentaram um recurso ao Tribunal de Segunda Instância dos Estados Unidos para a Segunda Circunscrição. O recurso foi totalmente informado e a argumentação oral ocorreu a 25 de setembro de 2017. A 23 de fevereiro de 2018, a segunda circunscrição confirmou parcialmente e anulou parcialmente a decisão do tribunal distrital. Entre outras coisas, o tribunal afirmou que os queixosos estabeleceram um caso prima facie de jurisdição pessoal relativamente ao Deutsche Bank e outro réu estrangeiro por algumas queixas da lei estatal relativas a transações diretas com os queixosos e concedeu aos queixosos permissão para alterarem as respetivas alegações relativas a vários outros réus e respetiva agência e teorias de conspiração de jurisdição. Por outro lado, a segunda circunscrição confirmou a decisão do tribunal distrital relativa a jurisdição pessoal. A segunda circunscrição também confirmou o indeferimento pelo tribunal distrital do mérito das queixas dos queixosos relativas aos instrumentos de taxa fixa, mas reverteu o indeferimento do tribunal distrital de algumas queixas dos queixosos nos termos da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos e por enriquecimento sem causa.

Os queixosos no processo não MDL no distrito sul de Nova Iorque prosseguiram para a alteração da sua queixa, no seguimento de um indeferimento das suas queixas, e está pendente uma decisão relativa a essa petição para alteração.

Existem outras ações judiciais no Reino Unido relativas a LIBOR em dólares dos Estados Unidos, nas quais foi apresentado um pedido de indemnização nos termos do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, Secção 2 do Capítulo 1 da Lei da concorrência do Reino Unido de 1998 e de leis estatais dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

LIBOR em ienes e TIBOR em euro-ienes. A 21 de julho de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 77 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver duas ações coletivas putativas pendentes no distrito sul de Nova Iorque alegando manipulação da LIBOR em ienes e da TIBOR em euro-ienes (*Laydon* v. *Mizuho Bank, Ltd.* e *Sonterra Capital Master Fund Ltd.* v. *UBS AG*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação e o tribunal concedeu aprovação final do acordo a 7 de dezembro de 2017. Em conformidade, estas duas ações não estão incluídas no número total ações acima. O valor do acordo, que o Deutsche Bank liquidou a 1 de agosto de 2017, já não está refletido nas provisões para litígio do Deutsche Bank.

EURIBOR. A 10 de maio de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 170 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver uma ação coletiva putativa pendente no distrito sul de Nova Iorque, alegando manipulação da EURIBOR (*Sullivan* v. *Barclays PLC*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação preliminar a 12 de junho de 2017. O tribunal concedeu aprovação preliminar a 7 de junho de 2017. O acordo está sujeito a futura análise e aprovação final por parte do tribunal. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank pagou 170 milhões de dólares dos Estados Unidos e esse valor já não está refletido nas provisões para litígio.

LIBOR em libras esterlinas. Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em libra esterlina (GBP) continua pendente no distrito sul de Nova Iorque. É objeto de uma petição de anulação totalmente informada. O tribunal pronunciou-se a 4 de agosto de 2017.

LIBOR em francos suíços. A 25 de setembro de 2017, o tribunal no distrito sul de Nova Iorque indeferiu a ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em franco suíço (CHF) na totalidade, mas concedeu aos queixosos a possibilidade de apresentar uma queixa alterada. Os queixosos apresentaram essa queixa alterada a 6 de novembro de 2017. Os réus avançaram para a anulação da queixa alterada a 7 de fevereiro de 2018.

SIBOR e SOR. A 18 de agosto de 2017, o tribunal no distrito sul de Nova Iorque indeferiu a ação coletiva putativa alegando manipulação da taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e da taxa de swap (SOR) parcialmente, mas concedeu aos queixosos a possibilidade de apresentar uma queixa alterada. Os queixosos apresentaram a queixa alterada a 18 de setembro de 2017 e é objeto de uma petição de anulação totalmente informada.

Investigações sobre as práticas de contratação designada e determinadas relações empresariais. Determinados órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições, incluindo a Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) e o DOJ, estão a investigar, entre outros assuntos, a conformidade do Deutsche Bank com a lei Foreign Corrupt Practices Act dos EUA (lei norte-americana sobre práticas de corrupção no estrangeiro) e com outras leis, no que diz respeito às práticas de contratação do Banco relativas aos candidatos designados por clientes, potenciais clientes e funcionários governamentais, e ao envolvimento de localizadores e consultores. O Deutsche Bank encontra-se a responder e continua a cooperar nestas investigações. Determinados órgãos reguladores noutras jurisdições também foram informados sobre estas investigações. O Grupo registou

uma provisão relativa a algumas destas investigações regulamentares. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado destas investigações regulamentares. Com base nos factos atualmente conhecidos, não é, de momento, possível para o Banco prever o tempo de resolução.

Kirch. O Ministério Público em Munique (Staatsanwaltschaft München I) levou a cabo e está presentemente a levar a cabo investigações de natureza criminal relativamente ao caso Kirch no que diz respeito, entre outros, aos antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank. O caso Kirch envolveu vários processos civis entre o Deutsche Bank AG e o Dr. Leo Kirch, assim como empresas dos meios de comunicação controladas por ele. A questão central era se uma entrevista dada em 2002 pelo Dr. Rolf Breuer, porta-voz do Conselho de Administração do Deutsche Bank na altura, à rede de televisão Bloomberg, durante a qual o Dr. Breuer comentou a incapacidade do Dr. Kirch (e das suas empresas) de obter financiamento, foi a causa da insolvência das empresas Kirch. Em fevereiro de 2014, o Deutsche Bank e os sucessores de Kirch chegaram a um acordo global, que terminou todas as disputas legais entre eles.

As alegações do Ministério Público são as de que os antigos membros relevantes do Conselho de Administração não corrigiram em tempo útil declarações factuais feitas pelo advogado de contencioso do Deutsche Bank em submissões apresentadas num caso civil entre Kirch e o Deutsche Bank AG perante o tribunal regional superior de Munique e o Tribunal Federal de Justiça, após ter alegadamente tomado conhecimento de que tais declarações não estavam corretas e/ou terem feito declarações incorretas em tais processos, respetivamente.

Em 25 de abril de 2016, após o julgamento perante o Tribunal Distrital de Munique relativo à investigação principal que envolveu Jürgen Fitschen e quatro outros antigos membros do Conselho de Administração, o Tribunal Distrital de Munique absolveu todos os acusados, bem como o Banco, que foi um participante secundário em tais processos. Em 26 de abril de 2016, o Ministério Público apresentou um recurso. Um recurso está limitado a uma revisão de erros jurídicos e não de factos. Em 18 de outubro de 2016, algumas semanas após a redação da sentença, o Ministério Público notificou que irá dar provimento apenas ao recurso relativo aos antigos membros do Conselho de Administração Jürgen Fitschen, Dr. Rolf Breuer e Dr. Josef Ackermann e que irá retirar o recurso relativo aos antigos membros do Conselho de Administração Dr. Clemens Börsig e Dr. Tessen von Heydebreck para quem a absolvição se torna vinculativa. A 24 de janeiro de 2018, o Gabinete do Procurador-Geral solicitou uma audiência oral perante o Supremo Tribunal Federal para decidir sobre o recurso do Ministério Público de Munique.

As restantes investigações do Ministério Público (que também estão ligadas a tentativas de fraude litigiosas nos processos cíveis Kirch) ainda estão a decorrer. O Deutsche Bank está a cooperar plenamente com o Ministério Público de Munique.

O Grupo não espera que estas intervenções tenham consequências financeiras significativas e não foi registada uma provisão ou passivo contingente relativamente às mesmas.

Índice KOSPI, matérias de dissolução. No seguimento do declínio do índice 200 de cotações compostas de ações da Coreia (“KOSPI 200”) no encerramento de leilão em 11 de novembro de 2010 em cerca de 2,7%, o Serviço de Supervisão Financeira da Coreia ("FSS") iniciou uma investigação e expressou a preocupação de que a queda no KOSPI 200 foi atribuível a uma venda pelo Deutsche Bank de um conjunto de ações, no valor de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros, que foi detido como parte de uma posição de arbitragem do índice no KOSPI 200. Em 23 de fevereiro de 2011, a Comissão dos Serviços Financeiros da Coreia, que supervisiona o funcionamento do Serviço de Supervisão Financeira da Coreia, reviu as conclusões e recomendações deste FSS e resolveu aplicar as seguintes medidas: (i) apresentar uma queixa criminal perante o Ministério Público da Coreia por alegada manipulação de mercado contra cinco colaboradores do grupo Deutsche Bank e da subsidiária do Deutsche Bank, a Deutsche Securities Korea Co. (DSK), por responsabilidade por atos corporativos criminosos de terceiros, e (ii) impor uma suspensão de seis meses, com início em 1 de abril de 2011 e término em 30 de setembro de 2011, das atividades empresariais da DSK por negociação proprietária de ações negociadas a pronto e derivados listados e negociação de ações negociadas a pronto de DMA (acesso direto ao mercado), e o requisito de que a DSK suspenda o emprego de um colaborador mencionado por seis meses. Houve uma exceção à suspensão da atividade empresarial que permitiu à DSK continuar a atuar como fornecedor de liquidez para os valores mobiliários indexados aos derivados existentes. Em 19 de agosto de 2011, o Ministério Público da Coreia anunciou a sua decisão de indiciar a DSK e quatro colaboradores do grupo Deutsche Bank sobre acusações de manipulação de mercado indexada à vista/futura. O julgamento penal começou em janeiro de 2012. Em 25 de janeiro de 2016, o Tribunal Distrital Central de Seul proferiu um veredicto de culpado contra um negociante da DSK e um veredicto de culpado contra a DSK. Foi imposta a aplicação de uma multa de 1,5 mil milhões KRW (menos de 2 milhões de euros) sobre a DSK. O tribunal também ordenou a perda de direitos sobre os lucros gerados com a atividade de negociação subjacente. O Grupo escoou os lucros na atividade de

negociação subjacente em 2011. O veredito do julgamento criminal encontra-se sujeito a recurso pelo procurador e pelos réus.

Adicionalmente, foram interpostas várias ações judiciais em tribunais da Coreia contra o Deutsche Bank e a DSK por algumas partes que alegam que incorreram em perdas como consequência da queda no KOSPI 200 em 11 de novembro de 2010. As decisões do tribunal de primeira instância tomadas contra o Banco e a DSK em alguns destes casos tiveram início no quarto trimestre de 2015. As reclamações conhecidas pendentes representam um valor agregado de menos de 50 milhões de euros (com as taxas de câmbio presentes). O Grupo registou uma provisão relativa a estas matérias civis pendentes. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

Investigação e matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. Assuntos regulamentares e governamentais. O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam citações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais, incluindo membros do grupo de trabalho dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação pertencente ao grupo de trabalho de execução em caso de fraude financeira dos Estados Unidos (*U.S. Financial Fraud Enforcement Task Force*), relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda, avaliação e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (*residential mortgage-backed securities* – RMBS), títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais (CMBS), obrigações com garantia real, outros títulos garantidos por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

Em 23 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que chegou a acordo em princípio com o DOJ para resolver potenciais queixas relacionadas com os seus negócios de RMBS realizados de 2005 a 2007. O acordo tornou-se final e foi anunciado pelo DOJ em 17 de janeiro de 2017. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank pagou uma penalização monetária de 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos e aceitou fornecer 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor.

Em setembro de 2016, o Deutsche Bank recebeu intimações administrativas do Procurador-Geral de Maryland para obtenção de informações relativas aos negócios de RMBS e CDO do Deutsche Bank de 2002 a 2009. Em 1 de junho de 2017, o Deutsche Bank e o Procurador-Geral de Maryland chegaram a acordo para resolver o assunto num valor de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos em numerário e 80 milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor (a serem atribuídos a partir da obrigação de dedução do consumidor global de 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos acordado como parte da liquidação do Deutsche Bank junto do DOJ).

O Grupo registou provisões relativas a algumas investigações regulamentares pendentes, mas não a outras, uma parte das quais está relacionada com as deduções do consumidor fornecidas nos termos do acordo com o DOJ. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

Emitente e tomador do processo civil. O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva respeitante à sua função como um dos tomadores de seis ofertas de RMBS emitidas pela Novastar Mortgage Corporation. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O processo judicial foi iniciado pelos queixosos que representam uma classe de investidores que adquiriram certificados nestas ofertas. As partes chegaram a acordo para resolver o assunto por um total de 165 milhões de dólares dos Estados Unidos, do qual parte foi paga pelo Banco. O acordo está sujeito a aprovação final do tribunal. A 30 de agosto de 2017, a FHFA/Freddie Mac apresentou uma objeção ao acordo.

O Deutsche Bank foi constituído réu em três ações relacionadas com as ofertas de RMBS interpostas pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) na qualidade de recetor para: (a) Colonial Bank (alegando um mínimo de 189 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização contra todos os réus), (b) Guaranty Bank (alegando um

mínimo de 901 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização agregada contra todos os réus) e (c) Citizens National Bank e Strategic Capital Bank (alegando um mínimo de 66 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização contra todos os réus). Em cada uma destas ações, os tribunais de recurso readmitiram queixas anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição. No caso relativo ao Colonial Bank, as petições para nova audiência e certiorari junto Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas e a 21 de junho de 2017, a FDIC apresentou uma segunda queixa alterada, que os réus passaram para a anulação a 7 de setembro de 2017. No caso relativo ao Guaranty Bank, as petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas, a fase de instrução está quase concluída, e o trabalho dos especialistas ainda está a decorrer. Além disso, a 14 de setembro de 2017, o tribunal deferiu parcialmente a petição do Deutsche Bank para julgamento sumário relativo ao método adequado para calcular juros pré-julgamento. No caso relativo ao Citizens National Bank e ao Strategic Capital Bank, as petições para nova audiência e certiorari junto Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas e a 31 de julho de 2017, a FDIC apresentou uma segunda queixa alterada, que os réus passaram para a anulação a 14 de setembro de 2017.

A 3 de novembro de 2016, o Deutsche Bank chegou a acordo para resolver as queixas interpostas pelo Federal Home Loan Bank de São Francisco em duas retitularizações dos certificados de RMBS por um valor que não se revestiu de índole material para o Banco. No seguimento deste acordo e de dois outros acordos parciais anteriores de queixas, o Deutsche Bank permaneceu réu no caso referente a uma oferta de RMBS, para a qual o Deutsche Bank, como tomador, recebeu indemnização contratual. Em 23 de janeiro de 2017, foi executado um acordo para resolver as queixas relacionadas com essa oferta de RMBS e a questão foi anulada.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação interposta pela Royal Park Investments (como suposto cessionário dos pedidos de um veículo especial criado para adquirir determinados ativos do Fortis Bank) alegando reclamações da lei comum relativas à compra de RMBS. A queixa não especificou o montante da indemnização procurada. A 17 de abril de 2017, o tribunal rejeitou a queixa e a 13 de fevereiro de 2018 o queixoso apresentou o seu recurso.

Em junho de 2014, a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação no tribunal estatal de Nova Iorque contra o Deutsche Bank para reativar uma ação anterior, alegando que o Deutsche Bank falhou a reaquisição dos créditos hipotecários na oferta de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-SL2. A ação de reativação encontra-se paralisada durante a pendência de um recurso de anulação de uma ação separada na qual a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação contra o Deutsche Bank alegando violações de representações e garantias estabelecidas pelo Deutsche Bank relativas a créditos hipotecários na mesma oferta. Em 29 de março de 2016, o tribunal anulou a ação de reativação e, em 29 de abril de 2016, o queixoso apresentou uma notificação de interposição de recurso. O recurso do queixoso foi adiado devido a um caso pendente no Tribunal de Segunda Instância de Nova Iorque envolvendo questões legais semelhantes.

Em 3 de fevereiro de 2016, a Lehman Brothers Holding, Inc. (Lehman) instituiu um processo contencioso no tribunal de falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque contra, entre outros, a MortgageIT, Inc. (MIT) e o Deutsche Bank AG, como alegado sucessor da MIT, alegando a violação de representações e garantias estabelecidas em determinados acordos de compra de crédito de 2003 e 2004 relativos a 63 créditos hipotecários que a MIT vendeu à Lehman, e que a Lehman, por sua vez, vendeu à Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e à Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac). A queixa procura a indemnização por perdas incorridas pela Lehman em ligação com as liquidações celebradas com a Fannie Mae e a Freddie Mac como parte do processo de falência da Lehman para resolver reclamações relativas a esses créditos. Em 31 de janeiro de 2018, as partes celebraram um acordo para resolver o litígio. A 6 de fevereiro de 2018, o tribunal pronunciou uma ordem para extinção do processo.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

Processos civis do mandatário. O Deutsche Bank foi constituído réu em oito processos civis separados interpostos por vários grupos de investidores relativos à sua função como mandatário de determinados trusts RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte dos mandatários de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts. As oito ações incluem duas ações coletivas putativas interpostas por um grupo de investidores, incluindo fundos geridos pela BlackRock Advisors, LLC, PIMCO-Advisors, L.P. e outros (as "ações coletivas da BlackRock"), duas ações coletivas putativas interpostas pela Royal Park Investments SA/NV e

quatro processos judiciais individuais. Uma das ações coletivas da BlackRock está pendente no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque em relação a 62 trusts, que alegadamente sofreram perdas colaterais realizadas totais no valor de 9,8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização. Em 23 de janeiro de 2017, o tribunal deferiu parcialmente e recusou parcialmente a moção de anulação dos mandatários. A 3 de fevereiro de 2017, o tribunal pronunciou uma ordem que anula as queixas de representações e garantias dos queixosos relativas a 21 trusts, cujos originadores ou patrocinadores declararam falência. As únicas reclamações que permanecem são por violação da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act) e violação contratual. A 27 de março de 2017, os mandatários apresentaram uma resposta à queixa. A 26 de janeiro de 2018, a BlackRock apresentou uma moção para classificação coletiva. A fase de instrução está a decorrer. A segunda ação coletiva da BlackRock está pendente no Tribunal Superior da Califórnia em relação a 465 trusts, que alegadamente sofreram perdas colaterais realizadas totais no valor de 75,7 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização. Os mandatários apresentaram uma anuição pretendendo anular as alegações de responsabilidade delitual efetuadas pelos queixosos e uma moção de anulação de determinados elementos da queixa de violação contratual e, em 18 de outubro de 2016, o tribunal manteve a anuição dos mandatários, rejeitando as alegações de responsabilidade delitual, mas recusou a moção de anulação. A 19 de dezembro de 2016, os mandatários apresentaram uma resposta à queixa. A 17 de janeiro de 2018, a BlackRock apresentou uma moção para classificação coletiva. A fase de instrução está a decorrer. A ação coletiva putativa interposta pela Royal Park Investments SA/NV está pendente no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque e diz respeito a dez trusts, que alegadamente sofreram perdas colaterais realizadas totais superiores a 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização. A Royal Park apresentou uma moção renovada para classificação coletiva a 1 de maio de 2017 e a moção está pendente. A fase de instrução está a decorrer. A 4 de agosto de 2017, a Royal Park apresentou uma queixa ação coletiva adicional, separada contra o mandatário no mesmo tribunal, declarando alegações por violação contratual, enriquecimento sem causa, conversão, violação da confiança, contabilidade equitativa e ação declarativa e injunção decorrente do pagamento de fundos fiduciários das despesas e custas judiciais do mandatário no outro litígio da Royal Bank em curso. A 10 de outubro de 2017, o mandatário apresentou uma moção para anular a queixa.

Os quatro processos judiciais individuais incluem ações apresentadas (a) pelo Conselho de Administração da National Credit Union ("NCUA"), na qualidade de investidor de 97 trusts, que alegadamente sofreu perdas colaterais realizadas totais no valor de 17,2 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização; (b) algumas obrigações com garantia real (coletivamente, “Phoenix Light”) que detêm certificados de RMBS emitidos por 43 trusts RMBS e que pretendem obter “centenas de milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização”; (c) o Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 trusts RMBS, pretendendo recuperar alegadamente “centenas de milhões de dólares em perdas”; e (d) o IKB International, S.A. in Liquidation e o IKB Deutsche Industriebank AG (coletivamente, o “IKB”), na qualidade de investidor de 30 trusts RMBS, pretendendo obter mais de 268 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização. No caso NCUA, a moção de anulação do mandatário pela falha em apresentar uma alegação está pendente e a fase de instrução encontra-se paralisada. No caso do Phoenix Light, os queixosos apresentaram uma queixa a 27 de setembro de 2017 e os mandatários apresentaram uma resposta à queixa a 13 de novembro de 2017; a fase de instrução está a decorrer. No caso do Commerzbank, o queixoso apresentou uma queixa a 30 de novembro de 2017 e os mandatários apresentaram uma resposta à queixa a 29 de janeiro de 2018; a fase de instrução está a decorrer. No caso do IKB, o tribunal ouviu a argumentação oral sobre a moção do mandatário para anulação a 3 de maio de 2017, mas ainda não se pronunciou. A 20 de junho de 2017, os queixosos do IKB estipularam o indeferimento sem prejuízo de todas as queixas alegadas contra o Deutsche Bank relativas a quatro trusts. A fase de instrução está a decorrer. O Deutsche Bank também foi réu num processo judicial interposto pela Western and Southern Life Insurance Company e cinco entidades relacionadas, mas a 28 de setembro de 2017, os queixosos apresentaram uma notificação para extinção das suas queixas, sem prejuízo.

O Grupo acredita que existe um passivo contingente relativamente a estes oito casos, mas atualmente, o montante do passivo contingente não é passível de ser estimado de forma fiável.

Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank. Em 12 de setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG (Postbank). Em 7 de outubro de 2010, o Banco publicou o documento oficial relativo à oferta. Na sua oferta de aquisição, o Deutsche Bank ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de 25 euros por cada ação do Postbank. A oferta de aquisição foi aceite num total de, aproximadamente, 48,2 milhões de ações do Postbank.

Em novembro de 2010, uma antiga acionista do Postbank, a Effecten-Spiegel AG, que tinha aceitado a oferta de aquisição, intentou uma ação contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo e que não foi

determinado de acordo com a legislação aplicável da República Federal da Alemanha. A queixosa alega que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009. A queixosa afirma que, o mais tardar, em 2009, os direitos de voto da Deutsche Post AG no Postbank tinham de ter sido atribuídos à Deutsche Bank AG nos termos do artigo 30.º da lei alemã relativa às aquisições. Com base nas mesmas, a queixosa alega que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 necessita de ser aumentada para 57,25 euros por ação.

O Tribunal Distrital de Colónia indeferiu a ação em 2011 e o Tribunal da Relação de Colónia indeferiu o recurso em 2012. O Tribunal Federal anulou a decisão do Tribunal da Relação de Colónia e remeteu o processo para o Tribunal da Relação. Na sua decisão, o Tribunal Federal afirmou que o Tribunal da Relação não tinha tido em suficiente consideração a alegação da queixosa de que o Deutsche Bank AG e o Deutsche Post AG realizaram uma "ação concertada" em 2009.

A partir de 2014, antigos acionistas adicionais do Postbank, que aceitaram a oferta de aquisição de 2010, intentaram ações semelhantes à da Effecten-Spiegel AG contra o Deutsche Bank, que estão pendentes no Tribunal Distrital de Colónia e no Tribunal Regional Superior de Colónia, respetivamente. A 20 de outubro de 2017, o Tribunal Distrital de Colónia apresentou uma decisão deferindo as queixas num total de 14 casos, que foram combinados num processo. O Tribunal Distrital de Colónia considerou que o Deutsche Bank foi obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória já em 2008, de modo que a contrapartida apropriada a oferecer na aquisição deveria ter sido de 57,25 euros por ação. Tendo em conta a contrapartida paga, a contrapartida adicional por ação devida aos acionistas que aceitaram a oferta de aquisição é de 32,25 euros. O Deutsche Bank recorreu desta decisão e o recurso foi atribuído ao 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia, onde está em curso também o recurso de Effecten-Spiegel AG.

A 8 de novembro de 2017, teve lugar uma audiência perante o Tribunal Regional Superior de Colónia no âmbito do caso Effecten-Spiegel. Nessa audiência, o Tribunal Regional Superior indicou que discordava das conclusões do Tribunal Distrital de Colónia e considerou preliminarmente que o Deutsche Bank não era obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória em 2008 ou 2009. Inicialmente, o Tribunal Regional Superior decidiu pronunciar uma decisão a 13 de dezembro de 2017. No entanto, esta foi adiada para fevereiro de 2018, porque o queixoso contestou os três membros do 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia por alegada parcialidade. A contestação foi indeferida pelo Tribunal Regional Superior de Colónia no final de janeiro de 2018. Em fevereiro de 2018, o tribunal deferiu uma moção da Effecten-Spiegel AG para reabrir a audiência e agendou uma audiência posterior para 29 de junho de 2018.

O Deutsche Bank foi notificado de um número considerável de processos judiciais adicionais instaurados contra o Deutsche Bank pouco antes do final de 2017 e estas queixas estão agora pendentes no Tribunal Distrital de Colónia. Alguns dos novos queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 deve ser aumentada para 64,25 € por ação.

Os pedidos de indemnização ao Deutsche Bank relativos a estas questões ascendem a um total de aproximadamente 700 milhões de euros (excluindo juros). Em fevereiro de 2018, uma sociedade de advogados que representa alguns queixosos nas ações judiciais supramencionadas também apresentou uma queixa criminal com o Ministério Público de Frankfurt am Main contra algum pessoal do Deutsche Bank, alegando envolvimento em conduta fraudulenta relacionada com a oferta de aquisição.

O Grupo estabeleceu um passivo contingente relativamente a estas questões, mas não divulgou o montante deste passivo contingente, porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

Outros processos relacionados com a aquisição do Postbank. Em setembro de 2015, antigos acionistas do Postbank apresentaram no Tribunal Distrital de Colónia ações de acionistas contra o Postbank para anular a resolução de afastamento tomada na reunião de acionistas do Postbank, em agosto de 2015. Entre outras questões, os queixosos alegam que o Deutsche Bank esteve sujeito a uma suspensão de direitos de voto relativamente às suas ações no Postbank com base na alegação de que o Deutsche Bank não apresentou uma oferta de aquisição obrigatória a um preço superior em 2009. O afastamento é final e o processo não tem qualquer efeito reversível, mas pode resultar no pagamento de indemnizações. Os requerentes neste processo referem argumentos jurídicos semelhantes aos afirmados no processo Effecten-Spiegel descrito acima. Numa decisão de 20 de outubro de 2017, o Tribunal Distrital de Colónia declarou nula a resolução de afastamento. No entanto, o tribunal não se baseou numa suspensão de direitos de voto devido a uma alegada falha por parte do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória, mas argumentou que o Postbank violou direitos de informação dos acionistas do Postbank na reunião de acionistas do Postbank em agosto de 2015. O Postbank recorreu desta decisão.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode também influenciar dois processos de avaliação pendentes (Spruchverfahren). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário oferecida no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida e o dividendo garantido anual pago no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012. O Tribunal Distrital de Colónia proferiu resoluções indicando que está inclinado a considerar uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de 57,25 euros, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. A remuneração em numerário paga no âmbito do acordo de transferência de resultados e de domínio foi de 25,18 euros e foi aceite por aproximadamente 0,5 milhões de ações. A remuneração por afastamento paga em 2015 foi de 35,05 euros e aproximadamente 7 milhões de ações foram afastadas.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigação da negociação de ações na Rússia/Reino Unido. O Deutsche Bank investigou as circunstâncias em torno das negociações de ações celebradas por determinados clientes com o Deutsche Bank em Moscovo e em Londres que se compensam uma à outra. O volume total de transações analisadas é significativo. A investigação interna do Deutsche Bank de potenciais violações da lei, regulamentos e políticas e do ambiente de controlo interno relacionado foi concluída e o Deutsche Bank está a avaliar as conclusões identificadas durante a investigação; até à data, foram identificadas algumas violações das políticas do Deutsche Bank, bem como deficiências no ambiente de controlo do Deutsche Bank. O Deutsche Bank aconselhou os reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições (incluindo a Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) em relação a esta investigação. O Deutsche Bank tomou medidas disciplinares relativas a determinados indivíduos nesta matéria e irá continuar a fazê-lo relativamente a outros, conforme garantido.

A 30 e 31 de janeiro de 2017, o DFS e a FCA anunciaram acordos com o Banco relacionados com as suas investigações desta matéria. Os acordos concluem as investigações do DFS e da FCA da função de controlo antibranqueamento de capitais (AML) do Banco na sua divisão de banca de investimento, incluindo em relação à negociação de ações descrita acima. Nos termos do acordo com o DFS, o Deutsche Bank adotou medidas preventivas e aceitou pagar penalizações monetárias civis no valor de 425 milhões de dólares dos Estados Unidos e atribuir um monitor independente, por um prazo de até dois anos. Nos termos do acordo com a FCA, o Deutsche Bank aceitou pagar penalizações monetárias civis no valor de, aproximadamente, 163 milhões de libras esterlinas. A 30 de maio de 2017, a Reserva Federal anunciou o seu acordo com o Banco, resolvendo esta questão, bem como questões de AML adicionais identificadas pela Reserva Federal. O Deutsche Bank pagou uma multa de 41 milhões de dólares dos Estados Unidos. O Deutsche Bank também acordou reter terceiros independentes para avaliar o seu programa AML/Lei do sigilo bancário e analisar determinadas atividades bancárias correspondentes estrangeiras da sua subsidiária Deutsche Bank Trust Company Americas. O Banco também tem de submeter programas e planos de correção escritos. Os montantes de liquidação do DFS, da FCA e da Reserva Federal já foram refletidos nas provisões para litígio existentes.

O Deutsche Bank continua a cooperar com órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei, incluindo o DOJ, que tem a sua própria investigação em curso relativa a estas negociações de títulos. O Grupo registou uma provisão relativa à investigação restante. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA). O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

O Deutsche Bank foi constituído arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no Tribunal Distrital dos EUA do Distrito Sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" e da lei comum dos EUA relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações de SSA. O Deutsche Bank conseguiu um acordo para liquidar as ações pelo valor de 48,5 milhões de dólares dos Estados Unidos. O acordo continua sujeito a aprovação do tribunal.

O Deutsche Bank também é réu numa queixa de ação coletiva putativa apresentada a 7 de novembro de 2017 no Tribunal Superior de Ontário alegando violações da lei "antitrust" estrangeira e canadiana e da lei comum. A queixa

assenta em alegações semelhantes às das ações coletivas nos Estados Unidos solicita indemnização punitiva. O caso está em fase inicial.

O Grupo não divulgou se estabeleceu provisões relativas a outras matérias mencionadas acima ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Litígio relativo a títulos fiduciários preferenciais. O Deutsche Bank, algumas das suas afiliadas e alguns dos seus diretores antigos são alvo de uma ação coletiva putativa consolidada, apresentada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, envolvendo alegações ao abrigo das leis federais relativas a valores mobiliários, em nome de pessoas que compraram determinados títulos fiduciários preferenciais emitidos pelo Deutsche Bank e suas afiliadas entre outubro de 2006 e maio de 2008. Num conjunto de opiniões, o tribunal revogou todas as queixas referentes a quatro das seis ofertas em questão, mas permitiu que determinadas queixas de omissões alegadas relativas às ofertas de novembro de 2007 e fevereiro de 2008 prosseguissem. Em 17 de novembro de 2016, os queixosos apresentaram moções para classificação coletiva quanto à oferta de novembro de 2007. Em 20 de janeiro de 2017, os queixosos alteraram a sua moção para classificação coletiva para incluir a oferta de fevereiro de 2008 e tentaram adicionar um indivíduo adicional como proposto representante da classe. O tribunal manteve todos os processos pendentes de uma decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos no caso California Public Employees' Retirement System v. ANZ Securities, no qual o Supremo Tribunal deveria considerar se a apresentação de uma ação coletiva putativa serve para suspender a limitação de três anos no artigo 13.º da lei dos valores mobiliários relativamente às queixas dos membros do grupo putativo. Isto estava relacionado com queixas relativas à oferta de fevereiro de 2008. A 26 de junho de 2017, o Supremo Tribunal proferiu o seu parecer, considerando que a disposição de três anos no artigo 13.º é um estatuto de limitação e não está sujeita a suspensão equitativa. A 16 de outubro de 2017, o tribunal retirou a moção dos queixosos para classificação coletiva, afirmando que as queixas pelo indivíduo adicional proposto como representante da classe prescreveram nos termos do estatuto de limitação. O tribunal também decretou que os queixosos originais tinham motivo para avançar com as queixas sobre as ofertas a novembro de 2007 e fevereiro de 2008. A classificação coletiva e a fase de averiguação do mérito da causa estão a decorrer. A 21 de fevereiro de 2018, os réus avançaram para uma ordem a negar a classificação coletiva relativamente a ambas as ofertas.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Questões relacionadas com embargos impostos pelos EUA. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de algumas agências dos EUA reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei sobre o historial de processamento de ordens de pagamento em dólares dos Estados Unidos por instituições financeiras americanas em nome de terceiros de países sujeitos às leis de embargo americanas relacionadas com investigações onde se averiguava se esse processamento respeitava as leis federais e estatais dos Estados Unidos. Em 2006, o Deutsche Bank decidiu voluntariamente de que não se envolveria em novos negócios em dólares dos Estados Unidos com contrapartes no Irão, Sudão, Coreia do Norte e Cuba e com alguns bancos da Síria, e sair de negócios existentes em dólares dos Estados Unidos com tais contrapartes na medida do legalmente possível. Em 2007, o Deutsche Bank decidiu que não se envolveria em novos negócios, em qualquer divisa, com contrapartes no Irão, Sudão e Coreia do Norte e que sairia de negócios existentes, em qualquer divisa, com tais contrapartes na medida do legalmente possível; decidiu também limitar os seus negócios em dólares que não sejam dos Estados Unidos com contrapartes em Cuba. Em 3 de novembro de 2015, o Deutsche Bank celebrou acordos com o Departamento de serviços financeiros do Estado de Nova Iorque e com o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque para resolver as suas investigações junto do Deutsche Bank. O Deutsche Bank pagou às duas agências 200 milhões de dólares dos Estados Unidos e 58 milhões de dólares dos Estados Unidos, respetivamente, e concordou não voltar a contratar determinados antigos colaboradores. Além disso, o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque ordenou que Deutsche Bank demitisse determinados colaboradores e o Deutsche Bank concordou manter um monitor independente durante um ano e o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque ordenou determinadas medidas corretivas, incluindo assegurar um programa de conformidade OFAC e uma análise anual desse programa por um terceiro independente até que o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque considere que o mesmo é eficaz.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios de títulos de tesouraria dos Estados Unidos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a

leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

A subsidiária do Deutsche Bank, Deutsche Bank Securities Inc. (DBSI) foi constituída ré em várias ações coletivas, alegando violações da lei *antitrust* dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei comum relacionada com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos foram consolidados no distrito sul de Nova Iorque. A 16 de novembro de 2017, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada, que não indicada a DBSI como ré. A 11 de novembro de 2017, o tribunal dispensou a DBSI da ação coletiva sem prejuízo.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

30 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de *fronting*, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de *performance*, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Compromissos de crédito irrevogáveis	158 253	166 063
Passivos contingentes	48 212	52 341
Total	**206 464**	218 404

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (*benchmarks*) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha, pelas Export Credit Agencies da Coreia (Korea Trade Insurance Corporation e o The Export-Import

Bank of Korea) atuando em nome da República da Coreia ou pela Export Credit Agency da China (China Export & Insurance Corporation (Sinosure)) atuando em nome da República Popular da China.

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas bancárias de acordo com a diretiva de recuperação e resolução de bancos (BRRD), o Fundo Único de Resolução (SRF) e os sistemas estatutários de proteção de depósitos alemães atingiram um valor de 412,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 280,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

31 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	5 274	3 219
Outros	13 137	14 076
Total de outros empréstimos a curto prazo	**18 411**	17 295

32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2018	Vencimento em 2019	Vencimento em 2020	Vencimento em 2021	Vencimento em 2022	Vencimento após 2022	Total 31.12.2017	Total 31.12.2016
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	12 259	10 843	9 691	12 939	10 045	20 509	76 285	84 924
Taxa variável	5 321	8 549	4 156	4 282	4 433	6 469	33 210	37 082
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	257	28	1 096	0	0	4 112	5 493	4 882
Taxa variável	277	20	0	0	0	1 441	1 738	1 906
Outros	28 289	1 778	1 836	738	706	9 641	**42 988**	43 523
Total de dívida a longo prazo	46 403	21 218	16 779	17 958	15 185	42 172	**159 715**	172 316

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2017 e 2016.

Títulos fiduciários preferenciais[1]

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Taxa fixa	4 462	5 302
Taxa variável	1 030	1 071
Total de títulos fiduciários preferenciais	**5 491**	6 373

[1] Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

					31.12.2017
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	226 339	0	0	0	0
Depósitos remunerados	133 378	146 145	45 633	18 699	12 166
Passivos detidos para negociação[1]	71 457	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	342 726	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	29 207	29 360	4 847	2 599	5 951
Passivos por contratos de investimento[2]	0	0	574	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	0	69	336	672	218
Recursos de bancos centrais adquiridos	174	83	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	14 152	2 525	1 348	491	23
Títulos cedidos por empréstimo	6 684	3	0	0	1
Outros empréstimos a curto prazo	11 859	2 326	3 600	0	0
Dívida a longo prazo	4	7 409	41 820	78 063	41 926
Títulos fiduciários preferenciais	0	1 710	3 328	688	0
Outros passivos financeiros	112 961	3 483	554	373	4
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	153 700	0	0	0	0
Garantias financeiras	19 883	0	0	0	0
Total[4]	1 122 525	193 113	102 040	101 585	60 287

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.
[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 42, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.
[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.
[4] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

					31.12.2016
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	200 122	0	0	0	0
Depósitos remunerados	129 704	147 531	46 176	17 027	11 247
Passivos detidos para negociação[1]	57 029	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	463 858	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	18 949	38 641	4 343	2 676	6 460
Passivos por contratos de investimento[2]	0	0	592	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	0	573	737	2 427	856
Recursos de bancos centrais adquiridos	353	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	19 980	2 401	2 386	715	0
Títulos cedidos por empréstimo	4 168	11	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	13 322	1 995	1 802	0	0
Dívida a longo prazo	6	7 462	24 440	118 607	46 812
Títulos fiduciários preferenciais	0	78	2 539	4 361	0
Outros passivos financeiros	128 400	2 642	583	407	3 246
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	160 099	0	0	0	0
Garantias financeiras	20 966	0	0	0	0
Total[4]	1 216 955	201 334	83 599	146 219	68 621

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos. .
[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 42, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.
[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.
[4] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

34 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias em 1 de janeiro de 2016	1 379 273 131	(374 864)	1 378 898 267
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(355 069 462)	(355 069 462)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	355 240 884	355 240 884
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016	1 379 273 131	(203 442)	1 379 069 689
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	687 500 000	0	687 500 000
Ações compradas para tesouraria	0	(490 690 358)	(490 690 358)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	490 522 710	490 522 710
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017	2 066 773 131	(371 090)	2 066 402 041

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

Ações compradas para tesouraria consistem principalmente em ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo, bem como detidas pelo Grupo durante um período de tempo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

A 7 de abril de 2017, o Deutsche Bank AG concluiu um aumento de capital do capital autorizado em troca de entradas em dinheiro através de uma oferta pública com direitos de subscrição. No total, foram emitidos 687,5 milhões de novas ações ordinárias, resultando num total de proveitos de 8 mil milhões de euros. As novas ações foram emitidas com os mesmos direitos a dividendos que as ações existentes. 98,92% dos direitos de subscrição foram exercidos e, por conseguinte, foram emitidos 680,1 milhões de novas ações ao preço de subscrição de 11,65 euros por ação. Os restantes 7,4 milhões de novas ações foram vendidos no mercado a um preço médio de 15,50 euros por ação.

Os custos de transação relacionados com o aumento de capital que foram diretamente registados em capital ascenderam aos 0,1 mil milhões de euros depois de impostos.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2017, o Deutsche Bank AG tinha autorizado, mas não emitido capital no valor de 2 560 000 000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2022. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
512 000 000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30.4.2022
2 048 000 000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30.4.2022

Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com *warrants*. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com warrants podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital condicional	Finalidade do capital condicional	Data de expiração
512 000 000 €	Pode ser utilizado se os titulares de direitos de opção ou conversão que estão associados a obrigações participativas ou obrigações convertíveis ou obrigações com títulos de subscrição fizerem uso dos seus direitos de opção ou conversão ou titulares com obrigações convertíveis de obrigações participativas convertíveis ou obrigações convertíveis cumprirem a sua obrigação de conversão.	30.4.2022
51 200 000 €	Pode ser utilizado para cumprir opções que são concedidas em ou antes da data de expiração e serão usadas apenas na medida em que os titulares das opções emitidas façam uso do seu direito de receber ações e as ações não sejam entregues fora de ações em tesouraria	30.4.2022

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respetivamente.

	2017 (proposto) [1]	2016[2]	2015[2]
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	227	227	165
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,11	0,11	0,08

[1] Os dividendos em numerário para 2017 baseiam-se no número de ações emitidas em 31 de dezembro de 2017.
[2] Os dividendos para 2016 e 2015 foram aprovados pela Assembleia-Geral Anual em 2017 e foram pagos simultaneamente em 2017.

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

35 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações.

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Disposições de reforma antecipada	Elegibilidade
2017	Prémio anual[1]	1/4: 12 meses[2] 1/4: 24 meses[2] 1/4: 36 meses[2] 1/4: 48 meses[2]	Sim	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
		Ou aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*) após 54 meses[2]	Sim[3]	Membros do Conselho de Administração ou Gestores Seniores Quadro de Liderança Sénior
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[4]	Não	Colaboradores regulamentados
	Plano de retenção essencial (KRP)[5]	1/2: 50 meses[6] 1/2: 62 meses[6]	Sim	Colaboradores que correm riscos materiais (MRT)
		Aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*) após 43 meses	Sim	Colaboradores que não assumem riscos materiais (não MRT)
2016	Prémio anual	1/4: 12 meses[2] 1/4: 24 meses[2] 1/4: 36 meses[2] 1/4: 48 meses[2]	Sim	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
		Ou aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*) após 54 meses[2]	Sim[3]	Membros do Conselho de Administração ou Gestores Seniores Quadro de Liderança Sénior
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[4]	Não	Colaboradores regulamentados
	Prémio de posição-chave (Key Position Award - KPA)[7]	Aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*) após 4 anos[4]	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
2015/ 2014/ 2 013	Prémio anual	1/3: 12 meses[2] 1/3: 24 meses[2] 1/3: 36 meses[2]	Sim	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
		Ou aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*) após 54 meses[2]	Sim[3]	Membros do Conselho de Administração ou Gestores Seniores do Grupo
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[8]	Não	Colaboradores regulamentados
2012	Prémio anual	1/3: 12 meses[9] 1/3: 24 meses[9] 1/3: 36 meses[9]	Sim	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[8]	Não	Colaboradores regulamentados

[1] Para colaboradores de determinadas entidades jurídicas, as ações diferidas são substituídas com ações restritas devido a requisitos regulamentares locais.
[2] Para os membros do Conselho de Administração ou do Quadro de Liderança Sénior e todos os restantes colaboradores regulamentados, aplica-se um período de retenção adicional de seis meses.
[3] As disposições de reforma antecipada não se aplicam aos membros do Conselho de Administração.
[4] Para todos os colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses.
[5] O Plano de retenção essencial (KRP) é referido como "Programa de prémio de fidelidade" no Relatório de Remuneração do Banco. Os prémios baseados em ações concedidos ao abrigo deste programa em janeiro de 2017 estão sujeitos a um obstáculo de cotação da ação, o que significa que a proporção deste prémio apenas é obtida caso a cotação da ação do Banco atinja um determinado preço-alvo por ação antes da aquisição de direitos.
[6] Para colaboradores que correm riscos materiais (MRT), a entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses.
[7] Uma proporção predefinida do KPA do indivíduo está sujeita a um obstáculo de cotação da ação, o que significa que a proporção deste prémio apenas é obtida caso a cotação da ação do Banco atinja um determinado preço-alvo por ação antes da aquisição de direitos.
[8] Para os membros do Conselho de Administração Executivo a entrega de ações ocorre após um período de retenção de três anos. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.
[9] Para os membros do Conselho de Administração aplica-se um calendário diferente. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção adicional de seis meses.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP). O GSPP oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o banco rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, mais de 14 500 colaboradores de 20 países inscreveram-se no nono ciclo, que começou em novembro de 2017.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela seguinte mostra as unidades de atribuição de ações pendentes nas datas respetivas, que representam um direito contingente de receber ações comuns do Deutsche Bank após um período específico de tempo. Também inclui os prémios atribuídos ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

	Ações (em milhares)	Justo valor por unidade médio ponderado à data de atribuição
Saldo em 31 de dezembro de 2015	53 651	28,18 €
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90 292	20,22 €
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137 541	14,78 €

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 23 milhões de euros, 15 milhões de euros e 19 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, o volume de ações em circulação atribuídas a título de prémio era aproximadamente de 1,8 mil milhões de euros. Desses, 1,1 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a 0,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Além dos montantes apresentados no quadro anterior, foram emitidas cerca de 5,7 e 3,7 milhões de ações para participantes no plano, em fevereiro e março de 2018, em resultado da aquisição de direitos referentes aos prémios do DB Equity Plan concedidos em anos anteriores (das quais 0,16 milhões de unidades para fevereiro e 0,04 milhões de unidades para março de 2018 dos ciclos de aquisição de direitos ao abrigo da variante em numerário do DB Equity Plan).

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

					31.12.2017
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4 823	688	363	640	6 514
Participantes em estado diferido	2 196	2 583	536	93	5 408
Participantes em estado de pagamento	5 071	905	502	246	6 724
Total da obrigação com benefícios definidos	12 090	4 176	1 401	979	18 646
Justo valor dos ativos dos planos	11 003	5 202	1 091	915	18 211
Rácio de financiamento (em %)	91	125	78	93	98

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	31.12.2016 Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4 884	791	443	741	6 859
Participantes em estado diferido	2 139	2 559	560	99	5 357
Participantes em estado de pagamento	4 955	1 146	545	251	6 897
Total da obrigação com benefícios definidos	11 978	4 496	1 548	1 091	19 113
Justo valor dos ativos dos planos	10 975	5 352	1 219	973	18 519
Rácio de financiamento (em %)	92	119	79	89	97

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça, Ilhas do Canal e Bélgica. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base no salário atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma. No Reino Unido, o principal plano de pensões de benefícios definidos foi reestruturado em 2011 para os colaboradores ativos ainda elegíveis no plano para reduzir a exposição de risco global a longo prazo para o Grupo. Nos Países Baixos, o Grupo converteu o plano de benefícios definido num plano de contribuição definido coletivo em 2016.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de 196 milhões de euros e 201 milhões de euros a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego de 196 milhões de euros face à dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2017.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2017	413	245	99	83	840
Benefícios que deverão ser pagos 2018	423	71	71	61	626
Benefícios que deverão ser pagos 2019	436	77	77	64	654
Benefícios que deverão ser pagos 2020	453	86	73	58	670
Benefícios que deverão ser pagos 2021	469	93	77	57	696
Benefícios que deverão ser pagos 2022	489	100	78	60	727
Benefícios que deverão ser pagos 2023 - 2027	2 736	638	423	306	4 103
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	14	22	12	12	16

Em 2017, muitos membros dos planos de pensões do Reino Unido transferiram os seus direitos para regimes de pensões externos a fim de tirar partido das recentes alterações legislativas, que permitem mais flexibilidade sobre os seus direitos de benefícios de pensão. Os pagamentos de benefícios projetados para períodos futuros não permitem essas transferências discricionárias.

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. De acordo com as divulgações do BVV, não há nenhum défice atual no plano que possa afetar o montante das futuras contribuições do Grupo. Além disso, quaisquer excedentes do plano resultantes no futuro serão distribuídos aos membros do plano e, como tal, não podem reduzir as futuras contribuições do Grupo. Em junho de 2016, a Assembleia-Geral Anual do BVV aprovou uma redução dos benefícios das futuras contribuições para determinados grupos de funcionários. De forma similar a outras empresas participantes, o Grupo comprometeu-se a compensar os níveis de benefícios reduzidos, aumentando as contribuições do BVV a partir de 1 de janeiro de 2017. Foi assinado um acordo de trabalho correspondente com a comissão de trabalhadores alemã.

As despesas do Grupo com os planos de contribuição definida também incluem as contribuições anuais para o fundo de pensões do Deutsche Postbank AG destinado a funcionários dos serviços postais na Alemanha. A responsabilidade pelo pagamento destes benefícios recai sobre o governo alemão.

Governação e risco

O Grupo mantém um Comité de Risco de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se trimestralmente, reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração e é apoiado pelo Comité de Operações de Pensões.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governação e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o Grupo relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, *spread* de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Especialmente durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Qualquer alteração ao plano segue um processo que requer a aprovação dos Recursos Humanos do Grupo. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos *spreads* de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos. O Grupo mensura as suas exposições ao risco de pensões regularmente usando métricas específicas desenvolvidas pelo Grupo para esta finalidade.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. A política de financiamento do Grupo visa manter a cobertura da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência à política de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Banco acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras

reduzidas. Tendo em conta a posição ampla de financiamento total e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência à política de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação aos atuários locais para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comité de Operações de Pensões do Grupo.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31.12.2017				31.12.2016			
	Alemanha	Reino Unido	EUA[1]	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA[1]	Outros
Taxa de desconto (em %)	1,7	2,5	3,5	2,5	1,7	2,6	4,0	2,3
Taxa de inflação dos preços (em %)	1,8	3,5	2,2	2,0	1,7	3,6	2,2	2,0
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,3	4,5	2,3	3,1	2,1	4,6	2,3	2,8
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	1,7	3,3	2,2	1,1	1,6	3,5	2,2	1,1
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	19,3	23,6	22,2	21,7	19,1	23,4	22,4	22,0
Mulher com 65 anos à data de medição	23,3	25,4	23,7	24,1	23,2	25,5	23,9	24,5
Homem com 45 anos à data de medição	21,9	24,9	23,8	23,1	21,8	25,1	23,9	23,7
Mulher com 45 anos à data de medição	25,8	26,9	25,2	25,6	25,7	27,4	25,4	26,1
Tabelas de mortalidade aplicadas	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS (S2) Light com projeções CMI 2016	RP2014 White-collar com projeções MP2017	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS (S1) Light com projeções CMI 2015	RP2014 Agregado com projeções MP 2016	Tabelas específicas do país

[1] Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rendibilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Para períodos de duração mais longa, onde se encontra disponível informação limitada de obrigações, são aplicados métodos de extrapolação da curva de rendimentos, utilizando as respetivas taxas de *swaps* e pressupostos de *spread* de crédito. São utilizadas taxas de desconto consistentes em todos os planos em cada zona monetária, baseadas no pressuposto aplicável para o(s) maior(es) plano(s) do Grupo nessa zona. Para os planos nos outros países, a taxa de desconto baseia-se em taxas de rendimento de obrigações da dívida pública ou de empresas de alta qualidade aplicáveis na respetiva moeda, conforme apropriado à data de cada medição com uma duração completamente compatível com as obrigações do respetivo plano.

Em 2017, o Grupo avançou para uma abordagem mais uniformizada e simples para definir a sua taxa de desconto usada para avaliar os seus planos de prestação definida na área do euro; abordagens semelhantes são geralmente aceites e já são utilizadas para os outros principais planos de pensões do Grupo no Reino Unido e nos Estados Unidos. O ajustamento não resultou em qualquer alteração na taxa de desconto e, portanto, não surtiu qualquer efeito na Demonstração consolidada do rendimento integral em 2017.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com a boa prática corrente nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

					2017
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	11 978	4 496	1 548	1 091	19 113
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	213	34	21	50	318
Custos com juros	202	114	56	25	397
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	34	4	0	(11)	27
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	76	(43)	65	3	101
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	(16)	(6)	(11)	(33)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(3)	(17)	5	(9)	(24)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	15	18
Benefícios pagos	(413)	(245)	(99)	(83)	(840)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(26)	(26)
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	(151)	(189)	(63)	(403)
Outros	0	0	0	(2)	(2)
Saldo, fim do exercício	12 090	4 176	1 401	979	18 646
dos quais:					
Não financiadas	2	12	195	116	325
Financiadas	12 088	4 164	1 206	863	18 321
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10 975	5 352	1 219	973	18 519
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	187	135	44	22	388
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(187)	144	32	32	21
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	15	18
Contribuições pagas pelo empregador	438	0	31	22	491
Benefícios pagos[1]	(413)	(244)	(86)	(63)	(806)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(26)	(26)
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	(183)	(147)	(58)	(388)
Outros	0	0	0	(1)	(1)
Custos de administração do plano	0	(2)	(2)	(1)	(5)
Saldo, fim do exercício	11 003	5 202	1 091	915	18 211
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(1 087)	1 026	(310)	(64)	(435)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	0	0
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(46)	(46)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	2	2
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(44)	(44)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(1 087)	1 026	(310)	(108)	(479)[2]

[1] Apenas para planos com fundos constituídos.
[2] Da qual 1113 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1592 milhões de euros em Outros passivos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	2016 Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	10 783	4 323	1 507	1 341	17 954
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	190	23	21	62	296
Custos com juros	256	151	61	35	503
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações[1]	2	5	0	(39)	(32)
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	1 142	1 251	42	141	2 576
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	4	(6)	(3)	(5)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	2	(66)	0	(3)	(67)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	19	22
Benefícios pagos	(403)	(132)	(123)	(76)	(734)
Pagamentos em relação a liquidações[1]	0	0	0	(393)	(393)
Aquisições/alienações[2]	0	(402)	0	0	(402)
Alterações das taxas de câmbio	0	(661)	46	(8)	(623)
Outros[3]	3	0	0	15	18
Saldo, fim do exercício	11 978	4 496	1 548	1 091	19 113
dos quais:					
Não financiadas	4	13	206	123	346
Financiadas	11 974	4 483	1 342	968	18 767
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10 371	5 322	1 182	1 210	18 085
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	249	185	48	32	514
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	484	1 042	10	97	1 633
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	19	22
Contribuições pagas pelo empregador	271	22	56	73	422
Benefícios pagos[4]	(402)	(132)	(110)	(56)	(700)
Pagamentos em relação a liquidações[1]	0	0	0	(393)	(393)
Aquisições/alienações[2]	0	(282)	0	0	(282)
Alterações das taxas de câmbio	0	(804)	36	(19)	(787)
Outros[3]	(1)	0	0	12	11
Custos de administração do plano	0	(1)	(3)	(2)	(6)
Saldo, fim do exercício	10 975	5 352	1 219	973	18 519
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(1 003)	856	(329)	(118)	(594)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	0	0
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	0	0	0	0	0
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(1 003)	856	(329)	(118)	(594)[5]

[1] Conversão de plano de benefícios definido num plano de contribuição definido coletivo nos Países Baixos.
[2] Abbey Life.
[3] Inclui o saldo inicial de um plano na Bélgica ao qual foi aplicada anteriormente a contabilização de um plano de contribuição definida e outros planos mais pequenos.
[4] Apenas para planos com fundos constituídos.
[5] Da qual 934 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1528 milhões de euros em Outros passivos.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. No passado, o enfoque principal foi colocado na proteção do estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Recentemente, houve uma mudança na estratégia de investimento em mercados selecionados para equilibrar as métricas financeiras de concorrência. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comités de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Banco pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo (LDI). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, *spreads* de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões. Para os planos de pensões onde uma abordagem LDI pode ter um impacto adverso sobre outras métricas financeiras essenciais, o Grupo desvia-se desta estratégia principal de investimento. Por exemplo, em 2015, o Grupo começou a ajustar temporariamente a estratégia de investimento aos ativos do plano principal de pensões da Alemanha reduzindo a taxa de juro e a cobertura do *spread* de crédito. O Grupo monitoriza estreitamente esta divergência da estratégia de investimento principal e implementou mecanismos de governação para garantir uma análise regular do desvio da abordagem LDI.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, *swaps* de inflação de taxas de juro e *swaps* de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos de modo a criar um aumento da rentabilidade a longo prazo e benefícios de diversificação, como ações, imobiliário, obrigações de alta rendibilidade ou obrigações dos mercados emergentes.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos "cotados" (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como "outros" (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

	31.12.2017					31.12.2016				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	1 260	419	26	74	1 779	1 085	115	45	73	1 318
Instrumentos de capital[1]	1 265	582	118	68	2 033	1 129	634	116	87	1 966
Obrigações investment-grade[2]										
Governamentais	2 212	1 167	367	161	3 907	2 264	1 898	405	166	4 733
Obrigações não governamentais	5 189	2 447	472	175	8 283	5 627	2 272	521	154	8 574
Obrigações *non-investment-grade*										
Governamentais	177	0	0	14	191	166	0	0	45	211
Obrigações não governamentais	610	70	20	37	737	305	70	15	25	415
Produtos estruturados	41	402	51	26	520	38	237	65	22	362
Seguros	0	0	0	27	27	1	0	0	27	28
Alternativos										
Imobiliário	232	117	0	56	405	222	117	0	37	376
Matérias-primas	48	24	0	0	72	6	13	0	0	19
Capital privado	58	0	0	0	58	58	0	0	0	58
Outros	788	36	0	274	1 098	667	34	0	330	1 031
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	(735)	148	37	(4)	(554)	(614)	133	51	(2)	(432)
Crédito	(155)	(1)	0	(1)	(157)	80	(1)	1	1	81
Inflação	0	(210)	0	6	(204)	0	(197)	0	7	(190)
Divisas	10	1	0	2	13	(59)	2	0	0	(57)
Outros	3	0	0	0	3	0	25	0	1	26
Total do justo valor dos ativos dos planos	**11 003**	**5 202**	**1 091**	**915**	**18 211**	10 975	5 352	1 219	973	18 519

[1] A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.
[2] *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

	31.12.2017					31.12.2016				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	1 251	22	24	28	1 325	1 145	115	42	39	1 341
Instrumentos de capital[1]	1 154	582	118	58	1 912	1 066	635	115	78	1 894
Obrigações investment-grade[2]										
Governamentais	1 190	1 163	362	73	2 788	723	1 893	404	78	3 098
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Obrigações *non-investment-grade*										
Governamentais	1	0	0	0	1	0	0	0	32	32
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos estruturados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	8	0	0	0	8
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	1	0	6	0	7	(1)	0	11	0	10
Crédito	0	(1)	0	0	(1)	0	(1)	0	1	0
Inflação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisas	0	1	0	0	1	0	2	0	0	2
Outros	3	0	0	0	3	1	0	0	0	1
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	**3 600**	**1 767**	**510**	**159**	**6 036**	2 946	2 644	572	231	6 393

[1] A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.
[2] *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

Todos os ativos restantes são investidos em "outros" ativos, a maioria dos quais sendo investidos em ativos de nível 2, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em obrigações empresariais *investment-grade*. Um elemento relativamente

pequeno encontra-se em ativos do nível 3, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em imobiliário, apólices de seguros e contratos derivados.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de “outros” definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

							31.12.2017
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	294	126	96	1 204	16	43	1 779
Instrumentos de capital	349	83	802	317	336	146	2 033
Obrigações governamentais (*investment-grade* e superior)	1 057	1 087	397	627	253	486	3 907
Obrigações governamentais (*non-investment-grade*)	0	0	0	9	23	159	191
Obrigações não-governamentais (com notação igual ou superior a *investment-grade*)	575	1 890	2 196	2607[1]	906	109	8 283
Obrigações não governamentais (*non-investment-grade*)	4	44	20	640	19	10	737
Produtos estruturados	41	422	51	1	5	0	520
Subtotal	2 320	3 652	3 562	5 405	1 558	953	17 450
Ação (em %)	13	21	20	31	9	5	100
Outras categorias de ativos							761
Justo valor dos ativos dos planos							18 211

[1] A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Itália e Países Baixos.

							31.12.2016
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(54)	112	144	1 062	20	34	1 318
Instrumentos de capital	279	103	847	279	321	137	1 966
Obrigações governamentais (*investment-grade* e superior)	738	1 840	447	975	210	523	4 733
Obrigações governamentais (*non-investment-grade*)	1	18	5	13	7	167	211
Obrigações não-governamentais (com notação igual ou superior a *investment-grade*)	472	1 819	2 458	2939[1]	763	123	8 574
Obrigações não governamentais (*non-investment-grade*)	9	50	186	130	28	12	415
Produtos estruturados	36	210	66	7	6	37	362
Subtotal	1 481	4 152	4 153	5 405	1 355	1 033	17 579
Ação (em %)	8	24	24	31	8	6	100
Outras categorias de ativos							940
Justo valor dos ativos dos planos							18 519

[1] A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Itália e Países Baixos.

Os ativos do plano em 31 de dezembro de 2017 incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado negativo de cerca de 737 milhões de euros. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Adicionalmente, o Grupo estima e permite posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento, que podem ter impacto nos ativos dos planos do Grupo. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade líquida final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isolada-

mente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de desconto deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de desconto baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de desconto. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensão de benefícios definidos, as alterações às condições dos mercados de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais - principalmente, a taxa de desconto e a taxa de inflação de preços - bem como os ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem LDI, a exposição global a alterações do Banco é reduzida. Consequentemente, para ajudar a compreender os riscos das exposições do Grupo associados aos principais movimentos do mercado de capitais, apresentamos o impacto líquido das alterações às obrigações com benefícios definidos e aos ativos do plano devido a uma alteração no fator de risco de mercado relacionado ou no pressuposto atuarial subjacente; relativamente às alterações nas sensibilidades dos pressupostos atuariais sem impacto nos ativos do plano só apresentamos o impacto para as obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

em milhões de euros	31.12.2017 Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	31.12.2016 Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de desconto (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(875)	(465)	(40)	(55)	(900)	(500)	(50)	(65)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	215	505	35	25	600	555	35	25
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(660)**	**40**	**(5)**	**(30)**	(300)	55	(15)	(40)
Taxa de desconto (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	810	420	30	50	835	450	40	60
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(215)	(505)	(35)	(25)	(600)	(555)	(35)	(25)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**595**	**(85)**	**(5)**	**25**	235	(105)	5	35
Spreads de crédito (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(875)	(465)	(85)	(60)	(900)	(500)	(100)	(70)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	150	125	20	10	500	115	25	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(725)**	**(340)**	**(65)**	**(50)**	(400)	(385)	(75)	(60)
Spreads de crédito (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	810	420	80	55	835	450	95	65
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(150)	(125)	(20)	(10)	(500)	(115)	(25)	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**660**	**295**	**60**	**45**	335	335	70	55
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):[2]								
Diminuição em DBO	345	345	0	20	340	395	0	25
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(180)	(310)	0	(10)	(220)	(350)	0	(15)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**165**	**35**	**0**	**10**	120	45	0	10
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):[2]								
(Aumento) em DBO	(360)	(375)	0	(25)	(350)	(435)	0	(30)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	180	310	0	10	220	350	0	15
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(180)**	**(65)**	**0**	**(15)**	(130)	(85)	0	(15)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	70	15	0	15	75	25	0	15
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(70)	(15)	0	(15)	(75)	(25)	0	(15)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:[3]								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(305)	(130)	(25)	(15)	(305)	(130)	(30)	(15)

[1] As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.
[2] Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.
[3] Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2018, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2 018 Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	300
BVV	65
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	90
Outros planos de contribuições definidas	290
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	30
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	775

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2017	2016	2015
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço	345	272	326
Custos líquidos com juros (rendimento)	9	(11)	(4)
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	**354**	261	322
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	66	50	53
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	93	95	95
Outros planos de contribuições definidas	281	284	264
Total dos encargos com planos de contribuição definida	**440**	429	412
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	**794**	690	734
Contribuição do empregador para planos de pensões obrigatórios da segurança social alemã	**243**	237	231
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio[1]	535	620	816
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário[1]	22	3	15
Encargos com planos de retenção de numerário[1]	363	487	738
Encargos com indemnizações por cessação de funções[2]	94	149	184

[1] Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.
[2] Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados.

36 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2017	2016	2015
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	874	881	1 385
Ajustamentos de anos anteriores	(145)	(23)	277
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	**729**	858	1 662
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	(113)	(276)	(378)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	1 437	(3)	140
Ajustamentos de anos anteriores	(90)	(33)	(749)
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	**1 234**	(312)	(987)
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	**1 963**	546	675

A despesa de imposto sobre o rendimento inclui impostos dos tomadores de seguros atribuíveis aos rendimentos dos tomadores de seguros, ascendendo a uma despesa de imposto sobre o rendimento de 23 milhões de euros em 2016 e um benefício com impostos sobre o rendimento de 2 milhões de euros em 2015.

O gasto total de impostos correntes inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, que reduziu o encargo de impostos correntes em 5 milhões de euros em 2017, 7 milhões de euros em 2016 e 3 milhões de euros em 2015.

A despesa total com impostos diferidos inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que aumentou as despesas com impostos diferidos em 163 milhões de euros em 2017. Em 2016, estes efeitos fizeram aumentar os benefícios com impostos diferidos em 38 milhões de euros e em 2015 estes efeitos fizeram diminuir o benefício com impostos diferidos em 187 milhões de euros.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço. Em conformidade, com a adoção da nova legislação fiscal dos Estados Unidos, conhecida como "Tax Cuts and Jobs Act" (TCJA, Lei relativa a cortes fiscais e empregos) a 22 de dezembro de 2017, o banco registou um encargo tributário único devido à reavaliação dos seus ativos e passivos por impostos diferidos dos Estados Unidos para refletir a redução na taxa fiscal legal federal dos Estados Unidos de 35% para 21%. O encargo total ascendeu a 1446 milhões de euros, dos quais 1437 milhões de euros são registados como despesa de imposto sobre o rendimento em resultado líquido e 8 milhões de euros são registados diretamente em outro rendimento integral.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2017	2016	2015
Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2016 e 31% em 2015)	**384**	(254)	(1 890)
Diferenças cambiais	(37)	(38)	(157)
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(431)	(599)	(345)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(21)	(19)	(21)
Custos não dedutíveis	540	1 074	1 288
Imparidades de *goodwill*	0	250	1 407
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos[1]	159	(45)	184
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	1 437	(3)	140
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	14	66	(5)
Efeito dos impostos dos titulares de apólices	0	23	0
Outros[1]	(82)	91	74
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	**1 963**	546	675

[1] Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. Em 2015, a rubrica "Outros" do quadro anterior inclui sobretudo os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% nos exercícios de 2017, 31,3% nos exercícios de 2016 e 31,0% nos exercícios de 2015.

Impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2017	2016	2015
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	**(23)**	344	(213)
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	4	20	104
Resultados líquidos reclassificados em resultados	99	81	10
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	4	(14)	3
Resultados líquidos reclassificados em resultados	42	1	(6)
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	2	(71)	(90)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(5)	100	(2)
Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em outro rendimento integral	**123**	461	(194)
Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em capital próprio	**73**	93	72

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	2 985	3 931
Créditos fiscais não utilizados	387	358
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação	6 725	7 248
Ativos fixos tangíveis	239	458
Outros ativos	1 391	1 606
Valorização de títulos	44	80
Provisão para perdas com empréstimos	816	1 039
Outras provisões	899	1 079
Outros passivos	1 246	1 353
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	**14 732**	17 152
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação	6 618	7 128
Ativos fixos tangíveis	45	57
Outros ativos	574	560
Valorização de títulos	297	381
Provisão para perdas com empréstimos	24	29
Outras provisões	377	355
Outros passivos	344	462
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	**8 279**	8 972

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Apresentados como ativos por impostos diferidos	6 799	8 666
Apresentados como passivos por impostos diferidos	346	486
Ativos líquidos por impostos diferidos	**6 453**	8 180

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos não é igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. Isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 dez 2017[1]	31 dez 2016[1]
Diferenças temporárias dedutíveis	**(34)**	1
Não a expirar	(4 875)	(4 368)
A expirar no período subsequente	(19)	(189)
A expirar após o período subsequente	(450)	(746)
Perdas fiscais não utilizadas	**(5 344)**	(5 303)
A expirar após o período subsequente	(11)	(13)
Créditos fiscais não utilizados	**(12)**	(14)

[1] Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 5,9 mil milhões de euros e 5,8 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 72 milhões de euros e 67 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

37 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (*bid*) ou de venda (*offer)* a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (*spreads*) e volumes.

Risk Management

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Contabilidade de cobertura de justo valor

O Grupo efetua coberturas de justo valor utilizando sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos do justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado.

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo
Derivados detidos como cobertura de justo valor	5 936	562	6 893	1 749

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, foram reconhecidas perdas de 1,6 mil milhões de euros, de 0,6 mil milhões de euros e de 1,1 mil milhões de euros, respetivamente, nos instrumentos de cobertura. Nos mesmos períodos, os resultados sobre as rubricas cobertas, atribuíveis ao risco coberto, traduziram-se num ganho de 1,3 mil milhões de euros, um ganho de 1,0 mil milhões de euros e um ganho de 1,0 mil milhões de euros, respetivamente.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

O Grupo efetua coberturas de fluxos de caixa utilizando *swaps* de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro.

em milhões de euros	31.12.2017 Ativos	31.12.2017 Passivo	31.12.2016 Ativos	31.12.2016 Passivo
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	37	3	242	0

Períodos em que se prevê que os fluxos de caixa ocorram e afetem a demonstração de resultados

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Entradas de caixa de ativos	28	18	0	0
Entradas de caixa de passivos	0	0	13	0
Fluxos de caixa líquidos em 2017	28	18	(13)	0
Em 31 de dezembro de 2016				
Entradas de caixa de ativos	33	34	5	0
Entradas de caixa de passivos	0	0	0	0
Fluxos de caixa líquidos em 2016	33	34	5	0

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Reportados em capital[1]	28	198	138
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	(14)
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(34)	62	1
Resultados retirados do capital no exercício findo	136	2	(20)
Ineficácia registada nos resultados	0	(17)	(1)

[1] "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2022.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Utilizando contratos a prazo e swaps cambiais, o Grupo efetua coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas *spot* de fim do período.

em milhões de euros	31.12.2017 Ativos	31.12.2017 Passivo	31.12.2016 Ativos	31.12.2016 Passivo
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	612	904	286	4 076

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, foram reconhecidas perdas de 348 milhões de euros, 437 milhões de euros e 425 milhões de euros, respetivamente, devido à ineficácia da cobertura, que inclui o elemento *forward points* dos instrumentos de cobertura.

38 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

– pessoal-chave da gestão, membros íntimos da família de pessoal-chave da gestão e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
– subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias, e
– planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2017	2016	2015
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	39	40	31
Benefícios pós-emprego	10	9	6
Outros benefícios de longo prazo	7	7	11
Benefícios por cessação do vínculo laboral	3	0	20
Pagamento baseado em ações	22	12	15
Total	**81**	68	83

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2017, a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2016 e a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2015.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2017, contam-se créditos e compromissos de 48 milhões de euros e depósitos de 123 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 49 milhões de euros e depósitos de 7 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão e a membros íntimos das respetivas famílias.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respetivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

Empréstimos

em milhões de euros	2017	2016
Créditos pendentes, início do ano	**297**	396
Movimento em empréstimos durante o período[1]	(26)	(86)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	(15)	(13)
Créditos pendentes, fim do ano[2]	**256**	297
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	0	0
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	9	62

[1] O impacto líquido de empréstimos emitidos e reembolsos de empréstimos durante o ano é apresentado como "Movimento em empréstimos durante o período".
[2] O montante de créditos vencidos era de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e de 7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Para os créditos supramencionados, o Grupo recebeu uma garantia (colateral) de 14 milhões de euros e de 22 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, respetivamente.

Depósitos

em milhões de euros	2017	2016
Depósitos pendentes, início do ano	**87**	162
Movimento em depósitos durante o período[1]	(15)	(74)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	(4)	(1)
Depósitos pendentes, fim do ano	**67**	87

[1] O impacto líquido de depósitos recebidos e depósitos reembolsados durante o ano é apresentado como "Movimento em depósitos durante o período".

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e a 8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), alguns planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2017	2016
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	0	0
Outros ativos	0	0
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	25	22
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	(737)	(547)
Valor nocional de derivados com uma contraparte do Grupo	10 150	8 755

39 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 845 (2016: 938) entidades consolidadas, das quais 305 (2016: 349) entidades estruturadas consolidadas. 612 (2016: 678) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100 % das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 233 (2016: 260) das entidades consolidadas (participações minoritárias). A partir de 31 de dezembro de 2016 e de 2017, as participações minoritárias não são nem individualmente nem cumulativamente substanciais para o Grupo.

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

Visto que o Grupo não tinha qualquer participação minoritária significativa à data do balanço, quaisquer direitos de proteção associados a estas não deram origem a restrições significativas.

As restrições seguintes têm um impacto sobre a capacidade do Grupo de utilizar ativos:

– O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC.
– Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.
– Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

Ativos restritos

	31.12.2017		31.12.2016	
em milhões de euros	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	210 481	772	163 292	1 314
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	636 970	58 210	743 781	51454[1]
Ativos financeiros disponíveis para venda	49 397	9 915	56 228	19 870
Empréstimos	401 699	71 971	408 909	74 172
Outros	176 186	13 594	218 336	7 693
Total	**1 474 732**	**154 462**	1 590 546	154503[1]

[1] Os resultados do período anterior foram reajustados devido a uma abordagem refinada para determinar os ativos penhorados.

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 23,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (em 31 de dezembro de 2016: 37,4 mil milhões de euros).

40 – Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas;
- Um objetivo estreito e bem definido;
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2017, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades face a 3 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016.

Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor nocional dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 7,2 mil milhões de euros e 11,3 mil milhões de euros, respetivamente.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimentos do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (*repackaging*) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

Frequentemente, o Grupo transfere ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o Grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o Grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos fora do balanço tais como garantias, instrumen-

tos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nocionais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2017, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 327 mil milhões de euros, 1146 mil milhões de euros e 29 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2016, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 145 mil milhões de euros, 644 mil milhões de euros e 27 mil milhões de euros, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nocional de derivados quando a participação do Grupo é composta por derivados.
- Titularizações – Valor nocional de notas em emissão quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nocional de derivados quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivados.
- Entidades de financiamento de terceiros –Total do ativo nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia que o Grupo recebeu/garantiu ou o valor nocional da exposição que o Grupo tem à entidade.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Também fornece uma indicação da dimensão das entidades estruturadas. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

31.12.2017

em milhões de euros	Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari-zações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	63	0	0	270	333
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	105	229	18	1 827	2 178
Títulos obtidos por empréstimo	0	13	0	11 065	11 078
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	569	4 057	5 445	60 057	70 128
Ativos detidos para negociação	349	3 490	5 130	12 380	21 349
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	175	553	105	8 670	9 504
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	44	13	210	39 007	39 275
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	1 039	384	730	2 153
Empréstimos	146	37 352	18 533	18 050	74 081
Outros ativos	50	192	173	21 087	21 502
Total do ativo	934	42 882	24 552	113 085	181 453
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	120	73	41	13 486	13 720
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	120	73	41	13 486	13 720
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	9 533	9 533
Total do passivo	120	73	41	23 019	23 253
Exposições extrapatrimoniais	0	10 079	9 256	10 048	29 383
Total	814	52 888	33 767	100 114	187 583
Dimensão da entidade estruturada	6 833	90 664	281 826	2 181 810	

31.12.2016

em milhões de euros	Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari-zações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	(15)	0	0	345	331
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	68	87	18	3 113	3 286
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	11 643	11 643
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1 231	3 068	6 332	54 943	65 576
Ativos detidos para negociação	659	2 309	6 211	15 031	24 210
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	538	262	111	7 587	8 499
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	34	497	10	32 326	32 867
Ativos financeiros disponíveis para venda	62	599	271	1 008	1 940
Empréstimos	157	36 710	20 219	19 604	76 690
Outros ativos	50	40	181	20 454	20 726
Total do ativo	1 554	40 504	27 022	111 111	180 192
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	354	36	27	11 036	11 453
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	354	36	27	11 036	11 453
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	12666[1]	12666[1]
Total do passivo	354	36	27	23702[1]	24119[1]
Exposições extrapatrimoniais	0	5 150	10 591	11 448	27 189
Total	1 200	45 619	37 586	98857[1]	183262[1]
Dimensão da entidade estruturada	9 487	65 234	454 950	1 888 491	

[1] números comparativos ajustados para incluir "Outros empréstimos a curto prazo"

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, no valor de 21,3 mil milhões de euros e de 24,2 mil milhões de euros são principalmente compostos por 5,1 mil milhões de euros e 6,2 mil milhões de euros em Titularizações e por 12,4 mil milhões de euros e 15,0 mil milhões de euros em entidades estruturadas de Fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os Fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 consistem num investimento de 74,1 mil milhões de euros e 76,7 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 no valor de 21,5 mil milhões de euros e de 20,7 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em valores a receber de corretagem principal (*Prime Brokerage*) e saldos de margem.

Valores a receber pendentes – Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

As entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Como patrocinador, o Grupo está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

– transferindo ativos para as entidades
– disponibilizando capital inicial às entidades
– fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
– fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Grupo também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Grupo atuou como patrocinador.

Os proveitos brutos de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram de 56,0 milhões de euros e 86 milhões de euros, respetivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2017 de 2,1 mil milhões de euros para titularização e 26 milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2016, existiam 5,2 mil milhões de euros para titularização e 20 milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

Os números comparativos foram ajustados para refletir a reavaliação de uma operação de titularização em 2017.

41 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2017

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2017
Caixa e saldos do banco central	225 537	118	225 655
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8 681	585	9 265
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9 216	755	9 971
Títulos obtidos por empréstimo	16 710	22	16 732
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	623 075	13 895	636 970
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 882	39 514	49 397
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	866	866
Empréstimos	113 190	288 510	401 699
Títulos detidos até à maturidade	0	3 170	3 170
Ativos fixos tangíveis	0	2 663	2 663
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	8 839	8 839
Outros ativos	95 383	6 108	101 491
Ativos por impostos correntes	840	375	1 215
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1 102 514	365 419	1 467 933
Ativos por impostos diferidos			6 799
Total do ativo			1 474 732

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2017

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2017
Depósitos	550 747	30 065	580 812
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	17 591	515	18 105
Títulos cedidos por empréstimo	6 688	1	6 688
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	473 165	5 471	478 636
Outros empréstimos a curto prazo	18 411	0	18 411
Outros passivos	127 388	4 820	132 208
Provisões	5 219	0	5 219
Passivos por impostos correntes	366	635	1 001
Dívida a longo prazo	46 403	113 313	159 715
Títulos fiduciários preferenciais	4 825	666	5 491
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1 250 802	155 486	1 406 287
Passivos por impostos diferidos			346
Total do passivo			1 406 633

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2016

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2016
Caixa e saldos do banco central	181 364	0	181 364
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	10 996	610	11 606
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	15 756	531	16 287
Títulos obtidos por empréstimo	20 081	0	20 081
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	725 099	18 682	743 781
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 211	47 016	56 228
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1 027	1 027
Empréstimos	115 673	293 236	408 909
Títulos detidos até à maturidade	0	3 206	3 206
Ativos fixos tangíveis	0	2 804	2 804
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	8 982	8 982
Outros ativos	118 246	7 799	126 045
Ativos por impostos correntes	1 329	230	1 559
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1 197 755	384 124	1 581 880
Ativos por impostos diferidos			8 666
Total do ativo			1 590 546

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2016

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2016
Depósitos	522 885	27 319	550 204
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	25 035	705	25 740
Títulos cedidos por empréstimo	3 598	0	3 598
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	576 336	5 635	581 971
Outros empréstimos a curto prazo	17 295	0	17 295
Outros passivos	150 253	5 187	155 440
Provisões	10 973	0	10 973
Passivos por impostos correntes	723	606	1 329
Dívida a longo prazo	28 758	143 558	172 316
Títulos fiduciários preferenciais	2 197	4 716	6 373
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1 338 054	187 186	1 525 240
Passivos por impostos diferidos			486
Total do passivo			1 525 727

42 – Acontecimentos após o período de relato

Com a publicação da gama de preço da oferta pública inicial para a oferta de ações no DWS Group GmbH & Co. KGaA a 11 de março de 2018, esperamos que a venda de uma parte da quota do DB no DWS Group GmbH & Co. KGaA e a listagem das ações do DWS Group GmbH & Co. KGaA na Bolsa de Valores de Frankfurt tenham lugar no primeiro trimestre de 2018, se as condições de mercado o permitirem. Com base na gama de preços de 30 euros a 36 euros e assumindo uma circulação livre de 20% a 25%, o impacto da operação no capital próprio dos acionistas nos termos das IFRS do DB, incluindo participações minoritárias, situar-se-á entre 1,1 mil milhões de euros e 1,7 mil milhões de euros (pró-forma a 31 de dezembro de 2017).

43 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rendibilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2017	2016
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	10 108	9 819
Encargos de segurança social	2 145	2 055
dos quais: relacionados com pensões	749	671
Total	**12 253**	11 874

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2017 era de 97 733 (2016: 101 182) dos quais 42 910 (2016: 44 660) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 54 214 (2016: 55 557) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

A remuneração total do Conselho de Administração (de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17) foi de 37 665 535 euros e de 26 691 178 euros para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente, dos quais 5 862015 euros por componentes variáveis em 2017 e 0 euros em 2016.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivos receberam 27 694 325 euros e 35 305 889 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 18 de maio de 2017 e entraram em vigor a 5 de outubro de 2017. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2017 uma remuneração total de 5 150 000 euros (2016: 5 016 667 euros), dos quais 3 987 500 euros foram pagos na primavera de 2018 (fevereiro de 2017: 3 904 167 euros), de acordo com as provisões dos estatutos.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobrevivos totalizavam 214 154 039 euros e 222 953 147 euros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 12 337 886 euros e a 8 433 662 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização, a 35 210 035 euros e a 40 005 403 euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 4 497 534 euros em 2017.

Rendibilidade dos ativos

O artigo 26a da lei bancária alemã define a rendibilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de -0,05% e -0,08% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente.

Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Discriminação dos honorários cobrados pelo auditor do Grupo

Categoria de honorários em milhões de euros	2017	2016
Honorários por serviços de auditoria	51	49
dos quais à KPMG AG	23	18
Honorários relacionados com auditoria	18	26
dos quais à KPMG AG	13	16
Honorários por serviços de consultoria fiscal	4	6
dos quais à KPMG AG	2	3
Todas as outras comissões	0	1
dos quais à KPMG AG	0	1
Total de taxas	**73**	82

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG e não incluem os honorários de auditoria do Postbank e respetivas subsidiárias, pois não são auditados pela KPMG. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

44 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26a da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países e consistem essencialmente em dividendos pagos.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 45 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	Resultado antes do imposto sobre o rendimento	Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento
				31.12.2017
Argentina	16	0	11	(4)
Austrália	345	501	71	11
Áustria	25	105	(11)	(4)
Barbados	0	0	(0)	0
Bélgica	177	651	0	(3)
Brasil	102	193	49	(11)
Canadá	16	16	7	(9)
Ilhas Caimão	18	31	4	0
Chile	2	0	1	11
China	167	497	59	(14)
Colômbia	0	0	(1)	0
República Checa	10	44	2	(0)
França	71	229	0	(1)
Alemanha[1]	11 192	42 628	1 897	(206)
Grã-Bretanha	4 736	8 505	(354)	(203)
Grécia	0	9	0	(0)
Guernsey	7	30	(3)	0
Hong Kong	726	1 294	83	(2)
Hungria	15	59	3	(0)
Índia	525	12 443	305	(138)
Indonésia	117	298	61	(21)
Irlanda	40	686	(4)	0
Israel	1	10	2	2
Itália	878	3 750	(34)	15
Japão	455	650	95	(32)
Jersey	15	88	(7)	0
Letónia	1	0	0	0
Luxemburgo[1]	1 595	430	1 285	(138)
Malásia	88	240	53	(13)
Malta	116	0	116	0
Maurícia	92	207	83	(5)
México	(13)	54	(43)	10
Países Baixos	329	670	118	30
Nova Zelândia	(1)	0	(1)	0
Paquistão	18	77	10	(3)
Peru	0	0	(1)	0
Filipinas	24	1 928	7	(20)
Polónia	249	2 051	11	(10)
Portugal	59	369	7	(2)
Catar	0	3	4	(0)
Roménia	3	704	7	(1)
Federação da Rússia	70	1 298	45	(10)
Arábia Saudita	20	74	(10)	2
Singapura	947	2 072	392	(49)
Eslováquia	0	0	(13)	0
África do Sul	73	104	42	(11)
Coreia do Sul	95	278	10	(5)
Espanha	516	2 475	34	(11)
Sri Lanca	19	70	8	(4)
Suécia	1	27	2	(0)
Suíça	302	667	22	(3)
Taiwan	58	182	20	(4)
Tailândia	32	132	3	(0)
Turquia	43	128	18	(4)
Emirados Árabes Unidos	16	174	5	(1)
Ucrânia	5	29	2	(0)
Uruguai	(0)	0	(0)	0
EUA	5 386	10 311	114	(1 096)
Venezuela	0	0	(0)	0
Vietname	16	69	7	(1)

[1] Todas as operações do Postbank são divulgadas como operações alemãs sujeitas a integração de sistemas adicionais.

45 – Participações acionistas

369 Subsidiárias
378 Entidades estruturadas consolidadas
383 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
385 Outras empresas em que a participação é superior a 20%
389 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código Comercial alemão (“HGB”), bem como das Orientações sobre requisitos de divulgação de acordo com a Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Modelo UE LI3).

Notas de rodapé:

1 Entidade plenamente consolidada nos termos do âmbito regulamentar.
2 Entidade não consolidada nem deduzida nos termos do âmbito regulamentar.
3 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
4 Entidade ao abrigo do âmbito regulamentar deduzida a partir de fundos próprios nos termos dos artigos 36.º e 48.º do CRR.
5 Controlada.
6 Parceria geral.
7 Parceria limitada.
8 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
9 Não controlada.
10 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
11 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
12 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
13 Fundos próprios preliminares no valor de 7 082,3 milhões de euros/Resultado no valor de
14 118,8 milhões de euros (Exercício de 2017).
Não consolidada nem contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificada como títulos disponíveis para venda.
15 Fundos próprios preliminares no valor de 8 570,5 milhões de euros/Resultado no valor de
16 129,4 milhões de euros (Exercício de 2017).
17 Fundos próprios no valor de 0,2 milhões de euros/Resultado no valor de 7,9 milhões de euros
18 (Exercício de 2016).
19 Entidade proporcionalmente consolidada nos termos do âmbito regulamentar.
Fundos próprios no valor de 80,6 milhões de euros/Resultado no valor de 58,8 milhões de euros (Exercício de 2016).
Fundos próprios no valor de 25,4 milhões de euros/Resultado no valor de 9,0 milhões de euros (Exercício de 2017).

Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main	1	Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
3	ABS MB Ltd.	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
4	Acacia (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
5	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
6	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
7	Alex. Brown Investments Incorporated	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
8	Alfred Herrhausen Gesellschaft - Das internationale Forum der Deutschen Bank - mbH	Berlim	2	Outra empresa	100,0
9	Argent Incorporated	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
10	B.T.I. Investments (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
11	Baincor Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
12	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
13	Baldur Mortgages Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
14	Bankers Trust Investments Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
15	Barkly Investments Ltd.	St. Helier	1	Instituição financeira	100,0
16	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati	1	Instituição financeira	100,0
17	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
18	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln	1	Instituição financeira	100,0
19	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln	1	Instituição de crédito	100,0
20	BHW Holding AG	Hameln	1	Empresa de participação financeira	100,0
21	BHW Kreditservice GmbH	Hameln	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
22	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
23	Birch (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
24	Blue Cork, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
25	BNA Nominees Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
26	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo	2	Outra empresa	100,0
27	BT Globenet Nominees Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
28	BT Milford (Cayman) Limited (in voluntary liquidation)	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
29	BTAS Cayman GP	George Town	1, 3	Instituição financeira	100,0
30	BTD Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
31	Buxtal Pty. Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
32	CAM Initiator Treuhand GmbH & Co. KG	Colónia	3, 4	Instituição financeira	100,0
33	CAM PE Verwaltungs GmbH & Co. KG	Colónia	3, 4	Instituição financeira	100,0
34	CAM Private Equity Nominee GmbH & Co. KG	Colónia	3, 4	Instituição financeira	100,0
35	CAM Private Equity Verwaltungs-GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
36	Caneel Bay Holding Corp.	Chicago	4, 5	Instituição financeira	0,0
37	Cape Acquisition Corp.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
38	CapeSuccess Inc.	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
39	CapeSuccess LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	82,6
40	Cardales Management Limited (in members' voluntary liquidation)	Porto de S.Pedro	1	Firma de transação de títulos	100,0
41	Cardales UK Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
42	Career Blazers Consulting Services, Inc.	Albany	2	Outra empresa	100,0
43	Career Blazers Contingency Professionals, Inc.	Albany	2	Outra empresa	100,0
44	Career Blazers Learning Center of Los Angeles, Inc.	Los Angeles	2	Outra empresa	100,0
45	Career Blazers LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
46	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany	2	Outra empresa	100,0
47	Career Blazers New York, Inc.	Albany	2	Outra empresa	100,0
48	Career Blazers of Ontario Inc.	Londres, Ontário	2	Outra empresa	100,0
49	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.	2	Outra empresa	100,0
50	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany	4	Instituição financeira	100,0
51	Career Blazers Service Company, Inc.	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
52	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1, 5	Instituição financeira	0,0
53	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim	2	Outra empresa	100,0
54	Cathay Asset Management Company Limited	Port Louis	1	Instituição financeira	100,0
55	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Port Louis	1	Instituição financeira	67,6
56	CBI NY Training, Inc.	Albany	2	Outra empresa	100,0
57	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
58	Centennial River 1 Inc.	Denver	2	Outra empresa	100,0
59	Centennial River 2 Inc.	Austin	2	Outra empresa	100,0
60	Centennial River Acquisition I Corporation	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
61	Centennial River Acquisition II Corporation	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
62	Centennial River Corporation	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
63	Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
64	China Recovery Fund, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	85,0
65	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	10,0
66	Consumo S.p.A.	Milão	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
67	CREDA Objektanlage- und verwaltungsgesellschaft mbH	Bona	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
68	CTXL Achtzehnte Vermögensverwaltung GmbH i.L.	Munique	4	Instituição financeira	100,0
69	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
70	D B Investments (GB) Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
71	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
72	D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
73	DAHOC (UK) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
74	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
75	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
76	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
77	DB (Pacific) Limited	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
78	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
79	DB Abalone LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
80	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
81	DB Alps Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
82	DB Alternative Trading Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
83	DB Aotearoa Investments Limited	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
84	DB Asia Pacific Holdings Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
85	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	Empresa de participação financeira	100,0
86	DB Boracay LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
87	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	Empresa de participação financeira	100,0
88	DB Capital Partners General Partner Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
89	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
90	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
91	DB Chestnut Holdings Limited	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
92	DB Commodity Services LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
93	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
94	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	1	Instituição financeira	100,0
95	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
96	DB Delaware Holdings (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
97	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
98	DB Elara LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
99	DB Energy Commodities Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
100	DB Energy Trading LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
101	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier	1	Instituição financeira	100,0
102	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
103	DB Equity Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
104	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
105	DB Fund Services LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
106	DB Ganymede 2006 L.P.	George Town	1, 3	Instituição financeira	100,0
107	DB Global Technology SRL	Bucareste	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
108	DB Global Technology, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
109	DB Green Holdings Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
110	DB Green, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
111	DB Group Services (UK) Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
112	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
113	DB Holdings (South America) Limited	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
114	DB HR Solutions GmbH	Eschborn	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
115	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
116	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	1, 3	Instituição financeira	100,0
117	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen	1	Instituição financeira	100,0
118	DB Infrastructure Holdings (UK) No.3 Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
119	DB Intermezzo LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
120	DB International (Asia) Limited	Singapura	1	Instituição de crédito	100,0
121	DB International Investments Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
122	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura	2	Outra empresa	100,0
123	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
124	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
125	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
126	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
127	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
128	DB Io LP	Wilmington	1, 3	Instituição financeira	100,0
129	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
130	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
131	DB Management Support GmbH	Frankfurt	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
132	DB Managers, LLC	West Trenton	1	Empresa de investimento	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
133	DB Mortgage Investment Inc.	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
134	DB Nexus American Investments (UK) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
135	DB Nexus Iberian Investments (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
136	DB Nexus Investments (UK) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
137	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
138	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura	2	Outra empresa	100,0
139	DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
140	DB Omega Holdings LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
141	DB Omega Ltd.	George Town	1	Instituição financeira	100,0
142	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
143	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Barcelona	1	Empresa de serviços auxiliares	99,9
144	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
145	DB Overseas Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
146	DB Portfolio Southwest, Inc.	Austin	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
147	DB Print GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
148	DB Private Clients Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
149	DB Private Equity GmbH	Colónia	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
150	DB Private Equity International S.à r.l.	Luxemburgo	4	Instituição financeira	100,0
151	DB Private Equity Treuhand GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
152	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
153	DB Re S.A.	Luxemburgo	4	Empresa de resseguros	100,0
154	DB RMS Leasing (Cayman) L.P.	George Town	1, 3	Instituição financeira	100,0
155	DB Securities S.A.	Varsóvia	1	Empresa de investimento	100,0
156	DB Service Centre Limited	Dublin	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
157	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo	1	Instituição financeira	100,0
158	DB Services Americas, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
159	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
160	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
161	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
162	DB Structured Products, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
163	DB Trips Investments Limited	George Town	1, 5	Instituição financeira	0,0
164	DB Trustee Services Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
165	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
166	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
167	DB UK Australia Finance Limited (in voluntary liquidation)	George Town	1	Instituição financeira	100,0
168	DB UK Australia Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
169	DB UK Bank Limited	Londres	1	Instituição de crédito	100,0
170	DB UK Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
171	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
172	DB USA Core Corporation	West Trenton	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
173	DB USA Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
174	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
175	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
176	DB Vanquish (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
177	DB Vantage (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
178	DB Vantage No.2 (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
179	DB Vita S.A.	Luxemburgo	4	Empresa de seguros	75,0
180	DBAB Wall Street, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
181	DBAH Capital, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
182	DBCIBZ1	George Town	1	Instituição financeira	100,0
183	DBCIBZ2	George Town	1	Instituição financeira	100,0
184	DBFIC, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
185	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
186	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
187	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
188	DBR Investments Co. Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
189	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town	2	Outra empresa	100,0
190	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town	2	Outra empresa	100,0
191	DBRMSGP1	George Town	1, 3, 6	Instituição financeira	100,0
192	DBRMSGP2	George Town	1, 3, 6	Instituição financeira	100,0
193	DBUK PCAM Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
194	DBUKH No. 2 Limited	Londres	1, 5	Instituição financeira	0,0
195	DBUSBZ1, LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
196	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
197	DBX Advisors LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
198	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
199	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
200	DeAM Infrastructure Limited	Londres	4	Instituição financeira	100,0
201	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
202	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
203	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México	1	Instituição financeira	100,0
204	DEUFRAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
205	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
206	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
207	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
208	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
209	Deutsche Access Investments Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
210	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Paiania	2	Outra empresa	80,0
211	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
212	Deutsche Alternative Asset Management (France) SAS	Paris	2	Outra empresa	100,0
213	Deutsche Alternative Asset Management (Global) Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
214	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
215	Deutsche AM Distributors, Inc.	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
216	Deutsche AM Management GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
217	Deutsche AM Service Company	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
218	Deutsche AM Trust Company	Salem	1	Empresa de investimento	100,0
219	Deutsche Asia Pacific Finance, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
220	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura	1	Empresa de participação financeira	100,0
221	Deutsche Asset Management (Asia) Limited	Singapura	1	Empresa de investimento	100,0
222	Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	Hong Kong	1	Empresa de investimento	100,0
223	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
224	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio	1	Empresa de investimento	100,0
225	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
226	Deutsche Asset Management (UK) Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
227	Deutsche Asset Management Group Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
228	Deutsche Asset Management Holding SE	Frankfurt	1	Empresa de participação financeira	100,0
229	Deutsche Asset Management International GmbH	Frankfurt	1	Empresa de investimento	100,0
230	Deutsche Asset Management Investment GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
231	Deutsche Asset Management S.A.	Luxemburgo	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
232	Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
233	Deutsche Asset Management Schweiz AG	Zurique	1	Empresa de investimento	100,0
234	Deutsche Asset Management Shanghai Investment Company Limited	Xangai	1	Empresa de investimento	100,0
235	Deutsche Asset Management US Holding Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
236	Deutsche Asset Management USA Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
237	Deutsche Australia Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
238	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town	1	Instituição de crédito	100,0
239	Deutsche Bank (Chile)	Santiago	2	Outra empresa	100,0
240	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim	1	Instituição de crédito	100,0
241	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur	1	Instituição de crédito	100,0
242	Deutsche Bank (Mauritius) Limited	Port Louis	1	Instituição de crédito	100,0
243	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra	1	Instituição de crédito	100,0
244	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financie-ra Externa	Montevideo	1	Instituição de crédito	100,0
245	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul	1	Instituição de crédito	100,0
246	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
247	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
248	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
249	Deutsche Bank Financial Company	George Town	1	Instituição financeira	100,0
250	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
251	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Baltimore	2	Outra empresa	100,0
252	Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
253	Deutsche Bank International Limited	St. Helier	1	Instituição de crédito	100,0
254	Deutsche Bank International Trust Co. (Cayman) Limited	George Town	2	Outra empresa	100,0
255	Deutsche Bank International Trust Co. Limited	Porto de S.Pedro	2	Outra empresa	100,0
256	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro	1	Instituição financeira	100,0
257	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo	1	Instituição de crédito	100,0
258	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão	1	Instituição financeira	100,0
259	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México	1	Instituição de crédito	100,0
260	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles	1	Instituição financeira	100,0
261	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
262	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Varsóvia	1	Instituição de crédito	100,0
263	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
264	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
265	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo	1	Instituição de crédito	100,0
266	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
267	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto	1	Empresa de investimento	100,0
268	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
269	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão	1	Instituição de crédito	99,9
270	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque	1	Instituição de crédito	100,0
271	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington	1	Instituição de crédito	100,0
272	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
273	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque	1	Empresa de participação financeira	100,0
274	Deutsche Bank Trustee Services (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
275	Deutsche Bank Österreich AG	Viena	1	Instituição de crédito	100,0
276	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid	1	Instituição de crédito	99,8
277	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
278	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong	1	Instituição financeira	100,0
279	Deutsche Capital Management Limited	Dublin	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
280	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
281	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
282	Deutsche Cayman Ltd.	George Town	2	Outra empresa	100,0
283	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
284	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão	4	Instituição financeira	100,0
285	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
286	Deutsche Emerging Markets Investments (Netherlands) B.V.	Amesterdão	1	Empresa de serviços auxiliares	99,9
287	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai	1	Firma de transação de títulos	100,0
288	Deutsche Far Eastern Asset Management Company Limited	Taipei	1	Firma de transação de títulos	60,0
289	Deutsche Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra	2	Outra empresa	100,0
290	Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
291	Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
292	Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
293	Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
294	Deutsche Finance No. 2 (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
295	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
296	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
297	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd	Singapura	1	Empresa de investimento	100,0
298	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf	4	Instituição financeira	100,0
299	Deutsche Global Markets Limited	Telavive	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
300	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
301	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
302	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn	4	Instituição financeira	100,0
303	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	2	Outra empresa	99,8
304	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
305	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
306	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	Valeta	1	Empresa de participação financeira	100,0
307	Deutsche Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
308	Deutsche Holdings Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
309	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
310	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
311	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
312	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
313	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai	1	Empresa de participação financeira	100,0
314	Deutsche International Corporate Services (Delaware) LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
315	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
316	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
317	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
318	Deutsche International Finance (Ireland) Limited	Dublin	1	Empresa de investimento	100,0
319	Deutsche International Trust Company N.V.	Amesterdão	2	Outra empresa	100,0
320	Deutsche International Trust Corporation (Mauritius) Limited	Port Louis	2	Outra empresa	100,0
321	Deutsche Inversiones Dos S.A. (en Liquidación)	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
322	Deutsche Inversiones Limitada	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
323	Deutsche Investment Management Americas Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
324	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão	1	Instituição financeira	100,0
325	Deutsche Investments Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
326	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai	1	Instituição financeira	100,0
327	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
328	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
329	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
330	Deutsche Malta Company Ltd	Valeta	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
331	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires	1	Instituição financeira	100,0
332	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
333	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
334	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres	1	Instituição financeira	100,0
335	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
336	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
337	Deutsche Nederland N.V.	Amesterdão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
338	Deutsche New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
339	Deutsche Nominees Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
340	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn	1	Empresa de investimento	100,0
341	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
342	Deutsche Postbank AG	Bona	1	Instituição de crédito	100,0
343	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
344	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
345	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli	1	Firma de transação de títulos	100,0
346	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Empresa de investimento	100,0
347	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
348	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong	1	Empresa de investimento	100,0
349	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
350	Deutsche Securities Inc.	Tóquio	1	Empresa de investimento	100,0
351	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive	1	Instituição financeira	100,0
352	Deutsche Securities Korea Co.	Seul	1	Empresa de investimento	100,0
353	Deutsche Securities Mauritius Limited	Port Louis	1	Firma de transação de títulos	100,0
354	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul	1	Firma de transação de títulos	100,0
355	Deutsche Securities New Zealand Limited	Auckland	1	Firma de transação de títulos	100,0
356	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires	1	Firma de transação de títulos	100,0
357	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC	Riade	1	Empresa de investimento	100,0
358	Deutsche Securities SpA	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
359	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas	1	Instituição financeira	100,0
360	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México	1	Empresa de investimento	100,0
361	Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
362	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
363	Deutsche Strategic	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
364	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
365	Deutsche Transnational Trustee Corporation Inc	Charlottetown	2	Outra empresa	100,0
366	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio	2	Outra empresa	100,0
367	Deutsche Trustee Company Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
368	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
369	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
370	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	78,0
371	DFC Residual Corp.	Carson City	1	Instituição financeira	100,0
372	DG China Clean Tech Partners	Tianjin	3, 4, 5,	Instituição financeira	49,9
373	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
374	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	2	Outra empresa	100,0
375	DIL Financial Services GmbH & Co. KG	Düsseldorf	2	Outra empresa	100,0
376	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
377	DNU Nominees Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
378	DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
379	DSL Portfolio Verwaltungs GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
380	DTS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
381	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
382	DWS Holding & Service GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	99,2
383	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.I.	Hamburgo	2	Outra empresa	65,2
384	ECT Holdings Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
385	Elba Finance GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
386	Elizabethan Holdings Limited	George Town	4	Instituição financeira	100,0
387	Elizabethan Management Limited	George Town	2	Outra empresa	100,0
388	Estate Holdings, Inc.	St. Thomas	2, 5	Outra empresa	0,0
389	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres	1	Instituição financeira	100,0
390	Exinor SA (dissolution volontaire)	Bastogne	2	Outra empresa	100,0
391	EXTOREL Private Equity Advisers GmbH i.L.	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
392	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
393	Fenix Administración de Activos S. de R.L. de C.V.	Cidade do México	4	Instituição financeira	100,0
394	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão	1	Empresa de investimento	100,0
395	Finanza & Futuro Banca Società per Azioni	Milão	1	Instituição de crédito	100,0
396	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
397	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimba-chzentrum" KG	Bad Homburg	2	Outra empresa	74,9
398	G Finance Holding Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
399	Gemini Technology Services Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
400	German American Capital Corporation	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
401	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1, 5	Instituição financeira	0,0
402	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	2, 3	Outra empresa	94,9
403	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
404	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI mbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
405	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	36,1
406	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	2, 3	Outra empresa	64,7
407	Hac Investments Ltd.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
408	Herengracht Financial Services B.V.	Amesterdão	2	Outra empresa	100,0
409	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia	3, 4	Instituição financeira	100,0
410	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
411	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	50,0
412	Immobilienfonds Mietwohnhäuser Quadrath-Ichendorf GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
413	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
414	IOS Finance E F C S.A.	Barcelona	1	Instituição financeira	100,0
415	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
416	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
417	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo	2	Outra empresa	100,0
418	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
419	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
420	Kidson Pte Ltd	Singapura	1	Instituição financeira	100,0
421	Kingfisher Nominees Limited	Auckland	2	Outra empresa	100,0
422	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
423	Kradavimd UK Lease Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
424	LA Water Holdings Limited	George Town	1	Instituição financeira	75,0
425	LAWL Pte. Ltd.	Singapura	1	Instituição financeira	100,0
426	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld	1	Instituição financeira	100,0
427	Leonardo III Initial GP Limited	Londres	4	Instituição financeira	100,0
428	LWC Nominees Limited	Auckland	2	Outra empresa	100,0
429	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver	1	Instituição financeira	100,0
430	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
431	MHL Reinsurance Ltd.	Burlington	4	Empresa de resseguros	100,0
432	MIT Holdings, Inc.	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
433	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
434	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
435	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
436	NEPTUNO Verwaltungs- und Treuhand-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
437	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
438	norisbank GmbH	Bona	1	Instituição de crédito	100,0
439	North American Income Fund Public Limited Company	Dublin	1	Instituição financeira	66,8
440	North Las Vegas Property LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
441	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
442	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo	1	Instituição de crédito	100,0
443	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company	Dublin	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
444	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
445	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
446	OPB-Holding GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
447	OPB-Nona GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
448	OPB-Oktava GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
449	OPB-Quarta GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
450	OPB-Quinta GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
451	OPB-Septima GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
452	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
453	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia	1, 3	Instituição financeira	100,0
454	Oppenheim Fonds Trust GmbH	Colónia	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
455	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
456	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
457	OPS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
458	OVT Trust 1 GmbH	Colónia	2	Outra empresa	100,0
459	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
460	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
461	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
462	PB Factoring GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
463	PB Firmenkunden AG	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
464	PB International S.A.	Schuettringen	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
465	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	98,2
466	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
467	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
468	Pelleport Investors, Inc.	Nova Iorque	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
469	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas	2	Outra empresa	100,0
470	Postbank Akademie und Service GmbH	Hameln	2	Outra empresa	100,0
471	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
472	Postbank Direkt GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
473	Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	Instituição financeira	100,0
474	Postbank Finanzberatung AG	Hameln	2	Outra empresa	100,0
475	Postbank Immobilien GmbH	Hameln	2	Outra empresa	100,0
476	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
477	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	90,0
478	Postbank Leasing GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
479	Postbank Service GmbH	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
480	Postbank Systems AG	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
481	Private Equity Asia Select Company III S.à r.l.	Luxemburgo	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
482	Private Equity Global Select Company IV S.à r.l.	Luxemburgo	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
483	Private Equity Global Select Company V S.à r.l.	Luxemburgo	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
484	Private Equity Select Company S.à r.l.	Luxemburgo	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
485	Private Financing Initiatives, S.L.	Barcelona	1	Instituição financeira	55,3
486	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jacarta	1	Empresa de investimento	99,0
487	PT. Deutsche Verdhana Sekuritas Indonesia	Jacarta	4, 5	Empresa de investimento	40,0
488	Public joint-stock company "Deutsche Bank DBU"	Kiev	1	Instituição de crédito	100,0
489	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
490	Regula Limited	Road Town	2	Outra empresa	100,0
491	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
492	Royster Fund Management S.à r.l.	Luxemburgo	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
493	RREEF America L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
494	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
495	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
496	RREEF Fund Holding Co.	George Town	1	Instituição financeira	100,0
497	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
498	RREEF Investment GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	99,9
499	RREEF Management GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	99,9
500	RREEF Management L.L.C.	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
501	RREEF Spezial Invest GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
502	RTS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
503	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hameln	4	Instituição financeira	100,0
504	Sagamore Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
505	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
506	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
507	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia	1, 3	Instituição de crédito	100,0
508	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
509	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
510	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
511	Sechste Salomon Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia	1, 5	Instituição financeira	0,0
512	Service Company Four Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
513	Sharps SP I LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
514	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
515	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
516	Tasfiye Halinde Bebek Danismanlik Anonim Sirketi	Istambul	1	Instituição financeira	100,0
517	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	1	Instituição financeira	100,0
518	Tempurrite Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
519	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque	1	Instituição financeira	100,0
520	Tianjin Deutsche AM Fund Management Co., Ltd.	Tianjin	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
521	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
522	Triplereason Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
523	UKE Beteiligungs-GmbH	Troisdorf	2, 5	Instituição financeira	0,0
524	UKE Grundstücksgesellschaft mbH	Troisdorf	1, 5	Instituição financeira	0,0
525	UKE, s.r.o.	Belá	2	Outra empresa	100,0
526	Ullmann - Esch Grundstücksgesellschaft Kirchnerstraße GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
527	Ullmann - Esch Grundstücksverwaltungsgesellschaft Disternich GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
528	Ullmann Ullmann Krockow Krockow Esch GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
529	VCM MIP 2002 GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	3, 4	Instituição financeira	90,0
530	VCM MIP II GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	3, 4	Instituição financeira	90,0
531	VCM Treuhand Beteiligungsverwaltung GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
532	VCP Treuhand Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
533	VCP Verwaltungsgesellschaft mbH i.L.	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
534	Vertriebsgesellschaft mbH der Deutschen Bank Privat- und Geschäftskunden	Berlim	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
535	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
536	VÖB-ZVD Processing GmbH	Frankfurt	1	Instituição de pagamento	100,0
537	Wealthspur Investment Company Limited	Labuan	4	Instituição financeira	100,0
538	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
539	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
540	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0

Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
541	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
542	Alixville Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
543	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
544	Argentina Capital Protected Investments Limited	George Town	2, 8	Outra empresa	
545	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amesterdão	2, 8	Instituição financeira	
546	Atena SPV S.r.l	Conegliano	1	Instituição financeira	60,0
547	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
548	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
549	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
550	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
551	Atlas Portfolio Select SPC	George Town	4	Instituição financeira	0,1
552	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	2, 8	Outra empresa	
553	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	2, 8	Outra empresa	
554	Azurix Argentina Holding, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
555	Azurix Cono Sur, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
556	Azurix Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
557	Azurix Latin America, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
558	Baltics Credit Solutions Latvia SIA	Riga	2	Instituição financeira	
559	Belzen Pty. Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
560	Bürohaus Hauptstraße Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
561	Büropark Heimstetten Vermögensverwaltungs Limited & Co. KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
562	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan	2	Outra empresa	
563	Cathay Capital Company Limited	Port Louis	4	Instituição financeira	9,5
564	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong	2	Instituição financeira	
565	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town	2	Instituição financeira	
566	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town	2	Empresa de serviços auxiliares	
567	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
568	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
569	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
570	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
571	City Leasing (Thameside) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
572	City Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
573	CLASS Limited	St. Helier	2, 8	Outra empresa	
574	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town	2	Instituição financeira	
575	Concept Fund Solutions Public Limited Company	Dublin	2, 8	Outra empresa	0,5
576	Crofton Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
577	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
578	Dariconic Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
579	DB (Barbados) SRL	Christ Church	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
580	DB Aircraft Leasing Master Trust	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
581	DB Alternative Strategies Limited (in voluntary liquidation)	George Town	1	Firma de transação de títulos	100,0
582	DB Apex Management Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
583	DB Aster II, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
584	DB Aster III, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
585	DB Aster, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
586	DB Aster, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
587	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
588	DB Chambers Limited (in voluntary liquidation)	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
589	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano	1	Instituição financeira	90,0
590	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
591	DB Finance International GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
592	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Ltd.	George Town	4	Instituição financeira	100,0
593	DB Global Masters Multi-Strategy Trust	George Town	4	Instituição financeira	100,0
594	DB Global Masters Trust	George Town	2, 8	Firma de transação de títulos	
595	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
596	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG i.L.	Frankfurt	1	Instituição financeira	74,0
597	DB Immobilienfonds 4 GmbH & Co. KG i.L.	Frankfurt	2	Outra empresa	0,2
598	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
599	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
600	DB Infrastructure Holdings (UK) No.1 Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
601	DB Litigation Fee LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
602	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
603	DB PWM	Luxemburgo	2, 8	Outra empresa	
604	DB PWM - Active Asset Allocation Growth II	Luxemburgo	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
605	DB PWM II - LiquidAlts UCITS (Euro)	Luxemburgo	2	Outra empresa	69,5

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
606	DB RC Holdings, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
607	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto	4	Instituição financeira	100,0
608	DB Safe Harbour Investment Projects Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
609	DB SPEARs/LIFERs Trust	Wilmington	4, 8	Empresa de serviços auxiliares	0,0
610	DB STG Lux 10 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
611	DB STG Lux 11 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
612	DB STG Lux 12 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
613	DB STG Lux 9 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
614	DB Structured Finance 1 Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
615	DB Structured Finance 2 Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
616	db x-trackers II	Luxemburgo	2, 8	Outra empresa	1,7
617	dbInvestor Solutions Public Limited Company	Dublin	2, 8	Instituição financeira	
618	DBRE Global Real Estate Management US IA, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
619	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
620	DBRMS4	George Town	1, 3, 6	Instituição financeira	100,0
621	DBX ETF Trust	Wilmington	2, 8	Outra empresa	
622	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim	2	Instituição financeira	
623	DeAM Capital Protect 2014	Frankfurt	2	Outra empresa	
624	DeAM Capital Protect 2019	Frankfurt	2	Outra empresa	
625	DeAM Capital Protect 2024	Frankfurt	2	Outra empresa	
626	DeAM Capital Protect 2029	Frankfurt	2	Outra empresa	
627	DeAM Capital Protect 2034	Frankfurt	2	Outra empresa	
628	DeAM Capital Protect 2039	Frankfurt	2	Outra empresa	
629	DeAM Capital Protect 2044	Frankfurt	2	Outra empresa	
630	DeAM Capital Protect 2049	Frankfurt	2	Outra empresa	
631	Deloraine Spain SL	Madrid	2	Instituição financeira	
632	Deutsche Bank Best Allocation - Protect 80	Luxemburgo	2	Outra empresa	
633	Deutsche Bank Best Allocation - Protect 90	Luxemburgo	2	Outra empresa	
634	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
635	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
636	Deutsche Bank Capital LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
637	Deutsche Bank Capital Trust I	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
638	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
639	Deutsche Bank Contingent Capital LLC III	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
640	Deutsche Bank Contingent Capital LLC IV	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
641	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
642	Deutsche Bank Contingent Capital Trust II	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
643	Deutsche Bank Contingent Capital Trust III	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
644	Deutsche Bank Contingent Capital Trust IV	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
645	Deutsche Bank Contingent Capital Trust V	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
646	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	2, 8	Outra empresa	
647	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	2, 8	Outra empresa	
648	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7001 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	26,7
649	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7002 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	14,2
650	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7003 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	5,0
651	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7004 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	5,0
652	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7005 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	5,0
653	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7006 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	14,3
654	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7007 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
655	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7008 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	5,0
656	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7009 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	5,0
657	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá	1	Firma de transação de títulos	100,0
658	Deutsche Income Trust - Deutsche Ultra-Short Investment Grade Fund	Boston	2	Outra empresa	100,0
659	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
660	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
661	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
662	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
663	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
664	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
665	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
666	Dusk LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
667	DWS Garant 80 FPI	Luxemburgo	2	Outra empresa	
668	DWS Garant Top Dividende 2018	Luxemburgo	2	Outra empresa	
669	DWS World Protect 90	Luxemburgo	2	Outra empresa	
670	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo	2	Outra empresa	
671	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington	2	Instituição financeira	
672	Earls Eight Limited	George Town	2, 8	Outra empresa	
673	Earls Four Limited	George Town	2, 8	Outra empresa	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
674	EARLS Trading Limited	George Town	2	Instituição financeira	
675	Einkaufszentrum “HVD Dresden” S.à.r.l & Co. KG	Colónia	2	Outra empresa	
676	Eirles Three Designated Activity Company	Dublin	2, 8	Instituição financeira	
677	Eirles Two Designated Activity Company	Dublin	2, 8	Instituição financeira	
678	Elmo Funding GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
679	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
680	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
681	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	2, 8	Outra empresa	
682	Emeris	George Town	2	Firma de transação de títulos	
683	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
684	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
685	Eurohome (Italy) Mortgages S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
686	European Strategic Real Estate Fund ICAV	Dublin	2	Outra empresa	
687	Feale Sp. z o.o.	Wolica	2	Outra empresa	
688	Fondo Privado de Titulizacion Activos Reales 1 B.V.	Amesterdão	2	Outra empresa	
689	Fondo Privado de Titulización PYMES I Limited	Dublin	2	Instituição financeira	
690	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
691	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados - Precatórios Federais DB I	Rio de Janeiro	4	Instituição financeira	100,0
692	Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Global Markets	Rio de Janeiro	4	Instituição financeira	100,0
693	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
694	GAC-HEL, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
695	Gladyr Spain, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
696	Glamour Bulk 1 Maritime Limited	Monrovia	2	Outra empresa	
697	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro	4	Instituição financeira	100,0
698	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado e Investimento No Exterior	Rio de Janeiro	4	Instituição financeira	100,0
699	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington	2	Instituição financeira	
700	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town	2	Instituição financeira	
701	Groton Invest, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
702	Grundstücksverwaltung Martin-Behaim-Strasse Gewerbeimmo-bilien Limited & Co. KG	Frankfurt	2, 3	Outra empresa	
703	GWC-GAC Corp.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
704	Hamildak Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
705	Harbour Finance Limited (in liquidation)	Dublin	1, 5	Instituição financeira	0,0
706	Harvest Select Funds - Harvest China Fixed Income Fund II	Hong Kong	2	Outra empresa	
707	Iberia Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
708	Iberia Inversiones II Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
709	India Debt Opportunities Fund	Mumbai	2	Empresa de serviços auxiliares	
710	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town	2	Instituição financeira	
711	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
712	Investor Solutions Limited	St. Helier	2, 8	Outra empresa	
713	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
714	iShares Edge MSCI Australia Minimum Volatility ETF	Melbourne	2	Outra empresa	91,7
715	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier	2	Empresa de serviços auxiliares	
716	Kelona Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
717	Kelsey Street LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
718	Kingfisher Holdings LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
719	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
720	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	96,1
721	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	97,0
722	Kratus Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
723	La Fayette Dedicated Basket Ltd.	Road Town	2	Firma de transação de títulos	
724	Ledyard, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
725	Leo Consumo 1 S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
726	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano	1	Instituição financeira	70,0
727	87 Leonard Development LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
728	Leonardo Charitable 1 Limited	George Town	2	Empresa de serviços auxiliares	
729	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Alternate GP of GP), LP	Wilmington	2, 3	Instituição financeira	
730	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Alternate GP), LP	Wilmington	2, 3	Instituição financeira	
731	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (GP) Limited	George Town	2	Instituição financeira	
732	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Limited Partner) Limited	George Town	2	Instituição financeira	
733	Leonardo Secondary Opportunities III (SLP GP) Limited	Edimburgo	2	Instituição financeira	
734	Leonardo Secondary Opportunities III SLP, LP	Edimburgo	3, 4	Instituição financeira	0,3
735	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
736	Lindsell Finance Limited	St. Julian's	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
737	Lockwood Invest, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
738	London Industrial Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
739	Lupus alpha Low Beta Risk-Premium	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
740	Macondo Spain SL	Madrid	2	Outra empresa	100,0
741	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
742	Manta Acquisition LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
743	Manta Group LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
744	Maxima Alpha Bomaral Limited (in liquidation)	St. Helier	2	Firma de transação de títulos	
745	Memax Pty. Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
746	Merlin I	George Town	2	Firma de transação de títulos	
747	Merlin XI	George Town	2	Firma de transação de títulos	
748	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
749	Mexico Capital Protected Investments Limited	George Town	2, 8	Outra empresa	
750	Micro-E Finance S.r.l.	Roma	2	Instituição financeira	
751	Midsel Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
752	Mira GmbH & Co. KG	Frankfurt	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
753	Moon Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
754	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	1, 3	Instituição financeira	100,0
755	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
756	Naturaleza Maritima S.A.	Cidade do Panamá	2	Outra empresa	
757	NCW Holding Inc.	Vancouver	1	Instituição financeira	100,0
758	New 87 Leonard, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
759	Nineco Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
760	Nortfol Pty. Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
761	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1, 5	Instituição financeira	0,0
762	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
763	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	2, 8	Outra empresa	
764	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia	2	Instituição financeira	
765	Oran Limited	George Town	2	Instituição financeira	
766	OTTAM Mexican Capital Trust Designated Activity Company	Dublin	2, 8	Instituição financeira	
767	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	2, 8	Instituição financeira	
768	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	2, 8	Instituição financeira	
769	PARTS Funding, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
770	PARTS Student Loan Trust 2007 - CT1	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
771	PD Germany Funding Company II, Ltd.	George Town	2	Instituição financeira	
772	PD Germany Funding Company IV, Ltd.	George Town	2	Instituição financeira	
773	PD Germany Funding Company V, Ltd.	George Town	2	Instituição financeira	
774	PEIF II SLP Feeder, L.P.	Edimburgo	4	Instituição financeira	0,7
775	Peruda Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
776	PERUS 1 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
777	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Manila	1	Instituição financeira	95,0
778	Pinehurst Securities SA	Luxemburgo	2, 8	Instituição financeira	
779	Port Elizabeth Holdings LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
780	Primus Solutions ICAV	Dublin	2	Outra empresa	
781	Quantum 13 LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
782	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo	1, 5	Instituição financeira	0,0
783	Reference Capital Investments Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
784	REO Properties Corporation	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
785	REO Properties Corporation II	Wilmington	1, 5	Empresa de serviços auxiliares	0,0
786	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto	2	Instituição financeira	
787	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
788	Riviera Real Estate	Paris	2	Outra empresa	100,0
789	RM Ayr Limited (in liquidation)	Dublin	2	Instituição financeira	
790	RM Chestnut Limited (in liquidation)	Dublin	2	Instituição financeira	
791	RM Fife Limited (in liquidation)	Dublin	2	Instituição financeira	
792	RM Multi-Asset Limited (in liquidation)	Dublin	2	Instituição financeira	
793	RM Sussex Limited (in liquidation)	Dublin	2	Instituição financeira	
794	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
795	RREEF North American Infrastructure Fund B, L.P.	Wilmington	1	Instituição financeira	99,9
796	SABRE Securitisation Limited	Sydney	2	Outra empresa	
797	SCB Alpspitze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Instituição financeira	
798	Select Access Investments Limited	Sydney	2, 8	Outra empresa	
799	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
800	Sixco Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
801	SMART SME CLO 2006-1, Ltd.	George Town	2	Instituição financeira	
802	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
803	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano	2	Outra empresa	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
804	SP Mortgage Trust	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
805	Strategic Global Opportunities Limited - Class A Main USD	Nassau	2	Instituição financeira	
806	Swabia 1 Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
807	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
808	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa	1	Instituição financeira	100,0
809	The Canary Star Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
810	The Emperor Star Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
811	The India Debt Opportunities Fund Limited	Ebène	2	Empresa de serviços auxiliares	
812	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
813	TRS Aria LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
814	TRS Birch II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
815	TRS Birch LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
816	TRS Cypress II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
817	TRS Elm II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
818	TRS Leda LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
819	TRS Maple II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
820	TRS Oak II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
821	TRS Oak LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
822	TRS Poplar II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
823	TRS Scorpio LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
824	TRS Spruce II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
825	TRS SVCO LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
826	TRS Sycamore II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
827	TRS Tupelo II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
828	TRS Venor LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
829	TRS Walnut II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
830	TRS Walnut LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
831	Vanguard Diversified Conservative Index ETF	Melbourne	2	Outra empresa	55,3
832	VCM Golding Mezzanine GmbH & Co. KG	Munique	2, 3, 5	Instituição financeira	0,0
833	Vermögensfondmandat Flexible (80% teilgeschützt)	Luxemburgo	2	Outra empresa	
834	Wedverville Spain, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
835	Wendelstein 2015-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Instituição financeira	
836	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Instituição financeira	
837	Wibaux Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
838	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
839	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
840	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben II KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	98,1
841	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
842	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	98,2
843	Zenwix Pty. Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
844	Zumirez Drive LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
845	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
846	AcadiaSoft, Inc.	Wilmington		Outra empresa	4,5
847	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
848	Argantis GmbH i.L.	Colónia		Instituição financeira	50,0
849	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		Instituição financeira	49,8
850	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
851	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
852	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	9	Instituição financeira	99,9
853	BVT-CAM Private Equity Beteiligungs GmbH	Gruenwald		Instituição financeira	50,0
854	BVT-CAM Private Equity Management & Beteiligungs GmbH	Gruenwald		Instituição financeira	50,0
855	Comfund Consulting Limited	Bangalore		Outra empresa	30,0
856	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		Firma de transação de títulos	49,9
857	Cyber Defence Alliance Limited	Londres	10	Outra empresa	0,0
858	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		Instituição financeira	34,3
859	DBG Eastern Europe II Limited Partnership	St. Helier		Instituição financeira	25,9
860	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
861	Deutsche Gulf Finance	Riade		Instituição financeira	29,1
862	Deutsche Regis Partners, Inc.	Makati		Firma de transação de títulos	49,0
863	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Banguecoque		Firma de transação de títulos	49,0
864	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensi-ones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
865	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		Outra empresa	25,1
866	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
867	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Empresa de participação financeira	21,1
868	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
869	eolec	Issy-les-Moulineaux		Outra empresa	33,3
870	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		Outra empresa	50,0
871	EVROENERGIAKI S.A.	Atenas		Outra empresa	40,0
872	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. “Leipzig-Magdeburg” KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
873	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden “Louisenstraße” KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
874	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
875	German Public Sector Finance B.V.	Amesterdão		Instituição financeira	50,0
876	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Instituição financeira	36,7
877	giropay GmbH	Frankfurt		Outra empresa	33,3
878	Gordian Knot Limited	Londres		Outra empresa	24,7
879	Great Future International Limited	Road Town		Instituição financeira	43,0
880	Grundstücksgesellschaft Bürohäuser Köln Rheinhallen GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	15,6
881	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	3,4
882	Grundstücksgesellschaft Köln Messe 15-18 GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	10,5
883	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
884	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
885	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	44,9
886	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
887	Grundstücksgesellschaft Schillingsrotter Weg GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
888	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Empresa de investimento	30,0
889	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
890	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
891	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	10,0
892	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colónia	3	Outra empresa	7,0
893	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	7,7
894	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	9,7
895	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
896	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	21,1
897	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		Outra empresa	25,0
898	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	30,1
899	Lion Residential Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	17,4
900	MidOcean Partners, L.P.	Wilmington		Instituição financeira	20,0
901	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	9	Outra empresa	96,7
902	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	22,2
903	Parkhaus an der Börse GbR	Colónia	3	Outra empresa	37,7
904	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
905	Private Equity Gesellschaft bürgerlichen Rechts	Colónia	3, 10	Instituição financeira	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participaç no capital em %
906	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-A L.L.C.	Nova Iorque		Instituição financeira	33,0
907	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-B L.L.C.	Nova Iorque		Instituição financeira	33,3
908	Raymond James New York Housing Opportunities Fund II L.L.C.	Nova Iorque		Instituição financeira	17,1
909	Raymond James New York Upstate Housing Opportunities Fund I L.L.C.	Nova Iorque		Instituição financeira	24,9
910	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
911	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
912	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
913	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
914	Robuterra AG	Zurique	10	Instituição financeira	0,0
915	Sakaras Holding Limited	Birkirkara	10	Instituição financeira	0,0
916	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
917	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
918	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		Outra empresa	45,0
919	TradeWeb Markets LLC	Wilmington		Empresa de investimento	4,9
920	Triton Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	33,1
921	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund C L.P.	Dover		Instituição financeira	18,9
922	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Dover		Instituição financeira	13,8
923	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Dover		Instituição financeira	23,5
924	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	9	Instituição financeira	99,9
925	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
926	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
927	Ullmann, Krockow, Esch Luftverkehrsgesellschaft bürgerlichen Rechts	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
928	Verimi GmbH	Frankfurt		Outra empresa	11,1
929	Volbroker.com Limited	Londres		Instituição financeira	22,5
930	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
931	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		Outra empresa	25,0
932	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		Empresa de investimento	33,3
933	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
934	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0
935	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		Outra empresa	20,4

Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa no capital em %
936	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
937	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
938	AC VI Initiatoren GmbH & Co. KG	Munique	11	Instituição financeira	25,0
939	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
940	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
941	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
942	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
943	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
944	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
945	Adara S.A.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
946	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
947	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
948	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
949	Agena S.A.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
950	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
951	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
952	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
953	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
954	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
955	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
956	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
957	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
958	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
959	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
960	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
961	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	11	Instituição financeira	50,0
962	Benefit Trust GmbH	Luetzen	1, 12,	Instituição financeira	100,0
963	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
964	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	33,2
965	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	32,0
966	BrisConnections Holding Trust	Kedron	14	Outra empresa	35,6
967	BrisConnections Investment Trust	Kedron	14	Outra empresa	35,6
968	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	12, 15	Outra empresa	96,1
969	DB Petri LLC	Wilmington	12	Instituição financeira	100,0
970	DB Placement, LLC	Wilmington	9, 11	Outra empresa	100,0
971	DB RC Investments II, LLC	Wilmington	9, 11	Instituição financeira	99,9
972	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	11	Instituição financeira	49,0
973	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
974	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
975	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
976	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
977	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
978	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
979	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
980	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	11	Instituição financeira	50,0
981	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
982	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
983	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
984	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
985	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
986	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Valley-Oberlaindern	14	Outra empresa	21,2
987	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH i.L.	Gruenwald	12	Instituição financeira	100,0
988	HR "Simone" GmbH & Co. KG	Jork	14	Outra empresa	21,8
989	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlim	11	Instituição financeira	20,5
990	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	11	Outra empresa	49,0
991	IOG Denali Upton, LLC	Dover	14	Outra empresa	23,0
992	IOG NOD I, LLC	Dover	14	Outra empresa	22,5
993	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo	9, 11,	Outra empresa	95,0
994	Kinneil Leasing Company	Londres	3, 11	Instituição financeira	35,0
995	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	9, 14,	Instituição financeira	77,1
996	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo	11	Instituição financeira	49,7
997	Magalhaes S.A.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa no capital em %
998	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	35,3
999	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	40,0
1 000	MFG Flughafen-Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH & Co. BETA KG i.L.	Gruenwald	14	Outra empresa	29,6
1001	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	23,9
1002	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	23,4
1003	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	23,5
1 004	MT “KING EDWARD” Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	27,1
1005	MT “KING ERIC” Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	26,4
1006	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 007	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1 008	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1 009	New Energy Biomasse Hellas GmbH i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1010	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 011	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1012	NV Profit Share Limited	George Town	11	Outra empresa	42,9
1013	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	3, 5, 1	Instituição financeira	27,7
1014	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1015	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1016	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1017	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.I.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 018	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1019	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1020	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1021	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1022	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 023	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1 024	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 025	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1026	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1027	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1028	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1029	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 030	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1031	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 032	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 033	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 034	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1035	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1036	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1037	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1038	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1039	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 040	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1041	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1 042	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1043	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1044	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1045	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1046	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1047	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf	12	Instituição financeira	58,5
1048	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1049	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1050	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1051	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1052	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1053	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 054	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1055	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia	11	Instituição financeira	33,2
1056	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1057	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligens-tadt KG	Düsseldorf	12	Instituição financeira	71,1
1 058	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1059	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kleine Alexanderstraße KG i.L.	Düsseldorf	12	Outra empresa	95,0
1060	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 061	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1 062	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1063	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1064	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa no capital em %
1065	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 066	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1067	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 068	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i.L.	Düsseldorf	12	Outra empresa	94,7
1069	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	9, 11	Instituição financeira	100,0
1 070	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1071	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 072	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1073	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1074	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1 075	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1076	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1077	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG i.L.	Düsseldorf	1, 12	Instituição financeira	83,8
1078	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1079	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1080	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1081	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 082	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1 083	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraft-werk Halle KG i.L.	Halle/Saale	11	Outra empresa	30,5
1084	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1085	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1086	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1087	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1088	SPhinX, Ltd. (in voluntary liquidation)	George Town	11	Outra empresa	43,6
1089	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Outra empresa	100,0
1090	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1 091	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1 092	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 093	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	12	Instituição financeira	100,0
1 094	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 095	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1096	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1097	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 098	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1099	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1100	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 101	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1102	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 103	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1104	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1105	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1 106	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1107	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1108	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1 109	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 110	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf	1, 12	Instituição financeira	100,0
1111	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf	1, 12	Instituição financeira	100,0
1 112	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 113	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf	11	Instituição financeira	25,0
1114	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1 115	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1116	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	11	Instituição financeira	50,0
1 117	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 118	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1119	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
1120	Triton Fund III G L.P.	St. Helier	9, 11,	Instituição financeira	62,5
1121	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 122	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 123	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 124	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 125	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
1 126	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
1127	VCM Initiatoren III GmbH & Co. KG	Munique	11	Instituição financeira	24,9
1128	VCM Partners GmbH & Co. KG	Munique	11	Instituição financeira	25,0
1129	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1130	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa no capital em %
1 131	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1 132	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1133	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1134	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH	Darmstadt	11	Instituição financeira	50,0
1 135	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1136	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 137	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1138	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1139	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1140	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1141	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 142	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	25,0
1143	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1144	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1145	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1 146	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1147	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1148	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1 149	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1 150	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1151	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1152	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1153	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
1 154	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1155	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1156	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1157	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1158	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1159	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1160	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1161	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	25,0

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa no capital em %
1162	ABRAAJ Holdings	George Town		Instituição financeira	8,8
1163	Accunia A/S	Copenhaga		Empresa de investimento	6,1
1164	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		Instituição financeira	5,6
1 165	Bürgschaftsbank Brandenburg GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
1 166	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
1167	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
1168	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,2
1169	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
1170	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
1 171	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
1 172	Cecon ASA	Arendal		Outra empresa	9,6
1173	China Polymetallic Mining Limited	George Town		Outra empresa	5,7
1174	DGHL Limited (in voluntary liquidation)	Camana Bay		Instituição financeira	16,3
1175	Landgesellschaft Mecklenburg-Vorpommern mit beschränkter Haftung	Leezen		Outra empresa	11,0
1 176	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
1 177	Philipp Holzmann Aktiengesellschaft i.I.	Frankfurt		Outra empresa	19,5
1178	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
1 179	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
1180	PT Trikomsel OKE Tbk	Jacarta		Outra empresa	12,0
1181	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrucken		Instituição de crédito	11,8
1 182	Silver Creek Low Vol Strategies, Ltd.	George Town		Firma de transação de títulos	10,5
1183	The Ottoman Fund Limited	St. Helier		Outra empresa	13,6
1184	TRIUVA Kapitalverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	6,0
1 185	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Empresa de investimento	7,1

Confirmações

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de gestão do Grupo

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respetivas subsidiárias (o Grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2017 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e as notas para as demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo de políticas contabilísticas significativas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

– as demonstrações financeiras consolidadas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315-E, n.º 1 do HGB [Handelsgesetzbuch – Código Comercial alemão] e, em conformidade com estes requisitos, dar uma imagem fiel dos ativos, passivos e da posição financeira do Grupo da 31 de dezembro de 2017 e do respetivo desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e
– o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão do grupo está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Nos termos do artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Fundamentação do parecer

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento n.º 537/2014 da UE relativo a auditorias (doravante referido como “Regulamento sobre auditoria da UE”) e em conformidade com as normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção “Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das Demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de gestão do Grupo” do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Questões de auditoria essenciais são as questões que, na nossa opinião profissional, foram da maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, e não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

Avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados não observáveis dos mesmos

No que se refere às principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, consultar a Nota 1 das demonstrações financeiras consolidadas (secções "Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda"). Para informações sobre instrumentos financeiros de nível 3, consultar a Nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas.

O risco de demonstração financeira

Instrumentos financeiros de nível 3 consistem em ativos e passivos financeiros. À data de comunicação de informações, o Grupo relata ativos financeiros detidos ao justo valor de nível 3 no valor de 22 mil milhões de euros, representando 3,2% dos ativos financeiros ao justo valor e 1,5% do total do ativo. Os passivos financeiros de nível 3 ascendem a 7,1 mil milhões de euros, representando 1,5% dos passivos financeiros ao justo valor e 0,5% do total do ativo, respetivamente.

Por definição, os preços de mercado não são observáveis para a avaliação destes instrumentos financeiros. Os justos valores devem, por isso, ser determinados com base nos métodos de avaliação aceites. Estes métodos de avaliação podem consistir em modelos complexos e podem incluir pressupostos e estimativas de dados não observáveis que requerem pareceres.

O risco de demonstração financeira decorre principalmente de modelos de avaliação complexos ou de parâmetros de avaliação inobserváveis que são utilizados para determinar o justo valor que faz com que os instrumentos financeiros de nível 3 não estejam em conformidade com os princípios contabilísticos.

A nossa abordagem de auditoria

Para determinar a nossa abordagem de auditoria, inicialmente avaliámos a adequabilidade geral e o potencial para declarações inexatas em modelos e parâmetros que incluem dados não observáveis e, quando aplicável, ajustamentos de avaliação associados utilizados para a avaliação dos instrumentos financeiros de nível 3.

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

Para avaliar a adequabilidade dos controlos internos do Grupo relativamente à avaliação de instrumentos financeiros e determinação de dados não observáveis dos mesmos, avaliámos a conceção e a implementação e testámos a eficácia operacional de controlos-chave. Também recorremos a especialistas de avaliação internos da KPMG conforme necessário. Os procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a, controlos sobre:

- procedimentos de verificação independente de preços (IPV) mensal efetuados pelo Grupo para assegurar a adequabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para instrumentos financeiros de nível 3,
- validação de modelo de modelos de avaliação utilizados pelo Grupo, incluindo a respetiva governação,
- cálculo e registo de ajustamentos de avaliação para risco de crédito, custo de financiamento e outros exigidos pelas normas de contabilidade para determinar o justo valor, e
- disputas sobre garantias decorrentes de discordâncias face a avaliação de contrapartidas.

Nos casos em que obtivemos resultados sobre a conceção ou eficácia dos controlos, testámos controlos de compensação adicionais. Tivemos em conta os resultados da nossa auditoria ao conceber a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais.

Efetuámos procedimentos substantivos numa amostra baseada no risco de instrumentos financeiros de nível 3. Estes incluem em particular:

- desempenho de verificação independente de preços (IPV), com recurso a especialistas de avaliação internos da KPMG em transações individuais selecionadas de instrumentos financeiros,
- recálculo independente de ajustamentos de avaliação selecionados;
- desempenho de procedimentos para determinar a adequabilidade dos modelos utilizados, incluindo dados-chave e sua utilização nos respetivos modelos de preços; e
- testar se a não-observabilidade de dados-chave para instrumentos financeiros de nível 3 com referência a mercados ativos foi avaliada de forma exata, conforme exigido pelas normas contabilísticas.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos razoáveis os modelos e parâmetros relacionados utilizados para avaliar instrumentos financeiros de nível 3.

Provisões para perdas com empréstimos em carteiras de crédito de determinados setores

Para uma descrição qualitativa e quantitativa da gestão de riscos de crédito, incluindo a avaliação de empréstimos, consultar a secção Relatório de risco no relatório de gestão do grupo. No que se refere às principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, consultar a Nota 1 das demonstrações financeiras consolidadas (secção "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais"). Para informações sobre níveis de provisão e empréstimos, consultar as Notas 19 e 20 das demonstrações financeiras consolidadas.

O risco de demonstração financeira

Na data de comunicação de informações, o Grupo relata empréstimos – sem provisões para perdas de crédito de 3,9 mil milhões de euros – no valor de 401,7 mil milhões de euros, representando 27% do total do ativo. No exercício de 2017, o Grupo registou um valor de 525 milhões de euros como provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados.

Como parte da nossa avaliação de risco, identificámos empréstimos para mutuários nos segmentos de transporte, petróleo e gás, bem como metais, minérios e aço como tendo um risco de avaliação superior devido a desafios específicos do setor. A exposição bruta de empréstimos nestes setores de risco mais elevado totalizou aproximadamente 15 mil milhões de euros. Da provisão para perdas de crédito relacionada apresentada na demonstração consolidada dos resultados para o exercício de 2017, 198 milhões de euros ou 38% da provisão no negócio de empréstimos reconhecidos em 2017 são aplicáveis à carteira de transporte.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente de incertezas de estimativa no cálculo de provisões para perdas com empréstimos avaliadas individualmente que são, especialmente nestes setores, baseadas em pressupostos e cenários críticos (ou seja, cenário de recuperação, cenário de continuidade, etc.), incluindo avaliações de recebimentos de garantia.

A nossa abordagem de auditoria

Para efetuar uma avaliação de risco e planear os nossos procedimentos de auditoria, efetuámos uma análise de carteira para avaliar os riscos de avaliação inerentes e para identificar setores de risco mais elevado. Adicionalmente, avaliámos as metodologias e dados-chave do Grupo utilizados para obter provisões para perdas de crédito avaliadas individualmente.

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

No nosso teste de controlos, avaliámos a conceção, implementação e eficácia operacional de controlos sobre a avaliação de empréstimos. Estes incluem, entre outros, controlos sobre:

- a análise e aprovação de políticas de imparidade e metodologia geral,
- a análise para empréstimos sob monitorização aperfeiçoada,
- avaliação regular de garantias, e
- o cálculo e registo de provisões para perdas com empréstimos avaliadas individualmente.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos para uma seleção de empréstimos nos setores de maior risco identificados para testar se os fluxos de caixa utilizados para calcular as provisões para perdas de crédito avaliadas individualmente foram obtidos de forma adequada. Na avaliação da adequabilidade dos fluxos de caixa esperados, considerámos as expetativas de mercado específicas por setor e a respetiva estratégia de envolvimento (por exemplo, reestruturação, liquidação). Para envolvimentos selecionados, também recalculámos as provisões para perdas de crédito avaliadas individualmente.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, consideramos razoáveis os pressupostos e cenários para determinar as provisões para perdas com empréstimos avaliadas individualmente para empréstimos relacionados com os setores de alto risco identificados.

Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Para uma descrição das principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, bem como dos pressupostos subjacentes para o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos, consultar a Nota 1 das demonstrações financeiras consolidadas "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" (secção "Impostos sobre o rendimento"). Para informações sobre ativos por impostos diferidos, consultar a Nota 36 das demonstrações financeiras consolidadas.

O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras consolidadas contêm ativos por impostos diferidos de 6,8 mil milhões de euros. No período de relato, o Grupo reduziu a quantia escriturada de ativos por impostos diferidos em 1,4 mil milhões de euros, devido à reforma fiscal dos Estados Unidos.

O reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos contém pareceres e além de fatores objetivos, também várias estimativas relativas ao lucro tributável futuro e à utilidade de perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente da utilidade futura dos benefícios ser estimada de forma inadequada. A estimativa da utilidade futura depende do potencial tributável futuro baseado no plano de negócios e tendo em conta o desenvolvimento esperado de pressupostos e parâmetros determinantes de valor essenciais aqui incluídos, estando todos sujeitos a incerteza. Estes incluem em particular pressupostos sobre o desenvolvimento de resultados antes de impostos, a influência de possíveis rubricas especiais e os efeitos permanentes que determinam o lucro tributável disponível no futuro. Essas estimativas devem ter em conta também os desenvolvimentos políticos e económicos atuais e considerações específicas da jurisdição, incluindo, mas não limitativamente, a reforma fiscal dos Estados Unidos.

A nossa abordagem de auditoria
Realizámos uma avaliação de risco para compreender os regulamentos e a legislação fiscal aplicáveis ao Grupo. Com base nisso, realizámos ambos os testes de controlos-chave internos e procedimentos de auditoria substantivos com o auxílio de especialistas fiscais internos da KPMG. Efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria como parte dos nossos testes de controlos, incluindo, mas não limitativamente:

– avaliação das políticas utilizadas para reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos em conformidade com a IAS 12 e
– teste da conceção, implementação e eficácia operacional de controlos internos relativamente ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos no Grupo.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra baseada no risco de ativos por impostos diferidos em diferentes países. Isto incluiu, entre outros:

– avaliação da adequação dos parâmetros aplicados aos planos de negócio, incluindo subplanos para países relevantes, quando apropriado. Ao fazê-lo, analisámos a adequação dos parâmetros de planeamento aplicados que são relevantes para as subdivisões significativas do Grupo, considerando possíveis indicadores positivos e negativos no que respeita à recuperabilidade ou ocorrência de pressupostos e parâmetros de planeamento, e
– análise do intervalo entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável planeado para determinados países.

As nossas observações
Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos razoável o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos, principalmente no que se refere aos pressupostos e parâmetros para desenvolver o lucro tributável e a utilidade dos créditos e perdas fiscais.

Apresentação de riscos jurídicos nas demonstrações financeiras
Para uma descrição qualitativa e quantitativa de litígios significativos, consultar a Nota 29 das demonstrações financeiras consolidadas.

O risco de demonstração financeira
Na data de comunicação de informações, o Grupo relata provisões para riscos jurídicos no valor de 2 mil milhões de euros. Consistem em provisões para processos civis no valor de 1,1 mil milhões de euros e provisões para execução regulamentar no valor de 0,9 mil milhões de euros.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente de falha em refletir de forma adequada possíveis obrigações financeiras (provisões ou passivos contingentes) resultantes de não conformidade com a legislação aplicável, os requisitos regulamentares ou acordos contratuais, ou queixas apresentadas, incluindo contrapartida de divulgação nas demonstrações financeiras do Grupo. A identificação dessas questões, a avaliação da sua probabilidade e a avaliação de possíveis obrigações financeiras daí resultantes estão sujeitas a incertezas de estimativa e pareceres.

A nossa abordagem de auditoria
Efetuámos uma avaliação do risco relativa a possíveis eventos obrigatórios na conceção da nossa abordagem de auditoria. Isto baseou-se numa avaliação dos controlos internos relativos ao registo exaustivo e exato de riscos jurídicos, bem como inquéritos aos órgãos de gestão e aos departamentos responsáveis por identificar, avaliar e monitorizar os riscos jurídicos. Consistiu também numa análise de documentação interna e externa e de informação disponível ao público e inspeção de contas relativas a despesas jurídicas.

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

Para testar a adequação do sistema de controlo, identificámos controlos designados para assegurar a exaustividade e exatidão da avaliação de provisões e passivos contingentes para riscos jurídicos e testámos a conceção e a implementação, bem como a eficácia operacional desses controlos.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra de casos baseada no risco e enviámos cartas de confirmação jurídica aos advogados responsáveis por litígios significativos.

Avaliámos o reconhecimento e a avaliação de provisões significativas e passivos contingentes do Grupo baseados em factos e circunstâncias disponíveis relativamente à conformidade com as normas contabilísticas.

A fim de determinar os factos e as circunstâncias dos casos individuais, efetuámos uma inspeção de documentos relevantes e aconselhámo-nos junto dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo. Avaliámos os pressupostos significativos efetuados e as opiniões-chave aplicadas, incluindo a avaliação de provas que indicam o contrário. Especificamente para questões em que existiam obrigações possíveis, mas a exposição era considerada menos do que provável, considerámos provas de auditoria relativas à falta de reconhecimento e à divulgação das mesmas.

Adicionalmente, ponderámos se as divulgações do Grupo da aplicação de opinião aquando da estimativa de provisões e passivos contingentes estão adequadamente refletidas. Além disso, ponderámos se as divulgações do Grupo em relação aos casos individuais refletem as incertezas associadas às questões legais e regulamentares de forma apropriada.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, considerámos razoável a identificação de assuntos e a avaliação da sua probabilidade e provisão estimada para possíveis obrigações. As notas divulgam de forma apropriada a incerteza relacionada com a estimativa na avaliação.

Gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro

Para uma descrição dos controlos internos sobre o processo de relato financeiro, incluindo controlos de gestão de acesso de TI, consultar o relatório de gestão do grupo na secção “Controlo interno sobre o relato financeiro”.

O risco de demonstração financeira

O processo de relato financeiro é extremamente dependente das tecnologias da informação e da disponibilidade de dados eletrónicos completos e exatos devido à dimensão e à complexidade do Grupo. Por isso, a concessão inapropriada ou monitorização ineficaz de direitos de acesso a sistemas de TI representa um risco para a exatidão do relato financeiro. Este risco aplica-se principalmente a sistemas com direitos de acesso que não correspondem a um princípio “necessidade de saber” ou “necessidade de ter”, ou seja, o acesso é concedido apenas com base nos requisitos da função e não existe qualquer outro requisito de autorização, ou ao princípio de segregação de funções, ou seja entre os departamentos de especialistas e TI, bem como entre as operações de aplicação e desenvolvimento.

Direitos de acesso não autorizados ou extensivos e uma falta de segregação de funções resultam num risco de manipulação de dados intencional ou não intencional, que poderia ter uma incidência significativa na exaustividade e exatidão das demonstrações financeiras. Por conseguinte, a conceção e a conformidade com as respetivas precauções são uma questão significativa para a nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria

Conseguimos compreender o ambiente de controlo relacionado com TI do negócio do Grupo. Adicionalmente, realizámos uma avaliação do risco e identificámos aplicações de TI, bases de dados e sistemas operativos que são relevantes para a nossa auditoria.

Para controlos dependentes de TI relevantes no processo de relato financeiro (denominados por controlos de aplicação de TI) identificámos os controlos de TI gerais auxiliares e avaliámos a sua conceção, implementação e eficácia operacional. Testámos controlos-chave, principalmente na área da proteção de acesso e ligação desses controlos à exaustividade e exatidão do relato financeiro. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Teste dos controlos relativos ao acesso inicial concedido aos sistemas de TI para novos colaboradores ou colaboradores que estão a mudar de função, se esse acesso esteve sujeito a análise apropriada e se foi aprovado por uma pessoa autorizada em consonância com o conceito de autorização baseada na função.
- Teste dos controlos relativos à remoção do acesso de um colaborador ou de um antigo colaborador num período de tempo apropriado após estes terem mudado de função ou terem saído da empresa.
- Teste dos controlos relativos à adequabilidade dos direitos de acesso do sistema para autorizações privilegiadas ou administrativas (superutilizador) sujeitos a um procedimento de atribuição de autorização restritiva e à análise regular dos mesmos.
- Adicionalmente, efetuámos procedimentos de teste específicos na área da proteção de palavras-passe, definições de segurança relativas a modificações para aplicações, bases de dados e sistemas operativos, a segregação dos utilizadores de TI e do departamento de especialistas e a segregação dos colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento de programas e dos responsáveis pelas operações do sistema. Nos casos em que determinados controlos de TI não foram eficazes, identificámos e testámos controlos de compensação adicional quanto à eficácia de implementação e operacional, e testámos também outras provas de compensação.

Considerando os resultados dos nossos testes de controlos, decidimos sobre a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais a efetuar. Nomeadamente, onde identificámos autorizações de utilizador que não estavam a ser retiradas atempadamente após sair do Banco, efetuámos uma inspeção do registo de atividade de utilizadores individuais para determinar se ocorreram atividades não autorizadas que afetariam substancialmente a exaustividade e exatidão da informação financeira processada.

Adicionalmente, através de testes de detalhe, avaliámos se os desenvolvedores de programas tinham direitos de aprovação no processo de modificação e se conseguiam efetuar quaisquer modificações nas versões produtivas das aplicações, bases de dados e sistemas operativos para avaliar se estas responsabilidades estavam segregadas funcionalmente. Também analisámos a segregação de funções em sistemas de negociação e de pagamento críticos a fim de avaliar se a segregação de funções entre a negociação e o processamento administrativo foi cumprida.

As nossas observações
Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, consideramos que a gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro respeita de uma forma geral os requisitos de exaustividade e exatidão dos dados relevantes do relato financeiro. Nos casos em que identificámos deficiências no controlo, descobrimos que existem controlos compensatórios e testámos outras provas de compensação para colmatar o risco de distorção material nas demonstrações financeiras.

Outra informação

Os órgãos de gestão são responsáveis pela outra informação. A outra informação é constituída pelas restantes partes do relatório anual, excetuando das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e o relatório de gestão do grupo e o nosso relatório do auditor.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo não abrangem a outra informação e, consequentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

– é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, com o relatório de gestão do grupo, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
– se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Responsabilidade do Conselho de Fiscalização e da Administração pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas e pelo Relatório de gestão do Grupo

Os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, conferem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Grupo. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessário para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os órgãos de gestão são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o Grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do Grupo e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a preparação do relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão do grupo.

O conselho de fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do Grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas pela Auditoria das Demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de gestão do Grupo

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as Normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detete sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão do grupo.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão do grupo a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas.
- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas pelos órgãos de gestão e a razoabilidade das estimativas efetuadas pelos órgãos de gestão e divulgações relacionadas.
- Tirar conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos órgãos de gestão da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo para manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o Grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Grupo em conformidade com as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB.
- Obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou atividade empresarial dentro do Grupo para expressar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão do grupo com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação alemã, e com a perspetiva que proporciona da posição do Grupo.
- Efetuar procedimentos de auditoria sobre a informação prospetiva apresentada pelos órgãos de gestão no relatório de gestão do grupo. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos como auditor do grupo pela assembleia-geral anual realizada a 18 de maio de 2017. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização a 26 de julho de 2017. Nós ou as nossas sociedades antecessoras somos revisores de contas da Deutsche Bank Aktiengesellschaft e respetivas empresas antecessoras desde 1952.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Fornecemos os serviços seguintes adicionalmente à auditoria financeira, conforme divulgado na Nota 43 – “Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã”.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Burkhard Böth.

Frankfurt am Main, 12 de março de 2018

KPMG AG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski
Wirtschaftsprüfer

Böth
Wirtschaftsprüfer

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 12 de março de 2018

John Cryan

Marcus Schenck

Christian Sewing

Kimberly Hammonds

Stewart Lewis

Sylvie Matherat

James von Moltke

Nicolas Moreau

Garth Ritchie

Karl von Rohr

Werner Steinmüller

Frank Strauß

3- Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/ Relatório de Governo da Sociedade

400 Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
414 Relato e Transparência
414 Operações com partes relacionadas
415 Auditoria e controlo

417 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas em 16 de fevereiro de 2018.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos do Deutsche Bank AG e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco. O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com diretrizes uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei ou pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as diretrizes internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controlo e gestão do risco, bem como controlo empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear pessoas para as funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e empenha-se, especialmente, em obter uma representação adequada de mulheres.

O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de administração no exercício de 2017

James von Moltke foi nomeado membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de julho de 2017 e Frank Strauß foi nomeado membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de setembro de 2017, ambos por um período de três anos.

Jeffrey Urwin retirou-se do Conselho de Administração com efeitos a partir de 31 de março de 2017.

Em seguida, são apresentadas informações sobre os atuais membros do Conselho de Administração. As informações incluem o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. Adicionalmente, são especificados os seus outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao Grupo Deutsche Bank.

John Cryan

Ano de nascimento: 1960
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2020

John Cryan tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de julho de 2015 e tem sido o presidente único do Conselho de Administração a partir do término da Assembleia-Geral Anual em 19 de maio de 2016. De acordo com o plano de afetação de negócios do Conselho de Administração, é responsável, entre outras coisas, pelas áreas de Communications & Corporate Social Responsibility (CSR) (Comunicação e Responsabilidade social corporativa), Group Audit (Auditoria do Grupo), Corporate Strategy (Estratégia corporativa), Incident & Investigation Management (Gestão de incidentes e investigação), bem como Business Selection and Conflicts Office. Adicionalmente, assumiu a responsabilidade pelo negócio do banco nas Américas a partir de 16 de março de 2017.

De maio de 2016 a junho de 2017, assumiu a responsabilidade global pela Gestão Regional e foi também responsável pela região EMEA (excluindo a Alemanha e o Reino Unido).

O Sr. Cryan tornou-se membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank em 2013, onde serviu como presidente do Comité de Auditoria e membro do Comité de Risco. Após se ter tornado copresidente do Conselho de Administração em 2015, saiu do Conselho de Fiscalização. De 2012 a 2014, o Sr. Cryan foi presidente para a Europa, diretor para África, diretor da Portfolio Strategy e diretor da Credit Portfolio da Temasek Holdings Pte. Ltd., a sociedade singapurense de investimento. Anteriormente, foi diretor financeiro de grupo da UBS AG de 2008 a 2011, tendo trabalhado nas funções de financiamento de empresas e de consultoria de clientes na UBS e no SG Warburg em Londres, Munique e Zurique desde 1987.

Começou a sua carreira como estagiário de revisor oficial de contas na Arthur Andersen em Londres. Licenciou-se pela Universidade de Cambridge.

O Sr. Cryan é diretor não executivo do MAN Group Plc.

Dr. Marcus Schenck

Ano de nascimento: 1 965
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2023

O Dr. Marcus Schenck tornou-se membro do nosso Conselho de Administração a 21 de maio de 2015 e foi nomeado Presidente a 5 de março de 2017. Até 30 de junho de 2017, foi o nosso Diretor financeiro. Desde 1 de julho de 2017, foi Codiretor do nosso Corporate & Investment Bank, juntamente com Garth Ritchie. Em julho de 2017, assumiu a responsabilidade pela região EMEA.

Em janeiro de 2015, o Dr. Schenck ingressou no Deutsche Bank após desempenhar funções na Goldman Sachs International, onde foi parceiro e diretor de Serviços de Investment Banking para a Europa, o Médio Oriente e África. Adicionalmente, foi membro do Comité Operacional da divisão Investment Banking da Goldman Sachs. De 2006 a 2013, o Dr. Schenk foi diretor financeiro e membro do Conselho de Administração do fornecedor de energia alemão E.ON SE. De 1997 a 2006, deteve uma série de cargos seniores na Goldman Sachs em Frankfurt. Antes disso, foi consultor na McKinsey & Company.

É graduado em "Diplom-Volkswirt" (economia) pela Universidade de Bona e possui um doutoramento em Economia pela Universidade de Colónia.

O Dr. Schenck não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1 970
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2022

Christian Sewing tornou-se membro do nosso Conselho de Administração a 1 de janeiro de 2015 e foi nomeado Presidente a 5 de março de 2017. Desde janeiro de 2016 que é o diretor de Private, Wealth & Commercial Clients (excluindo o Postbank). Com efeitos desde 1 de setembro de 2017, foi nomeado Codiretor de Private & Commercial Bank (incluindo o Postbank), juntamente com Frank Strauß. Além disso, é o diretor-geral regional para a Alemanha. De janeiro a junho de 2015, foi responsável no Conselho de Administração pelos Assuntos jurídicos, pelo Grupo de gestão de incidentes e pela Auditoria do Grupo e, posteriormente, assumiu a responsabilidade pela divisão Private & Business Clients.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Kimberly Hammonds

Ano de nascimento: 1967
Nomeado em: 2016
Data de termo do mandato: 2019

Kimberly Hammonds tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016. É a diretora de operações e é responsável por Technology and Operations (Tecnologia e Operações), Information Security (Segurança da informação), Data Management (Gestão de dados), Digital Transformation (Transformação digital) e Corporate Services (Serviços corporativos).

A Sra. Hammonds ingressou no Deutsche Bank em 2013 como diretora de informações global e codiretora de Group Technology & Operations (Tecnologia e Operações do Grupo). Trabalhou na Boeing de 2008 a 2013, mais recentemente como diretora de informações. Antes de trabalhar na Boeing, desempenhou vários cargos de gestão na Dell e na Ford Motor Company, na liderança de engenharia de produtos, fabrico, marketing e tecnologias da informação.

Tem um MBA da Western Michigan University e uma licenciatura em engenharia mecânica da University of Michigan, EUA.

A Sra. Hammonds é membro do Conselho de Administração da Red Hat Inc., USA é diretora não executiva da Cloudera Inc., USA, desde maio de 2017.

Stuart Lewis

Ano de nascimento: 1 965
Data da primeira nomeação: 2012
Data de termo do mandato: 2020

Stuart Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de junho de 2012. É o diretor de risco e é responsável, entre outras coisas, pelas funções de gestão de Risco de crédito, Risco não financeiro, Risco de mercado e Risco de liquidez, bem como por outras entidades de infraestruturas de risco.

Ingressou no Deutsche Bank em 1996. Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e subsequentemente diretor de risco do Corporate & Investment Bank de 2010 a 2012. Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres.

Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Sylvie Matherat

Ano de nascimento: 1962
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2023

Sylvie Matherat tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015. É a nossa diretora regulamentar e é responsável pelas funções de Compliance (Conformidade), Anti-Financial Crime (AFC, Combate aos crimes financeiros), Regulatory Affairs (Assuntos reguladores) e Government & Public Affairs (Assuntos públicos e governamentais).

A Sr.ª Matherat ingressou no Deutsche Bank após desempenhar funções no Banque de France, onde foi diretora-geral adjunta e responsável pelas questões de regulação e estabilidade financeira, pelo pagamento e liquidação de infraestruturas, serviços de banca e pelo projeto Target 2 Securities. Anteriormente, a Sra. Matherat ocupou vários cargos na autoridade de supervisão bancária e no setor privado.

Estudou Direito público e Finanças no Institut d'Études Politiques de Paris, França, e possui um mestrado em Direito e Ciências políticas. Em 2014, recebeu o Légion d'Honneur.

A Sr.ª Matherat não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

James von Moltke

Ano de nascimento: 1 969
Data da primeira nomeação: 2017
Data de termo do mandato: 2020

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017. É o nosso Diretor financeiro e nesta função é responsável, entre outras coisas, por finanças, Fiscalidade ao nível do Grupo, Tesouraria do Grupo, Relações com os investidores, bem como Fusões e aquisições corporativas e Corporate Investments.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira na Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos me Nova Iorque e Hong Kong. Após trabalhar na Morgan Stanley em Nova Iorque durante quatro anos, onde geria a equipa de consultoria de tecnologia financeira a nível global, o Sr. von Moltke ingressou no Citigroup como Diretor de fusões e aquisições corporativas em 2009. Três anos mais tarde tornou-se Diretor global de planeamento financeiro do banco nos EUA.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

O Sr. von Moltke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Nicolas Moreau

Ano de nascimento: 1 965
Data da primeira nomeação: 2016
Data de termo do mandato: 2019

Nicolas Moreau tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de outubro de 2016. É o diretor do Deutsche Asset Management.

O Sr. Moreau foi presidente e diretor-geral da AXA France e membro do Comité de Gestão do Grupo AXA, bem como vice-presidente do Comité de investimentos do Grupo. O Sr. Moreau esteve 25 anos no Grupo AXA, onde deteve vários cargos, incluindo diretor-geral da AXA Investment Managers e diretor-geral da AXA UK & Ireland.

O Sr. Moreau estudou na École Polytechnique em Paris, França, e tem um mestrado em engenharia. É também um atuário qualificado. Em 2015, recebeu o Légion d'Honneur.

O Sr. Moreau não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Garth Ritchie

Ano de nascimento: 1968
Data da primeira nomeação: 2016
Data de termo do mandato: 2 018

Garth Ritchie tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2016. Foi diretor da nossa divisão Global Markets até 15 de março de 2017, tornou-se Diretor de Corporate & Investment Banking a 16 de março de 2017 e foi Codiretor de Corporate & Investment Banking desde 1 de julho de 2017, juntamente com o Dr. Marcus Schenck. O Sr. Ritchie é também diretor-geral regional para o Reino Unido e Irlanda.

O Sr. Ritchie ingressou no Deutsche Bank em 1996 e tornou-se codiretor de ações na divisão Corporate Banking & Securities em 2009 e diretor em 2010. Ocupou vários cargos na área de negociação e derivados durante mais de duas décadas.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Ritchie ocupou vários cargos na Fergusson Brothers e no First National Bank of South Africa.

Possui uma licenciatura em Finanças e Economia pela Universidade de Port Elizabeth (África do Sul).

O Sr. Ritchie não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Karl von Rohr

Ano de nascimento: 1 965
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2023

Karl von Rohr tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015. Ele é o nosso diretor administrativo e é responsável por Assuntos jurídicos, Governo global e Recursos humanos.

O Sr. von Rohr ingressou no Deutsche Bank em 1997. De 2013 a 2015 foi diretor global de operações, Gestão regional. Anteriormente, foi diretor dos Recursos Humanos do Deutsche Bank na Alemanha e foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Durante o tempo que passou no Deutsche Bank, ocupou vários cargos de direção noutras divisões na Alemanha e na Bélgica.

Estudou Direito nas universidades de Bona (Alemanha), Kiel (Alemanha), Lausanne (Suíça) e na Universidade Cornell (EUA).

O Sr. von Rohr é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.

Werner Steinmüller

Ano de nascimento: 1954
Data da primeira nomeação: 2016
Data de termo do mandato: 2019

Werner Steinmüller tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016. É o nosso diretor regional para a Ásia e Pacífico.

O Sr. Steinmüller ingressou no Deutsche Bank em 1991. Foi diretor da Global Transaction Banking de 2004 a 2016, diretor de operações da Global Transaction Banking de 2003 a 2004, diretor da Global Banking Division Europe de 1998 a 2003, e codiretor da Corporate Finance Germany de 1996 a 1998.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, trabalhou no Citibank de 1979 a 1991.

Tem um Diploma em Gestão de Empresas e Engenharia mecânica da TU Darmstadt.

O Sr. Steinmüller não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Frank Strauß

Ano de nascimento: 1 970
Data da primeira nomeação: 2017
Data de termo do mandato: 2020

Frank Strauß tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de setembro de 2017. É o nosso Codiretor de Private & Commercial Bank (incluindo o Postbank), juntamente com Christian Sewing. O Sr. Strauß também é responsável pelo Postbank (incluindo questões de integração).

Tendo concluído a formação para se tornar responsável de banco em Iserlohn, o Sr. Strauß mudou-se para Frankfurt em 1995, onde teve vários cargos de gestão no Deutsche Bank e no Deutsche Bank 24, a sua antiga subsidiária. Em 2002 começou a coordenar as operações europeias na divisão Private & Business Clients do banco. Em 2005, assumiu a responsabilidade de desenvolver as operações asiáticas do banco em Mumbai e Pequim. Um ano mais tarde, foi nomeado Diretor de Private & Business Clients na Alemanha. Em julho de 2011, foi para o Postbank, onde se tornou o membro do Conselho de Administração responsável pelas vendas, antes de assumir o cargo de Presidente do Conselho de Administração um ano mais tarde.

Concluiu um estágio em banca no Deutsche Bank em Iserlohn entre 1989 e 1992.

O Sr. Strauß não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. Trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da empresa. O Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação e a destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, com base nas recomendações do Comité do Presidente e do Comité de Nomeações. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remuneração, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Adicionalmente, o Comité de Auditoria também é regularmente informado e, em caso de deficiências graves sem demora injustificada, de quaisquer deficiências sérias identificadas pela Auditoria do Grupo e de quaisquer deficiências substanciais que ainda não foram retificadas. O presidente do Conselho de Fiscalização é informado em conformidade sobre quaisquer conclusões graves contra os membros do Conselho de Administração. Além dos princípios de comunicação já existentes, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um Regime de informação com especificações detalhadas relativas à comunicação do Conselho de Administração ao Conselho de Fiscalização, bem como regras relacionadas com consultas efetuadas pelo Conselho de Fiscalização ao Conselho de Administração. Adicionalmente, o Regime de informação abrange, entre outras coisas, os pedidos do Conselho de Fiscalização de informação e relatórios de colaboradores da empresa, e a troca de informação associada às reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. Entre reuniões, o presidente do Conselho de Fiscalização, e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, mantêm contacto regular com o Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, administração, conformidade e casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Administração entra em diálogo com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na Secção 13 dos nossos estatutos. O Conselho de Fiscalização reúne-se, se necessário, sem o Conselho de Administração. Após a devida consideração e na medida materialmente apropriada, o Conselho de Fiscalização, ou qualquer um dos respetivos comités, pode, para o desempenho das suas funções, consultar auditores, consultores jurídicos e outros consultores internos ou externos. No desempenho das suas funções, o presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes das comissões permanentes e os membros do Conselho de Fiscalização são apoiados pelo Gabinete do Conselho de Fiscalização, que é independente do Conselho de Administração.

Em 2017, tiveram lugar 59 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Tal como nos anos anteriores, realizaram-se reuniões conjuntas sobre tópicos relevantes para vários comités.

Os deveres, procedimentos e comités do Conselho de Fiscalização encontram-se especificados nos seus termos de referência. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Membros do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é constituído por 20 membros. De acordo com a lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz), é constituído por um número igual de representantes dos acionistas e representantes dos funcionários.

Os membros que representam os nossos acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral Anual realizada a 23 de maio de 2013. À parte disto, o Dr. Paul Achleitner foi eleito pela primeira vez na Assembleia-Geral Anual realizada a 31 de maio de 2012 e Gerhard Eschelbeck, o Professor Dr. Stefan Simon e Gerd Alexander Schütz foram eleitos na Assembleia-Geral Anual realiza-

da a 18 de maio de 2017. A eleição de representantes dos colaboradores ocorreu a 16 de abril de 2013, Alfred Herling retirou-se do cargo de representante dos colaboradores no Conselho de Fiscalização a 31 de dezembro de 2016. Até então, foi vice-presidente do Conselho de Fiscalização. Durante o período restante do seu mandato, está a ser substituído pelo membro eleito como seu substituto, Stefan Rudschäfski, que foi eleito vice-presidente do Conselho de Fiscalização pelo mesmo com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização. As informações incluem os anos em que os membros nasceram, os anos em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, os anos em que os seus mandatos expiram, a sua principal atividade e cargos em conselhos de fiscalização de outras empresas, outros cargos de direção não executiva e outras posições. Os representantes dos funcionários são indicados com um asterisco (*).

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Dr. Paul Achleitner Ano de nascimento: 1956 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2022	Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Bayer Aktiengesellschaft; Daimler AG; Henkel AG & Co. KGaA (membro do Comité dos Acionistas)
Wolfgang Böhr* Ano de nascimento: 1963 Promovido ao cargo como Membro Alternativo: 2015 Data de termo do mandato: 2 018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Düsseldorf Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank, Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank	Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG (membro do Conselho Consultivo)
Frank Bsirske* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2 018	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	RWE AG (vice-presidente); Deutsche Postbank AG (vice-presidente); IBM Central Holding GmbH (até junho de 2017); Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) (membro do Conselho de Administração de Fiscalização); innogy SE (vice-presidente)
Dina Dublon Ano de nascimento: 1953 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2 018		Accenture PLC (até fevereiro de 2017); PepsiCo Inc.
Jan Duscheck* Ano de nascimento: 1984 Nomeação pelo tribunal: 2016 Data de termo do mandato: 2 018	Diretor do grupo de trabalho nacional da banca, o sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Gerhard Eschelbeck Ano de nascimento: 1 965 Ano de eleição: 2017 Data de termo do mandato: 2022	Vice-presidente da Security & Privacy Engineering, Google Inc., Mountain View	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Katherine Garrett-Cox Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2011 Data de termo do mandato: 2 021	Diretor executivo e Diretor-geral, Gulf International Bank (UK) Ltd., Londres	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Timo Heider* Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2 018	Vice-presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank AG; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Postbank AG; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Kreditservice GmbH; Presidente da Comissão de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG/Postbank Finanzberatung AG	Deutsche Postbank AG; BHW Bausparkasse AG (vice-presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG (vice-presidente)
Sabine Irrgang* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2 018	Diretora de Recursos Humanos do Deutsche Bank AG, em Baden-Württemberg	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Professor Dr. Henning Kagermann Ano de nascimento: 1947 Ano de eleição: 2000 Data de termo do mandato: 2 018	Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Munique	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft AG; Deutsche Post AG; BMW Bayerische Motoren Werke AG (até maio de 2017); KUKA AG (desde maio de 2017)
Martina Klee* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2 018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo diretor de operações Eschborn/Frankfurt do Deutschen Bank	Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Henriette Mark* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2 018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Munique e sul da Baviera do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Richard Meddings Ano de nascimento: 1958 Nomeação pelo tribunal: 2015 Data de termo do mandato: 2 021		HM Treasury; Legal & General Group PLC (até maio de 2017); TSB Bank PLC (Diretor não executivo desde setembro de 2017 e Presidente desde fevereiro de 2018); Jardine Lloyd Thompson Group PLC (Diretor não executivo) (desde outubro de 2017)
Louise M. Parent Ano de nascimento: 1950 Nomeação pelo tribunal: 2014 Data de termo do mandato: 2 018	Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, Nova Iorque	Zoetis Inc.; Fidelity National Information Service Inc. (desde outubro de 2017)
Gabriele Platscher* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2 018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Braunschweig/Hildesheim do Deutsche Bank	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)
Bernd Rose* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2 018	Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores da Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Postbank; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	Deutsche Postbank AG; Postbank Filialvertrieb AG; ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft (vice-presidente)
Stefan Rudschäfski* Ano de nascimento: 1 965 Promovido ao cargo como Membro Alternativo: 2017 Data de termo do mandato: 2 018	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt; Vice-presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; membro dispensados da Comissão de Trabalhadores, Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Hamburgo; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Hamburgo	Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG (membro do Conselho Consultivo)
Gerd Alexander Schütz Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2017 Data de termo do mandato: 2 018	Fundador e membro do Conselho de Administração de C-QUADRAT Investment Aktiengesellschaft, Viena	MyBucks S.A. RCS (Presidente do Conselho de Administração Não Executivo) (até fevereiro de 2018)
Prof. Dr. Stefan Simon Ano de nascimento: 1 969 Nomeação pelo tribunal: 2016 Data de termo do mandato: 2022	Advogado com a sua própria sociedade de advogados, SIMON GmbH, Schwyz	Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG (membro do Conselho Consultivo; Presidente do Conselho Consultivo desde janeiro de 2018)
Dr. Johannes Teyssen Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2 018	Presidente do Conselho de Administração de E.ON SE, Essen	Uniper SE (Vice-Presidente) (até junho de 2017); Nord Stream AG (membro do Comité dos Acionistas) (desde junho de 2017)

* Representantes dos colaboradores.

Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos e estado de implementação

De acordo com a lei bancária alemã, os membros do Conselho de Fiscalização devem ser de confiança e têm de possuir os conhecimentos necessários para desempenhar a sua função de controlo e para avaliar e supervisionar os negócios que a sociedade opera, tendo ainda de despender tempo suficiente no desempenho das suas tarefas. Nos termos da secção 5.4.1, n.º 2, primeira frase do Código de governo das sociedades alemão (o "Código") de 7 de fevereiro de 2017, o Conselho de Fiscalização tem de preparar e adotar um perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização como um todo, para além de determinar objetivos concretos para a sua composição. O Conselho de Fiscalização determinou os objetivos seguintes para a sua composição em outubro de 2010 e foram revistos em fevereiro de 2018. Tendo em conta os requisitos da secção 5.4.1, n.º 2, primeira frase do Código, o Conselho de Fiscalização adotou o perfil de requisitos na sua reunião a 26 de outubro de 2017.

O Conselho de Fiscalização tem de ser composto de forma a que todos os seus membros tenham os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das funções que lhes competem e os membros do Conselho de Fiscalização e do Comité de Auditoria têm de estar familiarizados com o setor bancário. Em particular os membros do Con-

selho de Fiscalização devem ter tempo suficiente para executar os respetivos mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar que o Conselho de Fiscalização está em condições de controlar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto um todo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

O Conselho de Fiscalização, como um todo, tem de deter os conhecimentos especializados necessários para monitorizar e aconselhar com eficácia o Conselho de Administração na sua gestão do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank – também no que se refere ao cumprimento dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

O perfil de requisitos inclui, em particular, o conhecimento, as competências e o conhecimento especializado profissional que são coletivamente necessários para desempenhar as tarefas do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (habilitações coletivas). Cada membro do Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento das áreas de especialização especificadas abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. Os peritos devem ter um vasto conhecimento especializado nas áreas individuais.

As áreas de especialização incluem, em particular, os campos listados abaixo:

– Conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros e setor financeiro, incluindo o mercado nacional e os mercados-chave do banco fora da Europa
– Conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expetativas de mercado e do ambiente operacional
– Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
– Contabilidade (de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o código comercial alemão (HGB)) e auditorias de demonstrações financeiras anuais (especialistas financeiros: estes membros do Conselho de Fiscalização têm de cumprir os requisitos para “especialistas financeiros” tal como definidos pelas regras de implementação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 e do artigo 100.º da lei alemã relativa às sociedades por ações)
– Responsabilidade corporativa e social, incluindo relato
– Tributação
– Auditoria interna
– Conformidade e controlos internos
– Planeamento estratégico, estratégias de negócio e de risco, bem como a sua implementação
– Digitalização
– Tecnologias da informação (TI), sistemas de TI e segurança de TI
– Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
– Conhecimento das expetativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional
– Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
– Cultura corporativa e governação
– Recursos humanos e gestão de pessoal
– Remuneração e sistemas de remuneração (especialista em remuneração)
– Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada
– Organização interna do banco

Adicionalmente, é necessário ter em atenção as alterações à versão atual do plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, bem como aos requisitos e expetativas das autoridades reguladoras.

Além disso, o Conselho de Fiscalização terá um número adequado de membros independentes e não deverá ter mais de dois ex-membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Partindo do princípio que o facto de os representantes dos trabalhadores exercerem um mandato no Conselho de Fiscalização não pode constituir um argumento para duvidar do cumprimento dos critérios de independência segundo a secção 5.4.2 do código, o Conselho de Fiscalização deve ter, no mínimo, um total de 16 membros considerados independentes (conforme a definição do Código). Em qualquer caso, o Conselho de Fiscalização deve ser composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes na aceção da secção 5.4.2. do Código. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Conflitos de interesse importantes e não apenas temporários no que respeita a um membro do Conselho de Fiscalização devem conduzir a uma cessação do mandato. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem deter mais do que o número máximo de mandatos do Conselho de Fiscalização permitidos de acordo com o artigo 25.º-D da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes.

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subsequentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização. Relativamente aos membros do Conselho de Fiscalização a serem eleitos ou nomeados no futuro, o Conselho de Fiscalização decidiu em outubro de 2015 que o período de tempo de cada participação no Conselho de Fiscalização não deverá, regra geral, exceder os 15 anos.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Fiscalização. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas dos sete membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido membros de Conselhos de Administração, CEO ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Em 2008, aquando do processo de seleção para as eleições do Conselho de Fiscalização, foi prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Há muitos anos que o Conselho de Fiscalização é constituído por 30% de mulheres e, desde 2013, 30% dos representantes de acionistas têm sido mulheres. Atualmente, sete membros do Conselho de Fiscalização são mulheres, ou seja, 35% de todos os membros. O Conselho de Fiscalização empenha-se por manter este número. Deve ter-se em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a respetiva composição através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral.

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil dos requisitos. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções. A diversidade é devidamente tida em conta. Outros detalhes neste contexto são facultados em “Conceito de diversidade”, que também faz parte desta Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade.

Em conformidade com a Secção 5.4.2 do Código, o Conselho de Fiscalização determinou que possui aquilo que considera ser um número adequado de membros independentes dentre os representantes de acionistas, nomeadamente: Dr. Paul Achleitner, Dina Dublon, Gerhard Eschelbeck, Katherine Garrett-Cox, Richard Meddings, Louise M. Parent, Professor Dr. Stefan Simon e Dr. Johannes Teyssen. Atualmente, o Conselho de Fiscalização não considera o Professor Dr. Henning Kagermann independente devido ao seu tempo de serviço superior a 15 anos no Conselho de Fiscalização, nem Gerd Alexander Schütz como representante do acionista de grande dimensão HNA.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Fiscalização criou sete comissões especializadas permanentes. Na medida necessária, os comités coordenam o seu trabalho e consultam-se uns aos outros numa base ad hoc. Os presidentes dos comités reportam regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités. O Relatório do Conselho de Fiscalização do relatório anual de 2017 fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato.

Comité do Presidente: É responsável por, nomeadamente: preparar as reuniões do Conselho de Fiscalização e lidar com o negócio atual entre reuniões do Conselho de Fiscalização; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização sobre a nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações; celebrar, alterar e cessar contratos de emprego e relativos a pensões, tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Fiscalização para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, um Comité de Nomeações; tomar nota e, quando necessário, expressar uma opinião sobre contratos e/ou alterações a contratos para um Gestor Geral (Generalbevollmächtigter) do Deutsche Bank AG designado como membro previsto do Conselho de Administração; lidar com outras atividades contratuais com membros ativos e anteriores do Conselho de Administração nos termos do artigo 112.º da lei alemã relativa às sociedades por ações; e aprovar mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank. O Comité do Presidente é também responsável por: aprovar o fornecimento de dados internos comerciais relativos a um membro do Conselho de Administração, consultando o presidente do Conselho de Administração e/ou o diretor-adjunto de risco, exceto se existir conflito de interesses; aprovar contratos celebrados com os membros do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo 114.º da lei alemã relativa às sociedades por ações; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização em matéria de governo da sociedade, decidir sobre os lugares do Conselho de Fiscalização num ajuste da Declaração de Conformidade anual quanto a circunstâncias efetivas alteradas e verificar a conformidade com a Declaração de Conformidade. As suas tarefas também incluem: tomar notas e, quando necessário, exprimir uma opinião sobre os custos do Conselho de Fiscalização e respetivos comités de consultas com auditores, especialistas, consultores jurídicos e outros consultores externos; bem como preparar recomendações para decisões do Conselho de Fiscalização sobre levar a cabo queixas por danos ou tomar outras medidas contra membros antigos ou em funções do Conselho de Administração. Conforme e quando necessário, o Comité do Presidente beneficia dos conhecimentos do Presidente do Comité de Integridade.

O Comité do Presidente realizou sete reuniões em 2017.

Os atuais membros do Comité do Presidente são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Professor Dr. Henning Kagermann e Stefan Rudschäfski

Comité de Nomeações: É responsável por, em particular, apoiar o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco. Ao executar esta tarefa, o Comité de Nomeações deverá ter em conta o equilíbrio e a diversidade de conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração, preparar uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indicar o compromisso de tempo associado às tarefas. Além disso, é responsável, em particular, por elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para atingir este objetivo e a avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações sobre esta questão ao Conselho de Fiscalização. O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente, e analisa os princípios para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito. Os representantes dos acionistas no Comité de Nomeações preparam as propostas do Conselho de Fiscalização para a eleição ou nomeação dos novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Neste contexto, têm em conta o perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização, os critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição, bem como o equilíbrio e diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Fiscalização, preparar uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indicar o compromisso de tempo associado às tarefas.

O Comité de Nomeações realizou oito reuniões em 2017.

Os atuais membros do Comité de Nomeações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Professor Dr. Henning Kagermann, Stefan Rudschäfski e Dr. Johannes Teyssen.

Comité de Auditoria: Apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, na monitorização de processos de contabilidade e enviar recomendações ou sugestões ao Conselho de Fiscalização para garantir a integridade do processo de relato financeiro. Além disso, o Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interno, a auditoria de demonstrações financeiras, especialmente quanto à independência do auditor e aos serviços adicionais prestados pelo auditor e à correção imediata do Conselho de Administração – através de medidas adequadas – de deficiências identificadas pelo auditor e funções de controlo interno do banco com base em auditorias internas e externas, particularmente quanto a debilidades nos controlos de riscos, bem como não conformidade com políticas, leis e requisitos regulamentares. O Comité pode inspecionar todos os documentos de negócios do banco, incluindo as informações de negócios armazenadas em vetores de dados. O Comité de Auditoria pré-analisa as demonstrações financeiras consolidadas e anuais e os relatórios de gestão, bem com o relatório não-financeiro separado e o relatório não-financeiro consolidado separado, caso tenham sido elaborados. Aborda os relatórios de auditoria com o auditor e prepara as decisões do Conselho de Fiscalização sobre o estabelecimento das demonstrações financeiras anuais e a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a proposta de resolução sobre a apropriação de lucro distribuível. O Comité de Auditoria submete recomendações correspondentes para o Conselho de Fiscalização. Também faculta apoio ao Conselho de Fiscalização relativamente ao envolvimento de garantias externas para a demonstração não-financeira e para as demonstrações não-financeiras consolidadas ou para o relatório não-financeiro separado e o relatório não-financeiro consolidado separado. Aborda alterações importantes aos métodos de auditoria e contabilísticos. O Comité de Auditoria também discute as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o auditor antes da sua publicação. Além disso, o Comité de Auditoria submete propostas de nomeação do auditor ao Conselho de Fiscalização e prepara a proposta do Conselho de Fiscalização a ser apresentada na Assembleia-Geral de eleição do auditor. O Comité de Auditoria auxilia o Conselho de Fiscalização na emissão do mandato de auditoria para o auditor eleito na Assembleia Geral, apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização quanto à remuneração do auditor e pode especificar áreas prioritárias de auditoria. Apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da independência, habilitações e eficiência do auditor, bem como na rotação dos membros da equipa de auditoria. Os mandatos para serviços não relacionados com auditoria fornecidos ao auditor ou a empresas com as quais o auditor está relacionado em termos legais, económicos ou de pessoal necessitam do consentimento prévio do Comité de Auditoria (neste âmbito, consulte também a secção Honorários e serviços do auditor externo da presente Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade). O Comité de Auditoria publica orientações de trabalho do pessoal – incluindo antigos trabalhadores – do auditor pela empresa. Providencia os meios necessários para ser informado regularmente sobre o trabalho realizado pela Auditoria de Grupo, sobre a eficácia do sistema de auditoria interno e, particularmente, sobre as áreas de foco da sua atividade de auditoria e os resultados das suas auditorias. É responsável, em particular, por receber e processar os relatórios trimestrais, anuais e ad hoc de Auditoria do Grupo. O Conselho de Administração informa o Comité de Auditoria sobre auditorias especiais, reclamações significativas e outras medidas excecionais por parte de autoridades reguladoras da banca alemãs e estrangeiras. O Comité obtém regularmente relatórios sobre a receção e processamento de queixas dos funcionários do banco e respetivas subsidiárias, acionistas do Deutsche Bank AG e terceiros. Particularmente, as queixas relativas a contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria e outras questões sobre relatórios financeiros têm de ser enviadas ao Comité sem demora injustificada. Os relatórios relacionados com questões de conformidade são apresentados regularmente nas reuniões do Comité. O Presidente do Comité de Auditoria tem direito, além do Presidente do Conselho de Fiscalização, a receber informações diretamente do Diretor de Conformidade. O Comité de Auditoria é responsável por reconhecer comunicações sobre cortes significativos no orçamento para questões de conformidade e por receber e processar o relatório do Diretor de Conformidade (Relatório de conformidade) de acordo com o artigo 22.º, n.º 2, alínea c) do Regulamento Delegado (União Europeia) 2017/565 realizado, pelo menos, uma vez por ano. Além disso, o Comité tem direito a receber, junto do presidente, informações relacionadas com as suas funções do auditor, do Conselho de Administração, do Diretor de auditoria do grupo e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração.

O Comité de Auditoria realizou oito reuniões em 2017, incluindo uma juntamente com o Comité de Risco.

Os atuais membros do Comité de Auditoria são Richard Meddings (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Henriette Mark, Gabriele Platscher, Bernd Rose e Professor Dr. Stefan Simon.

Comité de Risco: Aconselha o Conselho de Fiscalização quanto à futura apetência para o risco global e estratégia de risco global e monitoriza a implementação da apetência para o risco e estratégia de risco afirmada pelo nível sénior de direção. O Comité de Risco monitoriza os aspetos materiais dos processos de classificação e avaliação. Ao assumir esta responsabilidade, recebe relatórios do Conselho de Administração sobre as operações dos sistemas de notação de crédito do banco e sobre exceções ou alterações significativas às políticas estabelecidas que irão afetar significativamente as operações dos sistemas de notação de crédito do banco. O Comité de Risco recebe relatórios do Conselho de Administração que são adequados para monitorizar se as condições do negócio baseadas no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Caso não seja este o caso, o Comité de Risco exige propostas do Conselho de Administração sobre o modo como os termos e condições no negócio baseado no cliente podem ser estruturados e alinhados com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco, e monitoriza a sua implementação. O Comité de Risco analisa se os incentivos definidos pelo sistema de compensação tomam em consideração a estrutura de risco, capital e liquidez da sociedade, bem como a probabilidade e o sincronismo dos ganhos. O Comité de Risco também realiza todas as tarefas que lhe são atribuídas por lei ou pelas autoridades reguladoras. Trata dos empréstimos que requerem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos Estatutos. Neste contexto, aprova, entre outras coisas, a aquisição dos participantes como definido pelo artigo 13.º, n.º 1, alínea d) dos Estatutos do Deutsche Bank AG, na medida em que o valor da participação não exceda os 3% do capital de garantia e a participação não permaneça na posse do banco, total ou parcialmente, por um período superior a doze meses. Se este período de tempo for excedido, o presidente do Comité informa o Conselho de Fiscalização de forma atempada e obtém a sua aprovação. Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de riscos de crédito, mercado, liquidez, reputação, bem como riscos operacionais e jurídicos. O Conselho de Administração também informa sobre a estratégia de risco, carteiras de crédito, empréstimos que requerem aprovação do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos estatutos, questões de recursos de capital e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam (para obter informações adicionais sobre a divulgação dos objetivos de gestão do risco e políticas para as categorias de risco individual, consulte o Relatório de Risco do Relatório Anual).

O Comité de Risco reuniu-se nove vezes em 2017, incluindo uma reunião conjunta com o Comité de Controlo de Remunerações, uma reunião conjunta com o Comité de Auditoria e uma reunião conjunta com o Comité de Integridade.

Os membros atuais do Comité de Risco são Dina Dublon (presidente), Dr. Paul Achleitner, Wolfgang Böhr, Richard Meddings e Louise M. Parent.

Comité de Integridade: Aconselha e monitoriza regularmente o Conselho de Administração nomeadamente se a gestão assegura o desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, respeitando os princípios da gestão segura e responsável, cumprindo as responsabilidades sociais da empresa e protegendo os recursos naturais do ambiente [questões sociais, ambientais e de governação (SAG)], e se a gestão empresarial está em linha com estes valores com o objetivo de uma cultura empresarial holística. O Comité de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração que asseguram a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa (controlo preventivo de conformidade). Analisa regularmente o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Banco a fim de promover uma conduta por parte dos colaboradores da empresa totalmente exemplar, tanto dentro como fora da empresa e que tal conduta não esteja apenas alinhada à conformidade formal com requisitos estatutários. Apoia, a pedido, o Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos em termos legais e de reputação que são materiais para o banco. Para o efeito, aconselha o Conselho de Administração sobre o modo de promover sensibilidade para a importância de tais riscos. Apoia, a pedido, a preparação das recomendações do Comité do Presidente para as decisões do Conselho de Fiscalização na interposição de recursos ou tomando outras medidas contra os membros do Conselho de Administração antigos ou atuais, que são apresentados pelo presidente ao Comité do Presidente. Adicionalmente, o Comité de Integridade apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização dos casos de litígio com o risco mais elevado e outros casos importantes.

O Comité de Integridade realizou sete reuniões em 2017, incluindo uma juntamente com o Comité de Risco.

Os atuais membros do Comité de Integridade são Professor Dr. Stefan Simon (presidente), Dr. Paul Achleitner, Sabine Irrgang, Timo Heider, Martina Klee, Louise M. Parent e Dr. Johannes Teyssen.

Comité de Controlo de Remunerações: Apoia o Conselho de Fiscalização na adequada estruturação dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração. Monitoriza também a estrutura adequada dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração e funcionários, em particular, a estrutura adequada de remuneração dos diretores de controlo de risco e de conformidade e dos funcionários que têm uma influência substancial no perfil de risco global do banco. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização do processo para identificar os colaboradores que correm riscos em conformidade com a Secção 18, n.º 2 do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVergV) e os colaboradores que correm riscos do Grupo em conformidade com a Secção 27, n.º 2, primeira frase do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVergV), bem como a estrutura apropriada dos sistemas de remuneração para os colaboradores da empresa. O Comité avalia os efeitos dos sistemas de remuneração na gestão de risco, capital e liquidez, assegurando que os sistemas de remuneração se encontram alinhados com a estratégia de negócios focada no desenvolvimento sustentável do banco, com as estratégias de risco que daí derivam e com as estratégias de remuneração aos níveis da sociedade e do Grupo. Este prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração considerando, em particular, os efeitos das resoluções sobre os riscos da sociedade e a gestão do risco. Os interesses a longo prazo de acionistas, investidores e de outras partes interessadas, bem como o interesse público, também são tidos em conta. Prepara também as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a definição do montante total de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 45.º (2), frase 1, n.º 5a da Lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração o artigo 7.º do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVergV), e sobre a definição dos parâmetros de remuneração adequados, das metas para as contribuições por desempenho, dos períodos de pagamento e diferimento, bem como as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável. Também verifica regularmente, pelo menos anualmente, se as especificações adotadas ainda são apropriadas. Além disso, verifica (como parte do seu apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração aos funcionários) regularmente (pelo menos anualmente) e em particular se o montante total da remuneração variável foi definido em conformidade com a Seção 45 (2), frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a Seção 7 do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVergV) e se os princípios especificados para avaliar os parâmetros de remuneração, contribuições pelo desempenho, bem como os períodos de pagamento e diferimento, incluindo as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável, são adequados. Adicionalmente, apoia o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. O Comité está autorizado a obter, junto do presidente, informações relacionadas com as tarefas do Comité do diretor do departamento de auditoria interna e dos responsáveis pelas unidades organizacionais que lidam com a estruturação dos sistemas de remuneração.

O Comité de Controlo de Remunerações realizou dez reuniões em 2017, incluindo uma juntamente com o Comité de Risco.

Os atuais membros do Comité de Controlo de Remunerações são Dr. Paul Achleitner (presidente), Frank Bsirske, Professor Dr. Henning Kagermann e Stefan Rudschäfski.

Comité de Mediação: Para além destas seis comissões especializadas permanentes, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário.

O Comité de Mediação não realizou quaisquer reuniões em 2017.

Os atuais membros do Comité de Mediação são Dr. Paul Achleitner (presidente), Wolfgang Böhr, Professor Dr. Henning Kagermann e Stefan Rudschäfski.

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, o Comité de Nomeações, o Comité de Auditoria, o Comité de Risco, o Comité de Integridade e o Comité de Controlo de Remunerações constam de Termos de Referência independentes. As versões atuais encontram-se disponíveis no nosso sítio Web, juntamente com os termos de referência para o Conselho de Fiscalização (consulte: www.db.com/ir/en/documents.htm).

Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos programas de ações para funcionários, consulte a Nota 35 “Benefícios dos colaboradores” adicional nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relato e Transparência

Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização. Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prémios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prémios em ações
Dr. Paul Achleitner	0	0
Wolfgang Böhr	0	0
Frank Bsirske	0	0
Dina Dublon	0	0
Jan Duscheck	0	0
Gerhard Eschelbeck	0	0
Katherine Garrett-Cox	0	0
Timo Heider	0	0
Sabine Irrgang	1 170	0
Professor Dr. Henning Kagermann	0	0
Martina Klee	2 328	10
Henriette Mark	1 524	0
Richard Meddings	0	0
Louise Parent	0	0
Gabriele Platscher	1 293	10
Bernd Rose	0	0
Stefan Rudschäfski	733	6
Gerd Alexander Schütz	0	0
Professor Dr. Stefan Simon	0	0
Dr. Johannes Teyssen	0	0
Total	7 048	26

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 7048 ações, ascendendo a menos de 0,01% das nossas ações em 16 de fevereiro de 2018.

Conforme listado na coluna “Número de prémios em ações” na tabela, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prémios correspondentes concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan, que está programado para lhes ser entregue em 1 de novembro de 2018.

Conforme descrito no “Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização”, 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em numerário, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank AG em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do ano seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento. A tabela na secção especificada acima mostra o número de ações teóricas que serão creditadas na primavera de 2018 aos membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2017.

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 38 “Operações com partes relacionadas”.

Auditoria e controlo

Especialista Financeiro do Comité de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Richard Meddings e o Professor Dr. Stefan Simon, que são membros do Comité de Auditoria, são “especialistas financeiros do Comité de Auditoria”, conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002. Estes especialistas financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos. Em conformidade com as disposições das Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Secção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria.

Especialista de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações

Nos termos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner e o Professor Dr. Henning Kagermann, membros do Comité de Controlo de Remunerações, preenchem os requisitos da Secção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controlo do risco.

Para obter uma descrição da experiência dos membros do Conselho de Fiscalização referidos nos dois parágrafos acima, consulte o "Relatório de gestão: Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização” do Relatório Anual.

Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

Código de Conduta Empresarial e Código de Ética

O Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank descreve os valores e as normas de conduta ética empresarial que todos os nossos funcionários devem respeitar. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. O Código de Conduta Empresarial e Código de Ética define os nossos valores e convicções e inclui o compromisso do Conselho de Administração, do Conselho de Fiscalização e da direção do Grupo Deutsche Bank em cumprir estes valores e convicções. Além disso, é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotámos um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos nossos "responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, os presidentes do Conselho de Administração do Deutsche Bank, o diretor financeiro, o controlador do Grupo e outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2017.

As versões atuais do Código de Conduta Empresarial e Código de Ética e Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: www.db.com/ir/en/documents.htm.

Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governo global para definir, implementar e monitorizar o enquadramento de governo da sociedade do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank. Efetua a sua função de governação em todo o Grupo. A função Governo global aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros e abrangentes, que estão documentados nos Fundamentos do governo da sociedade do banco.

Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso auditor externo para os exercícios de 2016 e 2017.

A tabela abaixo apresenta o total dos honorários cobrados, relativos a cada um dos dois últimos exercícios, pela KPMG AG Wirtschaftprüfungsgesellschaft e pelas empresas do grupo KPMG International em cada uma das categorias seguintes: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Categoria de honorários em milhões de euros	2017	2016
Honorários por serviços de auditoria	51	49
Honorários relacionados com auditoria	18	26
Honorários por serviços de consultoria fiscal	4	6
Todas as outras comissões	0	1
Total de taxas	**73**	82

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria do Postbank e respetivas subsidiárias, pois não são auditados pela KPMG. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comité de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes",

de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comité de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2016 e 2017, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2017)

A declaração de conformidade nos termos da Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 27 de outubro de 2016, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 26 de outubro de 2017. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam de acordo com a Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações:

(1) A última declaração de conformidade foi publicada em 27 de outubro de 2016. Desde esse momento que o Deutsche Bank AG tem cumprido e continuará a cumprir no futuro as recomendações da "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão do Código com data de 5 de maio de 2015, publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 12 de junho de 2015, com as exceções que se seguem:

- Relacionadas com o n.º 5.3.3, de acordo com o qual o Conselho de Fiscalização tem de formar um Comité de Nomeações composto apenas por representantes dos acionistas. O artigo 25.º-D da lei bancária alemã estipula que o Comité de Nomeações do órgão de fiscalização tem de assumir novas tarefas que não tenham de ser realizadas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no conselho de fiscalização. Por este motivo, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG também inclui representantes dos colaboradores. Todavia, garantir-se-á que as recomendações dos candidatos propostos para eleição em Assembleia-Geral serão elaboradas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no comité.
- Relativamente à frase 6 no n.º 4.2.3 (2), de acordo com a qual o montante da remuneração para os membros do Conselho de Administração tem de ser limitado, tanto no geral como no que diz respeito aos componentes de remuneração variável. Os contratos de trabalho existentes (em conjunto com as condições do plano de capitais) dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG fornecem um limite (limite máximo) na atribuição da remuneração total e dos respetivos componentes de remuneração variável. Neste contexto, contudo, alguns sustentam que tais limites teriam de ser aplicados não apenas à concessão e atribuição dos componentes de remuneração, mas também ao respetivo pagamento posterior. Apesar de o Deutsche Bank AG não considerar convincente esta visão, sustentamos apenas como uma medida cautelar que um limite (limite máximo) não foi definido para o montante de pagamento da remuneração diferida com base em ações e que, por isso, o Deutsche Bank AG desviou-se da recomendação na frase 6 do n.º 4.2.3 (2), segundo esta interpretação.

(2) Em 7 de fevereiro de 2017, a "Comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" apresentou uma nova versão do código, que foi publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 24 de abril de 2017. O Deutsche Bank AG também cumpriu e continuará a cumprir no futuro as recomendações da nova versão do Código, com as exceções indicadas no ponto 1 supra.

Declaração sobre as sugestões do código de governo das sociedades alemão

O Deutsche Bank AG cumpre voluntariamente as sugestões incluídas na versão do Código com data de 7 de fevereiro de 2017, com as exceções que se seguem:

– Os representantes nomeados pelo Deutsche Bank para exercerem os direitos de voto dos acionistas podem ser contactados pelos participantes na Assembleia-Geral até ao momento em que a votação se inicie. Os representantes também podem ser contactados por quem não participa na Assembleia-Geral, até ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral usando a ferramenta de emissão de ordens na Internet (Código n.º 2.3.2). Desta forma, pode basicamente excluir-se o risco de avarias técnicas mesmo antes da votação. A transmissão através da Internet também termina, o mais tardar, ao meio-dia, o que significa que os acionistas que apenas participam na Assembleia-Geral através de procuradores não receberão mais informações úteis para formarem uma opinião depois desta hora.
– A transmissão da Assembleia-Geral através da Internet (Código n.º 2.3.3) tem início com a abertura da Assembleia-Geral por parte do Presidente e abrange o relatório do Conselho de Fiscalização e o relatório do Conselho de Administração. Os acionistas têm nesse momento a oportunidade de debater com a administração. Estes debates ocorrem sem transmissão pública através da Internet.

Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género

À data desta Declaração de Governo da Sociedade, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 35 %. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) está assim cumprido.

A 12 de setembro de 2015, o Conselho de Fiscalização estabeleceu como objetivo que o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG tem de ter, pelo menos, um membro feminino a 30 de junho de 2017. Quando a decisão foi tomada não havia mulheres no Conselho de Administração. Desde 30 de junho de 2017, duas mulheres foram membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, Sylvie Matherat e Kimberly Hammonds, e este continua a ser o caso à data da presente Declaração de Governo da Sociedade. A 27 de julho de 2017, o Conselho de Fiscalização estabeleceu como objetivo que a percentagem de mulheres no Conselho de Administração do Deutsche Bank AG fosse, pelo menos, de 20% dos membros a 30 de junho de 2022.

A 16 de setembro de 2015, o Conselho de Administração estabeleceu objetivos para a percentagem de mulheres de 17% para o primeiro nível de gestão e de 21% para o segundo nível de gestão. Estes devem ser alcançados até 30 de junho de 2017 (quando a decisão foi tomada, a percentagem de mulheres no primeiro nível era de 14% e de 18% no segundo nível de gestão). Na mesma reunião, o Conselho de Administração também definiu objetivos a alcançar até 31 de dezembro de 2020 para a percentagem de mulheres no primeiro nível de gestão de 20% e no segundo nível de gestão de 25%.

Os colaboradores do primeiro nível de gestão incluem os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e os gestores com responsabilidades semelhantes; os colaboradores do segundo nível de gestão incluem os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de gestão.

Implementar a legislação relativa à quota de género alemã no Deutsche Bank AG

em % (exceto se indicado em contrário)	Estado em 31 dez. 2016	Estado em 30 jun. 2017	Objetivo para 30 jun. 2017	Estado em 31 dez. 2017	Objetivo para 31 dez. 2020	Objetivo para 30 jun. 2022
Mulheres no Conselho de Fiscalização	35%	35%	30 %[1]	35%	30 %[1]	-
Mulheres no Conselho de Administração	2	2	pelo menos 1	16,7%	-	20 %[2]
Primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	15,7%	20,6%	17%	18,0%	20%	-
Segundo nível abaixo do Conselho de Administração	19,5%	19,6%	21%	19,6%	25%	-

[1] Requisito legal.
[2] Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

As condições-chave mudaram desde que o objetivo foi definido para a percentagem de mulheres no "Segundo nível a seguir ao Conselho de Administração" em setembro de 2015. Estas alterações incluem a integração mais sólida de funções de Infraestrutura nas divisões do banco, bem como as nossas decisões relativas à oferta pública inicial parcial da nossa subsidiária Asset Management e à fusão do nosso Private & Commercial Bank e Postbank. Adicionalmente, o nosso programa de redução de custos extensivo impôs restrições à contratação e nomeações neste nível. Na verdade, o número de colaboradores já relativamente reduzido no "Segundo nível a seguir ao Conselho de Administração" diminuiu ainda mais no período desde setembro de 2015, cerca de 17%. Pequenas variações nos números absolutos conduziram a flutuações relativamente elevadas em termos de percentagens. Não obstante, mantivemos o nosso objetivo e continuamos focados em aumentar a percentagem de mulheres em posições de gestão. No âmbito deste enquadramento, as nossas decisões sobre promoções e nomeações estão em consonância, em particular, com a adequação dos candidatos aos respetivos cargos, o desempenho demonstrado e o potencial futuro.

Conceito de diversidade

Enquanto parte integral da nossa estratégia como banco líder na Europa com um alcance global e um sólido mercado nacional na Alemanha, a Diversidade é um fator decisivo para o nosso sucesso. A Diversidade e inclusão ajudam o Deutsche Bank a formar relações sustentáveis com os nossos clientes e parceiros e a participar nas sociedades onde praticamos a nossa atividade.

A idade, o género e o histórico educativo e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do nosso entendimento mais abrangente de Diversidade no Deutsche Bank.

Estamos convictos de que a Diversidade e inclusão estimulam a inovação, por exemplo, e nos ajudam a tomar decisões mais equilibradas e, assim, desempenham um papel decisivo no sucesso do Deutsche Bank. Assim, a Diversidade e inclusão são componentes fundamentais dos valores e convicções do banco e do respetivo Código de Conduta Empresarial e Código de Ética.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco, também no que se refere à Diversidade e inclusão. Em conformidade com os nossos valores e convicções especificados acima, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos Termos de referência.

Com base no entendimento do Deutsche Bank de Diversidade e inclusão, os valores e convicções e as medidas descritas a seguir para a sua implementação também são aplicáveis – na medida legalmente permitida – ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização tem em atenção a diversidade na empresa, nomeadamente, ao preencher vagas no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização.

Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização tem de ser composto de forma a que todos os seus membros tenham os conhecimentos especializados, as competências e a experiência profissional necessários para monitorizar e aconselhar com eficácia o Conselho de Administração na sua gestão do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank – também no que se refere ao cumprimento dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, é necessário garantir, nomeadamente, que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com muitos anos de experiência internacional.

Também à luz dos requisitos legais a observar, o Conselho de Fiscalização deve ser constituído por, no mínimo, 30% de mulheres e, no mínimo, 30% de homens.

Existe um limite de idade de 70 anos, em princípio, para membros do Conselho de Fiscalização e a duração máxima de cada participação individual no Conselho de Fiscalização não deverá exceder, habitualmente, 15 anos.

Implementação

Deve ter-se em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a respetiva composição através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes de acionistas.

Com base numa proposta do Comité de Nomeações, foi emitido um perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização e foram emitidos perfis de candidatos para o Presidente do Conselho de Fiscalização, os membros do Conselho de Fiscalização e os presidentes de cada comité. Os perfis resumem o conhecimento, as competências e a experiência necessários para realizar adequadamente as tarefas do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (adequação coletiva).

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração os requisitos legais referentes à composição do Conselho de Fiscalização, de, no mínimo, 30% de mulheres e, no mínimo, 30% de homens (preenchimento conjunto por representantes dos colaboradores e dos acionistas).

O Comité de Nomeações também apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Fiscalização, bem como do Conselho de Fiscalização coletivamente.

Resultados alcançados no exercício financeiro de 2017

Durante o exercício de 2017, 13 homens e 7 mulheres (35%) foram membros do Conselho de Fiscalização. A quota mínima estatutária de 30% foi, assim, excedida.

A estrutura etária é diversa, oscilando entre 33 e 70 anos no final do exercício e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo.

A duração da experiência enquanto membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank oscilava entre um ano e cerca de 17 anos. Três dos 20 membros do Conselho de Fiscalização ingressaram no Conselho de Fiscalização no exercício de 2017.

De acordo com os nossos objetivos especificados acima, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional em várias empresas e funções.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito, história e informática.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Fiscalização adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade/Declaração de Governo da Sociedade na secção “Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização” bem como no sítio Web do banco: www.db.com (título “Relações com os investidores”, “Governo da sociedade”, “Conselho de Fiscalização”).

Conceito de diversidade para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao selecionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que coletivamente têm conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos nossos objetivos acima indicados.

Por resolução do Conselho de Fiscalização, deveria haver, no mínimo, uma mulher no Conselho de Administração até 30 de junho de 2017 e o Conselho de Administração deve ser constituído por, no mínimo, 20% de mulheres até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

Para os membros do Conselho de Administração, o limite de idade é alcançado, habitualmente, quando um membro atinge a idade da reforma, de acordo com as regras do regime legal de pensão de reforma da Alemanha, para os segurados de longa duração solicitarem a pré-reforma (“Renteneintrittsalter zur vorzeitigen Inanspruchnahme der Altersrente für langjährig Versicherte”). Atualmente tal ocorre aos 63 anos.

Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou perfis de candidatos para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Estes perfis têm em consideração uma "Matriz de conhecimentos especializados e competências" que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

Resultados alcançados no exercício financeiro de 2017

Durante o exercício, duas mulheres foram membros do Conselho de Administração. O objetivo adotado para 30 de junho de 2017 de ter, no mínimo, uma mulher no Conselho de Administração foi claramente atingido. No final do ano, havia 10 homens e duas mulheres no Conselho de Administração.

A estrutura etária é diversa, oscilando entre 47 e 63 anos no final do exercício e abrangendo duas gerações, de acordo com a definição geral do termo.

A duração da experiência enquanto membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank oscilava entre um ano e cerca de 5 anos. Dois dos 12 membros do Conselho de Administração ingressaram no Conselho de Administração no exercício de 2017.

Também tendo em mente a nossa estratégia de sermos um banco líder na Europa com um alcance global e um mercado nacional sólido na Alemanha, metade dos membros do Conselho de Administração têm um histórico alemão. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração, atualmente, não reflete a diversidade dos mercados onde praticamos a nossa atividade ou a diversidade dos nossos colaboradores.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito e engenharia.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Administração adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade/Declaração de Governo da Sociedade na secção "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Administração" bem como no sítio Web do banco: www.db.com (título "Relações com os investidores", "Governo da sociedade", "Conselho de Administração").

4-

Informações adicionais (não-auditadas)

423 Medidas financeiras não-GAAP
428 Declaração de aval
429 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
430 Impressão/Publicações

Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

Rácios de rendibilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, respetivamente.

Os resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como resultados líquidos, excluindo o resultado (perda) após impostos atribuível a participações minoritárias. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de 160% no exercício de 2017, 67% para 2016 e 11% para 2015. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 33% para todos os períodos relatados em 2017 e de 35% para todos os períodos relatados em 2015 e 2016.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio dos acionistas tangível para os segmentos é calculado deduzindo goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio ativo como atribuído aos segmentos, tal como descrito na Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” para as demonstrações financeiras consolidadas na secção “Medição dos resultados dos segmentos”. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rendibilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

						2017
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	843	359	720	–	(695)	1 228
Despesa de imposto sobre o rendimento	0	0	0	–	0	(1 963)
Resultados líquidos	565	241	482	–	(2 023)	(735)
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	–	(15)	(15)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	565	241	482	–	(2 038)	(751)
Capital próprio médio dos acionistas	44 169	14 934	4 725	–	99	63 926
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(2 965)	(2 079)	(3 837)	–	(1)	(8 881)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	41 203	12 855	888	–	98	55 045
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	1%	2%	10%	–	N/S	(1) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	1%	2%	54%	–	N/S	(1) %

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total
						2016
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	1 705	1 439	(206)	(3 207)	(541)	(810)
Despesa de imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	0	(546)
Resultados líquidos	1 115	941	(135)	(2 097)	(1 181)	(1 356)
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	(45)	(45)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	1 115	941	(135)	(2 097)	(1 226)	(1 402)
Capital próprio médio dos acionistas	40 518	15 018	4 864	1 682	0	62 082
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(2 749)	(1 896)	(4 907)	(324)	0	(9 876)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	37 769	13 122	(43)	1 359	0	52 206
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	3%	6%	(3) %	N/S	N/S	(2) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	3%	7%	N/S	N/S	N/S	(3) %

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total
						2015
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	(376)	(3 370)	682	(2 264)	(770)	(6 097)
Despesa de imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	0	(675)
Resultados líquidos	(243)	(2 177)	441	(1 463)	(3 331)	(6 772)
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	(21)	(21)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	(243)	(2 177)	441	(1 463)	(3 353)	(6 794)
Capital próprio médio dos acionistas	39 258	14 333	5 352	3 735	6 377	69 055
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(3 177)	(1 781)	(5 048)	(72)	(3 831)	(13 909)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	36 081	12 552	304	3 663	2 546	55 146
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(1) %	(15) %	8%	N/S	N/S	(10) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	(1) %	(17) %	145%	N/S	N/S	(12) %

Custos ajustados

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho do Grupo e são uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável com os gastos operacionais (excl. juros) da medida financeira das IFRS. Os custos ajustados são calculados ajustando os gastos operacionais (excl. juros) ao abrigo das IFRS para (i) imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, (ii) litígio, (iii) benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros e (iv) reestruturação e indemnizações. Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros decorreram do negócio da Abbey Life Assurance, que foi vendida em finais de 2016, pelo que não irão ocorrer em períodos subsequentes. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos nossos negócios operacionais.

						2017
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	13 143	9 518	1 811	–	223	24 695
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	12	3	–	0	21
Contencioso	44	53	5	–	112	213
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	–	0	0
Reestruturação e indemnização	152	399	18	–	2	570
Custo ajustado	12 941	9 054	1 786	–	109	23 891

						2016
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	14 193	9 212	3 220	2 701	116	29 442
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	285	0	1 021	(49)	(0)	1 256
Contencioso	608	56	(0)	1 750	(18)	2 397
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	0	0	374
Reestruturação e indemnização	391	204	69	23	(6)	681
Custo ajustado	12 909	8 951	1 757	977	140	24 734

						2015
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	18 856	13 495	2 334	3 006	976	38 667
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	2 168	3 608	0	0	0	5 776
Contencioso	2 932	56	1	1 849	380	5 218
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	256	0	0	256
Reestruturação e indemnização	257	679	8	24	(3)	965
Custo ajustado	13 499	9 152	2 069	1 133	599	26 451

Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

Valor contabilístico tangível

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016		Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
(exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total do capital acionista (valor contabilístico)	**63 174**	59 833	62 678	3 341	6	(2 845)	(5)
Goodwill e outros ativos intangíveis	(8 839)	(8 982)	(10 078)	143	(2)	1 096	(11)
Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)	**54 335**	50 851	52 600	3 484	7	(1 750)	(3)

Ações básicas em circulação

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2017 relativamente a 2016		Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
(exceto se indicado em contrário)	2017	2016	2015	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Número de ações	**2 066,8**	1 545,5	1 545,5	521,3	33,7	0	0
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(0,4)	(0,2)	(0,4)	(0,1)	63,5	0,2	(46,0)
Prémios em ações com direitos adquiridos	28,5	23,3	9,9	5,2	22,4	13,4	134,3
Ações básicas em circulação[1]	**2 094,9**	1 568,6	1 555,0	526,3	33,6	13,6	0,9
Valor contabilístico por ação básica em circulação em €	**30,16**	38,14	40,31	(7,98)	(20,9)	(2,17)	(5,4)
Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €	**25,94**	32,42	33,83	(6,48)	(20,0)	(1,41)	(4,2)

[1] As ações básicas em circulação foram ajustadas para os períodos de comparação, de modo a refletir o efeito da componente de bónus da emissão de direitos de subscrição em abril de 2017 relativa ao aumento de capital.

Medidas do CRR/CRD IV fully loaded

Os nossos ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do mesmo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD IV. O CRR/CRD IV fornece regras “transitórias” (ou phase-in), nos termos das quais os instrumentos de capital que já não são elegíveis ao abrigo das novas regras podem ser descontinuados gradualmente à medida que as novas regras relativas as ajustamentos regulamentares são integradas gradualmente, bem como relativamente à ponderação de risco de determinadas categorias de ativos. Em alguns casos, o CRR/CRD IV mantém regras transitórias que foram adotadas em quadros de adequação de capital anteriores através do Basileia 2 ou Basileia 2.5. Exceto se indicado em contrário, as nossas medidas de solvência CRR/CRD IV definidas neste documento refletem estas regras transitórias.

Definimos também neste documento essas medidas CRR/CRD IV numa base "fully loaded", refletindo a aplicação integral do quadro CRR/CRD IV final sem ter em consideração as disposições transitórias nos termos do CRR/CRD IV, exceto conforme descrito abaixo.

As regras transitórias incluíam regras que permitem a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100%, em vez de uma ponderação de risco de 190% e 370% determinada com base no Artigo 155 do CRR aplicável ao abrigo das regras "fully loaded" do CRR/CRD IV. Apesar de a regra de anterioridade dos investimentos em ações não se aplicar ao abrigo da aplicação integral do quadro final do CRR/CRD IV, continuámos a aplicá-la na nossa metodologia em conformidade com o CRR/CRD IV "fully loaded" para um subconjunto limitado de posições de capital para os períodos findos a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, com base na nossa intenção de mitigar o impacto da expiração da regra de anterioridade através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração até ao final de 2017. Não aplicámos a regra de anterioridade na nossa metodologia em conformidade com o CRR/CRD IV "fully loaded" para o período findo a 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, a nossa carteira de transações à qual aplicámos a regra de anterioridade dos investimentos em ações para o cálculo do RWA "fully loaded" consistiu em 15 transações, num valor de 220 milhões de euros em exposições. Se não tivessemos aplicado a regra de anterioridade a estas transações, o RWA "fully loaded " teria sido apenas de 816 milhões de euros e, por conseguinte, o RWA "fully loaded" do Grupo teria sido apenas de 358,1 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, em vez do RWA "fully loaded" do Grupo de 357,5 mil milhões de euros que reportámos numa base "fully loaded" com a aplicação da regra de anterioridade. Além disso, se tivéssemos calculado o rácio CET 1 "fully loaded", rácio Tier 1 e rácio Total a 31 de dezembro de 2016, utilizando os RWA "fully loaded" sem a aplicação da regra de anterioridade, tais rácios teriam permanecido inalterados (devido ao arredondamento) a 11,8%, 13,1% e 16,6%, respetivamente, do que reportámos numa base "fully loaded" com a aplicação da regra de anterioridade.

A 31 de dezembro de 2015, a nossa carteira de transações à qual aplicámos a regra de anterioridade dos investimentos em ações para o cálculo de RWA fully loaded ascendeu a 1,5 mil milhões de euros em exposições. Se não tivéssemos aplicado a regra de anterioridade a estas transações, o RWA fully loaded teria sido apenas de 5,4 mil milhões de euros e, por conseguinte, o RWA fully loaded do Grupo teria sido apenas de 400,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, em vez do RWA fully loaded do Grupo de 396,7 mil milhões de euros que reportámos numa base fully loaded com a aplicação da regra de anterioridade. Além disso, se tivéssemos calculado o rácio de capital CET 1 fully loaded, o rácio de capital Tier 1 e o total de rácio de capital em 31 de dezembro de 2015, utilizando os RWA fully loaded sem a aplicação da regra de anterioridade, tais rácios teriam sido 11%, 12,1% e 15,2%, respetivamente, em vez de 11,1%, 12,3% e 15,4%, respetivamente, do que reportámos numa base fully loaded com a aplicação da regra de anterioridade.

Uma vez que a implementação final do CRR/CRD IV pode diferir das nossas expetativas e, uma vez que os pressupostos e estimativas da nossa concorrência relativamente a essa implementação poderão variar, as nossas medidas fully loaded do CRR/CRD IV poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.

Acreditamos que estes cálculos CRR/CRD IV fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às novas normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos CRR/CRD IV numa base fully loaded.

Para descrições destas medidas "fully loaded" do CRR/CRD IV e as diferenças das medidas mais diretamente comparáveis nos termos das regras transitórias do CRR/CRD IV, consulte “Relatório de gestão: Relatório de risco: Desempenho de capital e risco: Rácio de capital e de alavancagem”, particularmente, as subsecções intituladas “Evolução do capital regulamentar”, “Evolução de ativos ponderados pelo risco” e “Rácio de alavancagem”.

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir
as suas obrigações contratuais:

DB Investments (GB) Limited, Londres

Deutsche Asset Management International

GmbH, Frankfurt am Main[1]

Deutsche Asset Management Investment GmbH, Frankfurt am Main[2]

Deutsche Asset Management S.A., Luxemburgo[3]

Deutsche Australia Limited, Sydney

DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul

Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington

Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim

Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo

Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur

Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia

Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo

Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid

Deutsche Bank Società per Azioni, Milão

Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra

Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque

Deutsche Futures Singapore Pte Ltd, Singapura

Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians

Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf

Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres

Deutsche Securities Inc., Tóquio

Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong

Deutsche Securities Saudi Arabia LLC, Riade

DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main[4]

norisbank GmbH, Bona

Sociedade anónima pública “Deutsche Bank DBU”, Kiev

OOO “Deutsche Bank”, Moscovo

Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia

[1] Revogámos e cessámos a declaração de aval para a Deutsche Asset Management International GmbH, Frankfurt am Main, esta última referida no Relatório Anual de 2016, em vigor a 30 de junho de 2018.
[2] Revogámos e cessámos a declaração de aval para a Deutsche Asset Management Investment GmbH, Frankfurt am Main, esta última referida no Relatório Anual de 2016, em vigor a 30 de junho de 2018.
[3] Revogámos e cessámos a declaração de aval para a Deutsche Asset Management S.A., Luxemburgo, esta última referida no Relatório Anual de 2016, em vigor a 30 de junho de 2018.
[4] Revogámos e cessámos a declaração de aval para a DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main, esta última referida no Relatório Anual de 2016, em vigor a 30 de junho de 2018.

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2017	2016	2015	2014	2 013
Rendimento de juros líquido	**12 378**	14 707	15 881	14 272	14 834
Provisão para perdas de crédito	525	1 383	956	1 134	2 065
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**11 853**	13 324	14 925	13 138	12 769
Rendimentos de serviços e comissões	11 002	11 744	12 765	12 409	12 308
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2 926	1 401	3 842	4 299	3 817
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	142	2 162	1 037	969	956
Total de receitas líquidas	**26 447**	30 014	33 525	31 949	31 915
Remunerações e benefícios	12 253	11 874	13 293	12 512	12 329
Despesas gerais e administrativas	11 973	15 454	18 632	14 654	15 126
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	374	256	289	460
Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis	21	1 256	5 776	111	79
Atividades de reestruturação	447	484	710	133	399
Despesas totais (excluindo juros)	**24 695**	29 442	38 667	27 699	28 394
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**1 228**	(810)	(6 097)	3 116	1 457
Despesa de imposto sobre o rendimento	1 963	546	675	1 425	775
Resultado líquido	**(735)**	(1 356)	(6 772)	1 691	681
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	15	45	21	28	15
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(751)	(1 402)	(6 794)	1 663	666
em euros (exceto se indicado em contrário)					
Resultados por ação básicos[1,2]	(0,53)	(1,08)	(4,52)	1,20	0,57
Resultados por ação diluídos[1,3]	(0,53)	(1,08)	(4,52)	1,17	0,56
Dividendos pagos por ação[4]	0,19[6]	0,00	0,75	0,75	0,75
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos[5]	0,21	0,00	0,84	1,02	0,97

[1] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos antes de abril de 2017 por forma a refletir o efeito da componente de bónus da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital concluído em abril de 2017, todos os períodos antes de junho de 2014 foram ajustados por forma a refletir o efeito da componente de bónus da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital concluído em junho de 2014.
[2] Calculamos os resultados por ação básicos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação. Os lucros foram ajustados em 298 e 276 e 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2017, abril de 2016 e abril de 2015, respetivamente.
[3] Calculamos os resultados por ação diluídos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após conversões assumidas. Os lucros foram ajustados em 298 e 276 e 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2017, abril de 2016 e abril de 2015, respetivamente. Para 2017, 2016 e 2015, não existe qualquer efeito de diluição, pois o Grupo relatou uma perda líquida.
[4] Dividendos que declarámos e pagámos no ano.
[5] Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram traduzidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respetivos dias de pagamento.
[6] O dividendo pago em 2017 consistia em 0,11 euros para 2016 e 0,08 euros para 2015 que foram pagos simultaneamente em 2017 após a concordância da assembleia-geral anual em 2017.

em milhões de euros	2017 em milhões de euros	2016 em milhões de euros	2015 em milhões de euros	2014 em milhões de euros	2 013 em milhões de euros
Total do ativo	1 474 732	1 590 546	1 629 130	1 708 703	1 611 400
Empréstimos	401 699	408 909	427 749	405 612	376 582
Depósitos	580 812	550 204	566 974	532 931	527 750
Dívida a longo prazo	159 715	172 316	160 016	144 837	133 082
Ações ordinárias[1]	5 291	3 531	3 531	3 531	2 610
Total do capital acionista	63 174	59 833	62 678	68 351	54 719
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV)[2]	50 808	47 782	52 429	60 103	38 534
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[2]	48 300	42 279	44 101	46 076	38 534
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV)[2]	57 631	55 486	58 222	63 898	50 717
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[2]	52 921	46 829	48 651	50 695	50 717
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV)[2]	64 016	62 158	64 522	68 293	55 464
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[2]	63 250	59 502	60 976	63 072	55 464

[1] O capital aumentou do capital autorizado em troca de entradas em numerário através de uma oferta pública com direitos de subscrição em abril de 2017 e em junho de 2014.
[2] Os valores apresentados para 2017, 2016, 2015 e 2014 baseiam-se nas regras transitórias (CRR/CRD IV) e na aplicação integral (CRR/CRD IV *fully-loaded*) do quadro CRR/CRD IV. Os números apresentados para 2013 têm por base as regras do quadro "Basileia 2.5". Os rácios de capital são a relação entre o respetivo capital e os ativos ponderados pelo risco. Até 2013, os itens transitórios nos termos da anterior secção 64h (3) da lei bancária alemã estão excluídos.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank
Aktiengesellschaft

Taunusanlage 12

60262 Frankfurt am Main

Alemanha

Telefone: +49 69 910-00

deutsche.bank@db.com

Relações com os investidores

+49 800 910-8000
db.ir@db.com

Teremos todo o gosto em enviar-lhe as seguintes publicações relacionadas com o nosso relato financeiro

— Relatório Anual de 2017

(Alemão/Inglês)

— Demonstrações financeiras anuais

e Relatório de Gestão de

Deutsche Bank AG 2017

(Alemão/Inglês)

Como encomendar

E-Mail – Internet

service-center@bertelsmann.de

www.db.com/17

Correio

arvato logistics services
Bestellservice Deutsche Bank

Gottlieb-Daimler-Straße 1

D-33428 Harsewinkel

Alemanha

Online

Todas as publicações relativas aos nossos relatos financeiros estão disponíveis em:

www.db.com/17

Publicação

Publicado em 16 de março de 2018.

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro.
As declarações relativas ao futuro são declarações que
não são factos históricos; estas incluem declarações
sobre as nossas opiniões e expetativas e sobre os
pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações
baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão
atualmente disponíveis para a administração do
Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro
por conseguinte, referem-se apenas à data em que são
efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar
publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou
de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro
envolvem riscos e incertezas. Uma série de
importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros
resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em
qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores
incluem as condições dos mercados financeiros na
Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e
em outras regiões que são a nossa principal
fonte de receitas e onde detemos a

maior parte dos nossos ativos; incluem também a evolução
dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais
incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações,
a implementação do nosso plano de gestão,
a fiabilidade das nossas políticas,
procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos
contidos nos registos da Securities
and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão
descritos em pormenor no nosso formulário SEC 20-F de
16 de março de 2018, sob o título "Fatores de risco".
Cópias deste documento estão já disponíveis
a pedido ou podem ser transferidas em
www.db.com/ir.

2018
Calendário Financeiro

26 de abril de 2018

Relatório intercalar de 31 de março de 2018

24 de maio de 2018
Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Exhibition Center)

29 de maio de 2018

Pagamento de dividendos

25 de julho de 2018

Relatório intercalar de 30 de junho de 2018

24 de outubro de 2018
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2018

2019
Calendário Financeiro

1 de fevereiro de 2019

Resultados preliminares referentes ao exercício de 2018

22 de março de 2019

Relatório Anual de 2018 e Formulário 20-F

25 de abril de 2019

Relatório intercalar de 31 de março de

2019

23 de maio de 2019
Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Exhibition Center)

28 de maio de 2019 Pagamento de dividendos
(em caso de lucros distribuíveis e de decisão da Assembleia-Geral Anual de pagar dividendos)

25 de julho de 2019

Relatório intercalar de 30 de junho de 2019

31 de outubro de 2019
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2019

Relatório Anual de 2017

- Versão impressa
- Transferência de
- PDF Versão online: db.com/17

Relatório não financeiro de 2017

- Transferência de PDF
- Versão online: db.com/non-financial-report/17

Relatório de Recursos Humanos de 2017

- Transferência de PDF
- Versão online: hr-report.db.com/17

Deutsche Bank

Demonstrações financeiras anuais e Relatório de gestão do Deutsche Bank AG de 2017

ÍNDICE

1- Relatório de Gestão

4 **Análise Operacional e Financeira**
17 **Perspetivas**
23 **Riscos e oportunidades**
27 **Relatório de** Risco
54 **Relatório de** Remunerações
96 **Controlo interno sobre o relato** financeiro
99 **Demonstração não** financeira
119 **Informações de acordo com o artigo** 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

2- Demonstrações financeiras anuais

126 **Balanço a 31 de dezembro de** 2017
128 **Demonstração de resultados para o período** entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017
129 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

3- Confirmações

188 **Declaração de responsabilidade do Conselho de** Administração
189 **Relatório do auditor** independente

1
Relatório de Gestão

4 **Análise Operacional e Financeira**
A nossa Organização – 4
Ambiente Económico – 8
Sumário executivo – 8
Demonstração de resultados – 12
Balanço – 15
17 **Perspetivas**
23 **Riscos e oportunidades**
27 **Relatório de** Risco
Princípios de gestão do risco – 27
Quadro de gestão do risco – 27
Os riscos do Deutsche Bank AG na rede do Grupo – 28
Organização de gestão do risco – 29
Estratégia e apetência pelo risco – 32
Ferramentas de medição do risco – 34
Tipos de risco – 35
Perfil de risco – 40
Risco de crédito – 41
Risco de mercado – 43
Risco operacional – 44
Rácio de alavancagem – 45
Risco de liquidez – 47
Adequação e requisitos de capital – 48
54 **Relatório de** Remunerações
Relatório de Remuneração do Conselho de Administração – 55
Relatório de Remuneração dos colaboradores – 80
Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização – 93
96 **Controlo interno sobre o relato** financeiro
99 **Demonstração não** financeira
119 **Informações de acordo com o artigo** 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Análise Operacional e Financeira

A nossa Organização

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1475 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Nessa data empregávamos o equivalente a 97 535 colaboradores a tempo inteiro e operávamos em 60 países, com um total de 2425 agências no mundo, das quais 65% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2017, estávamos organizados nestas seguintes três divisões corporativas:

- Corporate & Investment Bank (CIB)
- Private & Commercial Bank (PCB)
- Deutsche Asset Management (Deutsche AM)

As três divisões corporativas são apoiadas por funções de infraestrutura. Criámos também uma função de gestão regional, que engloba as responsabilidades regionais a nível mundial. Os períodos anteriores apresentados ao longo do presente relatório foram reajustados para refletir a nossa nova estrutura de segmentos, anunciada em 5 de março de 2017. Em linha com os nossos objetivos originalmente anunciados a partir de 2017, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir como divisão corporativa separada do Grupo.

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- subsidiárias e agências em muitos países;
- escritórios de representação em muitos outros países; e
- um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Para o Deutsche Bank AG, as agências mais importantes, além das nossas operações na Alemanha, estão localizadas em Londres, Nova Iorque, Ilhas Caimão e Singapura. Estas agências prestam sobretudo serviços nas divisões de Corporate & Investment Bank e Wealth Management.

Consulte abaixo para obter uma descrição geral das nossas divisões corporativas.

Corporate & Investment Bank (CIB)

Visão geral da divisão corporativa

A nossa divisão Corporate & Investment Bank (CIB) compreende as nossas áreas de negócio FIC Sales & Trading, Equity Sales & Trading, Financing, Origination & Advisory e Global Transaction Banking. A divisão integrada reúne numa só divisão os conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco e infraestrutura de todo o Deutsche Bank. Isto permite à CIB alinhar os recursos e capital ao longo do nosso perímetro de clientes e produtos para oferecer mais benefícios aos clientes prioritários do banco.

Produtos e serviços

As divisões de negócio FIC Sales & Trading e Equity Sales & Trading agregam a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e produtos titularizados. A cobertura dos clientes institucionais é da responsabilidade do grupo de clientes institucionais (Institutional Client Group) e da unidade Equity Sales, ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controlos de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

A Corporate Finance é responsável pelas fusões e aquisições, bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas de cobertura regional e setorial asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos nossos clientes corporativos e institucionais.

A Global Transaction Banking (GTB) é um provedor global na prestação de serviços de financiamento ao comércio e títulos, gestão de tesouraria, fornecendo uma gama completa de produtos e serviços bancários comerciais a clientes corporativos e instituições financeiras em todo o mundo

Canais de Distribuição e Marketing

Como parte da nossa estratégia, estamos a alterar o foco e a otimizar o nosso modelo de cobertura ao cliente a fim de beneficiar os nossos clientes essenciais. Estamos a terminar relações existentes com clientes em que consideramos que os retornos são demasiado baixos ou que os riscos são muito altos, enquanto também fortalecemos a nossa admissão de clientes e os procedimentos Conheça o seu cliente (KYC).

Espera-se também que o crescimento na atividade dos clientes corporativos crie oportunidades no segmento dos clientes institucionais. De um modo geral, o Deutsche Bank espera que a maioria do crescimento advenha sobretudo da melhoria da rentabilidade dos recursos existentes, aplicando capital de forma mais seletiva a clientes prioritários.

Private & Commercial Bank (PCB)

Visão geral da divisão corporativa

A divisão corporativa Private & Commercial Bank (PCB) é constituída pelas nossas quatro unidades de negócio Postbank, Private & Commercial Clients Germany, Private & Commercial Clients International e Wealth Management. A PBC serve clientes pessoais e privados, pequenas e médias empresas e clientes ricos e oferece uma vasta gama de serviços financeiros e de consultoria desde produtos de retalho a soluções financeiras altamente sofisticadas. Seguimos uma abordagem omnicanal e os nossos clientes dispõem de várias alternativas para aceder aos nossos serviços e produtos (agências, centros de consultoria, redes móveis de consultores independentes e banca online/móvel).

A nossa divisão corporativa é constituída pelas seguintes unidades que operam no Deutsche Bank AG:

Na nossa unidade Private & Commercial Clients Germany (PCC Germany), centramo-nos também nos clientes privados e comerciais na Alemanha e fornecemos uma gama alargada de serviços financeiros, incluindo soluções de consultoria complexas para os nossos clientes privados. Para clientes das pequenas e médias empresas, oferecemos um modelo de cobertura bancária comercial integrada através de colaboração com peritos na divisão Corporate & Investment Bank.

A unidade Private & Commercial Clients International (PCC International) presta serviços bancários e outros serviços financeiros a clientes privados, comerciais e corporativos na Europa e na Índia. Na Europa, operamos em cinco principais mercados bancários: Itália, Espanha, Bélgica, Portugal e Polónia. Em dezembro de 2017, celebrou um acordo para vender parcialmente o negócio de retalho na Polónia para aperfeiçoar o enfoque da PCB e reduzir a complexidade. Iremos continuar a servir os mutuários de retalho de hipotecas em divisa estrangeira na Polónia e continuaremos presentes nas nossas operações da Corporate & Investment Bank, incluindo a Global Transaction Banking.

A unidade Wealth Management (WM) serve indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). Apoiamos os nossos clientes no planeamento, gestão e investimento do seu património, no financiamento dos seus interesses pessoais e empresariais e na assistência das suas necessidades institucionais e corporativas. Também fornecemos serviços do tipo institucional para clientes sofisticados e complementamos as nossas ofertas aqui ao colaborar estreitamente com peritos na divisão Corporate & Investment Bank e na Deutsche Asset Management.

Produtos e serviços

No nosso mercado nacional alemão e internacional, oferecemos aos nossos clientes uma vasta gama de serviços financeiros desde serviços uniformizados, como os serviços abrangentes para clientes de retalho, às soluções para clientes exigentes na Private Banking e Wealth Management, e ainda à cobertura de clientes empresariais e comerciais.

As nossas unidades de negócio Postbank, PCC Germany e PCC International fornecem serviços bancários e outros serviços financeiros para clientes privados e comerciais na Alemanha, Europa e Ásia com algumas variações na oferta de produtos entre os países que são impulsionados pelo mercado nacional e pelas exigências regulatórias e de clientes. Os produtos para os nossos clientes de retalho e privados são concebidos para responder a todas as necessidades financeiras básicas e para lhes fornecer serviços de consultoria. Oferecemos serviços de pagamento e de conta corrente, produtos de crédito e financiamento, assim como produtos de depósito, investimento e seguros. A gama de produtos inclui também serviços postais, que oferecemos através do Postbank e de outros serviços não bancários. Os produtos para os nossos clientes de pequenas e médias empresas incluem também soluções de financiamento específicas (desde o financiamento a start-ups ao financiamento estruturado) e produtos de média capitalização fornecidos pela Corporate & Investment Bank como parte da nossa joint venture de média capitalização na Alemanha.

Na unidade WM, prestamos apoio aos nossos clientes na preservação do seu património ao oferecer serviços de estruturação do património, transferência de património e filantropia. Oferecemos soluções personalizadas de gestão do património e de investimento, incluindo a gestão de carteira discricionária, consultoria de investimento, assim como serviços de divisas e de depósito. Além disso, fornecemos soluções de financiamento, por exemplo, no setor imobiliário, títulos e financiamento de aeronaves. Para as necessidades institucionais e corporativas, oferecemos M&A, pré-oferta pública inicial, colocações particulares e acesso do tipo institucional ao empréstimo estruturado, oportunidades de investimento privadas e públicas, negociação e cobertura em estreita colaboração com os peritos na Corporate & Investment Bank.

Canais de Distribuição e Marketing

Seguimos uma abordagem omnicanal para otimizar a acessibilidade e disponibilidade de serviços para os nossos clientes. A expansão de capacidades digitais continua a ser um foco importante em todos os nossos negócios.

A PCC Germany, PCC International e Postbank têm canais de distribuição semelhantes:

- Agências: Nas agências, as unidades de negócio PCC e Postbank oferecem geralmente a gama completa de produtos e assessoria. A rede de agências é apoiada por centros de contacto de clientes, call centers e terminais de autosserviço. Na Alemanha, a PCC e Postbank oferecem serviços de tesouraria em mais de 10 000 caixas automáticas.
- Centros de consultoria: Os centros de consultoria na PCC Germany representam uma ligação entre as agências e as nossas ofertas digitais para assegurar um serviço holístico e assessoria aos nossos clientes privados e comerciais, independentes do horário de funcionamento das agências.
- Serviços bancários online e móveis: Os sítios Web das unidades de negócio PCC e Postbank oferecem aos clientes uma ampla variedade de informações relevantes sobre produtos e serviços, incluindo ferramentas interativas, tutoriais e conteúdos de rich media. Disponibilizamos, também, uma plataforma de transações de alto desempenho para serviços bancários, corretagem e autosserviços, em combinação com uma oferta universal muito frequentada para smartphones e tablets. Além disso, investimos também em melhoramentos na automatização de processos completos e integrados de fácil utilização pelo cliente.
- Agentes financeiros/distribuidores terceiros: As unidades de negócio PCC e Postbank fornecem adicionalmente produtos e serviços bancários através de agentes financeiros que operam em nome individual, bem como através de distribuidores terceiros.

A Wealth Management tem uma cobertura distinta de clientes:

- Equipas de Cobertura global/Consultoria: As equipas de gestores de clientes/consultores sénior gerem as relações com os clientes, fornecem consultoria e assistem os clientes no acesso aos serviços dedicados da WM e produtos de arquitetura aberta. Para garantir serviços e assessoria holísticos, todos os clientes de gestão de património têm um ponto de acesso único, com equipas dedicadas, ao serviço de grupos de clientes específicos.
- Key Client Partners (KCP) / Corporate Finance Partnership (CFP): Para clientes com património de valor líquido ultraelevado qualificados, a Key Client Partners (KCP) fornece acesso institucionalizado para perspetivas de mercado e ideias de negociação com soluções de negociação personalizada, gestão do risco e de cobertura da nossa plataforma Global Markets, bem como soluções de empréstimo sem recurso inovadoras. A Corporate Finance Partnership (CFP) age como parceiro de confiança e consultor estratégico para um grupo selecionado de investidores sofisticados / escritórios de família (family offices) fornecendo acesso integrado para a nossa franquia de financiamento corporativo global.
- Deutsche Oppenheim Family Offices AG (DOAG): Os serviços de escritórios de várias famílias incluindo gestão discricionária de carteira, afetação estratégica de ativos, fundos “Family Office Strategy”, consultoria de escritórios de família, seleção de gestor de terceiros, controlo e elaboração de relatórios, assim investimentos em ações privadas e do setor imobiliário.

Deutsche Asset Management (Deutsche AM)

Visão geral da divisão corporativa

Com mais de 700 mil milhões de euros de ativos investidos em 31 de dezembro de 2017, a Deutsche AM é um dos principais organismos de gestão de investimentos do mundo, proporcionando o acesso aos mercados financeiros mundiais e fornecendo soluções a clientes em todo o mundo. A Deutsche AM visa proporcionar um futuro financeiro sustentável a todos os seus clientes: aos investidores individuais e às instituições que os servem.

A Deutsche AM continua a ser um negócio essencial para o Deutsche Bank. Desde o anúncio em março de 2017 de que tencionamos dedicar-nos a uma oferta pública inicial parcial da Deutsche AM, fizemos progressos consideráveis no sentido deste objetivo. Os argumentos da oferta pública inicial parcial são o desbloquear do potencial de negócio ao promover uma maior autonomia. Como um gestor de ativos autónomo, iremos apresentar a marca DWS aos nossos negócios globais e melhorar o nosso perfil externo. A integração dos parceiros de infraestruturas irá permitir-nos conseguir novas eficiências operacionais ao longo da plataforma, incluindo melhoramentos de processo para reduzir os custos e melhorar a experiência do cliente.

Produtos e serviços

As soluções de investimento da Deutsche AM abrangem estratégias ativas e passivas que passam por um leque diversificado de classes de ativos espetro de liquidez, incluindo ações, investimentos de rendimento fixo, investimentos de liquidez, investimentos imobiliários, investimentos em infraestruturas, investimentos em capitais privados e investimentos sustentáveis. Oferecemos estas capacidades através de uma variedade de invólucros, incluindo ETF, fundos de investimento e contas geridas em separado. A Deutsche AM fornece soluções alfa e beta para responder às necessidades de longevidade, responsabilidade e liquidez dos clientes, tirando partido de informações privilegiadas e tecnologia.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU)

Em conformidade com os nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, a NCOU executou com êxito a sua estratégia de redução de risco e reduziu a dimensão da carteira para menos de 10 mil milhões de euros em RWA, para alcançar o objetivo de final do exercício. Na condução deste mandato, a NCOU centrou-se ativamente em iniciativas que proporcionaram uma contribuição de capital eficiente e resultados de desalavancagem, permitindo ao Banco reforçar o rácio Common Equity Tier 1 fully loaded. Consequentemente, a NCOU deixou de existir como divisão autónoma a partir de 2017.

Os restantes ativos antigos tinham um valor no balanço do Grupo de aproximadamente 6 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, que foram geridos pelos segmentos operacionais essenciais correspondentes, predominantemente CIB e PBC desde 2017.

Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam funções de controlo e serviço e, em particular, as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos supradivisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão de risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade da nossa direção:

- Presidente: Conselho de Administração, comunicações, CSR, auditoria do Grupo, estratégia corporativa, pesquisa e gestão de incidentes e investigação do Grupo
- Diretor financeiro: finanças a nível regional e do grupo incluindo operações de custo, fiscalidade ao nível do Grupo, tesouraria do Grupo, relações com os investidores, investimentos e fusões e aquisições corporativas, consultoria de gestão do Grupo, planeamento e gestão de desempenho e administração e alteração de finanças
- Diretor de risco: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco da sociedade, gestão do risco em consonância com o negócio, gestão do risco regional, risco não financeiro e seguros
- Diretora regulamentar: assuntos reguladores do Grupo, assuntos públicos e governamentais, conformidade e combate aos crimes financeiros
- Diretor administrativo: jurídicas, incluindo proteção de dados, governação global e recursos humanos, incluindo questões executivas empresariais
- Diretor de operações: diretora de informações, tecnologia e operações, transformação digital, serviços corporativos, diretor de segurança e diretor de dados

Todas as despesas e receitas incorridas com as áreas e funções da Infraestrutura são afetadas na totalidade às nossas três divisões corporativas.

A partir de 2018, as despesas gerais do centro corporativo ("Despesas de Acionistas") deixarão de ser atribuídas a empresas, passando a ser mantidas centralmente e reportadas ao abrigo da Consolidation & Adjustments (C&A), que, neste contexto, será renomeada para "Corporate".

O banco decidiu em 2017 mover alguns colaboradores de infraestruturas para as divisões para as quais prestam serviço de modo a aumentar a colaboração e eficácia geral. Isto ajudou a aumentar a responsabilidade e autonomia das divisões relativamente às suas decisões organizacionais e relacionadas com o processo e levou a um aumento significativo do número de colaboradores associados às divisões, em comparação com 2016 – em particular na Corporate and Investment Bank, assim como na Deutsche Asset Management. As funções de controlo independentes permaneceram geralmente nas áreas centrais.

Ambiente Económico

Sumário executivo

A economia global

Crescimento económico (em %)[1]	2017[2]	2016	Principal fator responsável
Economia global	**3,8**	3,2	Crescimento económico global e comércio global com forte dinamismo. A economia global surpreendeu pela positiva apesar do aperto gradual da política monetária.
Dos quais:			
Países industrializados	2,2	1,6	O dinamismo global mais resultados favoráveis ao mercado das eleições europeias impulsionaram o crescimento nos países industrializados.
Mercados emergentes	4,9	4,3	Mercados emergentes beneficiaram de preços mais altos do crude e das fortes economias asiáticas.
Economia da área do euro	**2,5**	1,8	Os resultados das eleições europeias tiveram um impacto positivo nos mercados. Tanto o consumo como a atividade de investimento aumentaram o crescimento económico, em particular no segundo semestre do ano.
Dos quais: Economia alemã	2,2	1,9	A economia alemã também surpreendeu pela positiva, quase só incentivada pela economia nacional. Um muito restrito mercado de trabalho, uma política monetária expansionista e estímulos fiscais adicionais conduziram a um crescimento acima da tendência.
Economia dos Estados Unidos	**2,3**	1,5	A economia dos Estados Unidos comportou-se quase como esperado. O condutor-chave da economia dos Estados Unidos continua a ser o consumo privado garantido por um mercado laboral com bom funcionamento.
Economia do Japão	**1,8**	0,9	A economia japonesa teve uma mistura equilibrada de crescimento, onde tanto o setor nacional como internacional contribuíram para o crescimento do PIB.
Economia asiática[3]	**6,1**	6,2	Fortalecimento do comércio intra-asiático é um condutor-chave do crescimento. Os mercados emergentes da Ásia continuam a ser a ocupar a posição de liderança global em termos de crescimento do PIB.
Dos quais: Economia chinesa	6,9	6,7	A economia chinesa expandiu-se ligeiramente mais do que o esperado. Não se materializaram os riscos provenientes da sobrevalorização do setor imobiliário.

[1] Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.
[2] Fontes: Deutsche Bank Research.
[3] Incluindo China, Índia, Indonésia, República da Coreia e Taiwan, ex Japão.

O setor bancário

Os empréstimos ao setor privado na área do euro assistiram a uma grande divergência em 2017. Por um lado, os volumes de empréstimos empresariais pendentes continuaram a estagnar, como tem vindo a acontecer desde o verão de 2014, com o aumento de aquisições de carteiras de dívidas em incumprimento e a continuação da sólida emissão de obrigações empresariais também a desempenhar um papel para esta conjuntura. Por outro lado, a concessão de empréstimos a famílias aumentou pelo terceiro ano consecutivo até atingir 3,4% em termos homólogos, o seu nível mais alto desde 2011. O volume pendente registou um novo recorde de 5,6 biliões de euros. Em particular, o empréstimo privado aumentou o ritmo de forma significativa à medida que o ano foi avançando. O elevado crescimento nos depósitos, subindo 4,1% em termos homólogos, continuou mais ou menos inalterada, apesar das zero taxas de juro. O rácio empréstimos/depósitos nos negócios do setor privado diminuiu mais no decurso do ano, baixando dos 107% para os 105%. Os depósitos de empresas expandiram-se em 6,6%, o dobro da taxa de depósitos provenientes de famílias de 3,3% em 2017.

Ao contrário dos desenvolvimentos na área do euro como um todo, a atividade de empréstimos empresariais na Alemanha registou outra forte evolução ascendente no ano passado. Após a estagnação há dois anos, a taxa de crescimento duplicou para 4,7% em termos homólogos em 2017. Houve simultaneamente um declínio considerável na emissão de obrigações empresariais. O empréstimo às famílias expandiu-se novamente num ritmo mais rápido, acelerando para os 3,4%, com o setor hipotecário a permanecer o principal condutor de crescimento (+4,3%). Do lado do financiamento, os bancos assistiram uma vez mais a um aumento significativo nos depósitos (+4,4%) apesar dos novos cortes nas taxas de juro, que eram negativas para as empresas e eficazmente zero para as famílias – ambos os valores historicamente baixos. O crescimento nos depósitos empresariais superará os depósitos do segmento de retalho, como tem sido o caso durante muitos anos. O rácio de depósitos empresariais comparativamente aos depósitos do setor privado no geral aumentou de 14,5% para mais de 20% nos últimos 15 anos.

Nos Estados Unidos, a atividade de empréstimos estabilizou num nível baixo, no seguimento do abrandamento dramático no final de 2016/ início de 2017. O volume de empréstimos empresariais pendentes aumentou 3,6% comparativamente aos 8,4% em 2016, ao passo que o empréstimo a famílias assistiu a um crescimento de 3,1%, 4,7% em 2016. Para o empréstimo empresarial, o fator decisivo foi o empréstimo para imóveis comerciais com 5,8% em termos homólogos, embora os empréstimos a empresas tradicionais, num sentido mais estrito, tenham assistido a um crescimento de apenas 1,5%. No que diz respeito ao empréstimo a famílias, o crescimento no crédito ao consumo de 5,1% superou aquele do financiamento hipotecário de 3,8%, tendo havido ainda descidas nos empréstimos de capital para crédito à habitação de 6,8%. Do lado dos depósitos, a taxa de expansão abrandou moderadamente para 4,2% em 2017, quase ao mesmo nível do crescimento geral na atividade de empréstimo. Como resultado, não houve alteração líquida no excesso considerável de passivos dos bancos dos Estados Unidos.

No Japão, a taxa de crescimento no negócio de depósitos abrandou consideravelmente em 2017 para 3,6% em termos homólogos, apesar de o número permanecer ligeiramente acima do crescimento no negócio de empréstimos, que subiu 2,5% relativamente a 2016.

Na China, o empréstimo a famílias começou a abrandar recentemente, após um crescimento extraordinário no último ano e meio. O crescimento para a totalidade do ano ascendeu aos 21% comparativamente aos 23% de 2016. Em contrapartida, a taxa de expansão no empréstimo a empresas aumentou de 8% para 12% em termos homólogos. Dado que o crescimento nos depósitos abrandou consideravelmente para menos de 8% e já não podia acompanhar o aumento na atividade de empréstimos, o rácio empréstimos/depósitos continuou a aproximar-se da marca dos 100% (subindo de 86% para 92,5% no decurso do ano). Em termos gerais, quase nos 150% de PIB, o empréstimo bancário ao setor privado na China atingiu um nível extraordinariamente alto. Para efeitos de comparação, este valor é de aproximadamente metade na Alemanha.

Desempenho do Deutsche Bank

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e é o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nas IFRS e nas divisões do Grupo e não em empresas individuais do grupo. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Uma vez que o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da lei bancária alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, os rácios de capital regulamentar são aplicáveis apenas ao nível do Grupo. Por conseguinte, abordamos o desempenho global baseado nos dados financeiros do grupo.

Em 2017, o Deutsche Bank gerou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,2 mil milhões de euros. O resultado reflete gastos operacionais (excl. juros) mais baixos em comparação com 2016 e foi afetado por obstáculos significativos aos proveitos. Uma cobrança única de uma taxa de 1,4 mil milhões de euros resultante da reforma tributária dos Estados Unidos levou a uma perda líquida de 0,7 mil milhões de euros. Durante o ano, solucionámos de forma bem-sucedida várias questões de litígio e continuámos a investir em melhoramentos no controlo. Fizemos progressos tangíveis na execução de iniciativas estratégicas na área da tecnologia e negócios. Adicionalmente, mantivemos um alto nível de liquidez e capital que foi apoiado por um aumento de capital executado com êxito em abril de 2017 e por uma gestão prudente do balanço.

Indicadores-chave de desempenho do Grupo

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2017	Situação no final de 2016
Receitas líquidas	26,4 mil milhões de euros	30,0 mil milhões de euros
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	1,2 mil milhões de euros	(0,8) mil milhões de euros
Resultado líquido	(0,7) mil milhões de euros	(1,4) mil milhões de euros
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[1]	(1,4) %	(2,7) %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[1]	(1,2) %	(2,3) %
Custos ajustados[2]	23,9 mil milhões de euros	24,7 mil milhões de euros
Rácio custo/rendimento[3]	93,4%	98,1%
Ativos ponderados pelo risco (RWA)[4]	344,2 mil milhões de euros	357,5 mil milhões de euros
Rácio Common Equity Tier 1 fully loaded CRR/CRD IV[5]	14,0%	11,8%
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV fully loaded[6]	3,8%	3,5%

[1] Baseado no resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.
[2] Despesas totais (excluindo juros), excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio, benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.
[3] Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[4] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.
[5] O rácio Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV fully loaded representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
[6] O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas em 2017 foram de 26,4 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,6 mil milhões de euros ou 12% face a 2016. O decréscimo refletiu principalmente o impacto das condições difíceis de mercado e das alienações de negócios estratégicas. Incluiu o impacto negativo de 348 milhões de euros dos ajustamentos da avaliação de dívida (DVA), 213 milhões de euros dos ajustamentos de conversão cambial (CTA) sobre as alienações, 164 milhões de euros relativos ao estreitamento dos nossos próprios spreads de crédito e 157 milhões de euros relativos a uma venda parcial do nosso negócio de retalho na Polónia em 2017. Adicionalmente, os proveitos em 2017 diminuíram uma vez que 2016 incluiu uma contribuição de receitas de 618 milhões de euros da Hua Xia Bank Co. Ltd., 161 milhões de euros da divisão Private Client Services (PCS), bem como 537 milhões de euros da Abbey Life, que foram vendidas em 2016. Excluindo estes efeitos, as nossas receitas líquidas foram inferiores em 5%, em comparação com 2016. Os proveitos na divisão Corporate & Investment Bank (CIB) foram afetados por custos de financiamento mais altos, um nível consistentemente mais baixo de volatilidade, atividade moderada de clientes, bem como ajustamentos de perímetro e clientes na divisão Global Transaction Banking (GTB). Os proveitos na divisão Private & Commercial Bank (PCB) diminuíram, essencialmente devido ao impacto das alienações de negócios e pressão nos

proveitos de depósitos provenientes da conjuntura de baixas taxas de juro. O decréscimo foi compensado em parte pelo crescimento nos proveitos provenientes de empréstimos e produtos de investimento e impactos positivos resultantes das atividades de reestruturação na Sal. Oppenheim Os proveitos na divisão Deutsche Asset Management (Deutsche AM) diminuíram significativamente em comparação com 2016, essencialmente devido à não-recorrência de proveitos provenientes da Abbey Life, que foi vendida no final de 2016, receitas da venda da divisão Deutsche AM India e uma reintegração relativa à Heta Asset Resolution AG (HETA), ambas registadas em 2016.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2017 foram de 24,7 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 4,8 mil milhões de euros ou 16% face a 2016. A redução deveu-se principalmente a despesas de litígio mais baixas, imparidades mais baixas de goodwill e outros ativos intangíveis e à ausência de benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros relativos à Abbey Life. Compensados em parte foram os acréscimos mais altos para a remuneração variável devido ao retorno a um quadro normalizado de remuneração variável em 2017.

Os custos ajustados em 2017 foram de 23,9 mil milhões de euros, comparativamente aos 24,7 mil milhões de euros de 2016, um decréscimo de 843 milhões de euros ou 3%. A melhoria deveu-se essencialmente às custas judiciais mais baixas, aos custos reduzidos de consultoria externa e à dissolução da NCOU, em parte compensada pelos acréscimos mais altos para a remuneração variável supramencionados.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 1,2 mil milhões de euros em 2017, em comparação com perdas antes de impostos sobre o rendimento de 810 milhões de euros em 2016. A melhoria de 2,0 mil milhões de euros deveu-se principalmente a uma redução significativa da imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, bem como dos encargos com litígios significativamente mais baixos.

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 2,0 mil milhões de euros em 2017, incluindo a cobrança única de uma taxa supramencionada de 1,4 mil milhões de euros atribuível à reavaliação dos ativos por impostos diferidos dos Estados Unidos resultantes da reforma tributária nos Estados Unidos.

Relatámos uma perda líquida de 735 milhões de euros em 2017, resultante da supramencionada cobrança única de uma taxa, em comparação com uma perda líquida de 1,4 mil milhões de euros em 2016.

O nosso rácio Common Equity Tier 1 fully loaded (CET1) em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 14,0% no final de 2017, uma subida face aos 11,8% registados no final de 2016, resultante das receitas do aumento de capital em abril de 2017. O rácio CET 1 de integração progressiva no final de 2017 foi de 14,8%.

Sumário Executivo para o Deutsche Bank AG

Em 2017, o Deutsche Bank AG registou um resultado líquido de 644 milhões de euros, após um resultado líquido de 282 milhões de euros em 2016. Este aumento resultou de uma série de desenvolvimentos consideráveis, mas com um efeito parcial de contrabalanço. Uma diminuição nos lucros operacionais em 2,1 mil milhões de euros foi compensada por um aumento de outros resultados/despesas incluindo despesas de reestruturação de 2,1 mil milhões de euros. Adições inferiores ao fundo para riscos bancários gerais de 200 milhões de euros e uma diminuição nas despesas fiscais de 222 milhões de euros levaram a uma melhoria no resultado líquido de 362 mil milhões de euros.

A diminuição no lucro operacional em 2017 de 2,1 mil milhões de euros em comparação com 2016 foi sobretudo impulsionada por proveitos inferiores, que desceram 1,5 mil milhões de euros, uma redução nas despesas operacionais diversas líquidas de 867 milhões de euros e provisionamento de risco superior, até 351 milhões de euros. Isto foi parcialmente compensado por despesas administrativas inferiores, incluindo depreciação, reduzidas em 608 milhões de euros.

O saldo negativo de outros resultados/gastos ordinários melhorou em 1,8 mil milhões de euros em comparação com 2016 para 312 milhões negativos. O principal motor da diminuição do saldo negativo foi um resultado líquido negativo inferior dos ajustamentos de valor e das vendas de subsidiárias, que melhorou 1,8 mil milhões de euros.

O resultado extraordinário líquido esteve relacionado com a reestruturação e ascendeu a 64 milhões de euros negativos (2016: 306 milhões de euros negativos).

Os acréscimos ao fundo para riscos bancários gerais ascenderam a 300 milhões de euros em 2017 (2016: adição de 500 milhões de euros).

O total de despesas com impostos ascendeu a 254 milhões de euros em 2017 (2016: 476 milhões de euros).

O total de ativos desceu 140 mil milhões de euros para 1232 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido a diminuições nos valores de mercado positivos e negativos de derivados na carteira de negociação.

O banco manteve a sua base de elevada liquidez e financiamento estável e melhorou uma posição sólida de capital regulamentar, aumentando o capital. Para mais pormenores, consulte as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

Em 2017, o capital próprio dos acionistas (excluindo lucros distribuíveis) aumentou 8,3 mil milhões de euros para 53,9 mil milhões de euros, sobretudo devido a um aumento de capital de 8,0 mil milhões de euros provenientes da emissão de 687,5 milhões de novas ações ordinárias em abril de 2017.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor à Assembleia-Geral Anual que pague um dividendo de 11 cêntimos de euro por ação e que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

Demonstração de resultados

Na tabela abaixo, poderá encontrar uma descrição geral da demonstração de resultados do Deutsche Bank AG, que é seguida de mais informações sobre as rubricas individuais.

Demonstração condensada dos resultados do Deutsche Bank AG

em milhões de euros	2017	2016	Alterar em milhões de euros	Alterar em %
Rendimento de juros[1]	11 210	10 927	283	3
Rendimento corrente[2]	5 659	6 397	(737)	(12)
Rendimento de juros total	**16 869**	17 323	(454)	(3)
Gastos de juros	8 959	7 336	1 623	22
Rendimento de juros líquido	**7 910**	9 987	(2 077)	(21)
Rendimento de comissões	7 678	8 256	(578)	(7)
Gastos com comissões	1 560	1 225	334	27
Rendimento de comissões líquido	**6 118**	7 030	(912)	(13)
Resultado de negociação líquido	**2 164**	694	1 470	N/S
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º do HGB	0	0	0	N/S
Total de receitas	**16 192**	17 711	(1 519)	(9)
Salários e vencimentos	4 284	4 162	123	3
Contribuições obrigatórias para a segurança social[3]	819	1 098	(279)	(25)
Gastos com pessoal	5 103	5 260	(157)	(3)
Outras despesas administrativas[4]	8 644	9 095	(451)	(5)
Gastos administrativos	**13 747**	14 355	(608)	(4)
Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais	**(395)**	471	(867)	N/S
Provisionamento de risco	**475**	124	351	N/S
Lucros operacionais	**1 574**	3 703	(2 129)	(57)
Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários	**(312)**	(2 140)	1 828	(85)
Resultado extraordinário	**(64)**	(306)	242	(79)
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	(300)	(500)	200	(40)
Resultados antes de impostos	**898**	758	140	19
Impostos	254	476	(222)	(47)
Resultado líquido	**644**	282	362	128
Lucros transitados do ano anterior	55	165	(111)	(67)
	699	447	252	56
Alocações a reservas de receitas	**300**	0	300	N/S
– a outras reservas de receitas	300	0	300	N/S
Lucros distribuíveis	**399**	447	(48)	(11)

N/S – Não significativo
[1] De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo, créditos inscritos no registo da dívida pública e setor de leasing.
[2] De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros).
[3] Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores.
[4] Incluindo depreciação de ativos tangíveis e intangíveis.

Diminuição do rendimento de juros líquido

O rendimento de juros líquido diminuiu 2,1 mil milhões de euros para 7,9 mil milhões de euros. Isto foi sobretudo impulsionado por um resultado líquido inferior de empréstimos e títulos, deduzidos de custos de financiamento, que desceu 1,3 mil milhões de euros. O rendimento de contratos de agregação de lucros diminuiu 951 milhões de euros, enquanto outros resultados correntes subiram 214 milhões de euros.

A diminuição do resultado líquido de empréstimos e títulos de 1,3 mil milhões de euros resultou, em parte, de efeitos de compensação. O rendimento superior de empréstimos e transações do mercado monetário, com uma subida de 781 milhões de euros, foi mais do que anulado pela diminuição do rendimento de obrigações (498 milhões de euros) e por despesas de juros superiores, com uma subida de 1,6 mil milhões de euros.

O aumento noutros resultados correntes de 214 milhões de euros foi impulsionado por um rendimento superior de ações de capital (até 245 milhões de euros), enquanto o rendimento de ações em empresas afiliadas e interesses de participação desceu ligeiramente em 31 milhões de euros.

Diminuição do rendimento de comissões líquido

O rendimento de comissões líquido de 6,1 mil milhões de euros desceu 912 milhões de euros face ao ano anterior. Este desenvolvimento foi impulsionado pela maioria das componentes do rendimento de comissões. O rendimento inferior de serviços prestados a empresas do grupo, que desceu 314 milhões de euros, e comissões mais baixas no setor de títulos, que desceram 148 milhões de euros, foram os fatores mais significativos.

Resultado de negociação líquido significativamente superior

O Deutsche Bank AG apresentou um resultado de negociação líquido de 2,2 mil milhões de euros em 2017, o que representa uma subida de 1,5 mil milhões face ao ano anterior. Este aumento foi sobretudo impulsionado por ganhos em títulos e apenas parcialmente compensado por perdas em conversão cambial em moeda funcional não local.

Diminuição nos gastos com pessoal e custos operacionais

Os gastos com pessoal diminuíram 157 milhões de euros para 5,1 mil milhões de euros. Isto deveu-se sobretudo a uma redução nas despesas para pensões e outros benefícios de colaboradores de 314 milhões de euros. Como compensação parcial, os salários e vencimentos, incluindo pagamentos variáveis, subiram 123 milhões de euros.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação geográfica dos nossos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro).

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[1]	31.12.2017	31.12.2016	Alterar
Alemanha	11 444	11 840	(396)
Europa (excl. Alemanha)	9 461	9 973	(512)
Américas	2 001	2 238	(237)
África/Ásia/Austrália	6 146	6 186	(40)
Total	**29 052**	30 237	(1 185)

[1] Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes.

A diminuição no número de colaboradores na Alemanha foi proporcionada em grande medida pela reestruturação das funções de infraestrutura, sobretudo na divisão Chief Operating Office e de risco. A redução no número de colaboradores na Europa, excluindo a Alemanha, está sobretudo relacionada com o desenvolvimento no Reino Unido: As funções Asset Management e funções de serviços relacionados com o CIB passaram do Deutsche Bank AG para subsidiárias. A diminuição nas Américas deve-se sobretudo à mudança de pessoal de infraestrutura, por exemplo, Recursos humanos, para empresas de serviços.

Outros gastos administrativos (excluindo depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis) diminuíram 696 milhões de euros para 7,6 mil milhões de euros. Isto deve-se principalmente a menores despesas resultantes de encargos interempresas, com uma descida de 403 milhões de euros.

A depreciação e amortização planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascendeu a 1,1 mil milhões de euros em 2017 (2016: 831 milhões de euros). O aumento deve-se sobretudo a software adquirido e de desenvolvimento próprio.

Diminuição do saldo líquido de rendimentos/gastos operacionais

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais passou de 471 milhões de euros positivos para 395 milhões de euros negativos. Isto deveu-se sobretudo a um aumento dos gastos de juros líquidos em provisões relacionadas com pessoal (até 584 milhões de euros) e a não recorrência dos ganhos de 557 milhões de euros da fusão de uma empresa afiliada no ano anterior. Além disso, o resultado de instrumentos financeiros na carteira bancária e a conversão cambial desceram 256 milhões de euros. Os encargos líquidos inferiores relacionados com litígios compensaram parcialmente (desceram 872 milhões de euros).

Provisionamento de risco líquido superior

Em 2017, o total de provisionamento de risco, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, subiu 351 milhões de euros para 475 milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se sobretudo a resultados positivos líquidos inferiores de títulos detidos na reserva de liquidez, que desceram 622 milhões de euros, parcialmente compensados por uma diminuição do provisionamento de risco no setor de empréstimos, que desceu 271 milhões de euros. Os resultados do ano anterior da reserva de liquidez incluíam um ganho da venda de ações do Hua Xia Bank Co. Ltd. no valor de 691 milhões de euros. No provisionamento de risco de crédito, foi incluída uma imparidade de 424 milhões de euros em valores a receber internos do grupo, que foi garantida por ativos por impostos diferidos. Com a adoção da nova legislação fiscal dos Estados Unidos, conhecida como "Tax Cuts and Jobs Act" (TCJA, Lei relativa a cortes fiscais e empregos) a 22 de dezembro de 2017, o valor destes ativos por impostos diferidos foi reduzido para refletir a redução na taxa fiscal legal federal dos Estados Unidos de 35% para 21%.

Saldo líquido negativo inferior de outros rendimentos/gastos ordinários

O saldo de outros resultados e gastos ordinários ascendeu a 312 milhões de euros (2016: 2,1 mil milhões de euros). Esta diminuição foi sobretudo motivada por gastos significativamente inferiores para ajustamentos de valor de investimentos em empresas afiliadas, que desceram 3,0 mil milhões de euros. Os ganhos reduzidos da alienação de ações em empresas afiliadas compensaram parcialmente, tendo descido 1,2 mil milhões de euros.

Os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 34 milhões de euros em 2017 (2016: 64 milhões de euros).

Rendimentos e gastos extraordinários

Os rendimentos e gastos extraordinários traduziram-se num resultado extraordinário de 64 milhões de euros negativos (2016: despesas de 306 milhões de euros). Esta alteração foi principalmente motivada por uma diminuição das despesas de reestruturação.

Acréscimo ao fundo para riscos bancários gerais

O acréscimo ao fundo para riscos bancários gerais em conformidade com o artigo 340.º-G do HGB ascendeu a 300 milhões de euros (2016: acréscimo de 500 milhões de euros). O acréscimo reflete os riscos descritos na secção Riscos e oportunidades do Relatório de gestão, em particular os que se encontram listados em Considerações específicas para o Deutsche Bank AG.

Impostos

Em 2017 foi registada uma despesa com impostos de 254 milhões de euros, face a uma despesa com impostos de 476 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva para o ano em curso deveu-se sobretudo a despesas não dedutíveis para efeitos fiscais e a rendimentos isentos de impostos.

Lucro líquido

O Deutsche Bank AG registou em 2017 um lucro líquido de 644 milhões de euros após um resultado líquido de 282 milhões de euros no ano anterior.

Este resultado foi fortemente afetado por um lucro operacional inferior após o provisionamento de risco, que desceu 2,1 mil milhões de euros, que foi compensado por um aumento em outros resultados/gastos líquidos, incluindo gastos de reestruturação, até 2,1 mil milhões de euros. O efeito líquido destas alterações e acréscimos inferiores ao fundo para riscos bancários gerais de 200 milhões de euros levou a uma melhoria do lucro antes de impostos de 140 milhões de euros. Os gastos com impostos reduziram 222 milhões de euros para 254 milhões de euros. Isto levou à melhoria global dos lucros líquidos em 362 milhões de euros.

Afetação de lucros proposta

Após uma adição às reservas de proveitos de 300 milhões de euros, o lucro distribuível ascendeu a 399 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. O Banco irá propor à Assembleia-Geral Anual a afetação destes lucros distribuíveis ao pagamento de um dividendo de 11 cêntimos de euros por ação. Será ainda proposto que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados. Dependendo do número de ações em circulação à data de registo, o valor transitado será de 171 milhões de euros ou superior.

Balanço

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 1232,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. A diminuição de 140,4 mil milhões de euros, ou 10,2 %, deveu-se principalmente a alterações nos valores de mercado de derivados de negociação, sobretudo relacionadas com produtos de taxa de juro e cambiais. A contribuir também para a diminuição estiveram os valores a receber de clientes e de bancos, enquanto o aumento dos saldos junto dos bancos centrais foi parcialmente compensado.

Total de crédito concedido

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) diminuiu 33,5 mil milhões de euros, ou 11,2 %, para 266,2 mil milhões de euros. Foi concedido um total de 192,7 mil milhões de euros de crédito (uma diminuição de 22,5 mil milhões de euros) a clientes corporativos e institucionais, enquanto os empréstimos a Private & Business Clients totalizaram 10,2 mil milhões de euros (uma descida de 754 milhões de euros). Os empréstimos a bancos, relatados no total de crédito concedido, desceram 6,3 mil milhões de euros para 55,2 mil milhões de euros.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação do total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos).

em mil milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	Alterar em mil milhões de euros	Alterar em %
Créditos sobre clientes	**211,1**	238,2	(27,2)	(11,4)
com um período residual de				
até 5 anos[1]	184,8	211,6	(26,8)	(12,7)
mais de 5 anos	26,3	26,6	(0,2)	(0,9)
Empréstimos a bancos	**55,2**	61,5	(6,3)	(10,3)
com um período residual de				
até 5 anos[1]	34,0	38,6	(4,6)	(11,9)
mais de 5 anos	21,2	22,9	(1,7)	(7,5)
Total	**266,2**	299,7	(33,5)	(11,2)

[1] Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido.

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação diminuíram 28,9 mil milhões de euros para 76,4 mil milhões de euros face ao ano anterior.

Títulos

A nossa carteira de títulos (excluindo ativos detidos para negociação) diminuiu em termos globais, com as obrigações e outros títulos de rendimento fixo a registarem uma descida de 5,9 mil milhões de euros para 38,5 mil milhões de euros e as ações de capital e outros títulos de rendimento variável a registarem uma descida de 108 milhões de euros para 472 milhões de euros. A redução em obrigações e outros títulos de rendimento fixo foi sobretudo motivada por maturidades e vendas de obrigações detidas na reservas de liquidez estratégica.

Ativos detidos para negociação

Os ativos detidos para negociação ascenderam a 601,8 mil milhões de euros. Os valores de mercado positivos de derivados, sendo a maior componente, diminuíram 131,2 mil milhões de euros para 330,6 mil milhões de euros. A diminuição foi sobretudo motivada por derivados de taxa de juro que resultaram do aumento das taxas de juro, bem como de derivados de taxa de câmbio que resultaram de uma redução da volatilidade e dos fluxos de clientes.

Investimentos em empresas afiliadas

Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 488 milhões de euros para 43,6 mil milhões de euros. Os acréscimos de investimentos em empresas afiliadas ascenderam a 2,9 mil milhões de euros, em comparação com diminuições de 3,4 mil milhões de euros. A diminuição deveu-se sobretudo a diminuições de capital de 1,3 mil milhões de euros, a um impacto negativo da conversão cambial de 1,1 mil milhões e a depreciações líquidas de 677 milhões de euros. Foi sobretudo compensada por aumentos de capital no valor de 2,6 mil milhões.

Depósitos e passivos titularizados

As dívidas a bancos diminuíram 36,2 mil milhões de euros para 216,5 mil milhões de euros. Este desenvolvimento foi sobretudo atribuível a uma diminuição nos depósitos reembolsáveis à vista de 31,3 mil milhões de euros e uma diminuição nos depósitos a prazo de 4,9 mil milhões de euros.

Os depósitos de subsidiárias bancárias diminuíram 2,0 mil milhões de euros para 95,0 mil milhões de euros.

Os depósitos de clientes aumentaram 36,9 mil milhões de euros para 306,8 mil milhões de euros. O principal fator responsável por este desenvolvimento foi o aumento nos depósitos de clientes corporativos e institucionais, que aumentaram 29,0 mil milhões de euros, enquanto os depósitos do setor público aumentaram 4,4 mil milhões de euros e os depósitos de clientes de retalho aumentaram 2,8 mil milhões de euros.

As dívidas representadas por títulos diminuíram 5,8 mil milhões de euros para 100,6 mil milhões de euros. As obrigações diminuíram 9,1 mil milhões de euros, parcialmente compensadas por certificados do mercado monetário emitidos, que subiram 3,5 mil milhões de euros.

Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	Alterar em mil milhões de euros	Alterar em %
Dívidas a bancos	**216,5**	252,8	(36,2)	(14,3)
reembolsáveis à vista	96,2	127,5	(31,3)	(24,6)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	120,4	125,3	(4,9)	(3,9)
Responsabilidades para com clientes	**306,8**	269,9	36,9	13,7
depósitos de poupança	3,5	3,6	(0,1)	(2,5)
outros passivos				
reembolsáveis à vista	201,0	178,8	22,1	12,4
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	102,3	87,5	14,8	16,9
Passivo na forma de certificados	**100,6**	106,4	(5,8)	(5,4)
obrigações emitidas	90,5	99,6	(9,1)	(9,2)
outros passivos na forma de certificados	10,1	6,8	3,3	49,3
dos quais: instrumentos do mercado monetário	9,3	5,8	3,5	60,5

Os passivos subordinados desceram 393 milhões de euros para 12,1 mil milhões de euros.

Passivos detidos para negociação

Os passivos detidos para negociação totalizaram 519,9 mil milhões de euros, uma descida de 126,7 mil milhões de euros. Os valores de mercado negativos de derivados, sendo a maior componente, diminuíram 128,8 mil milhões de euros para 321,9 mil milhões de euros face ao ano anterior. Este desenvolvimento ficou a dever-se aos mesmos motivos que levaram ao aumento dos valores de mercado positivos.

Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional ascendiam a 4,8 mil milhões de euros, em comparação com 5,1 mil milhões de euros no ano anterior. A redução está relacionada com efeitos cambiais.

Capital e reservas

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG (incluindo os seus lucros distribuíveis de 399 milhões de euros) ascenderam a 54,3 mil milhões de euros, uma subida de 8,3 mil milhões de euros. O aumento deve-se sobretudo a um aumento de capital de 8,0 mil milhões de euros da emissão de 687,5 milhões de novas ações ordinárias em abril de 2017, bem como ao resultado líquido do ano. O pagamento de dividendos de 392 milhões de euros compensou parcialmente.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da lei bancária alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar, calculando esta base de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank (consultar a página 47).

Perspetivas

A economia global

Em 2018, acreditamos que o crescimento económico global irá permanecer robusto. Esperamos que o PIB mundial cresça 3,9%, valor ligeiramente superior à taxa de crescimento de 2017, apoiado pelo facto de vários países industrializados estarem perto de alcançar e manter um pleno emprego. A conjuntura económica melhorada deverá apoiar preços de ativos mais altos, especialmente para as matérias-primas. Prevê-se que a taxa de inflação global se situe nos 3,3% em 2018, 0,4% acima da taxa em 2017. Para os países industrializados, prevemos que o crescimento do PIB acelere para 2,2% e que os preços ao consumidor aumentem 1,7% em 2018. O crescimento económico nos mercados emergentes está projetado para aumentar ligeiramente para 4,9% em 2018 ao passo que a inflação nos mercados emergentes é esperada que aumente para 4,3%, face aos 3,8% em 2017.

Na área do euro, prevê-se que o crescimento do PIB permaneça nos 2,3%. Em 2018, prevê-se que a inflação permaneça abaixo dos 2%, já que o diferencial do produto diminuiu apenas lentamente. Os contratos salariais alemães poderão colocar pressão nos preços. Contudo, a inflação deve permanecer nos próximos anos. Acreditamos que o programa de compra de ativos líquidos do BCE irá terminar em 2018, e prevemos o aumento da taxa diretora do BCE em meados de 2019. Os riscos políticos podem aumentar com as eleições parlamentares italianas em março, dado que os partidos eurocéticos continuam a usufruiu de grande popularidade. No seguimento do crescimento do PIB de 2,2% em 2017, prevemos que a economia alemã registe uma expansão de 2,3% em 2018, impulsionada quase exclusivamente pela procura interna.

Nos Estados Unidos, prevê-se que o crescimento económico acelere até aos 2,9% em 2018, apoiado por modestos impulsos positivos para empresas e famílias da reforma tributária dos Estados Unidos, assim como a recente adoção da aprovação do orçamento que contempla cerca de 300 mil milhões de dólares dos Estados Unidos para os gastos discricionários adicionais nos exercícios de 2018 e 2019. Este facto, aliado aos incentivos tributários de repatriação, pode levar a uma retoma na procura, um mercado laboral mais restrito com salários potencialmente mais altos e um aumento na atividade de investimento. Isto pode conduzir a uma inflação mais alta, compensada no entanto em parte pelos aumentos antecipados das taxas de juro pela Reserva Federal em 2018. Por conseguinte, prevê-se que a taxa de inflação se mantenha ligeiramente acima dos 2%, tal como em 2017.

A taxa de crescimento da economia japonesa prevê-se que abrande para 1,2%. Prevemos que tanto o setor interno como externo contribua para o crescimento do PIB. A inflação deverá manter-se essencialmente inalterada nos 0,4%. O Banco do Japão está concentrado na gestão da curva de rendimentos e não são esperados ajustes das taxas de juro em 2018. Em 2018, prevê-se que o crescimento económico nos mercados emergentes suba ligeiramente para os 4,9%, e que na Ásia (excluindo Japão) seja de 6,0%. Espera-se que a inflação nos mercados emergentes suba para os 4,3%, face aos 3,8% em 2017. Em 2018, prevê-se que a economia chinesa abrande moderadamente para os 6,3%, a taxa de crescimento mais baixa desde 1990. Prevê-se que o abrandamento seja motivado por políticas governamentais de encorajamento de um processo de desalavancagem. Prevê-se a continuação do estreitamento das políticas monetárias, fiscais e imobiliárias chinesas em 2018. Prevê-se que a inflação suba para os 2,7%.

A incerteza nas nossas previsões globais permanece relativamente alta dado que o mapa de valores dos riscos globais se manteve mais ou menos inalterado desde 2017. Uma recessão antecipada nos Estados Unidos devido a alterações na estrutura da curva de rendimentos, movimentos populistas na Europa, assim como os riscos geopolíticos, principalmente no Médio Oriente poderão ter um efeito substancialmente adverso nas nossas previsões. Adicionalmente, quanto muito com um negócio transicional a curto prazo, os riscos da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) poderão não se dissipar facilmente nem rapidamente. Contudo, se algum destes riscos se materializar, prevemos que o impacto na economia e nos mercados financeiros seja inferior ao dos anos anteriores, dado que o momento económico mais alto deverá ter um efeito atenuante. Os riscos de inflação que permaneceram contidos durante vários anos voltaram a aparecer e representam um sério risco económico. Uma retoma mais rápida do que o esperado pode surpreender os mercados e levar a uma acentuada fixação de novos preços das expetativas de aumento das taxas dos bancos centrais, o que pode ser disruptivo para os ativos de risco – semelhante ao taper tantrum de 2013 ativado pela comunicação da Reserva Federal dos Estados Unidos na altura. Na China, o arrefecimento do mercado da habitação devido à desalavancagem poderá ter um impacto no crescimento económico. Prevemos uma menor restritividade de políticas em meados de 2018 para apoiar o crescimento. Contudo, se a inflação aumentar substancialmente, a economia chinesa poderá abrandar e penalizar o crescimento global.

O setor bancário

Para a atividade bancária, prevemos a continuação do crescimento económico síncrono no mundo em 2018, o que deverá resultar numa conjuntura favorável em todos os segmentos de negócio. Mais importante ainda, os níveis de atividade nos mercados de capitais melhoraram recentemente e os principais indicadores como a volatilidade aumentaram de níveis historicamente baixos e prevê-se que continuem a normalizar em 2018. Adicionalmente, o ciclo do estreitamento regulatório substancial no seguimento da crise financeira está largamente a chegar ao fim com a conclusão do Acordo-Quadro Basileia III e a implementação da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF II) e a diretiva revista relativa aos serviços de pagamento (DSP II) na Europa, e prevê-se que os bancos beneficiem de maior clareza regulamentar resultante em 2018. A estabilidade no quadro regulamentar irá permitir uma planificação mais adequada no que diz respeito aos requisitos de capital e atratividade económica de várias linhas de negócios. A maior incerteza para a indústria tem a probabilidade de originar de ações de políticas pelos bancos centrais importantes que podem terminar os seus programas de compra de ativos, assim como uma normalização adicional das taxas de juro nos Estados Unidos, que terá provavelmente um impacto significativo tanto nos mercados de capitais como no mercado de crédito. Adicionalmente, o impacto contínuo da tecnologia na atividade bancária irá continuar a ser um tema em 2018 e para além disso, irá apresentar tanto desafios como oportunidades.

Na área do euro, a perspetiva para proveitos mais altos dos mercados de capitais e crescimento dos empréstimos é favorável, o que pode refletir largamente boas condições económicas continuadas e níveis de volatilidade mais altos nos mercados de capitais. Para as famílias, prevê-se a continuação da recuperação recente nos empréstimos graças à perspetiva favorável para o mercado laboral. No caso das empresas, as taxas de juro baixas e o maior crescimento económico e confiança irão provavelmente apoiar o crescimento no financiamento tanto através de atividades de empréstimos como dos mercados de capitais. O maior risco a curto prazo para a área do euro consiste num "duro" Brexit no qual o Reino Unido sai da União Europeia sem que um acordo transicional ou final seja celebrado a clarificar o acesso futuro do Reino Unido ao mercado único europeu. Não obstante, os bancos irão provavelmente observar o crescimento do resultado líquido e proveitos em 2018 como resultado do cenário macroeconómico favorável.

Os bancos alemães podem esperar um crescimento nos empréstimos e depósitos, tanto para os clientes de retalho como corporativos, bem como uma continuação das provisões de risco de crédito extremamente baixas. Não obstante, a pressão sobre as margens das taxas de juro líquidas proveniente das taxas de juro baixas irá provavelmente continuar em 2018, o impacto da qual será compensado em parte pelo crescimento de volume.

Nos Estados Unidos, a expetativa é que a conjuntura de negócios favorável para os bancos irá permanecer. Uma economia robusta dos Estados Unidos e o potencial para outras ações para facilitar a regulamentação nos bancos dos Estados Unidos irão apoiar o crescimento do resultado líquido e proveitos atuais na banca, mercados de capitais e gestão de ativos. Prevê-se que as margens das taxas de juro líquidas para os bancos dos Estados Unidos beneficiem de mais decisões por parte da Reserva Federal para aumentar a respetiva taxa de referência, apesar de se esperar também que as provisões de risco de crédito extremamente baixas aumentem de forma moderada.

No Japão, o abrandamento esperado no crescimento económico e o final das medidas extraordinárias da política monetária podem resultar numa acalmia do crescimento de depósitos e empréstimos. Na China, prevê-se que os riscos de uma bolha da dívida do setor privado aumentem ainda mais, apesar de o governo permanecer seguro no seu empenho e capacidade de suavizar perturbações graves.

As revisões do Comité de Basileia para as abordagens de modelação dos RWA (“Acordo-Quadro Basileia III”) terminaram no final de 2017. Isto concluiu uma das mais importantes revisões dos requisitos regulamentares após a crise financeira. Em 2018, o enfoque irá passar para o início de um processo multianual esperado de implementação do quadro regulamentar na legislação da União Europeia. À medida que o processo de implementação do Acordo-Quadro Basileia III começar a nível mundial, permanece o risco de que a implementação difira entre as várias jurisdições e que resulte em impactos inconsistentes em várias regiões.

Na Europa, as implicações do Brexit devem tornar-se mais claras no decurso de 2018, com os políticos no Reino Unido e de outros membros da União Europeia a centrarem-se num acordo sobre o período de transição até ao final do primeiro trimestre de 2018 e na versão preliminar de um tratado de retirada, devendo estar pronto para ratificação em outubro. Uma maior clareza sobre a futura relação entre o Reino Unido e os outros membros da União Europeia deverá ter um efeito positivo nos bancos que operam na região, dado que a incerteza é retirada da equação. Ao mesmo tempo, deverá haver desenvolvimentos no sentido de um acordo político relativamente às rubricas regulamentares pendentes mais importantes, incluindo atualizações no CRR, revisões da ESA e EMIR, que deverão proporcionar mais clareza sobre os requisitos regulamentares para os bancos na Europa a médio prazo.

O Deutsche Bank

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de

lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas que se seguem englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo.

O Grupo Deutsche Bank

Em março de 2017, anunciámos uma estratégia atualizada que incluiu alterações na estratégia de negócios do banco, um aumento de capital e atualizações nos nossos objetivos financeiros. Para os custos ajustados, definimos objetivos para 2018 e 2021, respetivamente, para os quais fornecemos uma atualização no parágrafo relativo aos custos ajustados a seguir. Os nossos restantes indicadores-chave de desempenho que pretendemos alcançar a longo prazo, em consonância com um banco mais simples e mais seguro. Em 2018, iremos continuar a executar a nossa estratégia e temos por objetivo melhorar a rentabilidade e as margens. A gestão de custos irá continuar a ser de extrema importância para a nossa estratégia e tencionamos intensificar os nossos esforços a este respeito em 2018.

Os nossos indicadores-chave de desempenho são mostrados na tabela que se segue:

Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2017	KPI alvo
Rácio CRR/CRD IV Common Equity Tier 1 (fully loaded)[1]	14,0%	confortavelmente acima de 13,0%
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV em conformidade com regras transitórias (integração progressiva)[2]	4,1%	4,5%
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos)[3]	(1,4) %	cerca de 10,0%
Custos ajustados[4]	23,9 mil milhões de euros	2018: cerca de 22 mil milhões de euros 2021: cerca de 21 mil milhões de euros

[1] O rácio Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV fully loaded representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
[2] Mais pormenores sobre o cálculo do rácio de alavancagem CRR/CRD IV em conformidade com regras transitórias (base de integração progressiva) encontram-se no Relatório de Risco.
[3] Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. O cálculo para o exercício de 2017 baseia-se numa taxa de imposto efetiva de (160)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.
[4] Custos ajustados são gastos operacionais, excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

Em 2018, prevemos ligeiros aumentos em RWA, nomeadamente resultantes de risco operacional, alterações de metodologia, inflação regulamentar e crescimento de negócios selecionados. No final do exercício de 2018, prevê-se que o nosso rácio CRR/CRD IV Common Equity Tier 1 (fully loaded) se situe acima dos 13%, e que o nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva) permaneça acima dos 4%.

Para 2018, esperamos que os proveitos sejam superiores aos de 2017. A perspetiva reflete a nossa expetativa de uma forte conjuntura macroeconómica, dado que é esperado que as economias globais tenham um bom desempenho. Antecipamos um crescimento acima da tendência nos Estados Unidos e na área do euro. As perspetivas de normalização das taxas de juro preparam o palco para um melhoramento nos proveitos. Esperamos mais aumentos de taxas nos Estados Unidos e um programa de compra de ativos líquidos do BCE para terminar em 2018. É provável que a volatilidade do mercado aumente, o que permitirá o regresso de atividades de negociação nos mercados financeiros a níveis mais normais.

Estamos empenhados em trabalhar para concretizar o nosso objetivo de 10% de rendibilidade do capital próprio tangível médio (após impostos), num ambiente normalizado e com base na consecução dos nossos objetivos de custos. A implementação bem-sucedida em curso da nossa estratégia, incluindo a reestruturação de vários dos nossos negócios e a implementação de um programa de redução de custos, continua a ser central para alcançar esse objetivo. Prevemos atualmente um melhoramento moderado na nossa rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) em 2018, refletindo largamente uma perspetiva melhorada para proveitos e melhoramentos esperados dos custos ajustados, apesar da nossa expetativa de que os custos de crédito e despesas de litígio tenham a probabilidade de aumentar em 2018 e os custos de reestruturação de permanecerem em níveis semelhantes a 2017.

Em março de 2017, anunciámos um objetivo de custos ajustados de cerca de 22 mil milhões de euros para 2018, incluindo cerca de 900 milhões de euros de poupança de custos planeada através das alienações de negócios. Apesar de termos feito progressos nas alienações planeadas, algumas delas foram atrasadas ou alguns casos até mesmo suspensas. Como resultado, não prevemos atualmente que a poupança de custos planeada de 900 milhões de euros se materialize em 2018. Para além disso, prevemos custos mais altos decorrentes do Brexit e da implementação da DMIF II em 2018. Adicionalmente, foram adiadas algumas das sinergias de custos previstas de se materializarem em 2018 decorrentes da fusão do Postbank na nossa entidade bancária alemã, dado que esta fusão só tem conclusão prevista no segundo trimestre de 2018. Prevê-se que essas poupanças sejam realizadas em 2019. Não obstante, temos vindo a tomar medidas adicionais para compensar estes impactos e beneficiar também das atuais taxas cambiais nos nossos custos reportados relativos aos nossos pressupostos anteriores. Por conseguinte, prevemos agora que os nossos custos ajustados em 2018 sejam de aproximadamente 23 mil milhões de euros, o que reflete o

nosso objetivo original de 22 mil milhões de euros acrescido do impacto do custo das alienações de negócios adiadas ou suspensas. Visamos uma futura redução nos nossos custos ajustados nos exercícios até 2021. No entanto, este objetivo depende em parte da nossa capacidade de executar as alienações de negócios supramencionadas de forma bem-sucedida e dentro dos limites temporais planeados.

Visamos um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores. Estes pagamentos de dividendos estão sujeitos à nossa capacidade de manutenção de níveis suficientes de lucros distribuíveis ao abrigo das nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com as regras contabilísticas alemãs (HGB) para o exercício de 2018.

Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em litígios, arbitragem e processos regulamentares e investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a várias incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades a curto prazo neste contexto de contencioso e execução. As despesas de litígio em 2017 foram relativamente baixas como resultado dos nossos esforços bem-sucedidos na resolução de várias questões abaixo das provisões estimadas. Para 2018, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígios está sujeita a muitas incertezas, prevemos que estas sejam significativamente mais altas do que em 2017, mas bem abaixo dos níveis elevados observados nos últimos anos.

Os nossos segmentos de negócio

Corporate & Investment Bank (CIB)

Os objetivos do segmento CIB são para fornecer cobertura de clientes integrada para a nossa oferta de produtos e serviços de transações bancárias e de investimento para clientes corporativos e institucionais e gerando, assim, uma rentabilidade atrativa para os nossos acionistas. Para 2018, prevemos que os proveitos do segmento Corporate & Investment Bank sejam mais altos face a 2017, já que a conjuntura de negócios em 2017 foi muito desafiante, com níveis de volatilidade persistentemente baixos e atividade lenta de clientes. Para 2018, prevemos um aumento nos níveis de volatilidade, que devem impulsionar uma maior atividade de clientes, auxiliando assim a geração de receitas na Sales & Trading. O segmento CIB está também focado no revigoramento da respetiva franquia trazida pelos clientes através de uma cobertura mais eficaz e fez progressos na contratação seletiva para agarrar oportunidades-chave. Permanecemos focados no aumentar da quota de mercado nos segmentos regionais e de produto-alvo.

Prevemos que os proveitos da Fixed Income and Currencies (FIC) da Sales & Trading sejam mais altos em 2018 face a 2017, principalmente motivados pelo crescimento nos proveitos do mercado cambial, mercados emergentes (Emerging Markets) e taxas (Rates). No início de 2018, a volatilidade do mercado aumentou significativamente devido a preocupações sobre a inflação e o aumento das taxas de juro nos Estados Unidos. No passado, tais períodos de maior volatilidade conduziram a um aumento dos níveis de atividade dos clientes nos mercados financeiros. A potencial divergência na conjuntura global das taxas de juro (com mais aumentos previstos nos Estados Unidos) devem fornecer um maior apoio no crescimento de receitas na unidade das taxas (Rates). Prevemos que as receitas da Sales & Trading (ações) sejam mais altas em 2018 face 2017, motivadas por derivados de ações (Equity Derivatives) e financiamento especial (Prime Finance). Os saldos de clientes em financiamento especial (Prime Finance) recuperaram para os níveis anteriores a setembro de 2016 e prevê-se que conduzam a um crescimento de receitas em 2018, ao passo que se espera que as contratações-chave na nossa área de negócios Equity (capital próprio), que entraram no segundo semestre de 2017, melhorem as receitas. Não obstante, prevê-se que as contrariedades tais como encargos de financiamento mais altos, pressão regulamentar sobre os recursos e o potencial impacto dos eventos geopolíticos permaneçam como desafios.

Em vigor em 2018, os planos do segmento CIB de reportar os proveitos relativos ao financiamento baseado em ativos e nos imóveis comerciais, anteriormente reportados Financiamento, Sales & Trading FIC. Os proveitos relativos a outras atividades de financiamento, em particular os proveitos relativos a empréstimos com grau de investimento serão relatados em Outros produtos. Prevemos que as receitas de Financiamento sejam ligeiramente mais baixas em termos homólogos devido a receitas mais baixas provenientes de empréstimos com grau de investimento, ao passo que se prevê que as receitas provenientes de financiamento baseado em ativos e móveis comerciais não demonstrem oscilações. As nossas carteiras de financiamento devem continuar a fornecer níveis estáveis de receitas de valor escriturado em 2018; no entanto, prevê-se que os encargos de financiamento permaneçam elevados a curto prazo.

Prevemos que as receitas da área de geração e consultoria sejam mais altas em 2018 em termos homólogos com volumes das comissões de mercado a continuarem favoráveis, apesar de abaixo dos níveis máximos de 2017. Esperamos fazer crescer a quota de mercado, motivada por uma recuperação na área de geração de ações a partir da alteração do foco da cobertura dos nossos clientes, assim como receitas da área de consultoria mais altas, que também prevemos que cresçam devido a um número significativo de mandatos anunciados no quarto trimestre de 2017, e cobertura melhorada, em particular das transações de M&A transfronteiriças.

Prevemos que as receitas da GTB em 2018 sejam ligeiramente mais altas do que em 2017. Prevê-se que as receitas de Trade Finance e Securities Services sejam mais altas e as receitas de Cash Management ligeiramente mais altas, face a um cenário macroeconómico favorável, assim como um aumento nas taxas de juro. Contudo, prevê-se que a pressão sobre as margens continue.

Mantemo-nos empenhados em reduzir os custos no segmento CIB e em promover a eficiência da plataforma, melhorando simultaneamente a conformidade regulamentar, controlo e conduta. Prevê-se que os gastos operacionais (excl. juros) para 2018 se mantenham essencialmente inalterados, com custos ajustados mais baixos compensados por um aumento dos gastos não operacionais. A área de litígios continua a ser incerta no que se refere tanto ao custo como à temporização. Para 2018, prevemos atualmente que os RWA no segmento CIB se mantenham essencialmente inalterados, dado que as reduções nos ativos do negócio (incluindo a carteira antiga) irão compensar em parte a pressão das alterações de metodologia e o aumento dos RWA para risco operacional. Iremos manter-nos concentrados na conformidade regulamentar, na melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema e no controlo e conduta.

Os riscos para as nossas perspetivas incluem o impacto da implementação da DMIF II em 2018, os potenciais impactos no nosso modelo de negócio resultantes do Brexit, do impacto futuro do Acordo-Quadro Basileia III e da reforma tributária nos Estados Unidos. A incerteza à volta das políticas de bancos centrais e os atuais desenvolvimentos regulamentares também colocam um risco, ao passo que os desafios tais como riscos de evento e níveis de atividade de clientes poderão também afetar os mercados financeiros. Apesar disto, acreditamos que a execução continuada das prioridades estratégicas anunciadas irá colocar-nos numa posição favorável para capitalizar oportunidades futuras.

Private & Commercial Bank (PCB)

O objetivo do segmento PCB é fornecer aos seus clientes particulares, corporativos e de gestão de património uma gama alargada de produtos, desde serviços bancários convencionais ao aconselhamento em matéria de financiamento e investimento individual, e proporcionar uma rentabilidade atrativa aos nossos acionistas. A oferta de produtos é apoiada por uma rede global, fortes mercados de capitais e serviços digitais inovadores e conhecimentos especializados sobre financiamento. Nos nossos negócios alemães, o nosso enfoque em 2018 será a integração da unidade de negócio PCC e o Postbank. Estamos pois a criar o maior banco privado e comercial no nosso mercado interno alemão com mais de 20 milhões de clientes. A PCC International concluiu em dezembro de 2017 um acordo de venda de uma grande parte do nosso negócio de banca de retalho na Polónia e celebrar essa transação será o enfoque em 2018. Para além disso, iremos continuar a transformar os nossos negócios nas nossas restantes sucursais internacionais. Na área Wealth Management, a nossa ênfase será a de transformar mais e fazer crescer a nossa franquia. Isto inclui a implementação da integração anunciada do negócio de clientes particulares da Sal. Oppenheim no nosso negócio alemão e a continuação da expansão em mercados de crescimento importantes como o da Ásia, das Américas e da EMEA. Adicionalmente, iremos continuar a investir as capacidades digitais em todas as áreas de negócio.

As nossas receitas em 2017 beneficiaram de rubricas específicas materiais, as quais prevemos que não se repitam na mesma magnitude em 2018. Este efeito deve ser amplamente compensado pelo crescimento nos rendimentos de serviços e comissões, de tal forma que prevemos que os resultados apresentados em 2018 se mantenham essencialmente inalterados face a 2017. As margens no negócio de depósitos irão continuar a ser negativamente afetadas pela conjuntura de taxas de juro baixas. Contudo, assumimos que iremos ser capazes de compensar isto com receitas de empréstimos mais elevadas, de modo a que o rendimento de juros líquido deva permanecer essencialmente inalterado face a 2017.

Projetamos ativos sob gestão para crescer ligeiramente em 2018, motivados principalmente pela nossa estratégia de crescimento em regiões-chave da Wealth Management. Também assumimos que os nossos ativos ponderados pelo risco serão ligeiramente mais altos do que no final de 2017 devido à nossa estratégia de crescimento nos negócios de empréstimos.

Em 2018, prevê-se que a provisão para perdas de crédito seja ligeiramente mais alta do que em 2017, pois beneficiou de fatores específicos, incluindo uma libertação material no Postbank. Também antecipamos um aumento em linha com a nossa estratégia de crescimento nos negócios de empréstimos, e uma introdução da IFRS 9 deverá aumentar a volatilidade da provisão para perdas de crédito face aos exercícios anteriores.

Assumimos que os gastos operacionais (excl. juros) em 2018 serão ligeiramente mais baixos em 2017, que incluiu os gastos consideráveis de reestruturação para a integração do Postbank. A base de custos ajustados deverá manter-se essencialmente inalterada em 2018. Prevê-se que as poupanças adicionais das medidas iniciadas de reestruturação sejam compensadas por custos de investimento mais altos, em particular para a integração do Postbank, mas também para investimentos adicionais na digitalização, a transformação atual da PCC International e Wealth Management, assim como os efeitos inflacionários.

As incertezas que podem afetar a situação dos nossos resultados em 2018 incluem um crescimento económico mais lento nos principais países em que operamos, qualquer outra diminuição nas taxas de juro a nível global e uma volatilidade mais lata do que o esperado nos mercados acionistas e de crédito, que pode ter um impacto negativo nas atividades de investimento dos nossos clientes. A implementação dos requisitos regulamentares alargados, tais como DMIF II e DSP II, assim como os possíveis atrasos na implementação dos nossos projetos estratégicos podem ter um impacto negativo na nossa base de proveitos e custos.

Deutsche Asset Management

A Deutsche AM continua a ser um negócio essencial para o Deutsche Bank. Desde o anúncio em março de 2017 de que tencionamos dedicar-nos a uma oferta pública inicial parcial da Deutsche AM, fizemos progressos consideráveis no sentido deste objetivo. Os argumentos da oferta pública inicial parcial são o desbloquear do potencial de negócio ao promover uma maior autonomia. Como um gestor de ativos autónomo, iremos apresentar a marca DWS aos nossos negócios globais e melhorar o nosso perfil externo. A integração dos parceiros de infraestruturas irá permitir-nos conseguir novas eficiências operacionais ao longo da plataforma, incluindo melhoramentos de processo para reduzir os custos e melhorar a experiência do cliente.

Acreditamos que as várias capacidades de investimento e a incapacidade operacional pendente da Deutsche AM colocam-nos numa boa posição para abordar os desafios da indústria e captar oportunidades. Em 2018, antecipamos amplamente mercados positivos de ações, com base no crescimento económico síncrono global e mercados de crédito estáveis. Os riscos estão no entanto a aumentar através das avaliações elevadas, duma redução moderada no estímulo da política monetária e das incertezas políticas continuadas. Prevemos que o crescimento nas economias desenvolvidas se mantenha saudável, enquanto os mercados emergentes continuam a crescer a uma taxa mais rápida. Espera-se que estas tendências afetem a apetência dos investidores pelo risco e, possivelmente, afetem também as comissões de gestão e os fluxos de ativos. Ao antecipar e responder às necessidades do investidor, a Deutsche AM aspira a ser um parceiro de investimento da escolha da nossa base de clientes global.

A médio prazo, prevê-se que os ativos globais da indústria sob gestão aumentem substancialmente, motivados por fortes fluxos líquidos nas estratégias passivas, soluções multiativos e alternativas, dado que os clientes procuram cada vez mais a melhore relação qualidade/preço, transparência e produtos orientados para o resultado. Estamos otimistas de que estas tendências de crescimento na indústria irão favorecer as nossas capacidades nos ,produtos passivos investimentos alternativos, produtos ativos da próxima geração e soluções multiativos, áreas de produtos onde acreditamos que podemos fazer crescer a quota de mercado. As nossas capacidades digitais estão a abrir-nos também novos canais para a distribuição de produtos e serviços. Contudo, prevemos que os resultados de nível inferior continuem a ser postos em causa pela compressão de comissões, aumento de custos da dinâmica regulamentar e competitiva. Perante este desafio, tencionamos focar as nossas iniciativas de crescimento em produtos e serviços em que nos possamos distinguir, mantendo ao mesmo tempo uma base de custos disciplinada.

Em 2018, tencionamos levar a cabo investimentos seletivos na cobertura de clientes e nas capacidades digitais e produtos. Isto é conjugado com os ganhos de eficiência antecipados de uma análise da plataforma operacional em toda a organização de apoio aos negócios com o objetivo de simplificar as operações de negócios para melhorar o serviço de clientes, controlos do negócio e a eficiência.

Em 2018, prevemos que as receitas sejam ligeiramente inferiores a 2017, atribuível em grande parte a um desempenho significativamente mais baixo e a comissões de transações, refletindo a natureza periódica do reconhecimento de comissões de desempenho de fundos e outras receitas significativamente mais baixas, motivadas pela não-recorrência da recuperação de seguros e pelo impacto da atividade de alienação que teve lugar em 2017. Para o exercício de 2018, prevemos ativos ligeiramente mais altos sob gestão, motivados pelas entradas líquidas e perspetiva favorável de mercado. Em 2018, prevemos fluxos líquidos, especialmente para produtos em caixa e de seguros, para permanecer volátil. Adicionalmente, antecipamos saídas líquidas motivadas pela reforma tributária dos Estados Unidos recentemente implementada. Prevê-se que as comissões de gestão se mantenham essencialmente inalteradas, motivadas por entradas líquidas e desempenho mais forte, atenuadas em parte pela compressão das margens. A Deutsche AM tenciona gerir cuidadosamente a respetiva base de custos com medidas de eficiência, compensando as iniciativas de crescimento. O impacto das alienações dos negócios não estratégicos em 2017, assim como uma diminuição significativa nos custos de separação, prevê-se que resultem em custos ajustados ligeiramente inferiores.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem o ritmo do crescimento dos fluxos líquidos globais, evolução do mercado acionista, movimentos de divisas, taxas de juro, exposição ao crescimento macroeconómico global e os desenvolvimentos políticos incluindo o Brexit, assim como a incerteza política continuada a nível global. Adicionalmente, os custos regulamentares não previstos e os possíveis atrasos na implementação das nossas medidas de eficiência devido às restrições jurisdicionais podem ter um impacto adverso na nossa base de custos.

Riscos e oportunidades

Refletimos nas nossas Perspetivas os riscos e oportunidades que acreditamos serem suscetíveis de ocorrer. A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas perspetivas.

As nossas aspirações estão sujeitas a vários fatores externos e internos. Em particular, a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas pode ser afetada de forma adversa pelas capacidades reduzidas de geração de receitas de alguns dos nossos negócios essenciais na conjuntura atual macroeconómica e de mercado difícil, os obstáculos contínuos colocados pelas reformas regulamentares e/ou os efeitos sobre nós das nossas ações judiciais e processos regulamentares.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com a expetativa nas nossas Perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

Os níveis continuamente elevados de incerteza política podem ter consequências imprevisíveis para o sistema financeiro e para a economia em geral e podem contribuir para um desenrolar de aspetos relacionados com a integração europeia, conduzindo, potencialmente, a declínios nos níveis de negócio, depreciações de ativos e perdas nos nossos negócios. A nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

O impacto macroeconómico global da decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia, que dependerá da resposta política europeia ao Brexit, é difícil de prever. Em geral, esperamos um período prolongado de incerteza relativamente ao estatuto futuro do Reino Unido na UE. Por conseguinte, espera-se a persistência de investimento mais débil e crescimento económico mais lento durante as negociações para a saída do Reino Unido. Em consequência, iremos monitorizar de perto os desenvolvimentos e o seu impacto no nosso modelo de negócio e operacional. Isto poderá exigir assumir imparidades em ativos.

Poderá ser-nos exigido o reconhecimento de imparidades nas nossas exposições à dívida soberana de países europeus e de outros países, à medida que a crise da dívida soberana europeia se reacenda. Os swaps de risco de incumprimento que contratámos para gerir o risco de crédito soberano podem não se encontrar disponíveis para compensar estas perdas.

As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa os nossos proveitos e lucros, bem como a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas.

A nossa capacidade de alcançar o objetivo de custos ajustados depende em parte se somos capazes de executar as alienações de negócios planeados de forma bem-sucedida e dentro dos limites temporais planeados. Tais alienações planeadas podem, contudo, ser adiadas ou o âmbito dos ativos a ser alienados pode mudar ou a respetiva execução pode ser tornar-se impraticável devido a condições de mercado, negociações com as partes interessadas e discussões com os órgãos reguladores locais.

Os custos diretos e os impactos no negócio relacionados descritos nesta secção e na nossa Perspetiva, caso sejam significativamente superiores ao que esperamos atualmente, teriam um impacto no cálculo dos "elementos disponíveis para distribuição" (ADI) para o Deutsche Bank AG, que constitui a base da capacidade de pagamento nos nossos títulos Tier 1 adicionais (AT1). Se os resultados autónomos da Deutsche Bank AG em conformidade com as regras contabilísticas alemãs em conformidade do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch, “HGB”) não proporcionarem ADI suficientes, isso terá impacto na nossa capacidade de realizar distribuições nos nossos instrumentos AT1. Isso poderá levar a custos de financiamento mais elevados e afetar negativamente as perceções de mercado em relação ao Deutsche Bank nos mercados, com efeitos potencialmente adversos nos nossos resultados de operações e situação financeira. Tais impactos poderão colocar também pressão adicional sobre os nossos rácios de capital, liquidez e outros rácios regulamentares. Adicionalmente, se não reportarmos níveis suficientes de lucros distribuíveis sob as nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com o HGB, isso terá impacto na nossa capacidade de pagar dividendos.

Uma redução na nossa notação de crédito pode afetar os nossos custos de financiamento e atividades comerciais, embora não nos seja possível prever se tal virá a acontecer ou qual a extensão desse efeito.

Reformas regulamentares e análises de supervisão

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário, irão impor-nos custos materiais, criar incertezas significativas para nós e podem afetar adversamente os nossos planos de negócios, assim como a capacidade de executarmos os nossos planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial em geral. Outras reformas reguladoras, tais como taxas bancárias, também podem aumentar materialmente os nossos custos operacionais previstos. As reformas reguladoras, em termos de medidas de resolubilidade ou resolução, também podem afetar os nossos acionistas e credores.

Os órgãos reguladores podem também impor sobretaxas de capital, por exemplo, como resultado do Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), para refletir os riscos adicionais colocados pelas deficiências na nossa conjuntura de controlo. Em casos extremos, podem até suspender a nossa permissão para operar nas respetivas jurisdições. Para além disso, a implementação de controlos melhorados pode resultar em custos de conformidade regulamentar que pode atenuar ou exceder os ganhos de eficiência. Os órgãos reguladores podem discordar da nossa interpretação de requisitos regulamentares específicos quando as matérias interpretativas são discutidas como parte do nosso diálogo regulamentar contínuo ou no contexto de exames de supervisão. As alterações nas interpretações das regras podem ter um impacto material no tratamento de posições dos objetivos regulamentares do Pilar 1. De forma semelhante, as interpretações em evolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o regulamento relativo a requisitos de capital pode ter um impacto negativo nos nossos rácios de capital regulamentar, alavancagem e liquidez. Por exemplo, em 6 de outubro de 2017, a EBA publicou uma nova orientação interpretativa sobre o tratamento de produtos de fundos garantidos que, se determinados a serem aplicados na gama completa de fundos garantidos e esquemas de poupança de fundos garantidos, incluindo o principal esquema privado de pensões patrocinado pelo governo na Alemanha, pode ter um impacto material sobre o nosso rácio de alavancagem e de capital regulamentar.

Ações judiciais, tributárias e processos regulamentares

Estamos sujeitos a um conjunto de ações judiciais, inspeções fiscais e investigações regulamentares, cujo resultado é difícil de estimar e que podem afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspetivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, incluindo em relação ao risco de mercado, crédito, liquidez e operacional, estes poderão não ser totalmente eficazes na mitigação das nossas exposições ao risco, em todos os contextos económicos de mercados ou face a todos os tipos de risco, incluindo riscos que não tenhamos identificado ou previsto.

Estratégia

Se não conseguirmos implementar com êxito a nossa estratégia, que também está sujeita aos fatores anteriormente mencionados, podemos não conseguir alcançar os nossos objetivos financeiros, ou poderemos incorrer em perdas ou baixa rentabilidade ou erosão da nossa base de capital, e a nossa situação financeira, os resultados de operações e a cotação da ação podem ser afetados de forma significativa e adversa.

Digitalização

A digitalização oferece novos concorrentes, tais como as oportunidades de entrada de mercado da FinTech e prevemos que os nossos negócios tenham uma necessidade aumentada de investimento nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado. Adicionalmente, com níveis crescentes de digitalização, os ataques cibernéticos podem levar a perda de dados ou falhas tecnológicas, quebras na segurança, acessos não autorizados, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade de serviços. Qualquer destes eventos pode envolver-nos em litígios ou fazer-nos sofrer perda financeira, disrupção das nossas atividades comerciais, responsabilidades para com os nossos clientes, intervenção governamental ou dano para a nossa reputação.

Considerações específicas para o Deutsche Bank AG

Para o Deutsche Bank AG enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, existem riscos adicionais em relação ao plano do Grupo com base nas IFRS, no qual determinadas transações num determinado ano conduzem a perdas mais elevadas ou lucros mais baixos num determinado ano do que nas demonstrações financeiras do Grupo. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, restruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º 2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura persistente de taxas de juro baixas e a despesa de cupões nos instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.
- Se os cupões AT1 não puderem ser pagos devido a itens distribuíveis disponíveis insuficientes, ao abrigo do HGB num determinado ano, isto poderá resultar em custos de financiamento mais elevados para o Deutsche Bank AG.

Além disso, existe o risco de que, de forma diferente do passado, os proveitos ou lucros não distribuídos das empresas afiliadas não permitam pagamentos de dividendos suficientes para cobrir completamente as perdas reconhecidas no Deutsche Bank AG.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como o crescimento do PIB, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como CET 1 e o rácio de alavancagem.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas e lucros. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

Estratégia

A nossa estratégia procura transformar-nos numa organização mais simples e mais eficiente, menos arriscada, mais bem capitalizada e mais bem gerida. A implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações.

Brexit

A saída do Reino Unido da União Europeia pode tornar-se numa fonte de vantagem competitiva para o banco porque irá deixar o Deutsche Bank como um de uma mão cheia de bancos baseados na União Europeia de relevância global, que disponibiliza uma gama completa de produtos bancários de investimento e corporativos.

O Deutsche Bank pode ser capaz de beneficiar desta posição única, tornando-se claro diferenciador competitivo com os nossos clientes. Além disso, a infraestrutura pré-existente baseada na União Europeia do Deutsche Bank pode tornar a transição para o Brexit mais fácil para os nossos clientes do que com alguns dos nossos concorrentes.

Alteração regulamentar

A alteração regulamentar pode também ser uma oportunidade, conduzindo fluxos de receitas incrementais e alterando potencialmente o ambiente competitivo a favor do Deutsche Bank.

A DMIF II, por exemplo, pode beneficiar o Deutsche Bank, dado a nossa cobertura de pesquisa de primeira linha e elevada qualidade. Por comparação, alguns dos nossos concorrentes poderão ter de reduzir como resultado da DMIF II. Alguns dos nossos concorrentes poderão ter de reduzir a respetiva presença ou mesmo de se retirar do mercado. Isto cria uma oportunidade para ganhar quota de mercado dado o empenho do Deutsche Bank de fornecer aos nossos clientes uma cobertura de serviços e de produtos ampla mas aprofundada.

Digitalização

A digitalização oferece às nossas divisões uma oportunidade para ganhos de eficiência significativos. Ao investir nas aplicações digitais, tais como autoembarque digital de clientes, os processos em toda a linha podem ser automatizados e a produtividade dos colaboradores com contacto com clientes pode ser aumentada. A digitalização irá também resultar em modos mais flexíveis para os nossos clientes para tirar proveito de serviços e produtos no local e hora escolhidos por eles. Em combinação com o nosso alto nível de conhecimento especializado em segurança de dados, estes fatores podem ajudar-nos a fortalecer a nossa posição de mercado existente e ganhar quota de mercado adicional.

Considerações específicas para o Deutsche Bank AG

Para o Deutsche Bank AG enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, existem oportunidades adicionais comparativamente com o plano do Grupo baseado nas IFRS em que determinadas transações são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS num determinado ano.

Além disso, existe a possibilidade de que o Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe apresente lucros mais altos num determinado ano em comparação com o seu contributo para o resultado líquido do Grupo, com base no modelo de distribuição de lucros de empresas afiliadas.

Relatório de Risco

Princípios de gestão do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. O nosso objetivo consiste em ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputação. Assumimos de forma ativa riscos no âmbito do nosso negócio, pelo que respeitamos os seguintes princípios sustentam o nosso quadro de gestão do risco:

- O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
- Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
- O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

Os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento dos riscos. Os colaboradores devem assumir comportamentos que apoiem uma sólida cultura de risco. Para promover isso, as nossas políticas exigem que a avaliação comportamental seja incorporada na avaliação de desempenho e nos processos de remuneração. Comunicámos os seguintes comportamentos em consonância com uma sólida cultura de risco através de diversos veículos de comunicação:

- Assumir a plena responsabilidade pelos nossos riscos;
- Avaliar o risco de forma rigorosa, prospetiva e abrangente;
- Convidar, fornecer e respeitar os desafios;
- resolver os problemas coletivamente; e
- Colocar o Deutsche Bank e a sua reputação no centro de todas as decisões.

Promovemos uma forte cultura de risco onde os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento de riscos. Prevemos que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o nosso Código de Conduta Empresarial e Código de Ética. Para promover isso, as nossas políticas exigem que o comportamento relacionado com o risco seja tido em conta durante a nossa avaliação comportamental e nos processos de remuneração. Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

Em 2017, também introduzimos uma avaliação da cultura de risco baseada em princípios, com particular enfoque na sensibilização para o risco, propriedade do risco e gestão do risco dentro da apetência pelo risco. Os resultados da avaliação são incorporados no relato existente de riscos, reforçando a mensagem de que a cultura do risco é uma parte integrante da gestão do risco diária e eficaz.

Quadro de gestão do risco

O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

- As responsabilidades essenciais de gestão do risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas a diretores de risco seniores e comités de gestão do risco seniores com funções de execução e supervisão.
- Operamos um modelo de gestão do risco que tem por base três linhas de defesa ("3LoD"), no qual são definidas as responsabilidades de risco, controlo e relato.
  - A 1.ª linha de defesa (“1st LoD”) refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros.
  - A 2.ª linha de defesa (“2nd LoD”) refere-se às funções de controlador do tipo de risco no Banco, que facilita a implementação de um sólido quadro de gestão do risco em toda a organização. A 2.ª linha de defesa define a apetência pelo risco e as normas de controlo e gestão do risco para o respetivo tipo de risco, e supervisiona e desafia de forma independente as atividades de gestão do risco e de tomada de risco da 1.ª linha de defesa.
  - A 3.ª linha de defesa (“3rd LoD”) é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de gestão do risco e controlo interno.

- A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base na apetência pelo risco e no plano estratégico e de capital do Grupo para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho.
- O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
- Todos os tipos significativos de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio e risco de reputação, são geridos através de processos de gestão do risco. São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nos tipos significativos de risco. Para mais informações, consultar a secção "Gestão do risco e do capital" nos processos de gestão dos nossos riscos materiais.
- Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
- Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.
- O planeamento de recuperação e contingência estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de gestão de crise e fornece à direção um conjunto de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
- O planeamento de resolução é da responsabilidade da nossa autoridade de resolução, o Conselho Único de Resolução. Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para prevenir perturbações graves no sistema financeiro ou na economia em geral através da manutenção de serviços críticos.
- Aplicamos uma abordagem de gestão do risco integrada que tem por objetivo uma coerência para todo o grupo quanto às normas de gestão do risco, permitindo no entanto uma adaptação aos requisitos específicos da entidade jurídica ou local.

Os riscos do Deutsche Bank AG na rede do Grupo

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas separadas do Deutsche Bank. Existem inúmeros motivos para isto:

- A estrutura interna do Grupo, de acordo com as divisões do Grupo, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica externa é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura interna. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa está distribuída por várias empresas do Grupo ou se está concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria o potencial risco para o Grupo e, indiretamente, o Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados, e em alguns casos são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir consideravelmente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Nesta medida, todos os montantes apresentados neste relatório de risco são referentes ao Grupo Deutsche Bank, salvo disposto em contrário.

O Deutsche Bank AG cumpre todos os requisitos jurídicos e regulamentares. Para um debate mais detalhado sobre a gestão do risco na rede do Grupo, consulte o relatório de riscos do Grupo no Relatório Anual do Grupo.

Organização de gestão do risco

As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com o quadro CRR/CRD IV e respetivas implementações na lei alemã.

As autoridades de regulação bancária europeias usam vários mecanismos na avaliação da nossa capacidade para assumir risco, que são descritos de forma mais pormenorizada na secção "Capital regulamentar" deste relatório.

Diversos níveis de gestão garantem uma governação do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Formou várias comissões para tratar das tarefas específicas (para uma descrição pormenorizada destas comissões, consulte o Relatório de Governo da Sociedade em "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização", "Comissões especializadas permanentes").
  - Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de carteiras de risco fundamentais, estratégia de risco e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a apetência pelo risco geral, com a posição de risco agregado e a estratégia de risco e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da implementação desta estratégia.
  - O Comité de Integridade monitoriza, entre outras responsabilidades, as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. É também responsável por rever o Código de Conduta Empresarial e o Código de Ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
  - O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz. O Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Risco do Grupo (“GRC”) como o fórum central para a análise e decisão em assuntos relacionados com riscos materiais e capital. O GRC reúne geralmente uma vez por semana. Delegou alguns dos seus deveres a pessoas e subcomités. O GRC e os seus subcomités são descritos em maior detalhe abaixo.

Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comité de Risco do Grupo (GRC) tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo aprovação de modelos de risco e de capital novos ou substancialmente alterados, análise de desenvolvimentos de exposição ao risco e dos resultados dos testes de esforço internos e regulamentares ao nível do Grupo e monitorização da cultura de risco em todo o Grupo. O GRC também analisa recursos de risco disponíveis para as divisões do negócio e carteiras de risco de elevado nível (por exemplo, ao nível do país ou do setor) e define metas de apetência pelo risco relacionadas, por exemplo, sob a forma de limites ou limiares. Além disso, o GRC analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, tais como princípios-chave de gestão do risco, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e escalada. O GRC também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital ao nível do Grupo.

- O Comité de Risco Não Financeiro (NFRC) supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não-financeiros do Grupo. Está incumbido de definir um quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar o modelo operacional de risco não financeiro e interdependências entre divisões, funções de controlo e diferentes funções de controlo do tipo de risco.
- O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospetiva e ensinamentos retirados adequado. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comités Regionais de Risco de Reputação ("RRRC") e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas divisões de negócio, funções de infraestrutura ou gestão regional. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomités do GRRC, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.
- O Comité de Risco da Sociedade (ERC) foi criado com o intuito de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. Como parte da sua competência, o ERC aprova as visões gerais da carteira de risco de país anuais e limiares de risco de países especificados, estabelece limiares de produtos, analisa as concentrações de carteiras de risco em todo o Grupo, monitoriza testes de esforço em todo o Grupo utilizados para gerir a apetência pelo risco do Grupo e analisa tópicos com implicações de risco em toda a empresa, como a cultura de risco.
- O Conselho de Gestão de Recursos Financeiros (FRMC) é um organismo de governação ad-hoc para apoiar a tomada de decisões num período de esforço de capital ou liquidez previsto ou antecipado. É um fórum para debater e recomentar medidas de mitigação, reunindo assim num só fórum as tarefas do anterior Comité de Gestão da Liquidez e as tarefas relacionadas com crise anteriormente atribuídas ao GRC. Mais especificamente, o FRMC está incumbido de analisar a situação de capital e liquidez do banco, prestando aconselhamento quanto à estratégia de capital e liquidez e efetuando recomendações sobre metas de capital e liquidez ao nível do negócio específico e/ou contramedidas necessárias para executar com sucesso a estratégia. Isto inclui a recomendação de invocação ou não do plano de financiamento de contingência e o direito de supervisionar a execução de decisões relacionadas.

O nosso Gestor do Risco ("CRO"), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado, riscos de liquidez e riscos operacionais, bem como pelo desenvolvimento contínuo e pela melhoria de métodos de medição do risco. Além disso, o CRO é responsável por monitorizar, analisar e reportar o risco numa base global.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta da função de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco na função de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco definida pelo GRC no quadro estabelecido pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões;
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
- Estabelecer e aprovar limites de risco;
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Além disso, a Gestão do Risco em Consonância com o Negócio (BRM) representa a função de Risco face a áreas de negócio específicas. Os CRO de cada divisão de negócio gerem a respetiva carteira de risco, assumindo uma perspetiva holística de cada divisão para desafiar e influenciar a estratégia e propriedade do risco da divisão e implementar apetência pelo risco.

As funções de gestão do risco especializadas são complementadas por uma função de Gestão do Risco da Sociedade (ERM), que define um quadro de gestão do risco ao nível do banco, procurando garantir que todos os riscos ao nível do Grupo e das Divisões são identificados, assumidos e controlados pelas equipas de risco funcional no âmbito da apetência pelo risco acordada e dos princípios de gestão do risco. A ERM é responsável por agregar e analisar informações de risco ao nível da empresa e rever o perfil de risco/rentabilidade de carteiras para permitir uma tomada de decisões informada sobre os recursos do Banco. A ERM está incumbida de:

- Gerir a apetência pelo risco da empresa e a atribuição entre negócios e entidades jurídicas
- Integrar e agregar riscos para proporcionar maior transparência do risco empresarial para apoiar a tomada de decisões;
- Encomendar testes de esforço relativos ao futuro e gerir planos de recuperação e resolução do Grupo; e
- Gerir e melhorar a eficácia do quadro de gestão do risco.

As funções de gestão do risco especializadas e a ERM têm uma linha de comunicação com o CRO.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões de negócio, as nossas funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que assumimos.

A integração da gestão do risco da nossa subsidiária Deutsche Postbank AG é promovida através de processos harmonizados para identificar, avaliar, gerir, monitorizar e comunicar o risco, as estratégias e procedimentos para determinar e salvaguardar a capacidade de assunção de risco e os procedimentos de controlo internos correspondentes. As principais características da governação conjunta são:

- função hierárquica de relato da direção de Gestão do risco do Postbank à do Deutsche Bank;
- participação de membros com direito de voto do Deutsche Bank provenientes das respetivas funções de risco nos principais comités de risco do Postbank e vice-versa para os principais comités selecionados; e
- Alinhamento com políticas fundamentais de risco do Grupo.

Os principais comités de gestão do risco do Postbank são:

- O Comité de Risco do Banco, que apoia o Conselho de Administração do Postbank na determinação da apetência pelo risco global e da afetação de risco e de capital;
- O Comité de risco de crédito, que é responsável pela atribuição de limites e pela definição de um quadro de limites apropriado;
- O Comité de risco de mercado, que decide sobre a atribuição de limites e o posicionamento estratégico da carteira bancária e de negociação do Postbank e a gestão do risco de liquidez;
- O Comité de Gestão do Risco Operacional, que define o quadro de risco apropriado, bem como a afetação de limites às diferentes áreas de negócio; e
- O Comité de Risco do Modelo e de Validação, que monitoriza a validação de todos os sistemas de notação de crédito e modelos de gestão do risco.

O Diretor de Risco do Postbank ou os diretores de risco seniores do Deutsche Bank são membros com direitos de voto dos comités apresentados acima.

Após o anúncio em março de 2017 da fusão do Postbank com o negócio de clientes privados e empresariais alemães e como parte do projeto de integração abrangente, a divisão de Risco também iniciou as análises e o trabalho no estabelecimento de uma função de Risco apropriada para a entidade jurídica fundida planeada que permanecerá ligada ao Grupo conforme descrito acima.

Estratégia e apetência pelo risco

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado de risco que estamos dispostos a assumir no âmbito da nossa capacidade de risco para alcançar os nossos objetivos de negócio, conforme definido por um conjunto de indicadores quantitativos mínimos e de demonstrações qualitativas. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir antes de entrar em incumprimento de restrições regulamentares e das nossas obrigações perante partes interessadas.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso Plano e Estratégia de Risco, de modo a promover a coerência entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, com o contexto de negócios e regulamentar e com os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco. Avaliamos especificamente uma sequência de indicadores em esforço (rácio de Common Equity Tier 1 (CET 1) em conformidade com o quadro CRR/CRD IV inicial e fully loaded e rácio de alavancagem ("LR"), rácio de adequação de capital interno ("ICA") e posição de liquidez líquida em esforço ("SNLP")) no âmbito dos testes de esforço de referência e dos testes de esforço mais graves regularmente realizados ao nível do grupo.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, em cenários normais ou de esforço, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités. As alterações à apetência pelo risco e capacidade de risco devem ser aprovadas pelo Comité de risco do grupo ou pela totalidade do Conselho de administração, dependendo da sua importância.

Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico para nós enquanto Grupo e para as nossas áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intranual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão que, pela primeira vez este ano, são compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um banco europeu líder com alcance global, apoiado por uma forte base nacional na Alemanha e que visa garantir:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Os limites específicos – por exemplo, para procura de capital regulamentar, capital económico e exposições a alavancagem – são derivados do Plano estratégico e de capital para garantir a coerência dos objetivos de risco, de capital e de desempenho em todos os níveis relevantes da organização.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, para evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo ("SREP") tal como expressos pelo nosso supervisor interno. Em 19 de dezembro de 2017, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2018, na sequência dos resultados do SREP de 2017. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva de pelo menos 10,65 % numa base consolidada, com início a 1 de janeiro de 2018. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,88%, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,02%) e o amortecedor G-SII de capital inicial, na sequência da designação do Deutsche Bank como instituição de importância sistémica global ("G-SII"), de 1,50%. O novo requisito de capital CET 1 de 10,65 % para 2018 é superior ao requisito de capital CET 1 de 9,51 %, aplicável ao Deutsche Bank em 2017. Do mesmo modo, os requisitos de 2018 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 12,15 % e para o seu rácio de capital total em 14,15 %. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2017, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de "Pilar 2", correntemente designado por "orientação de Pilar 2". O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de "Pilar 2", ainda que esta não seja juridicamente vinculativa e que o incumprimento da orientação de "Pilar 2" não acione automaticamente qualquer tomada de medidas legais.

Ferramentas de medição do risco

Utilizamos um leque abrangente de metodologias quantitativas e qualitativas de avaliação e gestão dos riscos. Temos por política avaliar continuamente a adequação e a fiabilidade dos nossos instrumentos e métricas quantitativos à luz do nosso contexto de risco em mutação. Alguns desses instrumentos são comuns a uma série de categorias de risco, enquanto outros são adaptados às características próprias de categorias específicas de risco. Os principais e mais avançados instrumentos e métricas internos que utilizamos atualmente para medir, gerir e relatar o nosso risco são:

- Ativos ponderados pelo risco (Risk-weighted assets - RWA) Os RWA constituem o fator central na determinação da adequação de capital regulamentar do banco, tal como refletido no rácio Common Equity Tier 1. Os RWA são usados para determinar objetivos para o crescimento dos nossos negócios e monitorizados nos nossos sistemas de relatórios de gestão. Regra geral, os RWA são calculados de acordo com o quadro de CRR/CRD IV atualmente em vigor, conforme transposto para a legislação alemã (se necessário) e utilizado no âmbito dos nossos processos de planeamento prospetivo de risco e de capital.
- Exposição a rácio de alavancagem. Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base fully loaded, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014, publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013. A nossa exposição total ao rácio de alavancagem consiste em derivados de componentes, Transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT). A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura.
- Value-at-risk. Utilizamos a abordagem value-at-risk (valor em risco) no cálculo de medidas quantitativas para os riscos de mercado da nossa carteira de negociação em condições de mercado normais e através do valor em risco em situação de esforço num contexto de condições de mercado de esforço. Os nossos respetivos números de valor em risco são importantes para o nosso relato interno e externo (regulamentar). O valor em risco mede as potenciais perdas futuras (em termos de valor do mercado) de determinada carteira que, em condições de mercado normais/em situação de esforço, se espera não sejam excedidas com um nível de confiança definido e num período definido. O valor em risco para o total duma carteira representa a medida do nosso risco de mercado diversificado (agregado, utilizando correlações previamente determinadas) dessa carteira, em condições de mercado normais/em esforço.
- Capital económico. O capital económico mede o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas muito graves decorrentes das nossas exposições. "Muito graves", neste contexto, significa que o capital económico é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,9 % as perdas inesperadas agregadas no período de um ano. O percentil utilizado para o cálculo da procura interna de capital económico foi alterado de 99,98 % em 2016 para 99,9 % em 2017, melhorando a comparabilidade com a procura de capital regulamentar. Calculamos o capital económico relativo ao risco de crédito, ao risco de mercado, incluindo o risco de incumprimento em transações, ao risco operacional e ao risco de negócio.
- Liquidez. Dentro do Grupo, os riscos de liquidez e de financiamento são geridos no âmbito de um quadro coerente de gestão do risco de liquidez e de governação. Aplicamos diversas ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar as nossas posições de liquidez operacional, tática e estratégica. A liquidez operacional tem como objetivo salvaguardar a nossa posição de liquidez intradia e de final do dia, enquanto a tática garante que temos acesso ao financiamento por grosso (garantido e não garantido). A nossa liquidez estratégica tem como objetivo garantir um perfil de liquidez equilibrado e a diversificação do financiamento e o acesso aos mercados de capital. Realizamos testes de esforço de liquidez para determinar a posição de liquidez líquida em esforço ("SNLP"), um componente-chave do nosso quadro de apetência pelo risco. Isto deriva de uma simulação quantitativa do financiamento de desenvolvimento do Banco em diferentes cenários. Adicionalmente, medimos o nosso rácio de cobertura de liquidez tal como definido pelo Comité de Basileia e adotado pela EBA.

Assumimos o compromisso rigoroso de realizar testes de esforço regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. Estes exercícios complementam as medidas de risco tradicionais e representam uma parte integrante do nosso processo de planeamento de capital e estratégico. O nosso quadro de testes de esforço inclui testes de esforço regulares no âmbito do Grupo baseados em "Planeamento Negativo" definido internamente e em cenários de crise macroeconómica global mais graves. Incluímos nos nossos exercícios de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é, geralmente, de um ano e pode ser alargado a mais anos, se necessário pelos pressupostos do cenário. As nossas metodologias são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Validação e Governação de Modelos Globais – GMVG), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Estas análises são complementadas por testes de esforço específicos da carteira e do país, bem como por requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. Um exemplo de um teste de esforço regulamentar realizado em 2017 é o teste de esforço CCAR para a entidade nos EUA. Em 2018, o Deutsche Bank participará no teste de esforço bianual da EBA. Além disso, é realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Um procedimento integrado permite-nos avaliar o impacto de cenários ad-hoc que simulam potenciais choques financeiros ou geopolíticos iminentes.

Tipos de risco

O Deutsche Bank AG está exposto a vários riscos, entre os quais o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional, o risco de liquidez, o risco de reputação, o risco do modelo e o risco de negócio (risco estratégico).

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como "contrapartes"), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações, em geral, fazem parte das nossas atividades de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes) e da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC). Além disso, incluem obrigações negociadas e títulos de dívida. Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na identificação anual de riscos e na avaliação da importância, o risco de crédito está agrupado em cinco categorias, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de país, risco de operação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação (falha) e risco de concentração.

O risco de crédito é medido por notação de crédito, procura de capital interna e regulamentar e principais métricas de crédito.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação do capital regulamentar de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho. Às contrapartes das nossas carteiras não homogéneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

Além da notação de crédito, que é o principal indicador de risco de crédito aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, estabelecemos limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos nossos acordos jurídicos com a contraparte. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito, também analisamos os proveitos do cliente relativamente ao consumo no balanço.

Risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

Assumimos o risco de mercado quer em atividades de negociação quer em atividades não relacionadas com negociação. Em conformidade com os requisitos económicos e regulamentares, medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador. Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a Gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Também são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de eventos.

Um dos principais objetivos da gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que a exposição de risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro de limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. A Gestão do risco do mercado atribui a apetência global por riscos de mercado relacionados com a negociação às nossas divisões corporativas e às respetivas unidades individuais de negócio com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos, igualmente, de direções da área de negócio alinhadas na Gestão do risco de mercado para estabelecer limites negociais, atribuindo o limite a carteiras individuais ou regiões geográficas. As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela Gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de Apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às nossas divisões corporativas e às respetivas unidades individuais de negócio com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites negociais, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

Embora o valor em risco, calculado diariamente, forneça previsões para potenciais perdas avultadas em condições normais de mercado, não é adequado para medir os riscos de cauda ou o potencial de eventos de perda extremos das carteiras. Portanto, também realizamos testes de esforço regulares nos quais valorizamos as nossas carteiras de negociação sob cenários de mercado graves não cobertos pelo intervalo de confiança do modelo do valor em risco.

Os cenários derivam dos choques graves historicamente observados nesses fatores de risco, aumentados por avaliações subjetivas em que apenas estão disponíveis dados históricos limitados ou em que o desenvolvimento de mercado é considerado um indicador insuficiente dos possíveis cenários de mercado futuros. O risco de cauda ou o potencial de eventos de perda extremos para além do valor em risco reportado são captados através dos parâmetros valor em risco em situação de esforço, capital económico, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. Também são captados através de testes de esforço.

Estes testes de esforço constituem a base da nossa avaliação do capital económico que prevemos ser necessário para absorver perdas inesperadas muito graves decorrentes das nossas exposições ao longo do período de um ano. "Muito graves", neste contexto, significa que o capital económico subjacente é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,9% todas as perdas inesperadas num período de um ano.

Em dezembro de 2011, recebemos da BaFin a aprovação dos modelos para o valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. Trata-se de métodos suplementares que utilizamos para medir as exposições ao risco de mercado.

- Valor em risco em situação de esforço: calcula um valor em risco em situação de esforço com base num período contínuo de um ano de tensão de mercado significativa.
- Requisitos de capital para riscos adicionais: capta riscos de incumprimento e de migração de crédito além dos riscos já captados no valor em risco em posições sensíveis ao crédito na carteira de negociação.
- Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço.
- Método padrão do risco de mercado: calcula capital regulamentar para titularizações de carteiras de negociação que ficam fora do âmbito da carteira de negociação de correlação, para risco de longevidade e determinados tipos de fundos de investimento

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais. Os fatores de risco de mercado significativos a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão do risco de mercado comercial EC ou através da utilização de modelos de risco de mercado não comercial específicos a cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Risco operacional

Risco operacional significa o risco de perdas resultante da inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional. Forma um subconjunto dos riscos não financeiros do Banco, tal como o risco reputacional.

A governação dos nossos riscos operacionais segue uma abordagem de três linhas de defesa (“3LoD”), para proteger o Banco, os seus clientes e acionistas contra perdas de risco e danos reputacionais resultantes. Procura garantir que todos os riscos operacionais são identificados e cobertos, que as responsabilidades relativas à gestão de riscos operacionais são claramente atribuídas e que os riscos são assumidos e geridos nos melhores interesses a longo prazo do Banco. A abordagem 3LoD e os seus princípios subjacentes, ou seja, a responsabilidade total da primeira linha de defesa (“1ª LoD”) para gerir os seus próprios riscos e a existência de uma segunda linha de defesa (“2ª LoD”) independente para supervisionar e desafiar a assunção de risco e a gestão do risco, aplica-se a todos os níveis da organização, incluindo ao nível do Grupo, das regiões, dos países e das entidades.

O apetite por risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que estamos dispostos a aceitar em consequência da nossa atividade. Assumimos riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o Banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de falhas de risco operacional (tais como graves violações de leis ou regulamentos), noutros casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o Banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da nossa apetência pelo risco, têm de ser tomadas mais medidas de redução do risco, incluindo reparação dos riscos, seguro dos riscos e cessação da atividade.

A Gestão do Risco Não Financeiro (“NFRM”) é a função de Risco para os tipos de Risco Não Financeiro do Banco, incluindo risco operacional, e detém o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo (ORMF).

O ORMF consiste num conjunto de ferramentas e processos que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e reparar riscos operacionais. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do Banco. As componentes do ORMF incluem o estabelecimento da 1ª e 2ª LoD, bem como funções e responsabilidades para o processo de gestão do risco operacional e uma contestação independente apropriada, a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, os padrões mínimos para processos de gestão do risco operacional, incluindo ferramentas, governação independente e o modelo de capital de risco operacional do Banco.

Os quatro seguintes princípios constituem a base da gestão do risco operacional e do ORMF no Deutsche Bank:

Princípio do risco operacional I: A NFRM estabelece e mantém o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo. Como função de controlo da 2ª LoD, a NFRM é responsável pela análise e a contestação independente das avaliações de risco e controlo e das atividades de gestão do risco da 1ª LoD. Como especialista na matéria para risco operacional, fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco e facilita a implementação de padrões de gestão do risco em todo o Banco. A NFRM fornece a supervisão de planos de mitigação de risco e controlo no âmbito da apetência pelo risco, quando necessário.

Princípio do risco operacional II: Os proprietários do risco, como 1ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e têm de geri-los face a uma apetência pelo risco específica definida.

Os proprietários do risco são as funções no Banco que geram riscos, quer financeiros, quer não financeiros. Os diretores de divisões de negócio e funções de infraestruturas determinam a estrutura organizacional para identificar o perfil de risco operacional das suas organizações, implementar padrões de controlo e gestão do risco na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais no âmbito da apetência pelo risco e estabelecer e manter controlos do proprietário do risco (por exemplo, Nível 1).

Princípio do risco operacional III: Os Controladores do Tipo de Risco ("RTC"), enquanto funções de controlo de 2ª LoD, estabelecem o quadro e definem declarações de apetência pelo risco para o tipo de risco específico que controlam. Monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e exercem um veto em violações da apetência pelo risco.

Os RTC definem os padrões de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os RTC estabelecem governação do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco. Como especialistas em tipos de risco, os RTC definem o tipo de risco e a sua taxonomia e apoiam e facilitam a implementação de padrões e processos de gestão do risco na 1ª LoD. Para manter a sua independência, as funções de RTC estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura.

Princípio do risco operacional IV: A NFRM serve para garantir que é mantido capital suficiente para sustentar o risco operacional. A NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar um nível suficiente de procura de capital para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração.

Para satisfazer este requisito, a NRFM é responsável pelo cálculo e atribuição do capital de risco operacional e pelo planeamento das perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada (AMA). A NRFM também é responsável pela disponibilização do planeamento do capital de risco operacional anual e pelo processo de análise mensal.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respetivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Em conformidade com o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) do BCE, o Deutsche Bank implementou um Processo interno de avaliação à adequação da liquidez ("ILAAP") anual, que é analisado e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto; descrição de como estes riscos são identificados, monitorizados e medidos; e descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Banco, bem como a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo ("GRC"). Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova os limites que são aplicados ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do Banco, atuando a gestão do risco de liquidez como função de controlo independente, responsável pela análise do enquadramento de risco de liquidez, pela proposta da apetência pelo risco ao GRC e pela validação dos modelos de risco de liquidez que são desenvolvidos pela Tesouraria, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas para monitorizá-las e assegurar a conformidade. Além disso, a Tesouraria trabalha em conjunto com a gestão do risco de liquidez ("LRM") e a empresa para analisar e compreender as características de liquidez subjacentes das carteiras de negócio. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares e frequentes para compreenderem as alterações na posição do Banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado. São alocados objetivos de negócio dedicados para garantir que o Grupo opera no âmbito da liquidez global e da apetência para financiamento.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho de acordo com estas métricas de apetência pelo risco, através de um painel de liquidez semanal. Como parte do processo de planeamento estratégico anual, projetamos o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

Os testes de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são uma das principais ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Complementa o processo de gestão de liquidez operacional intradiário e a estratégia de liquidez de longo prazo, representada pela Matriz de financiamento.

Risco (estratégico) do negócio

Risco estratégico é o risco de sofrer um défice de rendimento operacional devido a um desempenho mais baixo do que o esperado em receitas não compensadas por redução dos custos. O risco estratégico pode surgir de alterações ao ambiente competitivo ou quadro regulamentar ou de um posicionamento ineficaz na conjuntura macroeconómica. O risco estratégico poderá também surgir devido à não execução da estratégia e/ou à ausência da tomada de medidas eficazes para abordar um desempenho inferior.

Um plano estratégico e de capital é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é, em seguida, submetido ao Conselho de Fiscalização. Durante o exercício, a execução de estratégias de negócio é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho de acordo com objetivos estratégicos e procurar garantir que permanecemos no caminho certo para alcançar os objetivos.

Risco reputacional

No nosso processo de gestão do risco, definimos o risco de reputação como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do DB e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O quadro de risco de reputação (o Quadro) existe para gerir o risco de reputação principal. Aquele abrange o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes da materialização desse risco e, assim, prevenir danos na reputação do Deutsche Bank sempre que possível. Os riscos de reputação que podem surgir de uma falha com outro tipo de risco, controlo ou processo (risco de reputação secundário) são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado. O Quadro é estabelecido para fornecer normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a nossa reputação, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as divisões do Deustche Bank. Cada colaborador tem a obrigação de, no âmbito das suas atividades, estar atento a quaisquer potenciais causas de risco de reputação e abordá-las de acordo com o Quadro. A gestão do risco de reputação concebeu e implementou um processo abrangente de retrospetiva e ensinamentos retirados para avaliar e controlar a eficácia do Quadro, incluindo no que diz respeito à identificação e referência do risco de reputação.

Se for identificada uma questão que seja considerada como constituindo, no mínimo, um risco de reputação moderado, exige-se que seja encaminhada para consideração superior na divisão através do processo de avaliação de risco de reputação da unidade (RRAP da unidade). Na eventualidade de uma questão ser considerada como constituindo um risco de reputação significativo, tem de ser comunicada a um dos quatro Comités Regionais de Risco de Reputação (RRRC) para análise adicional. Além da avaliação da importância, existem também determinados critérios, conhecidos como critérios de referência obrigatória, que são considerados como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de reputação e, por conseguinte, exigem uma referência obrigatória para especialistas em matéria da metodologia (SME) definidos, por exemplo, risco de reputação do setor ou sustentabilidade do Grupo, e/ou uma referência para um RRAP ou RRRC de unidade.

Os RRRC são subcomités do Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC), que é ele próprio um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC), e são responsáveis pela supervisão, pelo governo e pela coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões do Deutsche Bank em nome do Conselho de Administração. Em circunstâncias excecionais, os assuntos também podem ser referidos pelos RRRC ao GRRC.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

Risco do modelo

O risco de modelo é o potencial para consequências adversas de resultados do modelo incorretos ou mal utilizados e dos relatórios que utilizam estes resultados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação. O termo "modelo" refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas.

O risco de modelo é gerido através de modelos de preços, modelos de risco e capital e outros modelos:

- Os modelos de preço são utilizados para gerar medições de justo valor de ativos e passivos comunicados em documentos e registos oficiais e/ou sensibilidades de risco que são integradas nos processos de Gestão do risco de mercado (MRM);
- Os modelos de risco e capital estão relacionados com riscos utilizados para requisitos de capital internos e regulamentares, por exemplo VaR, IMM, testes de esforço, etc.;
- Outros modelos são os que se situam fora dos modelos de preços e de risco e capital do Banco.

A apetência pelo risco de modelo está em sintonia com as demonstrações qualitativas do Grupo, assegurando que a gestão do risco de modelo está integrada numa cultura de risco forte e que os riscos são minimizados tanto quanto possível.
A gestão do risco de modelo inclui:

- Efetuar uma validação de modelo independente robusta, que confere um desafio eficaz ao processo de desenvolvimento do modelo e que inclui a identificação de condições de utilização, limitações metodológicas que podem requerer ajustes ou sobreposições e descobertas de validação que requerem correção;
- Estabelecer uma gestão do risco de modelo e um enquadramento de governação sólidos, incluindo fóruns de seniores para monitorização e comunicação dos tópicos relacionados com o risco de modelo;
- Criar políticas relacionadas com o risco de modelo em todo o Banco, em sintonia com os requisitos regulamentares, tendo funções e responsabilidades claras para as partes interessadas fundamentais em todo o ciclo de vida do modelo; e
- Fornecer uma avaliação do ambiente de controlo do modelo e relatar ao Conselho de Administração regularmente.

Perfil de risco

O nosso mix de diferentes atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico (EC) total não diversificado, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios antes de ter em conta os efeitos de risco cruzado ao nível do Grupo.

Perfil de risco das nossas divisões corporativas medido pelo capital económico total

							31 dez 2017
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Deutsche Asset Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total	Total (em %)
Risco de crédito	6 519	3 596	62	-	591	10 769	40
Risco de mercado	4 679	1 386	310	-	4 054	10 428	38
Risco operacional	5 995	932	402	-	0	7 329	27
Risco de negócio	4 435	10	99	-	1 133	5 677	21
Vantagem de diversificação[1]	(5 450)	(950)	(264)	-	(410)	(7 074)	(26)
Total de CE em milhões de euros	16 178	4 974	609	-	5 368	27 129	100
em %	60	18	2	-	20	100	N/S

N/S – Não significativo
[1] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

							31 dez 2016[1]
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	CIB	PW&CC	Deutsche AM	NCOU	Cons. & Adj. e Outros	Total	Total
Risco de crédito	8 185	4 308	62	108	442	13 105	37
Risco de mercado	5 341	1 712	2 197	332	5 010	14 592	41
Risco operacional	8 330	1 437	561	160	0	10 488	30
Risco de negócio	4 753	32	100	245	(32)	5 098	14
Vantagem de diversificação[2]	(6 008)	(1 039)	(441)	(110)	(248)	(7 846)	(22)
Total de CE em milhões de euros	20 602	6 449	2 480	735	5 172	35 438	100
em %	58	18	7	2	15	100	N/S

N/S – Não significativo
[1] Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2016.
[2] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

O perfil de risco da Corporate & Investment Bank (CIB) é dominado pela negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam risco de mercado e risco de crédito. A vasta maioria do respetivo risco de crédito refere-se a atividades de financiamento comercial na Global Transaction Banking e atividades de finanças corporativas nas áreas de Financiamento e Origination & Advisory. A quota do risco operacional no perfil de risco da divisão CIB reflete um perfil de perda mais alto na indústria combinada com perdas internas e aumentou face ao exercício de 2016. O remanescente do perfil de risco da CIB deriva do risco de negócio que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A utilização de capital económico para o risco de mercado aumentou em 2016, face ao final do ano de 2016, principalmente devido a uma maior utilização de capital económico para o componente de risco de mercado estratégico. A alteração no percentil levou a uma diminuição do capital económico na CIB no valor de 6,3 mil milhões de euros.

O perfil de risco de Private & Commercial Bank (PCB) integra o risco de crédito decorrente do crédito a retalho, dos empréstimos a pequenas e médias empresas e das atividades de gestão de património, bem como o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de investimento, da modelação dos depósitos dos clientes e o risco de *spread* de crédito. A utilização de capital económico para o risco de mercado diminuiu em 2016, face ao final do ano de 2016, principalmente devido a um componente de risco de mercado inferior não relacionado com a negociação. A alteração no percentil levou a uma diminuição do capital económico no PCB no valor de 1,8 mil milhões de euros.

O principal fator de risco do negócio da Deutsche Asset Management (Deutsche AM) são as garantias sobre fundos de investimento, que relatamos como risco de mercado não relacionado com a negociação. De resto, o negócio da Deutsche AM centrado na consultoria e em comissões gera sobretudo risco operacional. A utilização de capital económico para o risco de mercado diminuiu quando comparado com o exercício de 2016, essencialmente devido a uma componente de risco de mercado não relacionado com a negociação inferior, resultante da aplicação de uma nova metodologia para medir o risco de fundos garantidos. A alteração no percentil levou a uma diminuição do capital económico na Deutsche AM no valor de 469 milhões de euros.
A carteira da Non-Core Operations Unit (NCOU) incluiu atividades não essenciais à futura estratégia do banco; ativos destinados à redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos legais. O perfil de risco da NCOU cobriu os riscos em toda a gama das nossas operações. A utilização de capital económico em todos os tipos de risco diminuiu ao longo de 2016, principalmente devido à dissolução geral de ativos não estratégicos. A NCOU foi dissolvida no início de 2017 e os seus ativos foram reafetados aos outros segmentos.

A Consolidation & Adjustments abrange, principalmente, o risco de mercado não relacionado com a negociação para o risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de remuneração em capital. A utilização de capital económico para risco de mercado e risco fiscal como parte do risco de negócio aumentou em comparação com o exercício de 2016. A alteração no percentil levou a uma diminuição do capital económico na Consolidation & Adjustments no valor de 1,8 mil milhões de euros.

Risco de crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), empréstimos negociados, obrigações negociadas, títulos de dívida disponíveis para venda e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- Os “empréstimos” são empréstimos líquidos ao custo amortizado, conforme relatados no balanço, mas previamente à dedução da nossa provisão para perdas com empréstimos.
- Os "compromissos de crédito irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos irrevogáveis.
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os “derivados OTC” são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.
- Os “empréstimos negociados” são empréstimos comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- As “obrigações negociadas” incluem obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os “títulos de dívida” incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, que tenhamos classificado como disponíveis para venda.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de recompra inversa, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber, posições de titularização tradicionais, bem como investimentos em ações.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

31.12.2017

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito-irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida[4]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
Corporate & Investment Bank	137 954	141 892	45 342	30 993	10 875	83 067	2 667	99 335	552 125
Private & Commercial Bank	267 554	16 201	2 802	422	1	0	14 421	835	302 235
Deutsche Asset Management	87	53	16	0	0	67	39	0	262
Non-Core Operations Unit									
Consolidation & Adjustments	26	107	52	15	0	4 130	31 124	4 630	40 084
Total	405 621	158 253	48 212	31 430	10 876	87 264	48 251	104 800	894 707

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

31.12.2016

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito-irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Corporate & Investment Bank	145 187	148 599	48 778	43 230	12 996	72 342	3 568	98 135	572 835
Private & Commercial Bank	264 385	16 976	2 985	737	0	1	17 360	4 290	306 734
Deutsche Asset Management	343	55	21	27	6	2 569	26	0	3 047
Non-Core Operations Unit	3 133	131	434	175	191	257	0	34	4 355
Consolidation & Adjustments	407	302	123	24	0	6 124	33 768	2 450	43 197
Total	413 455	166 063	52 341	44 193	13 193	81 293	54 722	104 909	930 169

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

Como parte da nossa ressegmentação em 2017, o Global Markets e o Corporate & Investment Banking foram fundidos para formar o Corporate & Investment Bank como um novo segmento de negócio. Da mesma forma, o Private, Wealth and Commercial Clients e o Postbank foram fundidos para formar o Private & Commercial Bank. Os saldos das divisões para 2017 e os saldos comparativos para 2016 foram atribuídos de acordo com a nova segmentação. As atividades da Non-Core Operations Unit, incluindo o total de exposição ao crédito de 4,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, passaram para o Private & Commercial Bank e o Corporate & Investment Bank, no início de 2017.

A nossa principal exposição ao crédito registou uma redução de 35,5 mil milhões de euros.

- Numa perspetiva de divisão, as diminuições na exposição observam-se em todas as divisões. O Corporate & Investment Bank, com uma diminuição de 20,7 mil milhões de euros, é o principal contribuidor para a diminuição global.
- Numa perspetiva de produtos, assistiu-se a fortes reduções da exposição a derivados OTC, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis e títulos de dívida, enquanto se assistiu a um aumento nas obrigações negociadas.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 8 % da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 7% em 31 de dezembro de 2016. As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário.

No âmbito dos derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte. Do ponto de vista da classificação de indústrias, as exposições de derivados OTC, bem como acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra têm uma parcela significativa em empresas de intermediação financeira com elevada notação. Em ativos negociáveis, uma grande percentagem de exposição é também em empresas do setor público.

Risco de mercado

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não será excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados do mercado como informação para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal ou não normal (*T, skew-T, Skew-Normal*). Para determinar o VaR agregado, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, deriva-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação.

O cálculo do VaR permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades ao justo valor. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospetiva" pode fazer com que o VaR subestime potenciais perdas futuras (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
- As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.

– Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

A tabela abaixo apresenta as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de *spread* de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial[1]		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Médio	29,8	32,0	(28,1)	(35,0)	20,2	19,7	19,7	26,6	8,7	9,3	8,4	10,7	0,8	0,7
Máximo	38,4	59,4	(37,6)	(57,6)	26,0	29,5	25,1	32,5	12,5	52,4	16,5	16,7	3,0	3,3
Mínimo	20,1	20,4	(21,4)	(25,6)	13,5	14,8	13,5	22,3	4,4	4,4	4,2	3,6	0,1	0,2
Final do período	29,1	30,1	(22,5)	(36,9)	21,4	19,9	14,4	24,3	10,1	10,0	4,9	12,6	0,7	0,2

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

O valor em risco médio em 2017 foi de 29,8 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 2,2 milhões de euros face ao ano completo de 2016. O valor em risco de *spread* de crédito diminuiu devido a uma redução no risco idiossincrático. A redução do valor em risco no final do período foi motivada por reduções nas classes de ativos de *spread* de crédito e câmbio.

Risco operacional

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na Abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de Abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perda histórico.

No seio do modelo de Abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

O requisito de capital regulamentar para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. Desde o quarto trimestre de 2017, o capital económico está também definido no percentil 99,9%; consulte a secção “Adequação de capital interno”. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de Capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. No que respeita ao requisito de quantificação do capital, a NFRM visa assegurar a existência de processos adequados de gestão do desenvolvimento, validação e alteração, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do modelo de risco do Grupo.

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

em milhões de euros	2017	2016[1]
Clientes, produtos e práticas comerciais	309	2 512
Fraude interna	38	397
Fraude externa	15	18
Execução, entrega e gestão de processos	223	119
Outras	30	25
Grupo	**615**	3 072

[1] Números de 2016 relativos à perda, alterados devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

Em dezembro de 2017, as perdas operacionais com base nos resultados diminuíram 2,5 mil milhões de euros, ou 80%, face a 2016. A diminuição foi motivada predominantemente pelos tipos de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" e "fraude interna" devido a acordos alcançados e a reservas de litígio acrescidas para casos ainda a decorrer em 2016.

Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros, favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC). No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV, estabelecemos um cálculo de rácio de alavancagem de acordo com esse enquadramento.

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto (*fully loaded*)

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de "proteção" não baseada no risco. Embora o quadro CRR/CRD IV atualmente não faculte um rácio de alavancagem mínimo obrigatório para as instituições financeiras relevantes, uma proposta legislativa publicada pela Comissão Europeia a 23 de novembro de 2016 sugere a introdução de um rácio de alavancagem mínimo de 3%. A proposta legislativa prevê que o rácio de alavancagem seja aplicável dois anos após a entrada em vigor da proposta e continue sujeito a debate político nas instituições da UE.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base *fully loaded*, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013. Além disso, fornecemos o rácio de alavancagem numa base de integração progressiva, conforme apresentado abaixo nas tabelas.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem inclui os derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. As deduções de valores a receber pela margem de variação em numerário fornecida nas transações de derivados são apresentadas na exposição a derivados na tabela "Divulgação comum de rácio de alavancagem", abaixo. O valor nocional efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nocional reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital *Tier 1*, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nocional efetivo de um derivado de crédito comprado no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

A componente de transações de financiamento de títulos (SFT) inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

A componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O outro componente de exposição no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados e SFT), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1.

As tabelas seguintes mostram a exposição a rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem, ambos numa base *fully loaded*, em conformidade com as tabelas de divulgação das normas técnicas de execução (ITS) que foram adotadas pela Comissão Europeia através do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2016/200 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 16 de fevereiro de 2016: Para informações adicionais, também incluem os números iniciais.

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	**1 475**	1 591
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	5	0
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(172)	(276)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	41	20
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	95	102
Outros ajustamentos	(50)	(90)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (fully loaded)	**1 395**	1 348
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (inicial)	**1 396**	1 350

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017	31.12.2016
Total de exposições a derivados	166	177
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	158	135
Total de exposições extrapatrimoniais	95	102
Outros ativos	990	948
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1[1]	(14)	(15)
Rácio de capital *Tier 1 (fully loaded)*	52,9	46,8
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (fully loaded)	1 395	1 348
Rácio de alavancagem (*fully loaded*, em %)	3,8	3,5
Capital *Tier 1* (inicial)	57,6	55,5
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (inicial)	1 396	1 350
Rácio de alavancagem (inicial, em %)	4,1	4,1

[1] Utilizando uma definição *fully loaded* de capital *Tier 1*. O montante, utilizando uma definição transitória de capital *Tier 1*, é de (13) mil milhões de euros e (13) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respetivamente.

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2017

Em 31 de dezembro de 2017, o nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* era de 3,8% em comparação com 3,5% em 31 de dezembro de 2016, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2017 um capital *Tier 1 fully loaded* de 25,9 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1395 mil milhões de euros (46,8 mil milhões e 1348 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, respetivamente).

O nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV de acordo com as provisões transitórias era de 4,1% em 31 de dezembro de 2017 (4,1% em

31 de dezembro de 2016), calculado como capital *Tier 1* de acordo com as regras transitórias de 57,6 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1396 mil milhões de euros (55,5 mil milhões de euros e 1350 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, respetivamente). A medida de exposição ao abrigo das regras transitórias é mil milhões de euros (2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) superior à medida de exposição *fully loaded*, pois os montantes de ativos deduzidos na determinação de capital Tier 1 são inferiores nos termos das regras transitórias.

Com base nas orientações recentes do BCE, incluímos liquidações pendentes no cálculo da exposição a alavancagem a partir do segundo trimestre de 2017, com base nos valores de ativos conforme registados para efeitos de contabilidade financeira, ou seja, para o Grupo Deutsche Bank ao abrigo das IFRS, contabilidade à data da operação. A aplicação da contabilidade à data da operação leva a um aumento temporário da exposição a alavancagem entre a data da operação e a data da liquidação para compras de ativos convencionais. A dimensão do aumento reportado era de 17 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Deverá notar-se que, ao abrigo da proposta de revisão ao Regulamento de Requisitos de Capital ("CRR") na sua formulação atual, este aumento seria substancialmente invertido assim que a revisão entrar em vigor, uma vez que permite a compensação de valores a pagar em caixa e valores a receber em caixa de liquidação pendente para compras e vendas convencionais que são liquidadas numa base de entrega contra pagamento.

No seguimento de uma clarificação por parte da EBA publicada em 19 de janeiro de 2018, alterámos o tratamento de opções vendidas que fazem parte de um conjunto de compensação regulamentar com início no quarto trimestre de 2017. Já não aplicamos um limite no aumento de exposição máximo possível do conjunto de compensação que pode resultar da opção, e isso leva a um aumento dos complementos para potencial exposição futura para derivados de 15 mil milhões de euros.

Durante o ano de 2017, a nossa exposição a rácio de alavancagem aumentou 47 mil milhões de euros, para 1395 mil milhões de euros. Isto é sobretudo motivado pelo aumento de 41 mil milhões de euros em outros ativos, que, para além das liquidações pendentes acima, também reflete o desenvolvimento no nosso balanço, em particular, aumentos em saldos em caixa e bancos centrais e ativos detidos para negociação não derivados, parcialmente compensados por uma diminuição em empréstimos. Além

disso, houve um aumento de 23 mil milhões de euros em exposições a SFT, refletindo complementos superiores para risco de crédito da contraparte e o crescimento global no balanço em rubricas relacionadas com SFT (títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, sob regime contabilístico pelo justo valor e apurado, bem como valores a receber de corretagem prime). As exposições a derivados diminuíram 11 mil milhões de euros, sobretudo motivadas por custos de substituição inferiores, o aumento supramencionado dos potenciais complementos de exposição futura para opções vendidas foi amplamente compensado pela alteração do modelo de garantia anterior para um modelo de liquidação para os *swaps* de taxa de juro transacionados com a Câmara de Compensação de Londres e outras reduções. Adicionalmente, as exposições extrapatrimoniais diminuíram 7 mil milhões de euros, correspondentes a valores nocionais inferiores por compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes.

O aumento da exposição a rácio de alavancagem em 2017 inclui um impacto cambial negativo de 82 mil milhões de euros, sobretudo devido à apreciação do euro face ao dólar dos Estados Unidos.

O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total dos ativos em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 22 em 31 de dezembro de 2017, comparativamente a 25 em 31 de dezembro de 2016.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital *Tier 1*, consulte a secção "Capital regulamentar" neste relatório.

Risco de liquidez

Gestão do risco de financiamento

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de maturidade de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de maturidade de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) podem ser excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados quaisquer excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume e instrumento. Mantemos também uma matriz de financiamento autónoma em USD e GBP que limita a posição curta máxima em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos) a 10 mil milhões de euros e 5 mil milhões de euros, respetivamente. Esta medida complementa a apetência pelo risco da nossa matriz de financiamento global, que exige que mantenhamos uma posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos).

Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e seus equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui títulos soberanos, emitidos por agências públicas e garantidos pelo Estado), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado diário que esperamos dos testes de esforço, quer a nível de moedas agregadas, quer a nível de moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em numerário ou em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) como fator redutor do esforço. Como tal, o volume total das nossas reservas de liquidez flutuará em função do nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez

incluem apenas ativos livremente transferíveis ou que podem ser utilizados após serem tidos em conta pedidos de liquidez locais dentro do Grupo, incluindo limites locais relativos à transferibilidade livre dentro do Grupo, ou podem ser aplicados em relação a saídas em esforço de entidades locais. Como resultado, as nossas reservas de liquidez excluem um excedente de liquidez detido na DBTCA devido aos requisitos nos termos da Secção 23A da Lei da Reserva Federal dos EUA e no Postbank devido à ausência de uma renúncia relativa à plena integração dos ativos do Postbank. A grande maioria das nossas reservas de liquidez é detida centralmente nas principais dividas, na nossa empresa-mãe e nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos.

Composição das nossas reservas de liquidez livremente transferíveis por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

	31.12.2017		31.12.2016	
em mil milhões de euros	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	222	222	178	178
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	189	189	136	136
Subsidiárias	33	33	42	42
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	39	37	27	25
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	24	23	25	24
Subsidiárias	15	15	2	1
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	19	13	14	9
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	11	8	9	6
Subsidiárias	8	5	5	3
Total de reservas de liquidez	**280**	**272**	219	212
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	223	219	171	166
Subsidiárias	56	53	48	46

Em 31 de dezembro de 2017, as nossas reservas de liquidez totalizavam 280 mil milhões de euros, por oposição a 219 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. O aumento de 61 mil milhões de euros incluía um aumento de 44 mil milhões de euros em caixa e seus equivalentes, um aumento de 12 mil milhões de euros em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) e um aumento de 5 mil milhões de euros noutros títulos desonerados. O desenvolvimento foi amplamente motivado por um crescimento constante de fontes de financiamento estáveis, bem como por uma adoção de modelos de liquidez interna e regulamentar que resultou num aumento no requisito de suportes adicionais de liquidez. As nossas reservas de liquidez médias durante o ano foram de 269,3 mil milhões de euros, por oposição a 212,4 mil milhões de euros durante 2016. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

Adequação e requisitos de capital

O cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR") e à "Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento" (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou "CRD IV"), tal como implementado na Lei alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção "Evolução dos ativos ponderados pelo risco", baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Quando nos referimos a resultados em conformidade com a aplicação plena do quadro CRR/CRD IV final (sem ter em consideração a metodologia transitória aplicável), aplicamos o termo "CRR/CRD IV *fully loaded*". Em alguns casos, o CRR/CRD IV mantém regras transitórias que foram adotadas em quadros de adequação de capital anteriores através do Basileia 2 ou Basileia 2.5. Estes estão relacionados, por exemplo, com a ponderação de risco de determinadas categorias de ativos e incluem regras que permitem a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100%. Neste sentido, assumimos na nossa metodologia em conformidade com o quadro CRR/CRD IV *fully loaded* para um subconjunto limitado de posições de capital que o impacto da expiração destas regras transitórias será mitigado através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração das disposições da cláusula de anterioridade até ao final de 2017. Desde o quarto trimestre de 2017 que já não aplicámos esta regra de anterioridade, mas sim uma ponderação de risco entre 190% e 370%, determinada com base no artigo 155.º do CRR ao abrigo das regras do CRR/CRD IV fully loaded, a todas as nossas posições de capital. Consequentemente, não são considerados regimes transitórios nos nossos valores de RWA *fully loaded* para 31 de dezembro de 2017. Estas regras transitórias dentro da ponderação do risco continuam a ser aplicadas apenas para o período comparativo, o final de 2016.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de instituições consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG"). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

Ativos ponderados pelo risco

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50 % de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital Tier 1 adicional e até 2,00 % de capital Tier 2. Para além destes requisitos de capital mínimos, foram implementados vários requisitos de amortecedor de capital com início em 2016 e que entrarão integralmente em vigor a partir de 2019.

Os ativos ponderados pelo risco incluem o total de riscos de crédito, de mercado e operacionais. No cálculo dos ativos ponderados pelo risco, o Deutsche Bank utiliza modelos internos para os três tipos de risco que foram aprovados pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (*Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht*, „BaFin"). Estabelecemos um Ajustamento da avaliação de crédito ("CVA") para transações de derivados OTC para cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS. O nosso rácio de cobertura do método IRB avançado, excluindo o Postbank, ascendeu a 96,8% em termos do valor de exposição ("EAD") e 90,7% em termos de RWA em 31 de dezembro de 2017, adotando medidas aplicáveis de acordo com a secção 11º do decreto SolvV. Diminuiu relativamente aos níveis de 31 de dezembro de 2016, que ascendiam a 97,3% em termos de EAD e 93,4% em termos de RWA. A este respeito, o nosso rácio de cobertura com base em RWA diminuiu ligeiramente abaixo dos 92%, os requisitos regulamentares mínimos relativamente a limiares de rácio de cobertura. O BCE, enquanto autoridade competente, é informado do desenvolvimento do rácio de cobertura continuamente e as medidas necessárias (se existentes) serão discutidas em conjunto; considerando também potenciais alterações nos regulamentos. Antes de 30 de junho de 2017, os requisitos mínimos regulamentares relacionados com os respetivos limiares de rácio de cobertura foram sempre cumpridos. Estes rácios excluíram as exposições permanentemente atribuídas ao método padrão (de acordo com o artigo 150.º do CRR), outras exposições calculadas pelo método IRB, bem como posições de titularização.

A componente de risco de mercado do Deutsche Bank é um múltiplo do valor em risco, que é calculado para fins regulamentares com base nos nossos modelos internos e aprovados pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha. A componente de risco de mercado inclui um múltiplo do valor em risco em situação de esforço e do valor em risco, bem como os requisitos de capital para riscos adicionais e a medida de risco global na carteira de negociação de correlação do Grupo. Todos são calculados com base nos modelos internos aprovados pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha do Grupo. A componente de risco de mercado também inclui titularizações na carteira de negociação fora da carteira de negociação de correlação medida com o método padrão em conformidade com o CRR. Outros métodos de cálculo padrão são utilizados para as restantes posições de risco de mercado.

Para cálculos de risco operacional, o Grupo utiliza a denominada Abordagem de medição avançada ("AMA") em conformidade com os artigos 321.º a 324.º do CRR.

Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC. Calculamos a maioria do CVA com base no nosso próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Ativos ponderados pelo risco do Grupo Deutsche Bank

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
	CRR/CRD IV	CRR/CRD IV
Risco de crédito	214 142	220 345
Risco de liquidação	147	36
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	6 451	9 416
Risco de mercado	30 966	33 762
Risco operacional	91 610	92 675
Total dos ativos ponderados pelo risco	**343 316**	356 235

Capital regulamentar

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2017, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções). Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganho de titularização sobre a venda,

(ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. As deduções de capital CET 1 compreendem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade elegíveis no âmbito de quadros anteriores. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded* estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 50 % em 2017, sendo que este limite desce 10 % em cada ano.

Visão geral do capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o CRR/CRD IV

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
	CRR/CRD IV	CRR/CRD IV
Capital Common Equity Tier 1 antes de ajustamentos regulamentares	63 114	59 104
Total de ajustamentos regulamentares ao capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	(12 306)	(11 321)
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**50 808**	47 782
Capital *Tier 1* adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	8 579	11 191
Total de ajustamentos regulamentares ao capital *Tier 1* adicional (AT1)	(1 756)	(3 488)
Capital *Tier 1* adicional (AT1)	**6 823**	7 703
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)	**57 631**	55 486
Capital *Tier 2* (T2)	**6 384**	6 672
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	**64 016**	62 158
Total dos ativos ponderados pelo risco	**343 316**	356 235
Rácios de capital		
Rácio de capital *Common Equity Tier* 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	14,8	13,4
Rácio de capital *Tier 1* (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	16,8	15,6
Total de rácio de capital (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	18,6	17,4

A 31 de dezembro de 2017, o nosso capital *TIer 1* de CRR/CRD IV totalizava 57,6 mil milhões de euros, sendo composto por capital CET 1 de 50,8 mil milhões de euros e capital AT1 de 6,8 mil milhões de euros. O capital Tier 1 de CRR/CRD IV era 2,1 mil milhões de euros mais alto do que no final de 2016, principalmente, motivado por um aumento no capital CET 1 de 3,0 mil milhões de euros desde o final de 2016, enquanto o capital AT1 diminuiu 0,9 mil milhões de euros no mesmo período.

O aumento de 3,0 mil milhões de euros em capital CET 1 de CRR/CRD IV resultou em grande medida da emissão de capital no início de abril de 2017 com proveitos líquidos de 7,9 mil milhões de euros e a inversão de deduções relacionadas com o limiar de 10% de 0,4 mil milhões de euros devido à base de capital superior. Estes efeitos positivos foram, posteriormente, reduzidos pelo aumento dos ajustamentos regulamentares devido à taxa de implementação superior de 80% em 2017 em comparação com 60% em 2016 e pelos efeitos negativos de ajustamentos de conversão cambial de 2,6 mil milhões de euros com efeitos contrários cambiais parcialmente positivos em rubricas de dedução de capital. Outras reduções deveram-se à perda líquida atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais de 0,8 mil milhões em 2017. Uma vez que não incluímos um lucro intercalar no nosso capital CET 1 em consequência do resultado líquido negativo no exercício de 2017, nem o cupão AT1 nem os dividendos de acionistas são apurados no capital CET 1 em conformidade com o art. 26.º, n.º 2 CRR.

A diminuição de 0,9 mil milhões de euros no capital AT1 de CRR/CRD IV resultou sobretudo de instrumentos Tier 1 híbrido antigos, reconhecíveis como capital AT1 durante o período de transição, que foram 2,6 mil milhões de euros inferiores em comparação com o final do ano de 2016, devido em grande medida ao vencimento de instrumentos (2,4 mil milhões de euros) e efeitos cambiais. Os ajustamentos transitórios reduzidos (1,7 mil milhões de euros inferiores aos do final do ano de 2016) tiveram

um efeito contrário positivo ao serem descontinuados do capital AT1. Estas deduções refletem o montante residual de determinadas deduções de CET 1 que foram subtraídas do capital CET 1 pelas regras *fully loaded*, mas permitem reduzir o capital AT1 durante o período de transição. A taxa de integração progressiva destas deduções a nível do capital CET 1 aumentou para 80 % em 2017 (60 % em 2016) e diminuiu de forma correspondente a nível do capital AT1 para 20 % em 2017 (40 % em 2016).

O nosso capital *Tier 1* de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* em 31 de dezembro de 2017 era de 52,9 mil milhões de euros, comparado com 46,8 mil milhões de euros no final de 2016. O nosso capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* totalizava 48,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, comparado com 42,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. O nosso capital AT1 de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* totalizava 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, quase inalterado, quando comparado com o final de 2016.

O aumento do nosso capital CET 1 *fully loaded* de 6,0 mil milhões de euros em comparação com o capital no final do ano de 2016 resultou em grande medida dos proveitos líquidos de 7,9 mil milhões de euros da nossa emissão de capital e da inversão das deduções relacionadas com o limiar de 10% de 0,6 mil milhões de euros devido à base de capital superior. Outros efeitos positivos de 0,4 mil milhões de euros resultaram de ajustamentos regulamentares de filtros prudenciais (ajustamentos da avaliação de dívida). Estes efeitos positivos foram parcialmente reduzidos pelo nosso resultado líquido de 0,8 mil milhões de euros e pelos efeitos negativos de ajustamentos de conversão cambial de 2,6 mil milhões de euros com efeitos contrários cambiais parcialmente positivos em rubricas de dedução de capital.

Com base nas orientações do BCE e no seguimento das diretrizes da EBA relativamente a compromissos de pagamento, o Deutsche Bank tratará compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o sistema de garantia de depósitos e o Fundo Único de Resolução como uma dedução de capital CET 1 adicional em vez de ativos ponderados pelo risco, com efeito a partir de janeiro de 2018. Se estes forem tratados como uma rubrica de dedução de capital para o exercício de 2017, o nosso capital CET 1 *fully loaded* pró-forma teria sido 0,4 mil milhões inferior juntamente com uma isenção de RWA de mil milhões de euros, resultando numa diminuição do rácio de capital CET 1 *fully loaded* pró-forma de 8 pontos base.

Processo de avaliação da adequação capital interno

O Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) obriga os bancos a identificarem e avaliarem riscos, a disporem de capital suficiente para lidar com esses riscos e a aplicarem técnicas de gestão de risco adequadas para manter a capitalização adequada de forma contínua, ou seja, para garantir que a oferta interna de capital é superior à procura interna de capital (os respetivos valores são descritos com mais detalhe na secção "Adequação de capital interno").

Ao nível do Grupo, cumprimos o Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno conforme exigido nos termos do Pilar 2 de Basileia III e da respetiva implementação na Alemanha e com os Requisitos Mínimos para Gestão do Risco (MaRisk), através da respetiva estrutura de gestão e governação do risco, metodologias, processos e infraestruturas.

Em conformidade com os requisitos MaRisk e de Basileia, os principais instrumentos para nos ajudar a manter a capitalização adequada contínua do Grupo são:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação do risco constitui a base do ICAAP e resulta num inventário de riscos para o Grupo. Todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade. Pode encontrar mais detalhes na secção "Identificação e avaliação do risco".
- Procura de capital/medição do risco: As metodologias e modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez. Pode encontrar mais detalhes nas secções "Perfil de risco" e "Capital e rácio de alavancagem".
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição de recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas quantificadas como parte da procura de capital. Pode encontrar mais detalhes na secção "Capital e rácio de alavancagem".
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu limiares de apetência pelo risco do Grupo que expressam o nível de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos. As violações do limiar estão sujeitas a um quadro de governação dedicado que aciona medidas de gestão que visam proteger a adequação de capital. Pode encontrar mais detalhes nas secções "Apetência pelo risco e capacidade de risco" e "Indicadores de risco fundamentais".
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco do Grupo para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos para proteger a adequação de capital numa base prospetiva. Pode encontrar mais detalhes na secção "Plano estratégico e de capital".
- Testes de esforço: Os números do plano de capital são também considerados sob vários cenários de teste de esforço para provar a resiliência e a viabilidade global do banco. Os indicadores de adequação de capital são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários de esforço hipotéticos e para detetar quaisquer vulnerabilidades sob esforço. Pode encontrar mais detalhes na secção "Testes de esforço".
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação de capital seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma avaliação da adequação de capital anual dedicada (CAS). A avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação de capital do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação de capital numa base prospetiva.

Adequação de capital interno

O nosso processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Avaliamos a nossa adequação de capital interno como o rácio da nossa oferta de capital interno dividido pela nossa procura de capital económico interno conforme indicado na tabela abaixo. Embora o ICAAP do Deutsche Bank seja historicamente baseado numa "abordagem de negócio liquidado", a abordagem foi alterada em novembro de 2017 para assumir uma perspetiva que visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Em resultado, o percentil utilizado para o cálculo da procura de capital económico interno foi alterado de 99,98% para 99,9%, melhorando a comparabilidade com a procura de capital regulamentar juntamente com as seguintes implicações para a definição de oferta de capital interno: A definição revista de oferta de capital interno exclui quaisquer instrumentos de capital Tier 1 sujeitos a anterioridade e instrumentos de capital Tier 2. Os acréscimos para cupões AT1 e ativos por impostos diferidos IFRS que dependem da rentabilidade futura, excluindo os que resultam de diferenças temporárias, são totalmente deduzidos. Os ativos por impostos diferidos IFRS resultantes de diferenças temporárias são ponderados pelo risco e cobertos no capital económico de risco de negócio no lado da procura de capital interno. Anteriormente, os ativos por impostos diferidos eram totalmente deduzidos da oferta de capital interno. Os ajustamentos de justo valor para ativos reclassificados onde não está disponível financiamento correspondente deixaram de ser deduzidos da oferta de capital interno.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017	31.12.2016
Oferta de capital		
Capital próprio dos acionistas	63 174	59 833
Participações minoritárias[1]	0	0
Acréscimos de cupões AT1	(213)	N/S
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	(29)	N/S
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio[2]	(73)	(440)
Ajustamentos de avaliação adicionais[3]	(1 204)	(1 398)
Ativos intangíveis	(8 839)	(8 982)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias[4]	(3 341)	N/S
Ativos por impostos diferidos IFRS[4]	N/S	(8 666)
Défice para perda esperada	(502)	(297)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida[5]	(1 125)	(945)
Participações de instrumentos de capital Common Equity Tier 1	(131)	(45)
Crédito à habitação e proteção de poupanças ("Fonds zur bauspartechnischen Absicherung")	(19)	(231)
Outros ajustamentos	(322)	N/S
Ajustamentos de justo valor para ativos financeiros reclassificados em empréstimos[6]	N/S	(557)
Instrumentos de capital Tier 1 adicional[7]	4 675	N/S
Instrumentos híbridos de capital *Tier 1*	N/S	11 259
Instrumentos de capital *Tier 2*	N/S	8 003
Oferta de capital	**52 051**	57 534
Total de procura de capital económico		
Risco de crédito	10 769	13 105
Risco de mercado	10 428	14 593
Risco operacional	7 329	10 488
Risco de negócio	5 677	5 098
Vantagem de diversificação	(7 074)	(7 846)
Procura de capital	**27 129**	35 438
Rácio de adequação de capital interno	**192%**	162%

[1] Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.
[2] Inclui a dedução de ganhos ao justo valor relativos a efeitos de crédito relacionados com passivos próprios designados ao abrigo da opção de justo valor, bem como os ajustamentos da avaliação de dívida.
[3] Conforme aplicado na secção Gestão de capital.
[4] O tratamento de dedução de ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias foi alterado para a inclusão de procura de capital económico de risco de negócio.
[5] Relatado como ativos líquidos (ativos menos passivos) de um fundo de pensões definidas,ou seja, aplicável a planos de pensões sobrefinanciados.
[6] Inclui ajustamentos de justo valor relativamente a ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 e no que se refere à carteira bancária de ativos nos casos em que não está disponível financiamento equivalente.
[7] A partir de 31 de dezembro de 2016, incluído em "Instrumentos híbridos de capital Tier 1"

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 192 % em 31 de dezembro de 2017 face a 162 % em 31 de dezembro de 2016. A mudança do rácio deveu-se ao facto de a oferta de capital ter diminuído proporcionalmente menos do que a procura de capital. A diminuição na procura de capital deveu-se a requisitos de capital económico inferiores parcialmente devidos à alteração no percentil conforme explicado na secção "Perfil de risco". A Oferta de capital diminuiu 5,4 mil milhões de euros sobretudo devido à nova definição de oferta de capital de acordo com a nova perspetiva de adequação de capital interno implementada em novembro de 2017.

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo consolidado, globalmente (incluindo o Postbank), e são parte integrante da nossa estrutura de Gestão de risco e capital.

Relatório de Remunerações

O Relatório de Remuneração fornece informações sobre os princípios e o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. Cumpre os requisitos do n.º 9 do artigo 285.º do Código Comercial alemão (HGB), da norma de contabilidade alemã n.º 17 "Relato da remuneração dos órgãos executivos", do regulamento alemão relativo aos requisitos de supervisão para os sistemas de remuneração de bancos (Instituts-Vergütungsverordnung), bem como das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Introdução

O Relatório de Remuneração de 2017 fornece informação detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global.

O relatório de remuneração inclui as seguintes três secções:

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

A primeira secção do Relatório determina a estrutura e a conceção do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Apresenta o sistema de remuneração para o exercício de 2017, para o qual a estrutura de remuneração variável foi alterada em comparação com o sistema de remuneração para o exercício de 2016 e que foi aprovado pela Assembleia Geral em maio de 2017. Adicionalmente, o relatório contém informações sobre a remuneração e outros benefícios concedidos pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

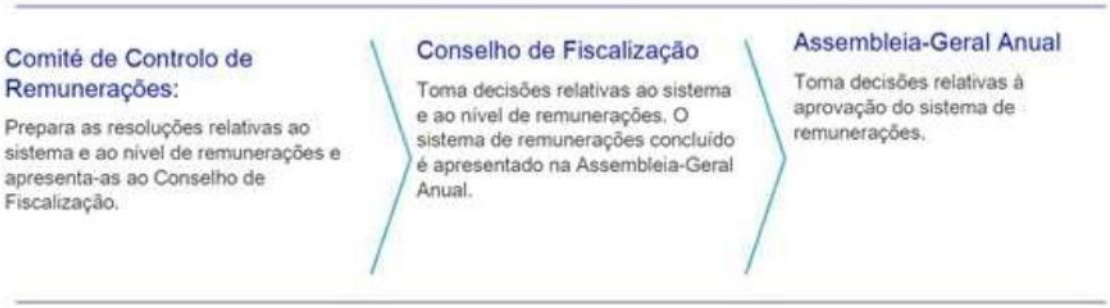
A segunda secção do Relatório de Remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (exceto o Deutsche Postbank AG, que publica um Relatório de Remuneração separado). O relatório fornece detalhes sobre o novo enquadramento de remuneração que foi apresentado em 2016 e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2016. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV).

Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

A terceira secção fornece informações sobre a estrutura e o nível de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

Governo da Remuneração do Conselho de Administração



O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comité de Controlo de Remunerações. O Comité de Controlo de Remunerações controla e apoia a estruturação adequada do sistema de remuneração e prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comité de Controlo de Remunerações e/ou o Conselho de Fiscalização consultará consultores externos independentes sempre que seja considerado necessário.

Atualmente, o Comité de Controlo de Remunerações é constituído por quatro membros. Em conformidade com os requisitos regulamentares, pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização revê regularmente o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração. Em caso de mudança ou reestruturação do quadro remuneratório, o Conselho de Fiscalização recorre à possibilidade prevista em § 120 (4) da lei alemã relativa às sociedades por ações (Aktiengesetz – AktG) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Fiscalização solucionou as novas estruturas de remuneração para o exercício de 2017, as quais foram apresentadas à Assembleia-Geral para aprovação em maio de 2017. A Assembleia-Geral concedeu a sua aprovação com uma maioria absoluta de 97%.

Princípios da Remuneração do Conselho de Administração e do Sistema de Remunerações

Vários fatores devem ser tidos em conta ao estruturar o sistema de remuneração e determinar remunerações individuais. Estes fatores podem ser resumidos como princípios de remuneração específicos. A visão geral seguinte mostra os princípios de remuneração fundamentais que têm impacto tanto no sistema de remunerações como nas remunerações individuais e, por isso, devem ser tidos em conta pelo Conselho de Fiscalização ao aprovar uma resolução em matéria de remunerações.

Ao aprovar uma resolução sobre a estrutura e determinação de remuneração, o Conselho de Fiscalização tem em consideração nomeadamente:

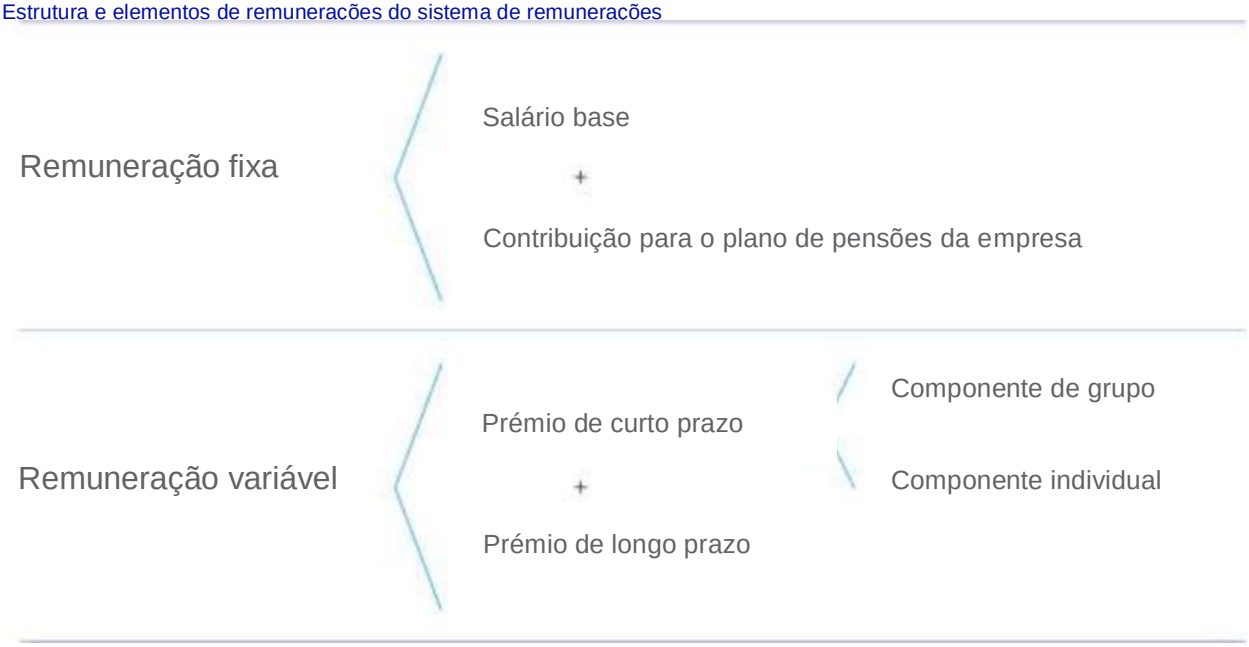
Governo	A estruturação do sistema de remuneração e determinação de remunerações individuais é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. O objetivo do Conselho de Fiscalização é oferecer, no âmbito dos requisitos regulamentares, um pacote de remuneração que continue a estar em consonância com as práticas de mercado habituais e, portanto, que seja competitivo.
Group Strategy (estratégia do Grupo)	Através da estrutura do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e evitar incorrer em riscos excessivamente elevados.
Desempenho Coletivo e Individual dos Membros do Conselho de Administração	A remuneração variável relacionada com o desempenho é determinada com base no nível de consecução dos objetivos previamente acordados. Para este efeito, são definidos objetivos coletivos e relacionados com o Grupo Deutsche Bank aplicáveis de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização define objetivos individuais para cada membro do Conselho de Administração separadamente, que têm em conta particularmente o desenvolvimento do negócio, das infraestruturas ou áreas regionais de responsabilidade, conforme o caso. Estes objetivos podem ser de natureza financeira ou não financeira.
Limites de remuneração regulamentares ou outros	De acordo com as abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação de cap), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a definição supramencionada para 1:2 com uma maioria de 91 %. O sistema de remuneração deliberado pelo Conselho de Fiscalização também prevê limites fixos para os componentes de remuneração variável individuais. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização pode definir um limite adicional para a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração. No exercício de 2017, o limite adicional é de 9,85 milhões de euros.
Aspetos de sustentabilidade	Atualmente, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração será concedida apenas numa base diferida. Desde 2017, uma parcela de pelo menos 75% da remuneração variável diferida será concedida sob a forma de componentes de remuneração com base em ações, que são obtidos nunca menos de cinco anos após ser concedida uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e estão sujeitos a um período de retenção adicional de um ano. A parcela remanescente será concedida como uma componente de remuneração não baseada em ações e a ser obtida em tranches idênticas durante um período de quatro anos. Durante o período de diferimento e de retenção, a remuneração diferida está sujeita a disposições específicas de perda de direitos.
Interesses dos acionistas	Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a sua aplicação e distribuição, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank.

O sistema de remunerações e as estruturas de remuneração que este abrange encontram-se refletidos nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

Estrutura de remuneração desde janeiro de 2017

– Estruturas de remuneração transparentes
– Ligações claras entre a remuneração e os objetivos previamente acordados
– Forte ênfase nos interesses dos acionistas

Estrutura e elementos de remunerações do sistema de remunerações



O sistema de remuneração aplicável a partir de janeiro de 2017 consiste em componentes não relacionadas com o desempenho (fixo) e componentes relacionadas com o desempenho (variável).

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste no salário-base, em contribuições para o plano de pensões da empresa e "outros benefícios".

O salário-base anual ascende a 3,4 milhões de euros para o Presidente e o Conselho de Administração. O Vice-Presidente recebe um salário-base anual de 3 milhões de euros. O salário-base anual para os membros ordinários do Conselho de Administração com responsabilidades na CIB é de 3 milhões de euros, e para todos os restantes membros ordinários do Conselho de Administração é de 2,4 milhões de euros.

Além disso, o Conselho de Fiscalização decidiu em 2017 introduzir provisões funcionais opcionais. Estas poderão ser pagas a membros do Conselho de Administração que sejam afetados a tarefas adicionais e, em particular, com responsabilidades que ultrapassem o âmbito normal de responsabilidade na esfera do Conselho de Administração. As provisões podem corresponder a um máximo de 100% do salário-base anual e são pagas enquanto as tarefas adicionais e responsabilidades específicas forem atribuídas ao membro do Conselho de Administração.

Vários fatores foram tidos em conta ao determinar o nível adequado do salário-base. Primeiro, o salário-base recompensa o pressuposto geral do mandato do membro do Conselho de Administração e a responsabilidade global relacionada dos membros individuais do Conselho de Administração. Adicionalmente, a remuneração paga no mercado comparável é tida em consideração ao determinar o montante do salário-base. No entanto, uma comparação do mercado tem de ter em consideração que os requisitos regulamentares em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV) em relação à Secção 25a (5) da lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) definiram um limite para a remuneração variável de 200% da remuneração fixa. Por conseguinte, a remuneração fixa tem de ser determinada de forma a assegurar uma remuneração competitiva em consonância com as práticas de mercado, tendo simultaneamente em consideração os requisitos supramencionados. Este limite regulamentar foi implementado em 2014.

O InstVV prevê a possibilidade de definir contribuições para o plano de pensões da empresa como remuneração fixa e, por conseguinte, incluí-las na base para o cálculo do rácio entre componentes de remuneração fixa e variável. A contribuição anual para o plano de pensões corporativo ascende a 650 000 euros para o Presidente do Conselho de Administração, 1 000 000 de euros para os membros ordinários do Conselho de Administração com responsabilidades na AM e na CIB, e de 650 000 euros para os restantes membros ordinários do Conselho de Administração.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem “Outros benefícios”. Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

Para 2016, o sistema de remuneração definiu três componentes (o Prémio Anual de Desempenho (APA), o Prémio de Desempenho de Longo Prazo (LTPA) e o Prémio de Desempenho da Divisão (DPA)) que, em conjunto, constituíram a remuneração variável. O APA premiou a consecução a curto e médio prazo dos objetivos e da política corporativa do Banco. No processo foi tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. O nível do LTPA foi determinado com base no desempenho relativo da ação do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas com base numa avaliação de três anos e incluiu parâmetros não financeiros (o denominado fator de cultura e cliente). O Prémio de Desempenho da Divisão procurou refletir as características específicas dos front offices.

Para 2017, o sistema de remuneração foi ajustado para simplificar de forma substancial as estruturas da remuneração variável e associar a remuneração a critérios de desempenho transparentes. No entanto, a estrutura ainda permite que sejam acordados objetivos individuais e de divisão juntamente com objetivos coletivos e possibilita a obtenção de níveis de pagamento competitivos em consonância com as práticas de mercado tendo como base a área de responsabilidade do membro respetivo e, simultaneamente, também cumpre os requisitos regulamentares a este respeito.

Toda a remuneração variável está relacionada com o desempenho. A partir do exercício de 2017, a remuneração variável consistirá num componente a curto prazo e num componente a longo prazo:

- o Prémio de curto prazo e
- o Prémio de longo prazo.

Prémio de curto prazo (STA)

O STA está associado à consecução de objetivos de curto e médio prazo. Os objetivos incluem objetivos coletivos a ser alcançados pelo Conselho de Administração como um todo e objetivos individuais cujo nível de consecução é determinado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

A fim de distinguir claramente objetivos coletivos dos objetivos individuais, o STA é dividido em dois componentes:

- o Componente de Grupo e
- o Componente individual.

Componente de grupo

Os objetivos a ser alcançados constituem a base para o cálculo do componente de grupo como parte do STA. O objetivo fundamental do componente do grupo é associar a remuneração variável para o Conselho de Administração ao desempenho global do Banco.

Em 2016, o Conselho de Administração decidiu alinhar mais estreitamente parte da remuneração variável para colaboradores não pautais do Banco com o desempenho do Grupo. Isto procura recompensar o contributo de todos os colaboradores para os resultados financeiros do Banco e os êxitos na implementação da sua estratégia. A remuneração do Conselho de Administração está também estreitamente ligada ao desempenho do Banco, utilizando valores financeiros fundamentais selecionados. O Conselho de Fiscalização decidiu alinhar mais estreitamente o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração com o sistema de remuneração para colaboradores. Isto é alcançado através da utilização de métricas de desempenho subjacentes ao componente de grupo no sistema de remuneração para colaboradores como o valor de referência para o componente de grupo do STA a partir de 2017.

Em conformidade com a estratégia, quatro métricas de desempenho que constituem indicadores importantes do perfil de capital, risco, custo e rentabilidade do Banco formam o valor de referência para o componente de grupo do STA:

Rácio Common Equity Tier 1 (CET1) (fully loaded)	O rácio Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos ativos ponderados pelo risco.
Rácio de alavancagem	O capital Tier 1 do Banco como uma percentagem da sua exposição total a alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV.
Custos ajustados	Despesas totais (excluindo juros), excluindo reestruturação e indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros intangíveis
Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Esta última é o capital próprio dos acionistas no balanço do Banco, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a seleção das métricas de desempenho. Os quatro objetivos supra são igualmente ponderados até 25% na determinação do componente de grupo do STA, dependendo do nível de consecução. Se, de um modo geral, os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

Componente individual

O componente individual do STA recompensa a consecução de objetivos a curto e médio prazo individuais e relacionados com front office. Estes objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação do desempenho do exercício financeiro respetivo. Os objetivos principais são concebidos para contribuir para a política comercial aplicável e objetivos estratégicos do Banco, em consonância com a área de responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Os objetivos para o componente individual podem incluir, por exemplo, desenvolvimentos de proveitos durante o ano, metas relacionadas com projetos, objetivos de diversidade ou outros desenvolvimentos na satisfação dos colaboradores ou dos clientes.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que serão utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. É estabelecido um máximo de três objetivos por ano fiscal para cada membro do Conselho de Administração. A soma dos objetivos acordados individualmente e de cada divisão ascende a um máximo de 90% do componente individual do STA, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. O Conselho de Fiscalização decide sobre a parcela remanescente de 10% do componente individual para premiar contributos extraordinários ao longo do exercício, como parte da sua autoridade discricionária. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente individual não será atribuído.

Valores mínimo, alvo e máximo

A soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 40% da remuneração variável total, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. Isto é concebido para assegurar que o valor da remuneração variável não seja determinado principalmente pelos objetivos individuais. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um STA não será atribuído.

em euros	2017 Mínimo	Alvo	Máximo
Presidente			
Componente de grupo	0	500 000	1 000 000
Componente individual	0	1 400 000	2 800 000
Total STA[1]	0	1 900 000	3 800 000
Membro ordinário do Conselho de Administração			
Componente de grupo	0	500 000	1 000 000
Componente individual (desde - até)	0	800 000	1 600 000
	0	até 1 400 000	até 2 800 000
Total STA (desde - até)	**0**	1 300 000	2 600 000
	0	até 1 900 000	até 3 800 000

[1] STA: Prémio de curto prazo.

Prémio de longo prazo (LTA)

O Conselho de Fiscalização decidiu focar-se claramente na consecução de objetivos a longo prazo ao determinar a remuneração variável. Por conseguinte, o valor alvo do LTA constitui uma parte nunca inferior a 60% da remuneração alvo variável total. À semelhança do componente a curto prazo, o Conselho de Fiscalização determina os objetivos de longo prazo coletivos e/ou individuais para os membros do Conselho de Administração. O nível de consecução é determinado com base na definição de fatores e/ou métricas de desempenho claras, que serão acordados para estes objetivos no início de um exercício financeiro.

60% da remuneração variável, no mínimo, está relacionada com o componente de longo prazo

O Conselho de Fiscalização determina um total de três objetivos para cada membro do Conselho de Administração. Cada objetivo é igualmente ponderado a 1/3 na avaliação do LTA. Para 2017, o Conselho de Fiscalização determinou os três objetivos comuns seguintes para todos os membros do Conselho de Administração.

O **desempenho relativo da ação do Deutsche Bank** em comparação com instituições pares selecionadas é um objetivo no enquadramento do LTA. Este objetivo visa promover o desempenho sustentável da ação do Deutsche Bank. A natureza de longo prazo deste objetivo é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas (RTSR) com base numa avaliação de três anos. O RTSR do Deutsche Bank deriva da rentabilidade total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo de pares selecionado (cálculo em euros). Esta parcela do LTA é calculada a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores). Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas é selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente.

Em 2017, o grupo de pares para o RTSR inclui os seguintes bancos:

Grupo de pares do Deutsche Bank				
BNP Paribas	Société Générale	Barclays	Credit Suisse	UBS
Bank of America	Citigroup	JP Morgan Chase	HSBC	

O segundo objetivo está associado ao crescimento e reforço do Banco. Com a noção de **crescimento orgânico do capital** numa base líquida, o Conselho de Fiscalização define um objetivo concebido para promover este crescimento. Para determinar o nível do crescimento de capital, é calculado o fator "Crescimento orgânico do capital". O Crescimento orgânico do capital é definido como o saldo das seguintes alterações (igualmente reportadas na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio) que ocorrem durante o exercício, divididas pela ações dos Acionistas do Deutsche Bank atribuíveis até 31 de dezembro do exercício anterior.

- Total do rendimento integral, após impostos
- Cupões sobre componentes de capital adicionais, após impostos
- Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos
- Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias
- Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas

Consequentemente, as alterações "não orgânicas" às ações, em particular o pagamento de dividendos ou aumento de capital, não são relevantes para a consecução do objetivo.

Conforme descrito anteriormente, o terceiro objetivo é tirado da categoria "**Cultura e Clientes**". Neste contexto, o Conselho de Fiscalização define um objetivo que está associado à cultura empresarial, à satisfação do cliente e às relações com os clientes. Este objetivo está associado ao desenvolvimento sustentável do ambiente intrabancário ou é concebido para promover o desenvolvimento das relações com os clientes. No exercício de 2017, um objetivo definido pelo Conselho de Fiscalização para todos os membros do Conselho de Administração é novamente a avaliação do ambiente de controlo dentro do Grupo Deutsche Bank.

O prémio de longo prazo pode ser um máximo de 150% dos valores alvo correspondentes.

Objetivos

Os objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte de um acordo de definição de objetivos no início do exercício financeiro respetivo para fins de avaliação do desempenho. Para todos os objetivos são definidos os valores financeiros e/ou fatores dos quais o nível de consecução dos objetivos deriva de forma transparente. A margem para a decisão discricionária está estritamente limitada de 3 a 6% em relação à remuneração variável total.

A atribuição dos objetivos aos componentes de remuneração individuais é apresentada a seguir.

	Indicadores relevantes	Ponderação relativa
Prémio de curto prazo (STA)	**Componente de grupo[1]**	
	Rácio CET1	25%
	Rácio de alavancagem	25%
	Gastos operacionais (excluindo juros) ajustados	25%
	Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	25%
	Componente individual (exemplar)[2]	
	Crescimento de receitas/IBIT ao longo do ano versus plano	30%
	Objetivos relacionados com o projeto (realização, gestão)	30 %
	Índice de compromisso do colaborador (% ao longo do ano)/Objetivos de diversidade	30 %
	Ajustes baseados em opiniões fundamentadas	10%
Prémio de longo prazo (LTA)[3]	Retorno total relativo dos acionistas	33,34%
	Crescimento orgânico do capital (líquido)	33,33%
	"Fator de cultura e cliente"/Grupo de classificação do ambiente de controlo	33,33%

(1) Principais objetivos estratégicos conjuntos, que também formam a base da avaliação do componente de grupo como parte do sistema de remunerações para os funcionários do Grupo DB
(2) Objetivos individuais e de divisão a curto prazo quantitativos e qualitativos
(3) Objeções ao nível do grupo a longo prazo.

Remuneração máxima

Remuneração total/Valores alvo e máximo

					2017	2016
	Salário-base	STA[1]		LTA[2]	Remuneração total	Remuneração total
em euros		Componente de grupo	Componente individual			
Presidente						
Alvo	3 400 000	500 000	1 400 000	3 400 000	8 700 000	9 100 000
Máximo	3 400 000	1 000 000	2 800 000	5 100 000	12 300 000	12 500 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB)						
Alvo	3 000 000	500 000	1 400 000	2 800 000	7 700 000	8 500 000
Máximo	3 000 000	1 000 000	2 800 000	4 200 000	11 000 000	13 200 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (PCB)						
Alvo	2 400 000	500 000	1 100 000	2 800 000	6 800 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	2 200 000	4 200 000	9 800 000	8 300 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Deutsche AM)						
Alvo	2 400 000	500 000	1 300 000	2 800 000	7 000 000	7 000 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	2 600 000	4 200 000	10 200 000	10 500 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)						
Alvo	2 400 000	500 000	800 000	2 800 000	6 500 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	1 600 000	4 200 000	9 200 000	8 000 000

[1] STA: Prémio de curto prazo.
[2] LTA: Prémio de longo prazo.

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a limites adicionais. Devido a requisitos regulamentares, a remuneração variável está limitada a 200% da remuneração fixa. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização voltou a definir um limite de 9,85 milhões de euros para a remuneração total global para o exercício de 2017. Consequentemente, a remuneração está limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros, ainda que o nível de consecução do objetivo resultasse numa remuneração superior. A provisão funcional que poderá ser atribuída durante um período fixo não conta para efeitos do limite.

Incentivo de longo prazo e sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Pelo menos metade do máximo de 40% da remuneração variável atribuída numa base não diferida tem de consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante valor poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% é pago ou entregue numa data posterior.

Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas é concedida numa base diferida. O sistema de remuneração aplicável até e incluindo 2016 previa que os componentes de curto prazo (APA e DPA) fossem em princípio concedidos sob a forma de componentes de remuneração não baseada em ações ("Prémios restritos de incentivo"). No entanto, o componente a longo prazo (LTPA) foi concedido exclusivamente sob a forma de componentes de remuneração com base em ações ("Prémios restritos de ações").

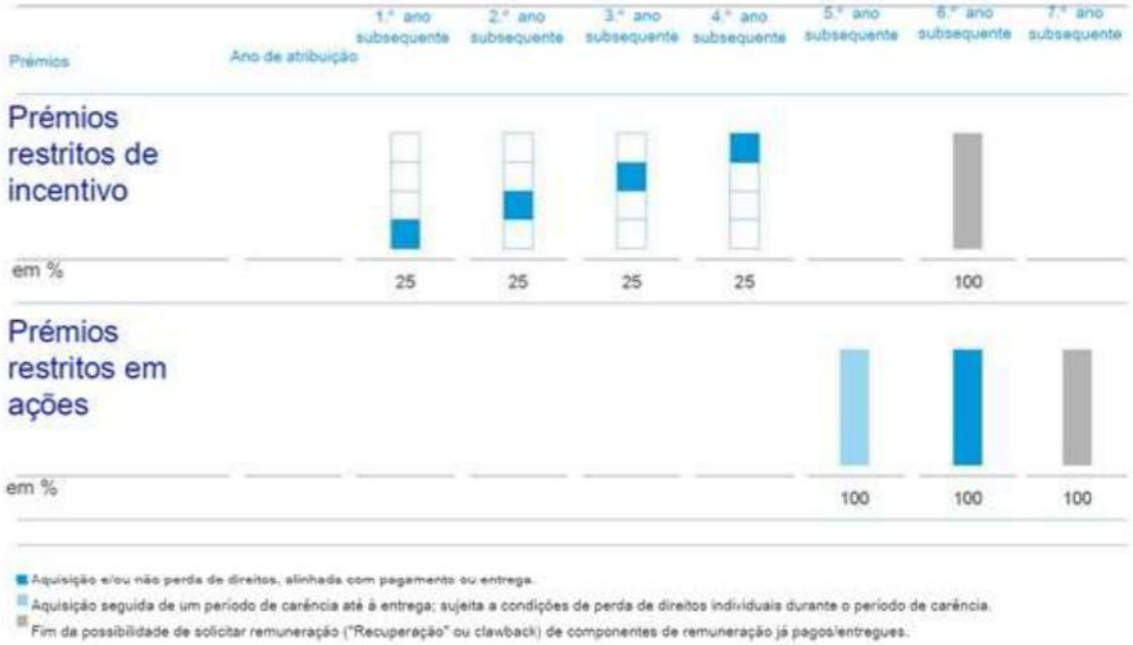
75% da remuneração variável, no mínimo, é concedida com base em ações

A fim de vincular ainda mais os membros do Conselho de Administração ao desempenho do Banco e à cotação da ação do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização decidiu que a partir do exercício de 2017 o componente de longo prazo (LTA), e na verdade não menos de 75% da remuneração variável total, continuará a ser concedido apenas sob a forma de prémios restritos de ações. No entanto, apenas o componente de curto prazo (STA), um máximo de 25% da remuneração variável total, é concedido sob a forma de prémios restritos de incentivo.

Os prémios restritos de incentivo são obtidos durante um período de quatro anos. Os prémios restritos de ações são obtidos após cinco anos em uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e têm um período de retenção adicional de um ano. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem alienar as suas ações depois de seis anos. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prémios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos específicas aplicam-se aos prémios restritos de incentivo e aos prémios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição, bem como o período de uma possível recuperação.

Período para pagamento ou entrega e não perda de direitos para o Conselho de Administração



Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)

O diferimento ou faseamento de alguns dos componentes da remuneração ao longo de vários anos (prémios restritos de incentivo e prémios restritos em ações) assegura um efeito de incentivo de longo prazo, porque esses componentes estão sujeitos a determinadas condições de perda de direitos até à aquisição dos direitos ou ao final dos períodos de carência, para criar um incentivo de longo prazo. Os prémios podem ser total ou parcialmente caducados, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, o prémio restrito de ações será totalmente perdido se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

A revisão do InstVV adotada em agosto de 2017 prevê, entre outros, que as denominadas "disposições de recuperação" deverão ser acordadas com os membros do órgão de gestão (Geschäftsleiter) das instituições relevantes. Contrariamente às condições de perda de direitos, esta cláusula permite ao Conselho de Fiscalização reclamar componentes de remuneração já pagos ou entregues devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização já tinha acordado esta cláusula com os membros do Conselho de Administração com base na versão preliminar do InstVV, que está igualmente alinhada com a versão final inalterada do InstVV. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização cumpriu com sucesso a obrigação delineada pelo InstVV para alinhar os contratos de serviços concluídos com os membros do Conselho de Administração com as novas provisões do InstVV. A provisão de recuperação (clawback) é aplicável a partir do exercício de 2018.

Limitações no caso de acontecimentos excecionais

No caso de acontecimentos excecionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos acordos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa se deteriorar, após a determinação da remuneração, de tal modo que a continuidade da atribuição da remuneração se tornasse impraticável para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pelo órgão regulador competente, de acordo com requisitos legais existentes.

Diretrizes de participações

– Compromisso de longo prazo dos membros do Conselho de Administração para com o Banco
– Identificação com o Deutsche Bank e respetivos acionistas
– Ligação ao desempenho do Banco através de remuneração diferida

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a deter um valor especificado de ações do Deutsche Bank. Este requisito promove a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e respetivos acionistas e visa assegurar uma ligação sustentável ao desempenho do Banco.

Para o Presidente, o número de ações a deter ascende a duas vezes o salário-base anual do Presidente, ou seja, o equivalente a 6 800 000 €, e para os restantes membros do Conselho de Administração ascende a uma vez o salário-base anual para os restantes membros do Conselho de Administração, ou seja, o equivalente a 2 400 000 € ou 3 000 000 €, respetivamente.

A partir do exercício de 2017, o anterior período de espera para que estes requisitos fossem cumpridos foi substituído por uma provisão associada ao montante da remuneração variável baseada em ações que é atribuída. As obrigações de retenção de ações têm de ser cumpridas com base na data em que o membro do Conselho de Administração recebeu uma remuneração variável baseada em ações global correspondente a 1 ⅓ das obrigações de retenção desde a sua nomeação para o Conselho de Administração. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte. Em 2017, todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de retenção para ações ou ainda se encontram no período de espera.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2017

Salário-base

No exercício de 2017, o salário-base anual foi de 3 400 000 € para o Presidente do Conselho de Administração e de 2 400 000 ou 3 000 000 €, respetivamente, para os restantes membros do Conselho de Administração. Em 2017, o membro do Conselho de Administração Stuart Lewis recebeu uma provisão funcional no valor de 300 000 €; o Conselho de Fiscalização atribuí-lhe a responsabilidade adicional de melhorar as relações com os reguladores nos EUA. Garth Ritchie recebeu uma provisão funcional no valor de 250 000 €; foi atribuída ao Sr. Ritchie uma responsabilidade adicional relativa às implicações do Brexit.

Remuneração variável

Após ter em consideração as perdas declaradas do Banco no exercício de 2017, o Conselho de Administração – tal como já tinham feito para o exercício de 2016 – tomou unanimemente a decisão de renunciar irrevogavelmente a qualquer direito de determinação e concessão de remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2017. O Conselho de Administração declarou a sua renúncia ao Conselho de Fiscalização. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização absteve-se de determinar e atribuir qualquer remuneração variável para os membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2017.

Nível de consecução de objetivos

O Conselho de Fiscalização teve em consideração as críticas dos acionistas expressadas durante a assembleia-geral do ano anterior acerca da transparência das decisões relativas à remuneração e decidiu disponibilizar uma análise do nível da consecução de objetivos. Tendo em conta a renúncia suprarreferida por parte do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização absteve-se de determinar e atribuir qualquer remuneração variável resultante da consecução de objetivos.

No exercício de 2017, o desenvolvimento das quatro métricas de desempenho para o **Componente de grupo do STA** foi o seguinte: relativamente ao rácio Common Equity Tier 1 (CET1), foram realizados progressos relevantes na com vista à consecução do nível alvo em conformidade com o plano estratégico. O nível alvo de 2017 foi, inclusivamente, ultrapassado. Relativamente ao rácio de alavancagem, foram realizados progressos com vista a alcançar o nível alvo em conformidade com o plano estratégico, ainda que o nível alvo interino não tenha sido alcançado na sua totalidade (consulte a secção "Rácio de alavancagem" no Relatório de risco para obter detalhes adicionais). O nível alvo interno pretendido para 2017 relativamente aos gastos operacionais ajustados (excl. juros) foi alcançado. O alvo de rentabilidade após impostos para 2017 não foi alcançado.

Em suma, o Conselho de Fiscalização determinou um nível de consecução de objetivos de 45% para o componente de grupo.

45 % foi o nível de consecução dos objetivos para o componente de grupo do STA

O **componente individual do STA** está associado à consecução dos objetivos individuais e da divisão de curto e médio prazo determinados pelos membros do Conselho de Administração em 2017.

John Cryan

Em 2017, os objetivos individuais do Sr. Cryan incluíram alcançar um desempenho definido do Grupo (Plan-IBIT). Os objetivos adicionais incluíram a gestão dos processos para a implementação da estratégia e melhoria da cooperação com as entidades reguladoras, bem como a gestão das conclusões e dos requisitos regulamentares. Além disso, foram acordadas as metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Kimberly Hammonds

Os objetivos para a Sra. Hammonds incluíram a provisão sem restrições de programas reguladores relevantes para apoiar as atividades corporativas e garantir a disponibilidade das aplicações de TI mais importantes do Banco. Outros objetivos alinhados com o cumprimento de um orçamento de custos definido para 2017 foram a correção e a conformidade com as conclusões regulamentares e o cumprimento das metas de diversidade e classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Stuart Lewis

Em 2017, os objetivos do Sr. Lewis incluíram a implementação de reduções nos custos definidos. Outro objetivo foi a implementação de programas reguladores importantes focados no risco. Por último, o Sr. Lewis teve como objetivo a remediação imediata das conclusões regulamentares e o cumprimento das metas de diversidade e classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Sylvie Matherat

A conclusão da implementação das divisões de conformidade e combate aos crimes financeiros foi um dos objetivos acordados com a Sra. Matherat. Outro objetivo foi apoiar as divisões na implementação dos requisitos MiFID 2 paralelamente à remediação imediata das conclusões regulamentares, a promoção da cooperação interna e o cumprimento das metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

James von Moltke

Os objetivos do Sr. von Moltke incluíram a implementação de iniciativas de gestão de desempenho transversais ao banco, focadas em melhorar a cultura da responsabilidade e uma maior transparência e alinhamento.

Nicolas Moreau

Os objetivos do Sr. Moreau incluíram a criação de entradas líquidas em Asset Management. Outro objetivo passou por estabelecer o Asset Management como uma unidade independente operativa e preparar a oferta pública inicial. Lidar com as conclusões regulamentares e cumprir as metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores eram objetivos adicionais.

Garth Ritchie

Os objetivos para o Sr. Ritchie incluíram, em particular, proveitos relacionados com a CIB e metas relacionadas com a IBIT. A remediação imediata das conclusões regulamentares, bem como o cumprimento das metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores, eram objetivos adicionais.

Karl von Rohr

Um dos objetivos para o Sr. von Rohr foi reduzir o número de disputas legais pendentes. Outro objetivo estava relacionado com o planeamento de pessoal. A remediação imediata das conclusões regulamentares foi também um objetivo, a par do cumprimento das metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Dr. Marcus Schenck

No seu papel como diretor financeiro (até junho de 2017, inclusive), os objetivos individuais do Dr. Schenck foram a conclusão bem-sucedida do aumento de capital e o cumprimento das metas de custos relativas ao departamento financeiro. A partir de julho de 2017, um dos objetivos do Dr. Schenck, enquanto membro do Conselho de Administração corresponsável pela CIB, foi o cumprimento das metas de proveitos relacionados à CIB e IBIT. Em ambas as áreas de responsabilidade, os seus objetivos incluíam a remediação das conclusões regulamentares e o cumprimento das metas de diversidade e classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Christian Sewing

Os objetivos do Sr. Sewing incluíram uma meta da IBIT relativa à divisão para o exercício de 2017. Outro objetivo dizia respeito a atividades de integração do Postbank. A remediação imediata das conclusões regulamentares foi também um objetivo, a par do cumprimento das metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores.

Werner Steinmüller

Para o exercício de 2017, uma meta de proveitos e um objetivo de gestão relativo à Ásia e Pacífico foram individualmente acordados com o Sr. Steinmüller. A remediação das conclusões regulamentares e cumprir as metas de diversidade e as classificações específicas relativas ao envolvimento dos colaboradores eram objetivos adicionais.

Frank Strauß

Os objetivos individuais acordados com o Sr. Strauß para o período a partir de 1 de setembro de 2017 diziam respeito à gestão do Deutsche Postbank AG, para o qual continua a desempenhar as funções de diretor-geral. Outro objetivo consistia na integração do Postbank no Deutsche Bank Group.

Devido à renúncia, o nível de consecução de objetivos de desempenho individual dos membros do Conselho de Administração não foi avaliado pelo Conselho de Fiscalização.

Embora o RTSR subjacente ao **LTA** tenha melhorado em 2017, o desempenho médio no triénio relevante (2015 a 2017) foi de 82,1% e, por conseguinte, situou-se abaixo do desempenho do grupo de pares. O crescimento de capital orgânico, conforme definido, teve uma evolução negativa em 2017. O reforço do ambiente de controlo foi avaliado com base no feedback da auditoria interna e das autoridades de fiscalização.

O Conselho de Fiscalização determinou um nível de consecução de objetivos global de 38% para o LTA.

38 % foi o nível de consecução dos objetivos do LTA

Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2017 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 29 200 000 euros (2016: 25 883 333 €). Este montante destinava-se apenas à remuneração fixa. 0 euros (2016: 0 euros) foram recebidos para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2017 e 2016, como se segue:

						2017	2016
	Salário-base		STA[1]	LTA[2]	Remuneração total	Provisão funcional	Remuneração total
em euros		Componente de grupo	Componente individual				
John Cryan	3 400 000	0	0	0	3 400 000	0	3 800 000
Kimberly Hammonds[3]	2 400 000	0	0	0	2 400 000	0	1 000 000
Stuart Lewis	2 400 000	0	0	0	2 400 000	300 000	2 400 000
Sylvie Matherat	2 400 000	0	0	0	2 400 000	0	2 400 000
James von Moltke[4]	1 200 000	0	0	0	1 200 000	0	–
Nicolas Moreau[5]	2 400 000	0	0	0	2 400 000	0	600 000
Garth Ritchie	3 000 000	0	0	0	3 000 000	250 000	2 400 000
Karl von Rohr	2 400 000	0	0	0	2 400 000	0	2 400 000
Dr. Marcus Schenck	2 900 000	0	0	0	2 900 000	0	2 400 000
Christian Sewing	2 900 000	0	0	0	2 900 000	0	2 400 000
Werner Steinmüller[6]	2 400 000	0	0	0	2 400 000	0	1 000 000
Frank Strauß[7]	800 000	0	0	0	800 000	0	–
Jeffrey Urwin[8]	600 000	0	0	0	600 000	0	2 400 000
Jürgen Fitschen[9]	–	–	–	–	–	–	1 583 333
Quintin Price[10]	–	–	–	–	–	–	1 100 000
Total	**29 200 000**	**0**	**0**	**0**	**29 200 000**	**550 000**	25 883 333

[1] STA: Prémio de curto prazo.
[2] LTA: Prémio de longo prazo.
[3] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[4] Membro desde 1 de julho de 2017.
[5] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[6] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[7] Membro desde 1 de setembro de 2017.
[8] Membro até 31 de março de 2017.
[9] Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.
[10] Membro desde 1 de janeiro até 15 de junho de 2016.

A tabela acima não inclui quaisquer elementos de remuneração atribuídos a membros do Conselho de Administração como substituição de componentes de remuneração que tenham sido renunciados na entidade patronal anterior. Estes são apresentados nos capítulos sobre prémios em ações e nas tabelas, em conformidade com o código de governo das sociedades alemão e DRS 17.

Prémios em ações

Os membros do Conselho de Administração declararam ao Conselho de Fiscalização que renunciam à determinação e concessão de qualquer remuneração variável para o exercício financeiro de 2017. Por conseguinte, não foram atribuídos quaisquer prémios em ações relativos à determinação da remuneração variável. O mesmo se aplicou ao exercício de 2016.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank AG.

Devido à sua tomada de posse enquanto membro do Conselho de Administração, James von Moltke renunciou aos componentes de remuneração deferida atribuídos a ele pela entidade patronal anterior. Adicionalmente, ele não recebeu qualquer remuneração variável pro-rata da sua entidade patronal anterior relativa a 2017, devido ao facto de ter ingressado no Deutsche Bank durante o ano. Os componentes de remuneração renunciados e não atribuídos foram substituídos por um valor equivalente pago em numerário, pela atribuição de 194 142 ações do Deutsche Bank com base no DB Equity Plan de 2017 (prémios iniciais em ações e prémios restritos em ações) e pela remuneração em numerário deferida (prémios restritos de incentivo). Os prémios iniciais em ações são sujeitos a um período de retenção até 28 de fevereiro de 2019; os prémios restritos em ações serão obtidos entre 1 de setembro de 2017 e 1 de março de 2023 e, subsequentemente, são sujeitos a um período de retenção entre seis e doze meses, respetivamente. Até à sua atribuição, os prémios são sujeitos a provisões de renúncia específicas.

Benefícios de pensão

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, foi criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração. Uma contribuição é realizada anualmente para esta conta de pensão.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, a contribuição efetuada é creditada com um pagamento de juros anual de 4 % até à data da reforma.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão em caso de um evento de pensão (limite de idade, incapacidade ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2017 e 2016, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2017 a partir de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
John Cryan	728 000	754 000	0	0	1 875 250	1 147 250	748 829	821 114	1 916 940	1 221 303
Kimberly Hammonds[1]	936 000	250 001	0	0	1 186 001	250 001	842 110	270 466	1 091 041	275 563
Stuart Lewis	871 000	556 000	0	0	3 213 938	2 342 938	807 465	546 402	3 377 866	2 555 844
Sylvie Matherat	786 500	500 000	0	0	1 373 168	586 668	774 917	517 352	1 354 995	613 025
James von Moltke[2]	503 750	-	0	-	503 750	-	451 453	-	463 619	-
Nicolas Moreau[3]	1 340 000	347 500	0	0	1 687 500	347 500	1 232 878	442 672	1 591 229	450 380
Garth Ritchie	1 500 000	1 550 000	0	0	3 050 000	1 550 000	1 306 915	1 443 171	2 704 127	1 475 820
Karl von Rohr	871 000	556 000	0	0	1 523 001	652 001	807 465	546 402	1 434 564	647 482
Dr. Marcus Schenck	1 105 500	556 000	0	0	2 189 501	1 084 001	1 018 267	546 402	2 051 090	1 041 150
Christian Sewing	1 046 500	1 085 500	0	0	2 824 000	1 777 500	899 307	984 198	2 450 830	1 592 460
Werner Steinmüller[4]	650 000	166 667	6 667	0	823 334	166 667	701 617	164 232	907 793	169 445
Frank Strauß[5]	348 834	-	0	-	348 834	-	313 391	-	321 839	-
Jeffrey Urwin[6]	500 000	2 000 000	20 000	0	0[7]	2 000 000	557 370	2 036 367	0	2 090 722

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de julho de 2017.
[3] Membro desde 1 de outubro de 2016.

[4] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 1 de setembro de 2017.
[6] Membro até 31 de março de 2017.
[7] O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 2 520 000 euros.

Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. As circunstâncias da cessação antecipada da nomeação e a duração do serviço no Conselho de Administração devem ser tidas em conta ao determinar o montante da indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções, em regra, é constituída por dois valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso, se aplicável. A indemnização por cessação de funções é determinada em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições do InstVV.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. O montante exato da indemnização por cessação de funções é determinado pelo Conselho de Fiscalização, a exclusivo critério do mesmo. Nos termos do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções não excederá três valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Jeffrey Urwin deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de março de 2017. O contrato de serviços do Conselho de Administração foi rescindido por mútuo acordo. Não existiam direitos adicionais decorrentes do acordo de rescisão.

Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com			
	Componentes de remuneração baseados em ações		Componentes de remuneração baseados em numerário	
em euros	2017	2016	2017	2016
James von Moltke[1]	0	0	671 148	0
Stuart Lewis	955 633	(136 084)[2]	230 974	466 922

[1] Membro desde 1 de julho de 2017.
[2] A remuneração com base em ações dos membros do Conselho de Administração é geralmente avaliada com base na cotação da ação em cada data de relato respetiva e conduz a um resultado negativo neste caso.

Participação acionista do Conselho de Administração

Em 16 de fevereiro de 2018 e em 17 de fevereiro de 2017, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração		Número de ações
John Cryan	2018	13 740
	2017	9 160
Kimberly Hammonds[1]	2018	34 200
	2017	22 800
Stuart Lewis	2018	88 292
	2017	51 347
Sylvie Matherat	2018	0
	2017	0
James von Moltke[2]	2018	0
Nicolas Moreau[3]	2018	0
	2017	0
Garth Ritchie	2018	43 227
	2017	28 778
Karl von Rohr	2018	5 601
	2017	3 737
Dr. Marcus Schenck	2018	78 168
	2017	26 445
Christian Sewing	2018	54 356
	2017	36 249
Werner Steinmüller[4]	2018	119 688
	2017	79 792
Frank Strauß[5]	2018	7 172
Total	**2018**	**444 444**
	2017	258 308

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de julho de 2017.
[3] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[4] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 1 de setembro de 2017.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 444 444 ações do Deutsche Bank em 16 de fevereiro de 2018, correspondente a aproximadamente 0,02% das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 17 de fevereiro de 2017 e 16 de fevereiro de 2018, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 17.2.2017	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 16.2.2018
John Cryan	0	0	0	0	0
Kimberly Hammonds[1]	88 072	14 760	0	0	102 832
Stuart Lewis	166 539	21 889	19 748	8 182	160 498
Sylvie Matherat	10 758	1 423	0	0	12 181
James von Moltke[2]	–	194 142	0	0	194 142
Nicolas Moreau[3]	0	0	0	0	0
Garth Ritchie	549 651	69 085	0	0	618 736
Karl von Rohr	43 456	5 749	0	0	49 206
Dr. Marcus Schenck	216 979	22 241	48 868	0	190 353
Christian Sewing	85 508	11 313	0	0	96 821
Werner Steinmüller[4]	191 879	28 941	0	0	220 821
Frank Strauß[5]	30 732	23 523	7 272	0	46 983

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de julho de 2017.
[3] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[4] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 1 de setembro de 2017.

Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa e da remuneração variável (repartidos por prémios restritos de incentivo e prémios restritos de ações) em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece a remuneração concedida para os exercícios de 2017 e 2016 de acordo com o GCGC:

						John Cryan
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 400 000	3 400 000	3 400 000	3 400 000	3 800 000	3 800 000
Benefícios marginais	220 982	220 982	220 982	220 982	41 795	41 795
Total	**3 620 982**	**3 620 982**	**3 620 982**	**3 620 982**	3 841 795	3 841 795
Remuneração variável	0	5 300 000	0	8 900 000	0	5 300 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 900 000	0	3 800 000	0	1 500 000
Prémios restritos em ações	0	3 400 000	0	5 100 000	0	3 800 000
Total	**0**	**5 300 000**	**0**	**8 900 000**	0	5 300 000
Custos do serviço de pensões	748 829	748 829	748 829	748 829	821 114	821 114
Remuneração total (GCGC)	**4 369 811**	**9 669 811**	**4 369 811**	**13 269 811**	4 662 909	9 962 909
Remuneração total[1]	**3 400 000**	**8 700 000**	**3 400 000**	**12 300 000**	3 800 000	9 100 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Kimberly Hammonds[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	1 000 000
Benefícios marginais	260 489	260 489	260 489	260 489	6 035	6 035
Total	**2 660 489**	**2 660 489**	**2 660 489**	**2 660 489**	1 006 035	1 006 035
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	1 416 667
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	416 667
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	1 000 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	1 416 667
Custos do serviço de pensões	842 110	842 110	842 110	842 110	270 466	270 466
Remuneração total (GCGC)	**3 502 599**	**7 602 599**	**3 502 599**	**10 302 599**	1 276 501	2 693 168
Remuneração total[2]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	1 000 000	2 416 667

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Stuart Lewis
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	300 000	300 000	300 000	300 000	0	0
Benefícios marginais	206 628	206 628	206 628	206 628	77 938	77 938
Total	**2 906 628**	**2 906 628**	**2 906 628**	**2 906 628**	2 477 938	2 477 938
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 400 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	807 465	807 465	807 465	807 465	546 402	546 402
Remuneração total (GCGC)	**3 714 093**	**7 814 093**	**3 714 093**	**10 514 093**	3 024 340	6 424 340
Remuneração total[1]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem provisão funcional, benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Sylvie Matherat
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	16 338	16 338	16 338	16 338	12 905	12 905
Total	**2 416 338**	**2 416 338**	**2 416 338**	**2 416 338**	2 412 905	2 412 905
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 400 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	774 917	774 917	774 917	774 917	517 352	517 352
Remuneração total (GCGC)	**3 191 255**	**7 291 255**	**3 191 255**	**9 991 255**	2 930 257	6 330 257
Remuneração total[1]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						James von Moltke[1]
				2017		2016
em euros	Determinada[2]	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	-	-
Benefícios marginais	473 299	473 299	473 299	473 299	-	-
Total	**1 673 299**	**1 673 299**	**1 673 299**	**1 673 299**	-	-
Remuneração variável	4 858 442	2 050 000	0	3 400 000	-	-
dos quais:						
Numerário	355 404	0	0	0	-	-
Prémios restritos de incentivo	1 600 227	650 000	0	1 300 000	-	-
Prémios iniciais em ações	355 404	0	0	0	-	-
Prémios restritos em ações	2 547 407	1 400 000	0	2 100 000	-	-
Total	**4 858 442**	**2 050 000**	**0**	**3 400 000**	-	-
Custos do serviço de pensões	451 453	451 453	451 453	451 453	-	-
Remuneração total (GCGC)	**6 983 194**	**4 174 752**	**2 124 752**	**5 524 752**	-	-
Remuneração total[3]	**6 058 442**	**3 250 000**	**1 200 000**	**4 600 000**	-	-

[1] Membro desde 1 de julho de 2017.
[2] Os benefícios atribuídos ao Sr. von Moltke em substituição dos prémios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior são apresentados em "Remuneração variável".
[3] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Nicolas Moreau[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	600 000	600 000
Benefícios marginais	59 383	59 383	59 383	59 383	5 239	5 239
Total	**2 459 383**	**2 459 383**	**2 459 383**	**2 459 383**	605 239	605 239
Remuneração variável	0	4 600 000	0	7 800 000	0	1 150 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 800 000	0	3 600 000	0	600 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	550 000
Total	**0**	**4 600 000**	**0**	**7 800 000**	0	1 150 000
Custos do serviço de pensões	1 232 878	1 232 878	1 232 878	1 232 878	442 672	442 672
Remuneração total (GCGC)	**3 692 261**	**8 292 261**	**3 692 261**	**11 492 261**	1 047 911	2 197 911
Remuneração total[2]	**2 400 000**	**7 000 000**	**2 400 000**	**10 200 000**	600 000	1 750 000

[1] Membro desde 1 de outubro de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Garth Ritchie
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	250 000	250 000	250 000	250 000	0	0
Benefícios marginais	269 457	269 457	269 457	269 457	110 241	110 241
Total	**3 519 457**	**3 519 457**	**3 519 457**	**3 519 457**	2 510 241	2 510 241
Remuneração variável	0	4 700 000	0	8 000 000	0	4 600 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 900 000	0	3 800 000	0	2 400 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 200 000
Total	**0**	**4 700 000**	**0**	**8 000 000**	0	4 600 000
Custos do serviço de pensões	1 306 915	1 306 915	1 306 915	1 306 915	1 443 171	1 443 171
Remuneração total (GCGC)	**4 826 372**	**9 526 372**	**4 826 372**	**12 826 372**	3 953 412	8 553 412
Remuneração total[1]	**3 000 000**	**7 700 000**	**3 000 000**	**11 000 000**	2 400 000	7 000 000

[1] Sem provisão funcional, benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Karl von Rohr

em euros	2017 Definido	2017 Alvo	2017 Mín.	2017 Máx.	2016 Definido	2016 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	23 642	23 642	23 642	23 642	47 730	47 730
Total	**2 423 642**	**2 423 642**	**2 423 642**	**2 423 642**	2 447 730	2 447 730
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 400 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	807 465	807 465	807 465	807 465	546 402	546 402
Remuneração total (GCGC)	**3 231 107**	**7 331 107**	**3 231 107**	**10 031 107**	2 994 132	6 394 132
Remuneração total[1]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Dr. Marcus Schenck

em euros	2017 Definido	2017 Alvo	2017 Mín.	2017 Máx.	2016 Definido	2016 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 900 000	2 900 000	2 900 000	2 900 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	16 148	16 148	16 148	16 148	23 720	23 720
Total	**2 916 148**	**2 916 148**	**2 916 148**	**2 916 148**	2 423 720	2 423 720
Remuneração variável	0	4 400 000	0	7 400 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 600 000	0	3 200 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	2 400 000
Total	**0**	**4 400 000**	**0**	**7 400 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	1 018 267	1 018 267	1 018 267	1 018 267	546 402	546 402
Remuneração total (GCGC)	**3 934 415**	**8 334 415**	**3 934 415**	**11 334 415**	2 970 122	6 370 122
Remuneração total[1]	**2 900 000**	**7 300 000**	**2 900 000**	**10 300 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Christian Sewing

em euros	2017 Definido	2017 Alvo	2017 Mín.	2017 Máx.	2016 Definido	2016 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 900 000	2 900 000	2 900 000	2 900 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	80 307	80 307	80 307	80 307	204 758	204 758
Total	**2 980 307**	**2 980 307**	**2 980 307**	**2 980 307**	2 604 758	2 604 758
Remuneração variável	0	4 400 000	0	7 400 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 600 000	0	3 200 000	0	1 600 000
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	1 800 000
Total	**0**	**4 400 000**	**0**	**7 400 000**	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	899 307	899 307	899 307	899 307	984 198	984 198
Remuneração total (GCGC)	**3 879 614**	**8 279 614**	**3 879 614**	**11 279 614**	3 588 956	6 988 956
Remuneração total[1]	**2 900 000**	**7 300 000**	**2 900 000**	**10 300 000**	2 400 000	5 800 000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Werner Steinmüller[1]

em euros	2017 Definido	2017 Alvo	2017 Mín.	2017 Máx.	2016 Definido	2016 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	1 000 000
Benefícios marginais	399 424	399 424	399 424	399 424	165 001	165 001
Total	**2 799 424**	**2 799 424**	**2 799 424**	**2 799 424**	1 165 001	1 165 001
Remuneração variável	0	4 100 000	0	6 800 000	0	1 416 667
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 300 000	0	2 600 000	0	416 667
Prémios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	1 000 000
Total	**0**	**4 100 000**	**0**	**6 800 000**	0	1 416 667
Custos do serviço de pensões	701 617	701 617	701 617	701 617	164 232	164 232
Remuneração total (GCGC)	**3 501 041**	**7 601 041**	**3 501 041**	**10 301 041**	1 329 233	2 745 900
Remuneração total[2]	**2 400 000**	**6 500 000**	**2 400 000**	**9 200 000**	1 000 000	2 416 667

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Frank Strauß[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	800 000	800 000	800 000	800 000	-	-
Benefícios marginais	26 893	26 893	26 893	26 893	-	-
Total	**826 893**	**826 893**	**826 893**	**826 893**	**-**	**-**
Remuneração variável	0	1 466 667	0	2 466 667	-	-
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	533 333	0	1 066 667	-	-
Prémios restritos em ações	0	933 333	0	1 400 000	-	-
Total	**0**	**1 466 667**	**0**	**2 466 667**	**-**	**-**
Custos do serviço de pensões	313 391	313 391	313 391	313 391	-	-
Remuneração total (GCGC)	**1 140 284**	**2 606 951**	**1 140 284**	**3 606 951**	**-**	**-**
Remuneração total[2]	**800 000**	**2 266 667**	**800 000**	**3 266 667**	**-**	**-**

[1] Membro desde 1 de setembro de 2017.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Jeffrey Urwin[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	600 000	600 000	600 000	600 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	530	530	530	530	59 763	59 763
Total	**600 530**	**600 530**	**600 530**	**600 530**	2 459 763	2 459 763
Remuneração variável	0	0	0	0	0	6 100 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	3 300 000
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	2 800 000
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	0	6 100 000
Custos do serviço de pensões	557 370	557 370	557 370	557 370	2 036 367	2 036 367
Remuneração total (GCGC)	**1 157 900**	**1 157 900**	**1 157 900**	**1 157 900**	4 496 130	10 596 130
Remuneração total[2]	**600 000**	**600 000**	**600 000**	**600 000**	2 400 000	8 500 000

[1] Membro até 31 de março de 2017.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Jürgen Fitschen[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	-	-	-	-	1 583 333	1 583 333
Benefícios marginais	-	-	-	-	38 937	38 937
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	1 622 270	1 622 270
Remuneração variável	-	-	-	-	0	2 208 333
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	-	-	-	-	0	625 000
Prémios restritos em ações	-	-	-	-	0	1 583 333
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	0	2 208 333
Custos do serviço de pensões	-	-	-	-	232 666	232 666
Remuneração total (GCGC)	**-**	**-**	**-**	**-**	1 854 936	4 063 269
Remuneração total[2]	**-**	**-**	**-**	**-**	1 583 333	3 791 667

[1] Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

						Quintin Price[1]
				2017		2016
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	-	-	-	-	1 100 000	1 100 000
Benefícios marginais	-	-	-	-	13 783	13 783
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	1 113 783	1 113 783
Remuneração variável	-	-	-	-	0	2 108 333
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	-	-	-	-	0	1 100 000
Prémios restritos em ações	-	-	-	-	0	1 008 333
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	0	2 108 333
Custos do serviço de pensões	-	-	-	-	525 143	525 143
Remuneração total (GCGC)	**-**	**-**	**-**	**-**	1 638 926	3 747 259
Remuneração total[2]	**-**	**-**	**-**	**-**	1 100 000	3 208 333

[1] Membro desde 1 de janeiro até 15 de junho de 2016.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos de remuneração em/para os exercícios de 2017 e 2016 de acordo com o GCGC:

	John Cryan		Kimberly Hammonds[1]		Stuart Lewis		Sylvie Matherat	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	3 400 000	3 800 000	2 400 000	1 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	0	0	300 000	0	0	0
Benefícios marginais	220 982	41 795	260 489	6 035	206 628	77 938	16 338	12 905
Total	**3 620 982**	3 841 795	**2 660 489**	1 006 035	**2 906 628**	2 477 938	**2 416 338**	2 412 905
Remuneração variável	0	0	0	0	999 285	0	0	0
da qual numerário:	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	27 560	0	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	35 498	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	377 871	0	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	357 391	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	200 965	0	0	0
Total	**0**	0	**0**	0	**999 285**	0	**0**	0
Custos do serviço de pensões	748 829	821 114	842 110	270 466	807 465	546 402	774 917	517 352
Remuneração total (GCGC)	**4 369 811**	4 662 909	**3 502 599**	1 276 501	**4 713 378**	3 024 340	**3 191 255**	2 930 257

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.

	James von Moltke[1]		Nicolas Moreau[2]		Garth Ritchie		Karl von Rohr	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	1 200 000	-	2 400 000	600 000	3 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	-	0	0	250 000	0	0	0
Benefícios marginais	473 299	-	59 383	5 239	269 457	110 241	23 642	47 730
Total	**1 673 299**	-	**2 459 383**	605 239	**3 519 457**	2 510 241	**2 423 642**	2 447 730
Remuneração variável	355 404	-	0	0	0	0	0	0
da qual numerário:	355 404	-	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	-	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	-	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	-	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	-	0	0	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	-	0	0	0	0	0	0
Total	**355 404**	-	**0**	0	**0**	0	**0**	0
Custos do serviço de pensões	451 453	-	1 232 878	442 672	1 306 915	1 443 171	807 465	546 402
Remuneração total (GCGC)	**2 480 156**	-	**3 692 261**	1 047 911	**4 826 372**	3 953 412	**3 231 107**	2 994 132

[1] Membro desde 1 de julho de 2017. Os benefícios atribuídos ao Sr. von Moltke em substituição dos prémios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior são apresentados em "Remuneração variável".
[2] Membro desde 1 de outubro de 2016.

	Dr. Marcus Schenck		Christian Sewing		Werner Steinmüller[1]		Frank Strauß[2]	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	2 900 000	2 400 000	2 900 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	800 000	-
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	-
Benefícios marginais	16 148	23 720	80 307	204 758	399 424	165 001	26 893	-
Total	**2 916 148**	2 423 720	**2 980 307**	2 604 758	**2 799 424**	1 165 001	**826 893**	-
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	-
da qual numerário:	0	0	0	0	0	0	0	-
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	-
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	-
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	0	0	0	-
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	0	-
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	0	-
Total	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	-
Custos do serviço de pensões	1 018 267	546 402	899 307	984 198	701 617	164 232	313 391	-
Remuneração total (GCGC)	**3 934 415**	2 970 122	**3 879 614**	3 588 956	**3 501 041**	1 329 233	**1 140 284**	-

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de setembro de 2017.

	Jeffrey Urwin[1]		Jürgen Fitschen[2]		Quintin Price[3]	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	600 000	2 400 000	-	1 583 333	-	1 100 000
Provisão funcional	0	0	-	0	-	0
Benefícios marginais	530	59 763	-	38 937	-	13 783
Total	**600 530**	2 459 763	**-**	1 622 270	**-**	1 113 783
Remuneração variável	0	0	2 079 429	0	-	0
da qual numerário:	0	0	-	0	-	0
dos quais prémios em ações:						
2012 Prémio inicial em ações para 2011	0	0	24 334	0	-	0
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	33 348	0	-	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	35 491	0	-	0
2011 Prémio restrito em ações para 2010	0	0	71 018	0	-	0
2012 Prémio restrito em ações para 2011	0	0	247 666	0	-	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:						
2011 Prémio restrito de incentivo para 2010	0	0	196 008	0	-	0
2012 Prémio restrito de incentivo para 2011	0	0	523 818	0	-	0
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	511 933	0	-	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	330 352	0	-	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	105 461	0	-	0
Total	**0**	0	**2 079 429**	0	**-**	0
Custos do serviço de pensões	557 370	2 036 367	-	232 666	-	525 143
Remuneração total (GCGC)	**1 157 900**	4 496 130	**2 079 429**	1 854 936	**-**	1 638 926

[1] Membro até 31 de março de 2017.
[2] Membro até 19 de maio de 2016.
[3] Membro desde 1 de janeiro de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

Em 2015 e 2016, o Conselho de Fiscalização suspendeu as tranches dos elementos de remuneração deferida para o membro do Conselho de Administração Stuart Lewis (que foi membro ativo durante o período de relato), Jürgen Fitschen e nove outros antigos membros do Conselho de Administração. Em 2017, estes membros do Conselho de Administração renunciaram voluntariamente ao seu direito a uma parte substancial das suas remunerações ainda por regularizar e, de acordo com o Conselho de Fiscalização, aceitaram que apenas seriam pagos 31,4 milhões dos 69,8 milhões de euros de remuneração variável pendente. Os elementos de remuneração pagos (ou entregues, no caso de elementos baseados em ações) ao abrigo deste acordo em 2017 estão incluídos na tabela acima.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2018, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2017 foram cumpridas.

Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2017, uma remuneração no total de 37 665 535 euros (2016: 26 691 178 €). Dos quais, 29 200 000 € (2016: 25 883 333 €) constituíram salários-base, 2 053 520 € (2016: 807 845 €) para benefícios marginais e 5 862 015 € (2016: 0 €) para componentes relacionados com o desempenho.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2017 e 2016, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

Remuneração de acordo com o GAS 17

	John Cryan		Kimberly Hammonds[1]		Stuart Lewis		Sylvie Matherat	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	936 228	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3 400 000	3 800 000	2 400 000	1 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	0	0	300 000	0	0	0
Benefícios marginais	220 982	41 795	260 489	6 035	206 628	77 938	16 338	12 905
Total	**3 620 982**	3 841 795	**2 660 489**	1 006 035	**3 842 856**	2 477 938	**2 416 338**	2 412 905

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.

	James von Moltke[1]		Nicolas Moreau[2]		Garth Ritchie		Karl von Rohr	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	355 404	-	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	-	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	355 404	-	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	2 547 407	-	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	1 200 000	-	2 400 000	600 000	3 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	-	0	0	250 000	0	0	0
Benefícios marginais	473 299	-	59 383	5 239	269 457	110 241	23 642	47 730
Total	**4 931 514**	-	**2 459 383**	605 239	**3 519 457**	2 510 241	**2 423 642**	2 447 730

[1] Membro desde 1 de julho de 2017.
[2] Membro desde 1 de outubro de 2016.

	Dr. Marcus Schenck		Christian Sewing		Werner Steinmüller[1]		Frank Strauß[2]	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	-
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	-
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	-
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	-
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 900 000	2 400 000	2 900 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	800 000	-
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	-
Benefícios marginais	16 148	23 720	80 307	204 758	399 424	165 001	26 893	-
Total	**2 916 148**	2 423 720	**2 980 307**	2 604 758	**2 799 424**	1 165 001	**826 893**	-

[1] Membro desde 1 de agosto de 2016.
[2] Membro desde 1 de setembro de 2017.

	Jeffrey Urwin[1]		Jürgen Fitschen[2]		Quintin Price[3]		Total	
em euros	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	-	0	-	0	355 404	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	1 667 572	0	-	0	2 603 800	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	-	0	-	0	355 404	0
Prémios restritos em ações	0	0	-	0	-	0	2 547 407	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	600 000	2 400 000	-	1 583 333	-	1 100 000	29 200 000	25 883 333
Provisão funcional	0	0	-	0	-	0	550 000	0
Benefícios marginais	530	59 763	-	38 937	-	13 783	2 053 520	807 845
Total	**600 530**	2 459 763	**1 667 572**	1 622 270	**-**	1 113 783	**37 665 535**	26 691 178

[1] Membro até 31 de março de 2017.
[2] Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.
[3] Membro desde 1 de janeiro até 15 de junho de 2016.

Em 2015 e 2016, o Conselho de Fiscalização suspendeu as tranches dos elementos de remuneração deferida para o membro do Conselho de Administração Stuart Lewis (que foi membro ativo durante o período de relato), Jürgen Fitschen e nove outros antigos membros do Conselho de Administração. Em 2017, estes membros do Conselho de Administração renunciaram voluntariamente ao seu direito a uma parte substancial das suas remunerações ainda por regularizar e, de acordo com o Conselho de Fiscalização, aceitaram que apenas seriam pagos 31,4 milhões dos 69,8 milhões de euros de remuneração variável pendente. Os elementos de remuneração pagos (ou entregues, no caso de elementos baseados em ações) ao abrigo deste acordo em 2017 estão incluídos na tabela acima.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2018, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2017 foram cumpridas.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2017 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no Artigo 450 No. 1 (a) a (i) Regulamento relativo a requisitos de capital (“CRR”) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (“Institutsvergütungsverordnung” – “InstVV”).

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do nosso Grupo. Tentamos estar na linha da frente das mudanças regulamentares no que se refere à remuneração e continuaremos a trabalhar estreitamente com o nosso supervisor prudencial, o Banco Central Europeu ("BCE"), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito aos requisitos globais CRR e à Diretiva relativa a requisitos de capital IV (“CRD IV”), conforme traduzido para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. A 4 de agosto de 2017, entrou em vigor a versão revista do InstVV. O principal objetivo da emenda consistia em refletir as orientações sobre políticas de remuneração sãs, publicadas pela Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) a 21 de dezembro de 2015. De acordo com o InstVV, todos os elementos de remuneração têm de ser categorizados como fixos ou variáveis. Se não for possível categorizar de forma definitiva um elemento de remuneração como fixo, o mesmo será considerado como variável. Adotámos as regras para todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV.

Nos termos do CRD IV e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere aos componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%. No entanto, determinámos que os indivíduos inseridos em funções de controlo acionista permanecem sujeitos a um rácio de 1:1.

Enquanto “instituição significativa”, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global ("Colaboradores que assumem riscos materiais" ou "MRT"), tal como referenciado no InstVV e em conformidade com critérios estipulados ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 604/2014. Os colaboradores que assumem riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e também ao nível de entidades jurídicas que constituam instituições significativas no âmbito da Secção 17 do InstVV. O quadro de remuneração para MRTs tem de cumprir requisitos específicos. Entre outros requisitos, uma parte significativa (pelo menos 40%) da remuneração variável tem de ser deferida ao longo de um período de pelo menos três anos (para a direção, esta parcela tem de ser de pelo menos 60% ao longo de cinco anos). Enquanto novo instrumento de ajustamento ex-post de risco, a partir do exercício de 2018 em diante, as instituições significativas têm de conseguir reduzir os componentes de remuneração variável retidos e, em casos de conduta indevida grave, exigir o reembolso da remuneração variável já paga (recuperação ou “claw-back”). Regras mais exigentes aplicam-se igualmente aos pagamentos por cessação de funções, como por exemplo o requisito de determinar regras gerais para pagamentos por cessação de funções incluindo valores máximos ou critérios específicos para o cálculo de pagamentos. Além disso, o InstVV estabelece requisitos de documentação e divulgação relacionados com remuneração ainda mais exigentes. Com base numa análise exaustiva, determinámos que o nosso sistema de remuneração já se encontrava alinhado, em grande medida, com a versão revista do InstVV. Sempre que necessário, ajustámos as nossas políticas, os nossos processos e as nossas práticas.

Como resultado de legislação específica do setor e em conformidade com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank recaem no âmbito da Diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos ("DGFIA") ou da Diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários ("OICVM") e estão sujeitas às respetivas disposições de remuneração. Também identificámos colaboradores que assumem riscos materiais em subsidiárias regulamentadas AIFMD/UCITS V, em conformidade com as regras aplicáveis, e aplicámos provisões para os MRT identificados de acordo com o InstVV também a este grupo, exceto no que diz respeito ao rácio de 1:2 relativo aos componentes de remuneração variável, uma vez que o mesmo não é aplicável desde que os colaboradores não sejam identificados como MRT de acordo com o InstVV.

O Deutsche Bank também está ciente das diretrizes no âmbito da "diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros" (DMIF) direcionada para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco. Juntamente com a circular “Requisitos mínimos para a função de conformidade” (“MaComp”), estas provisões requerem a implementação de uma política de remuneração específica, uma revisão dos planos de remuneração e a identificação de grupos de colaboradores considerados “Pessoas relevantes” para garantir que estes atuam no melhor interesse dos clientes.

Também cumprimos os requisitos relativos aos acordos de remuneração incluídos na regulamentação definitiva, que implementa o artigo 619.º da Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores globalmente (a "Regra Volcker").

Sempre aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Embora muitos destes requisitos estejam em sintonia com o InstVV, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com os órgãos reguladores permitiram-nos cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração global geral do banco. Isto inclui, por exemplo, a identificação de "Colaboradores cobertos" nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, aplicamos globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da estratégia e políticas de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC) e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC), respetivamente.

Estrutura de governo dos prémios

[1] As tarefas relevantes são desempenhadas pelo SECC em nome do Conselho de Administração

Comité de Controlo de Remunerações ("CCC")

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para o apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Adicionalmente, o CCC monitoriza a adequação do sistema de remuneração para os colaboradores, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e pelo Comité Executivo Sénior de Remuneração. O CCC verifica regularmente se o montante total de remuneração variável é comportável e se está em conformidade com o InstVV. O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar o processo de identificação de MRT e se as funções de controlo interno e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração.

O CCC é constituído pelo presidente do Conselho de Fiscalização e três membros adicionais do Conselho de Fiscalização, dois dos quais escolhidos entre os representantes dos colaboradores. O CCC teve dez reuniões no ano civil de 2017, sendo que uma delas foi uma reunião conjunta com o Comité de Risco.

Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração para apoiar o Conselho de Fiscalização e o CCC no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores. O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação sobre a adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores, pelo menos, anualmente.

Comité Executivo Sénior de Remuneração ("SECC")

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a estratégia de remuneração e a política de remuneração do Grupo. O SECC também utiliza fatores quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2017, o SECC é composto pelo diretor administrativo e diretor financeiro, como copresidentes, bem como pelo diretor de risco (todos membros do Conselho de Administração), pelo diretor global dos recursos humanos e por um representante financeiro e do departamento de risco adicional como membros com direitos de voto. O responsável de remuneração, o responsável de remuneração adjunto e um dos codiretores globais de recompensas de desempenho de RH eram membros sem direitos de voto. O SECC reúne-se geralmente todos os meses e teve 16 reuniões relativas ao processo de remuneração do exercício de 2017.

Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que o seu sistema de remunerações desempenha um papel vital no apoio dos objetivos estratégicos. Permite-nos atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do banco. A estratégia de remuneração do Grupo está em sintonia com os objetivos estratégicos do Deutsche Bank e com os seus valores e convicções corporativos.

Cinco objetivos fundamentais das nossas práticas de remuneração

- Apoiar a implementação da estratégia bancária global centrada no cliente do Banco, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e locais de países
- Apoiar o desempenho e desenvolvimento sustentável a longo prazo do Banco e estratégia de risco correspondente
- Promover e apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos
- Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras, através de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade sustentável com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação
- Aplicar e promover os valores corporativos do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente, inovação, disciplina e parceria

Princípios de remuneração fundamentais

- Alinhar a remuneração com os interesses dos acionistas e rentabilidade ao nível do banco sustentada, tendo em conta o risco
- Maximizar o desempenho sustentável, ao nível dos colaboradores e do banco
- Atrair e reter os melhores talentos
- Calibrar a remuneração para refletir diferentes divisões e níveis de responsabilidade
- Aplicar uma conceção de remuneração simples e transparente
- Assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares

A política de remuneração do Grupo informa os colaboradores quanto à nossa estratégia de remuneração, estruturas e processos de governo, bem como quanto às práticas e estruturas de remuneração. Em conjunto, a estratégia de remuneração do Grupo e a política de remuneração do Grupo proporcionam uma ligação clara entre as práticas de remuneração e a estratégia mais vasta do Grupo. Ambos os documentos foram publicados no nosso site de intranet e estão disponíveis para todos os colaboradores.

Quadro de remuneração total

O nosso quadro de remuneração alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo que melhora a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. O quadro equilibra de forma adequada os Pagamentos fixos e a Remuneração variável (RV) – juntamente com a "Remuneração total".

Em 2016, introduzimos um novo conceito de "Remuneração total de referência" para cada colaborador, a qual descreve um valor de referência para a respetiva função. Esta referência permite orientar os nossos colaboradores em relação aos respetivos Pagamentos fixos e Remuneração variável. A Remuneração total individual real pode ser equiparada, superior ou inferior à Remuneração total de referência, com base na acessibilidade do grupo e na satisfação das expetativas de desempenho do grupo, nos níveis da divisão ou individuais, conforme determinado pelo Deutsche Bank, a exclusivo critério do mesmo.

A remuneração fixa é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. Desempenha um papel essencial para nos permitir o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos nossos colaboradores, a remuneração fixa constitui o principal componente de remuneração e a parte de remuneração fixa dentro da remuneração total é superior a 50%. Isto é apropriado para muitos negócios e continuará a ser uma característica significativa da remuneração total a manter.

A remuneração variável permite a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. A remuneração variável (RV), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o "Componente de RV do grupo" e o "Componente de RV individual". O "Componente de RV individual" é obtido na forma de "RV individual" (geralmente a partir do nível sénior de Vice-presidente (VP) e superior) ou como "Prémio de reconhecimento" (geralmente a partir do nível sénior de Vice-presidente Adjunto (AVP) e superior). Ao abrigo do nosso enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente.

Componentes chave do quadro de remuneração

[1] Alguns Vice-Presidentes Adjuntos e quadros inferiores nas entidades e divisões selecionadas são elegíveis para a RV individual em vez do Prémio de reconhecimento.

O componente de RV do grupo baseia-se num dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração – reforçar a associação entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. O Conselho de Administração decidiu alinhar o "componente de grupo" de modo direto e compreensível para os colaboradores com as conquistas do Deutsche Bank no que diz respeito à consecução dos objetivos estratégicos. Para avaliar o progresso face às aspirações estratégicas, são utilizados quatro indicadores-chave de desempenho (KPI): Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (fully loaded), Rácio de alavancagem, Custos ajustados e Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI representam métricas importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do nosso banco e fornecem uma indicação do desempenho sustentável do Deutsche Bank.

RV individual tem em conta vários fatores financeiros e não financeiros, incluindo o desempenho da divisão aplicável, o desempenho e a conduta individual do colaborador, a comparação com o grupo de pares do colaborador e considerações sobre a retenção.

Os Prémios de reconhecimento constituem uma oportunidade de reconhecer e premiar os contributos excecionais dos colaboradores em níveis de senioridade inferiores de uma forma transparente e atempada. Geralmente, a dimensão do Programa de prémios de reconhecimento está diretamente ligada a uma percentagem definida de pagamentos fixos para a população elegível e estes prémios são atribuídos duas vezes por ano, com base numa revisão das nomeações e dos contributos ao nível de cada divisão.

A remuneração total é complementada pelos benefícios do colaborador, os quais podem estar relacionados com o emprego ou a senioridade, mas sem uma ligação direta com o desempenho. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. Os prémios de reconhecimento e benefícios (incluindo o esquema de pensões da empresa) não fazem parte da Remuneração total de referência de um colaborador.

Determinação da remuneração variável

O Deutsche Bank aplica uma metodologia robusta ao determinar a remuneração variável, que reflete o desempenho ajustado ao risco (o qual inclui ajustamentos ao risco ex-ante e ex-post) e é principalmente orientada por: (i) Acessibilidade do grupo, ou seja, aquilo que o Deutsche Bank "pode" atribuir em termos do alinhamento com os requisitos regulamentares, e (ii) Desempenho, ou seja, aquilo que "deve" ser atribuído para constituir uma remuneração adequada ao desempenho, ao mesmo tempo protegendo a sustentabilidade do franchising. Estes aspetos aplicam-se ao componente de remuneração variável de grupo e ao componente de remuneração variável individual (quer atribuído como RV individual ou Prémio de reconhecimento).

A acessibilidade do grupo é avaliada para determinar quais os parâmetros chave que se encontram dentro da projeção de consecução dos objetivos regulamentares e estratégicos futuros. Os parâmetros de acessibilidade utilizados estão totalmente alinhados com o nosso Quadro de apetência pelo risco e incluem: rácio Capital CET 1, rácio de adequação do capital económico, rácio de alavancagem, posição de liquidez líquida em esforço e rácio de cobertura de liquidez.

Ao avaliar o desempenho, referenciamos um conjunto de considerações, incluindo o desempenho da divisão. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e não financeiras da divisão. As metas financeiras estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestruturas, a avaliação de desempenho é baseada na consecução de metas de controlo e desempenho de custos. Embora a atribuição de remuneração variável a funções da infraestrutura dependa do desempenho global do Deutsche Bank, não está dependente do desempenho das divisões destas funções, especialmente no caso de funções de controlo independentes, como a supervisão.

Ao nível do colaborador individual, estabelecemos alguns "Princípios de orientação da remuneração variável", os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidas em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os nossos gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco absolutas e relativas das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado. Os fatores e as métricas a ter em conta incluem, sem limitação, o desempenho financeiro e não financeiro da divisão ajustado ao risco, a cultura e considerações comportamentais, sanções disciplinares e o desempenho individual. Os gestores de MRT têm de documentar os fatores e as métricas de risco tidas em conta ao tomar decisões sobre a RV individual, bem como demonstrar de que forma esses fatores influenciaram a decisão sobre RV individual.

Estrutura de remuneração variável

As nossas estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e suporta o desempenho a longo prazo de todos os nosso colaboradores e do nosso banco. Embora uma parcela de RV seja paga "inicialmente", estas estruturas garantem que uma parcela adequada é deferida, com o objetivo de assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo.

No nosso banco, continuamos a acreditar que a utilização de ações ou instrumentos baseados em ações para efeitos de remuneração variável deferida é um modo eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas. Ao utilizar ações do Deutsche Bank, o valor da RV individual é associado ao preço das ações do Deutsche Bank ao longo do período de deferência e carência.

Tal como descrito em detalhe acima, continuamos a ir para além de alguns requisitos regulamentares no que diz respeito ao montante de RV que é deferida e aos períodos de deferência mínimos do Deutsche Bank. Ao garantir que os colaboradores com remunerações mais baixas não são sujeitos a deferências desnecessariamente, asseguramos um montante adequado de RV deferida para os colaboradores com remunerações mais altas, o que geralmente significa que, quando a RV está definida num valor igual ou superior a 150 000 € e, no caso de colaboradores que assumem riscos materiais, num valor igual ou superior a 50 000 €, a parcela de RV deferida aumenta para a RV acima destes níveis. Os colaboradores que assumem riscos materiais estão, em média, sujeitos a taxas de deferência superiores a 40% (60% para a direção), tal como requerido pelo InstVV.

Visão geral sobre os tipos de prémio em 2017

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Proporção
RV em numerário	Proporção inicial de numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	MRT: 50% de RV inicial Não MRT: 100% de RV inicial
Prémios iniciais em ações ("EUA")	Proporção de ações iniciais: O valor das ações iniciais está associado ao preço por ação do Deutsche Bank	Todos os MRT com RV >= 50 000 €	N/A	12 meses	50% de RV inicial
Prémio restrito de incentivo ("RIA")[1]	Parcela não baseada em ações (remuneração em numerário diferida)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de direitos pro rata ao longo de quatro anos	N/A	50% de RV deferida
Prémio restrito de ações ("REA")[1]	Parcela de ações deferidas: O valor do prémio restrito de ações está associado ao preço por ação do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de direitos pro rata ao longo de quatro anos Direção: 4,5 anos de aquisição imediata de direitos[2]	6 meses para colaboradores que correm riscos materiais	50% de RV deferida

N/A – Não aplicável
[1] Para alguns colaboradores AIFMD/UCITS V: Plano de investimento de colaboradores ("EIP"). São prémios liquidados em numerário com base no valor dos fundos geridos pelo negócio.
[2] Para efeitos dos prémios anuais no exercício de 2017, "Direção" é definida como o "Quadro de Liderança Sénior" do Deutsche Bank, que inclui reportes diretos de membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG (excluindo funções não estratégicas), membros do Conselho de Administração das instituições significativas do banco (excluindo o Deutsche Bank AG e o Postbank AG, para os quais são aplicados outros sistemas de remuneração) e outros colaboradores seniores que são influenciadores e administradores significativos da saúde e do desempenho a longo prazo do Deutsche Bank. Todos os colaboradores da Direção são também considerados colaboradores que assumem riscos materiais.

Além da abordagem padrão do Grupo descrita acima, decidimos aplicar uma abordagem mais restrita relativamente aos prémios de RV atribuídos a Diretores e Diretores executivos no Corporate & Investment Bank: O limiar de deferência efetivo para esta população está definido em 130 000 € (para colaboradores que assumem riscos materiais é de 50 000 €) e a proporção de RV que é deferida geralmente aumenta mais rapidamente nos níveis mais altos do montante geral da remuneração atribuída em outras áreas do banco, para alinhar a respetiva RV de forma ainda mais estreita ao desempenho sustentável do Grupo. Além disso, esses Diretores e Diretores executivos com pagamento fixo ou RV superior a 500 000 € estão sujeitos a uma deferência de RV de 100%.

Os nossos colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou atribuir um prémio deferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As nossas funções de Recursos humanos e Conformidade trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os nossos colaboradores cumprem este requisito.

Ajustamento *ex post* de risco da remuneração variável

Acreditamos que a conduta e o desempenho futuros dos nossos colaboradores são um elemento chave da RV deferida. Como resultado, todos os prémios deferidos estão sujeitos a condições de desempenho e provisões de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos da remuneração variável

Provisão	Descrição	Perda
Rácio CET 1 do Grupo	Se, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos e entrega, o rácio CET 1 do Grupo for inferior a um determinado limiar	A próxima tranche do prémio diferido baseado em ações a entregar (100% de todos os prémios iniciais em ações não entregues)[1]
IBIT do Grupo negativo	se o Conselho de Administração determinar que, antes da entrega, o IBIT do Grupo é negativo	A próxima tranche do prémio diferido baseado em ações a entregar (também se aplica ao prémio diferido baseado em numerário de MRT)[2]
IBIT de divisão negativo	Se o Conselho de Administração determinar, antes da entrega, o IBIT da divisão é negativo	A próxima tranche do prémio diferido a entregar (aplica-se apenas a MRT em Divisões, excluindo MRT do Postbank)[2]
Perda de direitos[3]	- Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo - Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão - Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo - Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor	Até 100% dos prémios não entregues

[1] Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (cliff-vesting), o prémio total caducará caso, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos ou liquidação, o rácio CET 1 do Grupo seja inferior ao limiar. Para Prémios iniciais em ações, o rácio CET 1 do Grupo apenas será avaliado no trimestre anterior à entrega.
[2] Para os prémios baseados em ações anuais sujeitos a uma aquisição imediata de direitos atribuídos à Direção (definida como o "Quadro de Liderança Sénior" do Deutsche Bank), uma determinada proporção do prémio (20%) será renunciada relativamente a um ano, se o IBIT for negativo para esse ano.
[3] As provisões de renúncia aqui descritas não constituem uma lista exaustiva. São aplicadas outras provisões, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

Decisões de remuneração para 2017

Programa de prémios de fidelidade (atribuído em janeiro de 2017)

Tal como definido no Relatório de Remuneração de Colaboradores do ano anterior, no contexto das considerações estratégicas durante o processo de final de ano de 2016, um número limitado de colaboradores teve direito a um incentivo de longo prazo especial ("Prémio de retenção") no início de 2017. Para atenuar os riscos de fidelização e proteger a franquia, o Conselho de Administração decidiu atribuir prémios de fidelidade aos colaboradores que são os contribuidores-chave para o êxito futuro do Banco, que estão em funções fundamentais, com elevada procura no mercado e extremamente difíceis de substituir.

Em geral, os prémios de fidelidade foram atribuídos a 5522 colaboradores ou aproximadamente 5 % dos funcionários globais do Deutsche Bank. 554 milhões de euros foram atribuídos em numerário diferido e 554 milhões de euros foram atribuídos em ações diferidas. Os Prémios de fidelidade são totalmente diferidos por um período de três a cinco anos e estão sujeitos às mesmas medidas de ajustamento ex-post ao risco descritas no capítulo "Ajustamento ex-post de risco da remuneração variável". A data de pagamento mais próxima de partes desses prémios é o início de 2018 para colaboradores que não assumem riscos materiais, como uma aquisição de direitos pro-rata ao longo de três anos, e 2021 para colaboradores que assumem riscos materiais, respetivamente. Os prémios em ações para colaboradores que assumem riscos materiais estão sujeitos a um período de retenção adicional de 12 meses, o que significa que estes prémios são totalmente atribuídos apenas após seis anos.

De modo a permitir um maior alinhamento dos prémios com a saúde a longo prazo do nosso banco e os interesses dos acionistas, esta parcela de ações não será obtida caso a cotação das ações do Deutsche Bank não atinja uma determinada cotação-alvo. Se a cotação-alvo das ações for atingida, a parcela de ações é atribuída após três anos e meio no caso dos colaboradores que não assumem riscos materiais, e após cinco a seis anos no caso dos colaboradores que assumem riscos materiais, tem em conta o período de retenção adicional. Em linha com outros prémios em ações pendentes, a cotação da ação alvo e o número de ações em circulação para os Prémios de fidelidade não atribuídos foram ajustados relativamente à nossa publicação de direitos em abril de 2017.

Embora não sejam baseados em desempenho, os Prémios de fidelidade são considerados remuneração variável nos termos da Secção 5 do InstVV. Para o rácio de 1:1 ou 1:2 relativamente aos componentes de remuneração variável, o Deutsche Bank considera os Prémios de fidelidade numa base pro-rata ao longo do período de retenção, em conformidade com o InstVV. Para beneficiarem desses prémios, os beneficiários do prémio de fidelidade têm de permanecer no nosso banco. No caso de irem trabalhar para um concorrente, qualquer parcela não atribuída de um prémio caducará. No final de 2017, a taxa de desgaste para colaboradores que receberam um Prémio de fidelidade foi inferior à taxa de desgaste dos colaboradores que receberam outros prémios deferidos.

Visão geral da estrutura do Programa de prémios de fidelidade

População	Ponderação	Proporção	Período de diferimento
Colaboradores que correm riscos	100% diferida	50% de numerário (RIA)	50% obtidos a 1 de março de 2021, 50% obtidos a 1 de março de 2022
		50% de ações (REA)	50% obtidos a 1 de março de 2021 (mais um período de retenção de 12 meses), 50% obtidos a 1 de março de 2022 (mais um período de retenção de 12 meses)
Colaboradores que não assumem riscos	100% diferida	50% de numerário (RIA)	Aquisição de direitos pro rata em 3 anos (1 de março de 2018, 1 de março de 2019, 1 de março de 2020)
		50% de ações (REA)	Aquisição imediata de direitos após 3,5 anos (atribuíveis com aquisição de direitos a 1 de agosto de 2020)

Considerações de final de ano e decisões para 2017

Para a determinação do montante total de RV para o exercício de 2017, o Conselho de Administração teve em conta muitos fatores, como o desempenho ao nível das divisões e do Grupo. No entanto, a avaliação de desempenho teve de ser complementada por outros fatores chave, como o foco contínuo na consecução dos objetivos estratégicos do banco, o impacto do posicionamento competitivo na retenção e motivação dos colaboradores e no saldo sustentável entre os interesses dos acionistas e dos colaboradores, tal como requerido pela "Estratégia de remuneração" do banco.

Para o exercício de 2017, os resultados antes de impostos do Deutsche Bank ascenderam a 1,2 mil milhões de euros, com proveitos sólidos em muitas áreas do nosso banco. No entanto, após impostos, o banco incorreu numa perda de (0,7) mil milhões de euros. O principal motivo para esta perda foi a reforma do sistema fiscal dos EUA, que resultou num encargo tributário único de 1,4 mil milhões de euros no último trimestre de 2017. Este encargo tributário teve um impacto limitado no Common Equity Tier 1 fully-loaded.

O exercício de 2017, tal como esperado, foi fortemente influenciado pela consecução dos nossos objetivos estratégicos. Como tal, os custos de reestruturação e cessação de funções, bem como os encargos com litígios, continuaram a afetar os resultados do ano. Em geral, foram feitos progressos importantes: Concluímos negociações sobre itens de litígio relevantes, continuámos os nossos esforços para criar uma infraestrutura mais eficiente, investimos em digitalização e fizemos importantes progressos na integração do Postbank e na oferta pública inicial (IPO) parcial do Deutsche Asset Management.

Neste cenário, o SECC monitorizou a acessibilidade da remuneração variável ao longo de 2017. Foi concluído que, apesar do resultado negativo global do Deutsche Bank, as posições de capital e liquidez do banco permanecem confortavelmente acima dos requisitos mínimos e, por conseguinte, os parâmetros de acessibilidade foram cumpridos. Além disso, as demonstrações financeiras de 2017 do banco e as metas para os exercícios de 2018 e 2019 excedem as métricas internas de apetência para o risco e os requisitos mínimos regulamentares esperados.

A determinação do montante total da RV para o exercício não só considera o impacto no ano atual como também nos anos futuros. Ao ter em conta a rentabilidade global dos acionistas, calculamos cuidadosamente a rentabilidade a curto e longo prazo, reconhecendo o facto de que ainda nos encontramos a estabelecer as bases para o crescimento e o êxito no futuro. Isto inclui os investimentos necessários na equipa de colaboradores para sustentar o dinamismo verificado nos últimos anos.

Após a decisão para limitar de forma drástica a RV total para 2016, outro ano com uma remuneração variável muito reduzida ou sem qualquer reconhecimento específico do desempenho individual teria potenciado um risco de desgaste muito elevado relativamente aos colaboradores chave, essenciais para os nossos êxitos no futuro, bem como a muitos outros colaboradores que trabalharam arduamente para ajudar o nosso banco a superar a presente conjuntura de contínua mudança. Afirmámos de forma clara ao longo do ano que pretendíamos regressar a um sistema normal de remuneração variável em 2017, incluindo um "Componente de RV de grupo" e um "Componente de RV individual" para a remuneração variável.

No contexto destas considerações, em linha com os requisitos regulamentares e tendo em conta o desempenho financeiro ajustado ao risco, o Conselho de Administração determinou um montante total da RV baseada no desempenho para o final do ano de 2017 de 2,2 mil milhões de euros (incluindo o componente de RV individual, o componente de RV de grupo e os prémios de reconhecimento). A remuneração variável para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG não foi incluída neste montante, uma vez que é determinada pelo nosso Conselho de Fiscalização num processo separado. A remuneração do Conselho de Administração para 2017 está descrita em detalhe no "Relatório de Remuneração do Conselho de Administração". No entanto, está também incluída nas tabelas e gráficos abaixo.

Como parte dos prémios de RV globais de 2017 a atribuir em março de 2018, o "Componente de RV de grupo" foi atribuído a todos os colaboradores elegíveis, em linha com avaliação dos quatro KPI definidos e tal como descrito no capítulo "Quadro de remuneração total". O Conselho de Administração, reconhecendo o contributo considerável dos colaboradores, e por seu critério, determinou uma taxa de cumprimento dos objetivos de 55% para 2017.

Comparativamente a 2016, os pagamentos fixos totais de 2017 diminuíram em cerca de 4%, de 8,3 mil milhões de euros para 8,0 mil milhões de euros, principalmente devido às reduções no número de colaboradores. Tal como estabelecido pelo nosso quadro de remuneração, os pagamentos fixos continuam a permanecer o principal componente de remuneração para a maioria dos colaboradores, especialmente nos níveis inferiores de senioridade.

Divulgação da remuneração total para 2017

O Deutsche Bank decidiu em 2017 mover os colaboradores de infraestruturas para as divisões em que prestam serviço, de modo a aumentar a colaboração e eficácia geral dentro do Grupo. Isto ajudou a aumentar a nossa responsabilidade e autonomia das divisões relativamente às suas decisões e processos organizacionais e levou a um aumento significativo do número de colaboradores associados com as divisões, em comparação com 2016 – em particular na Corporate & Investment Bank, assim como na Deutsche Asset Management. As funções de controlo independentes permaneceram geralmente nas áreas centrais.

Tal como definido acima, os Prémios de fidelidade atribuídos em janeiro de 2017 não fazem parte da remuneração variável atribuída aos colaboradores pelo seu desempenho em 2017.

Prémios de compensação para 2017 – todos os colaboradores

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	CIB	PCB[2]	Deutsche AM	Funções de controlo independentes[3]	Funções corporativas[4]	2017 Total - Grupo	2016 Total - Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro) no fim do período	17 251	43 460	3 803	13 478	19 542	97 535	99 744
Remuneração total	3 881	3 121	635	1 320	1 313	10 270	8 887
Remuneração fixa	2 463	2 834	417	1 131	1 150	7 995	8 341
RV baseada no desempenho do fim de ano	**1 341**	**279**	**195**	**186**	**160**	**2 161**	
Outra RV[5]	77	8	23	3	2	113	
Remuneração variável[6]	1 418	287	218	189	163	2 275	546
Programa de prémios de fidelidade (janeiro de 2017)[7]					0	961	N/A

N/A – Não aplicável

[1] A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

[2] Apenas para esta tabela, os valores de PCB também incluem os colaboradores do Postbank Group (17 441 colaboradores) bem como os valores de remuneração fixa do Postbank (971 milhões de euros). A remuneração variável atribuída pelo Grupo Postbank não está incluída no montante variável acima referido. Para o Grupo Postbank, prevê-se um montante total de remuneração variável de 95 milhões de euros.

[3] De acordo com as diretrizes regulamentares, as "funções de controlo independentes" para efeitos desta tabela incluem as áreas do Diretor de Risco, da Auditoria do Grupo, da Conformidade, do Combate aos Crimes Financeiros e dos Recursos Humanos (central e regional). Adicionalmente, o banco considera as seguintes funções da infraestrutura como "funções de controlo independentes": Assuntos jurídicos, Governo global, Gestão de incidentes e investigação do Grupo, Direção de segurança de informações, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo e Assuntos reguladores. Todas estas funções estão sujeitas a um rácio de remuneração fixa e variável de 1:1.

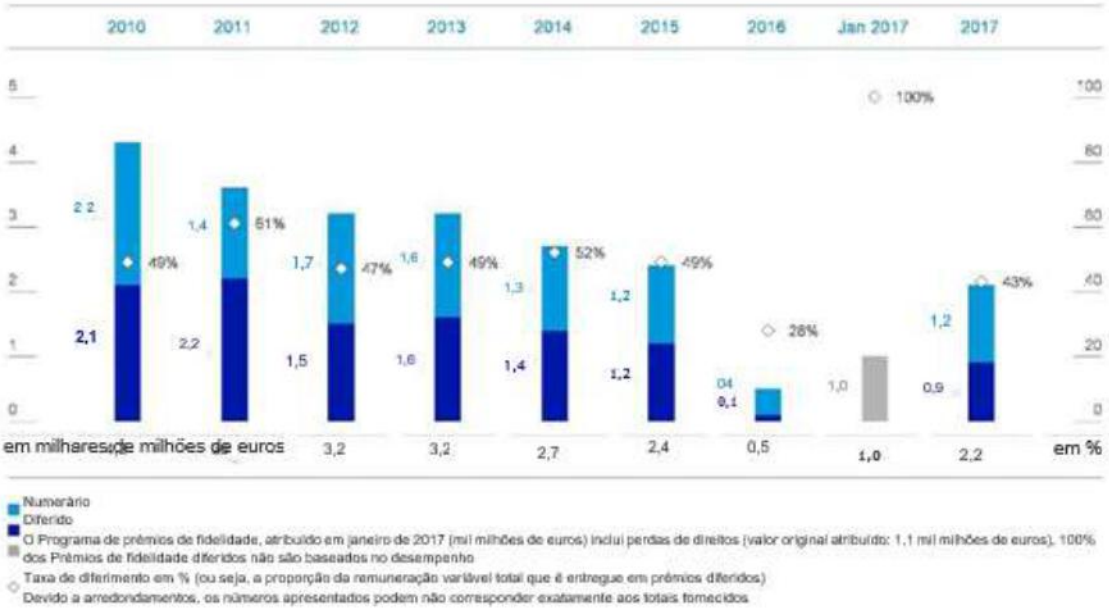
[4] As "funções corporativas" incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes nem integrada em qualquer divisão para efeitos desta tabela. Isto inclui, por exemplo, as áreas do Diretor de operações e a Responsabilidade social corporativa. As "funções corporativas" também incluem a remuneração do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

[5] "Outra RV" inclui outros compromissos contratuais de remuneração variável no período relevante, como por exemplo prémios de contratação.

[6] A "remuneração variável" inclui os prémios de remuneração variável do Deutsche Bank baseados no desempenho de fim de ano e os outros compromissos de remuneração variável no período relevante. Os 60 milhões de euros em "buyouts" para novas contratações (prémios de substituição para direitos perdidos de entidades patronais anteriores) não estão incluídos.

[7] O montante do "Programa de prémios de fidelidade (jan 2017)" inclui renúncias e está ajustado aos efeitos do mercado cambial para 2017 (valor atribuído em janeiro de 2017 baseado no mercado cambial de 2016: 1108 milhões de euros).

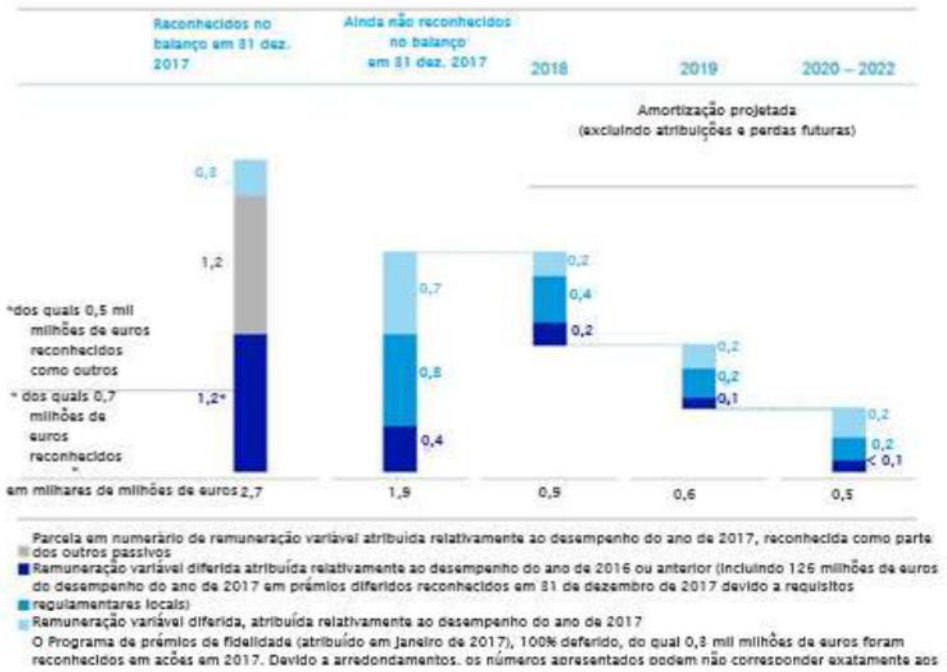
Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano)



Reconhecimento e amortização da remuneração variável

Em 31 de dezembro de 2017, incluindo prémios para o exercício de 2017 atribuídos no início de março de 2018 e o Programa de prémios de fidelidade atribuídos em janeiro de 2017, os gastos não amortizados deferidos com remuneração variável ascendem a aproximadamente 1,9 mil milhões de euros. O gráfico seguinte apresenta o montante de remuneração variável reconhecido no balanço de 2017 e a amortização futura projetada de remuneração variável pendente nos próximos exercícios (exclui atribuições e perdas futuras).

Remuneração variável e Programa de prémios de fidelidade com base no desempenho de fim de ano
Reconhecimento em 31 de dezembro de 2017 e amortização projetada de remuneração diferida atribuída



Da remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano para 2017, e tendo em conta o Programa de prémios de fidelidade atribuídos em janeiro de 2017, 1,6 mil milhões de euros são cobrados para a demonstração de resultados de 2017 e 1,5 mil milhões de euros serão cobrados em anos futuros. Além disso, a demonstração de resultados para 2017 foi cobrada com uma remuneração variável de 0,7 mil milhões de euros decorrente de diferimentos dos anos anteriores.

Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1795 colaboradores foram identificados como colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2017, comparativamente a 3056 colaboradores em 2016. A descida pode certamente ser atribuída ao montante total limitado de remuneração variável atribuída em 2016, o qual afetou os critérios quantitativos estipulados no Regulamento Delegado da Comissão (EU) n.º 604/2014.

Os elementos de remuneração para todos os colaboradores que assumem riscos materiais de acordo com o InstVV são detalhados na tabela abaixo, em conformidade com a Secção 16 do InstVV e o artigo 450 CRR. Os colaboradores que assumem riscos materiais e com rendimentos elevados (colaboradores que recebem uma remuneração total de 1 milhão de euros ou mais) do Postbank não fazem parte desta divulgação e são incluídos no relatório de remuneração do Postbank. A divulgação quantitativa dos colaboradores que assumem riscos materiais também reflete as transferências de colaboradores da infraestrutura para as divisões, tal como definido no capítulo “Decisões de remuneração para 2017” e inclui o valor total do Programa de prémios de fidelidade atribuídos aos mesmos.

Remuneração agregada para colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Direção[2]	CIB	PCB	Deutsche AM	Funções de controlo independentes [3]	Funções corporativas[4]	2017 Total - Grupo	2016 Total - Grupo
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (total)	231	990	188	82	239	65	1 795	3 056
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (equivalentes a tempo inteiro)	226	984	183	82	232	65	1 772	3 047
Pagamento total	**477**	**1 468**	**136**	**101**	**130**	**47**	**2 359**	1 648
Remuneração fixa total	**208**	**583**	**58**	**35**	**75**	**23**	**981**	1 438
Remuneração variável total para o período	**269**	**886**	**78**	**67**	**56**	**23**	**1 379**	210
dos quais:								
Programa de prémios de fidelidade (janeiro de 2017)[5]							540	0
dos quais:								
em numerário	133	444	40	27	29	12	683	134
em ações	136	442	39	33	27	11	689	71
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	6	0	0	6	5
Remuneração variável total para o período, diferida	**217**	**733**	**47**	**45**	**31**	**14**	**1 087**	106
dos quais:								
em numerário	106	367	24	16	15	7	535	51
em ações	110	367	24	23	15	7	545	51
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	6	0	0	6	5
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (iii) do CRR em conjunto com o artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (iv) do CRR relativo à remuneração variável diferida dos anos anteriores e relativo a ajustes explícitos ao risco								
Montante total da remuneração variável ainda pendente no início do exercício que foi diferido nos anos anteriores	**476**	**997**	**108**	**130**	**45**	**26**	**1 783**	2 318
dos quais:								
adquiridos	171	424	39	34	23	13	704	1 009
não adquiridos	306	573	69	96	22	13	1 079	1 309
Remuneração variável diferida atribuída, paga ou reduzida durante o período								
atribuída durante o período	158	497	33	38	24	12	762	1 160
paga durante o período	118	415	39	33	22	12	639	725
reduzida através de ajustes explícitos ao risco[6]	0	3	0	0	0	0	3	13
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (v) do CRR relativo a bónus de contratação								
Número de beneficiários da remuneração variável garantida (bónus de contratação)	3	18	0	1	4	1	27	42
Montante total da remuneração variável atribuída (bónus de contratação)	1	18	0	1	1	1	21	61
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), pontos (v) e (vi) do CRR relativo a pagamentos por cessação de funções								
Montante total de pagamentos por cessação de funções atribuídos[7]	2	12	3	0	0	2	21	42
Número de beneficiários de pagamentos por cessação de funções atribuídos por total/equivalentes a tempo inteiro	2	35	6	2	4	4	53	114
Indemnização por cessação de funções mais elevada atribuída a um indivíduo	2	5	2	0	0	1	5	4

[1] Os montantes poderão incluir diferenças de arredondamento. "Buyouts" não incluídos; colaboradores e remuneração do Postbank não incluídos.
[2] Refere-se aos membros do Conselho de Administração (incluindo o Deutsche Bank AG) e Diretores Executivos de instituições significativas, de acordo com o significado da Secção 17 do InstVV, e quaisquer outros membros do "Quadro de Liderança Sénior". Os membros do Conselho de Fiscalização/Diretores Não-Executivos de instituições significativas são também incluídos na "Direção" (dos quais 60) e FTE (dos quais 58). No caso de apenas terem sido identificados como colaboradores que assumem riscos materiais devido às respetivas funções no Conselho de Fiscalização, não são incluídos em quaisquer outras linhas, uma vez que não recebem elementos de remuneração variável para essas atividades e uma vez que os respetivos elementos de remuneração fixa não são relevantes. No entanto, os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG estão incluídos no montante de remuneração fixa total da "Direção".
[3] De acordo com as diretrizes regulamentares, as "funções de controlo independentes" para efeitos desta tabela incluem as áreas do Diretor de Risco, da Auditoria do Grupo, da Conformidade, do Combate aos Crimes Financeiros e dos Recursos Humanos (central e regional). Adicionalmente, o Deutsche Bank considera as funções de infraestrutura que se seguem como "Funções de Controlo Independentes": Assuntos jurídicos, Governo global, Gestão de incidentes e investigação do Grupo, Direção de segurança de informações, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo e Assuntos reguladores. Todas estas funções estão sujeitas a um rácio de remuneração fixa e variável de 1:1.
[4] As "funções corporativas" incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes nem integrada em qualquer divisão para efeitos desta tabela. Isto inclui, por exemplo, as áreas do Diretor de operações e a Responsabilidade social corporativa.
[5] O Programa de prémios de fidelidade está incluído nos valores de remuneração variável nesta tabela.
[6] Tendo em conta os ajustamentos de risco e as renúncias, o pagamento variável pendente para os colaboradores que assumem riscos materiais, ascendendo a 122 milhões de euros, foi renunciado em 2017.
[7] Os pagamentos por cessação de funções são geralmente pagos no ano em que foram concedidos.

Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2017 Número de colaboradores (exceto Programa de prémios de fidelidade) [1]
Pagamento total	
1 000 000 a 1 499 999	330
1 500 000 a 1 999 999	155
2 000 000 a 2 499 999	85
2 500 000 a 2 999 999	56
3 000 000 a 3 499 999	29
3 500 000 a 3 999 999	21
4 000 000 a 4 499 999	10
4 500 000 a 4 999 999	8
5 000 000 a 5 999 999	4
6 000 000 a 6 999 999	4
7 000 000 a 7 999 999	3
8 000 000 a 8 999 999	0
9 000 000 to 9 999 999	0
10 000 000 to 10 999 999	0
Total	705

[1] Os colaboradores do Postbank não estão incluídos. "Buyouts" não incluídos. Ao ter em conta o Programa de prémios de fidelidade no montante total atribuído em janeiro de 2017, o total dos colaboradores com rendimentos elevados para 2017 ascenderia a 1098 colaboradores.

No total, 705 colaboradores receberam uma remuneração total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2017, em comparação com 316 colaboradores em 2016 e 756 colaboradores em 2015.

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 18 de maio de 2017 e entraram em vigor a 5 de outubro de 2017. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

	31.12.2017	
Comité em euros	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200 000	100 000
Comité de Risco	200 000	100 000
Comité de Nomeações	100 000	50 000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200 000	100 000
Comité do Presidente	100 000	50 000
Comité de Controlo de Remunerações	100 000	50 000

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2017

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2017 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

	Remuneração no exercício de 2017		Remuneração no exercício de 2016	
Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Fixa	Da qual a pagar no 1º trimestre de 2018	Fixa	Da qual a pagar em fevereiro de 2017
Dr. Paul Achleitner[1]	800 000	683 333	800 000	600 000
Stefan Rudschäfski[2]	300 000	225 000	0	0
Alfred Herling[3]	0	0	300 000	300 000
Wolfgang Böhr	200 000	150 000	141 667	106 250
Frank Bsirske	250 000	187 500	250 000	187 500
Dina Dublon	300 000	225 000	300 000	225 000
Jan Duscheck[4]	100 000	75 000	41 667	31 250
Gerhard Eschelbeck[5]	58 333	43 750	0	0
Katherine Garrett-Cox[6]	200 000	150 000	125 000	104 167
Timo Heider	200 000	150 000	200 000	150 000
Sabine Irrgang	200 000	150 000	200 000	150 000
Prof. Dr. Henning Kagermann	250 000	187 500	250 000	187 500
Martina Klee	200 000	150 000	200 000	150 000
Peter Löscher[7]	83 333	83 333	200 000	150 000
Henriette Mark	200 000	150 000	200 000	150 000
Richard Meddings	400 000	300 000	400 000	300 000
Louise Parent	400 000	300 000	333 333	250 000
Gabriele Platscher	200 000	150 000	200 000	150 000
Bernd Rose	200 000	150 000	200 000	150 000
Gerd Alexander Schütz[8]	58 333	43 750	0	0
Prof. Dr. Stefan Simon[9]	216 667	162 500	33 333	25 000
Rudolf Stockem[10]	0	0	116 667	116 667
Dr. Johannes Teyssen	250 000	187 500	216 667	162 500
Georg Thoma[11]	0	0	108 333	108 333
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler[12]	83 333	83 333	200 000	150 000
Total	**5 150 000**	**3 987 500**	5 016 667	3 904 167

[1] Membro reeleito a 18 de maio de 2017.
[2] Membro desde 1 de janeiro de 2017.
[3] Membro até 31 de dezembro de 2016.
[4] Membro desde 2 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 18 de maio de 2017.
[6] Membro reeleito a 19 de maio de 2016.
[7] Membro até 18 de maio de 2017.
[8] Membro desde 18 de maio de 2017.
[9] Membro desde 23 de agosto de 2016.
[10] Membro até 31 de julho de 2016.
[11] Membro até 28 de maio de 2016.
[12] Membro até 18 de maio de 2017.

Após o envio das faturas em fevereiro de 2018, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2017 foi convertida em ações nocionais da empresa com base num preço das ações de 15 458 euros (preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2018, calculado com três dígitos após o símbolo decimal). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2017 receberam a totalidade da remuneração em numerário. Para membros cujo mandato tenha terminado em 2017, a remuneração total do período correspondente até esse momento foi paga totalmente em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas nos primeiros três meses de 2018 como parte da respetiva remuneração de 2017, bem como o número de ações nocionais adquiridas entre os anos anteriores de 2013 a 2016 acumuladas durante a participação no Conselho de Fiscalização e os montantes totais pagos em fevereiro de 2018 para os membros que saíram ou foram reeleitos.

	Número de ações nocionais			
Membros do Conselho de Fiscalização	Convertidas em fevereiro de 2018 como parte da remuneração de 2017	Montantes totais do ano anterior, de 2013 a 2016	Total (acumulado)	A pagar em fevereiro de 2018 em euros[1]
Dr. Paul Achleitner[2]	7 547,235	34 842,354	42 389,589	538 593
Stefan Rudschäfski[3]	4 851,794	0	4 851,794	0
Wolfgang Böhr	3 234,529	2 039,332	5 273,861	0
Frank Bsirske	4 043,162	9 812,535	13 855,697	0
Dina Dublon	4 851,794	10 445,634	15 297,428	0
Jan Duscheck[4]	1 617,265	564,436	2 181,701	0
Gerhard Eschelbeck[5]	943,404	0	943,404	0
Katherine Garrett-Cox[6]	3 234,529	1 128,872	4 363,401	0
Timo Heider	3 234,529	7 870,476	11 105,005	0
Sabine Irrgang	3 234,529	7 870,476	11 105,005	0
Prof. Dr. Henning Kagermann	4 043,162	10 517,526	14 560,688	0
Martina Klee	3 234,529	8 152,472	11 387,001	0
Peter Löscher[7]	0	8 152,472	8 152,472	126 021
Henriette Mark	3 234,529	8 896,223	12 130,752	0
Richard Meddings	6 469,058	6 861,587	13 330,645	0
Louise Parent	6 469,058	8 294,024	14 763,082	0
Gabriele Platscher	3 234,529	8 614,226	11 848,755	0
Bernd Rose	3 234,529	8 332,230	11 566,759	0
Gerd Alexander Schütz[8]	943,404	0	943,404	0
Prof. Dr. Stefan Simon[9]	3 504,073	451,549	3 955,622	0
Dr. Johannes Teyssen	4 043,162	6 972,511	11 015,673	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler[10]	0	8 896,223	8 896,223	137 518
Total	**75 202,803**	158 715,158	**233 917,961**	**802 132**

[1] A um valor de 15 458 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2018.
[2] Membro reeleito a 18 de maio de 2017.
[3] Membro desde 1 de janeiro de 2017.
[4] Membro desde 2 de agosto de 2016.
[5] Membro desde 18 de maio de 2017.
[6] Membro reeleito a 19 de maio de 2016.
[7] Membro até 18 de maio de 2017.
[8] Membro desde 18 de maio de 2017.
[9] Membro desde 23 de agosto de 2016.
[10] Membro até 18 de maio de 2017.

Todos os representantes dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske e Jan Duscheck, são nossos colaboradores. No exercício de 2017, pagámos a esses membros um montante total de 1,13 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2017, reservámos 0,12 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se previsto nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício destas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 248 000 euros (2016: 225 000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 197 679 euros (2016: 234 448 euros) foram pagos durante o exercício de 2017.

Declaração de Governo da Sociedade de acordo com o artigo 289.º-F do HGB

A versão integral da Declaração de Governo da Sociedade está disponível no nosso sítio Web em www.db.com/ir/en/reports.htm e não faz parte do relatório de gestão.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre os relatos financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão do nosso presidente e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatos financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
- Direitos, obrigações e propriedade - os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
- Apresentação e divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Organização do sistema de controlo interno

Funções envolvidas no sistema de controlo interno do relato financeiro

Os controlos no âmbito do sistema de ICOFR são realizados por todas as funções de negócio e por todas as funções de infraestrutura que estão envolvidas na análise da fiabilidade dos documentos e registos que servem de base às demonstrações financeiras. Consequentemente, o funcionamento do ICOFR envolve um grande número de colaboradores, principalmente no âmbito das seguintes funções: Finanças, Direção de Operações e Risco.

A função de Finanças é responsável pela elaboração periódica das demonstrações financeiras e opera de forma independente face aos negócios do Grupo. No âmbito das finanças, diferentes departamentos têm responsabilidades de controlo relativamente ao processo de preparação geral:

- Group Finance (Finanças do Grupo) é responsável pelas atividades ao nível do Grupo, que incluem a preparação das informações financeiras e de gestão do Grupo e relato de risco. O comité financeiro define a calendarização dos relatórios, executa os processos de consolidação e agregação, elimina registos de atividades inter e intra Grupo, controla os processos de final de exercício e de ajustamento, compila as demonstrações financeiras do Grupo, e considera e incorpora observações quanto ao conteúdo e à apresentação realizada pelos administradores sénior e por consultores externos.
  - Grupo de Política, Transações e Assessoria é responsável pelo desenvolvimento da nossa interpretação enquanto Grupo das normas internacionais de relato financeiro e das normas regulamentares pela sua aplicação consistente dentro do Grupo. O Grupo presta assessoria contabilística e aconselhamento sobre questões regulamentares e serviços de consultoria à função de Finanças e ao negócio em geral, sendo responsável pela resolução atempada de questões de natureza contabilística a nível corporativo e a nível de transações específicas e questões regulamentares.
  - Grupo de avaliação global e especialistas de avaliação com orientação para os negócios são responsáveis pela elaboração de políticas e padrões mínimos de avaliação, proporcionando diretrizes em termos de implementação relativamente ao trabalho de controlo de avaliação e verificando e validando os resultados do controlo de avaliação. Atuam como ponto de contacto único em matéria de avaliação para as partes externas (como sejam os reguladores e os auditores externos).
  - Especialistas financeiros para empresas ou entidades são responsáveis pela revisão da qualidade dos dados financeiros, através de validação e controlo. Estão em contacto estreito com os gestores de negócios, de infraestrutura e das entidades jurídicas, utilizando os respetivos conhecimentos específicos para lidar com questões, associadas ao relato financeiro, decorrentes de produtos e transações, validando reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor.

- Fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) é responsável pela produção de dados financeiros relacionados com imposto sobre o rendimento, conjuntamente com a área de Finanças, abrangendo a avaliação e planeamento de impostos sobre o rendimento correntes e diferidos e a recolha de informações em matéria fiscal. A fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) acompanha a posição em termos de imposto sobre o rendimento e controla as provisões para riscos fiscais.

- A Gestão do desempenho e planeamento ao nível do Grupo é responsável pelas atividades ao nível do Grupo de previsão e planeamento.

O funcionamento do ICOFR é igualmente apoiado de forma significativa pela Direção de Operações e Risco. Embora não estejam diretamente envolvidas no processo de preparação financeira, as funções seguintes contribuem significativamente para a produção de informação financeira:

- A Direção de Operações (COO) é responsável por confirmar as transações com contrapartes e por realizar, interna e externamente, reconciliações de informações financeiras entre sistemas, registos e bolsas. A área de direção de operações também realiza todas as atividades de liquidação de transações em nome do Grupo e reconciliações dos saldos das contas nostro.
- A Direção de risco (CRO) é responsável pelo desenvolvimento de políticas e normas para a gestão de crédito, de mercado, legal, de liquidez e riscos operacionais. A Direção de risco identifica e avalia a adequação das provisões para crédito, legais e operacionais.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR é composto por um elevado número de controlos e procedimentos internos destinados a minimizar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Esses controlos estão integrados no processo operacional e incluem processos:

- em curso ou de natureza permanente, tais como a supervisão no âmbito das políticas e procedimentos escritos ou da segregação de funções,
- que operam de forma periódica, como os que são realizados como parte do processo de preparação das demonstrações financeiras anuais.
- são preventivos ou têm propósitos de deteção.
- têm um impacto direto ou indireto nas próprias demonstrações financeiras. Entre os controlos com efeito indireto sobre as demonstrações financeiras incluem-se controlos gerais de TI, tais como o acesso ao sistema e controlos de implementação, ao passo que um controlo com um impacto direto consiste, por exemplo, numa reconciliação que justifica diretamente uma rubrica do balanço.
- componentes automatizados e/ou manuais. Os controlos automatizados são funções de controlo incluídas em processos de sistema, tais como a segregação (forçada por aplicação) de controlos e verificações de interface quanto à integridade e exatidão das entradas de dados. Os controlos internos manuais são operados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, como é o caso da autorização de transações.

A combinação de controlos individuais engloba cada um dos seguintes aspetos do sistema de ICOFR:

- Conceção e implementação da política contabilística. Controlos para promover o registo e o relato consistentes das atividades dos negócios do Grupo de forma global, de acordo com políticas contabilísticas autorizadas.
- Dados de referência. Controlos sobre os dados de referência relativamente à contabilidade geral e a transações extrapatrimoniais, incluindo dados de referência do produto.
- Aprovação, captação e confirmação de novos produtos e transações. Os controlos destinam-se a garantir a integridade e a exatidão das transações registadas, bem como a devida autorização. Estes controlos incluem confirmações enviadas e recebidas relativamente a transações com contrapartes com o objetivo de ajudar a garantir que os detalhes da transação são corroborados.
- Controlos de reconciliação, tanto externa como internamente. São realizadas reconciliações entre os sistemas relevantes relativamente a todas as transações, posições ou parâmetros relevantes. As reconciliações externas incluem reconciliações de conta nostro, de registo e cambiais.
- Avaliação, incluindo o processo de verificação independente de preços (IPV). A área de Finanças realiza controlos IPV pelo menos mensalmente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da avaliação do front office. Os resultados dos processos IPV são avaliados mensalmente pelo comité de supervisão do controlo da avaliação (Valuation Control Oversight Committee).
- Os especialistas de avaliação com orientação para os negócios concentram-se em abordagens de avaliação e metodologias relativamente a várias classes de ativos e realizam verificações independentes de preços no que se refere a derivados complexos e produtos estruturados.
- Fiscalidade. Os controlos são concebidos para assegurar que os cálculos dos impostos são realizados corretamente e que os saldos fiscais são registados de forma adequada nas demonstrações financeiras.
- Reservas e ajustamentos baseados em juízos de valor. São concebidos controlos para garantir que as reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor são autorizados e relatados de acordo com as políticas contabilísticas aprovadas.
- Fundamentação do balanço. Controlos relativos à fundamentação das contas do balanço para promover a integridade dos saldos da conta do Razão com base em evidência justificativa.
- Consolidação e outros controlos de relato de final de exercício. No final do período, todos os negócios e todas as regiões enviam os seus dados financeiros ao Grupo para consolidação. Os controlos sobre a consolidação incluem a validação dos registos contabilísticos necessários para eliminar o efeito de atividades inter e intra sociedades. O relatório de final do exercício inclui controlos de fim de mês relativamente aos processos de encerramento do livro de razão e a revisão dos ajustamentos tardios.
- Divulgação e apresentação das demonstrações financeiras. Controlos sobre a compilação das próprias demonstrações financeiras, incluindo a preparação de listas de verificação de divulgação e de conformidade com os requisitos dos mesmos, assim como revisão e subscrição das demonstrações financeiras por parte da direção da área de Finanças. As demonstrações financeiras também estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, assim como do Conselho de Fiscalização e respetivo Comité de Auditoria.

Os controlos acima referidos são efetuados para as IFRS e os GAAP principais e aplicam-se ao HGB em conformidade. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

Eliminação intrassociedade. A reconciliação e eliminação interagências são realizadas para saldos específicos do HGB.

Revisão analítica. Revisão dos itens de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível da empresa-mãe e das agências.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores, no seu conjunto, determinam a natureza e a extensão da evidência de que a gestão necessita para ser capaz de avaliar se o funcionamento do sistema ICOFR é ou não eficaz. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da direção no que diz respeito à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2017 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Demonstração não financeira

A abordagem do Deutsche Bank AG à sustentabilidade está em sintonia com os princípios de todo o grupo. Como empresa-mãe, a nossa abordagem à sustentabilidade inclui as nossas entidades afiliadas. Assim, a nossa demonstração financeira inclui certas descrições de todo o grupo.

Abordagem à sustentabilidade

Para suportar a nossa abordagem à sustentabilidade e os nossos relatos não financeiros identificamos assuntos considerados relevantes pelas nossas partes interessadas internas e externas. Para tal, tivemos como referência a norma internacional de sustentabilidade da Iniciativa "Global Reporting" (GRI). Temos em conta as opiniões das nossas partes interessadas e analisamos diferentes fontes - por exemplo, assuntos debatidos na nossa Assembleia-Geral Anual, os componentes temáticos nas classificações de sustentabilidade, relatórios de meios de comunicação internos e externos e informações decorrentes de análises de concorrência. Os assuntos contidos neste relatório não financeiro refletem os resultados da análise de relevância da GRI, que tem sido realizada nos últimos anos. Em 2017, revimos a lista de assuntos significativos, reclassificamos determinados assuntos por forma a torná-los mais visíveis e compreensíveis e dar a devida consideração ao que é necessário de acordo com os novos requisitos do Código Comercial Alemão (Handelsgesetzbuch, HGB) no que diz respeito à divulgação de informações não financeiras. Adicionalmente, agrupamos produtos relacionados com SAG, nomeadamente "investimentos sociais" e "investimentos de impacto", em "produtos e serviços" e também clarificamos títulos.

De acordo com o artigo 289.º-C, n.º 1 do HGB, a demonstração não financeira faz parte do relatório de gestão. Para ter uma visão abrangente da nossa abordagem à sustentabilidade consulte o nosso relatório não financeiro do grupo, publicado separadamente.

De acordo com o artigo 289.º-C (3 n.º 3 e 4) do HGB, é necessário que o Deutsche Bank comunique todos os riscos significativos conhecidos relacionados com as suas próprias atividades e relações comerciais, bem como com os seus produtos e serviços que tenham uma elevada probabilidade e tenham ou venham a ter um impacto extremamente negativo em assuntos não financeiros significativos. Não foram identificados tais riscos.

A descrição do modelo de negócio do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 289.º-C, n.º 1 do HGB pode ser consultada no relatório de gestão, a partir da página 4 do Relatório Anual. A descrição do modelo de negócio faz parte da demonstração não financeira separada do Deutsche Bank.

Visto que as questões relacionadas com o ambiente e os direitos humanos no Deutsche Bank não cumprem os critérios de relevância do artigo 289.º-C do HGB, divulgamos informações relevantes tais como a nossa abordagem de gestão, bem como resultados de questões relacionadas com o ambiente e os direitos humanos no nosso relatório não financeiro do Grupo, fora da demonstração não financeira.

Monitorizamos de perto todos os assuntos não financeiros e os seus impactos na situação e desenvolvimento do Deutsche Bank por forma a ser possível identificar alterações a nível da relevância e divulgá-las adequadamente em relatórios futuros.

Adequação do produto

No exercício normal da sua atividade, o Deutsche Bank participa em transações ou oferece produtos ou serviços aos clientes. Estas atividades estão sujeitas à legislação e regulamentações locais que impõem requisitos no que diz respeito à adequação. É nossa política apenas incorrer em atividades em que o banco determine que um determinado produto ou serviço é adequado a um cliente em particular. Antes de incorrer em quaisquer atividades, tomamos medidas razoáveis para determinar a adequação.

A 3 de janeiro de 2018 entrou em vigor a diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF II) - na sua transposição nacional relevante - e a regulamentação relativa aos mercados de instrumentos financeiros (RMIF). As novas regulamentações afetam todo o banco e todos os nossos grupos de clientes. O Deutsche Bank deu formação aos seus colaboradores, forneceu informações atempadas aos seus clientes e fez as alterações necessárias aos seus meios tecnológicos.

Em conformidade com a regulamentação DMIF II, realizamos avaliações de mercado alargadas aos produtos para identificar quais os que melhor se enquadram nas necessidades específicas dos nossos clientes. Os nossos produtos tem de estar em conformidade com um conjunto de requisitos definidos relacionados com, por exemplo, risco, complexidade, transparência e apoio pós-venda. Avaliamos a qualidade individual do produto e selecionamos o produto que se adequa ao que o cliente procura e ao perfil de investimento do cliente. As nossas regras estabelecem, como princípio básico, que não se deve efetuar a venda quando se torna óbvio que o cliente

- não necessita do produto
- não pode pagar o produto a médio/longo prazo
- não compreendeu o produto
- o perfil de risco subjacente não corresponde ao cliente

Antes de iniciar relações comerciais com um novo fornecedor de produtos externo, é realizada a avaliação (due diligence) da empresa para garantir um padrão elevado de qualidade em sintonia com os nossos próprios padrões e as necessidades do cliente.

A qualidade da nossa gama de ofertas de produtos de investimento é avaliada continuamente.

Mantemos registos de avaliações de adequação realizados para grupos específicos de clientes, incluindo o resultado, quer o cliente tenha sido avisado de que determinado produto ou serviço não era apropriado para si ou quer não tenham fornecido informações suficientes para permitir a realização de uma avaliação de adequação e, caso tal ocorra, se a transação foi, ainda assim, realizada.

Os processos de aprovação de novos produtos (NPA) e de avaliação sistemática dos produtos (SPR), coletivamente o enquadramento de "ciclo de vida do produto" são a base para assegurar que podemos oferecer com confiança aos clientes os nossos produtos e serviços. Este enquadramento encontra-se estabelecido por forma a gerir os riscos associados à implementação de novos produtos e serviços, alterações em produtos e serviços durante os seus ciclos de vida e o processo pelo qual são sistematicamente avaliados para garantir que permanecem adequados e consistentes com as necessidades, características e objetivos do(s) seu(s) mercado(s) ao longo da sua vida útil. Os respetivos processos são aplicáveis globalmente a todas as divisões e dizem respeito a diferentes períodos da avaliação do ciclo de vida do produto, com um foco nos NPA no período de pré-implementação e na SPR na avaliação periódica, após a implementação.

Adicionalmente, o processo de aprovação de novas transações (NTA), aplicável à divisão do Corporate and Investment Bank (CIB) fornece um enquadramento para a coordenação, documentação e gestão de riscos associados ao estabelecimento de um subconjunto de transações, incluindo a reestruturação de transações existentes, cumprindo alguns critérios de encaminhamento pré-definidos baseados no risco. Tais transações de qualificação, designadas como "operações estruturadas", estão sujeitas a maiores níveis de *due diligence* através do enquadramento.

As funções e responsabilidades claramente definidas, combinadas com padrões de medição do cumprimento, formação e um processo de sinais de alerta para tomar medidas corretivas, apoiam um controlo de qualidade consistente. Os nossos enquadramentos de Produto e de Operação estruturada juntam peritos nas matérias apropriados de vários departamentos for forma a identificar as normas contabilísticas e regulamentares corretas, bem como a estrutura jurídica, de conformidade e de controlo. Todos os desenvolvimentos de produtos têm de ser aprovados por funções essenciais de controlo, incluindo a de Conformidade e Combate aos crimes financeiros. Os conselhos para NPA a nível regional e por divisão devem avaliar os desenvolvimentos de produtos considerados como "significativos", incluindo novos fatores de risco ou negócios. Adicionalmente, quaisquer características que possam suscitar preocupações, nomeadamente tendo um potencial impacto na reputação do Banco, são encaminhadas para os comités de aprovação de gestão relevantes, tais como os Comités Regionais ou do Grupo de Risco de Reputação.

As disposições descritas aplicam-se a todas as nossas divisões. Adicionalmente, desenvolvemos princípios de produto para fornecer proteção específica aos nossos clientes no Private & Commercial Bank.

Desenvolvemos princípios na Private & Commercial Clients (PCC) que definem padrões mínimos para as nossas linhas de produtos. Estes comprometem-nos a oferecer exclusivamente produtos e serviços eticamente justificáveis e transparentes. Adicionalmente, queremos oferecer aos nossos clientes aconselhamento responsável e com visão de futuro, que cumpra as suas necessidades e lhes mostre claramente os respetivos riscos e benefícios.

- Os nossos produtos relacionam-se com a economia real.
- São transparentes e fáceis de compreender.
- Criam benefícios.
- Beneficiam o indivíduo sem prejudicar o mundo em geral, ou seja, o produto ativamente aconselhado não deve estar relacionado com:
  - especulação relacionada com a escassez alimentar ou estrangulamentos que possam afetar a disponibilidade de alimentos

- apostas relacionadas com morte, doença, deficiência ou insolvência
- a produção e venda de armas nucleares, monições de fragmentação e minas
- a promoção ou utilização de trabalho infantil
- atos criminosos, tais como tráfico de drogas, branqueamento de capitais, corrupção
- violação dos direitos humanos

Os processos e princípios são elaborados de forma a garantir a conformidade com os requisitos legais e regulamentares (incluindo proibições de produtos).

Nos negócios de consultoria de investimento oferecemos e aconselhamos tanto produtos internos (produzidos pelo Deutsche Bank) como de terceiros (de arquitetura aberta), o que nos permite conduzir uma ampla avaliação do mercado de produtos para identificar quais os que melhor satisfazem as necessidades específicas do nosso cliente. Avaliamos a qualidade individual do produto e selecionamos o produto que se adequa ao que o cliente procura e ao perfil de investimento do cliente. As nossas Diretrizes de Produto para produtos de seguro e de investimento definem também explicitamente produtos que não podem ser aconselhados a clientes, por exemplo, não aconselhamos ou estruturamos produtos ou incluímos produtos na gestão discricionária de carteiras (DPM) que investem em produtos agrícolas de base e não aconselhamos Contratos Diferenciais[1] (CFD) aos clientes.

Satisfação do cliente

A satisfação do cliente é refletida sobretudo nas nossas interações diárias bem como nas relações de longa data que temos com os nossos clientes. Por forma a medir a satisfação do cliente aplicamos diferentes enquadramentos aos nossos negócios - como descrito abaixo - dependendo dos tipos de cliente e das suas preferências.

Corporate & Investment Bank

Para compreender de forma sistemática a perceção que os clientes individuais institucionais têm dos nossos serviços, realizamos inquéritos denominados Avaliações de Corretor, ao critério do cliente, para obter uma compreensão consistente do que podemos fazer melhor. Neste sentido, gestores de clientes e titulares de conta reúnem regularmente - geralmente uma ou duas vezes por ano - com a gestão do cliente por forma a avaliar pessoal e detalhadamente a satisfação do cliente. Como parte da Avaliação de Corretor, os clientes realizam uma avaliação detalhada do nosso desempenho relativo por equipa de cobertura e categoria de produto, permitindo um diálogo informado e a colocação do Deutsche Bank numa posição que lhe permite tomar decisões informadas em relação a alterações propostas.

Para avaliar a satisfação dos clientes corporativos, a GTB e a Corporate Finance realizam em conjunto a "Voz do cliente", que engloba mais de 80% das atividades dos nossos clientes corporativos: Desde 2015, anualmente aproximadamente 2 100 decisores chave e beneficiários de serviços fornecem feedback detalhado que o Deutsche Bank utiliza para criar planos de ação específicos para o cliente e para orientar iniciativas de desenvolvimento de produtos e serviços. Com base nesse feedback, foram desenvolvidas cerca de 4 600 ações em 2017. Os clientes e o Deutsche Bank avaliam o estado e a qualidade do seguimento destas ações. 75% dos clientes que participaram estão bastante ou plenamente satisfeitos com as ações de seguimento do Deutsche Bank (avaliação de 1 ou 2 numa escala de 5 valores).

Private & Commercial Bank

PCC Germany e PCC International

O debate público e cobertura crítica por parte dos meios de comunicação social relacionados com o Deutsche Bank continuou em 2017, sendo que na PCC Germany aumentaram as críticas negativas devido à racionalização da presença. Os clientes tiveram de lidar com várias alterações devido à implementação da reorganização estratégica, visto que a redução das agências iniciou-se em 2016.

Em 2017, cerca de 259 400 (aproximadamente 3%) clientes da PCC Germany preencheram o nosso inquérito de satisfação ao cliente. O aumento contínuo da satisfação dos clientes ao longo dos últimos anos não se verificou em 2017. Apesar de termos investido no nosso novo modelo de negócio e implementado um processo de consultoria claramente estruturado, até ao momento não fomos capazes de melhorar as classificações em todas as categorias do nosso inquérito anual de satisfação ao cliente. A atenção da Gestão a estas medidas é elevada, visto que recebem informação mensal detalhada do mais recente índice de satisfação do cliente para cada agência.

1 Um Contrato Diferencial (CFD) é um contrato entre duas partes, regra geral designadas de "comprador" e "vendedor", que estipula que o vendedor irá pagar ao comprador a diferença entre o valor atual de um ativo e o seu valor no momento do contrato (se a diferença for negativa, o comprador paga e não o vendedor). Na verdade, os CFD são derivados financeiros que permitem tirar proveito do aumento (posições longas) ou da descida (posições curtas) dos preços subjacentes a instrumentos financeiros e são frequentemente utilizados para especulação nesses mercados.

O resultado do inquérito ao cliente permite-nos compreender melhor que o nosso cliente necessita. Por forma a aumentar a satisfação do cliente, o inquérito foi benéfico visto que contactamos os nossos clientes para descobrir as suas expectativas. Este processo inclui clientes privados, bem como clientes empresariais.

Para além da PCC Germany, cerca de 24 000 clientes de todos os países da PCC International responderam ao nosso inquérito de 2017. Após uma ligeira queda em 2016 e apesar dos desafios enfrentados em 2017, a PCC International foi capaz de melhorar os resultados de satisfação do cliente graças à melhoria da comunicação da gestão de vendas e ao lançamento de campanhas destinadas ao cliente, os quais demonstraram resultados positivos nos segmentos alvo de clientes abastados e PME. Por outro lado, a vontade de recomendar o Deutsche Bank tem diminuído como consequência direta da racionalização da presença em alguns dos nossos países.

Índice de satisfação dos clientes PCC Germany / PCC International

em % (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Satisfação dos clientes PCC Germany			
Índice PCC Germany	71,6	75,4	73,3
Com os nossos Serviços	73,0	77,3	74,7
Com a nossa Assessoria	72,8	76,7	74,2
Com os Produtos e serviços oferecidos ativamente	67,2	71,0	69,0
Disposição para recomendar o Deutsche Bank	73,5	76,5	75,4
Número de Clientes que participam no inquérito	**259 405**	260 960	371 582
Satisfação do cliente PCC International			
Índice PCC International	77,4	77,2	77,2
Disposição para recomendar o Deutsche Bank	75,5	77,3	77,1
Número de Clientes que participam no inquérito	**24 272**	24 169	24 084

Em 2017, a PCC Germany deu continuidade ao programa cliente mistério, uma combinação de aproximadamente 2 000 aquisições de teste em agências e um inquérito telefónico a cerca de 8 300 clientes atuais, no qual foram colocadas questões sobre os padrões do serviço e do aconselhamento que prestamos. Os telefonemas foram acompanhados por uma consulta.

A PCC International conduziu aproximadamente 1 200 aquisições de teste em agências. O resultado do índice do cliente mistério diminuiu, embora permaneça num bom nível quando comparado com a concorrência. No âmbito do estudo de pesquisa EQUOS RCB conduzido em Espanha, foi atribuído ao Deutsche Bank o prémio "Best Quality Service Bank" pelo terceiro ano consecutivo. O estudo EQUOS RCB inclui quase todos os bancos e caixas económicas de Espanha, representando mais de 95% do mercado espanhol (entidades e território). O Cliente Mistério foi realizado pela empresa QUALITY WATCH na Polónia, e pela STIGA em Espanha e Portugal.

O índice do cliente Mistério diminuiu em 2017 em ambas as subdivisões, em comparação com os anos anteriores, sobretudo devido à racionalização da presença (redução de agências) que afetou os testes realizados no início do ano, principalmente no 1.º trimestre (os resultados dos testes no 3.º trimestre apresentam uma clara recuperação, embora a média anual apresente uma ligeira diminuição). A PCC Internacional, após uma ligeira diminuição em 2016 e apesar dos desafios enfrentados em 2017, conseguiu melhorar os resultados de satisfação dos clientes.

Na PCC Germany e a PCC International tomam-se em consideração os resultados do inquérito de satisfação ao cliente e do índice do cliente Mistério na definição dos objetivos para as nossas agências. Ambos estão também associados ao componente relacionado com o desempenho na remuneração da nossa equipa de vendas.

Índice do cliente mistério PCC Germany / PCC International

em % (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
PCC Germany			
Índice do cliente Mistério	78,5	81,0	80,8
PCC International			
Índice do cliente Mistério	74,5	77,3	77,4

Wealth Management

No quarto trimestre de 2017, a Deutsche Bank Wealth Management (WM) contratou a Scorpio Partnership, uma consultora líder em pesquisa e estratégia para o setor do património global, para conduzir uma avaliação dos dados de pesquisa relevantes (11 projetos históricos em várias regiões) e fornecer uma perspetiva externa sobre o desempenho da WM e o posicionamento competitivo na experiência da marca e na experiência do cliente. A avaliação utilizou dados existentes extraídos das bases de dados de indivíduos com património de valor líquido elevado (HNWI) e de indivíduos com património de valor líquido ultraelevado (UHNWI) da Scorpio Partnership, abrangendo o período entre 2014 e 2017.

De um modo geral, a avaliação indicou elevadas classificações de satisfação dos clientes em relação à WM, observando simultaneamente os desafios regionais no reconhecimento da marca (reconhecimento global da marca em linha com os principais concorrentes). Contudo, o relatório também destacou o risco de reputação relativo à confiança no Deutsche Bank.

A avaliação sublinhou que os clientes da WM dão uma maior importância ao conhecimento do mercado, à pesquisa financeira e à experiência da equipa do que os clientes de empresas concorrentes, e que a WM as supera nestas áreas, assim como à estabilidade/segurança e qualidade de execução. A satisfação geral dos clientes da WM é competitiva entre os seus pares, sendo que os clientes da WM são notoriamente mais propensos a indicar novos negócios para a WM (a probabilidade de darem esta indicação é de 43,6% enquanto a média global de WM é de 28,1%: dados de 2016).

Digitalização e inovação

A Revolução Digital está a transformar todos os setores, incluindo os serviços financeiros. Estamos empenhados em sermos líderes no ecossistema digital e vemo-nos como uma empresa orientada pela tecnologia. Utilizamos a tecnologia para transformar as nossas capacidades digitais nos negócios, nas TI e nas operações e funções de controlo. A digitalização tem um impacto significativo em todos os nossos negócios e, por conseguinte, todos os negócios necessitam de a incluir nas suas avaliações de risco. Vemos a digitalização como uma oportunidade considerável para o nosso banco.

Governação e gestão do risco

No banco, a digitalização está alinhada com as necessidades dos negócios e a propriedade reside nos negócios individuais ou nas unidades da infraestrutura. Cada uma das três divisões do banco (Corporate & Investment Bank, Private & Commercial Bank, e Deutsche Asset Management) tem funções de liderança digital dedicadas para impulsionar as iniciativas digitais e a transformação nas suas divisões de negócio, dependendo dos seus requisitos específicos.

As divisões são apoiadas e aumentadas por recursos digitais e de inovação partilhados. Os nossos Laboratórios de Inovação estão localizados em Berlim, Londres, Nova Iorque e Sillicon Valley, e trabalham em parceria com os nossos negócios para identificar soluções no ecossistema externo com o objetivo de reforçar, melhorar e repensar a forma como servimos os nossos clientes. Os centros Data Science & Analytics operam em três polos em Dublin, Londres e Pune. Estes centros produziram mais de 50 provas de conceito para vários dos nossos negócios, recorrendo a tecnologias como o nosso repositório de dados de elevado desempenho, seguro e distribuído, bem como um conjunto de técnicas de inteligência artificial. A Digital Factory reúne equipas ágeis e multifuncionais visando oferecer produtos bancários digitais. Temos também diversas parcerias externas, nas quais se incluem a Axel Springer Plug & Play, a The Floor e a H-Farm, e colaboramos com a iniciativa do Massachusetts Institute of Technology (MIT) sobre Economia Digital.

O nosso Fórum Global Digital é um organismo do grupo que facilita o alinhamento e o intercâmbio de iniciativas digitais entre as diferentes divisões, sendo presidido pelo diretor do departamento de Dados, Estratégia Digital e Inovação do banco. Entre os seus membros incluem-se os lideres digitais de cada uma das divisões. Durante 2017, criámos a equipa de Estratégia Digital com o intuito de assegurar que o banco procede de uma forma coesa e coerente no que respeita a digitalização. A equipa de Estratégia Digital trabalha em estreita colaboração com os membros do Fórum Global Digital.

A Banca num Ecossistema Digital

Damos grande ênfase à capacidade de a tecnologia permitir interações sem obstáculos com os clientes. Para nós, a digitalização está a permitir-nos oferecer autosserviços aos clientes. Digitalização significa que podemos fornecer os nossos recursos através de plataformas escaláveis no local e hora escolhidos pelo cliente. Por esta razão, estamos a construir ativamente plataformas para facilitar as interações do mercado e proporcionar valor aos nossos clientes de forma a tornar as suas vidas mais fáceis.

Há um raciocínio claro a sustentar a nossa abordagem ao digital:

- temos dimensão, recursos, conhecimento do setor e capacidades digitais consolidadas para transformar as ruturas em oportunidades.
- Convidamos empresas fintech a participar nas nossas plataformas para beneficiar os clientes e os mercados
- e estamos a desenvolver o nossa organização com o intuito de termos cada vez mais um maior foco no cliente. A tecnologia permite-nos fornecer produtos e serviços completamente novos e diferentes.
- Precisamos de ser uma força impulsora nas plataformas. O modelo de plataforma permite-nos tirar o máximo partido das nossas capacidades nas diferentes divisões e criar novos serviços financeiros para os nossos clientes.
- Estamos, cada vez mais, a explorar os nossos dados para compreender melhor os nossos clientes, tomar decisões mais informadas e fortalecer ainda mais as nossas funções de controlo.

Desenvolvimentos em 2017

Demonstramos, ao longo de 2017, um progresso significativo na digitalização, transversal a todas as divisões.

Corporate & Investment Bank

Na nossa divisão Corporate & Investment Bank, demos um passo sem precedentes ao abrirmos mais de 150 000 linhas de código na nossa premiada plataforma Autobahn para os nossos clientes de produtos bancários de investimento. Este avanço vai permitir que as aplicações de negociação de diferentes fornecedores utilizem a Autobahn como uma base partilhada e trabalhem sem qualquer problema com qualquer uma das funcionalidades da Autobahn.

Além das atividades de fonte aberta, fizemos também melhoramentos na própria plataforma Autobahn. Em agosto de 2017, introduzimos nesta plataforma a funcionalidade Clique-para-Confirmar que permite aos clientes da Autobahn fazer a gestão das confirmações de negociações de FX, taxas e créditos online, através de um portal baseado na Web. Oferecemos também a Confirmação de Fluxos de caixa que permite aos clientes fazer a gestão online dos pagamentos em numerário relacionados com derivados.

Implementámos igualmente a plataforma tecnológica Symphony Communication Services, que está acessível à maioria dos colaboradores da Global Markets e da infraestrutura de apoio. Trata-se de uma plataforma de colaboração encriptada baseada na nuvem e totalmente implantada que inclui uma aplicação móvel e bots de fluxo de trabalho automatizados, que reforça a produtividade e a comunicação entre as equipas do *front office* e da tecnologia e operações. A Symphony é propriedade de um consórcio de 20 entidades vendedoras e compradoras, que também a administram. Fomos um dos investidores fundadores no lançamento da sociedade, em 2014.

Estabelecemos também na divisão Corporate & Investment Bank, diversos programas focados nas soluções de Automação de Processos Robóticos (RPA) em diferentes áreas de produtos com vista a reduzir custos, melhorar o serviço ao cliente e reforçar o controlo sobre os principais processos.

Estamos envolvidos em iniciativas para construir infraestruturas do mercado da tecnologia de contabilidade distribuída (Blockchain) em colaboração com outros bancos. Fomos um dos primeiros bancos a participar na Utility Settlement Coin, uma abordagem baseada na tecnologia Blockchain tendo em vista a compensação e liquidação de transações entre bancos com risco reduzido e uma execução mais rápida.

Em novembro de 2017, o nosso Global Transaction Bank lançou o seu serviço SWIFT gpi (global payments innovation). Esta nova plataforma digital oferece o rastreamento de pagamentos em tempo real e a utilização de fundos no próprio dia aos clientes empresariais. Consideramos o gpi como uma solução para as necessidades reais dos clientes a nível global. O feedback inicial revelou que muitas transações entre continentes são processadas rapidamente e de uma forma integral, e com capacidades de rastreamento completas.

O nosso Global Transaction Bank adquiriu igualmente 12,5 por cento da participação na *start-up* alemã de financiamento comercial TrustBills. A TrustBills é uma plataforma de leilões online para a compra e venda de valores a receber de atividades comerciais nacionais e internacionais.

Private & Commercial Bank

O nosso investimento continuado em tecnologia digital na banca de retalho e empresarial está a dar frutos. Dos sete milhões de clientes da nossa divisão de Private & Commercial Bank, mais de quatro milhões recorrem ao banco digital. Em janeiro de 2017, lançamos a abertura de conta digital na Alemanha, o que significa que os novos clientes podem abrir uma conta online em sete minutos. Este recurso está disponível para nacionais alemães com um endereço registado na Alemanha. No dia 29 de agosto de 2017, atingimos o nosso "momento móvel" - o ponto no qual a maioria dos nossos clientes acede à sua conta online através de um dispositivo móvel.

Através do nosso portal de programadores, o banco contribui para a eficiência dos mercados e permite que os programadores testem as suas ideias para serviços digitais do futuro. Esta abordagem colaborativa irá ajudar as partes externas, assim como a nós mesmos, a reduzir o tempo de comercialização de novos produtos e serviços para benefício dos nossos clientes.

O nosso mercado de depósitos do segmento de retalho, ZinsMarkt, encontra-se em atividade desde maio de 2017 como mercado digital de fácil utilização para depósitos fiduciários a prazo fixo para os clientes Private & Commercial Bank. Os outros bancos parceiros já estão a oferecer os seus depósitos a prazo fixo. O ZinsMarkt foi concebido e desenvolvido com recurso a técnicas ágeis juntamente com a Deposit Solutions, uma Fintech alemã.

Estamos também a investir na digitalização da nossa rede de agências. Durantes os últimos dois anos, equipámos os nossos consultores com cerca de 10 000 iPads e desenvolvemos várias aplicações, a chamada coleção Dashboard. Isto possibilita-nos

organizar sessões de consultoria topo de gama, permitindo-nos gravar assinaturas digitais para contratos e pedidos e reduzindo assim a utilização de papel.

No final de 2017, a divisão Private & Commercial Bank lançou a sua primeira solução de Inteligência Artificial utilizando o Processamento de Linguagem Natural e a tecnologia IBM Watson. Esta funcionalidade permite que a nossa equipa de apoio comercial seja mais eficiente e rápida a dar resposta às consultas dos clientes, concentrando-se mais na forma de criar valor para estes.

Em agosto de 2017, a Wealth Management implementou o Deutsche Bank Wealth Online na Ásia. Esta plataforma oferece uma gama completa de serviços, permitindo que os clientes recebam informações sobre as carteiras e publicações relacionadas com investimentos e, adicionalmente, interajam com os seus consultores para executar transações. A Wealth Management continua a desenvolver os ecossistemas digitais, incluindo o atual programa de próxima geração (NextGen) que assistiu ao lançamento da aplicação DB NextGen no final de 2017.

Somos também um dos principais bancos na we.trade, uma plataforma de tecnologia de contabilidade distribuída para o financiamento comercial. Esta plataforma permite que as pequenas e médias empresas utilizem a tecnologia Blockchain para gerir, rastrear e garantir transações comerciais nacionais e internacionais. A we.trade é uma *Joint Venture* de nove bancos em dez países e nós somos acionistas.

O sucesso das nossas soluções digitais na Private & Commercial Bank demonstra o valor da Digital Factory, que criámos em 2016. Neste centro, reúnem-se equipas de toda a empresa, de tecnologia e conformidade e aplicam-se metodologias ágeis para acelerar os ciclos de desenvolvimento. Isto proporcionou diversas melhorias na nossa aplicação móvel para a banca de retalho de uma forma rápida - essencial para o mundo acelerado em que vivemos.

A iniciativa Verimi, da qual somos membros fundadores, oferece colaboração intersetorial entre as principais empresas alemãs. Esta "chave mestra" permite aos clientes usarem um único login para aceder a uma série de serviços de colaboradores e de outros participantes. Este é mais um exemplo de como proporcionamos plataformas digitais para simplificar os mercados e tornar a vida dos nossos clientes mais fácil. Poderá encontrar informações adicionais em www.verimi.com.

Conduta e Risco

A cultura é o cerne da nossa forma de operar. Orienta os nossos comportamentos, condutas e tomada de decisões, assim como a maneira como interagimos uns com os outros, como os nossos clientes e com a sociedade em geral.

Definição e Objetivos

No Deutsche Bank, somos guiados pelos nossos valores de Integridade, Desenvolvimento Sustentável, Foco no Cliente, Inovação, Disciplina e Parceria, consagrados no nosso Código de Ética Empresarial e Conduta (o Código). O Código estabelece os padrões de conduta aos quais todos nós devemos aderir.

Adicionalmente, o Conselho de Administração identificou quatro resultados culturais desejados:

- Liderança ativa e visível: alinhar o tom a partir do topo com a ação de liderança
- Gestores capacitadores e eficazes: capacitar os gestores para incentivar o desenvolvimento pessoal e, simultaneamente, atingir os objetivos da equipa
- Pessoas inspiradas e produtivas: promover práticas e processos pessoais que conduzam a uma organização empenhada e diversificada
- Práticas comerciais responsáveis e sustentáveis: fazer crescer seletivamente os nossos negócios com controlos eficazes e limites de risco

Todas as atividades no Grupo relacionadas com a cultura contribuem para estes resultados.

É fundamental atingir estes resultados para realizar os nossos objetivos estratégicos, tornando-os mais simples e eficientes, menos arriscados, mais bem capitalizados e mais bem geridos com uma execução mais disciplinada. A ênfase contínua na integração da nossa cultura desejada e na prossecução da conduta adequada permanece uma prioridade fundamental para todas as partes interessadas, tais como a direção, os colaboradores, os clientes, os acionistas e os reguladores.

Embora estejamos cientes de que a cultura é difícil de medir, estamos, para manter a dinâmica, a desenvolver um painel de métricas originárias de várias fontes de todo o banco, para indicar o progresso face aos padrões centrais. Estas métricas irão abranger dados qualitativos, como os resultados do Inquérito aos recursos humanos, assim como medidas mais quantitativas atualmente seguidas e regulamentadas como parte dos processos de Recursos humanos (RH), Risco, Comunicações e Conformidade.

Governo

Embora a obtenção de resultados culturais seja uma responsabilidade de todos os colaboradores, o Diretor-geral (CEO) do Grupo tem a responsabilidade global.

Cada um dos membros do Conselho de Administração é responsável pela sua divisão ou função, sendo os Comités Executivos (ExCo) responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das iniciativas relacionadas com a cultura. Para assegurar a responsabilização e a atenção adequada da direção, as iniciativas relacionadas com a cultura planeadas por cada uma das divisões ou funções são detidas a nível dos ExCo.

O grupo de trabalho Integridade da Cultura e Conduta (ICC), presidido pelo CEO e compreendendo representantes designados do Conselho de Administração de cada divisão e função, tem uma função central de coordenação e alinhamento, assegurando que as atividades culturais perseguidas em cada uma das áreas estão alinhadas com a nossa visão global de cultura. O ICC reúne-se pelo menos seis vezes ao ano e centra-se em atividades culturais que reforçam os comportamentos desejáveis e que desincentivam os comportamentos indesejáveis. O grupo tem também a missão de partilhar as melhores práticas e de desafiar os planos e as ideias relacionadas com a cultura apresentados no fórum.
Adicionalmente ao ICC, o Conselho de Conduta e Integridade (CI) proporciona supervisão, liderança e coordenação a nível do grupo às iniciativas relacionadas com a conduta e a integridade, incluindo a apresentação de atualizações regulares ao ICC.

Ações

Liderança ativa e visível

A integração dos nossos valores culturais exige que os líderes sénior sirvam de modelo e que defendam a importância da cultura e da conduta.

Tom a partir do topo

Os membros do Conselho de Administração e os seus colaboradores diretos participaram numa série de vídeos, alinhados com as suas áreas específicas, que foram partilhados internamente com toda a equipa através da Intranet. Estes vídeos, juntamente com comunicações por e-mail dirigidas aos colaboradores, reforçam os aspetos-chave dos resultados culturais do banco e definem o exemplo de uma comunicação aberta e honesta a ser seguida pela organização. Entre os exemplos de vídeos encontram-se:

- “Tower talks”, com o CEO, o diretor administrativo (CAO) e o diretor financeiro (CFO)
- As entrevistas com o Diretor regulamentar e ao Diretor global do combate ao crime financeiro sublinham a importância de os colaboradores serem os “maiores defensores no combate ao crime financeiro”.

Apropriação dos tópicos culturais pela Direção

Para sustentar o tom a partir do topo e complementá-lo com a ação de liderança, a responsabilização pela prossecução das iniciativas de cultura em cada Divisão e Função da Infraestrutura pertence aos respetivos ExCo. Isto vai assegurar que as ações realizadas em cada uma das áreas estão alinhadas com os objetivos dos negócios da divisão ou função subjacente e que abordam as questões culturais predominantes.

Gestores capacitadores e eficazes

Uma maior responsabilização dos gestores e o reforço da confiança entre os gestores e as suas equipas ajudam a construir uma organização mais empenhada e com um melhor desempenho, promovendo adicionalmente um ambiente de trabalho onde a comunicação aberta e honesta é incentivada.

Programas de liderança e de gestão

Continuamos a investir num amplo conjunto de programas de desenvolvimento da liderança, visando diferentes níveis de responsabilidade de funções. O programa centra-se na partilha das nossas expetativas de líderes e desenvolver as suas competências para envolver e motivar os nossos recursos humanos. Entre os programas oferecidos em 2017 encontram-se os seguintes:

- "Leadership Fundamentals" para gestores que lideram diversas equipas e que têm um papel significativo a desempenhar na implementação da estratégia do banco.
- “Management fundamentals” e “Experienced manager essentials” para, respetivamente, novos e atuais gestores. Estes programas estabelecem as expetativas do banco relativamente aos gestores, ajudando-os a desenvolver competências para se envolverem com as equipas, a fornecer feedback regularmente, conduzir conversas de desenvolvimento e aprender a liderar equipas.

- "Acceleration Programs", programas de aceleração para Vice-Presidentes e Diretores de alto desempenho que proporcionam formação, *coaching* e exposição interdivisões para fortalecer a capacidade de gestão e de liderança e criar um grupo de futuros líderes de franquia.
- "Change management training", para melhorar as capacidades de gestão de mudanças dirigido a diferentes níveis de senioridade. As áreas específicas incluem entender a mudança, ser ágil na mudança e ajudar os outros.

Desempenho total

Lançamos o Desempenho total (TP) para gerir o desempenho e a progressão na carreira no banco. O TP é uma abordagem integrada, baseada num diálogo nos dois sentidos, regular e significativo. Ao contrário de uma classificação única, os indicadores de TP refletem a experiência do colaborador, a sua contribuição para a concretização do negócio e comportamento (o quê e como), as suas capacidades e o desenvolvimento pessoal e na carreira. As conversas significativas e regulares suscitam debates sobre fraco desempenho (incluindo conduta imprópria) e asseguram que os planos de ação para abordar as questões não são negligenciados, mas sim implementados e revistos regularmente, e que o desenvolvimento é apoiado e monitorizado.

Os resultados do inquérito aos recursos humanos do ano passado revelam o impacto desses esforços, com 68% dos colaboradores a indicar que os gestores fornecem um feedback claro e regular sobre os pontos fortes e as áreas de desenvolvimento (um aumento de seis por cento). Os colaboradores acreditam que têm um melhor entendimento da forma como contribuem para a implementação da nossa estratégia (um aumento de 16% a 77%).

Pessoas inspiradas e produtivas

Os principais facilitadores da cultura a que aspiramos são: incentivar uma conduta positiva, partilhar sucessos e desenvolver processos ao nível do banco para permitir que os funcionários tenham um melhor desempenho.

Gestão de consequências

O banco mantém uma forte ligação entre o comportamento esperado dos seus colaboradores e as consequências por não corresponder às expetativas. Estas consequências podem incluir sanções disciplinares relativas a questões originadas por violações às regras da política ou por comportamentos que não correspondem aos padrões esperados. Existem diretrizes sobre a forma como as sanções disciplinares se devem repercutir noutros processos relacionados com os RH, como prémios de compensação, promoções, gestão de desempenho e nomeações de titulares de funções-chave. Outro exemplo de possíveis consequências é o "Sinal de alerta". O processo de Sinais de alerta monitoriza o cumprimento por parte dos colaboradores de determinados processos e políticas relacionados com o risco. Uma violação conduz a um Sinal de alerta, devidamente ponderado pelo risco, e que é considerado na tomada de decisões relacionadas com a remuneração, promoção e gestão de desempenho.

Aumentar o envolvimento dos colaboradores

A nossa campanha #PositiveImpact visa criar uma dinâmica de equipa em torno a um propósito comum e reconstruir a credibilidade e a confiança. Este processo inicia-se com a criação de um novo diálogo com as partes interessadas e o reposicionamento da nossa marca "para permitir o crescimento económico e o progresso social", e "ser um banco que cria um impacto positivo nos clientes, colaboradores, investidores e na sociedade".

O nosso inquérito de barómetro dos colaboradores, um inquérito global sobre as comunicações internas e a marca Deutsche Bank, revelou que aproximadamente três em cada quatro colaboradores estão de acordo com o novo propósito, e quase 74 000 colaboradores aderiram ao polo da Intranet #PositiveImpact seis meses após o lançamento da campanha. Com base no inquérito de barómetro dos colaboradores do DB, a perceção positiva dos colaboradores relativamente à marca do banco aumentou para 47% no 4.º trimestre de 2017, em comparação com os 37% do 1.º trimestre de 2017.

Práticas comerciais responsáveis e sustentáveis

É fundamental desenvolver uma "mentalidade de controlo" e gerir os riscos proativamente à medida que expandimos os nossos negócios para alcançar os nossos objetivos estratégicos, particularmente tornando-nos menos arriscados.

Enquadramento do risco de conduta

Gerimos e atenuamos o nosso risco de conduta como parte do nosso quadro de gestão do risco ao nível da empresa, concebido para fornecer resultados adequados às nossas partes interessadas. É uma questão de tratar os clientes de uma forma justa e agir com integridade nos mercados financeiros onde operamos. O nosso quadro de gestão do risco de conduta ao nível da empresa foi concebido para proporcionar à direção do banco uma visão holística do risco de conduta. O risco de conduta é definido como "o risco de que os colaboradores ou representantes ou as práticas comerciais da empresa possam afetar de forma inadequada e adversa os clientes do banco, o banco ou a integridade dos mercados financeiros". O nosso Código de Conduta Empresarial e Código de Ética, juntamente com outras políticas e procedimentos, estabelecem os padrões exigidos de conduta profissional que esperamos de todos os colaboradores. Não iremos tolerar condutas impróprias, inadequadas ou pouco éticas, todavia, e dada a natureza dos nossos negócios e dos mercados nos quais operamos, reconhecemos que o risco de conduta existirá sempre. As empresas devem ter controlos adequados e eficazes estabelecidos, assim como atenuantes para desenvolver as atividades em consonância com a apetência pelo risco de conduta.

Sensibilização para o risco e propriedade do risco

A nossa cultura desejada inclui a promoção de um ambiente onde todos os colaboradores são capacitados e incentivados a agir como gestores de risco. Esta expetativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e formação obrigatória para todos os colaboradores. A nossa política de princípios de gestão do risco proporciona aos colaboradores uma visão geral da nossa abordagem à gestão do risco e, em 2017, criámos também vários vídeos "Sou gestor de risco", fornecendo exemplos tangíveis da forma como colaboradores com diferentes funções em todo o banco contribuem para uma gestão do risco eficaz.

Em 2017, também introduzimos uma avaliação da cultura de risco baseada em princípios, com particular enfoque na sensibilização para o risco, propriedade do risco e gestão do risco dentro da apetência pelo risco. Os resultados da avaliação são incorporados no relato existente de riscos, reforçando a mensagem de que a cultura do risco é uma parte integrante da gestão do risco diária e eficaz.

Combater o crime financeiro

Estamos empenhados em apoiar o desenvolvimento de regulamentos e procedimentos eficazes, assim como de normas internas para combater o crime financeiro. Esta questão é descrita mais detalhadamente no capítulo "Combate ao crime financeiro".

O nosso inquérito aos colaboradores ao nível do grupo indicou que 83% (um aumento de 17%) dos colaboradores se sentem capazes de gerir os riscos eficazmente e sem comprometer os princípios, políticas e procedimentos do banco.

Política e regulamentação públicas

Em 2017, tomámos medidas adicionais para fortalecer a forma como respondemos às alterações regulamentares e alavancámos sinergias dentro do banco. Entre estas medidas, avançámos com a fusão das unidades de Assuntos regulamentares, Estruturação do grupo e Assuntos públicos e governamentais, que trabalham agora em estreita cooperação, reportando ao Diretor global dos Assuntos públicos e governamentais e Estruturação do grupo e, em última análise, ao Diretor Regulamentar do grupo. Identificamos, através dessas unidades, os desenvolvimentos políticos e regulamentares relevantes numa fase precoce e coordenamos as posições políticas do grupo em conformidade. A nossa visão é "assegurar a nossa preparação para proceder a alterações regulamentares fundamentais e simplificar o Grupo, apoiando a estratégia do Deutsche Bank". O nosso objetivo é garantir a conformidade com os requisitos políticos e regulamentares relevantes (de entrada), assim como incluir tópicos relevantes do setor nas discussões públicas (de saída). Os nossos escritórios de Assuntos públicos e governamentais em Berlim, Bruxelas e Washington, D.C. gerem as nossas relações com os principais decisores políticos, comunicando-lhes informações e dados que visam dar suporte durante o processo de elaboração de políticas e que definem a estratégia de negócios do banco e as suas determinantes. Adicionalmente, mantemos contacto com os nosso colegas Diretores regulamentares no escritório de Pequim para cobrir a China.

Definimos um conjunto de tópicos essenciais que consistirão numa fonte de informação para o nosso enfoque durante os doze meses seguintes. Em 2017, estes tópicos estavam relacionados com a presidência alemã do G20, a digitalização da banca e da sociedade, a renovação da área do euro, o Brexit e a agenda para as Finanças Verdes/Sustentáveis. Participamos, no que se refere a cada uma das questões, em reuniões e seminários, painéis públicos e conversas individuais com os decisores políticos.

O risco de alteração das regras e regulamentos é inerente aos nossos negócios diários e, para abordar esta questão de uma forma adequada, desenvolvemos um quadro holístico com vista a identificar e implementar os novos regulamentos, ou os regulamentos alterados, recorrendo a uma abordagem sistemática que dá prioridade aos riscos regulamentares significativos para o Deutsche Bank e que atribui uma responsabilidade clara quanto à identificação, avaliação de impacto e implementação de alterações regulamentares.

Este quadro rege a forma como fazemos a gestão do risco de alterações regulamentares e ajuda-nos a construir o nosso perfil em debates sobre políticas regulamentares, com vista ao estabelecimento de relações construtivas com as partes interessadas reguladoras. Do mesmo modo, assegura uma tomada de decisões estratégicas informada e fornece supervisão e controlo sobre a maneira como as iniciativas essenciais são implementadas, proporcionando à Direção, adicionalmente, perspetivas sobre as questões emergentes relativas à política pública. Como forma de contribuir também para o processo de elaboração de políticas, fornecemos às partes interessadas políticas e reguladoras informações e dados que definem a nossa estratégia de negócios e determinantes.

Estabelecemos regras e procedimentos claros no que se refere às interações entre os nossos colaboradores e as partes interessadas políticas e reguladoras externas. Todos os colaboradores devem cumprir a nossa "Política de presentes, entretenimento e eventos de negócios" global que regula a conduta e o registo de quaisquer presentes e participações em eventos oferecidos ou aceites pelos representantes do Deutsche Bank. No que se refere à interação com as instituições da UE, é obrigatório seguir a nossa política de "Pré-autorização de todas as comunicações com as instituições da UE para discutir questões políticas", assegurando uma comunicação consistente a nível da UE e que todos os contactos com os funcionários da UE são autorizados centralmente. Nos EUA, agimos em conformidade com a nossa política interna no que respeita as "Contribuições políticas nos EUA e as atividades de *lobbying* nos EUA".

Somos signatários do Registo de Transparência da UE, que exige a divulgação de determinadas informações financeiras e o cumprimento de um código de conduta.

Combate aos crimes financeiros

Como banco responsável, consideramos que a forma como conduzimos os nossos negócios é pelo menos tão importante quanto o nosso desempenho financeiro. Temos uma longa história no apoio a regulamentos e procedimentos a nível internacional para combater o crime financeiro e entendemos que este apoio é fulcral para garantir a estabilidade dos bancos e a integridade do sistema financeiro internacional como um todo. Isto ajuda-nos a proteger o banco de ser indevidamente usado com o intuito de cometer crimes. Além disso, ignorar as disposições relativas ao crime financeiro expõe-nos potencialmente à responsabilização criminal e/ou regulamentar empresarial, a processos cíveis e à perda de reputação.

As políticas de combate ao crime financeiro (AFC) são revistas pelo menos uma vez por ano para assegurar que os novos regulamentos estão adequadamente refletidos nas políticas.

A responsabilidade final por estas políticas é do nosso Conselho de Administração, ao passo que a nossa divisão AFC está incumbida de realizar a prevenção diária do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, aderindo aos regimes de sanções e embargo e prevenindo a fraude, suborno e corrupção e qualquer outra atividade criminosa. Um dos principais objetivos em 2017 foi o fortalecimento da divisão AFC e, consequentemente, o número de colaboradores do departamento aumentou em 60% durante o ano.

A organização AFC está subdividida em funções Regionais, Globais e Centrais e as suas principais responsabilidades são descritas como se segue:

- As Funções Regionais assumem responsabilidade pelas regiões onde o Deutsche Bank opera (Alemanha, Américas, Reino Unido e Irlanda, Ásia e Pacífico/APAC, e Europa, Médio Oriente e África/EMEA).
- As Funções Globais fazem a gestão do antibranqueamento de capitais (AML)/financiamento do terrorismo, sanções e embargos e antifraude, suborno e corrupção
- As Funções Centrais gerem tópicos como risco e controlos, investigações, assim como governação e execução regulamentar

Sem prejuízo do dever de supervisão do Conselho de Administração e da delegação das tarefas acima mencionadas à organização AFC, a responsabilidade final pela adequada estruturação e execução das transações/atividades de negócio e dos seus correspondentes processos recai nos gestores de linha e colaboradores das respetivas divisões.

Todos os colaboradores devem familiarizar-se cuidadosamente e manterem-se atualizados quanto às políticas e regulamentos aplicáveis e cumpri-los.

Formação e envolvimentos dos colaboradores

Proporcionamos formação para ajudar os nossos colaboradores a entender os regulamentos, a conformidade e as políticas AFC. Há um conjunto de cursos disponíveis, dependendo do tipo de público-alvo (esta secção aplica-se à organização AFC).

Diplomados

- Semana de admissão de diplomados para os novos membros dos departamentos AFC e conformidade;
- Sessões de formação dirigidas aos licenciados de todas as divisões, que destacam a importância da gestão do programa AFC e do Risco de Conduta

Colaboradores AFC/conformidade

- Processo de admissão “Primeiros 100 dias”;
- É constituído por diversos programas de desenvolvimento técnico sobre tópicos tais como “como conduzir uma investigação interna”

Colaboradores do banco

Existe um currículo de AFC para todo o grupo sobre cursos que abrangem AML, sensibilização para a fraude, antissuborno e corrupção e sanções. A aceitação destes cursos é muito elevada, sendo os rácios relativos à conclusão tardia ou não conclusão dos cursos muito baixos.

Risco e Controlo de AFC

A equipa global de Risco e Controlo de AFC, em conjunto com outras funções e divisões de AFC ou funções da infraestrutura, avalia e identifica os riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, sanções e embargos, fraude, suborno e corrupção, resultantes dos nossos produtos e serviços e das atividades dos clientes. A fim de atingir estes objetivos, os clientes, produtos e transações são avaliados anualmente, através da avaliação global de riscos AFC, assim como trimestralmente, através do relato de risco de hierarquia superior, um processo ao nível do grupo e que faz parte do nosso quadro de risco não financeiro. As avaliações são continuamente melhoradas e revistas para as ajustar aos novos requisitos regulamentares.

A equipa global de Risco e Controlo de AFC estabelece o quadro e fornece a plataforma técnica para as avaliações, que são conduzidas ao nível do país ou da entidade jurídica.

Os principais objetivos da avaliação de risco são entender melhor os riscos inerentes aos nossos produtos e serviços, às atividades dos clientes e às localizações geográficas nas quais operamos.

Conheça o seu cliente, KYC

A política Conheça o seu cliente (KYC) do banco estabelece as regras que regem a nossa abordagem KYC em todo o grupo. Ao conduzir a política KYC, procuramos cumprir todas as leis e regulamentos nacionais e internacionais relevantes. Em 2017, o banco implementou um novo programa KYC aplicável a todos os países onde operamos, que presta uma atenção especial a clientes de alto risco (tais como as pessoas politicamente expostas, PEP), promovendo uma maior responsabilização empresarial, proporcionando orientação e aplicação mais claras e integrando e aumentando a sensibilização relativamente os limiares de apetência pelo risco do banco.

Os clientes são avaliados como parte da *due diligence* e são regularmente analisados, de acordo com critérios internos e externos. Em 2017, continuámos a implementar um programa de análise alargado que serve de base para uma melhoria adicional em relação à eficácia e eficiência da análise.

Como consequência da *due diligence*, algumas relações com os clientes podem ser recusadas ou ficar sujeitas a monitorização, ou podem ser impostas determinadas condições às contas e transações ou à utilização dos produtos. Em caso de atividade suspeita, informamos os órgãos reguladores e governamentais, em conformidade com os requisitos legais e regulamentares em vigor.

O KYC é um processo contínuo ao longo do ciclo de vida da relação com o cliente. Como tal, teremos de não só conhecer o cliente, mas também prever a natureza da relação com o cliente.

O processo de aceitação de novos clientes ocupa-se com a integração de potenciais clientes. Não podem ser aceites ou transacionados fundos ou ativos, nem celebrado qualquer compromisso jurídico (incluindo a operação de uma conta, venda de um produto ou prestação de um serviço) antes da aceitação do cliente estar completa.

Por forma a avaliar periodicamente as relações com os clientes, a empresa assegurará que são iniciadas e devidamente executadas verificações regulares de todos os clientes existentes. Os ciclos de verificação dependem da categoria de risco de uma relação com o cliente. Em geral, os clientes de alto risco devem sofrer uma revisão anualmente, sendo a periodicidade de a cada dois anos para clientes de médio risco e de a cada cinco anos para clientes de baixo risco.

A avaliação e a compreensão dos riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo relacionados com o cliente é uma componente essencial do nosso quadro de gestão do risco AFC, que nos permite diminuir e gerir o risco em linha com a nossa apetência para o risco de crime financeiro.

O objetivo primário da segmentação com base no risco da nossa base de clientes é conduzir uma avaliação (*due diligence*) adequada e assegurar que está estabelecido um perfil de cliente detalhado para permitir a comparação dos resultados da monitorização contínua e identificar quaisquer discrepâncias.

A nossa metodologia de notação com base no risco tem em consideração os seguintes aspetos de cada relação com o cliente para determinar a notação do risco do cliente: Risco de país, risco setorial, risco de produto e risco de tipo de entidade. Independentemente do tipo de risco, se o cliente for uma pessoa exposta politicamente (PEP) ou o proprietário efetivo último do cliente for uma PEP, serão sempre classificados como de risco elevado.

Antibranqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Dentro das funções do nosso AFC, a unidade de AML é responsável por instituir medidas de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, incluindo medidas para

- cumprir com as regras e regulamentos relativos à identificação (autenticação), registo e arquivo;
- detetar transações suspeitas e processar alertas de atividade suspeita; e
- desenvolver, atualizar e executar políticas internas, procedimentos e controlos.

Independentemente do valor ou montante, caso haja suspeita razoável da existência de fundos com origens ilegais ou que possam ser utilizados no contexto de financiamento do terrorismo a transação será negada.

A unidade de AML é concebida para, no mínimo, estar em conformidade com a lei alemã, bem como com disposições legais e regulamentares locais em todos os países em que o banco opera. Inclui políticas, procedimentos, um Gestor de Antibranqueamento de Capitais, controlos independentes e formação regular dos colaboradores. A percentagem de formação em falta na unidade de AML é de 0,08%.

Fazemos parte da Wolfsberg Group of Banks, adotamos os princípios de antibranqueamento de capitais da Wolfsberg e assinamos também a Declaração de eliminação do financiamento do terrorismo da Wolfsberg.

Cumprimento de sanções e embargos

As autoridades nacionais e as organizações supranacionais (tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE)) impõem medidas restritivas a países, organizações, grupos, entidades e indivíduos que infrinjam os comportamentos e normas internacionalmente aceites, particularmente quando estes se relacionam com a proliferação de armas, terrorismo e apoio a organizações terroristas, violações de direitos humanos ou corrupção e subornos. Tais medidas são normalmente conhecidas como embargos ou sanções.

O Deutsche Bank tem a responsabilidade de monitorizar, avaliar e, se necessário, cumprir a legislação e os requisitos vinculativos relacionados com sanções financeiras e comerciais estabelecidas pela UE, pelo Bundesbank, pela Agência Federal alemã de Economia e Controlo das Exportações e por outras autoridades, tais como o Serviço de Controlo dos Ativos Estrangeiros (OFAC) dos Estados Unidos da América e o Departamento do Tesouro do Reino Unido.

A nossa política de embargo, política especial de risco nacional e a nossa política específica para o controlo dos ativos estrangeiros auxiliam-nos na avaliação e redução do risco do cliente como parte dos nossos processos de integração e periodicamente a partir desse momento. Também nos auxilia na gestão de riscos relacionados com transações, países e bens específicos.

Na sequência da implementação do plano de ação conjunto global acordado por potências mundiais e pelo Irão no início de 2016, relaxamos de forma muito cautelosa a nossa habitualmente rigorosa política relativamente ao Irão e, em 2017, continuamos a realizar pagamentos legais em nome dos nossos clientes de longa data em euros, sujeitos a uma avaliação (*due diligence*) mais rigorosa.

Combater subornos e corrupção

Os riscos de suborno e de corrupção podem surgir nas nossas operações diárias. O suborno consiste na oferta, promessa, concessão, autorização, solicitação, acordo na receção ou aceitação impróprias de algo de valor a ou de outra pessoa ou entidade. A corrupção consiste em qualquer atividade que envolva o abuso de posição ou de poder para aquisição de uma vantagem pessoal ou negocial imprópria, quer a nível público quer no setor privado.

O Deutsche Bank tem uma abordagem de tolerância zero a suborno e corrupção, em linha com o seu Código de Conduta Empresarial e Código de Ética, os seus valores e convicções e a legislação internacional, incluindo a Lei contra Subornos de 2010 do Reino Unido, a Lei de Práticas de Corrupção Estrangeira de 1977 dos Estados Unidos, o Código Penal alemão e a Convenção da OCDE sobre a luta contra a corrupção de agentes públicos estrangeiros nas transações comerciais internacionais.

Para refletir o nosso compromisso em cumprir com as leis e regulamentos aplicáveis, bem como com as normas de melhores práticas, a nossa unidade de antifraude, suborno e corrupção (AFBC) é responsável por:

- monitorizar e aconselhar no que diz respeito ao cumprimento de questões relacionadas com a legislação, regulamentos e normas internacionais relativas ao suborno e à corrupção;
- o desenho e desenvolvimento contínuo de medidas apropriadas para mitigar o risco de suborno e corrupção;
- realizar ações de controlo e de salvaguarda para mitigar o risco de suborno e corrupção.

A política ABC define as normas mínimas de comportamento esperado por parte de todos os funcionários e terceiros associados ao Deutsche Bank (incluindo parceiros, fornecedores, prestadores de serviços e terceiros, na medida em que prestem serviços ao Grupo, sujeitos a acordos contratuais).

São realizadas verificações de fiabilidade dos colaboradores para todas as novas contratações. Foi desenvolvido, ao longo de 2017, um processo atualizado de verificação da fiabilidade para colaboradores já contratados.

Cada colaborador é responsável pela prevenção, deteção e comunicação de subornos ou outras formas de corrupção relacionados com o nosso negócio. O suborno e a corrupção têm consequências graves para os colaboradores do banco. Um colaborador que dê, receba ou concorde em dar ou receber um suborno viola a política ABC, o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética e está a cometer uma infração penal e/ou regulamentar que nos expõe a responsabilidades empresariais penais e/ou regulamentares e a processos civis de ação penal local e mundialmente. O colaborador estará também sujeito a multas civis ou criminais e a penalizações e/ou prisão. A direção poderá também ser processada e pode ser pessoalmente responsável caso descubram que ocorreu ou ocorrerá um ato de suborno e não tomem medidas apropriadas para o prevenir. Da mesma forma, cessaremos relações com qualquer terceiro que se descubra estar em violação dos princípios e regras estabelecidos pela política ABC ou quaisquer leis e regulamentos relativos a suborno e corrupção aplicáveis.

Para cumprir a política, existem equipas regionais responsáveis pela análise do risco e pelo desenvolvimento e monitorização de controlos, formação e sensibilização.

Segurança da informação

Os clientes esperam aceder aos serviços de que necessitam a qualquer momento, em qualquer lugar e através de variados canais. A evolução e a inovação da nossa tecnologia e da nossa oferta de processos e serviços assenta frequentemente em parcerias com prestadores de serviços e na integração do desenvolvimento Fintech. Paralelamente, os ataques cibernéticos às empresas são cada vez maiores em termos de escala, velocidade e sofisticação. A segurança da informação é, desta forma, um dos assuntos não financeiros relevantes do Deutsche Bank. Preservar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados dos nossos clientes e parceiros, bem como os ativos de informação do banco é essencial para manter a confiança depositada no Deutsche Bank pelos nossos clientes, acionistas, colaboradores e outras partes interessadas.

Governo

O nosso quadro de governação e programa de cibersegurança são continuamente melhorados para garantir que as políticas e normas de segurança continuam a espelhar a evolução das exigências do negócio, das diretrizes regulamentares e das ameaças cibernéticas emergentes. As políticas de segurança da informação auxiliam o Deutsche Bank no cumprimento destes parâmetros e constituem uma fundação para a gestão e governação ativa de processos de implementação relacionados com a segurança da informação. As normas internacionais e as melhores práticas são utilizadas para estruturar o contexto da política abrangente de segurança da informação do Deutsche Bank. O nosso sistema de gestão da segurança da informação é certificado pela norma internacional ISO 27001 desde 2012, tendo sido certificado novamente em 2015. As nossas políticas estabelecem uma declaração formal do compromisso do nosso Conselho de Administração em garantir a segurança da informação do banco. Está também bem estabelecido um “Comité de Segurança de TI” para tomada de decisões com autoridade delegada do diretor de operações representante do Conselho de Administração para supervisionar todas as atividades, incluindo potenciais agravamentos.

Direção de segurança da informação

Em 2017, a responsabilidade pela segurança física (segurança empresarial) e da informação (CISO) foi alinhada por forma a assegurar que a proteção de ativos de informação e a segurança física de pessoas, ativos e imóveis são desenhadas e executadas de forma holística, levando à formação da Direção de segurança (CSO). Esta função é da responsabilidade do diretor de operações. Na Direção de segurança, a CISO continua a ser o titular principal e independente da segurança da informação no Deutsche Bank. A CISO está incumbida de garantir que estão estabelecidos o quadro de governação, as políticas, os processos e as capacidades técnicas apropriados para gerir o risco relacionado de segurança da informação no Deutsche Bank. Como tal, a CISO é responsável por estabelecer e implementar globalmente a estratégia de segurança da informação do Grupo, que foi revista e aprovada e 2017.

A CISO trabalha com todas as divisões e todos os colaboradores do Deutsche Bank para garantir que os sistemas do banco estão protegidos e que são utilizados de forma segura para alcançar os objetivos de negócio do Deutsche Bank. Promovendo a excelência da segurança da informação, usada como referência em fóruns da indústria mundial e regional, pretendemos construir uma vantagem competitiva, proteger a nossa marca e reputação e, desta forma, aumentar a confiança dos clientes e do mercado.

Ameaças cibernéticas

Para proteger os ativos de informação do banco, adotamos uma abordagem em múltiplos níveis para construir controlos de segurança da informação em cada nível tecnológico, incluindo dados, dispositivos e aplicações (“defesa em profundidade”). Isto origina uma proteção sólida e completa, fornecendo também múltiplas oportunidades de detetar, prevenir, responder a ameaças cibernéticas e recuperar das mesmas. Esta abordagem é um aspeto chave da nossa estratégia de segurança da informação do Grupo.

Para além dos métodos de prevenção e de controlos como operações de ameaça, prevenção de fugas de informação, gestão de vulnerabilidade e programas contínuos de sensibilização dos colaboradores damos também prioridade à deteção, apoiada por um sólido processo de resposta. Os nossos centros dedicados de resposta e incidentes cibernéticos na Alemanha, em Singapura e nos Estados Unidos da América estão prontos a fornecer apoio permanente em qualquer fuso horário (modelo "follow the sun"), aumentando a capacidade do banco para detetar ameaças e responder de forma sólida a incidentes a nível.

“Firewall humana”

Reforçar a “firewall humana” é outro elemento chave da nossa estratégia de segurança da informação. Em 2017, foi lançada uma campanha mundial de sensibilização em vários formatos para todos os colaboradores do grupo Deutsche Bank com todo o tipo de assuntos de segurança da informação e empresarial. Adicionalmente, utilizamos material informativo e eventos para educar os nossos clientes sobre ameaças cibernéticas e como o banco protege os seus ativos de informação.

Reconhecemos a importância da formação contínua num ambiente de ameaça cibernética extremamente dinâmico. Em 2017, a CISO reviu o seu quadro de profissão de segurança da informação para todos os colaboradores da CISO e definiu requisitos de formação para todos os cargos definidos no quadro. Para além das medidas de sensibilização, os colaboradores do Deutsche Bank têm ações de formação obrigatórias. Isto é complementado com formação específica para indivíduos com cargos de especialista e para grupos alvo.

Envolver as partes interessadas

As entidades reguladoras reconhecem que as ameaças à segurança da informação constituem um risco significativo para as instituições financeiras. Assim, trabalhamos de forma próxima com estas autoridades, local e mundialmente, para compreender e prever os requisitos. Colaboramos também proximamente com organizações nacionais e internacionais de segurança, autoridades governamentais, e organizações pares, reconhecendo que a partilha proativa de indicadores de compromisso (IoC) relevantes e de anomalias na internet reduz o risco para todas as partes envolvidas.

Envolver as partes interessadas ajuda a assegurar que aplicamos as abordagens e tecnologias mais atuais de segurança da informação. O Deutsche Bank constituiu uma equipa dedicada para coordenar a partilha de informação e a continuar a desenvolver estas relações.

Proteção de dados

Todos os dados, direta ou indiretamente relacionados com uma pessoa singular, estão protegidos pelos regulamentos nacionais e internacionais. Os dados pessoais incluem, por exemplo, informação relativa a clientes, bem como a colaboradores do Deutsche Bank e a colaboradores dos nossos prestadores de serviços. Uma vez que virtualmente todos os processos negociais requerem o processamento de dados pessoais em tempos da utilização crescente de tecnologias digitais, a proteção destes dados constitui para nós um aspeto de especial preocupação.

O nosso departamento de privacidade de dados do Grupo (GDP) é uma função de controlo especializada e independente situada em Frankfurt, Berlim, Nova Iorque, Singapura, bem como em Londres e Birmingham. O departamento foca-se em questões de legitimidade relativa à recolha, ao tratamento e à utilização de dados pessoais que foram fornecidos ao banco. A nossa equipa GDP está sob a alçada do Conselho de Administração e é apoiada pelos responsáveis pela proteção de dados locais dos países em que exercemos a nossa atividade. Assim, há meios de comunicação direta e indireta entre a nossa organização central e não central de proteção de dados; é realizada a nível mundial, europeu, mas também local a reconciliação regular e a partilha constante de assuntos relacionados com a proteção de dados. Adicionalmente, o Deutsche Bank participa em comités e grupos de trabalho relevantes, tais como o "Bundesverband deutscher Banken", o IBM Guide Share Europe e o Bitkom contribuindo assim para a interpretação e desenvolvimento de normas prevalecentes e específicas da indústria. O mandato para o departamento de privacidade de dados do Grupo (GDP) do Deutsche Bank é complementado por uma unidade de proteção de dados dentro do Postbank.
A proteção de dados regulamentar tem elevada importância no Deutsche Bank - os desenvolvimentos relacionados com a proteção de dados são observados e analisados por nós regularmente. Implementamos alterações relevantes ou alteramos os nossos processos de controlo de acordo com estes desenvolvimentos. O mesmo se aplica a desenvolvimentos técnicos, bem como a novos modelos de negócio digitais - conjuntamente com as áreas responsáveis, estes são verificados pelo departamento de privacidade de dados do Grupo em conformidade com os regulamentos e as normas relacionados com a proteção de dados.

Após mais de quatro anos de negociações, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da UE foi promulgado a 24 de maio de 2016. Com um período de transição de dois anos, o regulamento entrará em vigor a 25 de maio de 2018. A nossa principal preocupação é a implementação dos extensos requisitos conjuntamente com as nossas divisões e infraestruturas para assegurar o cumprimento até ao fim de maio de 2018. O incumprimento incorrerá em multas significativas e, em resultado disto, em riscos financeiros, regulamentares e de reputação consideráveis. Processos, contratos, diretrizes e formulários utilizados em todo o grupo estão atualmente a ser verificados e apropriadamente corrigidos para assegurar o cumprimento como parte de um esforço maior em implementar os requisitos do RGPD. Adicionalmente, estamos atualmente a rever o quadro de controlo da privacidade de dados do grupo para assegurar uma avaliação completa do cumprimento com os requisitos de proteção de dados relacionados. O Programa RGPD é acompanhado por três membros do Conselho de Administração.

Por forma a prevenir violações da proteção de dados e a assegurar um controlo eficaz das mesmas foram implementados processos apropriados. Estes asseguram que quaisquer incidentes são comunicados imediatamente e que podem ser tomadas medidas apropriadas.

Estratégia de pessoas

Os nossos planos procuram a criação de um ambiente em que os nossos colaboradores possam trabalhar em parceria e possam ter um desempenho organizacional sustentável.

O sucesso da nossa estratégia depende das capacidades e experiências dos nossos colaboradores - e, consequentemente, em como retemos, motivamos e desenvolvemos as nossas equipas e adquirimos novo talento de acordo com as necessidades. Tal refletiu-se nas nossas prioridades estratégicas de RH para 2017:

- Fortalecer os nossos objetivos relativamente a talento expandindo a cobertura do programa de liderança, gestão e aceleração em todo o banco;
- incorporar ainda mais a diversidade e a inclusão em todos os processos de recursos humanos;
- investir no futuro, por exemplo, pelo envolvimento a nível das redes sociais e formação *online*;
- modernizar a experiência de RH através da implementação do "Workday";
- apoiar medidas de restruturação e permitir a mobilidade interna;
- elaborar projetos regulamentares, por exemplo a DMIF II, a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung), e
- apoiar iniciativas de negócio estratégicas, por exemplo a integração do Postbank, o Brexit, a oferta pública inicial (OPI) da DWS

Durante o ano a que se refere o presente documento, fizemos progressos positivos relativamente a estas prioridades. Por exemplo, preenchemos um terço das vagas de emprego com candidatos internos (excluindo o Postbank), aumentamos a percentagem de mulheres em cargos de gestão, investimos na digitalização (por exemplo, a aplicação móvel para diplomados "I am DB") e implementamos medidas de restruturação de uma forma socialmente responsável (por exemplo, encerramento de agências bancárias na Alemanha).

As nossas prioridades e normas globais são definidas e monitorizadas pelo Comité Executivo Global de RH. Isto inclui os diretores globais de RH, as divisões e entidades que partilham responsabilidade pela gestão de RH, bem como os diretores de RH responsáveis por processos e produtos regionalmente.

Incorporamos a nossa estratégia de RH dentro dos objetivos individuais do Conselho de Administração, como acordado com o Conselho de Fiscalização. Assim, aspetos individuais e áreas de focalização (por exemplo, atingir os rácios de diversidade acordados ou determinar a satisfação dos colaboradores) ajudam-nos na medição do desempenho e do progresso individual.

Recrutamento e desenvolvimento de talentos

Aquisição de talentos

Em 2017, a taxa de rotação voluntária de colaboradores foi de 7,7 % no Deutsche Bank AG (2016: 6,5%). Adicionalmente, foram contratados 341 diplomados e aprendizes.

Diplomados

Um dos nossos principais objetivos é a contratação de talentos jovens. Em 2017, contratamos 279 novos diplomados a nível mundial no Deutsche Bank AG, que iniciaram o seu programa com um evento de orientação em julho. Os novos contratados podem esperar experienciar diversidade e multiculturalismo. O grupo de novos diplomados é diverso: 127 novos funcionários são da Grã-Bretanha, 68 da Alemanha, 44 da Ásia e Pacífico e outros 36 dos EUA. Em termos de equilíbrio de género, 36% são mulheres e as funções variam entre a direção de operações e de tecnologia (34%), finanças corporativas (19%), mercados globais (18%) e funções de infraestrutura como a gestão do risco, auditoria, conformidade e finanças (23%).

A formação em sala de aula é seguida de um programa de desenvolvimento contínuo *online* com a duração de 12 meses, com base nos valores e convicções do banco, e fornece aos diplomados as competências técnicas e profissionais necessárias.

Quando contratamos diplomados há um maior ênfase em funções tecnológicas, em linha com o nosso foco estratégico na digitalização em toda a nossa cadeia de valor.

Reconhecida pela excelência no envolvimento dos clientes e colaboradores com a indústria de serviços financeiros, a "I am DB" é a nossa aplicação de acolhimento e envolvimento de diplomados. Todos os recém diplomados têm acesso à aplicação durante até um ano antes de iniciarem a relação connosco, dando-lhes a oportunidade de ver a nossa interação nas redes sociais, carreiras, portal de notícias, ver vídeos e entrevistas com diretores e encontrar informações relativas a seminários e alojamento, entre muitos outros assuntos. Além disto, a aplicação divulga uma série de oportunidades de formação na cultura corporativa e as nossas expetativas relativamente aos nossos colaboradores.

Aprendizes (formação profissional)

Em 2017, o Deutsche Bank AG admitiu 68 novos aprendizes (2016: 71), 47% destes eram mulheres (2016: 51%). Continuamos a fornecer estágios para além das suas necessidades e continuamos empenhados a dar formação de elevada qualidade e oportunidades profissionais aos jovens.

Desenvolvimento dos colaboradores

Em linha com as nossas prioridades estratégicas, concentramo-nos em promover a mobilidade interna da carreira e as capacidades de liderança em 2017.

Mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital na retenção de colaboradores qualificados e talentosos e em manter a sua competência e experiência dentro da organização. Continuamos a desenvolver e a integrar a nossa estratégia de mobilidade interna e a manter o nosso compromisso em preencher as vagas - em todos os níveis de senioridade - com candidatos internos adequados sempre que possível. De acordo com a nossa política de contratação, todas as vagas são anunciadas aos colaboradores internos exclusivamente durante, no mínimo, duas semanas. Apenas após duas semanas procuramos candidatos externos.

A priorização de candidatos internos é realizada para ajudar colaboradores afetados pela restruturação a encontrar novos postos de trabalho connosco. Promovemos também a mobilidade entre divisões, para permitir aos colaboradores expandir as suas competências e experiência e estabelecer carreiras bem desenvolvidas em todos os aspetos. Além disto, a mobilidade interna contribui para a poupança a nível dos custos de despedimentos e de recrutamento.

Para apoiar a mobilidade interna, introduzimos a "Connect2Job", a nossa aplicação móvel para ajudar os colaboradores a aceder e a candidatar-se a postos de trabalho internos de forma mais fácil e abrangente. Com a aplicação, os colaboradores podem encontrar vagas de emprego nos seus telemóveis, bem como ao utilizar o seu computador no trabalho. A função de pesquisa com base no perfil usa um algoritmo para fazer corresponder qualificações e competências individuais aos requisitos indicados numa vaga de emprego. Com o "Connect2Job", respondemos aos pedidos dos colaboradores relativos a aplicações móveis e

aumentamos a transparência no mercado laboral interno. A aplicação é fácil de utilizar e uma solução eficaz, numa altura em que o banco enfrenta os desafios da mudança digital.

Desenvolvimento de liderança

O nosso modelo de capacidade de liderança define as expectativas dos nossos líderes, fornecendo uma visão partilhada das capacidades que são vitais aos nossos líderes e assegurando o sucesso do negócio, em linha com a estratégia e cultura corporativa.

Apresentados pela primeira vez em 2015, o banco realiza dois programas "Management Fundamentals", obrigatórios para novos gestores. Um programa principal destina-se desde a novos gestores, até ao vice-presidente, que assumam responsabilidades de gestão de pessoal pela primeira vez. Um programa executivo está adaptado às necessidades dos Diretores Executivos e dos Diretores. Ambos os programas foram criados em torno de três áreas principais: gerir pessoas, impulsionar o negócio e moldar a cultura. O programa "Management Fundamentals" visa ajudar os participantes a crescer e a desenvolver-se como gestores.

Está também disponível um programa entre divisões para líderes seniores - "Leadership Fundamentals". Melhorado em 2017, o programa concentra-se na mentalidade e comportamentos fundamentais necessários para se ser um líder eficaz, tais como a liderança inspiracional, a concentração e ser-se um líder autêntico e a colaboração para obter vantagem competitiva. O primeiro módulo trata a compreensão pessoal dos participantes como líderes (forças e áreas a desenvolver) e foca-se também no que o banco espera deles como líderes da empresa. O segundo módulo dá aos participantes a oportunidade de compreender todo o franchising Deutsche Bank e os pontos de ligação. Adicionalmente, o módulo dois engloba aspetos da cultura e o que esta significa para demonstrar os valores e convicções como modelos a seguir.

Desenvolvimento da aceleração

O primeiro programa de aceleração para diretores (DAP) foi lançado em maio de 2017 (excluindo o Postbank), com a jornada de desenvolvimento para participantes com uma duração de 12 meses. O programa está construído como um módulo global de quatro dias em Londres para todos os participantes em que estes ouvem os membros do Conselho de Administração falar sobre as suas expectativas relativamente aos líderes, adquirem conhecimentos estratégicos importantes e têm também oportunidade de ouvir professores importantes da London Business School. Os participantes são, seguidamente, convidados para fazer dois módulos na região mais próxima de si (Europa: Londres (2), Frankfurt (2); Américas: Nova Iorque (2); e Ásia: Singapura (1) Hong Kong (1)). São tratados temas como a contribuição da aceleração de liderança e da mudança organizacional para a construção de talento, bem como a influência e a comunicação. Este conteúdo é apoiado pela existência de feedback 360° e de orientação.

No primeiro ano, incluímos o módulo Women Global Leaders (WGL) no DAP, visto que os critérios e resultados esperados de ambos os programas estão alinhados e têm como alvo a mesma fonte de talento. A incorporação do WGL permitiu-nos reter o nosso principal foco no desenvolvimento sénior feminino, oferecendo-lhes uma jornada mais alargada. As executivas que foram identificadas para DAP iniciaram o seu programa de 12 meses com o módulo WGL e continuaram com os colegas do sexo masculino a partir do módulo global.

O nosso programa de aceleração para vice-presidentes decorreu novamente em 2017, completando o seu segundo ano. A jornada de desenvolvimento de seis meses compreende dois módulos realizados na Europa (Londres, Frankfurt, Milão), nas Américas (Nova Iorque) e na Ásia (Singapura). As estatísticas do primeiro ano do programa mostraram uma taxa de promoção mais elevada e uma maior retenção versus a maior população de vice-presidentes:

- Promoções: 23,3% dos participantes foram promovidos a diretor no Deutsche Bank AG em março de 2017, em comparação com a taxa global de promoção de vice-presidentes a diretores de 3,8%
- Retenção: 93,6% dos participantes no Deutsche Bank AG ainda estão com o banco, em comparação com a taxa global de retenção de vice-presidentes em 2017, de 92,6% (em agosto de 2017)

Desempenho total

A nossa abordagem à gestão de desempenho consiste em três passos principais: definir expetativas e estabelecer objetivos no início do ano, ter várias conversas para feedback ao longo do ano e avaliar o desempenho no fim do ano.

Em março de 2017, realizamos o “desempenho total” em todas as nossas divisões e funções de infraestrutura. Este é o nosso programa holístico para desenvolver e gerir os nossos colaboradores e o seu desempenho, privilegiando conversas contínuas e construtivas entre os colaboradores e os seus gestores. Este desenvolvimento reflete conclusões de estudos externos e inquéritos internos aos colaboradores. Por exemplo, os colaboradores expressaram a necessidade de estabelecer conversas menos formais com mais frequência para discutir o desempenho e desenvolvimento com os seus gestores. Além disto, referiram que se sentiriam mais motivados caso tivessem uma melhor compreensão das expetativas e da sua contribuição pessoal para a estratégia do banco e desempenho empresarial.

Em 2017, 71% dos colaboradores do Deutsche Bank AG elegíveis para remuneração variável individual (IVC) estabeleceram os seus objetivos.

Diversidade e inclusão

A diversidade é crucial para o sucesso de qualquer organização mundial e representa uma prioridade e uma parte integrante da nossa agenda dos colaboradores. Procuramos atrair, desenvolver e reter os melhores colaboradores de todas as culturas, países, etnias, géneros, orientações sexuais, capacidades, crenças, proveniências e experiências. Os gestores a todos os níveis fazem formação com base nestes princípios e são apoiados pelos RH na construção de equipas diversas, em que os seus colaboradores se respeitam mutuamente, desenvolvem por completo o seu potencial e colaboram para atingir objetivos sustentáveis.

Em 2017, continuamos a promover a diversidade da nossa equipa, a aumentar a sensibilização para a diversidade e a criar um ambiente de trabalho inclusivo. Progredimos também não só na igualdade de oportunidades a nível de género, mas também na diversidade cultural e geracional e na igualdade de oportunidades para os colaboradores da comunidade LGBTI (Homossexual, bissexual, transgénero e interssexo). Estes são pilares dos nossos planos de diversidade e inclusão.

Diversidade de género

Continuamos a promover o papel das mulheres no local de trabalho ao longo de 2017. A percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização manteve-se em 35% no final do ano, acima do novo requisito estatutário de 30% para empresas alemãs codeterminadas e cotadas em bolsa ao abrigo da legislação de quotas de género introduzida em 2015.

O objetivo do Conselho de Fiscalização para o Conselho de Administração foi definido em 2015, estabelecendo que este deveria ter no mínimo um membro do sexo feminino até 30 de junho de 2017. Este objetivo foi cumprido através das nomeações de duas executivas do sexo feminino para o Conselho de Administração. No fim do exercício de 2017, 18,5% dos cargos no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração do Deutsche Bank eram detidos por executivas (2016: 18,4%;). No segundo nível a seguir ao Conselho de Administração, esta percentagem permaneceu em 23,0% (2016: 23,2%). O Banco tinha definido objetivos ambiciosos para 2017 de 17% e 21%, respetivamente, de acordo com os requisitos legais na Alemanha.

Em 2011, assinamos uma declaração voluntária para aumentar substancialmente a proporção de gestoras a nível global até ao fim de 2018. No fim do exercício de 2017, a percentagem global de Diretoras Executivas e de Diretoras foi de 21,9% (31 de dezembro de 2016: 21,3%), um aumento de 15% em relação a 2011. A quota de mulheres em posições de chefia no DB AG era de 32,2% no fim de 2017 (2016: 32,1%).

Como uma das apenas duas empresas DAX, fizemos parte do Bloomberg Financial Services Gender-Equality Index (BFGEI) desde o seu início, em 2016. Este reconhece empresas com fortes compromissos relativamente à igualdade de género e fornece a investidores e organizações dados agregados padronizados relacionados com o género, políticas de RH, ofertas de produtos tendo em conta o género, bem como apoio e envolvimento da comunidade.

Informações de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 34, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2017 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10 % dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3 %. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10 % ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2022, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5 % do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2022, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10 % do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência às ações na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do § 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10 % do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10 % do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (*forward*). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5 % do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2022.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10 % dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

Relatório sobre igualdade de tratamento e remuneração

Nos termos dos artigos 21 e 22 da lei alemã relativa à transparência da remuneração (Entgelttransparenzgesetz), o Deutsche Bank AG, como empregador vinculado por um acordo coletivo é obrigado a apresentar medidas para promover a igualdade de tratamento entre homens e mulheres e respetivos efeitos, bem como medidas para estabelecer a igualdade de remuneração para homens e mulheres como um anexo ao seu relatório de gestão, de cinco em cinco anos, com início em 2018. Ao contrário da parte restante das demonstrações financeiras anuais e relatório de gestão, o exercício de 2016 será o ano relevante para este relatório previsto por lei.

Medidas para promover a igualdade de tratamento entre homens e mulheres

O Deutsche Bank AG prosseguiu as suas atividades de longa data na área de "Diversidade e inclusão", incluindo o apoio a mulheres em cargos de gestão, como uma parte fundamental da respetiva estratégia corporativa e em matéria de pessoal no ano de 2016.

Estas atividades e medidas incluíram, nomeadamente:

- Os programas internos WGL (Women Global Leaders) e ATLAS (Accomplished Top Leaders Advancement Strategy) do banco, que ajudam Diretoras e Diretoras executivas de alto desempenho a assumirem uma gama mais ampla de responsabilidades e a aproveitarem oportunidades de progressão específicas.
- Programas de formação interdivisões e para todo o Grupo dirigidos a mulheres de alto desempenho em cargos de Vice-presidentes assistentes e Vice-presidentes.
- Dar formação a todos os colaboradores e principalmente a gestores sobre como lidar com padrões de pensamento inconscientes.
- Campanhas direcionadas para contratar talentos femininos para o Deutsche Bank AG, em áreas tais como as TI e entre diplomados.
- Integração sistemática dos nossos princípios de "Diversidade e inclusão" nos processos de RH, como contratação, promoção e elaboração de relatórios regulares.

Num sentido mais lato, estas atividades e medidas incluem também apoio alargado aos colaboradores para atender às exigências no trabalho e nas suas vidas pessoais. Isto inclui modelos de trabalho flexíveis, a oportunidade de tirar uma licença sabática, de ter infantários perto do local de trabalho nos principais polos do Deutsche Bank e a orientação para mães e pais que entrem em licença parental ou regressem ao trabalho e em outras áreas específicas de necessidades.

Outro exemplo do compromisso consiste na assinatura por parte do Deutsche Bank AG da Women in Finance Charter do Tesouro do Reino Unido, que promove o equilíbrio entre géneros no setor dos serviços financeiros do Reino Unido.

Encontram-se provas do espectro de atividades e medidas que estão a funcionar na direção pretendida nos seguintes indicadores-chave:

Maior rácio de mulheres em cargos de gestão no Deutsche Bank AG

	2016	2015	2014
Colaboradoras[1]			
Diretoras Executivas e Diretoras	22,0%	21,7%	20,6%
Diretoras	32,1%	31,9%	31,4%
Não diretoras	56,4%	56,2%	57,7%
Total de colaboradoras	37,6%	37,5%	37,1%

[1] Com base nos títulos corporativos globais, equivalentes a tempo inteiro.

Implementação da quota de género estatutária na Alemanha por parte do Deutsche Bank AG de acordo com o artigo 96, n.º 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações em 2016

	31.12.2016	31.12.2015
Proporção de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG	35,0%	35,0%
Número de mulheres no Conselho de Administração, Deutsche Bank AG:	2	1
Proporção de mulheres no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG	15,7%	17,9%
Proporção de mulheres no segundo nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG:	19,5%	15,3%

Para mais informações sobre as atividades, medidas e indicadores de todo o Grupo, consulte o Relatório de recursos humanos de 2016.

Medidas para estabelecer a igualdade de remuneração entre homens e mulheres

A remuneração dos colaboradores do Deutsche Bank AG consiste sobretudo numa remuneração de base e num componente variável. A remuneração de base é medida principalmente com base nas tarefas, responsabilidades, habilitações e experiência de um colaborador. Em muitos casos, a remuneração de base baseia-se em regulamentos coletivos como acordos coletivos de trabalho ou acordos de empresa ou outras especificações, que estabelecem a classificação das funções e a determinação do vencimento de base, bem como o desenvolvimento com base nos mesmos. Estes acordos e especificações constituem a base para a igualdade de remuneração entre homens e mulheres.

Em 2016, um novo enquadramento de remuneração aplicável globalmente foi introduzido - inicialmente para colaboradores não pautais - de modo a dar continuidade e a apoiarem esta abordagem. Os objetivos do novo conceito consistiam em alcançar uma abordagem de remuneração mais transparente, introduzindo taxas de referência para o rácio entre remuneração fixa e variável, dependendo do nível hierárquico e da área de negócio. Além disso, os colaboradores estão igualmente envolvidos nos resultados financeiros do Banco através de um fator de grupo homogéneo. Por outro lado, a proporção de remuneração variável discricionária individual registou uma redução em geral. Estas medidas limitam significativamente as possibilidades de quaisquer desigualdades de tratamento.

Para mais informações, consulte o Relatório de recursos humanos de 2016.

Estatísticas

O Deutsche Bank AG empregou uma média de 12 439 mulheres e 19 336 homens em 2016 (dos quais 5 331 mulheres e 7 525 na Alemanha). Destes, uma média de 9 731 mulheres e 18 571 homens ocupavam cargos a tempo inteiro e 2 708 mulheres e 765 homens ocupavam cargos a tempo parcial (3 590 mulheres e 7 176 homens ocupavam cargos a tempo inteiro e 1 825 mulheres e 245 homens ocupavam cargos a tempo parcial na Alemanha).

2

Demonstrações financeiras anuais

126 **Balanço a 31 de dezembro de** 2017

128 **Demonstração de resultados para o período** entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017

129 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

Informações gerais – 129

Notas ao balanço – 134

Notas às demonstrações financeiras – 149

Participações acionistas **–** 151

Outra informação – 168

Órgãos de gestão – 174

Lista de mandatos – 178

Balanço a 31 de dezembro de 2017

Ativos em milhões de euros				31.12.2017	31.12.2016
Reserva em numerário					
a) numerário em caixa			72		85
b) saldos em bancos centrais			168 791		109 375
dos quais: no Deutsche Bundesbank	103 736				51 673
				168 862	109 459
Instrumentos de dívida de entidades do setor público e letras elegíveis para refinanciamento em bancos centrais					
a) Títulos do Tesouro, obrigações do Tesouro e instrumentos de dívida semelhantes de entidades do setor público			279		184
dos quais: elegíveis para refinanciamento no Deutsche Bundesbank	0				0
b) letras			14		13
				293	197
Valores a receber de bancos					
a) Empréstimos hipotecários			604		39
b) empréstimos ou garantias de entidades do setor público			217		117
c) outros valores a receber			130 742		166 621
				131 562	166 777
dos quais:					
reembolsáveis à vista	46 604				71 799
valores a receber garantidos por títulos	2 757				2 935
Valores a receber de clientes					
a) Empréstimos hipotecários			11 901		12 725
b) empréstimos ou garantias de entidades do setor público			5 599		7 033
c) outros valores a receber			214 100		254 331
				231 600	274 089
dos quais: valores a receber garantidos por títulos	7 249				8 221
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
a) instrumentos do mercado monetário					
aa) de emitentes do setor público		630			846
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0				0
			630		846
b) obrigações					
ba) de emitentes do setor público		33 378			40 380
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	12 471				16 218
bb) de outros emitentes		4 437			3 145
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	2 564				2 239
			37 815		43 524
c) instrumentos de dívida própria			29		29
valor nominal	30				30
				38 474	44 399
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável				472	580
Ativos detidos para negociação				601 755	715 338
Participações financeiras				474	387
dos quais: em bancos	9				9
em instituições de serviços financeiros	178				90
Investimentos em empresas afiliadas				43 561	44 049
dos quais: em bancos	11 088				11 376
em instituições de serviços financeiros	200				202
Ativos detidos em fideicomisso				29	58
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário	14				39
Ativos intangíveis					
a) Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio			3 279		3 109
b) Ativos intangíveis adquiridos			749		870
c) *Goodwill*			19		28
d) Adiantamentos para ativos intangíveis			0		0
				4 046	4 007
Ativos tangíveis				1 025	939
Ativos diversos				5 950	7 996
Gastos pagos antecipadamente					
a) da emissão e atividade de crédito			17		41
b) outros			811		890
				828	931
Ativos por impostos diferidos				2 369	2 290
Ativos do plano sobrefinanciados				944	1 149
Total do ativo				**1 232 245**	1 372 646

Passivo e capital próprio dos acionistas em milhões de euros				31.12.2017	31.12.2016
Dívidas a bancos					
c) outros passivos			216 541		252 752
				216 541	252 752
dos quais:					
reembolsáveis à vista	96 160				127 499
Responsabilidades para com clientes					
a) obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*) registadas emitidas			965		315
c) depósitos de poupança					
ca) com período de aviso prévio acordado de três meses		2 419			2 446
cb) com período de aviso prévio acordado superior a três meses		1 106			1 171
			3 524		3 616
d) outros passivos			302 314		266 014
				306 803	269 945
dos quais:					
reembolsáveis à vista	200 953				178 812
Passivo na forma de certificados					
a) emissão de obrigações					
aa) Obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)		6 581			7 435
ac) outras obrigações		83 879			92 146
			90 460		99 581
b) outros passivos na forma de certificados			10 149		6 800
				100 610	106 381
dos quais:					
instrumentos do mercado monetário	9 289				5 788
aceitações próprias e notas promissórias em circulação	246				174
Passivos detidos para negociação				519 913	646 585
Passivos detidos em fideicomisso				29	58
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário	14				39
Passivo diverso				7 719	21 619
Rendimento diferido					
a) da emissão e atividade de crédito			72		188
b) outros			886		775
				958	963
Provisões					
a) provisões para pensões e obrigações semelhantes			46		48
b) provisões para impostos			599		702
c) outras provisões			5 116		7 525
				5 761	8 275
Passivos subordinados				12 072	12 465
Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional				4 771	5 110
Fundo para riscos bancários gerais				2 726	2 426
dos quais: reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB	1 476				1 476
Capital e reservas					
a) capital subscrito		5 291			3 531
menos valor nominal nocional de ações próprias		1			0
			5 290		3 531
capital condicional de 563 milhões de euros (31 de dezembro de 2016: 486 milhões de euros)					
b) reserva de capital			42 081		35 796
c) reservas de receitas					
ca) reserva legal		13			13
cd) outras reservas de receitas		6 560			6 280
			6 573		6 293
d) lucros distribuíveis			399		447
				54 343	46 067
Total do passivo e capital próprio dos acionistas				**1 232 245**	1 372 646
Passivos contingentes					
b) passivo de garantias e acordos de indemnização			47 513		50 589
c) passivo decorrente da provisão de garantia para passivo de terceiros			5		3
				47 518	50 592
Outras obrigações					
b) colocação e subscrição de obrigações			0		0
c) compromissos de crédito irrevogáveis			115 480		122 816
				115 480	122 816

Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017

em milhões de euros			2017	2016
Rendimento de juros de				
a) empresas de crédito e do mercado monetário	9 816			9 035
do qual: rendimento de juros negativo de empresas de crédito e do mercado monetário	605			416
b) títulos de rendimento fixo e crédito inscrito na dívida pública	1 394			1 892
		11 210		10 927
Gastos de juros		8 959		7 336
do qual: gastos de juros negativos		359		290
			2 251	3 591
Rendimento corrente de				
a) ações de capital e outros títulos de rendimento variável		2 641		2 396
b) participações financeiras		13		83
c) investimentos em empresas afiliadas		1 708		1 669
			4 362	4 148
Rendimento de contratos de comunidade de resultados, transferência de lucros e transferência de lucros parcial			1 298	2 249
Rendimento de comissões		7 678		8 256
Gastos com comissões		1 560		1 225
			6 118	7 030
Resultado de negociação líquido			2 164	694
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB		0		0
Outro rendimento operacional			2 380	3 288
Gastos administrativos				
a) gastos com pessoal				
aa) salários e vencimentos	4 284			4 162
ab) contribuições para a segurança social obrigatórias e despesas com pensões e outros benefícios dos colaboradores	819			1 098
		5 103		5 260
das quais: para pensões de 147 milhões de euros (2016: 461 milhões de euros)				
b) outros gastos administrativos		7 568		8 264
			12 671	13 524
Depreciação, amortização, depreciações e ajustes de valor de ativos tangíveis e intangíveis			1 110	895
Outros gastos operacionais			2 775	2 817
Depreciações e ajustes de valor de reclamações e determinados títulos, bem como acréscimos de provisões para perdas de crédito			475	124
Depreciações e ajustes de valor de participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos			276	2 061
Gastos derivados da assunção de perdas			2	15
Libertações de/acréscimos (–) ao fundo para riscos bancários gerais			(300)	(500)
Resultado de atividades ordinárias			**962**	1 063
Receitas extraordinárias		0		3
Despesas extraordinárias		64		309
Resultado extraordinário			(64)	(306)
Impostos sobre o rendimento		166		389
dos quais: impostos diferidos de 38 milhões de euros (2016: 168 milhões de euros)				
Outros impostos, exceto se relatados em "Outros gastos operacionais"		88		87
			254	476
Resultado líquido			**644**	282
Lucros transitados do ano anterior			55	165
			699	447
Alocações a reservas de receitas				
– a outras reservas de receitas		300		0
			300	0
Lucros distribuíveis			**399**	447

Informações gerais

A denominação jurídica do Deutsche Bank AG é Deutsche Bank Aktiengesellschaft e este foi constituído em Frankfurt am Main. Além disso, está matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Tribunal Distrital de Frankfurt am Main com o número de inscrição HRB 30000.

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank AG para o exercício de 2017 foram preparadas de acordo com o Código Comercial alemão ("HGB") e a Portaria relativa às contas de bancos e instituições prestadoras de serviços financeiros ("RechKredV"). As disposições do direito das sociedades foram cumpridas. Por motivos de clareza, os números são relatados em milhões de euros (€).

Base da apresentação

Políticas contabilísticas para:

líquidos

Os valores a receber detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Os valores a receber de bancos e clientes que não preenchem os requisitos de ativos detidos para negociação são, geralmente, relatados ao respetivo valor nominal ou ao custo de aquisição menos as imparidades necessárias. Caso, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminua e a diminuição da imparidade possa estar relacionada de modo objetivo com um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a imparidade anteriormente reconhecida é invertida através da demonstração dos resultados.

Provisionamento de risco

A provisão para perdas de crédito inclui imparidades e provisões para todos os riscos de crédito e de país identificáveis e para os riscos de incumprimento inerentes, bem como a provisão para riscos bancários gerais. As provisões para riscos de crédito são refletidas de acordo com o princípio de prudência no montante das perdas esperadas.

O risco de transferência para empréstimos a mutuários em estados estrangeiros (risco de país) é avaliado através de um sistema de classificação que tem em conta a situação económica, política e regional. No reconhecimento de provisões para exposições transfronteiriças para determinados estados estrangeiros é aplicado o princípio da prudência.

As provisões para o risco de crédito inerente são refletidas sob a forma de ajustes gerais de valor, de acordo com os princípios do direito comercial. Os riscos bancários gerais são igualmente provisionados de acordo com o artigo 340.º-F do HGB. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-F, n.º 3 do HGB foi utilizada.

Títulos

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, bem como as ações de capital e outros títulos de rendimento variável detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Determinadas carteiras de obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos para um futuro próximo são classificados como ativos não correntes e contabilizados através da regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que os respetivos títulos são escriturados ao custo de aquisição menos a imparidade temporária.

Caso as obrigações e outros títulos de rendimento fixo não sejam detidos para o futuro próximo nem integrem a carteira de negociação, estes são classificados como ativos correntes e são contabilizados através da regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que são escriturados ao menor do custo de aquisição ou valor de mercado respetivamente atribuível.

O mesmo é aplicável às ações de capital e outros títulos de rendimento variável que, no de caso não integrarem a carteira de negociação, são geralmente contabilizados como ativos correntes.

Os títulos são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nesses casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento. Sempre que as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estejam estreitamente relacionados com aqueles do contrato de acolhimento e o próprio contrato híbrido não seja escriturado como uma atividade de negociação ao justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado de acordo com os princípios gerais. O contrato de acolhimento é contabilizado ao custo amortizado ou ao montante de liquidação.

Derivados de crédito

Os derivados de crédito detidos ou incorridos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Outros derivados de crédito detidos que preencham os requisitos de garantia para o risco de crédito incorrido não são contabilizados separadamente, porém, são tidos em conta no provisionamento de risco para a transação subjacente.

Atividades de negociação

Os instrumentos financeiros (incluindo valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados) e os metais preciosos detidos ou incorridos para negociação são reconhecidos ao justo valor menos o ajuste ao risco. Além do limite de facto do ajuste ao valor em risco relativo à distribuição de lucros para negociação líquida, os resultados existem porque, em cada exercício, uma determinada parte dos proveitos líquidos de negociação tem de ser atribuída a uma reserva especial associada à negociação que integra o fundo para o risco bancário geral.

O justo valor define-se como o montante ao qual um instrumento financeiro poderia ser comercializado numa transação atual entre partes informadas, não relacionadas e que atuem de livre vontade, e não numa venda forçada ou liquidação. Se disponível, o justo valor baseia-se em parâmetros ou preços de mercado observáveis ou deriva de tais parâmetros ou preços. A disponibilidade dos dados observáveis varia de acordo com o produto e o mercado e poderá sofrer alterações ao longo do tempo. Sempre que os preços ou os dados observáveis não estejam disponíveis, são aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Se o justo valor for estimado através de uma técnica de avaliação ou for derivado de parâmetros ou preços observáveis, poderá ser necessário um juízo de valor significativo. Tais estimativas são intrinsecamente incertas e suscetíveis a alterações. Por conseguinte, os resultados reais e a posição financeira poderão diferir dessas estimativas.

A avaliação justa dos instrumentos financeiros inclui ajustamentos da avaliação para custos de encerramento, risco de liquidez e risco de contraparte, bem como considerações de financiamento para derivados de negociação sem garantia.

A fim de refletir qualquer risco de realização remanescente para resultados não realizados, o resultado da medição do justo valor é reduzido através de um ajuste ao risco que é deduzido dos ativos detidos para negociação. O ajuste ao risco baseia-se no valor em risco calculado através de um período de carência de dez dias e um nível de confiança de 99%.

A reserva especial associada à negociação é prevista ao ter em conta, no mínimo, 10% dos proveitos líquidos de negociação (após o ajuste ao risco) e não deve ser superior ao montante total dos proveitos líquidos de negociação do respetivo exercício. Tem de ser previsto até que a reserva especial associada à negociação corresponda a 50% da média de cinco anos dos proveitos líquidos de negociação após o ajuste ao risco.

A reserva poderá ser consumida apenas para libertar um montante superior ao limite de 50% ou para cobrir perdas líquidas de negociação.

Os instrumentos financeiros e os metais preciosos detidos para negociação são apresentados separadamente como "Ativos detidos para negociação" ou "Passivos detidos para negociação" no rosto do balanço. Os contratos a prazo para a compra e venda de matérias-primas não preenchem, basicamente, os requisitos de instrumentos financeiros e, por conseguinte, não podem ser atribuídos aos ativos detidos para negociação.

Quaisquer alterações ao justo valor após o ajuste ao risco são reconhecidas como "Resultado de negociação líquido".

Sob determinadas condições, os derivados de negociação são compensados como garantia em numerário constituída pelas contrapartes. Numa base de contraparte individual, tais derivados preenchem os requisitos de compensação que foram contratados ao abrigo de um contrato-tipo com um anexo de apoio ao crédito ("CSA") e um câmbio diário de garantia em numerário. Para cada contraparte, o montante compensado inclui o valor contabilístico dos derivados e a garantia constituída.

Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

Nos casos em que, para efeitos contabilísticos, os ativos, os passivos, as transações pendentes ou as transações de previsão altamente provável (elementos cobertos) e os instrumentos financeiros (instrumentos de cobertura) sejam designados numa unidade de avaliação para atingir uma compensação para alterações ao justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, as regras de medição gerais não são aplicáveis. O banco utiliza, geralmente, o método de congelamento, o que significa que as alterações do valor de compensação relacionadas com o risco coberto não são registadas. Consequentemente, as alterações do justo valor negativo relacionadas com o mesmo tipo de risco não são reconhecidas durante o período da cobertura, exceto se uma perda líquida, ou seja, uma ineficácia negativa ocorrer, a qual seja reconhecida como uma provisão para perdas iminentes.

Para efeitos de contabilidade de cobertura, os contratos a prazo para a compra ou venda de matérias-primas são tratados como instrumentos financeiros.

Reclassificações

Os valores a receber e os títulos têm de ser classificados como atividades de negociação, reservas de liquidez ou investimentos não correntes na respetiva criação.

Não é permitida uma reclassificação como negociação após o reconhecimento inicial, e uma reclassificação das atividades de negociação é permitida apenas se a intenção sofrer alterações devido a condições de mercado excecionais, em particular condições que afetam negativamente a capacidade de negociação. Além disso, os instrumentos financeiros detidos para negociação poderão ser designados subsequentemente como instrumentos de cobertura numa unidade de avaliação.

Uma reclassificação entre as categorias de reservas de liquidez e investimentos não correntes ocorre quando existe uma alteração clara na intenção de gestão após o reconhecimento inicial, o qual é documentado.

As reclassificações são efetuadas na alteração da intenção e ao justo valor na data de reclassificação.

Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas

As participações financeiras são reconhecidas ao custo ou através da opção disponível, de acordo com o artigo 253.º do HGB, ao respetivo justo valor mais baixo.

Os investimentos em empresas afiliadas são contabilizados de acordo com a regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que as depreciações são apenas reconhecidas se a imparidade for considerada outra que não temporária.

Para determinar o justo valor das empresas afiliadas, aplica-se um modelo de fluxo de caixa descontado. O modelo desconta os fluxos de caixa livres esperados ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco. Para o período após os cinco anos, o desenvolvimento do plano sustentável está projetado para determinar o valor terminal. A avaliação inclui sinergias mensuráveis para determinadas empresas afiliadas.

As participações financeiras e os investimentos em empresas afiliadas são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-C, n.º 2 do HGB foi utilizada.

Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis são relatados ao respetivo custo de aquisição ou fabrico menos qualquer depreciação ou amortização. As marcas de desenvolvimento próprio, os cabeçalhos, os títulos de publicações, as listas de clientes e os ativos intangíveis semelhantes não são reconhecidos.

As depreciações são realizadas para qualquer imparidade com probabilidade de ser permanente.

Os ativos tangíveis e intangíveis têm de ser reintegrados caso o aumento de valor possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Os ativos de baixo valor são abatidos no ano da respetiva aquisição.

Desreconhecimento de ativos

Um ativo é geralmente desreconhecido quando a propriedade legal é transferida.

No entanto, caso o vendedor, independentemente da transferência legal do ativo, detenha a maioria do risco e recompense a propriedade, o ativo não é desreconhecido.

As transações de empréstimo/concessão de títulos de acordo com o artigo 246.º, n.º 1, 2.ª frase do HGB continuam a ser reconhecidas no balanço do cedente. Assim sendo, os títulos concedidos não são desreconhecidos pelo cedente, uma vez que este permanece exposto à maioria dos riscos e recompensas da propriedade.

Passivo

Os passivos são reconhecidos aos respetivos valores nominais ou de liquidação. As obrigações de cupão zero com desconto são relatadas ao respetivo valor atual, utilizando a taxa de juro efetiva original.

Instrumentos qualificados como capital Tier 1 adicional

Os instrumentos emitidos preenchem os requisitos de passivos e são reconhecidos ao respetivo valor nominal ou de liquidação. Os juros são acrescidos com base nos pagamentos esperados aos investidores nos instrumentos.

Provisões

As provisões para pensões e obrigações semelhantes são reconhecidas de acordo com os princípios atuariais. As provisões para pensões são calculadas utilizando o método da unidade de crédito projetada e a taxa média de mercado para um prazo remanescente assumido de 15 anos conforme publicado pelo Banco Federal da Alemanha, exceto se o prazo remanescente do plano de pensões for mais curto.

Os ativos exclusivamente utilizados para liquidar pensões e obrigações semelhantes e não controlados pelo Deutsche Bank AG nem por qualquer credor (ativos do plano) são determinados pelo justo valor e compensados com as respetivas provisões. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são efetuadas as provisões relevantes.

O montante de liquidação das pensões e obrigações semelhantes baseia-se exclusivamente no justo valor dos títulos detidos como ativos financeiros não correntes; a provisão é medida ao justo valor desses títulos caso o justo valor seja superior ao montante mínimo garantido.

Outras provisões para determinados passivos ou para contratos onerosos (excluindo atividades de negociação) são reconhecidas ao respetivo montante de liquidação esperado através da aplicação dos princípios de critério comercial prudente. As provisões para determinados passivos são descontadas caso as saídas de caixa relacionadas não sejam as previstas no prazo de doze meses após a data do balanço.

A avaliação do reconhecimento de uma provisão para perdas iminentes inclui uma avaliação da probabilidade de uma perda líquida para todas as posições geradoras de juros e remuneradas a juros que não sejam detidas para negociação, ou seja, todas as posições numa carteira bancária existentes na data de relato.

A avaliação da probabilidade de uma perda líquida no que diz respeito às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na carteira bancária exige a comparação dos juros líquidos futuros esperados e das taxas futuras esperadas diretamente atribuíveis com o financiamento futuro esperado e as despesas de risco de crédito, bem como os gastos administrativos futuros esperados associados às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na data de relato.

A avaliação de uma potencial provisão está alinhada com a gestão interna da posição relacionada com os juros na carteira bancária. Para posições abertas relacionadas com os juros da carteira bancária é utilizada uma abordagem baseada no valor atual, complementada com uma análise da cobertura do custo histórico do risco e dos custos administrativos com excedentes de juros líquidos para as posições cobertas contra o risco de taxa de juro.

Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias entre a base contabilística e tributária para os ativos, os passivos e os acréscimos são compensados entre si e apresentados líquidos no balanço como

ativos por impostos diferidos ou passivos por impostos diferidos. Na determinação dos ativos por impostos diferidos, as perdas fiscais não utilizadas são tidas em consideração, porém, apenas na medida em que possam ser utilizadas nos cinco anos seguintes.

Ações em tesouraria

Caso o Deutsche Bank AG adquira as respetivas ações próprias (ações em tesouraria), estas são abertamente deduzidas ao custo do capital e reservas distribuíveis numa coluna separada no rosto do balanço sem quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Caso as ações em tesouraria sejam posteriormente vendidas, a dedução suprarreferida é invertida e qualquer montante superior aos custos de aquisição iniciais será reconhecido nas reservas de capital, enquanto uma perda na venda posterior será reconhecida nas reservas de receitas.

Conversão cambial

A conversão cambial é consistente com os princípios enunciados nos artigos 256.º-A e 340.º-H do HGB.

Os ativos expressos em moeda estrangeira e tratados como ativos fixos, mas não cobertos separadamente na mesma moeda, são apresentados ao custo histórico, exceto se a alteração na moeda estrangeira for distinta da temporária, de modo que os ativos tenham de ser depreciados. Outros ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e transações em numerário pendentes são convertidas à taxa *spot* média na data do balanço e as transações cambiais a prazo à taxa a prazo na data do balanço.

A definição dessas posições em moeda estrangeira para a qual o banco aplica o método de cobertura especial de acordo com o artigo 340.º-H do HGB reflete os procedimentos internos de gestão do risco.

A contabilização dos resultados da conversão cambial depende das posições da moeda estrangeira com as quais estão relacionados. Os resultados da conversão cambial dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação, bem como os resultados da conversão de posições especificamente cobertas são reconhecidos na demonstração de resultados. Isto também é aplicável às posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas, contudo, com um prazo remanescente igual ou inferior a um ano. Por outro lado, para posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas e com um prazo remanescente superior a um ano de acordo com o princípio da imparidade, apenas são reconhecidas as perdas da conversão cambial. O resultado da conversão cambial está incluído no resultado de negociação líquido e noutros rendimentos e despesas operacionais.

Os elementos dos balanços e das demonstrações de resultados de agências estrangeiras são convertidos para euros a taxas médias nas respetivas datas do balanço (método da taxa de fecho). As diferenças resultantes da conversão de elementos do balanço no Banco – à exceção das perdas da taxa de câmbio na conversão do capital atribuído às agências fora da Alemanha (incluindo resultados transportados) – são relatadas como ativos diversos ou passivos diversos que não afetam o resultado líquido.

Notas ao balanço

Estrutura de maturidade dos valores a receber

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Outros valores a receber de bancos sem valores a receber a pagar à vista	**84 958**	94 978
com um período residual de		
até três meses	23 262	26 316
mais de três meses e inferior a um ano	15 731	21 587
Mais do que um ano e até cinco anos	19 763	19 509
mais de cinco anos	26 203	27 565
Valores a receber de clientes	**231 600**	274 089
com um período residual de		
até três meses	126 124	154 441
mais de três meses e inferior a um ano	23 717	23 938
Mais do que um ano e até cinco anos	53 548	68 588
mais de cinco anos	26 305	26 428
com um período indefinido	1 906	694

Títulos

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos títulos negociáveis incluídos nas posições do balanço cotadas.

	cotadas		não cotadas	
em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	31 807	37 534	6 667	6 866
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	149	165	6	7
Participações financeiras	0	4	40	42
Investimentos em empresas afiliadas	0	0	1 125	1 094

Das obrigações e outros títulos de rendimento fixo de 38,5 mil milhões de euros, 3,7 mil milhões de euros vencem em 2018.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos como ativos fixos são relatados ao custo amortizado à medida que o Deutsche Bank pretende deter esses títulos para o futuro próximo. O respetivo montante escriturado total na data de relato ascende a 3170 milhões de euros. Essas obrigações são detidas em duas carteiras distintas. A primeira, com um justo valor de 3238 milhões de euros (montante escriturado de 3113 milhões de euros), está relacionada com a reserva de liquidez estratégica, gerida pela Tesouraria do Grupo. Esta inclui obrigações de elevada qualidade do Governo, supranacionais e de agências, as quais foram reclassificadas a partir da reserva de liquidez no início de janeiro de 2016 devido a uma alteração da intenção de manutenção para o futuro próximo em vez da saída ou negociação a curto prazo. Essas obrigações foram reclassificadas ao valor escriturado, o qual era inferior ao valor de mercado à data de reclassificação.

A segunda carteira incluía sobretudo reclassificações realizadas em 2008 e 2009 devido a liquidez significativamente reduzida nos mercados financeiros. Para esses ativos reclassificados, ocorreu uma alteração na intenção de manutenção para o futuro próximo em vez da saída ou negociação a curto prazo. Esses ativos foram reclassificados com o justo valor mais baixo na data de reclassificação. O valor intrínseco desses ativos foi superior na data de reclassificação ao justo valor estimado. Esses títulos foram geridos em carteiras separadas. O justo valor mais baixo desses títulos ascendeu a 46 milhões de euros na data de relato (montante escriturado de 57 milhões de euros). Quando disponível, o justo valor derivou dos parâmetros ou preços observáveis. Sempre que os preços de mercado ou os dados observáveis não estavam disponíveis, foram aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Investimentos em fundos de investimento

A tabela a seguir apresenta uma discriminação dos investimentos em fundos de investimento alemães e estrangeiros para efeitos de investimento, em que as unidades dos fundos detidas foram superiores a 10%.

				31.12.2017
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença entre o justo valor e o valor contabilístico	Distribuição em 2017
Fundos de capitais próprios	380	380	0	0
Fundos de obrigações	124	124	0	0
Fundos mistos	3 101	3 101	0	0
Fundos de divisas	0	0	0	0
Fundos de matérias-primas	0	0	0	0
Total	3 605	3 605	0	0

Os investimentos nos fundos foram atribuídos a ativos detidos para negociação. Os respetivos valores escriturados correspon-deram aos justos valores. A maioria dos fundos consistiu em fundos negociados em bolsa estabelecidos pelo Deutsche Bank.

As condições para adiar o reembolso das unidades do fundo poderão variar de acordo com o fundo. Estas poderão basear-se num valor do ativo mínimo ou tornar-se discricionárias para os diretores do fundo. As restrições para o reembolso diário das unidades do fundo estão relacionadas com casos em que muitos investidores tentam o resgate numa altura específica. Nesses casos, os fundos poderão adiar o reembolso até uma altura em que possam responder ao pedido de reembolso.

Transações sujeitas a acordos de venda e recompra

O valor contabilístico dos ativos relatados no balanço e vendidos sujeitos a um acordo de recompra no montante de 33,7 mil milhões de euros estava exclusivamente relacionado com os títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra.

Ativos e passivos detidos para negociação

Instrumentos financeiros detidos para negociação

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação.

31 de dezembro 2017 em milhões de euros	Ativos detidos para negociação	em milhões de euros	Passivos detidos para negociação
Instrumentos financeiros derivados	330 556	Instrumentos financeiros derivados	321 909
líquidos	100 056	Passivo	198 004
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	63 614		
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	97 605		
Ativos diversos	10 091		
Ajuste ao risco	(166)		
Total	601 755	Total	519 913

Os pressupostos básicos para determinar o justo valor através de métodos de avaliação aceites são apresentados em pormenor na secção "Base da apresentação".

A tabela a seguir descreve os derivados avaliados ao justo valor que correspondem aos derivados de negociação, por tipo e volume.

em milhões de euros	31.12.2017 Valor nocional
Produtos do mercado de balcão	42 414 338
transações associadas a taxas de juro	34 486 122
transações associadas a taxas de câmbio	5 731 586
derivados de crédito	508 355
transações associadas a capitais próprios e índices	1 677 198
outras transações	11 077
Produtos negociados em bolsa	6 180 967
transações associadas a taxas de juro	5 394 762
transações associadas a capitais próprios e índices	46 958
transações associadas a taxas de câmbio	700 208
outras transações	39 039
Total	48 595 305

O montante, o prazo e a fiabilidade dos fluxos de caixa futuros são afetados pelo contexto da taxa de juros, desde o desenvolvimento nos mercados acionistas e de dívida, bem como pelos spreads de crédito e pelos incumprimentos.

Método e pressupostos e montante de ajuste ao risco

O cálculo do ajuste ao risco baseia-se no modelo para calcular o valor em risco regulamentar que integra instrumentos financeiros detidos ou incorridos para negociação. A avaliação dos ativos detidos para negociação poderá exigir vários ajustamentos da avaliação, por exemplo, para riscos de liquidez que são explicados de modo mais pormenorizado em "Base da apresentação", na secção "Atividades de negociação".

O cálculo do ajuste ao valor em risco ("ajuste VaR") baseia-se num período de carência de dez dias e num nível de confiança de 99%. O período de observação é de 261 dias de negociação.

Além do ajustamento VaR regulamentar, o ajuste ao risco foi complementado por valores de risco adicionais relacionados com o risco de crédito próprio do Deutsche Bank não coberto pelo cálculo do VaR.

O montante absoluto do ajuste ao risco é de 166 milhões de euros.

Alteração de critérios para a classificação de instrumentos financeiros como de negociação

Ao longo de 2017, os critérios relacionados com a atribuição de instrumentos financeiros para ativos e passivos detidos para negociação permaneceram inalterados.

Ativos subordinados

Ativos subordinados

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Valores a receber de bancos	690	795
Valores a receber de clientes	126	138
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 261	382
Ativos detidos para negociação	4 131	9 231

Instrumentos financeiros derivados

Transações a prazo

As transações a prazo pendentes na data do balanço eram principalmente compostas pelos seguintes tipos de negócios:

- transações associadas a taxas de juro: transações a prazo associadas a instrumentos de dívida, contratos a prazo de taxa de juro, swaps de taxa de juro, futuros de taxas de juros, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a taxas de juro e índices;
- transações associadas a taxas de câmbio: contratos a prazo de câmbio e metais preciosos, swaps interdivisas, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados ao câmbio e metais preciosos, futuros de câmbio e metais preciosos;
- transações relacionadas com ações/índices: contratos a prazo e futuros sobre ações, futuros sobre índices, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a ações e índices;
- derivados de crédito: swaps de risco de incumprimento (CDS), swaps de retorno total (TRS), títulos de dívida indexados a crédito (CLN).

Os tipos de transações acima descritos são realizados quase exclusivamente para cobrir as flutuações da taxa de juro, da taxa de câmbio e do preço de mercado nas atividades de negociação.

Derivados não contabilizados ao justo valor

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros derivados registados como derivados da carteira bancária que não são, em geral, contabilizados ao justo valor.

					31.12.2017
	Nocional	Valor contabilístico			Justo valor
em milhões de euros	montante	positivo	negativo	positivo	negativo
Produtos do mercado de balcão					
transações relacionadas com taxas de juro	588 655	476	699	2 525	2 430
transações relacionadas com taxas de câmbio	135 149	257	182	2 889	3 835
transações relacionadas com capitais próprios/índices	0	0	0	0	0
derivados de crédito	3 741	16	21	9	21
outras transações	38	0	0	0	8
Total	727 583	750	902	5 424	6 294

Os valores escriturados dos derivados geralmente não registados ao justo valor são relatados em "Ativos diversos" e "Passivos diversos".

Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

O Deutsche Bank AG procede a unidades de avaliação através de coberturas de justo valor, para se proteger essencialmente através de opções e swaps de taxa de juro contra alterações do justo valor de títulos de taxa fixa resultantes de alterações nas taxas de mercado.

Caso os derivados de crédito na carteira bancária não preencham os requisitos de processamento de garantia de empréstimo, a contabilidade de cobertura é aplicável de acordo com a diretriz IDW RS BFA 1.

Os riscos adicionais resultantes de derivados de bifurcação embutidos em instrumentos financeiros híbridos são também cobertos através de relações de microcobertura.

Além dos casos descritos acima, o Deutsche Bank cobre riscos de matéria-prima através de relações de cobertura de carteira e de microcobertura.

A tabela abaixo fornece uma visão geral dos elementos cobertos em unidades de avaliação, incluindo o montante dos riscos cobertos. Para ativos cobertos e passivos cobertos, o valor contabilístico é igualmente apresentado.

		31.12.2017
em milhões de euros	Valor contabilístico	Montante de risco garantido
Ativos garantidos, total	36 277	(202)
Passivos garantidos, total	111 459	(4 547)
	Valor nocional	Montante de risco garantido
Transações pendentes	80 306	285

O montante de risco coberto, se negativo, representa a diminuição cumulativa do justo valor para ativos em relação ao aumento cumulativo do justo valor para passivos desde a criação da relação de cobertura não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas. Os montantes positivos de risco coberto correspondem ao aumento cumulativo do justo valor dos ativos em relação à diminuição cumulativa do justo valor dos passivos não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas.

Ao utilizar contratos a prazo e swaps cambiais, o Deutsche Bank AG contrata coberturas de justo valor do risco cambial do capital de dotação das respetivas agências e dos lucros/perdas transportados que representam o valor do ativo líquido exposto ao risco cambial. O montante escriturado da posição líquida coberta através de macrocoberturas ascende a 29,8 mil milhões de euros. O montante de risco coberto é de 740 milhões de euros negativos. A compensação final das alterações da taxa *spot* paralela ocorre numa altura em que o capital de dotação é reembolsado.

Nos casos em que os termos contratuais do elemento coberto e do instrumento de cobertura são exatamente compensados, a avaliação prospetiva da eficácia e a medição retrospetiva da eficácia de uma unidade de avaliação baseiam-se na correspondência de termos fundamentais. Além disso, o banco utiliza métodos estatísticos e análise de regressão para a avaliação da eficácia. O Deutsche Bank AG compara os montantes das alterações dos justos valores de elementos cobertos e os instrumentos de cobertura (método da compensação em dólares). As unidades de avaliação são, em geral, estabelecidas ao longo da maturidade residual dos elementos cobertos.

Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas

	Empresas afiliadas		Empresas associadas e relacionadas	
em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Valores a receber de bancos	82 516	112 928	0	0
Valores a receber de clientes	57 427	74 963	20	255
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2 291	1 455	3	7
Dívidas a bancos	95 030	97 012	1	1
Responsabilidades para com clientes	28 066	41 592	36	66
Passivo na forma de certificados	1 023	1 163	0	0
Passivos subordinados	5 194	6 027	0	0

Uma lista completa das participações do Deutsche Bank AG (incluindo empresas nas quais a participação é igual ou superior a 20% e participações em grandes empresas, nas quais a participação é superior a 5% dos direitos de voto) está disponível na nota "Participações".

Sociedade fiduciária

	Ativos detidos em fideicomisso			Passivos detidos em fideicomisso	
em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Valores a receber de clientes	14	39	Dívidas a bancos	0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	7	9	Responsabilidades para com clientes	29	58
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	3	4			
Participações financeiras	4	4			
Ativos diversos	1	2			
Total	**29**	58	Total	**29**	58

Ativos fixos

A lista a seguir apresenta as alterações nos ativos fixos.

	Custos de aquisição/fabrico			Depreciação/amortização, depreciações e ajustes de valor			Valor contabilístico	
em milhões de euros	Saldo em 1 de janeiro de 2017	Adições	Alienações	Cumulativo	incluindo no ano atual	incluindo alienações	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Ativos intangíveis	6 316	1 075	130	3 215	878	70	4 046	4 007
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	4 523	1050[1]	123	2 171	726	66	3 279	3 109
Ativos intangíveis adquiridos	1 097	24	7	365	143	3	749	870
Goodwill	697	0	0	678	10	0	19	28
Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos tangíveis	2 692	356	107	1 916	235	93	1 025	939
Terrenos e edifícios	93	0	13	24	2	5	56[2]	63
Mobiliário e equipamento de escritório	2 586	356	93	1 888	229	88	961	865
Ativos de locação	13	0	0	5	4	0	8	11
			Alterar					
Participações financeiras			87				474	387
Investimentos em empresas afiliadas			(488)[3]				43 561	44 049
Instrumentos do mercado monetário			(24)				0	24
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			(101)				3 170	3 271
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável			(5)				0	5
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0

Foi utilizada a opção de combinar ativos financeiros de acordo com o artigo 34.º, n.º 3 da RechKredV. As alterações das taxas de câmbio em agências estrangeiras resultantes da conversão cambial às taxas de fecho foram reconhecidas nos custos de aquisição/fabrico (saldo em 1 de janeiro de 2017) e na depreciação/amortização cumulativa, depreciações e ajustes de valores.

[1] Os acréscimos aos ativos intangíveis de desenvolvimento próprio estão relacionados com o software de desenvolvimento próprio.

[2] Os terrenos e edifícios com um valor contabilístico total de 56 milhões de euros foram utilizados como parte das nossas atividades próprias.

[3] Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 488 milhões de euros para 43,6 mil milhões de euros. Os acréscimos de investimentos em empresas afiliadas ascenderam a 2,9 mil milhões de euros, em comparação com diminuições de 3,4 mil milhões de euros. A diminuição deveu-se sobretudo a diminuições de capital de 1,3 mil milhões de euros, a um impacto negativo da conversão cambial de 1,1 mil milhões e a depreciações líquidas de 677 milhões de euros. Foi sobretudo compensada por aumentos de capital no valor de 2,6 mil milhões.

Ativos intangíveis

O *goodwill* relatado em ativos intangíveis é amortizado ao longo da respetiva vida útil de cinco a 15 anos. A respetiva determinação baseia-se em fatores económicos e organizacionais tais como crescimento futuro e perspetivas futuras, modo e duração de sinergias esperadas, alavancagem da base de clientes e força de trabalho reunida das empresas adquiridas. O software classificado como ativo intangível é amortizado ao longo da respetiva vida útil, que se prolonga por um período de até 10 anos.

Ativos diversos

Os ativos diversos de 5,9 mil milhões de euros são principalmente compostos por valores a receber de valores a pagar no período de reembolso (*balloon*) de *swaps* de 2,1 mil milhões de euros, de contratos de agregação de lucros de 1,3 mil milhões de euros e de pedidos apresentados às autoridades tributárias de 1,0 mil milhões de euros.

Gastos pagos antecipadamente

Os gastos pagos antecipadamente incluem descontos entre o montante de emissão e de reembolso para passivo de 20 milhões de euros.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são determinados para diferenças temporárias entre os montantes escriturados comerciais de ativos e passivo e acréscimos e as respetivas bases tributárias quando se antecipa que tais diferenças serão invertidas nos períodos de relato a seguir. Nesse contexto, as diferenças temporárias de subsidiárias/parcerias do grupo com tributação consolidada nas quais o Deutsche Bank AG seja um acionista/parceiro são também incluídas na determinação dos impostos diferidos do Deutsche Bank AG. O Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque celebrou o acordo de atribuição de receitas fiscais, segundo o qual é reembolsado pelas respetivas diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais. Além disso, as perdas fiscais não utilizadas são consideradas na determinação dos ativos por impostos diferidos, na medida em que serão utilizadas nos cinco anos seguintes. A medição dos impostos diferidos baseia-se na taxa conjunta de imposto sobre o rendimento do grupo fiscal do Deutsche Bank AG, a qual é atualmente de 31,3%. A taxa conjunta de imposto sobre o rendimento inclui o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, o imposto sobre vendas e a sobretaxa de solidariedade.

Por outro lado, os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias em investimentos alemães na forma de parceira são medidos com base numa taxa conjunta de imposto sobre o rendimento que inclui apenas o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas e a sobretaxa de solidariedade; tal ascende atualmente a 15,83%.

Os impostos diferidos em agências estrangeiras são medidos através das taxas de imposto legais aplicáveis, que se encontram principalmente num intervalo entre 20% e 38%.

No período de relato, foi apresentado no balanço um ativo por impostos diferidos global de 2,4 mil milhões de euros. Os principais contribuidores foram o Deutsche Bank AG – o "banco nacional", incluindo impostos diferidos de subsidiárias do grupo com tributação consolidada, Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque e o Deutsche Bank AG – Agência de Londres. Aqueles baseiam-se sobretudo nas perdas fiscais não utilizadas e nas diferenças temporárias, estando as últimas principalmente relacionadas com as obrigações associadas ao pessoal e as medições do justo valor de carteiras de empréstimos e carteiras de negociação.

Estrutura de maturidade do passivo

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Dívidas a bancos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	**120 381**	125 253
com um período residual de		
até três meses	58 256	52 105
mais de três meses e inferior a um ano	38 706	21 157
Mais do que um ano e até cinco anos	13 980	42 634
mais de cinco anos	9 438	9 357
Depósitos de poupança com prazo de pré-aviso acordado superior a três meses	**1 106**	1 171
com um período residual de		
até três meses	507	507
mais de três meses e inferior a um ano	587	640
Mais do que um ano e até cinco anos	11	24
mais de cinco anos	0	0
Outras responsabilidades para com clientes com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	**102 319**	87 514
com um período residual de		
até três meses	52 233	43 704
mais de três meses e inferior a um ano	29 772	24 266
Mais do que um ano e até cinco anos	11 199	11 035
mais de cinco anos	9 114	8 510
Outros passivos na forma de certificados	**10 149**	6 800
com um período residual de		
até três meses	4 697	2 573
mais de três meses e inferior a um ano	5 433	4 223
Mais do que um ano e até cinco anos	20	4
mais de cinco anos	0	0

Das obrigações emitidas de 90,5 mil milhões de euros, 14,7 mil milhões de euros vencem em 2018.

Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Dívidas a bancos	11 522	5 971
Responsabilidades para com clientes	14 798	10 260
Passivos detidos para negociação	4 896	2 766
Outros passivos	957	383

Passivo diverso

O passivo diverso de 7,7 mil milhões de euros inclui sobretudo o passivo devido a um desreconhecimento falhado que ascende a 3,9 mil milhões de euros, os custos operacionais a serem pagos no valor de 1,0 mil milhões de euros, os efeitos de reavaliação do mercado cambial para capital de dotação e resultados transportados de 689 milhões de euros e a igualdade da avaliação, em particular no que diz respeito às posições do mercado cambial cobertas de acordo com o § 340.º-h do HGB que ascendem a 507 milhões de euros.

Pensões e obrigações semelhantes

O Deutsche Bank AG patrocina planos de benefícios pós-emprego para os seus colaboradores (planos de pensões) que incluem uma contribuição definida e planos de benefício definido.

A maioria dos beneficiários desses planos de pensões está localizada na Alemanha. O valor do benefício acumulado de um participante baseia-se principalmente na remuneração e no tempo de serviço de cada colaborador.

A data de medição para todos os planos de benefício definido é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados através do método da unidade de crédito projetada. A avaliação exige a aplicação de determinados pressupostos atuariais tais como as evoluções demográficas, o aumento da remuneração para os colaboradores ativos e das pensões, bem como as taxas de inflação. A taxa de desconto é determinada de acordo com as regras do artigo 253.º, n.º 2 do HGB.

Pressupostos utilizados para os planos de pensões	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de desconto	3,56%	3,90%
Taxa de inflação	1,80%	1,60%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	2,30%	2,10%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	1,70%	1,50%
Tabelas de mortalidade/invalidez	Richttafeln Heubeck 2005 G	Richttafeln Heubeck 2005 G

As obrigações desses planos de pensões de benefícios definido são, na maioria, financiadas externamente. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são reconhecidas as provisões relevantes.

Para os planos de contribuição definida na Alemanha, em que o Deutsche Bank AG e outras instituições financeiras sejam membros do BVV, o passivo dos empregadores da subsidiária incluem os pagamentos de benefícios e os respetivos aumentos legalmente exigidos.

Além disso, as provisões são reconhecidas para outras obrigações de longo prazo semelhantes, em particular na Alemanha, por exemplo, para anos de aniversário de serviço ou regimes de reforma antecipada. O Banco financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem.

	Planos de pensões	
em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Obrigação de pensão (reconhecida nas Finanças)	**4 848**	4 604
Obrigação de pensão fictícia com base numa taxa de desconto média de 7 anos	5 371	5 041
Rendimento reconhecido devido a diferença da taxa de desconto	524	437
Justo valor dos ativos dos planos	**5 746**	5 705
dos quais:		
custo dos ativos do plano	5 356	5 327
total de resultados não realizados nos ativos do plano	390	377
Montante sobrefinanciado líquido no final do exercício	**898**	1 101
Ativos de pensões líquidos	**898**	1 101
dos quais:		
reconhecidos como "Ativos do plano sobrefinanciados relacionados com planos de pensões"	944	1 149
reconhecidos como "Provisões para pensões e obrigações semelhantes"	46	48

Tal como a adoção, no ano passado, dos princípios de avaliação revistos de acordo com o § 253.º (6) do HGB resulta numa diferença de avaliação entre a obrigação com benefícios definidos reconhecida nas finanças utilizando a taxa de desconto média de 10 anos e a taxa de desconto média de 7 anos. Esta diferença foi reconhecida como um ganho no montante de 524 milhões de euros desde 1 de janeiro de 2016 e está sujeita a provisões de bloqueio de dividendos.

	Planos de pensões	
em milhões de euros	2017	2016
Rentabilidade dos ativos do plano	**29**	372
Custos com juros para o efeito financeiro de desconto das obrigações com pensões	**353**	102
Rendimento de juros líquido (despesa)	**(324)**	270
do qual: reconhecido como "Outros rendimentos operacionais"	0	274
do qual: reconhecido como "Outros gastos operacionais"	324	4

Outras provisões

em milhões de euros	31.12.2017
Provisões para perdas iminentes	677
Provisões para perdas de crédito	347
Outras provisões remanescentes	4 092
Total de outras provisões	**5 116**

As outras provisões remanescentes são definidas para os seguintes (principais) tipos de risco:

As provisões associadas ao pessoal foram definidas para refletirem remunerações e benefícios adicionais para os colaboradores. Aquelas estão relacionadas com pagamentos variáveis e remuneração diferida, remuneração com base em ações, obrigações para reforma antecipada e outros. O montante previsto totaliza 2,1 mil milhões de euros.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei. A provisão para este risco é de 733 milhões de euros por ano no final de 2017.

Processos civis as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis. A provisão para este risco é de 585 milhões de euros por ano no final de 2017.

Provisões operacionais surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. A provisão para este risco é de 250 milhões de euros por ano no final de 2017.

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão de risco, pois exclui o risco de perda resultante dos processos civis ou de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

Provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. A provisão para estas atividades é de 139 milhões de euros por ano no final de 2017.

As provisões diversas estão definidas para 330 milhões de euros por ano no final de 2017.

Passivos subordinados

Os passivos subordinados são emitidos na forma de títulos de taxa fixa e taxa variável, obrigações nominativas e ao portador, bem como empréstimos de nota promissória, e têm maturidades iniciais, na sua maioria, no prazo de 10 e 30 anos.

O Deutsche Bank AG não está obrigado a reembolsar passivos subordinados antes da data de vencimento especificada, contudo, em alguns casos, é possível o resgate antecipado por opção do emitente. No caso de dissolução ou insolvência, os valores a receber e os juros exigidos resultantes de tal passivo estão subordinados aos valores a receber não subordinados de todos os credores do Deutsche Bank AG. A conversão desses fundos para capital próprio ou outra forma de dívida não é antecipada ao abrigo dos termos das notas. Essas condições aplicam-se também aos passivos subordinados não especificados individualmente.

Passivos subordinados materiais acima de 1,0 mil milhões de euros

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Data da próxima compra/maturidade
€	1 095	Obrigação ao portador	2010	5,000%	24.06.2020[1]
dólares dos Estados Unidos	1 500	Obrigação nominativa	2013	4,296%	24.05.2023[2]
€	1 000	Obrigação nominativa	2008	8,000%	15.05.2018[2]
dólares dos Estados Unidos	1 385	Obrigação nominativa	2008	8,050%	30.06.2018[2]
dólares dos Estados Unidos	1 975	Obrigação nominativa	2008	7,600%	20.02.2018[3]
€	1 250	Obrigação ao portador	2015	2,750%	17.02.2025[1]
dólares dos Estados Unidos	1 500	Obrigação ao portador	2015	4,500%	01.04.2025[1]

[1] Data de maturidade das obrigações. As obrigações têm algumas opções de compra extraordinárias, que estão sujeitas a aprovação pelos órgãos reguladores ou alterações às leis fiscais.
[2] Data da próxima compra de obrigações.
[3] Data de maturidade da obrigação, que já tinha sido adquirida em 17 de janeiro de 2018.

As despesas para todos os passivos subordinados de 12,1 mil milhões de euros totalizaram 370 milhões de euros, incluindo os resultados de derivados de cobertura. Os juros acrescidos, porém, ainda não vencidos de 216 milhões de euros incluídos neste valor são relatados no passivo diverso.

Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 2014, o Deutsche Bank AG colocou Notas *Tier* 1 adicionais (as "Notas AT1" ou "Notas"), no valor de 4,7 mil milhões de euros. Desde então, não foram emitidas Notas AT1 adicionais.

As Notas AT1 constituem as notas não garantidas e subordinadas do Deutsche Bank. As Notas auferem juros no seu montante nominal a partir da data de emissão até à primeira data de compra à taxa fixa anual. Por conseguinte, a taxa de juro será reajustada em intervalos de cinco anos. As Notas contêm características que podem requerer que o Deutsche Bank e permitirão que o Deutsche Bank, sempre no seu exclusivo critério absoluto e por qualquer razão, cancele quaisquer pagamentos de juros. Se cancelados, os pagamentos de juros não são cumulativos e não subirão para compensar qualquer défice nos pagamentos de juros em qualquer ano anterior. As Notas não terão data de vencimento. As Notas são reembolsáveis pelo Deutsche Bank a seu critério na respetiva primeira data de compra e posteriormente a cada intervalo de cinco anos ou em outras circunstâncias limitadas. Em cada caso, as Notas estão sujeitas a limitações e condições, tais como descritas nos termos e condições por exemplo, as Notas podem ser reembolsadas pelo Deutsche Bank a seu critério, no todo mas não em parte, por alguns motivos regulamentares ou de tributação. Todo e qualquer reembolso está sujeito ao consentimento prévio da autoridade de supervisão competente. O montante de reembolso e o montante nominal das Notas pode ser abatido na ocorrência de um evento acionador. Estamos na presença de um evento acionador quando o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo Deutsche Bank, determinado numa base consolidada, descer abaixo dos 5,125%. As Notas também podem ser reintegradas, na sequência de um evento acionador, sob reserva do cumprimento de algumas condições.

Em 31 de dezembro de 2017, as notas ascenderam a 4,8 mil milhões de euros face aos 5,1 mil milhões de euros do exercício anterior. A redução está relacionada com efeitos cambiais. O gasto de juros nas notas para 2017 totalizou 318 milhões de euros e incluiu 213 milhões de euros de juros acumulados no fim do exercício de 2017, o qual foi registado em outros passivos.

Notas AT1 pendentes em 31 de dezembro de 2017

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Primeira data de compra
€	1 750	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	6,000%	30.04.2022
dólares dos Estados Unidos	1 250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	6,250%	30.04.2020
GBP	650	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,125%	30.04.2026
dólares dos Estados Unidos	1 500	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,500%	30.04.2025

Divisas

O montante total de ativos expressos em moedas estrangeiras foi equivalente a 750,3 mil milhões de euros na data do balanço; o valor total de passivo foi equivalente a 493,7 mil milhões de euros.

Capital e reservas

Ações próprias

Ao longo de 2017, o Banco ou as respetivas empresas afiliadas compraram 462 690 358 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes e venderam 462 610 015 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes para negociação. A aquisição das respetivas ações próprias baseou-se na autorização dada na Assembleia-Geral de 23 de maio de 2013 de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG e na autorização renovada dada na Assembleia-Geral de 18 de maio de 2017, cujos limites foram cumpridos para cada compra de ações e transação de venda. O preço de compra médio foi de 16,14 euros e o preço de venda médio foi de 16,14 euros por ação. O resultado foi reconhecido na reserva de capital.

As ações próprias do Banco compradas e vendidas para negociação ao longo de 2017 representaram cerca de 22% do respetivo capital social. A participação maior em qualquer dia individual foi de 0,06% e a participação média diária foi de 0,01% do respetivo capital social.

Além disso, o Banco foi autorizado a comprar as ações próprias nas Assembleias-Gerais de 18 de maio de 2017 e 19 de maio de 2016 de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG. Os respetivos limites foram cumpridos para cada transação de compra e venda. A autorização para o Banco comprar as respetivas ações próprias, dada na Assembleia-Geral de 19 de maio de 2016 e válida até 30 de abril de 2021, foi cancelada após a entrada em vigor da autorização de 18 de maio de 2017. A nova autorização foi aprovada até 30 de abril de 2022.

Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG a realizar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. Os limites relativos à utilização de tais derivados foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

No final de 2017, o Deutsche Bank AG detinha 174 370 ações próprias de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG. As respetivas participações de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG ascendiam a 108089 ações ou 0,01% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, 7 598 801 (final de 2016: 5 089 000) ações do Deutsche Bank, ou seja, 0,37% (final de 2016: 0,37%) do nosso capital social, foram penhoradas ao Banco e respetivas empresas afiliadas como garantias para empréstimos.

Alterações no capital subscrito, autorizado e condicional

O capital subscrito do Banco está dividido em 2 066 773 131 ações nominativas sem valor nominal e cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros. Em abril de 2017, foram emitidas 687 500 000 novas ações de capital autorizado com direitos de preferência mediante entregas em numerário. Excluindo as participações das ações próprias do Banco, o número de ações pendentes em 31 de dezembro de 2017 era 2 066 490 672 (final de 2016: 1 379 174 241). O número médio de ações pendentes no período de relato era 1 895 158 284.

em euros	Capital subscrito[1]	Capital autorizado	Capital condicional (ainda a utilizar)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3 530 939 215,36	1 760 000 000,00	486 400 000,00
Aumento de capital mediante entregas em numerário	1 760 000 000,00	(1 760 000 000,00)	0
Cancelamento de acordo com a resolução da Assembleia-Geral de 18 de maio de 2017	0	0	(486 400 000,00)
Aumento de acordo com a resolução da Assembleia-Geral de 18 de maio de 2017	0	2 560 000 000,00	563 200 000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5 290 939 215,36	2 560 000 000,00	563 200 000,00

[1] Inclui o valor nominal das ações em tesouraria.

Os pormenores em relação ao capital condicional autorizado e ainda a utilizar são apresentados na nota relativa à Informação de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão.

Alterações no capital e reservas

em milhões de euros		
Saldo em 31 de dezembro de 2016		46 067
Distribuição em 2017		(392)
Lucro transportado		(55)
Aumento de capital mediante entregas em numerário		
– Aumento de capital subscrito	1 760	
– Afetação a reserva de capital	6 277	8 037
Ações em tesouraria		
– Alteração no valor nocional de ações em tesouraria	(0)	
– Alteração dos custos de aquisição	(6)	
– Resultados líquidos não realizados (não relacionados com a negociação)	0	
– Resultado realizado (relacionado com a negociação)	7	
– Perdas líquidas não realizadas (não relacionadas com a negociação)	(15)	(14)
Distribuição dos lucros para outras reservas de receitas		300
Lucro distribuível para 2017		399
Saldo em 31 de dezembro de 2017		54 343

Tendo em conta o lucro transportado do ano anterior de 55 milhões de euros e distribuição dos lucros para outras reservas de receitas de 300 milhões de euros, o lucro distribuível ascendeu a 399 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. O Banco proporá na Assembleia-Geral Anual o pagamento de um dividendo de 0,11 euros por ação e o transporte do lucro distribuível remanescente.

Transações extrapatrimoniais

O Banco divulga passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis como transações extrapatrimoniais desde que não tenham sido estabelecidas provisões para os mesmos. A decisão de divulgação dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis como extrapatrimoniais ou reconhecidos como provisões é tomada com base no resultado da avaliação do risco de crédito. Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são igualmente reduzidos através do montante de garantia em numerário recebido, o qual é registado como passivo no balanço.

O risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes é mitigado pela possibilidade de recurso em relação ao respetivo cliente e, por conseguinte, baseia-se predominantemente no risco de crédito do cliente.

O Banco avalia o risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis antes de realizar irrevogavelmente uma obrigação no âmbito de uma avaliação do risco de crédito ou ao utilizar uma avaliação do cumprimento previsto do cliente da obrigação subjacente. Além disso, o Banco avalia regularmente ao longo da vida útil do compromisso se são esperadas perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis. Em determinadas circunstâncias, o Banco solicita a provisão da garantia para reduzir o risco de perdas resultantes de reclamações. Os montantes das perdas analisados no âmbito de tais avaliações são registados no balanço como provisões.

Passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Deutsche Bank AG realiza regularmente garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito em nome dos seus clientes. Ao abrigo desses contratos, o Deutsche Bank AG está obrigado a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento por parte do terceiro das respetivas obrigações ou da execução de um contrato de obrigação. Para essas contingências, não é do conhecimento do Banco, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é reconhecida uma provisão.

A tabela a seguir apresenta o total dos potenciais pagamentos ao abrigo de garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito após a dedução da garantia em numerário e das provisões registadas no balanço. Aquela apresenta o montante máximo da potencial utilização do Deutsche Bank AG no caso de todas as obrigações realizadas terem de ser cumpridas e, simultaneamente, todos os recursos para clientes não serem satisfeitos. Por conseguinte, a tabela não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados desses contratos, uma vez que muitos desses contratos expirarão sem serem retirados ou os saques serão contrabalançados através de recurso para o cliente.

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Garantias	37 418	38 750
Cartas de crédito	4 044	4 263
Responsabilidades de crédito	6 051	7 576

Compromissos de crédito irrevogáveis

Os compromissos de crédito irrevogáveis ascenderam a 115,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e incluíram compromissos de 114,4 mil milhões de euros para empréstimos e descontos a favor de entidades não bancárias.

O Deutsche Bank AG celebra compromissos de crédito irrevogáveis para satisfazer as necessidades de financiamento dos respetivos clientes. Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada da obrigação do Deutsche Bank de conceder empréstimos que não podem ser revogados pelo Deutsche Bank. Esses compromissos são apresentados com o montante contratual após a consideração da garantia em numerário recebida e as provisões conforme registadas no balanço. Os montantes acima referidos não representam fluxos de caixa futuros esperados, pois muitos desses contratos expirarão sem serem retirados. Apesar de os compromissos de crédito irrevogáveis não serem reconhecidos no balanço, o Deutsche Bank AG considera-os na monitorização da exposição ao crédito. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é definida uma provisão.

O Deutsche Bank AG está comprometido em várias atividades comerciais com determinadas entidades, designadas como entidades de finalidade especial (SPE), que foram nomeadas para atingir uma finalidade de negócio específica. As principais utilizações de SPE consistem em proporcionar aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e riscos, bem como em fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. O Deutsche Bank AG beneficiará, em geral, da receção de taxas de serviços e comissões para a criação de SPE ou por atuar como um gestor de investimento, instituição de custódia ou qualquer outra função. As SPE podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. Embora o nosso envolvimento com tais entidades possa assumir muitas formas distintas, aquele é sobretudo composto por instrumentos de liquidez, divulgados de modo extrapatrimonial como compromissos de crédito irrevogáveis no âmbito das "outras obrigações" abaixo da linha do balanço. O Deutsche Bank AG presta apoio financeiro às SPE relacionado com os programas de veículos de titularização comercial, as titularizações de ativos, os fundos de investimento e os fundos de locação imobiliária. Tais veículos são fundamentais para o funcionamento de vários mercados investidores importantes, incluindo os mercados de créditos hipotecários para habitação e outros títulos garantidos por ativos, uma vez que proporcionam aos investidores o acesso a fluxos de caixa e riscos específicos criados através do processo de titularização. A 31 de dezembro de 2017, a exposição do Deutsche Bank AG não teve um impacto significativo nos respetivos acordos de dívida, rácios de capital, notações de crédito ou dividendos.

Obrigações diversas

As obrigações de aquisição são acordos legalmente executáveis e vinculativos para a compra de mercadorias ou serviços nos termos predefinidos tais como quantidades ou preços mínimos. Sempre que o Deutsche Bank AG celebra tais acordos, existe o risco potencial de os termos e condições do contrato serem menos favoráveis do que os termos e condições no momento em que as mercadorias ou os serviços são fornecidos ou de os custos relacionados serem mais elevados do que o benefício económico recebido. No caso de uma perda antecipada, o Deutsche Bank AG poderá anular uma provisão para contratos onerosos.

As obrigações de aquisição para mercadorias e serviços ascendem a 1,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, as quais incluem pagamentos futuros para, entre outros, serviços de tecnologia da informação e de gestão de instalações, por exemplo.

As locações são contratos em que o proprietário de um ativo (locador) concede o direito de utilização desse ativo a outra parte (locatário) por um período de tempo específico em troca de pagamentos regulares. Um contrato de locação é classificado como uma locação operacional caso o contrato inclua um direito limitado ou ilimitado de resolução para o locatário. Todos os principais riscos e benefícios associados à propriedade do ativo permanecem com o locador, que permanece o proprietário económico. As locações operacionais proporcionam uma alternativa à propriedade, pois permitem ao locatário beneficiar do não investimento dos seus recursos no ativo. As obrigações existentes do Deutsche Bank AG resultantes das locações operacionais envolvem contratos de arrendamento e locação para edifícios, mobiliário e equipamento de escritório. A maioria das mesmas são contratos de locação para edifícios, nos quais o Deutsche Bank AG é o locatário. Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações de pagamento ao abrigo dos contratos de arrendamento e locações ascendiam a 3,0 mil milhões de euros (145 milhões de euros diziam respeito a subsidiárias) e tinham maturidades residuais de até 29 anos.

Em 31 de dezembro de 2017, incluindo prémios atribuídos no início de março de 2018, os custos com remuneração variável diferida não amortizada ascendiam a aproximadamente 1,1 mil milhões de euros.

O passivo para possíveis compras de ações não integralmente liberadas em sociedades anónimas ou sociedades por quotas e outras ações ascendia a 114 milhões de euros no final de 2017, dos quais 15 milhões de euros estavam relacionados com uma subsidiária e 97 milhões de euros estavam relacionados com entidades associadas.

O passivo para possíveis compras de outras ações totalizava 0,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

De acordo com o artigo 5.º, n.º 10 do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se a indemnizar o Bundesverband deutscher Banken e.V., Berlim, por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor de bancos maioritariamente detidos ou controlados pelo Deutsche Bank AG.

De acordo com o artigo 3.º, n.º 1-a do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos para Associações de empréstimo e construção de bancos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se igualmente a indemnizar o Fachverband für Bank-Bausparkassen e.V. por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor do Deutsche Bank Bauspar AG, Frankfurt am Main.

Os compromissos de pagamento irrevogáveis para taxas bancárias relacionados com o Fundo Único de Resolução (SFR) e a proteção legal alemã de depósitos ascendiam a 319 milhões de euros.

Como parte da atividade comercial das nossas agências estrangeiras, foi exigida uma garantia de 1,6 mil milhões de euros pelos regulamentos legais.

As obrigações decorrentes de transações em bolsas de futuros e opções e em câmaras de compensação para as quais foram penhorados títulos como garantia ascendiam a 18,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Existem passivos contingentes que totalizam 9 milhões de euros, os quais são principalmente atribuíveis à revenda da sociedade comercial Klöckner & Co. AG, Duisburg.

Notas às demonstrações financeiras

Rendimentos por mercado geográfico

O montante total do rendimento de juros, do rendimento corrente de ações de capital e outros títulos de rendimento variável, das participações financeiras e dos investimentos em empresas afiliadas, do rendimento de comissões, do resultado de negociação líquido e de outras receitas operacionais tem origem em várias regiões, conforme apresentado através da seguinte discriminação de acordo com o artigo 34.º, n.º 2 da RechKredV.

em milhões de euros	2017	2016
Alemanha	9 475	5 857
Europa (excl. Alemanha)	10 122	12 963
Américas	4 904	4 274
África/Ásia/Austrália	3 292	3 661
Total	**27 793**	26 755

O aumento do rendimento na Alemanha é sobretudo atribuível ao aumento do resultado de exploração, compensado em parte pelo rendimento de juros e valores de comissões mais baixos. A diminuição do rendimento na Europa, exceto na Alemanha, é sobretudo atribuível a uma diminuição do resultado de exploração.

Rendimento de juros e gastos de juros

O rendimento de juros de empresas de crédito e do mercado monetário incluiu 605 milhões de euros de juros negativos, ou seja, gastos de juros sobre valores a receber que estavam principalmente relacionados com valores a receber de bancos e ativos detidos para negociação. Os gastos de juros incluíram 359 milhões de euros de juros negativos, ou seja, rendimento de juros de passivo que estava sobretudo relacionado com dívidas a bancos.

Serviços administrativos e de agência prestados por terceiros

Os seguintes serviços administrativos e de agência foram prestados por terceiros: serviços de custódia, encaminhamento de hipotecas, apólices de seguros e contratos de poupança e crédito habitação, gestão de ativos detidos em fideicomisso e gestão de ativos.

Outros rendimentos e despesas operacionais

Os outros rendimentos operacionais de 2,4 mil milhões de euros são principalmente compostos pelo resultado de derivados não relacionados com a negociação de 926 milhões de euros, pelo rendimento da libertação de provisões de 729 milhões de euros e pelo rendimento da conversão cambial relativa a ativos e passivo que ascendia a 118 milhões de euros.

Outros gastos operacionais de 2,8 mil milhões de euros incluem o resultado de derivados não relacionados com a negociação de 814 milhões de euros, despesas relacionadas com a afetação de provisões de 768 milhões de euros, despesas relacionadas com planos de benefícios definidos de 324 milhões de euros, assim como despesas da conversão cambial relativa a ativos e passivo, que ascendia a 220 milhões de euros.

Resultado extraordinário

Receitas extraordinárias de 0,4 milhões de euros estão relacionadas com a reversão de provisões de reestruturação (2016: receitas de 3,4 milhões de euros relacionadas com a reversão de provisões de reestruturação). Despesas extraordinárias de 64,4 milhões de euros refletem atividades de reestruturação (2016: despesas de 309,0 milhões de euros).

Os rendimentos e gastos extraordinários traduziram-se num resultado extraordinário de 64,0 milhões de euros negativos (2016: 305,6 milhões de euros negativos).

Informação relativa ao montante bloqueado de acordo com os artigos 253.º, n.º 6 e 268.º, n.º 8 do HGB

A tabela a seguir apresenta o montante de acordo com o artigo 268.º, n.º 8 do HGB e o artigo 253.º, n.º 6 do HGB que deverá ser considerado para distribuição de lucros. De acordo com a segunda regra, tem de ser calculada a diferença na avaliação das obrigações com pensões com base nas taxas médias, ao utilizar um período de dez anos ou de sete anos. Consulte as nossas notas ao balanço, pensões e obrigações semelhantes. No Deutsche Bank AG, o total de reservas distribuíveis após a distribuição de lucros acrescido do lucro distribuível é, no mínimo, igual aos montantes a serem considerados. As posições individuais incluem passivos por impostos diferidos, se aplicável; por conseguinte, os montantes apresentados na tabela poderão desviar-se das posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	3 075	2 941
Ativos por impostos diferidos	2 743	2 607
Resultados não realizados de ativos do plano	384	365
Diferença de avaliação relacionada com o desconto de provisões para obrigações com pensões	360	300
Total do montante não distribuível	**6 562**	6 213

Participações acionistas

152 Empresas em que a participação é superior a 20%
167 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações do Deutsche Bank AG de acordo com o artigo 285.º, ponto 11 do HGB, incluindo as informações de acordo com o artigo 285.º, ponto 11-a do HGB. De acordo com o artigo 286.º, n.º 3, 1.ª frase, ponto 1 do HGB, o Deutsche Bank AG não divulga os fundos próprios e o resultado anual de participações individuais, na medida em que tais divulgações são insignificantes para a apresentação dos ativos e do passivo, da posição financeira e dos resultados de operações do Deutsche Bank AG.

Notas de rodapé:

1 Fundos próprios e resultado anual do exercício de 2016; os números locais da GAAP para o exercício de 2017 ainda não estão disponíveis.
2 No contrato de transferência de resultados, o resultado anual não é divulgado.
3 Fundos próprios e resultado anual do subgrupo. As empresas a seguir que começam com um travessão fazem parte do subgrupo; os respetivos fundos próprios e o resultado anual são incorporados
4 nos dados do subgrupo.
5 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada nos termos do artigo 285.º, ponto 11-a do HGB.
Parceria geral.
6 Entidade incorporada em 2017, daí a razão de as demonstrações financeiras ainda não estarem
7 disponíveis.
8 Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS.
Exercício abreviado.

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
2	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
3	AC VI Initiatoren GmbH & Co. KG	Munique		25,0		
4	Acacia (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
5	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo		95,0		
6	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington		100,0		
7	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
8	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
9	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
10	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
11	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
12	Adara S.A.	Luxemburgo		95,0		
13	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
14	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
15	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
16	Agena S.A.	Luxemburgo		95,0		
17	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
18	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
19	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		26,9	231,8	22,9
20	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
21	Alfred Herrhausen Gesellschaft - Das internationale Forum der Deutschen Bank - mbH	Berlim		100,0		
22	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
23	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
24	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
25	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
26	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
27	Argantis GmbH i.L.	Colónia		50,0		
28	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
29	Atena SPV S.r.l	Conegliano		60,0		
30	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
31	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		49,8	7,2	2,7
32	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
33	Baldur Mortgages Limited	Londres		100,0		
34	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
35	Bankers Trust Investments Limited	Londres		100,0		
36	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30,0	6,5	4,2
37	Banks Island General Partner Inc.	Toronto		50,0		
38	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		100,0		
39	Benefit Trust GmbH	Luetzen		100,0	7 082,3	118,8
40	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		49,0		
41	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque		99,9		
42	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
43	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	100,0	0,0	(3,9)
44	Birch (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
45	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf		33,2		
46	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		32,0		
47	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		100,0		
48	BrisConnections Holding Trust	Kedron		35,6		
49	BrisConnections Investment Trust	Kedron		35,6		
50	BT Globenet Nominees Limited	Londres		100,0		
51	BVT-CAM Private Equity Beteiligungs GmbH	Gruenwald		50,0		
52	BVT-CAM Private Equity Management & Beteiligungs GmbH	Gruenwald		50,0	0,7	2,5
53	CAM Initiator Treuhand GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
54	CAM PE Verwaltungs GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
55	CAM Private Equity Nominee GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
56	CAM Private Equity Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0		
57	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		100,0		
58	CapeSuccess Inc.	Wilmington		100,0		
59	CapeSuccess LLC	Wilmington		82,6		
60	Cardales Management Limited (in members' voluntary liquidation)	Porto de S.Pedro		100,0		
61	Cardales UK Limited	Londres		100,0	16,7	1,3
62	Career Blazers Consulting Services, Inc.	Albany		100,0		
63	Career Blazers Contingency Professionals, Inc.	Albany		100,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
64	Career Blazers Learning Center of Los Angeles, Inc.	Los Angeles		100,0		
65	Career Blazers LLC	Wilmington		100,0		
66	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		100,0		
67	Career Blazers New York, Inc.	Albany		100,0		
68	Career Blazers of Ontario Inc.	Londres, Ontário		100,0		
69	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.		100,0		
70	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		100,0		
71	Career Blazers Service Company, Inc.	Wilmington		100,0		
72	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		100,0		
73	Cathay Asset Management Company Limited	Port Louis		100,0		
74	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Port Louis		67,6	246,6	57,0
75	CBI NY Training, Inc.	Albany		100,0		
76	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
77	Centennial River 1 Inc.	Denver		100,0		
78	Centennial River 2 Inc.	Austin		100,0		
79	Centennial River Acquisition I Corporation	Wilmington		100,0		
80	Centennial River Acquisition II Corporation	Wilmington		100,0		
81	Centennial River Corporation	Wilmington		100,0		
82	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	2	100,0	13,6	0,0
83	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		100,0		
84	City Leasing Limited	Londres		100,0		
85	Comfund Consulting Limited	Bangalore		30,0		
86	Consumo S.p.A.	Milão		100,0		
87	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		49,9	35,5	16,6
88	CREDA Objektanlage- und verwaltungsgesellschaft mbH	Bona	2	100,0		
89	CTXL Achtzehnte Vermögensverwaltung GmbH i.L.	Munique		100,0		
90	D B Investments (GB) Limited	Londres	1	100,0	1 725,6	0,0
91	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
92	DAHOC (UK) Limited	Londres		100,0		
93	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	15,5	2,1
94	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
95	DB (Barbados) SRL	Christ Church		100,0		
96	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
97	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
98	DB Advisors SICAV	Luxemburgo		96,1	8 570,5	129,4
99	DB Alternative Strategies Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0		
100	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0		
101	DB Apex Management Limited	George Town		100,0		
102	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	2	100,0	10 618,8	0,0
103	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo		100,0	(121,9)	(14,6)
104	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	2	100,0	1 705,1	0,0
105	DB Capital Partners General Partner Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
106	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón		100,0	6,7	(2,9)
107	DB Chambers Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0		
108	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0		
109	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão		100,0		
110	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
111	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		90,0		
112	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
113	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town		100,0		
114	DB Direkt GmbH	Frankfurt	2	100,0		
115	DB Energy Commodities Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
116	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier		100,0	34,2	0,9
117	DB Equity Limited	Londres	1	100,0	28,1	0,0
118	DB Finance International GmbH	Eschborn		100,0		
119	DB Global Technology SRL	Bucareste		100,0	20,9	4,8
120	DB Group Services (UK) Limited	Londres		100,0		
121	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		100,0	4,5	2,4
122	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG i.L.	Frankfurt		74,0		
123	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		100,0		
124	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		100,0		
125	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen		100,0	1 649,5	5,9
126	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		100,0	1 572,4	119,1

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
127	DB Infrastructure Holdings (UK) No.1 Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	100,0	13,4	0,0
128	DB Infrastructure Holdings (UK) No.3 Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
129	DB International (Asia) Limited	Singapura		100,0	399,0	(17,9)
130	DB International Investments Limited	Londres		100,0		
131	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		100,0		
132	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	2	100,0	46,0	0,0
133	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		100,0		
134	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0		
135	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		100,0		
136	DB Nexus American Investments (UK) Limited	Londres		100,0		
137	DB Nexus Iberian Investments (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
138	DB Nexus Investments (UK) Limited	Londres	1	100,0	0,8	(8,2)
139	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
140	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		100,0		
141	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Barcelona		99,9		
142	DB Overseas Holdings Limited	Londres	1	100,0	38,7	1,2
143	DB Petri LLC	Wilmington		100,0		
144	DB Placement, LLC	Wilmington		100,0		
145	DB Print GmbH	Frankfurt	2	100,0		
146	DB Private Equity GmbH	Colónia		100,0	22,8	1,7
147	DB Private Equity International S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
148	DB Private Equity Treuhand GmbH	Colónia		100,0		
149	DB RC Investments II, LLC	Wilmington		99,9		
150	DB Re S.A.	Luxemburgo		100,0		
151	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto		100,0		
152	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		34,3		
153	DB Safe Harbour Investment Projects Limited	Londres		100,0		
154	DB Securities S.A.	Varsóvia		100,0		
155	DB Service Centre Limited	Dublin	1	100,0	12,9	2,7
156	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		100,0		
157	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		100,0		
158	DB STG Lux 10 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
159	DB STG Lux 11 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
160	DB STG Lux 12 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
161	DB STG Lux 9 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
162	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		100,0		
163	DB Structured Finance 1 Designated Activity Company	Dublin		100,0		
164	DB Structured Finance 2 Designated Activity Company	Dublin		100,0		
165	DB Trustee Services Limited	Londres		100,0		
166	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
167	DB UK Australia Finance Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0		
168	DB UK Australia Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
169	DB UK Bank Limited	Londres	1	100,0	662,9	(10,5)
170	DB UK Holdings Limited	Londres	1	100,0	617,2	364,8
171	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		100,0	10,3	(117,3)
172	DB USA Corporation (Subgrupo)	Wilmington	3	100,0	10 079,6	(905,8)
173	-ABFS I Incorporated	Baltimore		100,0		
174	BS MB Ltd.	Baltimore		100,0		
175	-Alex. Brown Financial Services Incorporated	Baltimore		100,0		
176	-Alex. Brown Investments Incorporated	Baltimore		100,0		
177	-Argent Incorporated	Baltimore		100,0		
178	-Azurix Argentina Holding, Inc.	Wilmington		100,0		
179	-Azurix Cono Sur, Inc.	Wilmington		100,0		
180	-Azurix Corp.	Wilmington		100,0		
181	-Azurix Latin America, Inc.	Wilmington		100,0		
182	-B.T.I. Investments (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
183	-Barkly Investments Ltd.	St. Helier		100,0		
184	-Blue Cork, Inc.	Wilmington		100,0		
185	-BT Milford (Cayman) Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0		
186	-BTAS Cayman GP	George Town		100,0		
187	-Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington		100,0		
188	-China Recovery Fund, LLC	Wilmington		85,0		
189	-Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
190	-D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
191	-DB (Pacific) Limited	Wilmington		100,0		
192	-DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque		100,0		
193	-DB Abalone LLC	Wilmington		100,0		
194	-DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0		
195	-DB Alps Corporation	Wilmington		100,0		
196	-DB Alternative Trading Inc.	Wilmington		100,0		
197	-DB Asia Pacific Holdings Limited	George Town		100,0		
198	-DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0		
199	-DB Aster III, LLC	Wilmington		100,0		
200	-DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0		
201	-DB Aster, LLC	Wilmington		100,0		
202	-DB Boracay LLC	Wilmington		100,0		
203	-DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
204	-DB Commodity Services LLC	Wilmington		100,0		
205	-DB Delaware Holdings (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
206	-DB Elara LLC	Wilmington		100,0		
207	-DB Energy Trading LLC	Wilmington		100,0		
208	-DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		100,0		
209	-DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0		
210	-DB Fund Services LLC	Wilmington		100,0		
211	-DB Ganymede 2006 L.P.	George Town		100,0		
212	-DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0		
213	-DB Green Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
214	-DB Green, Inc.	Nova Iorque		100,0		
215	-DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		100,0		
216	-DB Holdings (South America) Limited	Wilmington		100,0		
217	-DB Intermezzo LLC	Wilmington		100,0		
218	-DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0		
219	-DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
220	-DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0		
221	-DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
222	-DB Io LP	Wilmington		100,0		
223	-DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		100,0		
224	-DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0		
225	-DB Managers, LLC	West Trenton		100,0		
226	-DB Mortgage Investment Inc.	Baltimore		100,0		
227	-DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
228	-DB Omega Holdings LLC	Wilmington		100,0		
229	-DB Omega Ltd.	George Town		100,0		
230	-DB Omega S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
231	-DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
232	-DB Portfolio Southwest, Inc.	Austin		100,0		
233	-DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0		
234	-DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		100,0		
235	-DB RC Holdings, LLC	Wilmington		100,0		
236	-DB RMS Leasing (Cayman) L.P.	George Town		100,0		
237	-DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0		
238	-DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0		
239	-DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0		
240	-DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0		
241	-DB USA Core Corporation	West Trenton		100,0		
242	-DBAB Wall Street, LLC	Wilmington		100,0		
243	-DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0		
244	-DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0		
245	-DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		100,0		
246	-DBRE Global Real Estate Management US IA, L.L.C.	Wilmington		100,0		
247	-DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		100,0		
248	-DBUSBZ1, LLC	Wilmington		100,0		
249	-DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0		
250	-DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		100,0		
251	-Deutsche AM Distributors, Inc.	Wilmington		100,0		
252	-Deutsche AM Service Company	Wilmington		100,0		
253	-Deutsche AM Trust Company	Salem		100,0		
254	-Deutsche Asia Pacific Finance, Inc.	Wilmington		100,0		
255	-Deutsche Asset Management US Holding Corporation	Wilmington		100,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
256	-Deutsche Asset Management USA Corporation	Wilmington		100,0		
257	-Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0		
258	-Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
259	-Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Baltimore		100,0		
260	-Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington		100,0		
261	-Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0		
262	-Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0		
263	-Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		100,0		
264	-Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0		
265	-Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		100,0		
266	-Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		100,0		
267	-Deutsche Cayman Ltd.	George Town		100,0		
268	-Deutsche International Corporate Services (Delaware) LLC	Wilmington		100,0		
269	-Deutsche Inversiones Limitada	Santiago		100,0		
270	-Deutsche Investment Management Americas Inc.	Wilmington		100,0		
271	-Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		100,0		
272	-Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		100,0		
273	-Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0		
274	-Deutsche Securities SpA	Santiago		100,0		
275	-DFC Residual Corp.	Carson City		100,0		
276	-Dusk LLC	Wilmington		100,0		
277	-ECT Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
278	-G Finance Holding Corp.	Wilmington		100,0		
279	-G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		100,0		
280	-GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0		
281	-Gemini Technology Services Inc.	Wilmington		100,0		
282	-German American Capital Corporation	Baltimore		100,0		
283	-GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0		
284	-Hac Investments Ltd.	Wilmington		100,0		
285	-Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0		
286	-Kingfisher Holdings LLC	Wilmington		100,0		
287	-87 Leonard Development LLC	Wilmington		100,0		
288	-Manta Acquisition LLC	Wilmington		100,0		
289	-Manta Group LLC	Wilmington		100,0		
290	-MHL Reinsurance Ltd.	Burlington		100,0		
291	-MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0		
292	-MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0		
293	-MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		100,0		
294	-New 87 Leonard, LLC	Wilmington		100,0		
295	-North American Income Fund Public Limited Company	Dublin		66,8		
296	-North Las Vegas Property LLC	Wilmington		100,0		
297	-PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0		
298	-PARTS Student Loan Trust 2007 - CT1	Wilmington		100,0		
299	-Pelleport Investors, Inc.	Nova Iorque		100,0		
300	-Port Elizabeth Holdings LLC	Wilmington		100,0		
301	-Quantum 13 LLC	Wilmington		100,0		
302	-REO Properties Corporation	Wilmington		100,0		
303	-RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0		
304	-RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0		
305	-RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0		
306	-RREEF North American Infrastructure Fund B, L.P.	Wilmington		99,9		
307	-Sagamore Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
308	-Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0		
309	-Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0		
310	-Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		100,0		
311	-World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0		
312	-Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0		
313	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	844,4	384,6
314	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	44,3	(13,1)
315	DB Vanquish (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
316	DB Vantage (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
317	DB Vantage No.2 (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
318	DB Vita S.A.	Luxemburgo		75,0	23,4	1,7
319	DBCIBZ1	George Town		100,0	9,4	3,9
320	DBCIBZ2	George Town		100,0	9,5	3,9
321	DBG Eastern Europe II Limited Partnership	St. Helier		25,9	22,7	14,5

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
322	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	1	100,0	12,2	5,8
323	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		100,0	105,9	23,5
324	DBR Investments Co. Limited	George Town		100,0	33,3	28,7
325	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town		100,0	11,1	0,0
326	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		100,0		
327	DBRMS4	George Town		100,0	305,5	5,2
328	DBRMSGP1	George Town	4, 5	100,0	194,7	3,3
329	DBRMSGP2	George Town	4, 5	100,0	110,7	1,9
330	DBUK PCAM Limited	Londres		100,0	(100,2)	(0,3)
331	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	9,6	3,9
332	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim		100,0		
333	DeAM Infrastructure Limited	Londres		100,0		
334	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	4	100,0	147,2	(11,1)
335	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf		100,0	24,1	5,4
336	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0		
337	DEUFRAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt		100,0	122,6	0,2
338	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0	3,7	2,9
339	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0		
340	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0		
341	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Paiania		80,0		
342	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		100,0		
343	Deutsche Alternative Asset Management (France) SAS	Paris		100,0		
344	Deutsche Alternative Asset Management (Global) Limited	Londres		100,0	240,5	87,3
345	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0	97,6	28,4
346	Deutsche AM Management GmbH	Frankfurt		100,0		
347	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		100,0	540,1	314,8
348	Deutsche Asset Management (Asia) Limited	Singapura		100,0	250,9	33,0
349	Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0	13,9	(8,8)
350	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0	12,2	0,2
351	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio		100,0	51,1	9,9
352	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul	1	100,0	13,8	1,6
353	Deutsche Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0	186,1	(22,4)
354	Deutsche Asset Management Group Limited	Londres		100,0	44,4	173,8
355	Deutsche Asset Management Holding SE	Frankfurt		100,0	6 501,2	23,3
356	Deutsche Asset Management International GmbH	Frankfurt	2	100,0	44,5	0,0
357	Deutsche Asset Management Investment GmbH	Frankfurt	2	100,0	193,6	0,0
358	Deutsche Asset Management S.A.	Luxemburgo		100,0	541,0	255,3
359	Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0		
360	Deutsche Asset Management Schweiz AG	Zurique	6	100,0		
361	Deutsche Asset Management Shanghai Investment Company Limited	Xangai		100,0		
362	Deutsche Australia Limited (Subgrupo)	Sydney	1, 3	100,0	253,2	44,5
363	-Baincor Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
364	-Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
365	-Belzen Pty. Limited	Sydney		100,0		
366	-BNA Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
367	-BTD Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
368	-Buxtal Pty. Limited	Sydney		100,0		
369	-Deutsche Access Investments Limited	Sydney		100,0		
370	-Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0		
371	-Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney		100,0		
372	-Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney		100,0		
373	-Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney		100,0		
374	-Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney		100,0		
375	-Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0		
376	-Deutsche Investments Australia Limited	Sydney		100,0		
377	-Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		100,0		
378	-Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney		100,0		
379	-DNU Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
380	-DTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
381	-Memax Pty. Limited	Sydney		100,0		
382	-Nortfol Pty. Limited	Sydney		100,0		
383	-OPS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
384	-Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
385	-R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
386	-RTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
387	-Zenwix Pty. Limited	Sydney		100,0		
388	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0	53,0	9,4
389	Deutsche Bank (Chile)	Santiago		100,0	20,3	0,7
390	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		100,0	1 098,0	39,2
391	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0	374,2	43,3
392	Deutsche Bank (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0	36,7	5,0
393	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		100,0	612,7	18,4
394	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		100,0		
395	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		100,0	111,8	12,3
396	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0	507,7	56,7
397	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		100,0	300,0	0,0
398	Deutsche Bank Capital LLC I	Wilmington		100,0		
399	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington		100,0	666,1	0,0
400	Deutsche Bank Contingent Capital LLC III	Wilmington		100,0	1 644,5	0,0
401	Deutsche Bank Contingent Capital LLC IV	Wilmington		100,0	999,9	0,0
402	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington		100,0	1 153,2	0,0
403	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	2	100,0	10,0	0,0
404	Deutsche Bank Financial Company	George Town		100,0	47,5	(2,1)
405	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		100,0	162,6	(4,8)
406	Deutsche Bank International Trust Co. (Cayman) Limited	George Town		100,0		
407	Deutsche Bank International Trust Co. Limited	Porto de S.Pedro		100,0		
408	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		100,0	3,3	2,6
409	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0	6 400,3	218,2
410	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		100,0	32,1	(9,0)
411	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		100,0	89,9	1,5
412	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
413	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Varsóvia		100,0	1 009,6	8,3
414	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt	2	100,0	2 666,3	0,0
415	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		100,0		
416	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		100,0	402,6	15,5
417	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0	92,7	0,1
418	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
419	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		99,9	1 611,5	9,9
420	Deutsche Bank Trustee Services (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		100,0		
421	Deutsche Bank Österreich AG	Viena		100,0	16,8	(12,8)
422	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		99,8	1 184,0	10,1
423	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0		
424	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	13,9	0,5
425	Deutsche Capital Management Limited	Dublin		100,0		
426	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		100,0		
427	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		100,0	61,9	10,2
428	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		100,0		
429	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão		100,0		
430	Deutsche Emerging Markets Investments (Netherlands) B.V.	Amesterdão		99,9		
431	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0	50,1	13,8
432	Deutsche Far Eastern Asset Management Company Limited	Taipei		60,0		
433	Deutsche Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra		100,0		
434	Deutsche Finance No. 2 (UK) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
435	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		100,0		
436	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd	Singapura		100,0		
437	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		100,0		
438	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		100,0	80,0	1,1
439	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		100,0	70,9	36,6
440	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0		
441	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	2	99,8		
442	Deutsche Gulf Finance	Riade	7	29,1	139,1	7,5
443	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres		100,0		
444	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	2 799,0	130,8
445	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	Valeta		100,0	793,0	132,5
446	Deutsche Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0		
447	Deutsche Holdings Limited	Londres	1	100,0	1 523,3	6,2
448	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	1	100,0	167,5	0,0

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
449	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	1	100,0	209,9	203,3
450	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		100,0	143,3	0,2
451	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	2	100,0	26,5	0,0
452	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0	73,6	2,7
453	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0	19,0	(0,2)
454	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0		
455	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0		
456	Deutsche International Finance (Ireland) Limited	Dublin		100,0		
457	Deutsche International Trust Company N.V.	Amesterdão		100,0	15,7	(0,3)
458	Deutsche International Trust Corporation (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0		
459	Deutsche Inversiones Dos S.A. (en Liquidación)	Santiago		100,0	22,3	6,5
460	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão		100,0		
461	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0	129,2	6,6
462	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0		
463	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		100,0	48,5	5,6
464	Deutsche Malta Company Ltd	Valeta		100,0	28,2	(0,7)
465	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires		100,0		
466	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	258,6	107,9
467	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres	1	100,0	939,6	(17,9)
468	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		100,0		
469	Deutsche Nederland N.V.	Amesterdão		100,0		
470	Deutsche New Zealand Limited (Subgrupo)	Auckland	3	100,0	21,1	5,4
471	-Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0		
472	-Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0		
473	-Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0		
474	-Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0		
475	-Deutsche Securities New Zealand Limited	Auckland		100,0		
476	-Kingfisher Nominees Limited	Auckland		100,0		
477	-LWC Nominees Limited	Auckland		100,0		
478	Deutsche Nominees Limited	Londres		100,0		
479	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn	2	100,0		
480	Deutsche Postbank AG (Subgrupo)	Bona	1, 3, 7	100,0	7 226,0	317,0
481	-Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0		
482	-BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln	2	100,0		
483	-BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		100,0		
484	-BHW Holding AG	Hameln	2	100,0		
485	-BHW Kreditservice GmbH	Hameln		100,0		
486	-Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		100,0		
487	-Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0		
488	-Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		100,0		
489	-Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0		
490	-DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona		100,0		
491	-DSL Portfolio Verwaltungs GmbH	Bona		100,0		
492	-PB Factoring GmbH	Bona	2	100,0		
493	-PB Firmenkunden AG	Bona	2	100,0		
494	-PB International S.A.	Schuettringen		100,0		
495	-PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		98,2		
496	-Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	2	100,0		
497	-Postbank Direkt GmbH	Bona		100,0		
498	-Postbank Filialvertrieb AG	Bona	2	100,0		
499	-Postbank Finanzberatung AG	Hameln		100,0		
500	-Postbank Immobilien GmbH	Hameln	2	100,0		
501	-Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona	2	100,0		
502	-Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona		90,0		
503	-Postbank Leasing GmbH	Bona	2	100,0		
504	-Postbank Service GmbH	Essen		100,0		
505	-Postbank Systems AG	Bona	2	100,0		
506	-VÖB-ZVD Processing GmbH	Frankfurt		100,0		
507	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		100,0		
508	Deutsche Regis Partners, Inc.	Makati		49,0	13,3	5,3
509	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		49,0		
510	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		100,0	11,2	0,4
511	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	34,9	9,5
512	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	3,7	3,6
513	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0	215,0	13,0

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
514	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		100,0	1 240,9	140,3
515	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		100,0	10,8	0,0
516	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		100,0	172,1	1,9
517	Deutsche Securities Mauritius Limited	Port Louis		100,0		
518	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul		100,0		
519	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires		100,0		
520	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC	Riade		100,0	101,0	(7,4)
521	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas		100,0	(17,2)	(15,5)
522	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		100,0	30,4	(4,3)
523	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		100,0		
524	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	2	100,0		
525	Deutsche Strategic	Luxemburgo		100,0		
526	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		100,0		
527	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Banguecoque		49,0		
528	Deutsche Transnational Trustee Corporation Inc	Charlottetown		100,0		
529	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio		100,0		
530	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		100,0	26,2	4,4
531	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0		
532	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
533	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50,0		
534	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		25,1		
535	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0		
536	DG China Clean Tech Partners	Tianjin		49,9		
537	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	2	100,0		
538	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
539	DIL Financial Services GmbH & Co. KG	Düsseldorf		100,0		
540	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
541	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
542	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	2	100,0		
543	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		21,1		
544	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf		50,0		
545	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
546	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
547	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
548	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
549	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
550	DWS Holding & Service GmbH	Frankfurt	2	99,2	336,4	0,0
551	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.I.	Hamburgo		65,2		
552	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
553	Elba Finance GmbH	Eschborn		100,0		
554	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0		
555	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt		50,0		
556	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
557	Elizabethan Holdings Limited	George Town		100,0		
558	Elizabethan Management Limited	George Town		100,0		
559	Elmo Funding GmbH	Eschborn	2	100,0	10,3	0,0
560	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn	2	100,0		
561	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		100,0		
562	eolec	Issy-les-Moulineaux		33,3		
563	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		50,0		
564	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn		100,0		
565	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		100,0		
566	EVROENERGIAKI S.A.	Atenas		40,0		
567	Exinor SA (dissolution volontaire)	Bastogne		100,0		
568	EXTOREL Private Equity Advisers GmbH i.L.	Colónia		100,0		
569	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0		
570	Fenix Administración de Activos S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0		
571	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão		100,0		
572	Finanza & Futuro Banca Società per Azioni	Milão		100,0	28,4	0,7
573	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt	2	100,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
574	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
575	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
576	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
577	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		41,2		
578	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6		
579	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,9		
580	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
581	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
582	German Public Sector Finance B.V.	Amesterdão		50,0		
583	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		36,7		
584	giropay GmbH	Frankfurt		33,3		
585	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Valley-Oberlaindern		21,2		
586	Gordian Knot Limited	Londres		24,7	1,7	(7,5)
587	Great Future International Limited	Road Town		43,0		
588	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		94,9		
589	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf		44,9		
590	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI mbH	Colónia		100,0		
591	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	1	36,1	81,5	(12,4)
592	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		64,7	17,0	(11,9)
593	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH i.L.	Gruenwald		100,0		
594	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai	7	30,0	567,1	120,5
595	Herengracht Financial Services B.V.	Amesterdão		100,0		
596	HR "Simone" GmbH & Co. KG	Jork		21,8		
597	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
598	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		40,7	1 240,1	158,7
599	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		50,0		
600	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlim		20,5		
601	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		50,0		
602	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
603	Intermodal Finance I Ltd.	George Town		49,0		
604	IOG Denali Upton, LLC	Dover		23,0		
605	IOG NOD I, LLC	Dover		22,5		
606	IOS Finance E F C S.A.	Barcelona		100,0	47,5	4,3
607	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo		95,0	0,2	7,9
608	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
609	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0		
610	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
611	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		21,1		
612	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		25,0		
613	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo		100,0		
614	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
615	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	2	100,0		
616	Kidson Pte Ltd	Singapura		100,0	31,1	0,0
617	Kinneil Leasing Company	Londres		35,0		
618	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
619	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf		96,1		
620	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf		97,0		
621	Konsul Inkasso GmbH	Essen	2	100,0		
622	Kradavimd UK Lease Holdings Limited	Londres	1	100,0	7,0	(50,4)
623	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		30,1		
624	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0		
625	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		100,0	19,7	(1,4)
626	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0		
627	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano		70,0		
628	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		100,0		
629	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		100,0		
630	London Industrial Leasing Limited	Londres		100,0		
631	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt		77,1	80,6	58,8

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
632	Macondo Spain SL	Madrid		100,0		
633	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo		49,7		
634	Magalhaes S.A.	Luxemburgo		95,0		
635	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		100,0	266,2	0,7
636	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG	Hamburgo		35,3		
637	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo		100,0		
638	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		40,0		
639	MFG Flughafen-Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH & Co. BETA KG i.L.	Gruenwald		29,6		
640	Midsel Limited	Londres		100,0		
641	Mira GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
642	Moon Leasing Limited	Londres		100,0		
643	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
644	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
645	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		23,9		
646	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		23,4		
647	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		23,5		
648	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		27,1		
649	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		26,4		
650	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa		100,0		
651	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
652	NCW Holding Inc.	Vancouver		100,0		
653	NEPTUNO Verwaltungs- und Treuhand-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia	2	100,0		
654	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
655	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
656	New Energy Biomasse Hellas GmbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
657	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
658	Nineco Leasing Limited	Londres		100,0		
659	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
660	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	2	100,0		
661	norisbank GmbH	Bona	2	100,0	433,9	0,0
662	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver		96,7		
663	NV Profit Share Limited	George Town		42,9		
664	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
665	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		100,0	35,4	33,1
666	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		100,0	221,0	33,2
667	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company	Dublin		100,0		
668	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia		100,0		
669	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		100,0		
670	OPB-Holding GmbH	Colónia		100,0	14,3	0,0
671	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		100,0		
672	OPB-Oktava GmbH	Colónia		100,0		
673	OPB-Quarta GmbH	Colónia		100,0		
674	OPB-Quinta GmbH	Colónia		100,0		
675	OPB-Septima GmbH	Colónia		100,0		
676	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		27,7		
677	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		100,0		
678	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
679	Oppenheim Fonds Trust GmbH	Colónia	2	100,0		
680	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		100,0		
681	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
682	OVT Trust 1 GmbH	Colónia	2	100,0		
683	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0		
684	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		22,2		
685	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
686	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
687	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
688	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
689	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.I.	Düsseldorf		50,0		
690	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
691	Parkhaus an der Börse GbR	Colónia		37,7		
692	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
693	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt	2	100,0	120,0	0,0
694	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	2	100,0		
695	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
696	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
697	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
698	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
699	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
700	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
701	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
702	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
703	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
704	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
705	Peruda Leasing Limited	Londres		100,0		
706	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
707	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
708	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Manila		95,0	14,5	0,2
709	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0		
710	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
711	Postbank Akademie und Service GmbH	Hameln		100,0		
712	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
713	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
714	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
715	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
716	Private Equity Asia Select Company III S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
717	Private Equity Global Select Company IV S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
718	Private Equity Global Select Company V S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
719	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf		50,0		
720	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
721	Private Equity Select Company S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
722	Private Financing Initiatives, S.L.	Barcelona		55,3	4,1	8,7
723	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jacarta		99,0	19,5	0,4
724	PT. Deutsche Verdhana Sekuritas Indonesia	Jacarta		40,0		
725	Public joint-stock company "Deutsche Bank DBU"	Kiev		100,0	10,6	1,1
726	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
727	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
728	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
729	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
730	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
731	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
732	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-A L.L.C.	Nova Iorque		33,0	15,1	(1,0)
733	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-B L.L.C.	Nova Iorque		33,3	35,8	(2,9)
734	Raymond James New York Upstate Housing Opportunities Fund I L.L.C.	Nova Iorque		24,9	(0,3)	(3,7)
735	Reference Capital Investments Limited	Londres		100,0		
736	Regula Limited	Road Town		100,0		
737	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
738	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
739	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
740	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
741	Riviera Real Estate	Paris		100,0		
742	Royster Fund Management S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
743	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		100,0		
744	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		100,0		
745	RREEF Fund Holding Co.	George Town		100,0		
746	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0		
747	RREEF Investment GmbH	Frankfurt	2	99,9	21,7	0,0
748	RREEF Management GmbH	Frankfurt	2, 8	99,9	52,7	0,0
749	RREEF Spezial Invest GmbH	Frankfurt	2	100,0	16,5	0,0
750	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hameln		100,0		
751	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
752	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
753	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia	2	100,0	33,3	0,0
754	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia	2	100,0	1 352,4	0,0
755	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0	39,0	(0,1)
756	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia	2	100,0		
757	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
758	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
759	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf		58,5		
760	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
761	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
762	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
763	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
764	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
765	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
766	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
767	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
768	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		33,2		
769	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
770	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG	Düsseldorf		71,1		
771	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
772	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kleine Alexanderstraße KG i.L.	Düsseldorf		95,0		
773	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
774	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
775	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
776	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
777	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
778	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
779	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
780	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
781	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i.L.	Düsseldorf		94,7		
782	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf		100,0		
783	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
784	Service Company Four Limited	Hong Kong		100,0		
785	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
786	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
787	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
788	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
789	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
790	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
791	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG i.L.	Düsseldorf		83,8		
792	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
793	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
794	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
795	Sixco Leasing Limited	Londres		100,0		
796	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
797	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
798	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
799	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale		30,5		
800	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
801	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
802	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		100,0		
803	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
804	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
805	SPhinX, Ltd. (in voluntary liquidation)	George Town		43,6		
806	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
807	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
808	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		22,5		
809	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
810	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
811	Starpool Finanz GmbH	Berlim		49,9		
812	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
813	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
814	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
815	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
816	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
817	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
818	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
819	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
820	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn		100,0		
821	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
822	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
823	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
824	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
825	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		100,0	14,2	0,5
826	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
827	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
828	Tasfiye Halinde Bebek Danismanlik Anonim Sirketi	Istambul		100,0		
829	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
830	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		45,0	(154,1)	17,1
831	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
832	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
833	Tempurrite Leasing Limited	Londres	1	100,0	1,1	(79,1)
834	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
835	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
836	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf		100,0		
837	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf		100,0		
838	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		100,0		
839	Tianjin Deutsche AM Fund Management Co., Ltd.	Tianjin		100,0		
840	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
841	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf		25,0		
842	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
843	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
844	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
845	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim		50,0		
846	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
847	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0		
848	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
849	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
850	Triplereason Limited	Londres		100,0	330,2	0,2
851	Triton Beteiligungs GmbH	Frankfurt		33,1		
852	Triton Fund III G L.P.	St. Helier		62,5	25,4	9,0
853	TRS Aria LLC	Wilmington		100,0		
854	TRS Birch II LTD	George Town		100,0		
855	TRS Birch LLC	Wilmington		100,0		
856	TRS Cypress II LTD	George Town		100,0		
857	TRS Elm II LTD	George Town		100,0		
858	TRS Leda LLC	Wilmington		100,0		
859	TRS Maple II LTD	George Town		100,0		
860	TRS Oak II LTD	George Town		100,0		
861	TRS Oak LLC	Wilmington		100,0		
862	TRS Poplar II LTD	George Town		100,0		
863	TRS Scorpio LLC	Wilmington		100,0		
864	TRS Spruce II LTD	George Town		100,0		
865	TRS SVCO LLC	Wilmington		100,0		
866	TRS Sycamore II LTD	George Town		100,0		
867	TRS Tupelo II LTD	George Town		100,0		
868	TRS Venor LLC	Wilmington		100,0		
869	TRS Walnut II LTD	George Town		100,0		
870	TRS Walnut LLC	Wilmington		100,0		
871	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
872	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
873	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
874	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Dover		23,5	68,7	(8,3)
875	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque		99,9		
876	UKE, s.r.o.	Belá		100,0		
877	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
878	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		95,0		
879	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo		95,0		
880	VCM Initiatoren III GmbH & Co. KG	Munique		24,9		
881	VCM MIP 2002 GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		90,0		
882	VCM MIP II GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		90,0		
883	VCM Partners GmbH & Co. KG	Munique		25,0		
884	VCM Treuhand Beteiligungsverwaltung GmbH	Colónia		100,0		
885	VCP Treuhand Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
886	VCP Verwaltungsgesellschaft mbH i.L.	Colónia		100,0		

Empresas em que a participação é superior a 20%

	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
887	Vertriebsgesellschaft mbH der Deutschen Bank Privat- und Geschäftskunden	Berlim		100,0		
888	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão		100,0		
889	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
890	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
891	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
892	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
893	Volbroker.com Limited	Londres		22,5		
894	Wealthspur Investment Company Limited	Labuan		100,0		
895	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	84,5	7,1
896	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0		
897	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
898	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf		50,0		
899	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH	Darmstadt		50,0		
900	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
901	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
902	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
903	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
904	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
905	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
906	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
907	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
908	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben II KG i.L.	Düsseldorf		98,1		
909	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
910	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
911	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
912	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		25,0		
913	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
914	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG i.L.	Düsseldorf		98,2		
915	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
916	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
917	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
918	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
919	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3	168,0	24,2
920	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
921	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
922	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
923	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
924	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
925	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
926	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
927	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
928	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
929	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
930	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
931	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
932	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
933	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
934	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
935	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
936	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
937	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		20,4		

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
938	ABRAAJ Holdings	George Town		8,8		
939	Accunia A/S	Copenhaga		6,1		
940	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		5,6		
941	Bürgschaftsbank Brandenburg GmbH	Potsdam		8,5		
942	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8,4		
943	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6,3		
944	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8,2		
945	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5,6		
946	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8,7		
947	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		8,7		
948	Cecon ASA	Arendal		9,6		
949	China Polymetallic Mining Limited	George Town		5,7		
950	DGHL Limited (in voluntary liquidation)	Camana Bay		16,3		
951	Landgesellschaft Mecklenburg-Vorpommern mit beschränkter Haftung	Leezen		11,0		
952	MTS S.p.A.	Roma		5,0		
953	Philipp Holzmann Aktiengesellschaft i.I.	Frankfurt		19,5		
954	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9,0		
955	Private Export Funding Corporation	Wilmington		6,0		
956	PT Trikomsel OKE Tbk	Jacarta		12,0		
957	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrucken		11,8		
958	Silver Creek Low Vol Strategies, Ltd.	George Town		10,5		
959	The Ottoman Fund Limited	St. Helier		13,6		
960	TRIUVA Kapitalverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		6,0		
961	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		7,1		

Outra informação

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condiçõ es de cumprir
as suas obrigações contratuais:

DB Investments (GB) Limited, Londres

Deutsche Asset Management International

GmbH, Frankfurt am Main[1]

Deutsche Asset Management Investment GmbH, Frankfurt am Main[2]

Deutsche Asset Management S.A., Luxemburgo[3]

Deutsche Australia Limited, Sydney

DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul

Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington

Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim

Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo

Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur

Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia

Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo

Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid

Deutsche Bank Società per Azioni, Milão

Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra

Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque

Deutsche Futures Singapore Pte Ltd, Singapura

Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians

Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf

Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres

Deutsche Securities Inc., Tóquio

Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong

Deutsche Securities Saudi Arabia LLC, Riade

DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main[4]

norisbank GmbH, Bona

Sociedade anónima pública “Deutsche Bank DBU”, Kiev

OOO “Deutsche Bank”, Moscovo

Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia

[1] Revogámos e cessámos a declaração de aval para a Deutsche Asset Management International GmbH, Frankfurt am Main, esta última referida no Relatório Anual de 2016, em vigor a 30 de junho de 2018.
[2] Revogámos e cessámos a declaração de aval para a Deutsche Asset Management Investment GmbH, Frankfurt am Main, esta última referida no Relatório Anual de 2016, em vigor a 30 de junho de 2018.
[3] Revogámos e cessámos a declaração de aval para a Deutsche Asset Management S.A., Luxemburgo, esta última referida no Relatório Anual de 2016, em vigor a 30 de junho de 2018.
[4] Revogámos e cessámos a declaração de aval para a DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main, esta última referida no Relatório Anual de 2016, em vigor a 30 de junho de 2018.

Divulgações de acordo com o artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*)

As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*).

Exposição global (artigo 28.º, n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

					31.12.2017
em milhões de euros	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Cenário de esforço das piores taxas de juro e do mercado cambial
Obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	7 538,4	7 664,5	6 731,3	8 950,8	6 731,3
Cobertura de ativos	9 859,8	11 011,9	9 720,5	12 634,6	9 720,5
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	8 954,7	10 095,9	8 899,0	11 604,5	8 899,0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2[1]	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3[2]	905,1	916,0	821,5	1 030,1	821,5
como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	12,0	12,0	12,2	11,5	12,2
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	0	0	0	0	0
Sobrecolateralização	2 321,4	3 347,4	2 989,2	3 683,8	2 989,2
como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	30,8	43,7	44,4	41,2	44,4

* De acordo com o § 5.º (1), n.º 1 e o § 6.º (2), n.º 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.
[1] Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.
[2] Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

					31.12.2016
em milhões de euros	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Cenário de esforço das piores taxas de juro e do mercado cambial
Obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	7 686,9	7 913,1	7 129,1	8 072,8	7 129,1
Cobertura de ativos	8 940,1	10 320,4	9 090,5	10 566,5	9 090,5
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	8 660,1	10 023,1	8 811,6	10 268,8	8 811,6
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2[1]	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3[2]	280,0	297,3	278,8	297,7	278,8
como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	3,6	3,8	3,9	3,7	3,9
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	0	0	0	0	0
Sobrecolateralização	1 253,2	2 407,3	1 961,4	2 493,7	1 961,4
como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	16,3	30,4	27,5	30,9	27,5

* De acordo com o § 5.º (1), n.º 1 e o § 6.º (2), n.º 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.
[1] Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.
[2] Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

Todas as coberturas de ativos são valores a receber de clientes que estão garantidos por hipotecas e coberturas de ativos adicionais são obrigações e outros títulos de rendimento fixo de acordo com a Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*).

Perfil de maturidade (artigo 28.º, n.º 1, ponto 2, da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

Perfil de maturidade	Estrutura de maturidade da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*) pendente		Prazos da taxa fixa para a garantia total	
em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Prazo até 6 meses	1 000,0	80,0	373,4	396,6
Prazo superior a 6 meses e inferior a 12 meses	0	125,0	365,8	200,2
Prazo superior a 12 meses e inferior a 18 meses	589,9	1 000,0	655,3	269,4
Prazo superior a 18 meses e inferior a 2 anos	170,0	0	451,0	337,0
Prazo superior a 2 anos e inferior a 3 anos	950,0	759,9	768,7	972,2
Prazo superior a 3 anos e inferior a 4 anos	375,0	950,0	847,3	806,5
Prazo superior a 4 anos e inferior a 5 anos	700,0	1 375,0	671,4	836,3
Prazo superior a 5 anos e inferior a 10 anos	2 365,0	2 610,0	3 816,3	3 372,4
Prazo superior a 10 anos	1 388,5	787,0	1 910,7	1 749,5
Total	**7 538,4**	7 686,9	**9 859,9**	8 940,1

Porção de derivados incluídos na garantia total (artigo 28.º, n.º 1, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existiam quaisquer derivados na garantia total.

Cobertura de ativos por valor nominal (artigo 28.º, n.º 2, ponto 1-a da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

A cobertura de ativos únicos incluída no montante total de 9,0 mil milhões de euros (2016: 8,7 mil milhões de euros) com um valor nominal inferior a 0,3 milhões de euros ascendeu a 6,6 mil milhões de euros (2016: 6,3 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 0,3 milhões de euros e 1 milhão de euros ascendeu a 1,6 mil milhões de euros (2016: 1,7 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 1 milhão de euros e 10 milhões de euros ascendeu a 713 milhões de euros (2016: 706 milhões de euros) e com um valor nominal superior a 10 milhões de euros ascendeu a 0 milhões de euros (2016: 0 milhões de euros).

Empréstimos utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*) por país, em que os imóveis onerados baseiam-se no tipo de utilização (artigo 28.º, n.º 2, pontos 1-b e 1-c da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

31.12.2017	Residencial					Comercial						
em milhões de euros	Apartamentos	Habitações unifamiliares	Habitações multifamiliares	Outros	Total	Edifícios comerciais	Edifícios de lojas	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
Alemanha	1 431,3	4 202,5	2 347,6	0	7 981,4	403,3	142,8	127,2	300,0	973,3	0	8 954,7
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1 431,3	4 202,5	2 347,6	0	7 981,4	403,3	142,8	127,2	300,0	973,3	0	8 954,7

31.12.2016	Residencial					Comercial						
em milhões de euros	Apartamentos	Habitações unifamiliares	Habitações multifamiliares	Outros	Total	Edifícios comerciais	Edifícios de lojas	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
Alemanha	1 301,7	4 044,8	2 267,5	0	7 614,0	411,0	147,6	142,2	345,3	1 046,1	0	8 660,1
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1 301,7	4 044,8	2 267,5	0	7 614,0	411,0	147,6	142,2	345,3	1 046,1	0	8 660,1

Pagamentos pendentes relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*) (artigo 28.º, n.º 2, ponto 2 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existiam quaisquer pagamentos em incumprimento há 90 ou mais dias relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*).

Informação adicional relativa a empréstimos hipotecários (artigo 28.º, n.º 2, ponto 4 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

No final de 2017 e 2016, não existiam quaisquer execuções hipotecárias pendentes. Em 2017 e 2016, não foram realizadas execuções hipotecárias e o Deutsche Bank AG não adquiriu propriedades para evitar perdas de hipotecas. Além disso, não existiam quaisquer prestações de juros a pagar pelos devedores.

Comparação de ações com juros fixos (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

	Valor nominal	
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31.12.2017	31.12.2016
Obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*) com juros fixos	7 079	6 102
Como % da obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*)	94	79
Cobertura de ativos com juros fixos	9 735	8 813
Como % do total da cobertura de ativos	99	99

Valor atual líquido por moeda (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

	Valor atual líquido	
moeda em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Euro	2 989	1 961

Fatores característicos adicionais (artigo 28.º, n.º 1, ponto 7; artigo 28.º, n.º 1, ponto 11; artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Rácio médio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia ponderado utilizando o valor do financiamento hipotecário[1]	53	54
Média ponderada ao volume em anos da maturidade decorridos desde a concessão do crédito hipotecário[2]	5	4
Reclamações totais superiores aos limites do § 13.º (1) da PfandBG (países sem direito de preferência)[3]	0	0

[1] De acordo com o § 28.º (2), n.º 3 da Lei relativa aos depósitos (*Pfand*).
[2] De acordo com o § 28.º (1), n.º 11 da Lei relativa aos depósitos (*Pfand*).
[3] De acordo com o § 28.º (1), n.º 7 da Lei relativa aos depósitos (*Pfand*).

Informação de acordo com o artigo 160.º, n.º 1, ponto 8 da AktG

Em 31 de dezembro de 2017, tomámos conhecimento dos seguintes acionistas que relataram uma participação de, no mínimo, 3% dos direitos de voto cada um, de acordo com o artigo 33.º da Lei alemã relativa à transação de títulos (*Wertpapierhandelsgesetz*):

A Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, notificou-nos que a 20 de agosto de 2015 detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, até 31 de dezembro de 2017.

A Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, notificou-nos que a 20 de agosto de 2015 detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2017.

A BlackRock, Inc., Wilmington, DE, notificou-nos que em 13 de dezembro de 2017 detinha 6,13% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da BlackRock, Inc., Wilmington, DE, até 31 de dezembro de 2017.

A C-QUADRAT Special Situations Dedicated Fund, Ilhas Caimão, notificou-nos que em 28 de abril de 2017 detinha 9,90% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da C-QUADRAT Special Situations Dedicated Fund, Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2017.

A Stephen A. Feinberg, (Cerberus), notificou-nos que em 14 de novembro de 2017 detinha 3,001% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Stephen A. Feinberg, (Cerberus), até 31 de dezembro de 2017.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

A remuneração total paga ao Conselho de Administração está detalhada no Relatório de Remuneração que começa na página 51. Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivos receberam 27 694 325 euros e 35 305 889 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual em 18 de maio de 2017 e entraram em vigor em 5 de outubro de 2017. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2017 uma remuneração total de 5 150 000 euros (2016: 5 016 667 euros), dos quais 3 987 500 euros foram pagos no primeiro trimestre de 2018 (fevereiro de 2017: 3 904 167 euros), de acordo com as provisões dos estatutos.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobrevivos totalizavam 193 802 597 euros e 181 630 281 euros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 12 337 886 de euros e a 8 433 662 de euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a 35 210 035 de euros e a 40 005 403 de euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 4 497 534 euros em 2017.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização são indicados nas páginas 166 e 167.

Funcionários

O número médio de colaboradores equivalentes a tempo inteiro empregados durante o exercício do relato foi de 29 259 (2016: 30 110), 10 962 dos quais eram mulheres (2016: 11 343). Os colaboradores a tempo parcial estão proporcionalmente incluídos nesses números com base nas respetivas horas de trabalho. Uma média de 17 686 (2016: 18 204) colaboradores trabalharam em agências fora da Alemanha.

Governo da Sociedade

O Banco emitiu a declaração exigida pelo artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). A declaração de conformidade com data de 26 de outubro de 2017 e todas as versões anteriores da declaração de conformidade estão publicadas no sítio Web do Deutsche Bank em www.db.com/ir/en/documents.htm.

Serviços adicionais prestados pelo auditor

O Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias receberam determinados serviços fiscais e relacionados com a auditoria pelo auditor do Deutsche Bank AG das demonstrações financeiras anuais, KPMG AG Wirtschaftprüfungsgesellschaft, Alemanha.

Os serviços relacionados com auditoria incluem outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os serviços fiscais incluem serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Para informações sobre as comissões pagas ao auditor do Deutsche Bank AG, consulte o Relatório Anual do Grupo.

Órgãos de gestão

Conselho de Administração

No ano de 2017, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Administração:

John Cryan
Presidente

Dr. Marcus Schenck
Presidente (desde 5 de março de 2017)

Christian Sewing
Presidente (desde 5 de março de 2017)

Kimberly Hammonds

Stuart Lewis

Sylvie Matherat

James von Moltke
(desde 1 de julho de 2017)

Nicolas Moreau

Garth Ritchie

Karl von Rohr

Werner Steinmüller

Frank Strauß
(desde 1 de setembro de 2017)

Jeffrey Urwin
(até 31 de março de 2017)

Conselho de Fiscalização

No ano de 2017, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Fiscalização.
Além disso, está especificada a morada de residência dos membros do Conselho de Fiscalização.

Dr. Paul Achleitner
– Presidente
Munique

Stefan Rudschäfski*
– Vice-presidente
Kaltenkirchen

Wolfgang Böhr*
Düsseldorf

Frank Bsirske*
Berlim

Dina Dublon
Nova Iorque

Jan Duscheck*
Berlim

Gerhard Eschelbeck
(desde 18 de maio de 2017)
Cupertino

Katherine Garrett-Cox
Brechin, Angus

Timo Heider*
Emmerthal

Sabine Irrgang*
Mannheim

Prof. Dr. Henning Kagermann
Königs Wusterhausen

Martina Klee*
Frankfurt am Main

Peter Löscher
(até 18 de maio de 2017)
Munique

Henriette Mark*
Munique

Richard Meddings
Sandhurst

Louise M. Parent
Nova Iorque

Gabriele Platscher*
Braunschweig

Bernd Rose*
Menden

Gerd Alexander Schütz
(desde 18 de maio de 2017)
Viena

Prof. Dr. Stefan Simon
Schwyz

Dr. Johannes Teyssen
Düsseldorf

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
(até 18 de maio de 2017)
Essen

*Representantes dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente
Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Prof. Dr. Henning Kagermann, Stefan Rudschäfski*

Comité de Nomeações
Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Prof. Dr. Henning Kagermann, Stefan Rudschäfski*, Dr. Johannes Teyssen

Comité de Auditoria
Richard Meddings, Presidente
Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Henriette Mark*, Gabriele Platscher*, Bernd Rose*,
Prof. Dr. Stefan Simon (desde 18 de maio de 2017), Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler (até 18 de maio de 2017)

Comité de Risco
Dina Dublon, Presidente
Dr. Paul Achleitner, Wolfgang Böhr*, Richard Meddings, Louise M. Parent

Comité de Integridade
Prof. Dr. Stefan Simon, Chairman (desde 1 de janeiro de 2018; Membro desde 18 de maio de 2017)
Dr. Paul Achleitner, Sabine Irrgang*, Timo Heider*, Martina Klee*, Peter Löscher (até 18 de maio de 2017),
Louise M. Parent (Presidente até 31 de dezembro de 2017), Dr. Johannes Teyssen (Vice-presidente até
31 de dezembro de 2017)

Comité de Controlo de Remunerações
Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Prof. Dr. Henning Kagermann, Stefan Rudschäfski*

Comité de Mediação
Dr. Paul Achleitner, Presidente
Wolfgang Böhr*, Prof. Dr. Henning Kagermann, Stefan Rudschäfski*

*Representantes dos colaboradores

Conselhos Consultivos regionais e Conselhos Consultivos

De acordo com os Estatutos do Deutsche Bank, o Conselho de Administração poderá estabelecer os Conselhos Consultivos regionais e os Conselhos Consulti
Encontram-se publicadas informações adicionais no sítio Web do Deutsche Bank www.db.com/company/en/advisory-boards.htm.

Lista de mandatos

Conselho de Fiscalização

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

Em: Fevereiro de 2018

Para os membros do Conselho de Fiscalização que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Fiscalização, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membros do Conselho de Fiscalização			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Dr. Paul Achleitner	Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Mandatos externos	
		Bayer Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
		Daimler AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Wolfgang Böhr	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Düsseldorf; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Mandatos externos	
		Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG	Membro do Conselho Consultivo
Frank Bsirske	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Mandatos externos	
		IBM Central Holding GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização (até junho de 2017)
		innogy SE	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)	Membro do Conselho de Administração de Fiscalização
		RWE AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Mandatos no Grupo	
		Deutsche Postbank AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Dina Dublon		Mandatos externos	
		Accenture PLC	Membro do Conselho de Administração (até fevereiro de 2017)
		PepsiCo Inc.	Membro do Conselho de Administração
Jan Duscheck	Diretor do grupo de trabalho nacional Banking, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Gerhard Eschelbeck (desde maio de 2017)	Vice-presidente da Security & Privacy Engineering, Google Inc., Mountain View	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Katherine Garrett-Cox	Diretor executivo e Diretor-geral, Gulf International Bank (UK) Ltd., Londres	Mandatos externos	
		Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	

Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Timo Heider	Vice-presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Postbank AG; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Kreditservice GmbH; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG/Postbank Finanzberatung AG	Mandatos no Grupo	
		BHW Bausparkasse AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Sabine Irrgang	Diretora de Recursos Humanos em Baden-Württemberg, Deutsche Bank AG	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Professor Dr. Henning Kagermann	Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Munique	Mandatos externos	
		BMW Bayerische Motoren Werke AG	Membro do Conselho de Fiscalização (até maio de 2017)
		Deutsche Post AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		KUKA AG	Membro do Conselho de Fiscalização (desde maio de 2017)
		Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Martina Klee	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo diretor de operações Eschborn/Frankfurt do Deutsche Bank	Mandatos externos	
		Sterbekasse für die Angestellten der Deutschen Bank VVaG	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Löscher (até maio de 2017)	Presidente do Conselho de Fiscalização da OMV AG, Viena	Mandatos externos	
		OMV AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Sulzer AG	Presidente do Conselho de Administração
		Telefónica S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Henriette Mark	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Munique e sul da Baviera do Deutsche Bank; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Richard Meddings		Mandatos externos	
		HM Treasury	Diretor não executivo
		Jardine Lloyd Thompson Group PLC	Diretor não executivo (desde outubro de 2017)
		Legal & General Group PLC	Diretor não executivo (até maio de 2017)
		TSB Bank PLC	Diretor não executivo (desde setembro de 2017) Presidente (desde fevereiro de 2018)
Louise M. Parent	Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, Nova Iorque	Mandatos externos	
		Fidelity National Information Services Inc.	Membro do Conselho de Administração (desde outubro de 2017)
		Zoetis Inc.	Membro do Conselho de Administração
Gabriele Platscher	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Braunschweig/Hildesheim do Deutsche Bank	Mandatos externos	
		BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização

Membros do Conselho de Fiscalização			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Bernd Rose	Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores da Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Postbank; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	Mandatos externos	
		ver.di Vermögensverwaltungs-gesellschaft	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Mandatos no Grupo	
		Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Rudschäfski (desde janeiro de 2017)	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; membro dispensados da Comissão de Trabalhadores, Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Hamburgo; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Hamburgo	Mandatos externos	
		Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG	Membro do Conselho Consultivo
Gerd Alexander Schütz (desde maio de 2017)	Fundador e membro do Conselho de Administração de C-QUADRAT Investment AG, Viena	Mandatos externos	
		MyBucks S.A. RCS	Presidente do Conselho de Administração Não Executivo (até fevereiro de 2018)
Professor Dr. Stefan Simon	Advogado com a sua própria sociedade de advogados, SIMON GmbH, Schwyz	Mandatos externos	
		Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG	Membro do Conselho Consultivo; Presidente do Conselho Consultivo (desde janeiro de 2018)
Dr. Johannes Teyssen	Presidente do Conselho de Administração de E.ON SE, Essen	Mandatos externos	
		Nord Stream AG	Membro do Comité dos Acionistas (desde junho de 2017)
		Uniper SE	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização (até junho de 2017)
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler (até maio de 2017)		Mandatos externos	
		Sartorius AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Wilh. Werhahn KG	Membro do Conselho de Administração
		Wuppermann AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Zwiesel Kristallglas AG	Presidente do Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

As participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB) estão assinaladas com *.

Em: Fevereiro de 2018

Para os membros do Conselho de Administração que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Administração, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membros do Conselho de Administração			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
John Cryan	Presidente do Conselho de Administração	Mandatos externos	
		MAN Group PLC	Diretor não executivo
Dr. Marcus Schenck	Presidente	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Christian Sewing	Presidente	Mandatos no Grupo	
		Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG*	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Deutsche Postbank AG*	Membro do Conselho de Fiscalização
Kimberly Hammonds	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos	
		Cloudera Inc., EUA	Diretor não executivo (desde maio de 2017)
		Red Hat Inc., USA	Membro do Conselho de Administração
Stuart Lewis	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo	
		DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Presidente do Conselho Consultivo
		Deutsche Bank Società per Azioni*	Presidente do Conselho de Fiscalização
Sylvie Matherat	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo	
		DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
James von Moltke (desde julho de 2017)	Membro do Conselho de Administração	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Nicolas Moreau	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo	
		Deutsche Asset Management Investment GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Garth Ritchie	Membro do Conselho de Administração	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Karl von Rohr	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos	
		BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.	Membro do Conselho de Fiscalização
		BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Membro do Conselho de Fiscalização
		Mandatos no Grupo	
		Deutsche Postbank AG*	Membro do Conselho de Fiscalização
Werner Steinmüller	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo	
		Deutsche Postbank AG*	Presidente do Conselho de Fiscalização
Frank Strauß (desde setembro de 2017)	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo	
		Deutsche Postbank AG*	Presidente do Conselho de Administração
Jeffrey Urwin (até março de 2017)	Membro do Conselho de Administração	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	

Colaboradores do Deutsche Bank AG

Mandatos de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB)

Participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras. Em: 31 de dezembro de 2017

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Wilfried Amanshauser	Mandatos no Grupo	
	OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Ashok Aram	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Presidente do Conselho de Fiscalização
Nathalie Bausch	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Michael Berendes	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Presidente do Conselho de Fiscalização
Matthias Bergner	Mandatos no Grupo	
	DB Structured Derivative Products, LLC	Membro do Conselho de Administração
Brigitte Bomm	Mandatos no Grupo	
	DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
Jörg Bongartz	Mandatos no Grupo	
	OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Oliver Bortz	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Rüdiger Bronn	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização
Ralf Brümmer	Mandatos externos	
	Bankpower GmbH Personaldienstleistungen	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Matthias Buck	Mandatos no Grupo	
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Thomas Buschmann	Mandatos externos	
	VSM Vereinigte Schmirgel- und Maschinen-Fabriken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Fabrizio Campelli	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank (Suisse) SA	Membro do Conselho de Administração
Ulrich Christmann	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Andrea Corsi	Mandatos externos	
	Lewisham Homes Ltd.	Diretor não executivo
Petra Crull	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Yves Dermaux	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Karin Dohm	Mandatos externos	
	Ceconomy AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche EuroShop AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Andreas Dörhöfer	Mandatos externos	
	Düsseldorfer Hypothekenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Valovis Bank GmbH	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Philipp Gossow	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Verena Grohs	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Jürgen Harengel	Mandatos no Grupo	
	Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Sandra Heinrich	Mandatos no Grupo	
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Natascha Hilger	Mandatos externos	
	MTS SpA	Diretor não executivo
Kees Hoving	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Marzio Hug	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Alexander Ilgen	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Stephan Jugenheimer	Mandatos no Grupo	
	RREEF Spezial Invest GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Majid Julfar	Mandatos externos	
	United Kaipara Dairies	Membro do Conselho de Administração
Daniel Kalczynski	Mandatos no Grupo	
	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA	Presidente do Conselho de Fiscalização
Dr. Tobias Kampmann	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Rene Keller	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Thomas Keller	Mandatos externos	
	GEZE GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Susanne Kloess	Mandatos externos	
	Eurex Frankfurt AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
	Postbank Direkt GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
	Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Knoll	Mandatos no Grupo	
	RREEF Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Sascha Koerner	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Martin Konieczny	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Krings	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Presidente do Conselho de Fiscalização
Dr. Karen Kuder	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Kuhnke	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Tiina Lee	Mandatos externos	
	CAF Bank	Diretor não executivo
Britta Lehfeldt	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Tiberio Massaro	Mandatos no Grupo	
	DB Structured Derivative Products, LLC	Membro do Conselho de Administração
	Deutsche Bank Securities Inc.	Membro do Conselho de Administração
Lothar Meenen	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Marc Melzer	Mandatos externos	
	Investitionsbank Sachsen-Anhalt	Membro do Conselho de Administração
Karen Meyer	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Gianluca Minella	Mandatos externos	
	HIS Markit Ltd	Diretor não executivo
Alain Moreau	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Mario Muth	Mandatos externos	
	TradeWeb Markets LLC	Diretor não executivo
Henning Oldenburg	Mandatos externos	
	Beutin AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jorge Otero	Mandatos no Grupo	
	OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Jay Patel	Mandatos externos	
	iSwap	Diretor não executivo
Thomas Pemsel	Mandatos externos	
	BayBG Bayerische Beteiligungsgesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Rainer Polster	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Österreich AG	Membro do Conselho de Fiscalização
JP Rangaswami	Mandatos externos	
	Daily Mail & General Trust PLC	Diretor não executivo
Rainer Rauleder	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Christiana Riley	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Rueckbrodt	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Diretor não executivo
Dr. Anke Sahlén	Mandatos no Grupo	
	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Herbert Schäffner	Mandatos externos	
	BHS tabletop AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Schedl	Mandatos no Grupo	
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Daniel Schmand	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Diretor não executivo
	OOO „Deutsche Bank“	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Schütz	Mandatos externos	
	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Rich Shannon	Mandatos no Grupo	
	DB Global Technology, Inc.	Membro do Conselho de Administração
	DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
Stephen Shaw	Mandatos no Grupo	
	RREEF Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	RREEF Spezial Invest GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Satvinder Singh	Mandatos externos	
	Euroclear PLC	Membro do Conselho de Administração
Eric-M Smith	Mandatos no Grupo	
	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Membro do Conselho de Administração
	DBAH Capital, LLC	Membro do Conselho de Administração
	Deutsche Bank Trust Company Americas	Membro do Conselho de Administração
	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Membro do Conselho de Administração
	Deutsche Bank Trust Corporation	Membro do Conselho de Administração
	DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
Michael Spiegel	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Till Staffeldt	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Gülabatin Sun	Mandatos no Grupo	
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Presidente do Conselho de Fiscalização
Peter Tils	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Presidente do Conselho de Fiscalização
	OOO “Deutsche Bank”	Presidente do Conselho de Fiscalização
Christof von Dryander	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Nikolaus von Tippelskirch	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank (Suisse) SA	Membro do Conselho de Administração
Robert Vogtle	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Holger Wegmann	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Dr. Michael Welker	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização
	OOO “Deutsche Bank“	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Wharton-Hood	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Asoka Wöhrmann	Mandatos externos	
	SCHUFA Holding AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Yearley	Mandatos no Grupo	
	DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
Dr. Tanja Zschach	Mandatos externos	
	Thüringer Aufbaubank, Anstalt des öffentlichen Rechts	Membro suplente do Conselho de Administração

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato

Frankfurt am Main, 12 de março de 2018

Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Administração

John Cryan	Marcus Schenck	Christian Sewing
Kimberly Hammonds	Stewart Lewis	Sylvie Matherat
James von Moltke	Nicolas Moreau	Garth Ritchie
Karl von Rohr	Werner Steinmüller	Frank Strauß

3

Confirmações

188 **Declaração de responsabilidade do Conselho de** Administração

189 **Relatório do auditor** independente

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e os resultados do Deutsche Bank AG e o relatório de gestão do Deutsche Bank AG inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Deutsche Bank AG, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Deutsche Bank AG.

Frankfurt am Main, 12 de março de 2018

John Cryan	Marcus Schenck	Christian Sewing
Kimberly Hammonds	Stewart Lewis	Sylvie Matherat
James von Moltke	Nicolas Moreau	Garth Ritchie
Karl von Rohr	Werner Steinmüller	Frank Strauß

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que compreende o balanço em 31 de dezembro de 2017, e a demonstração dos resultados para o ano financeiro de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, e as notas para demonstrações financeiras, incluindo as políticas de reconhecimento e medição apresentadas nas mesmas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. Em conformidade com os requisitos legais alemães, não auditámos o conteúdo da demonstração não financeira que está incluída na secção "Demonstração não financeira" no relatório de gestão.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras anuais cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã, conforme aplicável às instituições de crédito e conferem uma imagem fiel dos ativos líquidos, passivo e posição financeira do Banco em 31 de dezembro de 2017, e do respetivo desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, e
- o relatório de gestão na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Banco. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão está em consonância com as demonstrações financeiras anuais e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. A nossa opinião sobre o relatório de gestão não abrange o conteúdo da demonstração não financeira mencionado acima.

Nos termos do artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB [*Handelsgesetzbuch* – Código Comercial alemão], declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

Fundamentação do parecer

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento n.º 537/2014 da UE relativo a auditorias (doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das Demonstrações financeiras anuais e do Relatório de gestão" do nosso relatório do auditor. Somos independentes do Banco em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras anuais

Questões de auditoria essenciais são as questões que, na nossa opinião profissional, foram da maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

Avaliação de investimentos em empresas afiliadas

No que se refere à contabilidade aplicada e princípios de avaliação, consultar as notas "Base da apresentação" e "Notas ao balanço". Divulgações sobre o desenvolvimento de negócio podem ser encontradas na secção "Ambiente económico" no relatório de gestão.

O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2017 do Deutsche Bank AG contêm investimentos em empresas afiliadas no valor de 43,6 mil milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas são escriturados ao custo de aquisição ou, no caso de uma imparidade permanente, ao justo valor mais baixo. O justo valor dos investimentos em empresas afiliadas é geralmente determinado recorrendo a métodos de avaliação reconhecidos, especialmente o método do fluxo de caixa descontado. Se o justo valor for inferior ao valor contabilístico, os critérios qualitativos e quantitativos são usados para determinar se a imparidade é considerada para ser permanente.

Os métodos de avaliação estão sujeitos a avaliações, especialmente no que diz respeito aos parâmetros de avaliação utilizados (pressupostos (do plano) e taxas de desconto). Com base em fatores qualitativos e quantitativos, a avaliação para saber se há uma perda por imparidade permanente é também crítica.

O risco da demonstração financeira resultante de uma imparidade permanente do investimento nas empresas afiliadas na data do balanço não foi apresentado adequadamente porque o seu respetivo justo valor foi determinado na base de modelos de avaliação inapropriados, pressupostos e parâmetros de avaliação ou foi feita uma estimativa incorreta da permanência da perda por imparidade.

A nossa abordagem de auditoria

Para determinar a nossa abordagem de auditoria, efetuámos uma avaliação do risco no que diz respeito aos investimentos do Banco em empresas afiliadas relativamente aos modelos, pressupostos e parâmetros utilizados pelo Deutsche Bank na avaliação. Com base nesta avaliação de risco, desenvolvemos uma abordagem de auditoria, que inclui controlo e testes substantivos.

Como parte dos processos de auditoria relacionados com o sistema de controlo interno, obtivemos primeiro uma compreensão da conceção e a implementação do processo de avaliação. Adicionalmente, testámos a eficácia de funcionamento de controlos relevantes selecionados para a identificação das necessidades de imparidade e o desempenho das avaliações relacionados para investimentos em empresas afiliadas.

Subsequentemente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos para uma seleção baseada no risco das empresas afiliadas, incluindo os nossos especialistas de avaliação internos da KPMG, na adequação do modelo de avaliação para a avaliação levada a cabo pelo Banco ou por um especialista independente encomendado pelo Banco, assim como em parâmetros e pressupostos-chave de avaliação.

Ao fazer isso, nós:

- avaliámos a adequabilidade dos métodos utilizados,
- avaliámos os parâmetros utilizados nos modelos (pressupostos do plano e taxas de desconto) e, para este propósito, reconciliámos e verificámos os mesmos face a outras projeções disponíveis do Deutsche Bank AG (por ex., para efeitos fiscais) ou parâmetros disponíveis externamente para as taxas de desconto (taxas de juro sem risco, prémio de risco de mercado e fatores beta),
- verificámos a qualidade das previsões do Deutsche Bank AG até à data, ao testar *a posteriori* as previsões para o exercício anterior com os resultados reais e ao analisar os desvios,
- verificámos a exatidão aritmética do modelo de avaliação utilizado,
- reconstruímos o tratamento contabilístico dos ajustes de valor, e
- ao fazer isso, avaliámos as competências e objetividade do especialista independente, ganhámos uma compreensão destas atividades e avaliámos a adequação deste trabalho como prova da adequabilidade do trabalho do especialista para a avaliação dos investimentos.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos adequados os modelos, pressupostos e parâmetros de avaliação subjacentes à avaliação de investimentos em empresas afiliadas. Consideramos razoável a avaliação do Banco para saber se há uma redução permanente no valor.

Avaliação de instrumentos financeiros com dados de avaliação não observáveis

A descrição da gestão do risco de mercado está incluída no relatório de gestão nas secções "Perfil de risco" e "Risco de mercado". Princípios de avaliação e contabilísticos significativos são descritos na nota "Base da apresentação".

O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank Aktiengesellschaft contêm ativos detidos para negociação no valor de 601,8 mil milhões de euros e passivos detidos para negociação de 519,9 mil milhões de euros. Ambas as posições contêm também instrumentos financeiros dos quais os dados de avaliação são inobserváveis.

Por definição, os preços de mercado não são observáveis para a avaliação destes instrumentos financeiros. Os justos valores devem, por isso, ser determinados com base nos métodos de avaliação aceites. Estes métodos de avaliação consistem por vezes em modelos complexos e incluem pressupostos e estimativas. São baseados em juízos relativos aos modelos e parâmetros utilizados.

O risco de demonstração financeira decorre principalmente de modelos de avaliação ou de parâmetros de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor que faz com que estes instrumentos financeiros não estejam em conformidade com os princípios contabilísticos.

A nossa abordagem de auditoria

Para determinar a nossa abordagem à auditoria, avaliámos inicialmente a adequabilidade geral e o potencial para erros nos modelos e parâmetros utilizados na avaliação. Adicionalmente, avaliámos o inventários de instrumentos financeiros com dados de avaliação inobserváveis para possíveis ajustamentos de avaliação necessários, com base, entre outros, no risco de crédito da contraparte (CVA), no risco de crédito próprio (DVA) do Grupo e no respetivo custo de financiamento (FVA).

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

Para avaliar a adequabilidade do sistema de controlo interno do Banco relativamente à avaliação de instrumentos financeiros com base em dados não observáveis, avaliámos a conceção e a implementação e testámos a eficácia operacional de controlos-chave. Também recorremos a especialistas de avaliação internos da KPMG conforme necessário. Os procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a, controlos sobre:

- procedimentos de verificação independente de preços (IPV) mensal efetuados pelo Banco para assegurar a adequabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para estes instrumentos financeiros;
- validação de modelo de dados e modelos de avaliação utilizados pelo Banco, incluindo a respetiva governação;
- cálculo e registo de ajustamentos de avaliação exigidos pelas normas de contabilidade para determinar o justo valor; e
- disputas sobre garantias decorrentes de discordâncias face a avaliação de contrapartidas.

Nos casos em que obtivemos resultados sobre a conceção ou eficácia dos controlos, testámos controlos de compensação adicionais. Tivemos em conta os resultados da nossa auditoria ao conceber a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais.

Efetuámos procedimentos substantivos numa amostra baseada no risco de instrumentos financeiros com dados de avaliação inobserváveis. Estes incluem em particular:

- desempenho de verificação independente de preços (IPV) em transações individuais selecionadas de instrumentos financeiros, incluindo o recurso a especialistas de avaliação internos da KPMG;
- recálculo independente de ajustamentos de avaliação selecionados;
- desempenho de procedimentos para determinar a adequabilidade dos modelos utilizados, incluindo dados-chave e sua utilização nos respetivos modelos de preços; e
- testar se os dados de avaliação para os instrumentos financeiros não estão admitidos à cotação nos mercados ativos.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos razoáveis os modelos e parâmetros relacionados utilizados para avaliar instrumentos financeiros com dados de avaliação inobserváveis.

Provisões para perdas com empréstimos em carteiras de crédito de determinados setores

Para uma descrição qualitativa e quantitativa da gestão de riscos de crédito, incluindo a avaliação de empréstimos, consultar o Relatório de risco no relatório de gestão na secção "Estratégia e apetência pelo risco".

O risco de demonstração financeira

Na data de comunicação de informações, o Banco relata empréstimos – sem provisões para perdas de crédito – no valor de 405,6 mil milhões de euros, representando 33% do total do ativo. No exercício de 2017, o Banco registou um valor de 475 milhões de euros como provisão para perdas de crédito na demonstração de resultados.

Como parte da nossa avaliação de risco, identificámos empréstimos para mutuários nos segmentos selecionados como tendo um risco de avaliação superior devido a desafios específicos do setor.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente de incertezas de estimativa no cálculo de provisões para perdas com empréstimos avaliadas individualmente que são baseadas em pressupostos e cenários críticos (ou seja, cenário de recuperação, cenário de continuidade, etc.), incluindo avaliações de recebimentos de garantia.

A nossa abordagem de auditoria

Para efetuar uma avaliação de risco e planear os nossos procedimentos de auditoria, efetuámos uma análise de carteira para avaliar os riscos de avaliação inerentes e para identificar setores de risco mais elevado. Adicionalmente, avaliámos as metodologias e dados-chave do Banco utilizados para obter provisões para perdas de crédito avaliadas individualmente.

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

No nosso teste de controlos, avaliámos a conceção, implementação e eficácia operacional de controlos sobre a avaliação de empréstimos. Estes incluem, entre outros, controlos sobre:

- a análise e aprovação de políticas de imparidade e metodologia geral,
- a análise para empréstimos sob monitorização aperfeiçoada,
- avaliação regular de garantias, e
- o cálculo e registo de provisões para perdas com empréstimos avaliadas individualmente.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos para uma seleção de empréstimos nos setores de maior risco identificados para testar se os fluxos de caixa utilizados para calcular as provisões para perdas de crédito avaliadas individualmente foram obtidos de forma adequada. Na avaliação da adequabilidade dos fluxos de caixa esperados, considerámos as expetativas de mercado específicas por setor e a respetiva estratégia de envolvimento (por exemplo, reestruturação, liquidação). Para envolvimentos selecionados, também recalculámos as provisões para perdas de crédito avaliadas individualmente.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, consideramos razoáveis os pressupostos e cenários para determinar as provisões para perdas com empréstimos avaliadas individualmente para empréstimos relacionados com os setores de alto risco identificados.

Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Para uma descrição das principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, bem como dos pressupostos subjacentes para o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos, consultar as notas “Base da apresentação” e “Notas ao balanço”.

O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras anuais contêm ativos por impostos diferidos de 2,4 mil milhões de euros.

O reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos contêm pareceres e além de fatores objetivos, também várias estimativas relativas ao lucro tributável futuro e à utilidade de perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente da utilidade futura dos benefícios ser estimada de forma inadequada. A estimativa da utilidade futura depende do potencial tributável futuro baseado no plano de negócios e tendo em conta o desenvolvimento esperado de pressupostos e parâmetros determinantes de valor essenciais aqui incluídos, estando todos sujeitos a incerteza. Estes incluem em particular pressupostos sobre o desenvolvimento de resultados antes de impostos, a influência de possíveis rubricas especiais e os efeitos permanentes que determinam o lucro tributável disponível no futuro. Essas estimativas devem ter em conta também os desenvolvimentos políticos e económicos atuais e considerações específicas da jurisdição.

A nossa abordagem de auditoria

Realizámos uma avaliação de risco para compreender os regulamentos e a legislação fiscal aplicáveis ao Banco. Com base nisso, realizámos ambos os testes de controlos-chave internos e procedimentos de auditoria substantivos com o auxílio de especialistas fiscais internos da KPMG. Efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria como parte dos nossos testes de controlos, incluindo, mas não limitativamente:

- avaliação das políticas utilizadas para reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos em conformidade com o artigo 274.º do HGB e
- teste da conceção, implementação e eficácia operacional de controlos internos relativamente ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra baseada no risco de ativos por impostos diferidos em países. Isto incluiu, entre outros:

- avaliação da adequação dos parâmetros aplicados aos planos de negócio, incluindo subplanos para países relevantes, quando apropriado. Ao fazê-lo, analisámos a adequação dos parâmetros de planeamento aplicados, considerando possíveis indicadores positivos e negativos no que respeita à recuperabilidade ou ocorrência de pressupostos e parâmetros de planeamento, e
- análise do intervalo entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável planeado.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos razoável o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos, principalmente no que se refere aos pressupostos e parâmetros para desenvolver o lucro tributável do plano de negócios.

Apresentação de riscos jurídicos nas demonstrações financeiras

Para uma descrição qualitativa e quantitativa de litígios significativos, consultar a secção “Outras provisões” nas “Notas ao balanço”. O Relatório de risco no relatório de gestão contém uma descrição qualitativa e quantitativa dos riscos jurídicos.

O risco de demonstração financeira

Na data de comunicação de informações, o Banco relata provisões para riscos jurídicos no valor de 1,3 mil milhões de euros. Consistem em provisões para processos civis no valor de 585 milhões de euros e provisões para execução regulamentar no valor de 733 mil milhões de euros.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente de falha em refletir de forma adequada possíveis obrigações financeiras (provisões) resultantes de não conformidade com a legislação aplicável, os requisitos regulamentares ou acordos contratuais, ou queixas apresentadas, nas demonstrações financeiras do Banco. A identificação dessas questões, a avaliação da sua probabilidade e a avaliação de possíveis obrigações financeiras daí resultantes estão sujeitas a incertezas de estimativa e pareceres.

A nossa abordagem de auditoria

Efetuámos uma avaliação do risco relativa a possíveis eventos obrigatórios na conceção da nossa abordagem de auditoria. Isto baseou-se numa avaliação do sistema de controlo interno relativo ao registo exaustivo e exato de riscos jurídicos, especialmente pelos inquéritos aos órgãos de gestão, assim como aos departamentos responsáveis por identificar, avaliar e monitorizar os riscos jurídicos. Consistiu também numa análise de documentação interna e externa e de informação disponível ao público, inspeção de contas relativas a despesas jurídicas e cartas de confirmação jurídica aos advogados responsáveis por litígios significativos.

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

Para testar a adequação do sistema de controlo, identificámos controlos designados para assegurar a exaustividade e exatidão da avaliação de provisões para riscos jurídicos e testámos a conceção e a implementação, bem como a eficácia operacional desses controlos.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra de casos baseada no risco

Avaliámos o reconhecimento e a avaliação de provisões significativas do Banco baseados em factos e circunstâncias disponíveis relativamente à conformidade com as normas contabilísticas.

A fim de determinar os factos e as circunstâncias dos casos individuais, efetuámos uma inspeção de documentos relevantes e aconselhámo-nos junto dos consultores jurídicos internos e externos do Banco. Avaliámos os pressupostos significativos efetuados e as opiniões-chave aplicadas, incluindo a avaliação de provas que indicam o contrário. Especificamente para questões em que existiam obrigações possíveis, mas a exposição era considerada menos do que provável, considerámos provas de auditoria relativas à falta de reconhecimento e à divulgação das mesmas.

Adicionalmente, ponderámos se as divulgações do Banco da aplicação de opinião aquando da estimativa de provisões estão adequadamente refletidas.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, considerámos razoável a identificação de assuntos e a avaliação da sua probabilidade e provisão estimada para possíveis obrigações.

Gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro

Para uma descrição dos controlos internos sobre o processo de relato financeiro, incluindo controlos de gestão de acesso de TI, consultar o relatório de gestão na secção “Controlo interno sobre o relato financeiro”.

O risco de demonstração financeira

O processo de relato financeiro é extremamente dependente das tecnologias da informação e da disponibilidade de dados eletrónicos completos e exatos devido à dimensão e à complexidade do Banco. Por isso, a concessão inapropriada de direitos de acesso a sistemas de TI representa um risco para a exatidão do relato financeiro. Este risco aplica-se principalmente a sistemas com direitos de acesso que não correspondem a um princípio “necessidade de saber” ou “necessidade de ter”, ou seja, o acesso é concedido apenas com base nos requisitos da função e não existe qualquer outro requisito de autorização, ou ao princípio de segregação de funções, ou seja entre os departamentos de especialistas e TI, bem como entre as operações de aplicação e desenvolvimento.

Direitos de acesso não autorizados ou extensivos e uma falta de segregação de funções resultam num risco de manipulação de dados intencional ou não intencional, que tem uma incidência significativa na exaustividade e exatidão das demonstrações financeiras. Por conseguinte, a conceção e a conformidade com as respetivas precauções são uma questão significativa para a nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria

Conseguimos compreender o ambiente de controlo relacionado com TI do negócio do Banco. Adicionalmente, realizámos uma avaliação do risco e identificámos aplicações de TI, bases de dados e sistemas operativos que são relevantes para a nossa auditoria.

Para controlos dependentes de TI relevantes no processo de relato financeiro (denominados por controlos de aplicação de TI) identificámos os controlos de TI gerais auxiliares e avaliámos a sua conceção, implementação e eficácia operacional. Testámos controlos-chave, principalmente na área da proteção de acesso e ligação desses controlos à exaustividade e exatidão do relato financeiro. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Teste dos controlos relativos ao acesso inicial concedido aos sistemas de TI para novos colaboradores ou colaboradores que estão a mudar de função, se esse acesso esteve sujeito a análise apropriada e se foi aprovado por uma pessoa autorizada em consonância com o conceito de autorização baseada na função.
- Teste dos controlos relativos à remoção do acesso de um colaborador ou de um antigo colaborador num período de tempo apropriado após estes terem mudado de função ou terem saído da empresa.
- Teste dos controlos relativos à adequabilidade dos direitos de acesso do sistema para autorizações privilegiadas ou administrativas (superutilizador) sujeitos a um procedimento de atribuição de autorização restritiva e à análise regular dos mesmos.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de teste específicos na área da proteção de palavras-passe, definições de segurança relativas a modificações para aplicações, bases de dados e sistemas operativos, a segregação dos utilizadores de TI e do departamento de especialistas e a segregação dos colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento de programas e dos responsáveis pelas operações do sistema. Nos casos em que determinados controlos de TI não foram eficazes, identificámos e testámos controlos de compensação adicional quanto à eficácia de implementação e operacional, e obtivemos outras provas de compensação.

Considerando os resultados dos nossos testes de ambiente de controlo, decidimos sobre a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais a efetuar. Nomeadamente, onde identificámos autorizações de utilizador que não estavam a ser retiradas atempadamente após sair do Banco, efetuámos uma inspeção do registo de atividade de utilizadores individuais para determinar se ocorreram atividades não autorizadas que afetariam substancialmente a exaustividade e exatidão da informação financeira processada.

Adicionalmente, através de testes de detalhe, avaliámos se os desenvolvedores de programas não tinham direitos de aprovação no processo de modificação e que não conseguiam efetuar quaisquer modificações nas versões produtivas das aplicações, bases de dados e sistemas operativos para avaliar se estas responsabilidades estavam segregadas funcionalmente. Também analisámos a segregação de funções em sistemas de negociação e de pagamento críticos a fim de avaliar se a segregação de funções entre a negociação e o processamento administrativo foi cumprida.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, consideramos que a gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro respeita de uma forma geral os requisitos de exaustividade e exatidão dos dados relevantes do relato financeiro. Nos casos em que identificámos deficiências no controlo, descobrimos que existem controlos compensatórios para colmatar largamente o risco de distorção material nas demonstrações financeiras.

Outra informação

Os órgãos de gestão são responsáveis pela outra informação. A outra informação é constituída pela demonstração não financeira.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão não abrangem a outra informação e, consequentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras anuais, com o relatório de gestão, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Responsabilidade do Conselho de Fiscalização e da Administração pelas demonstrações financeiras anuais e pelo relatório de gestão

Os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã, conforme aplicável às instituições de crédito, e que as demonstrações financeiras anuais apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos líquidos, os passivos, a posição financeira e o desempenho financeiro do Banco, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelo controlo interno que, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, tenham determinado como necessário para a preparação de demonstrações financeiras anuais isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras anuais, os órgãos de gestão são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, desde que não haja conflito de circunstâncias efetivas ou jurídicas entre os mesmos.

Além disso, os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação do relatório de gestão que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do Banco e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras anuais, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a preparação de um relatório de gestão que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão.

O conselho de fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do Banco para a preparação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas pela auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras anuais na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Banco e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras anuais e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as Normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detete sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras anuais e neste relatório de gestão.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição aos controlos internos.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas do Banco.
- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas pelos órgãos de gestão e a razoabilidade das estimativas efetuadas pelos órgãos de gestão e divulgações relacionadas.
- Tirar conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos órgãos de gestão da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco para manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o Banco deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras anuais, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras anuais apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras anuais facultem uma imagem fiel dos ativos líquidos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Banco em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras anuais, a respetiva conformidade com a legislação alemã, e com a perspetiva que proporciona da posição do Banco.
- Efetuar procedimentos de auditoria sobre a informação prospetiva apresentada pelos órgãos de gestão no relatório de gestão. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras anuais do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos como auditor pela Assembleia-Geral Anual realizada em 18 de maio de 2017. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 26 de julho de 2017. Nós ou as nossas sociedades antecessoras somos revisores de contas da Deutsche Bank Aktiengesellschaft e respetivas empresas antecessoras desde 1952.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Os serviços não relacionados com auditoria fornecidos por nós adicionalmente à auditoria da demonstração financeira são divulgados na nota “Outras informações”.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Burkhard Böth.

Frankfurt am Main, 12 de março de 2018

KPMG AG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski Wirtschaftsprüfer	Böth Wirtschaftsprüfer

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

2018

Calendário Financeiro

26 de abril de 2018
Relatório intercalar de 31 de março de 2018

24 de maio de 2018
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

29 de maio de 2018
Pagamento de dividendos

25 de julho de 2018
Relatório intercalar de 30 de junho de 2018

24 de outubro de 2018
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2018

2019

Calendário Financeiro

1 de fevereiro de 2019
Resultados preliminares referentes ao exercício de 2018

22 de março de 2019
Relatório Anual de 2018 e Formulário 20-F

25 de abril de 2019
Relatório intercalar de 31 de março de 2019

23 de maio de 2019
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

28 de maio de 2019
Pagamento de dividendos
(em caso de lucros distribuíveis e de decisão da Assembleia-Geral Anual de pagar dividendos)

25 de julho de 2019
Relatório intercalar de 30 de junho de 2019

31 de outubro de 2019
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2019